ANTÓNIO FERNANDO LINO GONÇALVES RODRIGO

MUSEU COLONIAL DE LUANDA, 1907-1910: SUSTENTÁCULO DE REPRODUÇÃO E APOLOGIA DE SOBERANIA IMPERIAL

Tese defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Doutor em Museologia conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, mediante Despacho de Nomeação de Júri nº. 324/2017, com a seguinte composição de Júri:
Presidente: Professor Doutor Mário Caneva Moutinho – Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Vogais: Professor Doutor Daniel Café, Agrupamento de Escolas de Alcanena
Professor Doutor José Maria Amado Mendes-UAL
Professora Doutora Judite Primo-ULHT
Professor Doutor Manuel Antunes-ULHT
Professor Doutor Manuel Serafim-ULHT
Professor Doutor Pedro Jorge de Oliveira Pereira Leite- Investigador CES/Universidade de Coimbra
Orientador: Professor Doutor José Fialho Feliciano

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Educação

Lisboa

2018

O novo acordo ortográfico de Língua Portuguesa não foi aplicado na redação desta tese de Doutoramento, tendo-se seguido a grafia antiga.

Dedicatória

À neta Agnese porque nos recordou frequentemente a importância da curiosidade, dizendo vezes sem conta: *Che cos' è?;*

Aos netos António e Francisco porque, insistentemente, nos repetiram ao longo dos nossos jogos e perante a nossa inépcia: Avô, tu consegues!

À Avó paterna dos meus netos!

MOMENTO DE GRATIDÃO

Terminamos o presente trabalho escrito, ou seja, a Tese, convictos de que pode ser operatório, para além do alcance gestual e da voz humana.

Traduz este escrito um propósito de aprendizagem, de formação contínua, formação esta que nos é muito lúdica e muito cara.

Igualmente, traduz a meta - a vida pode ser uma sucessão de metas – a que nos havíamos proposto no acto da inscrição no Curso de Doutoramento em Museologia nesta Universidade, e desde logo, perante o nosso Orientador, Professor Doutor José Fialho Feliciano, sempre muito disponível, no que terá perdido apreciável parte do seu preenchido e precioso tempo; perante ainda, a nossa hierarquia profissional, como seja a Direcção do Centro de Zoologia, e depois a Direcção do Jardim Botânico Tropical, até à fusão do Instituto de Investigação Científica na Universidade de Lisboa, em 31 de Julho de 2015.

Posto isto e *a fortiori*, cabe agradecer, muito sucintamente como segue:

Ao nosso Orientador, Professor Doutor José Fialho Feliciano, porque, repetidamente, afirmou que nos era possível terminar o presente escrito e que "valia a pena fazê-lo";

Ao Professor Doutor Luís Mendes, Decano e último Director do extinto Centro de Zoologia do IICT porque, empenhadamente, nos disponibilizou o acesso aberto aos pretendidos materiais de estudo que, ali, são do âmbito da Zoologia, da Etnografia e dos Produtos, sobretudo africanos, mas também orientais; a todos os elementos deste Centro de Zoologia, nomeadamente a fundamental atenção da Doutora Fernanda Rosa, actualmente a exercer funções no Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

A Todas/Todos que nos ajudaram a ultrapassar situações e insuficiências nas sucessivas etapas da nossa Vida, começando, desde logo, pelo berço embalado por minha Mãe, em Terra Saloia batida pela nortada atlântica, ali, a dois passos da extremidade mais Ocidental da Europa, onde nosso Pai cumpriu Serviço Militar, a Todas/Todos, e são muitíssimos e dispersos pelos locais da nossa itinerância,

Muito Obrigado

RESUMO

Pretende-se analisar neste estudo, com a desejável contextualização, a nível nacional e internacional, o Museu Colonial de Luanda, 1907-1910 – um tentâmen de Poder simbólico de apoio à *Reprodução e Apologia de Soberania Imperial*, em tempo dito de Império Africano – oficializado pela Visita do Príncipe Real D. Luís Filipe de Bragança, em 1907, no âmbito da Viagem Imperial que o levou do Tejo ao Atlântico e ao Índico, com retorno, 100 anos após a saída dos seus tetravôs, rumo ao Brasil.

Entende-se, aqui, este Museu Colonial como representação simbólica de Poder Político Colonial e Poder Político Imperial, no somatório dos diversos acervos expostos, no interior, nas varandas e espaços envolventes do Observatório Meteorológico e Magnético; da edição do respectivo *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*; da colecção de fotografias da época, em suporte vítreo, ditas "chapas-de-vidro"; do configurador Retrato do Rei que, embora ausente, está presente; da Visita e da mobilizadora Palavra do Príncipe Real, acompanhado do seu protocolar séquito; da nobilitante arquitectura do Museu, reutilização de um antigo templo de alta torre sineira; do próprio local da realização do Museu, no seu todo, na Alta da Cidade – um centro de Poder.

Releva-se como seu organizador o Director deste Observatório, Ernesto Augusto Gomes de Souza, Capitão-de-Fragata, Ajudante-de-Campo do Rei D. Carlos I e do Rei D. Manuel II, também pontualmente Governador-Geral interino de Angola, entre outras funções.

Entendem-se os acervos museológicos reflectidos, em parte inéditos, como tendo sido, ontem, ilustrativos da apetitibilidade da apropriação simbólica do Outro e das suas riquezas; consideram-se esses acervos hoje "restituídos", neste estudo, elementos potenciadores de Aproximação entre os Povos de Língua Comum, cuja Língua é " também nossa", dita "Língua de viagem e até de mestiçagem", de "onde se vê o Mar".

Palavras-chave: Museu Colonial; Príncipe Real D. Luís Filipe; Viagem Imperial; Poder Simbólico; Angola.

ABSTRACT

This study aims to reflect, with the advisable national and international contextualization, upon the Colonial Museum of Luanda, 1907/1910 - an attempt of symbolic Power leading to the Reproduction and Apologetics of the Empire, at the time of the so called African Empire – legitimized by the visit of Prince Royal Luis Filipe, Duke of Braganza, in 1907, during the Imperial Tour that took him from the Tagus River to the Atlantic and Indian Oceans, with return trip, 100 years after the departure of his great-grandparents bound for Brazil.

This Colonial Museum is seen in this study as a symbolic representation of the Colonial Political Power and the Imperial Political Power in the sum of the various collections exhibited inside, on the balconies and the surrounding spaces of the Magnetic and Meteorological Observatory; the edition of the corresponding catalogue, *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*; the collection of photographs of the time, in a glass support, the so-called "glass plates"; the representative portrait of the King, who, despite being absent, is present; the Visit and the rallying Words of the Prince Royal, accompanied by his royal court; the ennobling architecture of the Museum, a reutilization of an old temple with a high Bell Tower; and the site of the Museum itself, as a whole, in the upper part of the city - a centre of Power.

As its organizer, emphasis is given to the Director of this Observatory, Ernesto Augusto Gomes de Souza, Frigate Captain, Aide-de-camp of King Charles I and King Manuel II, and occasional Acting Governor-General of Angola, among other functions.

The museological collections, in part unprecedented, here reflected upon, were understood, in the past, as having been illustrative of the appeal of the symbolic appropriation of the Other and its richness; these collections, today "reinstated", are considered, in this study, as potential facilitators of the reconciliation between Peoples of Common Language, whose language is "also ours", the so-called “Language of travel and even miscegenation ", from “where it is possible to observe the Sea”.

Keywords: Colonial Museum; Prince Royal Luis Filipe; Imperial Tour; Symbolic Power; Angola.

ABREVIATURAS

CZ/IICT – Centro de Zoologia do IICT

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

ICOM - The International Council of Museums

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical

JBT – Jardim Botânico Tropical, actualmente na tutela da Universidade de Lisboa

MICP – Museu Industrial e Comercial do Porto

MICL – Museu Industrial e Comercial de Lisboa

PPC – Poder Político Colonial

PPI – Poder Político Imperial

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (acrônimo de United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO 17

PARTE I 31

CAPÍTULO I
ABORDAGEM AO MUSEU COLONIAL DE LUANDA: OBRA, ÉPOCA, CONTEXTO E EDIFÍCIO 33

CAPÍTULO II
MUSEU COLONIAL DE LUANDA, 1907-1910: TEORIA E MÉTODOS DE ANÁLISE 45

1. Museu Colonial de Luanda, 1907-1910
1.1. Estudo de um Museu de Produtos, para quê? 47
1.2. Museu de Produtos, porquê ali e naquele tempo? 50
1.3. Estudo no âmbito do Colonialismo e Imperialismo 55
1.4. Significado da sua realização naquele tempo e lugar 55

2. Enquadramento teórico: Conceitos, hipótese e sub-hipóteses 56

3. Quadro de referência e modelo de análise: Conceitos em inter-relação, hipótese e sub-hipóteses 58

4. Metodologia e Métodos 80
4.1. Museu Colonial de 1907-1910: Estudo de Caso 83
4.1.1 - Estudo de Imagética em suporte vítreo e em suporte de papel 84
4.1.2 – O *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola* 86
4.1.3 – Método de Observação Directa não participante 86
4.1.3.1 - Visita pontual de observação directa ao Observatório Meteorológico e restante Alta de Luanda 88
4.1.4 – Realização de entrevistas a peritos e seu estudo 90
4.1.5 - Recolha e estudo de documentação escrita e outra imagética 93
4.1.6 - Visitas a Colecções particulares, Museus, Bibliotecas, Arquivos e Centros de Investigação 94
4.1.7 - Re-visita a trabalhos museológicos de nossa co-autoria, de temática africana 95
4.1.8 – Museu Colonial de 1907-1910: Caracterização de Museus de Produtos 96
4.2. – Museu Colonial de 1907-1910: Análise de conteúdo 97

CAPÍTULO III
MUSEU COLONIAL DE LUANDA, 1907-1910: CARACTERIZAÇÃO NO CONTEXTO DA MUSEOLOGIA DA ÉPOCA, EM PORTUGAL 99

1 - Museus Industriais e Comerciais 102

2 - Museus de Temática Grandiosa 102

3 - Museus e Exposições de Produtos e afins 104

CAPÍTULO IV
MUSEU COLONIAL DE LUANDA, 1907-1910: APOIO DE *REPRODUÇÃO E APOLOGIA DE SOBERANIA IMPERIAL* 109

CAPÍTULO V
MUSEU COLONIAL DE LUANDA, 1907-1910: UMA VISITAÇÃO AO CONTEXTO DA ÉPOCA A NÍVEL NACIONAL 121

CAPÍTULO VI
MUSEU COLONIAL DE LUANDA EM TEMPO DE EXPANSÃO COLONIAL, 1876-1907 131

1 – 1876-1907: Ultimato britânico, Internacionalização de Exposições e Conferências 134

1.1 – Abordagem ao Ultimato 135

1.2 – Abordagem à Internacionalização das Exposições e Conferências 137

1.2.1 – Abordagem às Exposições Internacionais e Universais 138

1.2.2 – Conferência Internacional de 1876, em Bruxelas 139

1.2.3 – Conferência e Acto Geral de Berlim de 1884 e 1885 140

1.2.4 – Conferência Antiesclavagista de Bruxelas, 1889-1890 143

CAPÍTULO VII
VIAGEM IMPERIAL DE 1907 OU UM BRAGANÇA ENTRE SEUS PARES EM ÁFRICA 147

1 - Quem foi o Príncipe Real D. Luís Filipe? 150

2 – Ainda, porquê a Viagem Imperial do Príncipe Real D. Luís Filipe a África? 158

3 - Itinerário da Viagem Imperial do Príncipe Real. *Diário de Bordo da Viagem a África,* pelo Comandante Guilherme Vidal A. Júnior 161

3.1 – Itinerário, *Diário de Bordo da Viagem a África,* pelo Comandante Vidal Júnior (1907) 161

3.2 – Itinerário da Viagem Imperial. *Cartas d'África. Viagem do Príncipe Real (Julho-Setembro 1907)*, por Ornelas (1928) 164

3.3 - Recepção ao Príncipe Real, estadia e partida de Luanda. Visita ao Museu Colonial, no Observatório 166

PARTE II 173

CAPÍTULO VIII
E. A. GOMES DE SOUSA E O MUSEU COLONIAL EM LUANDA, 1907-1910: OBREIRO E OBRA **175**

1 – Quem foi Ernesto Augusto Gomes de Sousa? **177**

2 – O Museu Colonial, 1907-1910: acções museológicas e contemporâneas em Angola e na Metrópole **180**

CAPÍTULO IX
A CIDADE DE LUANDA E O EDIFÍCIO DO OBSERVATÓRIO EM POSITIVOS VÍTREOS. 1907 **189**

CAPÍTULO X
MUSEU COLONIAL DE LUANDA, EM 1907: EDIFÍCIO DO OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO **217**

CAPÍTULO XI
MUSEU COLONIAL DE LUANDA, EM 1907: HORTO E ZOO **245**

CAPÍTULO XII
MUSEU COLONIAL DE LUANDA, 1907-1910: *CATÁLOGO DO MOSTRUÁRIO DE PRODUTOS DA PROVÍNCIA DE ANGOLA* **271**

CONCLUSÃO **283**

BIBLIOGRAFIA **295**

GLOSSÁRIO **317**

NOTAS BIOGRÁFICAS **339**

ÍNDICE REMISSIVO **351**

APÊNDICES **I**

ANEXOS **CXV**

Índice de Figuras **Página**

Fotografia I – Monumento a Salvador Correia de Sá e Benevides. Alta de Luanda. 196
Fotografia II – Monumento a Pedro Alexandrino da Cunha. Baixa de Luanda. 198
Fotografia III – Baixa da cidade. Capitania do Porto, condutor e carruagem. 201
Fotografia IV – Baixa da cidade. Capitania do Porto e carruagem: outra perspectiva. 202
Fotografia V – Baixa de Luanda. Capitania do Porto, cocheiro e carruagem com Ernesto A. Gomes de Sousa 203
Fotografia V ' - Baixa de Luanda. Capitania do Porto, cocheiro e carruagem com Ernesto A. Gomes de Sousa. Pormenor. 203
Fotografia VI – Baixa de Luanda. Rua Salvador Correia de Sá e Benevides. 205
Fotografia VII – Baixa de Luanda e forças militares em parada. 206
Fotografia VIII – Habitação, Baía e Ilha de Luanda. 207
Fotografia IX – Observatório Meteorológico e vistas envolventes. Alta da Cidade. 211
Figura X – Vista para a Baía de Luanda, tendo ao fundo a Ilha e o Atlântico. 213
Fotografia XI – Observatório Meteorológico, homem e algumas vistas envolventes. 215
Fotografia XII - Sala do Rei e Sala de Recepção. 220
Fotografia XII' – Sala do Rei e Sala de Recepção. Pormenor. Retrato do Rei. 221
Fotografia XIII – Sala do Rei e Sala de Recepção: Outra perspectiva. 222
Fotografia XIV – Interior do Edifício. Sala de Bilhar. Parcelas do Museu Colonial. 1907. 224
Fotografia XIV' - Interior do Edifício. Sala de Bilhar. Parcelas do Museu Colonial. 1907. Pormenores. 225
Fotografia XV - Interior do Edifício. Sala de Bilhar. Parcelas do Museu Colonial. 1907. Outra perspectiva. 227
Fotografia XV' - Interior do Edifício. Sala de Bilhar. Parcelas do Museu Colonial. 1907. Outra perspectiva. Pormenores. 228
Fotografia XVI – Interior do Edifício do Observatório. Sala de Trabalho. 230
Fotografia XVII – Interior do Edifício do Observatório. Sala de Estar I. 231
Fotografia XVIII - Interior do Edifício do Observatório. Sala de Estar II. 233
Fotografia XIX – Interior do Edifício do Observatório. Sala de Estar III. 234
Fotografia XX - Sala de Trabalho. 235
Fotografia XXI – Sala de Jantar. 237
Fotografia XXI' – Sala de Jantar. Pormenores. 238
Fotografia XXII – Varanda do Observatório. Parcela do Museu Colonial. 1907. 239
Fotografia XXIII – Varanda do Observatório. Parcela do Museu Colonial. 1907. Outra perspectiva. 241
Fotografia XXIV – Varanda do Observatório. Retrato de Gomes de Sousa. 243

Parcela do Museu Colonial. 1907.
Fotografia XXIV' - Varanda do Observatório. Retrato de Gomes de Sousa. Parcela do Museu Colonial. 1907. Pormenores. 244
Fotografia XXV - Observatório Meteorológico e vistas envolventes. Alta de Luanda. 250
Fotografia XXVI – Observatório Meteorológico e vistas envolventes I. 251
Fotografia XXVII – Observatório Meteorológico e vistas envolventes II. 252
Fotografia XXVIII – Observatório Meteorológico e vistas envolventes III. 253
Fotografia XXIX – Canto da varanda do Observatório, vegetação e anexo envolvente. 255
Fotografia XXX – Homem, vegetação e anexo envolvente. 256
Fotografia XXXI – Armações para vegetação, viveiros e outros anexos. Ao fundo, o Atlântico Sul 257
Fotografia XXXII – Homens, anexos e armações para vegetação. 258
Fotografia XXXIII – Anexos, armações para vegetação, banco e barricas. 259
Fotografia XXXIV – Homem, anexos, animais e vegetação. 260
Fotografia XXXV – Vegetação, fontanário e animais em cerca. 261
Fotografia XXXVI – Vegetação, fontanário e animais em cerca. Outra perspectiva. 262
Fotografia XXXVII – Homens e chimpanzé. 264
Fotografia XXXVIII – Homens e chimpanzé. Arquitectura de sol e sombra. 265
Fotografia XXXIX – Chimpanzé. Arquitectura de sol e sombra. 266
Figura XL – Homem, Cefo ou elande e canga para domesticação. 267
Figura XLI – Cefo ou elande ou gunga no Zoo envolvente do Observatório. 268
Figura XLII – Lago com palmípedes no Zoo do Museu Colonial. 1907. 269

Índice de Apêndices **Página**

Apêndice 1 **III**
Apêndice 2 **V**
Apêndice 3 **IX**
Apêndice 4 **XI**
Apêndice 5 **XIV**
Apêndice 6 **XV**
Apêndice 7 **XVI**
Apêndice 8 **XVII**
Apêndice 9 **XVIII**
Apêndice 10 **XIX**
Apêndice 11 **XX**
Apêndice 12 **XXI**
Apêndice 13 **XXII**
Apêndice 14 **XXIII**
Apêndice 15 **XXIV**
Apêndice 16 **XXV**
Apêndice 17 **XXVI**
Apêndice 18 **XXVII**
Apêndice 19 **XXVIII**
Apêndice 20 **XXXI**
Apêndice 21 **XXXII**
Apêndice 22 **XXXIV**
Apêndice 23 **LI**
Apêndice 24 **LV**
Apêndice 25 **LIX**
Apêndice 26 **LXII**
Apêndice 27 **LXVI**
Apêndice 28 **LXXVI**
Apêndice 29 **XCVIII**
Apêndice 30 **XCIC**
Apêndice 31 **C**
Apêndice 32 **CI**
Apêndice 33 **CII**
Apêndice 34

Índice de Anexos **Página**

Anexo 1 **CXVII**
Anexo 2 **CXVIII**
Anexo 3 **CXIX**
Anexo 4 **CXX**
Anexo 5 **CXXI**
Anexo 6 **CXXIX**
Anexo 7 **CXXX**
Anexo 8 **CXXXI**
Anexo 9 **CXXXII**
Anexo 10 **CXXXIV**
Anexo 11 **CXXXVI**
Anexo 12 **CXXXVII**
Anexo 13 **CXXXVIII**
Anexo 14 **CXXXIX**
Anexo 15 **CXL**
Anexo 16 **CXLI**
Anexo 17 **CXLIV**
Anexo 18 **CXLVIII**
Anexo 19 **CLI**
Anexo 20 **CLVII**
Anexo 21 **CLX**
Anexo 22 **CLXVI**
Anexo 23 **CLXXV**
Anexo 24 **CLXXXI**
Anexo 25 **CLXXXII**
Anexo 26 **CLXXXIV**
Anexo 27 **CLXXXV**
Anexo 28 **CLXXXVI**
Anexo 29 **CLXXXVII**
Anexo 30 **CLXXXVIII**
Anexo 31 **CLXXXIX**
Anexo 32 **CXC**
Anexo 33 **CXCII**
Anexo 34 **CXCVIII**
Anexo 35 **CC**
Anexo 36 **CCII**
Anexo 37 **CCIII**

INTRODUÇÃO

Tratamos, na presente tese, uma temática dominantemente africana e museológica que contextualizamos no tempo e no lugar - o Museu Colonial* de Luanda*, oficializado em 1907[1] e que persiste até 1910, no Observatório Meteorológico e Magnético desta cidade e no seu espaço envolvente, na Alta da cidade.

Foi oficializado pelo Príncipe Real D. Luís Filipe, dito o Príncipe Africano, aquando da sua Visita, no âmbito da Viagem Imperial, no Vapor *África*, que o levou da então Metrópole, ao Atlântico Sul e depois ao Índico, com retorno à então Metrópole.

É para este Museu Colonial e para o seu tempo social e político - tempos tensos em tempo de Monarquia crepuscular e de pretensas hegemonias imperiais - que voltaremos as nossas atenções, fazendo-o no pressuposto de que estamos perante um paradigma museológico de apoio à *Reprodução e Apologia* de soberania Imperial, hipótese esta que procuramos justificar ao longo deste estudo, através do estudo da documentação reunida, tendo presente as ligações e interrelações relevadas, que nos permitam a compreensão do material em análise.

Em termos dos materiais tridimensionais e vítreos apresentados em estudo de caso, ou seja a partir do Capítulo IX, diremos que, por feliz acaso, os adquirimos numa Feira de objectos usados, em Lisboa, na década de 80. Aqui, encontrámos também um faqueiro de elaborados cabos esculpidos de marfim[2] - material exótico apreciado na Europa, nomeadamente em Portugal e muito especialmente na Ásia -, uma peça de medalhística e fotografias antigas, em chapa dita de vidro, que haviam sido pertença particular de Ernesto Augusto Gomes de Sousa, Governador

[1] Embora já pudesse estar realizado e houvesse trabalho museológico anterior a 1907, como o foi a organização de uma avultada remessa de produtos de Angola, em 1906, por Ernesto Augusto Gomes de Sousa, para o Museu da Sociedade de Geografia, que não foi certamente fruto de uma acção espontânea, mas de um trabalho continuado. Este pressuposto poderá ser reforçado pelo facto de, já em 1905, o Governador-Geral Ramada Curto, por Portaria nº 337 do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1905), ter encarregado J. Gossweiler de fazer a recolha de um mostruário de borracha dos povos Ganguela, que foi feito e pertenceu ao acervo do Observatório Meteorológico e que vemos incluído no Catálogo do Museu Colonial (Sousa, 1907).

[2] Trabalho muito possivelmente realizado em Angola, por homens congueses do então denominado Congo Português, pois este tipo de obra consta no *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*, onde tem o número de item 457 (Sousa, 1907, p. 53). O *Metropolitan Museum of New York*, realizou uma exposição sob título *African Ivories*, que recebeu catálogo com o mesmo título, em 1984, editado pelo supra-referido Museu, em Nova York. O catálogo contém várias referências aos portugueses. Também o Museu Instrumental de Lisboa tem nas suas colecções exemplares de flautas de marfim (Rodrigo, 1984a), assim como o Museu de Arte Antiga, em Lisboa, possui elaboradas peças africanas e orientais de marfim (Pinto, 1988).

O Museu Colonial de Luanda expôs dentes de marfim (Teixeira, 1936) e dentes de marfim e peles de animais já os tinham o Museu ou Moseion de Alexandria, cerca de 300 anos a.C. até cercade 300 d.C. (Alexander, 1979).

O abate do elefante, executado durante largo tempo, era fonte de avultadas receitas no mercado, nomeadamente em Bruxelas, disponibilizava boa matéria de escultura e permitia fotografias de pose ao caçador, exibindo os seus troféus cinegéticos (Vasconcelos, 1924).

Interino de Angola, em tempo de Monarquia; Capitão-de-Fragata da Armada; Ajudante-de-Campo do Rei D. Carlos; Ajudante-de-Campo honorário do Rei D. Manuel II*; Capitão dos Portos de Angola (**ANEXO 1**); Director do Observatório Meteorológico e Magnético de Luanda; militar de acção e de estudo, medalhado na Exposição Universal de Paris de 1900 (**APÊNDICE I**); Provedor da Santa Casa da Misericórdia, em Luanda; doador de terrenos para instituição ao serviço de crianças desvalidas, no lugar da Parede, nos arredores de Lisboa; Director da Escola Profissional de Luanda; membro activo de vários grupos de trabalho; comandante de navio e responsável pelo levantamento de carta marítima, no norte de Angola; coordenador das festividades de recepção ao Príncipe Real D. Luís Filipe, em Luanda, aquando da Viagem Imperial; organizador do Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda, e organizador de acervos* para montagem de exposições na Sociedade de Geografia* de Lisboa, desde logo e no mínimo, desde 1905 (Sousa, 1906), entre outros.

Ainda, por feliz acaso, estes referidos materiais vítreos e outros chegaram às nossas mãos, acompanhados de documentação bem identificadora da pertença de origem, nomeadamente a biografia do referido organizador do Museu Colonial (Teixeira, 1936), o *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*, oficializado em Junho de 1907 por ocasião da Visita a Luanda de sua Alteza o Príncipe Real Senhor D. Luís Filipe (Sousa, 1907), e o exemplar de medalhística comprovativo do Prémio recebido na Exposição Universal de Paris de 1900, ostentando o nome de Gomes de Sousa. Isto é, estes chegaram-nos como materiais não erráticos, para o que muito contribuiu a acção atenciosa do Capitão da Força Aérea Portuguesa, Virgílio de Souza, a quem os adquirimos, e que constituem, como dito, a base do nosso estudo de caso.

Apraz-nos fazer este presente estudo, versando contexto africano[3]. Este nosso voltar a África, com a realização desta tese, vemo-lo, possivelmente, em jeito de auto-análise e de história de vida, como um retorno a outras situações em que nos cruzámos com esse mundo civilizacional africano.

E, assim, desde logo, vemo-nos como criança vivendo em mundo rural, em recatado estado febril de doença passageira, olhando um conjunto de pequenas fotografias amarelecidas - enquanto víamos fotografias, os adultos dedicavam-se às suas tarefas -, mostrando pessoas de

[3] O nosso interesse pela temática africana e colonial é patente em período anterior, como diremos em Introdução, ao nosso Curso de Conservador de Museu, que decorreu entre 1981 a 1984, no âmbito do então Instituto Português do Património Cultural/Ministério da Cultura e cujo trabalho final foi realizado sob a coordenação de Ernesto Veiga de Oliveira (Rodrigo, 1984b).

características somáticas e trajes algo diferentes dos que víamos na nossa aldeia saloia[4]. Foi assim que conhecemos a nossa primeira cidade, que não foi Lisboa: foi a cidade do Mindelo, em S. Vicente[5], Barlavento de Cabo Verde. O que então nos distribuíam na cama era o conjunto de fotografias que o nosso pai (**ANEXO 2**), Soldado de Artilharia Antiaérea, saído do então Quartel da Cidadela de Cascais, durante a Segunda Guerra Mundial, tinha trazido consigo, como lembrança da terra, dos homens e das mulheres de Cabo Verde. Mas ele não trouxe só, consigo, a colecção* de fotografias: trouxe as febres cíclicas do paludismo de que nos lembramos desde muito novo e que o impediam de trabalhar com a podoa[6] e a enxada - dote que o nosso avô paterno lhe ofertou, aquando do casamento, o que nos transporta para além da materialidade dos objectos, exercício este que faremos frequentemente neste estudo, a propósito doutros fragmentos de cultura (Mauss, 2015). As febres que nos davam a ver, eram, sabemo-lo hoje, "Malhas que o Império tece", no dizer de Fernando Pessoa, poeta e autor do poema *Menino de sua mãe*, que é também o proclamador de "A minha Pátria é a minha Língua". "Malhas", vimo-las, ainda, no nosso transporte de prisioneiros de guerra, então libertados, da Guiné para Lisboa, no pós-25 de Abril; e vimo-las e foram-no os feridos transportados em macas, com a mesma origem e em meio áereo no *ante*-25 de Abril. E foram-no a Ponte Aérea em que participámos, inclusive em avião-hospital no pós-25 de Abril, em situação não académica mas seguramente em situação de grande aprendizagem, marcante da nossa história de vida. "Malhas", foram-no, ainda, mais tarde, a nossa situação de detido, em território africano Independente saído das antigas Rodésias, em acção de transporte aéreo, no pós-25 de Abril, entre outros, de familiares de cooperantes, vindos de Moçambique.

Malha ou *trama* é uma combinação de nós, que aqui são nós de sofrimento. O contexto deste poema de Fernando Pessoa remete para um combatente português, jovem, sendo que, quanto a nós, as malhas ou tramas tecidas pelo Império*, para além de atingirem o militar metropolitano, atingia e continuou a atingir o colonizado, como vemos em fotografia espontânea de um ex-sargento da Força Aérea Portuguesa que teve a frieza de fixar o instante e a coragem de

[4] Entre vários autores, relativamente à temática dos *Saloios*, dedicou atenção Vasconcelos (1975).
[5] À Ilha de S. Vicente dedicou Ferreira (1971) a sua obra *Voz de Prisão*, muito centrada na Ilha e, entre outros, nos muitos militares ali estacionados, no período da Segunda Grande Guerra.
[6] Sobre esta temática trabalharam Oliveira et al. (1966). O Museu Nacional de Etnologia inaugurou, em 2000, as *Galerias da Vida Rural*, que são visitáveis, com acompanhamento, e onde está presente este artefactuário.
Relativamente à temática da alfaia agrícola e concretamente no que respeita ao Museu do Trabalho, em Setúbal, remetendo para a acção de Michel Giacometi, ganha relevo a obra de Branco & Oliveira (1994).

a divulgar agora, que mostra uma mãe africana e o seu filho abatidos a tiro, segundos após a fotografia ter sido feita (**ANEXO 3**).

Mas premia caminhar para o deslaçamento das referidas malhas, ou tramas, o que é tornado possível a partir de 1974, com o fim da Guerra Colonial, e a consequente denominada morte de Portugal como Metrópole (Silva, 1998), como documenta bem a escultura Lwena, do leste de Angola. Representa uma mulher de formas vigorosas, jovem, escultura essa oferecida pelo Soba local, Autoridade* Tradicional, nas imediações da então Vila Luso, hoje cidade de Lwena, ao Comandante da Força Militar Portuguesa que, em Ano de Transição para a Independência de Angola, ali comandou a recolha dos últimos cidadãos portugueses, muitos dos quais crianças e séniores, que seguiram de comboio, com destino a Nova Lisboa, depois denominada Huambo, tendo Lisboa com destino final. Isto é, à guerra sucedia a Paz, aqui materializada nesta escultura de madeira densa com 40,5 por 15,3 cm, a entender como reforço de aliança (**ANEXO 4**). A presente escultura, de tão grande carga simbólica, foi guardada até ao presente, em colecção pessoal, por Miguel Pessoa, então Alferes Miliciano, Comandante de Companhia, que acompanhou o Tenente-Coronel de Artilharia João Manuel de Faria M. Amaro, na referida acção de recolha dos portugueses, lá longe em terra Lwena, como dito e conforme relatório então superiormente apresentado (**ANEXO 5**).

É a África que voltamos, aqui, neste estudo: a uma África do outro tempo, linear e sempre crescente, balizado no presente estudo e que pensamos poder contribuir para a compreensão das nossas seculares relações, que hoje se pretende desenvolver em termos de relações horizontais num Colectivo de Países de Língua – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Comunidade esta só possível após a referida morte de Portugal como Metrópole, conforme Silva (1988, pp. 629 e 631), cujo pensamento está presente ao longo do trabalho:

> "Além de tudo, para que Portugal seja verdadeiramente irmão dos outros Povos de Língua, tem de morrer como Metrópole e renascer como comunidade livre, já que dominar os outros é a pior forma de prisão que se pode ter (…).
>
> (…) Seguindo ou alargando Pessoa, poderíamos dizer que é a Língua Portuguesa o que nos constitui Pátria. Sendo assim e supondo, como parece seguro, que todos os antigos territórios ultramarinos vão adoptar o Português como Língua de comunicação, sem pôr de parte o uso e estudo das línguas nativas, Portugal, ao contrário do que tantos dizem, não diminuiu, antes se multiplicou." (Silva, 1988, pp. 629 e 631).

Ainda faz sentido esta tese, pois poderá trazer, cremos nós no presente momento da investigação, algum possível acréscimo de materiais inéditos, no que respeita à Museologia*, sobretudo a de temática africana.

É igualmente pertinente, quanto a nós, a referida matéria inédita apresentada, no que respeita à compreensão do conturbado tempo social e político vivido, então, a nível nacional e internacional, em que se realiza a assertiva Viagem Imperial do Príncipe Real D. Luís Filipe - a entender, a nível do poder simbólico*, como um reforço do fragilizado Estado-Nação* Imperial e do próprio Regime*. E, assim, sugere fazer sentido a Viagem Imperial pois a presença portuguesa, em África, era um dos pilares fracos[7] deste Regime e deste Estado-Nação Imperial, sobretudo desde a Conferência de Berlim, como que fazendo jus a que, em Portugal, os regimes caem em África: foi-o, assim, com a Monarquia, que foi ruindo, nomeadamente a partir do Ultimato Britânico, e foi-o, assim, mais tarde com o Estado-Novo, no que respeita à Guerra Colonial ou Guerra do Ultramar, também dita Guerra de Libertação – longa, larga de quatro frentes, penosa para os Povos envolvidos e *hors-de-son-temps*.

Posto isto, entramos concretamente na reflexão sobre o presente trabalho.

A oficialização do Museu Colonial ocorre no âmbito da longa Viagem Imperial, como dito, que leva o Príncipe Real do Atlântico ao Índico, com retorno à então Metrópole - Lisboa, S. Tomé, Luanda, Lourenço Marques, Beira, Ilha de Moçambique, Quelimane, Beira, Umtali, Beira, Lourenço Marques, Pretória, Johanesburgo, Maritzburgo, Durban, Blomfontein, Kimberley, Cabo, Moçamedes, Dombe Grande, Benguela, Lobito e Catumbela, Luanda, Lucala, Cunga e Bom Jesus, Luanda, S. Tomé, Santiago, S. Vicente, Cascais e Lisboa - a entender como uma Viagem de soberania num tempo em que ocorrem várias Conferências Internacionais e estavam em curso definições de fronteiras coloniais no "tabuleiro" da ocupação.

Entendemos o Museu Colonial de Luanda, 1907-1910, como um exemplo de Museologia utilitária e utilitarista (Porto, 2009), no sentido em que faz a apropriação do Outro e dos bens do Outro, entendido este, até tardiamente, sobretudo como mero ser biológico (Oliveira, 1972), o que contribuía para a expansão colonial europeia que desligava o objecto material ou imaterial, do sujeito social, seu criador e reprodutor (Araújo, 2012) - o que apoucava a identidade do colonizado, fragilizando-o; entendemo-lo como Museu Colonial, dado tratar temática colonial* –

[7] Vários Boletins Oficiais de Angola, com frequência, apresentam mapas das praças mortas, feridas e extraviadas, relação nominal das praças falecidas, enquanto repetem que a saúde de Suas Magestades e Suas Altezas passa sem novidade.

independentemente de conter, como contém, materiais zoológicos, botânicos, geológicos e etnográficos -, posto que os Museus podem ser de muitas espécies, tantas quanto aquelas que queiramos individualizar no âmbito das categorias disciplinares ou das formas especiais da acção humana (Oliveira, 1971; Dias, 2000). Corroborando esta ideia, a imprensa da época e mais tarde Ornelas (1928) também o denominam como Museu Colonial.

Consideramo-lo oficializado em 1907, com a Visita do Princípe Real - conquanto haja remessa organizada de Produtos por Gomes de Sousa para o Secretário Geral da Sociedade de Geografia, Almirante Ernesto de Vasconcelos, datada de 24 de Outubro de 1905 -, e entendemo-lo como terminado em 1910, no último trimestre, embora uma parte possa muito bem ter ficado no Edifício do Observatório, e possa até mesmo ter seguido para a Exposição de Produtos, em Londres, ao tempo de Norton de Matos, em 1914, data em que o seu organizador, Ernesto Augusto Gomes de Sousa, Ajudante de Campo Honorário do Rei D. Manuel II e Capitão dos Portos de Angola, como dito, entre muitas outras funções militares e civis, deixa a sua residência ou casa de função no Observatório Meteorológico, regressa a Lisboa com a totalidade ou grande parte das suas colecções e outras pertenças, e pede a reforma, como trataremos mais adiante, em pormenor.

Dito isto, ocorre referir que o presente trabalho, para além desta Introdução e da Conclusão, se desenvolve ao longo de 12 capítulos e respectivas alíneas, dispostas em duas partes. A primeira parte comporta 7 capítulos que têm em atenção sobretudo aspectos teóricos, metodológicos e contextuais; a segunda parte é dedicada ao estudo de caso e comporta 5 capítulos.

Quanto aos vários Capítulos, que trataremos adiante, o **Capítulo I** começa por colocar, em jeito breve, o Museu Colonial de 1907-1910, nossa questão e nosso conceito, indissociável da Visita Imperial de 1907, abordando-o a nível da obra, época, contexto e nobilitante Edificío.

No **Capítulo II**, propomo-nos abordar o referido Museu, a nível metodológico e dos instrumentos de análise, tendo em atenção os procedimentos lógicos e os técnicos que possam conduzir ao conhecimento científico, relativamente à matéria em estudo e aos fins a atingir, com a necessária possível compreensão, para o que pontuamos a questão; o âmbito da área em que se integra o nosso objecto de estudo; o significado da realização do Museu; o enquadramento teórico, a nível dos conceitos, hipótese e sub-hipóteses; o quadro de referência e modelo de

análise, tomando os conceitos em correlação, hipótese e sub-hipóteses; metodologia e métodos; e, por fim, o estudo de caso e análise de conteúdo.

O **Capítulo III** comporta uma reflexão sobre o Museu Colonial de Luanda, colocando-o no contexto dos Museus e exposição de Produtos, a que pertence, comparativamente com outros outros Museus de Produtos e outros tipos de Museus. Fazemo-lo, concretamente, e como procedimento técnico, no que respeita à falência dos Museus Industriais e Comerciais, ao reforço dos Museus de Temática Grandiosa e, à inauguração de Exposições e à oficialização do Museu de Produtos, em Luanda, em 1907, este a entender como Museu Colonial, e a reflectir, entre outros. Ao caminharmos, assim, cremos poder apontar as diferenças e similitudes entre os vários tipos de Museus, que pensamos serem ilustrativas da situação do Estado-Nação Imperial, de então, o que contribuirá para a compreensão da nossa questão.

Quanto ao **Capítulo IV**, tratamos o Museu Colonial de Luanda, de 1907-1910, nosso estudo de caso, e entendemo-lo como *Apoio à Reprodução e Apologia de soberania Imperial*, como dito. Interpretamo-lo como um tentame de Poder Simbólico em si mesmo e configurado pela imagem do Rei. Começamos por relevar, neste Capítulo, algumas das informações presentes nos referidos positivos vítreos, do acervo de Gomes de Sousa, que sugerem o Observatório Meteorológico, onde foi realizado o Museu Colonial, como sendo um lugar de exercício do Poder - o bilhar[8] nele existente, por exemplo, pode sugeri-lo, pois repete o modelo dos Paços dos Bragança. Em suma, neste Capítulo, tentamos uma abordagem ao poder simbólico, "poder de construção da realidade, potenciador da criação de cumplicidades na aceitação de dominâncias" (Bourdieu, 2011, p. 4), presente na realização deste Museu de Produtos, ou seja, neste Museu Colonial, oficializado pelo Príncipe Real D. Luís Filipe, aquando da sua Viagem Imperial a África, em 1907.

Tratamos de seguida, no **Capítulo V**, o Museu Colonial de Luanda, de 1907-1910, em termos de uma visitação ao contexto da época e do lugar, a nível nacional. Fazemo-lo, começando por abordar a Viagem Imperial do Príncipe Real D. Luís Filipe, muito contextualizadora da época e do lugar, para cuja compreensão muito contribuem os relatos do Comandante do Vapor *África*, Guilherme Vidal Júnior (Júnior, 1915), e os do Ministro Ayres de Ornelas (Ornelas, 1928), que amiúde seguiremos. Também algumas obras consultadas, e relativas

[8] Passível de proporcionar a envolvente dum silêncio de solenidade, conforme Queirós (1949), cuja obra está de acordo com a primeira edição datada de 1888.

a espaços e vivências nos Paços, sobretudo no da Cidadela de Cascais, cuja Baía é palco de Festival Marítimo, de grande visibilidade, poderão, cremos nós, trazer pertinentes motivos de contextualização, relativamente à época e ao lugar da realização do Museu Colonial, que ora estudamos.

No Capítulo **VI**, fazemos ainda uma contextualização do Museu Colonial de 1907-1910, em época da referida Viagem Imperial do Príncipe Real, abordando o Ultimato britânico, Exposições e Conferências Internacionais, onde, entre outras, ganham dominância as Exposições Internacionais e Universais, a Conferência Internacional de 1876, em Bruxelas, e a Conferência e Acto Geral de Berlim, em 1884 e 1885, que traz inúmeras consequências sobretudo para o Continente Africano. Abordamos, aqui, o Ultimato Britânico, em 1890, por ser fundamental para a compreensão da época, sobretudo no que respeita a Portugal e aos seus então territórios em África.

Quanto ao **Capítulo VII**, constitui ainda uma contextualização do Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda, para o que se aborda, agora em detalhe, a Viagem Imperial de 1907, que leva o jovem Príncipe Real a África – palco onde se cruza com os seus Imperiais pares, oriundos de outros Estados Imperiais europeus.

E questionamo-nos, concretamente, porquê a Viagem Imperial do Príncipe Real, em tempo de "corrida" a África, naquele tempo que era pós-Conferência de Berlim, a qual obrigava, ali, à ocupação efectiva dos territórios pelas potências coloniais. Mais adiante, tratamos, tanto quanto possível em detalhe, a referida Viagem, de tão grande carga simbólica. Fazemo-lo, abordando sobretudo o *Diário de Bordo* do citado Comandante do Vapor *África* e a correspondência oficial e epistolar de Ayres de Ornelas, sendo também de referir, aqui, entre outros, o estudo de dezenas de fotografias relativas à Viagem e ao Príncipe Real, existentes no Arquivo Fotográfico do Museu de Marinha, em Belém, e no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, bem como imprensa da época.

Neste presente Capítulo, referimos, ainda, a nossa intenção de relevar uma reflexão sobre a chegada do Príncipe Real, estadia e partida de Luanda, seguindo sobretudo a obra de Ornelas (1928), autor este, então Ministro de Marinha, que acompanhou o Príncipe Real. Ainda, nesta alínea, e no âmbito da estadia do Príncipe Real, destacamos a sua Visita ao Museu Colonial, museu este que é a nossa questão, muito relevante para a sua compreensão. E para isto, importará relevar o régio visitante e oficializante deste Museu, bem como o seu organizador, Gomes de

Sousa, adiante tratado em detalhe, pois ambos constituem uma díade de fundamentais actores, representando papéis principais e convincentes, na afirmação deste Museu Colonial, em Luanda – iniludível sustentáculo, enquanto representação simbólica, de soberania Imperial.

Após isto, iniciamos a segunda parte desta tese. Fazemo-lo no **Capítulo VIII**, com o que partimos para o tratamento do estudo de caso. Para tal, reflectimos Ernesto Augusto Gomes de Sousa, fundamental obreiro do Museu Colonial de 1907, incluindo o Edifício do Observatório e os respectivos Horto e Zoo envolventes, pois o homem, em grande medida, explica a sua obra, neste caso museológica.

Ainda, neste Capítulo e em segunda alínea, tentamos colocar o Museu Colonial de 1907-1910, no âmbito do que se pensava, então, ser e como fazer "Museu", o que nos pode sugerir eventuais exiguidades sentidas na realização da obra museológica de Gomes de Sousa, desenvolvida na então periférica Luanda (Sousa, 1907).

Prosseguimos com o estudo de caso, em **Capítulo IX**, e fazemo-lo, começando por tomar os referidos positivos vítreos do acervo de Ernesto Augusto Gomes de Sousa, no respeitante à cidade de Luanda e ao Edifício do Observatório Meteorológico e seus espaços envolventes, onde foi realizado o referido Museu Colonial. Assim, partimos do geral para o particular, sendo que as imagens da própria cidade, na parte envolvente do referido Edifício do Observatório, e as imagens do próprio Edifício do Observatório, poderão contribuir para a compreensão do Museu Colonial de 1907-1910.

Continuamos este estudo, em **Capítulo X**, prosseguindo na descrição e interpretação dos positivos vítreos do acervo de Ernesto Augusto Gomes de Sousa, relativos ao Museu Colonial de 1907-1910, oficializado, como dito, pelo Príncipe Real, no Edifício do Observatório, e configurado pelo Retrato do Rei, que é o Rei, ele mesmo, mais a sua imagem, ou a imagem que dele fazem.

O referido Museu Colonial contém uma Museografia* ou Expografia densa[9] como era comum na época, no respeitante ao interior do Edifício e às varandas, dando a ver, possivelmente,

[9] É o que acontece também, por exemplo, com o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa que, até finais de 1970, apresentava uma museografia densa e acervos de várias áreas do saber, como sejam, a etnografia, a geologia, a botânica e a zoologia. Relativamente à zoologia, entre outras, a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) depositará as suas colecções, em 1979, no então Centro de Zoologia/IICT, ao tempo do seu Director, João Crawford Cabral.

Também assim sucede com o Museu da Revolução, entre outros, que é o primeiro Museu a ser criado na República, logo a 29 de Dezembro de 1910, no Colégio do Quelhas, cujas colecções eram expostas em cinco salas de forma compacta (Ramos, 1992). Este Museu teve uma vigência inferior a três anos (Gouveia, 2010).

o mais rico e o máximo possível ao Príncipe Real, e, através dele, aos observadores internacionais interessados, em delicados móveis expositores, como que lhe mostrando como era pleno de atractividade o seu Império. Os materiais expostos afiguram-se-nos, em princípio, como uma parte fundamental do presente estudo de caso, acrescidos da imensa informação plasmada nos citados positivos vítreos, no *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola* (Sousa, 1907) e nos relatos que deles fizeram, nomeadamente Ayres de Ornelas (Ornelas, 1928) e a imprensa da época, que neste trabalho são preciosas fontes documentais.

Em **Capítulo XI**, continuamos a tratar o estudo de caso, abordando os vários acervos expostos em 1907, no Horto e Zoo, localizados na envolvente do Edifício do Observatório. O Horto, para além da dignificação do contíguo Observatório - um lugar de exercício do Poder -, está cuidadosamente limpo e tratado. Note-se, por exemplo, a caiação branca de parte dos troncos das árvores, como prevenção contra insectos, árvores essas que serviriam possivelmente, como material de estudo - à época, J. *Gossweiler** estava em Angola - e como mancha vegetal, propiciadora de bem-estar para homens e animais.

Os materiais do Horto não são tratados no *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*, do Museu de Luanda (Sousa, 1907). Porém, já o são vários exemplares presentes no Zoo, em parte uma interface do Zoo de Lisboa, como vemos na Parte III do referido Mostruário.

Gomes de Sousa teria grande estima por muitos destes animais, colecção sua, particular, e em significativo número trouxe-os para o Zoo de Lisboa, aquando do seu regresso à então Metrópole, após a implantação da República.

Por fim, em termos dos Capítulos, entraremos no **Capítulo XII**, que reflecte o *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*, relativo ao Museu Colonial de 1907-1910 (Sousa, 1907), em texto e em imagem. O presente e referido *Catálogo do Mostruário* e outros materiais foram-nos entregues em mão pelo Capitão da Força Aérea Portuguesa, Virgílio de Souza[10], como dito, no momento da aquisição do referido e bem conservado conjunto de positivos vítreos - acrescida da oferta da publicação relativa à biografia de Gomes de Sousa e da medalha que o refere, respeitante à sua obra sobre o Observatório Meteorológico e Magnético de Luanda, premiada na Exposição Universal de 1900, em Paris, o que muito contribuiu para que a

[10] Quanto à sua carreira militar, entre outros aspectos, integrou a Tripulação do avião da Força Aérea Portuguesa que, no pós-25 de Abril, teve a missão de carregar e transportar os restos mortais do General Humberto Delgado, por fim Marechal, de Espanha para Portugal.

informação nele constante, não se perdesse como errática. Consideramos muito importante a referida informação para o desejável aprofundamento da presente tese, a que nos propomos.

Dizemos, por fim, nesta Introdução, que este estudo comporta observação directa, não participante, em Luanda, sobretudo na Alta da Cidade, nomeadamente no que respeita à parcela do Observatório Meteorológico, no seu interior e nas varandas, nos espaços contíguos exteriores e também na envolvente um tanto mais alargada, o que contribuiu, cremos nós, para "vestirmos" a Geografia e o Património Construído da cidade, patentes em fotografias de Gomes de Sousa, apresentados em estudo de caso.

Partimos, assim, com a presente parcela introdutória, para o percorrer dos doze capítulos, a que se segue a Conclusão, na esperança de trazermos alguns relevantes materiais museológicos, de temática africana – fragmentos de cultura, ilustrativos de poder simbólico – de os compreendermos e de os colocarmos ao serviço, sobretudo, da Comunidade de Língua Comum, a quem, eventualmente, mais poderão interessar, Língua essa, pluricontinental e, conforme Virgílio Ferreira, de onde se "vê o mar", Língua também dita de "Viagem e até de Mestiçagem" (Alegre, 2016).

Dizemos, ainda e por fim, que ao longo do texto e sempre que tenhamos entendido como importante, remeteremos para Glossário, assinalado com asterisco (*); para Notas Biográficas, assinalado com dois asteriscos (**); para Apêndices, que apresentamos como suporte da temática desenvolvida; e para Anexos, passíveis de complementar este estudo.

Por fim, gostaríamos de deixar referido que a realização deste estudo é para nós um imperativo moral, dado conter fotografia vítrea, e ainda eventualmente outra, que poderá ser inédita, em significativa parte, pelo que importava recolhê-la, conservá-la, interpretá-la e disponibilizá-la para que outrem a possa estudar e, sobre ela, porventura ter outro entendimento diferente do nosso.

PARTE I

CAPÍTULO I

CAPÍTULO I - ABORDAGEM AO MUSEU COLONIAL DE LUANDA: OBRA, ÉPOCA, CONTEXTO E EDIFÍCIO

O Século XIX português, saído do *ancien regime,* saído das lutas fraticidas entre os filhos do Imperador-Rei D. João VI e entrado em período liberal, é marcado por esperanças de melhorias, por realizações ocorridas sobretudo no período da Regeneração. Porém, é bastante um século em que se escoam muitos sonhos sonhados, nomeadamente os de afirmação de potência confirmada, muito materializada na não implementação do Mapa Cor-de-Rosa, ou seja, na recusa da pretensão portuguesa – apresentada com a cumplicidade da Alemanha e da França[11], de modo a impedir a expansão da Grã-Bretanha em África - da criação de uma colónia na África Meridional, entendida como contribuição para a libertação de Portugal, relativamente à tutela do então maior Império Marítimo do Mundo - a Grã-Bretanha - e à pressão exercida, por vezes, pelo hegemónico vizinho ibérico.

De facto, Portugal era potência periférica. Porém, embora periférica e longe da época quinhentista em que, conforme o Poeta Maior, na hiperidentitária obra *Os Lusíadas*, Portugal era "cabeça da Europa toda", ainda tem forças dinâmicas relativamente à expansão em África e, assim, em 1876, é fundada, em Lisboa, a Comissão Central Permanente de Geografia, logo depois seguida e substituída pela Sociedade de Geografia de Lisboa[12], que será a grande dinamizadora das pretensões imperiais portuguesas em África (Santos, 1988).

Intuía-se, deste modo, em Portugal, que neste tempo triunfava a ideologia colonial na Europa e à semelhança do que ocorria na maior parte das potências europeias, adere-se a essa ideologia e preparam-se expedições científicas[13] e militares, no sentido de "lutar pela partilha da preponderância económica, cultural e política do mundo extra-europeu" (Santos, 1988, p. 267).

[11] Buscavam-se, assim, "apoios alternativos no campo internacional, relativamente à Grã-Bretanha" (Alexandre, 1979, p. 178).

[12] Esta SGL terá como uma sua antecedente a Sociedade Real Marítima Militar e Geográfica que vive de 1798-1807. Esta foi fundada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e vem no seguimento da sua congénere inglesa African Association (1788), de grande importância (Santos, 1988, pp. 186 a 187). Esta última é também dita *The Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa*, uma vez que a formação desta associação se releva no âmbito desta exploração africana.

[13] Lideradas por militares, no entender de que "(…) o poder militar, o qual agregava os poderes financeiro e económico, e o poder científico e cultural, embora o primeiro tivesse uma imagem mais forte, até que as duas grandes guerras mundiais destruiram primeiro os impérios domésticos europeus (Alemão, Austro-húngaro, Russo, Turco) e depois o império colonial euromundista (Holanda, Bélgica, França, Portugal, Inglaterra)" (Moreira, 2015, pp. 8 a 9).

Em Portugal, este interesse por África mantém-se claramente e, só no respeitante ao ano de 1884, organizaram-se nada menos do que três grandes expedições e estavam programadas outras de enorme importância, em que se destacavam as figuras de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, de Serpa Pinto e Augusto Cardoso, de Henrique Carvalho, de António Maria Cardoso e Paiva de Andrade. E foi em finais deste mesmo ano de 1884, que se reuniu a Conferência de Berlim, que termina em Fevereiro de 1885, ficando estabelecido que as nações europeias "ficariam com direito aos territórios da África Central através da ocupação militar, que deviam comunicar imediatamente às outras potências. Era o fim dos direitos históricos. As regras do jogo estavam definidas. A corrida a África ia começar." (Santos, 1988, p. 307).

Definidas as citadas "regras do jogo", a Portugal, em termos de visibilidade, em 1886, deixa de interessar muito as grandes travessias e expedições científicas, tentando centrar-se mais no conhecimento geográfico e na ocupação militar dos territórios, assumindo a Sociedade de Geografia de Lisboa, a 27 de Maio de 1887, "que o ciclo das travessias estava terminado" (Santos, 1991, p. 10). E enquanto isto se reflectia em Portugal, a Inglaterra fornecia a Lubengula, Rei dos Matabeles, 1000 espingardas *Martin Henry*[14] e 300 000 cartuchos, estando em vigor o acordo entre Portugal, Alemanha e Inglaterra sobre a não introdução de armas na África Oriental (Santos, 1991, p. 10).

A Conferência de Berlim, em 1884 e 1885, havia secundarizado o referido "direito histórico" proclamado pelos Portugueses e ainda baseado nas Grandes Navegações de quatrocentos e quinhentos. As grandes potências europeias estavam inquietas. Em África, os povos levantavam-se, aqui e ali, dificultando a ocupação, ainda que com armas menos sofisticadas, sobretudo neurobalísticas, e armados de um *ethos*[15] que apontava como morte honrosa em combate, aquela que ocorria de "olhos nos olhos", no toque quente dos corpos, e não à distância do tiro da espingarda de repetição - adoptada em Portugal, em 1885 -, do tiro de metralha ou da granada de Artilharia. É secundarizado o referido direito histórico, mantendo ainda Portugal largas extensões territoriais em África - que serão sempre muito apetecidas pelas

[14] O Museu Militar de Lisboa tem no seu acervo este tipo de arma cedida pelos ingleses em grande quantidade ao Rei Gungunhana. Aquando da sua prisão pelas forças de Mousinho da Albuquerque, foi apreendida uma carabina Winchester referida como tendo sido oferta da Rainha Vitória da Grã-Bretanha ao Rei de Gaza e que faz parte do acervo do Museu da Sociedade de Geografia, conforme catálogo da *Exposição Gungunhana em Exílio* (Rodrigo & Almeida, 1993).

[15] Vocábulo de origem grega. Ao falar-se de *ethos* a primazia é dada ao costume ou costumes. O *ethos* é, assim, o conjunto de valores, de normas, convicções axiológicas, modos e modelos de comportamento, que informam de facto uma civilização, uma cultura, um povo, uma classe social, um grupo, etc. (Trigo, 1999).

grandes potências, pois como referia Cecil Rhodes**, *o Império é como o estômago, ou seja, que se coma quanto se possa* – (Antunes, 1970, pp. 1016-1017), e afirma-se sobretudo o direito que assentava na ocupação efectiva, o que convinha muito às potências industrializadas para escoamento da sua produção industrial e como fonte de imprescindíveis matérias-primas para a sua indústria.

Portugal, no século XIX, não consegue industrializar-se de modo a ombrear com as outras potências europeias. Não só não o consegue, como se afunda, crescentemente, em dívidas a essas potências, nomeadamente, Inglaterra, França e Alemanha, chegando por vezes à evidência da bancarrota, o que ocorre por três vezes, no período que vai sensivelmente de 1852-1892. Aliás, por exemplo, a última foi logo aproveitada para tentativas de cedência de manchas territoriais por parte de Portugal, evidentes na existência de uma cláusula secreta do Tratado Anglo-Germânico de 30 de Agosto de 1898[16], relativa à partilha de colónias portuguesas, logo que foi sabido que Portugal se preparava para pedir um novo empréstimo. Relativamente ao Ultimato Britânico, de Janeiro de 1890, ele ocorre em período crítico das finanças portuguesas e é precedido de viagens de agentes ingleses, em 1888, de que resultam as alianças entre o Régulo Lubengula e a Inglaterra, que virá a contribuir para a não efectivação do Mapa Cor-de-Rosa. Ou seja, no concerto dos Impérios, a Inglaterra não cedia as suas posições dominantes, enquanto a Alemanha do Kaiser Guilherme II, neto de Guilherme I, após 1888, afirmava crescentemente a sua *weltpolitik**, nomeadamente através de uma política agressiva e da massificação de material bélico, no que sobressaía o submarino - sobretudo este retirará à Inglaterra, durante a Primeira Guerra Mundial[17], o estatuto de maior potência marítima mundial (Spiess, 1936). Em suma, os

[16] O Tratado Secreto de 1898 é bem elucidativo dos pesos hegemónicos das duas maiores potências coloniais, naquela época (ver **ANEXO 35**). Tem um extenso articulado de cinco pontos, todos eles lesivos, então, para Portugal, não só em África, mas também em Timor (Matos, 1944a). A este Tratado, entre outros, não seria alheia a alta finança alemã de Alfred de Rotschild, pois reúnem em sua casa, em Londres, altos representantes da Alemanha e da Inglaterra, para reflectir as relações entre os dois Impérios hegemónicos (Castro, 1941). Este mesmo autor apresenta, em apêndice, o texto bilingue do referido Tratado Secreto, datado se 30 de Agosto de 1898, bem como a Declaração Secreta Anglo-portuguesa, de 14 de Outubro de 1899, contrariando o anterior.

No que respeita à pressão alemã sobre os territórios portugueses, ela é também evidente nos contactos que a Alemanha teve com Portugal alguns dias logo após a implantação da República, levantando a questão da zona neutra e a do trânsito livre através de Angola (Abecassis, 2014).

[17] Matos (1940) diz-nos que para França embarcaram em Lisboa, entre oficiais, sargentos e soldados, 57.000 combatentes; para África seguiram 32.000 combatentes. Um total de 89.000 homens.

Nas colónias de Angola, Moçambique e Guiné fez-se simultaneamente um largo recrutamento de soldados indígenas, que se armaram, instruíram e enquadraram com oficiais e sargentos europeus, e que nas duas costas, ocidental e oriental da África Portuguesa, constituíram núcleos valiosos de tropas indígenas, que somaram 25.000

antagonismos entre estes dois impérios e a luta pela hegemonia imperial como que anunciavam a guerra, onde os Portugueses viriam a combater, nomeadamente no Mar, e também em Terra e no Ar, em África e na Flandres[18]. Esta viria a ser a "primeira guerra total" e os Portugueses combateram, então, logo desde 1914, em África, no Cunene* e no Rovuma*, pela República e pelo Império, de cujos territórios a Constituição de 1911, não abdica nem um palmo - a Conferência de Paz, em Paris, em 1919, restituirá Quionga[19] (Quinhones, 1967) a Portugal, antes ocupada unilateralmente pelos alemães no séc. XIX, em 1894.

A fragilidade de Portugal, Estado-Nação Imperial, é evidente neste período da Monarquia, que finda a 5 de Outubro de 1910 e que vimos reflectindo. No entanto, Portugal persiste no tempo e, perante a ineficácia do rotativismo, o espectro da falência e uma Côrte, dita gastadora[20], no que D. Pedro V* e Dona Estefânia são referidos como excepção, os republicanos vão-se implantando a partir da década de 80, fazendo a denúncia persistente de várias situações.

Concretamente, ainda e em termos muito pontuais, quanto à matéria que vimos reflectindo, ocorre referir que a dívida pública portuguesa aumenta de 80.000 para 600.000 contos entre 1850 e 1890, sendo que, em 1890, era de cerca de 70% do Produto Interno Bruto. Faltava o carvão mineral e a Bélgica, por exemplo, em 1900, usava 720.000 cavalos-vapor,

homens. Eleva-se, portanto o esforço de Portugal em combatentes, durante a Grande Guerra, estacionados e movimentados nas zonas de combate, a 114.000 oficiais e praças.

Ainda, Matos (1940) diz que o esforço português na Grande Guerra movimentou 15.809 solípedes, 2.664 viaturas hipomóveis e 542 viaturas automóveis.

Continua ainda, Norton de Matos, dizendo que os mortos (europeus e indígenas) foram 7.908 e que os incapacitados por ferimentos e doenças (europeus e indígenas) nas mesmas campanhas foram em número de 22.792.

Matos, adiante neste artigo, obra citada, diz como foi intensa a acção alemã, de 1911 a 1914, no sentido de conseguir a partilha do território de Angola e outras colónias com os ingleses, o que não veio a acontecer.

[18] Sobre o esforço de guerra na Flandres, sobretudo em Terra, nomeadamente nas trincheiras, mas também no Ar, dedica muita atenção o Tenente-coronel do Corpo do Estado-Maior, Fernando Freiria (Freiria, 1918).

[19] Em 1886, após a Conferência de Berlim, Portugal e a Alemanha assinaram uma convenção de limites a norte de Moçambique. Reconhecia esta Convenção a foz do rio Rovuma como limite da fronteira setentrional de Moçambique.

Embora essa Convenção tenha sido assinada pelas duas potências, logo em 1892, a Alemanha contestou o direito de soberania de Portugal na região a Norte do Rio Miningani, afluente do Rio Rovuma e, após isso, em 1894, ocupou Quionga, passando a fronteira de Moçambique a ser delimitada pelo paralelo de Cabo Delgado, ocupação esta feita já bem dentro do período da política expansionista, dita *Neue Kurs* - Novo Rumo -, do Kaiser Guilherme II, iniciada em 1890, ano este que sucede às compras anteriores de territórios que a Alemanha havia feito ao sultão de Zanzibar, a Norte do Rio Rovuma. Durante a Primeira Grande Guerra, as tropas portuguesas ocuparam Quionga e, em 1919, o Tratado de Versalhes considerou Portugal como seu "proprietário originário e legítimo", o que permitiu o total controlo do acesso ao Índico (Mendes, 2011). Ainda, o referido Tratado, privou a Alemanha, anterior ocupante de Quionga, dos atributos materiais do Império - as suas colónias ultramarinas e a esquadra do alto-mar necessária para as manter (Smith, 2014).

[20] Como expressa a Exposição de Joalharia realizada em 1995, no Museu Nacional de Arte Antiga (Santos, 1995), e a notícia sobre o Tesouro Real levado a leilão pelo Banco de Portugal, em Julho de 1912, em Lisboa (Santos, 2015).

enquanto Portugal atingia somente 111.000 (Droz & Rowlley, 1999). A produção com algodão por trabalhador no Reino Unido era muito superior ao conseguido na melhor fábrica do Porto, no norte. Comparativamente com a Alemanha, em 1900, Portugal tinha poucas fontes de tracção animal, cerca de 1/3 da produção animal alemã (Droz & Rowlley, 1999), dados estes que não impedem que Portugal, no mesmo ano, tente a afirmação de visibilidade no concerto das nações, como ocorreu com a participação, em Paris, na Exposição Universal de 1900, onde, entre outros, Ernesto Augusto Gomes de Sousa – "motor" do Museu Colonial de Luanda, de 1907-1910 – é medalhado, como dito, tendo em atenção o seu trabalho sobre Meteorologia e o Observatório Meteorológico e Magnético de Luanda.

Mas a situação era instável em Portugal. Inquieta-se a Europa e há fortes tensões em Portugal e em territórios seus. Crescem, na clandestinidade, a maçonaria e a carbonária; rebelam-se os operários; revoltam-se os marinheiros, que serão julgados e degredados para Angola (Castro, 1908) (**ANEXO 6**). Criam-se Centros e Ligas Republicanas, crescem as acções de rua. Organizam-se os trabalhadores, constituindo em 1908 o grupo de Propaganda Social e realizando, logo depois, em 1909, o Primeiro Congresso Nacional Operário, em Lisboa e no Porto.

A governação existente é ineficaz e o Rei opta pelo governo em Ditadura – Ditadura de João Franco* – a qual tem como uma causa próxima o rotativismo já gasto, marcado por sucessivos governos, por vezes de curta duração - como virá a acontecer, em não longo prazo, com a República (Carvalho, 2006). Em 1907, a Greve Académica alastra por Coimbra, Lisboa e Porto. E, no mesmo ano, combate-se uma vez mais, em África, neste caso sob comando do Capitão Alves Roçadas, no Cuamato*, onde são encontrados vestígios ósseos e restos de uniformes de inúmeros militares portugueses ali massacrados, em 1904: regressará Roçadas nos finais daquele ano, no Vapor *África* e, posteriormente, após luzido cortejo apeado, será recebido pelo Rei, com solenidade e como Herói, no Mosteiro dos Jerónimos. Combate-se nos Dembos e no Baixo-Cubango.

A Viagem Imperial do Príncipe Real D. Luís Filipe, também Príncipe da Beira - daqui advém a denominação "Cidade da Beira" [21], em Moçambique, colónia e cidade que visita -,

[21] Tendo possivelmente como pretexto a Viagem Imperial, pouco antes da chegada do Príncipe Real – o navio *África* atraca, a 29 de Julho, a Lourenço Marques -, pelo Decreto de 23/05/1907 publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique (1907a), foi legislada a reorganização Administrativa de Moçambique que dividiu as populações pacificadas em Circunscrições e as restantes em Capitanias Mores ou Comando militares e é criada a Secretaria dos Negócios Indígenas, para cuidar das suas questões de poder, e também para tratar do fornecimento de trabalhadores e fiscalizar o trabalho, conforme Feliciano (1989).

insere-se neste ambiente de inquietude como que sugerindo que a afirmação do Império, em África, pudesse ser o alento unificador da coesão do Império e da revitalização do Regime, face ao elemento interno e externo.

É neste contexto que ocorrerá a oficialização do Museu Colonial de Luanda, 1907-1910, cuja justificação é apoio à *Reprodução e Apologia* de soberania Imperial, a que se segue, no mesmo dia, no âmbito da Viagem Imperial, a inauguração do Museu de Arte Sacra (**ANEXOS 7** e **8**) e da Escola Profissional de que era Director, Gomes de Sousa, na mesma cidade de Luanda, excelente cidade esta antes pensada para porta de entrada duma extensa colónia que fosse de Luanda à Contracosta, o que contribuiria para nos libertar da tutela inglesa.

Este intento, assim, sugere não ter estado ausente no que respeita à penetração da Expedição dos Oficiais de Marinha, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (Capelo & Ivens, 1886), embarcados em Lisboa, em 1884 - estava reunida a Conferência de Berlim -, e que partirá de Luanda e chegará ao Índico, percorrendo mais de 4.500 milhas no terreno.

Também não terá estado ausente o referido intento na Expedição do Major do Estado-Maior de Infantaria Henrique de Carvalho, embarcado em Lisboa, em fins de Abril de 1884, com destino a Luanda. A sua obra relativa a esta atrás citada Expedição (Carvalho, 1890) é bem generosa quanto às referidas qualidades de excelência que o autor atribui à Cidade de Luanda.

Posto isto, retornando ao Museu Colonial oficializado pelo Príncipe Real, e ao também referido Museu de Arte Sacra inaugurado pelo mesmo, cremos, no presente momento de estudo, estarem estes entre os derradeiros Museus criados em tempo de Monarquia. Quanto ao Museu Colonial, é, como dito, o nosso estudo de caso e assenta sobretudo numa quarentena de imagens vítreas já identificadas, visita ao local, estudo de documentação vária e em entrevistas. A informação presente nestas "chapas de vidro" (**APÊNDICE 3**) é muito ilustrativa deste Museu Colonial, que exibe abundante e muito diverso acervo – nosso objecto de estudo, de onde pretendemos extrair a importância simbólica deste Museu, retirando daqui o relevo político a nível interno e externo.

Mas gostaríamos, na medida do possível, de reflectir acerca de outros escritos e, para tal, tentaremos ter em atenção, por exemplo, a obra de Mauss (2015) que, entre vária matéria, nos remete para a espessura humana passível de estar presente no artefacto, muito para além da sua dimensão, peso, cor, textura e odor; de Ernesto Veiga de Oliveira - destacado elemento do grupo

de trabalho de Jorge Dias[22] -, docente e militante da Museologia, por vezes em caminhos pouco ou nunca dantes percorridos e, entre outros, autor do primeiro Manual de Museologia, em Portugal, na nossa Língua Comum (Oliveira, 1971), como muitos outros trabalhos seus imbuídos dum humanismo empenhado[23], de que tivemos o privilégio de usufruir, quando seu orientando no Estágio e na Tese do Curso de Conservador de Museu (Rodrigo, 1984); de Unamuno (2010), então reitor da Universidade de Salamanca, sobretudo os seus escritos que vão de 1907 a 1912, época em cujo contexto se coloca em grande parte este nosso estudo. Também Ortigão (1883), em texto dirigido ao jovem Regente D. Carlos (n. 1869), é importante para vestir a imagem do futuro Rei, em que o autor exorta o então jovem Príncipe a olhar o mundo real à sua volta, fora do ambiente estritamente doméstico que lhe havia sido oferecido - ou talvez imposto, conforme Unamuno (2010) -, e o convida, por exemplo, a ter em atenção o seguinte: o ensino da nobreza alemã, em escola pública, arredado de constrangedoras mordomias, citando o autor os nomes do Príncipe Frederico Alexandre Carlos, de Württemberg; do Príncipe Carlos Alexandre, grão-duque de Sachsen-Weimar-Eisenach; do Príncipe Cristiano Augusto Frederico, Príncipe herdeiro de Slesvig-Holstein-Sonderburg; do Príncipe Frederico Guilherme, grão-duque de Mecklenburg-Strelitz; do Príncipe Ernesto IV, duque reinante de Sachsen-Coburg-Gotha; do Príncipe reinante da Sérvia, Milão Obrenovitch; dos filhos da Rainha de Inglaterra; dos filhos do Príncipe imperial da Alemanha que, para além dos seus cursos académicos, uns são litógrafos, outros torneiros, outros encadernadores, outros tipógrafos. Também a obra de Santos (1989) ganha pertinência para o presente estudo, porque reforça o convencimento de que o artefacto está para além do próprio artefacto em si mesmo, ou seja, ele é repositório de informações mil que nos falam dos homens e das mulheres que os conceberam, realizaram, deram ou receberam, trocaram ou

[22] Conforme Oliveira (1985), Jorge Dias, com o seu grupo de trabalho, leva a cabo um inventário etnográfico do país, segundo uma metodologia rigorosamente de acordo com as correntes teóricas da época, ao mesmo tempo que define os princípios fundamentais desta disciplina - que consegue seguidamente inscrever nos *curricula* universitários -, e escreve os primeiros estudos publicados nesta perspectiva. Uma vez a Etnologia e a Antropologia Cultural estabelecidas com este novo espírito, o Jorge Dias, a partir de 1959, vai trabalhar em África, e junto do grupo Macondes de Moçambique, e efectua aí, com Margot Dias** e Viegas Guerreiro, missões de estudo de 1957 a 1961; e em 1959 realiza em Lisboa uma exposição sob título *Vida e Arte do Povo Maconde*, com os materiais recolhidos por Margot Dias e ele próprio no decurso dessas expedições. Jorge Dias continuou tendo uma intensa actividade científica e, nomeadamente, museológica, até ao fim da sua vida em 1973. Cessa nesta data a sua Direcção no Museu de Etnologia, por si criado em 1965, dando lugar à Direcção de Ernesto Veiga de Oliveira, que permaneceu até 1980. Fernando Galhano (pintor e desenhador etnográfico), entre outros, foi um activo colaborador deste Museu.

[23] Muito menos conhecida é a sua actividade como pintor de aguarela, de motivo arquitectónico e do quotidiano algarvio, representadas em coleção particular. Alguns destes seus trabalhos encontravam-se na sala da residência do musicólogo e docente Santiago Kastner, em Lisboa.

venderam, usufruiram, gastaram ou mutilaram, etc.

No entanto, gostaríamos que a nossa abordagem à realização do Museu Colonial de 1907-1910, em si e aos seus contextos, em Luanda, não se limitasse ao estudo da obra escrita, nomeadamente de autores que o tempo e os seus colegas legitimaram pela palavra ou pelo texto. Ela lança também raízes nos colegas e docentes com quem partilhámos mais ou menos longos tempos de trabalhos museológicos, como seja, entre vários outros[24], Pierre Mayrand, que nos recebeu em estágio no Ecomuseu de Haute-Beauce, Quebec, e que visitou depois em Condeixa a Exposição *Em defesa da Memória de Todos: Fundamentos para a criação de um Ecomuseu em Condeixa*, que teve catálogo sob o mesmo título (Pessoa & Rodrigo, 1984) – Ecomuseu este que continua em activo funcionamento, com várias exposições e catálogos anuais, nomeadamente como apoio à promoção da candidatura de Conímbriga a Património Mundial da Unesco (Costa et al., 2017).

Importará relembrar a forma como Mayrand (1987, pp. 1-4) tratou a Ecomuseologia e esta no âmbito da "museologia integral"* que, quando posta ao serviço do Homem inteiro e da sua comunidade, por experimentação social e através de um conhecimento etnográfico, pode ser utilíssima. Assim, tendo estas preocupações em presença, as referidas Ecomuseologia e a

[24] O nosso condiscípulo Samuel Aço, em Lisboa e em Luanda; Jerónymo Ribeiro de Queiroz, saído de Buelhe, Penafiel, ainda menino, com sua mãe, em navio de carga e passageiros, mais tarde pintor, no Rio de Janeiro, onde o conhecemos e com quem trabalhámos, muito dedicado entre outros, à fixação da Memória da pioneira epopeia aérea transatlântica Cabralina e de Coutinho – no que terá sido fundamental o facto do pintor, então jovem, ter sido testemunha visual da amaragem final do hidro, em 1922, na Baía da Guanabara – que tratámos em termos de museologia (Rodrigo & Almeida, 1999); Isabel Cruz Almeida** com quem partilhámos inúmeros trabalhos museológicos na Torre de Belém, Mosteiro dos Jerónimos e Associações Locais (Almeida & Rodrigo 1987, 1988, 1992a, 1992b, 1993, 1999), sendo que algumas destas acções museológicas poderão ter tido alguma inovação, cremos nós, no que respeita à legítima entrada de temáticas da etnografia africana em espaços monumentais, antes mesmo de o Louvre, prestigiado palácio e museu, o ter feito em Paris, como menciona Roux (1988); Miguel Pessoa**, um homem daqui mas também de África, do tempo que foi de Transição para a Independência de Angola; Pierre Mayrand**, Maude Céré, Joane Badeau, Dany St. Pierre, Denis Novane, Denise Gilbert, Jacinthe Roy, Chantal Provencher, no Ecomuseu de Haute-Beauce, Quebec; Rosário Martins e Maria Arminda Miranda, no Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (Rodrigo & Martins, 1984); Miguel Palha, Teotónio Xavier e Bernard Brauchli, discípulo de Santiago Kastner, a nível da organologia do instrumental músico; Otelo Espanca, Silva Pereira, Duarte Soares e outros, a nível da museologia aeronáutica, nas instalações envolventes do Aeroporto Internacional Humberto Delgado, em Lisboa, em Belém, em Celorico da Beira e na Amareleja, no interior alentejano, junto à fronteira; Nuno Varela Rubim**, militar e especialista na área de Artilharia; José Serra, Bernardete Luís, Manuel Luís, António Caniceiro, Marcelino Carvalho, José Luís Lima, Clemente Lima, António Policarpo, João Policarpo, António Maria Pinheiro, José António Gonçalves, João Pocinho, José Torres, Fátima Bandeira, Mário Gonçalves e outros, a nível da museologia desenvolvida em associações locais, tantas vezes com fundos exíguos de cofre e sempre com trabalho voluntário, não remunerado; ainda, nesta lista muito parcelar, Gerardo Pitagoary, no Rio de Janeiro, próximo de Eugénio Lapa Carneiro, empenhado fundador do Museu de Cerâmica Popular Portuguesa, em Barcelos, que nos recebeu ali e nos acompanhou, em trabalho pontual de estágio do nosso Curso de Conservador de Museu, por exemplo, ao Museu da Quinta da Boavista, ao Museu de Folclore e ao Museu do Índio.

Museologia Integral poderão contribuir para a transformação e melhoramento das condições de vida, seja a nível sócio-sanitário, alfabetização, habitação e outros, contextualizando os objectos e ligando o Homem ao meio. E é pertinente, quanto a esta matéria, voltar a Mayrand (1987, p. 3) que dizia, em Língua Portuguesa, remetendo para a Mesa de Santiago do Chile, o seguinte:

> "que o Museu é uma instituição ao serviço da sociedade de que é parte integrante e que possui em si próprio os elementos que lhe permitem participar na consciência das comunidades que servem; que pode contribuir para implicar estas comunidades na acção…" (Mayrand, 1987, p. 3).

Adiante, em capítulo dedicado mais estritamente à metodologia, daremos conta dos contactos com quem se disponibilizou a ser-nos útil e que nos animou a continuar, certos de que relativamente à transmissão de informação, em diversos momentos e em vários trabalhos, mais especificamente no respeitante à temática africana e no que respeita ao somatório de tudo isto, nos saldos do mecanismo social do dar e tomar do Outro, ficaremos certamente devedores. Aliás, seria seguramente deste dar e tomar do Outro de que falava Ortigão (1883, p. 81), em carta ao então Regente Príncipe D. Carlos quando lhe diz, em jeito pedagógico, que "Metade daquilo que valemos, moralmente e intelectualmente, devemo-lo aos contactos e às sugestões dos indivíduos que nos têm rodeado através da existência".

Antes de prosseguirmos para os capítulos seguintes importará reflectir e pontuar a importância do Museu Colonial, em Luanda, ao ponto de o Príncipe Real, no âmbito da Viagem Imperial, ter sido o seu oficializante, na Visita que ali fez com o seu séquito a 17 de Julho de 1907. Importará, ainda, notar que esta Visita é, no contexto da sua permanência nesta Cidade, a primeira que o Príncipe Real faz, após a Cerimónia de Recepção de que foi alvo na Câmara Municipal – onde, como dito, entre outros, esteve presente o representante do Rei da Bélgica, e possivelmente, entre outros, algum elemento da tripulação do navio inglês e do Vapor alemão, estacionados na Baía de Luanda, bem como representantes de delegações estrangeiras com sede em Luanda. Fá-lo, assim, antes de outras Visitas e algumas inaugurações, como seja, por exemplo, a Escola de Artes e Ofícios; Curso de Intérpretes e Museu de Arte Sacra, no Paço Episcopal, na presença do Bispo; Centro militar, Club dos oficiais de terra e mar, o que importa relevar.

A priorização da Visita do Príncipe Real ao Museu Colonial pressupõe que este terá pesado a relevada importância deste Museu – ou já teria sido relevada também, na Metrópole, na preparação da Viagem Imperial, esta provavelmente pensada ao pormenor, como importante

assunto de Estado. E é assim, que prosseguimos a presente análise, interiorizando a crescente importância do Museu Colonial, realizado no distinto Edifício do Observatório Meteorológico, Edifício sacro, diferenciado, de raiz quinhentista, reformulado e adaptado a funções científicas no Século XIX, também com evidentes funções museológicas na primeira década do século XX, como veremos em Capítulo II, na sub-hipótese 1, e em estudo de caso, no respeitante à persistentemente procurada nobilitância para os Edifícios dos Museus ao longo dos tempos.

Feita a presente abordagem, relativamente à obra, época, contexto e Edifício do Museu Colonial de Luanda, passamos para o Capítulo seguinte, que dedicamos à teoria e métodos de análise.

CAPÍTULO II

CAPÍTULO II - MUSEU COLONIAL DE LUANDA, 1907-1910: TEORIA E MÉTODOS DE ANÁLISE

Inicia-se o presente Capítulo, partindo da reflexão sobre a intenção que leva a realizar o presente estudo – para quê este estudo?, abordando-o depois enquanto facto museológico e tomando-o, seguidamente, enquanto construção abstracta, a nível da teoria e dos instrumentos de análise.

1. Museu Colonial de Luanda, 1907-1910

1.1 Estudo de um Museu de Produtos, para quê?

A nossa tese é um estudo de caso – processo de investigação empírica com o qual se pretende estudar um fenómeno contemporâneo no contexto real em que este ocorre, sendo particularmente adequado o seu uso quando as fronteiras entre o fenómeno em estudo e o contexto em que ele ocorre, não são claramente evidentes (Yin, 2003). Este caso museológico, teve lugar em 1907 (**ANEXO 9**), em Luanda, e é a realização e oficialização do Museu Colonial, no seu todo, no interior do Edifício do Observatório Meteorológico e Magnético, e nos seus espaços envolventes, na Alta da Cidade, o qual, bem identificado, conforme documentação em fotografia vítrea e outros documentos, bi e tridimensionais, aqui disponibilizados, se prolonga até ao último trimestre de 1910.

Desenvolvemo-la, reflectindo este Museu Colonial décadas depois de, em 30 de Dezembro de 1974, Portugal ter aceite a anexação dos antigos territórios portugueses, na Índia, pela União Indiana, e terem sido proclamadas as Independências das Colónias Portuguesas em África, continentais e insulares, ao longo de 1975 – quando à Guerra Colonial, também dita Guerra de Libertação, sucedeu a Paz -, com o que termina o Terceiro Império Português, também dito Império Africano. Com ele termina a Metrópole e a sua inerente ascendência sobre as antigas Colónias; termina a antes denominada Comunidade Luso-Brasileira, naquele entendimento de, neste âmbito, ainda e por vezes, se considerar os territórios ultramarinos portugueses como "pequenos portugais" e nasce a promissora possibilidade do nascimento de Comunidades de Língua – PALOP e CPLP – não mais Língua de Assimilação, factor de descaracterização do Outro, pelo Mesmo, mas instrumento de afirmação dos seus Povos Falantes.

Mas partindo do pressuposto de que o que separou também pode unir, conforme Pessoa (1934), e no sentido de justificação deste estudo como sugere Fortin (2003, p. 69), pensamos que a temática tratada nesta tese possa ser um contributo para uma melhor compreensão do que foi o referido Museu Colonial, os seus contextos e a época em que foi implantado, e ainda funcionar como um reforço de aliança entre os Países de Língua Comum. Este é um tempo de expansão do capitalismo, em fase industrial, de aproveitamento do Outro, um tempo de Metrópole e de Colónias, sobre cujas bases se pode e cumpre levantar um edifício de relações crescentemente mais igualitárias entre as diversas parcelas do antigo Império Marítimo que foi de Portugal, de Oriente a Ocidente, potência colonial, pretendente e não confirmada, ensaiando acções de ocupação, muito contrariadas, com frequência, pelos levantamentos armados dos diferentes Povos, em áreas que pretendia sob sua dominação, e defensora, por vezes com sucesso, de interesses não coincidentes, ou antagónicos, relativamente aos portentosos e hegemónicos Estados-Nação Imperiais.

Conforme Castro (1941, pp. 245-246; pp. 257-264), são disso mesmo fortes exemplos os não concretizados Tratados Secretos entre a Inglaterra e a Alemanha para a partilha de territórios portugueses em África e Timor, em 1898 e em 1913; a resistência às pretensões inglesas ao território de Lourenço Marques e áreas envolventes, no último quartel do século XIX, cujo pleito foi decidido a favor de Portugal pelo General Mac-Mahon, por sentença arbitral de 24 de Julho de 1875; a efectiva anexação do território de Quionga, em 1918, pela tropa portuguesa, durante a Primeira Grande Guerra e a oficialização desta anexação na Conferência de Paz, em 1919, em Paris. Abordamos este Museu Colonial, ainda, no entendimento, em princípio e no presente momento da investigação, de que possa ser pretexto para trazer alguma matéria inédita no referente à Museologia de temática africana e colonial, apesar da existência de muita literatura produzida neste âmbito.

Posto isto, passamos a reflectir o que entendemos por um Museu Colonial que, na presente situação de estudo, é um Museu de Produtos, com acervos mistos e densamente expostos - como é bem evidente em fotografias da época e no *Catálogo dos Produtos da Província de Angola* (Sousa, 1907), nos muitos exemplares retratados e expostos em contentores vítreos; nos exemplares de madeiras e peles preparadas; nos exemplares ornitológicos vivos e outra fauna; nos exemplares de botânica; na obra de marcenaria ali produzida e nos inúmeros artefactos etnográficos, simples ou compostos, de fino marfim, de apurado ferro forjado, de madeira

esculpida que, como comum na época, são equiparados a "produtos naturais", dado que às populações, suas produtoras, era-lhes recusada a dimensão de "ser cultural".

Quanto a Museu Colonial, definimo-lo assim, também, porque se enquadra no âmbito de uma Museologia utilitária e utilitarista (Porto, 2009), no sentido em que faz a apropriação do Outro, neste caso Africano, entendido este, até tardiamente, sobretudo como mero ser biológico (Oliveira, 1972), o que contribuía para a expansão colonial europeia que desligava o objecto material ou imaterial, do sujeito social, seu criador e reprodutor (Araújo, 2012), o que apoucava a identidade do colonizado, fragilizando-o[25]. É, ainda, Museu Colonial, o presente Museu Colonial de Luanda, porque trata temática Colonial – independentemente de conter, como contém, materiais zoológicos, botânicos, geológicos e etnográficos – posto que os Museus podem ser de muitas espécies, tantas quanto aquelas que queiramos individualizar no âmbito das categorias disciplinares ou das formas especiais da acção humana (Oliveira, 1971; Dias, 2000). No âmbito desta acção humana, o presente Museu de Luanda é Museu Colonial porque ao expor, nos diz que será muito apetecível - após a dominação do Território angolano e outro, por extensão, a nível do simbólico - tomar o que é disponibilizado a ver, nomeadamente, no que respeita às amostras de Produtos naturais da colónia de Angola; animais domesticados; materiais transformados, em Angola, e o referido artefactuário relativo a várias actividades dos Povos de Angola, no que respeita à sua relação com a natureza, com o grupo e com o extraordinário, de que pontuamos o herói mítico fundador do grupo Tchokwe, *Tchibinda*, antepassado cultuado, por vezes, por exemplo, representado com os conceituados atributos do caçador ou de mãos nuas, direitas e fortes, colocadas na horizontal do baixo-ventre.

Estamos perante um Museu, Museu Colonial, porque assim se lhe refere o então Ministro de Marinha, Aires de Ornelas (Ornelas, 1928), em telegrama oficial que enviou ao Presidente do Conselho João Franco, a 17 de Julho de 1907; e é assim também Museu Colonial porque a imprensa da época assim se lhe refere (JPS, 1907, pp. 346-354).

Quanto a nós, o continuado trabalho de investigadores e preparadores, persistente, de

[25] Foi muito assim, por exemplo, na África do Sul, até ao fim do regime do Apartheid, em 1991, também dito do desenvolvimento separado, onde "nos museus os objectos dos grupos de brancos estavam nos Museus de História, enquanto que os objectos dos povos negros eram expostos em Museus de História Natural" (Hooper-Greenhill, 1998, citado por Araújo, 2012, p. 41).

E reflexo disto mesmo, em termos de Museologia, dado serem as forças militares o principal suporte daquele violento e racista regime, terá sido a existência da prática de jogos de guerra, na década de 1980, no âmbito da Extensão Educativa do Museu Militar de Joanesburgo, que visitámos.

vários anos, de recolha de materiais, de seu estudo, sua conservação em meio seco e líquido, tratamento de plantas e animais, publicações e envio, em diversas remessas para o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, para o Jardim Zoológico de Lisboa e para outros Museus, Exposições Internacionais e Universais, dizem-nos que este Museu terá tido as bases seguras que o confirmam como tal até 1910.

Apontadas as ideias de Museu Colonial e de Museus de Produtos, nos seus contextos; pontuada a identificação do Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda, nosso objecto de estudo; apontados os fins a atingir, para o que desejamos que este estudo seja uma contribuição, nomeadamente a Aproximação entre os Povos e, de entre todos, sobretudo os de Língua Comum, importará reflectir o Museu Colonial de Luanda, oficializado em 1907, tendo sempre presente a necessidade da sua compreensão, naquele tempo que é o da Viagem Imperial do Príncipe Real – assertiva afirmação da soberania de Portugal, Estado-Nação Imperial por potenciar, carecido de reconhecimento de dominação colonial -, e naquele lugar, ou seja, naquela cidade servida por uma acolhedora e bem fortificada Baía, antes pensada como interface dum largo território contínuo que fosse da Costa à Contracosta, ou seja, do Atântico ao Índico.

1.2. Museu de Produtos, porquê ali e naquele tempo?

Luanda é, em 1907 – tempo de agressiva globalização colonial -, ainda que coartada a ligação aos dois oceanos pela ameaça Britânica de *manu militari*, a Capital de uma Colónia que vai do Cunene ao Zaire e a Cabinda, atravessada por rios de assinaláveis caudais e riquezas, detentora de abundante fauna e flora terrestre, composta por densas matas e por vastos territórios, incluindo os subsolos, que chegam lá ao interior, ao "coração" de África, fazendo fronteira, a nascente, com as duas Rodésias, presentemente Zâmbia e Zimbabwe.

Embora com limitações financeiras; com fronteiras cobiçadas, por vezes invadidas pelo "estrangeiro" fortemente armado e armando os Africanos; com levantamentos armados internos e com um incomodatício vizinho ibérico, Portugal tenta afirmar a sua soberania Imperial, pela qual, em acção de ocupação e dominação, como impõe a Conferência de Berlim de 1884 e 1885, antecedida da Conferência de Bruxelas, em 1876, e sucedida por várias outras, matam e são mortos os homens no Cuamato, nesse ano de 1907, onde estavam forças Cuanhamas, Ganguelas, Himbas e outras – "malhas que o Império tece", como dito.

A realização do Museu Colonial de Luanda, traduz uma densa "montra" do que, com a marca da excelência, é dado a usufruir, sendo que, desse acto de mostrar, o *Catálogo dos Produtos da Província de Angola*, é um sugestivo "cardápio" do que há por tomar, no quadro da soberania que se vem afirmando. É o próprio Gomes de Sousa, dinâmico, sabedor e eficaz organizador do Museu Colonial, quem o diz em Advertência do *Catálogo de Produtos*, afirmando que quis mostrar ao Régio Visitante, D. Luís Filipe, quão rica era Angola (Sousa, 1907).

Esta enorme e diversa soma de Produtos serviria a débil indústria da Metrópole – mais débil se torna e menos promissora, conforme posições de autores muito críticos apresentados nesta tese, quando no início do século XX os Museus Industriais e Comerciais, são praticamente extintos, depois de precoce e politicamente desapoiados, ao mesmo tempo que, conforme contextualizado, aqui, ganham fôlego os Museus de Temática Grandiosa, regressivos, clamando por antigos faustos e remetendo para um Portugal que "já não era"; serviria, como serviu, a Indústria de outros países, de mais acentuada industrialização, num tempo em que a Indústria, em termos evolucionistas, estava no mais adiantado grau de desenvolvimento, ou seja, grau 9, estádio civilizado recente: máquina e indústria (Bernardi, 1989, p. 26). Relativamente à citada Indústria, ganha relevo e é paradigma a Exposição Universal de Londres, de 1851, - que simultaneamente recebe inúmeros Produtos por transformar, vindos de várias áreas do globo, inclusive de colónias portuguesas, em África, conforme contextualizações apresentadas adiante, e implementa mostras de "zoos humanos", que continuarão persistentemente até 1958, em Bruxelas, a um passo da Independência do Congo Belga, esta entretanto sucedida pelo assassinato e profanação do corpo de Patrice Lumumba. Entre 1851 e 1958, muitas outras Exposições Universais e Internacionais, foram realizadas, sobretudo na Europa e Estados Unidos da América, honrando particularmente a Indústria – para o que os Produtos são imprescindíveis.

Mas, ainda, em termos dos necessários contextos, o ano de 1907 era o tempo, em Portugal e no seu Império, de um Soberano* por reabilitar – dito gastador e hedónico – o que é ilustrado, entre outras, pelas compras então recentes de óptimas espingardas para as suas colecções particulares e a compra, num só dia, no ano anterior, de três viaturas de marca *Peugeot*[26], em Lisboa, em *stand* inaugurado na Praça dos Restauradores, para juntar à sua já valiosa *garage*, factos estes que são mortíferos para a sua imagem ou para a imagem que dele fazem, e isto

[26] A Empresa Peugeot, fundada em 1898, teve a sua produção automobilística, entre outras marcas, exposta na Exposição Universal de Paris, em 1900 (Aimone & Olmo, 1993).

enquanto João Franco decidia os fatídicos Adiantamentos de verbas à Casa Real; de uma Marinha de Guerra por "conquistar" a nível dos afectos e das cumplicidades – a Festa da Bandeira, na Baía de Cascais, em Outubro, na envolvente do Paço da Cidadela, tenta essa aproximação -, em rescaldo da sublevação, do ano anterior, no Cruzador D. Carlos, que comportava uma guarnição de mais de 450 homens, ou melhor, homens e adolescentes, alguns com cerca de 18 anos, depois presos, em parte em Luanda; de um Governo que acaba por governar em Ditadura e que termina em Regicídios; de Comícios Republicanos, frequentes e concorridos, em momento de espera e a um passo do Poder; de uma Soberania Colonial por potenciar; de uma ocupação e consequente dominação, por tornar mais efectiva; de uma indústria, por crescer; de uma multitude de riquezas, por explorar, começando pela sua recolha, estudo, catalogação e mostra, em Exposição Permanente ou Temporária, e por fim, pelo seu escoamento.

Este é também o tempo da oficialização e da legitimação do Museu Colonial de Luanda - um acto público, conforme Bourdieu (2011, p. 170), no pressuposto de que:

> "A passagem do implícito ao explícito, da impressão subjectiva à expressão objectiva, à manifestação pública num discurso ou num acto público, constitui por si um acto de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação" (Bourdieu, 2011, p. 170).

O referido Museu Colonial, implantado na Alta da Cidade de Luanda, é um evento maior na Viagem Imperial do Príncipe Real. Este Príncipe de Portugal dá-lhe mesmo prioridade em Visita pública logo após a Cerimónia de Recepção que lhe é dedicada na Câmara Municipal de Luanda, onde, entre outros, por exemplo, está o representante do Rei dos Belgas, vindo em navio, do Congo Belga, entretanto fundeado na Baía de Luanda (Ornelas, 1928). Era este Museu Colonial, através da visão proposta e legitimada pelo Príncipe Real de Portugal, uma chamada de atenção aos representantes de outras potências europeias em África, em Luanda, mas também em Moçambique, naquele tempo que era de defesa e afirmação de fronteiras e de acautelamento das riquezas nelas cintadas, no âmbito da soberania.

Porém, este acautelamento não era só ditado pela presença e pela palavra do Primogénito e enviado do Soberano. O próprio Soberano, que é o garante simbólico da capacidade de realização legitimadora de Poder Imperial*, que é um Poder Supremo, embora ausente, estava ali presente no Museu Colonial, através do seu retrato – o Retrato do Rei, na Sala do Rei, ou Sala de Recepção do Museu, no distinto Edifício de raiz quinhentista, atrás referido e que visitámos, com sua alta Torre sineira – antigo edifício da primeira Sé de Luanda (ver em Capítulo IX) -, cujas

aberturas para instrumentos sonoros campaniformes foram entretanto destinadas a instrumentos de observação, medição e registo de dados meteorológicos, fundamentais para a Navegação Marítima e para eventuais estudos de Saúde Pública. O Retrato do Rei, ali, é uma expressão de Poder Simbólico, que, conforme Bourdieu (2011, p. 6), é o "poder de construção da realidade, potenciador de criação de cumplicidades na aceitação de dominâncias" ou, segundo o mesmo autor, é um "poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (Bourdieu, 2011, p. 4).

O Museu Colonial, em Luanda – Museu misto e denso onde, para além dos materiais expostos, não faltariam os característicos odores, aprazíveis, imateriais, passíveis de aqui serem entendidos também com o estatuto de "objecto museológico", como ocorria no Palácio da Calheta, em Lisboa, no Museu Agrícola Tropical (José Pité, comunicação oral, 2016) – é assim uma evidente chamada de atenção para o que cabia a Portugal no cobiçado "tabuleiro" da ocupação, na fremente "corrida" à África Colonial, naquele tempo em que a alta nobreza europeia, oriunda de Inglaterra, Alemanha e Bélgica visitava o tão "apetecido" Continente, nesse mesmo ano em que o Vapor *África* - o melhor navio que tinha a Companhia Nacional de Navegação – transportava o Príncipe Real de Portugal, em sua Viagem redonda que, do Tejo, o leva ao Índico, ao Norte, à Ilha de Moçambique, com retorno, com suas paragens, procissões, recepções, inaugurações e oficializações, entre outros, de eventos museológicos, como o foi a oficialização do Museu Colonial, em Luanda. E é também o tempo de retorno, no mesmo Vapor *África*, do Comandante das tropas em campanha de "pacificação" no Cuamato, Alves Roçadas, onde combateu forças dos Povos do Sul de Angola[27].

Assim, em Luanda, em termos de Poder Político Colonial* e Poder Político Imperial, pressupomos que faz todo o sentido a realização e oficialização do Museu Colonial, que não é um devaneio, um capricho do seu organizador, Oficial Superior da Armada Real, também Director do Observatório Meteorológico, entre outras funções militares e civis e que, neste evento museológico constitui, com o Príncipe Real, uma díade fundamental para a compreensão do fenómeno em estudo. É, sim, cremos, uma premente exigência ditada pelos contextos políticos da época, nacionais e internacionais, que aqui desejamos reflectir e deixar apontados em texto, apêndices e anexos, em escrita e imagens de suporte vítreo e outras. É que a realização deste

[27] E onde, após isto, foi assinado o Auto de Vassalagem, três anos depois da derrota da tropa portuguesa, massacrada em Quangar, em 1904 (Couceiro, 1948).

Museu Colonial, como dito, tomado nos seus contextos, incluindo o museológico, sugere estar para além do somatório das suas peças; dos materiais trabalhados ou apresentados em bruto; dos "colaboradores", como os denomina Gomes de Sousa no *Catálogo de Produtos*, que surraram as peles, algumas imponentes, como o são as inteiras e de leopardo – materiais muito utilizados em insígnias de Poder Tradicional, entendido por Autoridades Tradicionais -, suportando os intensos maus odores inerentes a essa função; dos que alimentaram, dessedentaram e limparam os animais; dos que serraram e, eventualmente, poliram ou enceraram as amostras da xiloteca; dos que cuidaram das casas de banho públicas e semi-públicas; dos que cuidaram da limpeza das salas, importante para a boa conservação dos acervos, para o bom acolhimento e para o bem-estar dos colaboradores; dos que afeiçoaram as estruturas dos móveis para o acto de expor; dos que baixaram e levantaram persianas nas varandas, de modo a tolher o bater directo dos raios solares nas peças expostas; dos que fizeram a fotografia vítrea, preservada de mão em mão, importante fonte primária deste estudo; dos que acompanharam visitas, possivelmente guiadas; do que coordenou os trabalhos e dos adjuntos que o poderão ter substituído, sobretudo por razões de saúde; dos que cuidaram dos espaços ajardinados envolventes, acrescentando nobilitância ao Edifício e ao conjunto arquitectónico; dos que estudaram os diferentes acervos e organizaram exposições, núcleos, catálogos e remessas de Produtos, depois direcionados para centros, como seja, Paris, Londres e Liverpool.

Deste modo, sendo que o Museu é mais do que este concreto atrás pontuado, importará colocá-lo de seguida, a nível da construção abstracta, tomando-o como questão desta tese e como um dos conceitos, que definiremos adiante, enquanto Museu Colonial, e é essa dimensão que adiante abordaremos, enquandrando-o em área de investigação, quadro teórico e em modelo de análise, de modo a compreendermos porquê e como é relevante este Museu, naquele tempo e no contexto daquele tempo colonial, nacional e internacional, e naquele lugar cimeiro, na Alta de Luanda[28], frente ao Mar Atlântico Sul, distante dos grandes centros europeus, onde vinham sendo criadas e consolidadas Escolas Coloniais, como relatou Geraldes (1912), dedicadas a diversas temáticas e respectivos Museus Coloniais, intimamente ligados a meio académico, de que tenta ser um consistente exemplo o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa.

[28] A Cidade Alta - a que Amaral (1968) dedicou atenção, entre outra matéria - com o seu Observatório Meteorológico, que visitámos na década de 80, actualmente não estará muito diferente de como a observámos então, dado não haver demolição de construções antigas na envolvente (Ana Filipa Carvalho, comunicação pessoal, 2016).

1.3. Estudo no âmbito do Colonialismo e Imperialismo

Importa agora, na sequência do presente trabalho, colocar a realização deste Museu em domínio da área de investigação, conforme Fortin (2003), que entendemos ser o Colonialismo, e este no seio do Imperialismo.

Entendemos o Colonialismo* como uma relação desigual entre Povos, assente na dominação e na exploração dos factores de produção, trabalho e recursos naturais, em benefício de sujeitos de outros espaços económicos. Este Colonialismo, por sua vez, insere-se no âmbito do Imperialismo, que é um Poder superior, uma capacidade eminente do direito reconhecido de sujeição do Outro: o exercício do Poder Político Colonial e Poder Político Imperial.

Esta ideia de capacidade e sujeição do Outro, por exemplo, já estava presente em Roma, onde *imperium* era um poder excepcional concedido a certos procônsules e cônsules romanos, sendo que o título de *imperator* dava direito a exercer o *imperium*, que é a raiz etimológica de Império – que era extenso, estendendo-se da *Urbe* à *Orbe*, ou seja, de Roma ao Mundo.

Postas estas reflexões sobre a área do domínio de investigação, prosseguimos, colocando a questão deste estudo, que pretendemos seja "um enunciado claro e não equívoco" Fortin (2003, p. 51), à qual tentaremos responder seguidamente: qual o significado da realização e oficialização do Museu Colonial, em tempo de Império e naquele lugar, Luanda, em 1907-1910?

1.4 Significado da sua realização naquele tempo e lugar

Posto o que vimos referindo, passamos a interrogarmo-nos sobre qual o significado da realização e oficialização do supra-referido Museu, ou seja, porquê a criação e oficialização do Museu Colonial, em Luanda, em 1907?

Fazemo-lo, extraindo-o do âmbito do real, já abordado, nosso "objecto real"; tomamo-lo como nosso objecto de estudo, de modo a contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno museológico relevado, no citado domínio da área de investigação.

Relativamente aos referidos "objectos", na preocupação de sermos precisos, importará dizer que, em termos museológicos, a oficialização do Museu em 1907, pelo Príncipe de Portugal, constitui a efectivação de um projecto museológico, objectivo este, que como documentado, foi alcançado sob a Direcção de Gomes de Souza. Para a concretização deste projecto, por comparação entre fotografias feitas antes e depois da oficialização, vemos, por

exemplo, que houve mudanças e aperfeiçoamentos a nível da museografia, nomeadamente no que respeita aos expositores. O projecto de recolha, estudo, catalogação, mostra, publicação do catálogo do acervo exposto e recepção ao Régio visitante e a outros visitantes, ficou concluído naquele dia 17 de Julho.

Porém, para além deste projecto museológico, em termos temporais, temos o programa museológico que vai mais aquém e vai mais além, no sentido em que já havia remessas de Produtos, organizadas no Edificío do Observatório, e enviadas por Gomes de Sousa para o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1905. Ainda, depois do desmembramento do Museu, no último trimestre de 1910, nenhuma peça deste acervo faz parte do acervo deste Museu, segundo informação oral do corpo de funcionários desta Instituição. E, sendo assim, o Museu Colonial, para além do projecto, que teve ponto culminante na Visita e na Palavra do Príncipe Real e que não se repetiria, teria um programa museológico, no entendimento de que lhe assistia o pressuposto da continuidade da acção.

É o Museu Colonial no seu todo, factual, temporal, espacial e contextual, que aqui é o objecto da nossa abordagem. Assim, este Museu Colonial, está para além do distinto e referido Edifício, onde está instalado, e seus Anexos envolventes. Ele é também evidente montra de incomuns instrumentos de observação meteorológica e base de lançamento do balão-sonda, do eficaz Oficial de Marinha, seu organizador, e do Príncipe, seu preclaro visitador e oficializador, das próprias colecções e os seus núcleos constantes no Museu, em tempo, como dito, de "modelo custodial e tecnicista" (Araújo, p. 39).

As peças expostas, presentes em imagens sobre suporte vítreo, não constituirão, cremos, um caótico morouço de objectos museológicos. E é assim, embora, em parte e em princípio, tal possa ser sugerido, o que não pode ser elucidado, no presente momento de estudo, dado não termos localizado o paradeiro dum eventual livro de cadastro* do acervo ou outro escrito, mesmo parcelar, que nos dê uma maior informação sobre como foram recolhidos muitos dos objectos, e a que o *Catálogo de Produtos* não responde cabalmente.

2. Enquadramento teórico: Conceitos, hipótese e suas sub-hipóteses

A teoria é a representação intelectual de um número de observações no campo das ciências e, assim, no seu âmbito, os conceitos remetem-nos para a dimensão do abstracto. Estes

são o necessário utensílio para a explicação do fenómeno em estudo, no seu todo, no âmbito da investigação em curso.

Deste modo, na busca do conhecimento ou aquisição do saber, que nos leva à maior compreensão do referido evento museológico, que aqui consideramos como oficializado em Luanda, em 1907, e como resposta à questão anteriormente formulada, socorremo-nos necessariamente dos conceitos adiante referidos – que são a consequência de uma elaboração mental; a transposição do objecto para o domínio permanente da consciência, como que dando-lhe uma nova existência, de ordem conceptual, que está para além do sensível e é do domínio do inteligível.

A hipótese que se procura defender nesta tese é a de que o Museu Colonial de Luanda, oficializado em 1907, naquele referido contexto internacional, foi criado como uma afirmação de Poder Simbólico para legitimar a soberania do Poder Imperial de Portugal sobre os territórios de Angola e, por extensão, sobre os outros territórios, ditos de Além-Mar, numa conjuntura mundial que exigia a sua ocupação efectiva.

Quanto aos conceitos, que referimos e interrelacionamos, sendo que assim mutuamente se explicam, levando, deste modo, à compreensão, tanto quanto possível, do nosso objecto de investigação, conforme Fortin (2003), os conceitos quando em conjunto e em relação entre si, são definidores de uma teoria e poderão ser muito úteis para dar significação aos resultados da investigação. São eles: Museu Colonial, atrás referido, e que decorre da própria questão formulada; Poder Simbólico e Poder Imperial.

E, deste modo, pontuados os objectivos do presente trabalho, a sua justificação, a área da investigação, a questão pivô, os conceitos, prosseguimos com a elaboração da questão científica ou hipótese – enunciado formal de relações previstas entre duas ou mais variáveis ou conceitos (Fortin, 2003) -, com o que desejamos responder, no entendimento de que o Museu Colonial de Luanda, 1907-1910, enquanto significação e realização, é apoio à *Reprodução e Apologia* de Soberania Imperial,* tendo em atenção que o Poder Imperial, que na época se manifestava através da ocupação efectiva, enquanto conceito, é gerador de Poder Imperial e, como tal, sustentáculo de soberania de Poder Imperial.

Será, como dito, como pensamos poder vir a sustentar ao longo deste trabalho, com base em literatura consultada; em documentação seguramente identificada, de inquestionável procedência, logo, não errática, sobretudo na que é directamente respeitante à assertiva realização

do Museu Colonial com suas Exposições de várias temáticas, acompanhadas do respectivo e vasto *Catálogo de Produtos*, assistidos da configuração simbólica do Retrato do Rei e da Visita e da Palavra do seu Primogénito que, ali, perante o Império e os outros Poderes Coloniais e Imperiais, ou seja, perante todos, mostrava como Portugal, apesar das suas continuadas fragilidades, nomeadamente, financeiras, políticas e militares, persistia no propósito de marcar a cintura das suas "apetecíveis" fronteiras, de reforçar a autoridade no interior dos seus territórios e a manutenção do secular Regime monárquico.

Os referidos conceitos dão corpo à citada hipótese - formulação de uma conjectura, de que se deduzem as necessárias consequências (Gil, 1999) - e é assim, o Museu Colonial, construção do Poder Político Colonial, porque em exposição e catálogos revela conhecimentos de várias áreas do saber colonial; porque explicita uma efectiva capacidade de realização e teve receptor, inclusive Régio; porque é organizado e exposto, como acto pensado; porque, entre outro diverso e rico acervo, a nível tradicional africano, exibe imagem fortemente identitária de antepassado cultuado – uma clara apropriação do Outro; porque é configurado pelo Retrato do Soberano, do Supremo, do que tem autoridade superior, ou seja, do *superanus*; porque é visitado e elogiado – e assim legitimado – pelo Príncipe de Portugal; porque é prestigiante e diferenciador, desde logo pelo Edíficio, tornando-se potenciador de Poder Simbólico. Este, por sua vez, produz impactos, gera acréscimos de apropriação e proporciona maior submissão, o que é decorrente dos importantes, e, em parte singulares, acervos expostos, configurados pela presença dos símbolos – imagem Régia, Visita e Palavra do Príncipe Real e símbolos de Poder Tradicional, ali igualmente expostos em lugares proeminentes, e é assim, para definir as hierarquias. E Museu Colonial e Poder Simbólico, como dito, são apoio de soberania do Poder Imperial.

Prosseguimos adiante, reflectindo o quadro de referência deste estudo.

3. Quadro de referência e modelo de análise: Conceitos em inter-relação, hipótese e sub-hipóteses

No âmbito da teoria, no respeitante ao estudo teórico ou conceptual, o quadro de referência "é a estrutura lógica de encadeamento das ideias ou dos conceitos entre si" (Fortin, 2003, p. 69). Ainda, "como cada ideia ou conceito depende de um outro conceito é preciso estabelecer as suas relações mútuas" (Fortin, 2003, p. 69).

Quanto aos três conceitos apresentam-se em relação entre si, ou seja, neste estudo

sustentam um método correlacional, sendo caracterizados, em termos de dimensões, pela direcção, força e simetria (Fortin, 2003).

No sentido de responder à questão centrada no conceito de Museu Colonial, utilizaremos dois novos conceitos, quais sejam o Poder Simbólico e o Poder Imperial. Relativamente ao Poder Simbólico, conjunto de representações expostas que afirmam e sustentam o Poder Político para a argumentação, enquanto processo de representação do âmbito do inteligível, conforme Bourdieu (1974, p. 7), "surge como todo o poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos por excelência de integração social, de aceitação de hierarquia, consentimento, obediência à autoridade legítima, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida".

No que respeita ao Poder Imperial, um poder simbólico, já reflectido, sustenta um poder soberano sobre uma estrutura de hierarquia e de soberania jurídica Imperial, entendemo-lo como um inquestionável Poder Supremo sobre o conjunto de territórios e de populações.

Sobre os três conceitos apontados e em relação entre si, entendemos, em suma, que o Museu Colonial se alimenta do Poder Simbólico – e é este que dá consistência estruturante ao Poder Imperial: o Museu Colonial através do Poder que o simbólico encerra, vai ser apoio de Poder Imperial porque é legitimador de soberania; de acautelamento dos territórios e das suas riquezas; de reforço das hierarquias e da capacidade de subordinação.

Importará agora reflectir a necessidade da formulação das hipóteses, que são absolutamente necessárias porque estruturam a investigação, logo desde a fase exploratória do trabalho (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 119). As hipóteses e os conceitos, compõem o modelo ou preceito de análise, sendo que as referidas hipóteses quando articuladas com os citados conceitos, perfazem o desejado e coerente quadro de análise, conforme Quivy & Campenhoudt (2005, pp. 119 e 120).

Ainda, retornando à hipótese já apresentada, como dito, de o Museu Colonial de Luanda 1907-1910 ser apoio à *Reprodução e Apologia de Soberania Imperial*, está sustentada por matéria adiante apresentada e argumentada em Sub-hipótese 1 e Sub-hipótese 2, após o desdobramento dos conceitos, em suas dimensões e seus indicadores, entre os quais se releva a representação de D. Carlos I de Portugal[29], na centrípeta Sala do Rei[30], seguindo sobretudo Marin

[29] D. Carlos I sucedera a seu pai em 1889. Ainda Duque de Bragança e Príncipe Herdeiro, casara em 1886 com a Princesa Dona Amélia de Orleães, filha dos Condes de Paris, na esperança de contrabalançar a dominação inglesa

(1981), como segue em **Quadro 1**.

Quadro 1. Conceitos, dimensões e caracterizadores

Conceitos	Dimensões	Indicadores
Museu Colonial	Exposição	Colecção de Produtos Exposição de Produtos simbólicos
	Roteiro espacial da Exposição	Espaços nobres da Cidade Retrato do Rei – Sala de Recepção
	Eventos formais de oficialização e inauguração	Protocolos. Rituais, paradas miliatres e discursos proferidos
Poder Simbólico	Representações simbólicas dos Poderes	Retrato do Soberano Conhecimento e controlo dos Produtos Ocupação do Território
	Eficácia do Simbólico	Eficácia simbólica através da representação Régia, Visita e Palavra do Príncipe e Produtos em Exposição
Poder Imperial	Cadeia hierárquica do Poder Imperial	Domínio territorial colonial e ocupação efectiva

Assim, como pontuado, o Museu Colonial, enquanto conceito, assenta em três dimensões, quais sejam: Exposição, Roteiro espacial e simbólico da Exposição e Eventos formais de oficialização e inauguração.

Vejamos, seguidamente, os indicadores das diferentes dimensões consideradas.

A - Colecção de Produtos

Esta é organizada e exibida em Exposição, que é mista, disposta em núcleos e será permanente. Assenta, seguramente, numa continuada actividade museológica que precede a própria oficialização, pois há, como dito, remessas de Produtos para Lisboa, em 1906, antecedidas do envio por Gomes de Sousa datado de 25 de Outubro de 1905 – data que consideramos *post qvem*, relativamente à referida actividade (Sousa, 1906). A recolha e estudo de Produtos terá prosseguido, pois, em 1907, ao tempo da oficialização do Museu, é já muito abundante o acervo exposto, no Edifício do Observatório e espaço envolvente

apoiando-se na França. Esta aliança teve como único resultado decidir a República Francesa, ainda pouco forte, a promulgar a lei do exílio do pretendente ao trono e do seu herdeiro, conforme Labourdette (2003).

[30] Esta Sala do Rei não era a Sala do Trono, nesta parcela do Império Português - Angola. A Sala do Trono encontrava-se a escassas centenas de metros do Edifício do Observatório, no emblemático Palácio dos Governadores - hoje, Palácio do Povo -, com seu característico dossel ou baldaquino, estrado alteado para sólio e assentos laterais de capitoné, em nível inferior, para os súbditos recebidos em audiência, como podemos visualizar em fotografia adiante. Ostenta o Retrato do Soberano, a corpo inteiro (**APÊNDICE 14**).

(Sousa, 1907).

Esta colecção é composta por vários núcleos que se encontram no interior, varandas e exterior do emblemático Edifício do Observatório.

Os núcleos estão densamente expostos, consoante sentidos de ordenação, explícitos e eventualmente implícitos

B - Exposição de Produtos simbólicos

Esta Exposição remete para itens de diversas origens e várias e opostas significações, por vezes, dispostas em grande proximidade espacial. São, assim, relevantes para a compreensão de como esta Museografia, que o é de confronto neste aspecto, pode contribuir para atingir os pretendidos e referidos objectivos com a realização deste Museu – garante coercivo da legitimação do Poder Imperial.

Este quadro de confronto, entre símbolos de diferentes poderes, remete para uma taxonomia política, onde há Imperante e súbditos.

C - Espaços nobres na Alta da Cidade

Estes espaços nobres integram parte do Roteiro Espacial da Exposição.

Os referidos espaços nobres, na Alta da Cidade, especificamente tratados em capítulo VIII, "são de todos" mas são mais de uns do que de outros, dada a sociedade luandense, à época, ser muito hierarquizada, o que tinha reflexos no tecido urbano.

Estes espaços apresentam uma grande densidade de notáveis edifícios com diferenciadas funções – distinta moldura contextual do Museu.

É a este Museu que chega o Príncipe Real para a sua primeira Visita Oficial, escoltado pela Cavalaria uniformizada em traje de gala, como determinado em Ordem de Serviço pelo Governador-Geral (Couceiro, 1948).

D - Retrato do Rei na Recepção, Salas e Anexos em percurso de Visita

A Sala de Recepção ou Sala de Acolhimento do Museu, marca a separação entre a rua que, em princípio, é igualmente de todos, mas ainda não o é, como dito, e o Museu que, embora público e em lugar público, ainda não o era de todos, dado ser constrangedor para muitos, tendo em consideração a prestigiante arquitectura do Edifício e dos núcleos

expostos.

Esta Sala é o *meeting point* e o ponto de início de Visita aos vários núcleos da Exposição, no Edifício e Anexos envolventes.

E - Protocolos. Rituais, paradas militares e discursos proferidos

Passamos agora a reflectir os indicadores dos Eventos formais de oficialização e de inauguração.

Toda a Viagem Imperial do Príncipe Real, enquanto Símbolo, tem uma permanente significação.

Em Luanda, esta é muito densa e entre outras acções, ganha relevo a sua Visita ao Museu Colonial. Aqui, a vinda, permanência e partida do Príncipe Real desenvolvem-se em moldura de privilegiados rituais, no que respeita a vários eventos, potenciadores do Império e do Primogénito do Rei, que em breve, assim era esperado por muitos, o tomaria em mãos.

Estes eventos ocorrem em vários âmbitos:

E_1. Marinha Mercante, Real Armada e Pesca

Neste âmbito ressaltam as pomposas saudações de chegada e de partida, na Baía de Luanda, por navios portugueses e estrangeiros, então, aqui baseados, no que acrescia o enorme espectáculo de iluminação nas margens e em edifícios do Porto de Luanda.

As embarcações mais arcaicas, puxadas a remos, de pesca, participaram muito activamente, à semelhança das outras embarcações mais complexas. Fizeram-no com iluminação e palavras de saudação (Ornelas, 1928).

E_2. Religião Católica

No respeitante à Religião Católica, tem relevância a Procissão e o *Te Deum*, na Sé, presididas por elementos da hierarquia da Igreja. Na Procissão, o hierarquizado serviço ao Pálio de seis varas e dossel vermelho foi feito por destacados elementos do Poder Colonial*.

O uso do Pálio remete para magnificência, sendo que ainda hoje o aforismo "receber com Pálio" significa "receber com pompa".

E_3. Discursos em Sessão na Câmara Municipal, alojamento no Palácio do Governador e Jantar de Gala

O Príncipe Real presidiu à Cerimónia na Câmara Municipal. Aqui, os discursos são proferidos, obedecendo às normas protocolares e na presença de destacadas figuras nacionais e estrangeiras. Teve as honras da praxe a nível militar e civil, o que contribui para reforçar a notoriedade do Sucessor ao Trono – que, em breve, como futuro Soberano, entre diversas funções, teria as que são inerentes ao *Regere limes*, no que respeita ao acautelamento das fronteiras e do que elas encerram (Bourdieu, 2011).

À noite, ao Jantar de Gala, discursou primeiro o Governador-Geral, anfitrião, a quem respondeu o Príncipe Real, aproveitando, entre outros, para saudar o representante do Rei dos Belgas e agradecer a amabilidade do Rei Leopoldo por se fazer ali representar (Ornelas, 1928).

Da Câmara para o Palácio, o Príncipe Real seguiu com Escolta de Cavalaria em traje de Gala, e em trem descapotável puxado por dois cavalos, que sugerem ser pigarços. À descida, foi-lhe disponibilizada passadeira, que terá sido vermelha, e teve a continência de militares apeados (Couceiro, 1948).

E_4. Discursos no Museu Colonial

Após as deslocações anteriormente mencionadas, o Príncipe Real visitou e oficializou este Museu, e dirigiu-se elogiosamente ao seu Director. Foi a sua primeira Visita Oficial, em Luanda. Ter-lhe-á sido disponibilizada uma passadeira, igualmente vermelha, como ocorreu antes, no Palácio do Governador.

A Imprensa refere que o Príncipe Real ficou agradado com a visita e que o expressa ao Director do Museu (JPS, 1907a). Por sua vez, é o próprio Gomes de Sousa, Director, que cita este agrado em Advertência, no Catálogo do Mostruário de Produtos quando refere que o Príncipe Real se dignou apreciar o Museu Colonial. Daqui se infere que a palavra tenha sido elogiosa da obra – no seu todo exposto, cintado por fronteiras marítimas e terrestres – e do sentido acautelamento dos acervos posto na sua realização.

O sentido de procuração de aceitação e re-vigoração estará presente no discurso e na mobilizadora Palavra do Príncipe Real, dita nomeadamente no Museu Colonial. Vai no

mesmo sentido do pretendido pela re-presentação do Rei, dado que o simbólico é performante, conforme Bourdieu (2011), pois dizer é já fazer, fazer crer que se é capaz, que se pode realizar a tarefa: declarar e fazer reconhecer o Poder Imperial como forte e pleno de soberania – Poder Imperial este que será o último conceito aqui tratado.

E no âmbito desta desejável potenciação de Poder Imperial, o discurso, a palavra proferida em tom aprendido e apropriado de voz (Ornelas, 1928), por quem, capacitado, para tal foi mandatado, no momento próprio e na cerimónia escolhida (Austin, 1971), ou seja, no âmbito do referido dizer que é já fazer, o Museu Colonial de Luanda, surge como uma representação que expõe o mundo situado, naquela época e tal como era pretendido, na cena e na ordem internacional. Ou seja, assim, este Museu é uma construção simbólica que representa, de forma densa e diversificada, o que é pretendido pelo Poder.

E_5. Discursos na inauguração do Seminário-Liceu, Escola de Intérpretes e Museu de Arte Sacra, no Palácio do Bispo

São feitos discursos atendendo às normas protocolares. Estão presentes o Bispo, o Príncipe Real e o Ministro de Marinha, entre outros.

A sequência protocolar dos oradores nestes eventos está bem marcada, como vemos em Ornelas (1928), em telegrama ao Presidente do Conselho e em documento epistolar, concretamente nas cartas que envia a sua mulher.

Assim, o primeiro orador é o próprio Bispo, o segundo é o Governador-Geral e o terceiro é o Ministro de Marinha, Aires d' Ornelas, ou seja, fala o anfitrião, depois a autoridade máxima, em Angola, que ali representa o Rei e por fim o Ministro que responde perante o Governo da Metrópole.

Ornelas (1928, p. 5) em telegrama expressa bem o tema do seu discurso interpretando as sucessivas aclamações, como sendo "aclamação do Ultramar Português à Monarquia". Diz também que o Príncipe "se devia orgulhar de ver o seu nome ligado a instituições tendentes ao desenvolvimento da grande colónia que por esta forma o recebia". No que Ornelas (1928, p. 34) refere a sua mulher, relativamente ao seu discurso, trata sobretudo o reforço da Monarquia, cujas fronteiras no continente Europeu são as mais antigas e diz que "as aclamações significavam o preito de homenagem das colónias à mãe Pátria que as criou".

E_6. Discursos na Escola Profissional de Artes e Ofícios

Esta Escola é visitada pelo Príncipe Real. Estão presentes, entre outros, o Ministro de Marinha e o Director da Escola, sendo proferidos discursos alusivos à capacidade de realização, seguindo o protocolo, e infere-se que a temática tenha corroborado o sentido dos discursos anteriores. O primeiro orador foi Gomes de Sousa, Inspector desta Escola Profissional *D. Carlos I*, que, assim, fez o discurso de acolhimento. Por fim, discursou Ornelas, Ministro da Marinha, em nome do Governo, pontuando o desenvolvimento.

F - Retrato do Rei, Conhecimento e controle dos Produtos: reveladores de ocupação

Seguimos a nossa reflexão, tomando os indicadores supra-referidos **(Quadro 1)**, relativos à dimensão das representações Simbólicas dos Poderes no âmbito do Poder Simbólico e do que é dado a apropriar, perante o olhar do Rei, no seu todo, rico e diverso, ordenado em núcleos, cujos Produtos expostos – enquanto abstracção porque nos remetem para outros – são equiparáveis aos que efectivamente circulam no mercado e dos que estão no terreno por colher, para oferta face à procura. Ou seja, o conjunto de objectos expostos é símbolo do mercado onde o sistema funciona.

A referida representação Régia, uma imagem icónica, é um forte símbolo de afirmação de soberania colonial e Imperial. E enquanto caracterização, é necessariamente comparável aos seus equivalentes "cabeças" de Impérios, com fronteiras comuns ou mais distantes, porque o Rei, como Soberano, como Supremo, fala para todos e fala forte; à hierarquia colonial, que o Monarca pretende coesa e disciplinada, para que possa cumprir o que lhe é requisitado, ou seja, ser um claro instrumento de colonização; aos Poderes Tradicionais para que, inequivocamente, o reconheçam como seu Supremo; aos seus opositores partidários da República, seus presumíveis substitutos, a nível interno, para entenderem que o Regime e o Império podem ser revigorados.

Os Produtos aqui mostrados, integrantes dos vários núcleos têm os seus equivalentes ou substituíveis, nos outros que estão no interior das fronteiras que cintam o Território, Produtos estes de que o Retrato do Rei é a chancela coerciva de posse, no Museu – a entender como uma expressão simbólica que representa todo o projecto

político, económico, social e cultural do colonialismo, sendo que os elementos expostos são ilustrativos do que se pretende: dominação económica e dominação política.

O conhecimento dos Produtos será fundamental para o seu futuro escoamento no mercado internacional, venda esta que vai tendo maior concorrência a nível mundial, nomeadamente porque vão aumentando as plantações sistemáticas no exterior.

Porém, para conhecer os Produtos, é necessário primeiro ocupar o Território, e depois, então, recolher esses Produtos, estudá-los, catalogá-los e expô-los – como executa o Museu Colonial de Luanda.

Executa-o, assim, porque no-lo dizem sobretudo a documentação escrita, em particular o *Catálogo de Produtos*, com texto contendo rigorosa enumeração dos itens e fotografia do relevante *corpus* imagético, sobre placa vítrea.

Mas para que seja possível o controle de Produtos, para venda, sobretudo para o mercado internacional, é imprescindível a soberania, o domínio dos Poderes Tradicionais Africanos e de todos os Poderes que integram a hierarquia Imperial – e é para isto que remete, a Museografia do Museu Colonial, no respeitante à representação simbólica dos citados Poderes, tão distantes em propósito e tão vizinhos em sentido espacial: submissão e consentimento de uns, dominação dos outros.

G.- Eficácia do simbólico: Representação Régia, Visita e Palavra do Régio Príncipe, e Produtos em Exposição

No âmbito deste conceito, Poder Simbólico - é um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (Bordieu, 2011, p. 193) -, apresentamos seguidamente, conforme **Quadro 1**, a que entendemos ser a sua segunda dimensão, qual seja, a produção de eficácia simbólica através dos indicadores supra-referidos – imagem representada do Rei e Visita e Palavra do Régio Príncipe, nos vários discursos, em moldura protocolar.

Representação e Poder estão intrinsecamente articulados, conforme Bourdieu (2011), já referido, no sentido de que aquela tem capacidade de força, duma reserva de força que, não sendo accionada, sugere no entanto estar em potência de o ser. De acordo com Marin (1993), o próprio prefixo re- tem valor de substituição.

O Rei, assim, pelo seu Retrato, está ali, em Luanda, embora ausente. E foi ali que

o próprio representante do Rei dos Belgas, também Governador do vizinho e reivindicativo Congo Belga, o terá visto, entre outros estrangeiros, bem como outros representantes do Poder Colonial e também do Poder Tradicional.

Quanto aos Produtos em Exposição, que será Permanente, remetem enquanto símbolos para outros que estão no terreno, possivelmente em grande quantidade, os quais são comparáveis, equivalentes e substituíveis, sendo que a sua exploração será legitimadora de Soberania Colonial que se vem afirmando.

H.- Domínio territorial colonial e ocupação efectiva

Os indicadores acima mencionados, conforme **Quadro 1**, são relativos à dimensão do Poder Imperial, enquanto conceito, que entendemos ser a cadeia hierárquica do Poder Imperial.

Sobre este Poder Imperial, assenta a sua legitimação, no que respeita às dimensões, na referida representação do Rei, na presença, em Luanda, do Governador do Congo Belga e outros, na presença de representantes da Administração Colonial, na evidente visibilidade do sempre presente e afirmativo Exército, da Armada e certamente do Povo, a quem foi disponibilizado, entre outros, o espectáculo do desfile militar, com vozes dadas pelo enérgico som do clarim, próprio das forças de Cavalaria.

Até aqui, o que vem sendo analisado, entre outra matéria, são representações do Poder Simbólico, por vezes levadas ao pormenor, acauteladoras de submissão e obediência, a nível interno, e de alerta, a nível externo, fundamentais para a legitimação do Poder Imperial, reflectido na Soberania Imperial.

A afirmação da efectiva dominação do Território necessita da prévia ocupação, que permite a efectiva soberania, para o que são imprescindíveis uma exercitada e competente hierarquia, com seus escalões bem marcados de cadeia de comando, uma estrutura administrativa atenta e disciplinadora e uma laboriosa e obediente população – recursos humanos estes, fundamentais para a colheita dos outros recursos, materiais, como os dados a ver no Museu Colonial de Luanda, equivalentes aos que no terreno, conforme a potencialidade do mercado, nas diversas áreas, serão recolhidos, porventura transformados, transportados e, por fim, escoados e muito proveitosos para o Estado-

Nação Imperial, que se vem legitimando.

E, deste modo, interrelacionados os conceitos e respectivas dimensões e indicadores, continuamos a nossa reflexão, adiante, em abordagens constantes nas Sub-hipóteses 1 e 2, o que pensamos poder contribuir para tornar mais explícita a hipótese antes referida, de que o Museu, enquanto justificação afirmada, é *suporte de Reprodução e Apologia de Soberania Imperial.*

Sub-hipótese 1 - Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda, é substância e implemento de Poder Simbólico para uma Viagem Imperial

Sugere fazer sentido entender o Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda, em si mesmo e no seu todo, na diversidade dos acervos expostos, como substância e implemento de Poder Simbólico a integrar na Viagem Imperial do Príncipe Real – um jogo de elementos de um sistema integrado, onde, por isso, estes são comparáveis, equivalentes e substituíveis.

O referido Museu, no seu todo, ou seja, no somatório das suas várias parcelas é substância e mensagem neste preciso tempo, 1907-1910, porque subsiste por si mesmo; porque é essencial neste tempo e no contexto deste tempo; porque é vigoroso e inequívoco na mensagem; porque é artefacto, dado que tem a referida mensagem, tem emissor e tem receptor. E é também implemento, como dito, ou complemento, porque era necessário ser oficializado, neste tempo, 1907, cumprindo a sua missão ou finalidade de contribuir para vestir com nobilitância – com diferenciação social – a Visita do Príncipe Real, da secular Dinastia dos Bragança, em Viagem Imperial.

Abordamos, adiante e pontualmente, a ideia da referida nobilitância, de engrandecimento, de promoção social presente na realização de Museus e seus antecedentes. Num segundo tempo, analisamos, sobretudo a Exposição e os seus núcleos, no entendimento de que o Museu Colonial, não surgido por acaso, mas respondendo a uma intenção e a uma necessidade, é uma Exposição Simbólica que legitima o Poder Imperial.

a. Nobilitância e notoriedade: Persistentes marcas no Museu e seus antecedentes

O desejo de engrandecimento, de acréscimo de distinção e sumptuosidade, estão presentes no universo da mobilidade social ascendente, ao contrário do que é referido em alguma leitura

religiosa, onde é privilegiada a mobilidade social descendente, presente, por exemplo, no convencimento cristão de que os últimos são os primeiros ou de que a pedra rejeitada é a escolhida para pedra angular.

Ao longo dos séculos, no que respeita ao Museu, a prossecução da referida nobilitância foi, em larga medida, uma constante. Esta e a notoriedade – "capital social do notável" (Bordieu, 2011, p. 196), relativamente ao detentor, organizador e até mesmo ao visitante -, diferenciação social de grupo ou de classe, de país, de cidade, era muito o que vinha sendo procurado ou praticado há séculos, nomeadamente desde o século XVI, no respeitante, às Colecções, aos Gabinetes de Curiosidades[31], às Galerias, dedicadas sobretudo à pintura e escultura, como é evidente, em Roma, na *Villa* do Príncipe Borghese, que visitámos, frequentemente em mãos dos possidentes Nobreza e Clero (**APÊNDICE 2**) que, grosso modo, aqui e ali, sobretudo ao longo do século XIX e XX se vê crescentemente desapossada e substituída pela Burguesia, que não abrirá mão da criação de Colecções, da abertura de Museus e da apropriação do Outro e das riquezas do Outro, na Europa e, sobretudo, em áreas extra-europeias – a entender como atributos de poder (**ANEXO 10**) da emergente classe dominante.

Assim, mostrava quem tinha, quem podia e queria mostrar, e fazia-o certamente numa clara intenção de fortalecimento de uma auspiciosa e rápida promoção social, no âmbito da mobilidade social ascendente, o que ocorria, sempre que possível, em nobilitantes exemplares de arquitectura, esta por vezes muito bem conservada ao longo de muitos anos, como nos foi dado a constatar, em Luanda, no respeitante ao Edifício do Museu Colonial.

Este Edifício, dito Edifício-Museu, assente no trinómio edifício/colecção/ público (Araújo, 2012) tinha muito a função guardadora dos acervos, e era, assim, naquela época, 1907-1910, em que a noção de Museu ainda estava próxima da "noção de museografia", em "plena vigência do modelo custodial e tecnicista" (Araújo, 2012, p. 40). Este Edifício, Edifício do Museu do Observatório – relevando-se na Paisagem da Cidade, como ainda hoje se releva – era, certamente, então, produtor de deslumbramento e diferenciação.

[31] Conforme Anico (2008, p. 208), os Gabinetes de Curiosidades apresentam colecções de objectos materiais, naturais e artefactuais, que ocorrem no sentido da representação do mundo e da natureza, e "neste contexto as colecções incorporavam aqui uma justaposição de objectos científicos e artísticos, desprovidos de qualquer propósito de classificação, hierarquização ou especialização, com o intuito de reproduzir uma determinada cosmologia que reflectia o posicionamento e universo particulares do seu proprietário."

Era, decorrente disto mesmo, cumulativamente, uma marca inibidora de acesso para muitos, logo socialmente lesiva, porque a sua frequência seria "apropriada como uma prática de distinção, exercendo um papel de construção de relações sociais" (Araújo, 2012, p. 40). E, deste modo, o edificío deste Museu era, já em si, uma marca de Poder Simbólico, de integração para uns e de exclusão para outros, afirmadora dos outros poderes – Poder Político Colonial e Poder Político Imperial.

Schaer (1993) traz-nos vasto material de reflexão sobre esta e outra temática, em texto e imagem, começando pelo mítico mundo das Musas gregas - de onde deriva *Museion*. E em Alexander (1979), encontramos também matéria que trata as colecções privadas e o percurso que vai desde estas até aos museus públicos. Aqui vemos, por exemplo, que o Vaticano formou vários museus em 1750, em distintos Edifícios, que visitámos; que o British Museum nasceu em 1753; que a França abriu, em 1793, o Palácio do Louvre como Museu da República. E vemos que estes e outros sucedem aos Gabinetes - em italiano, *Gabinetto* e em alemão, *Kunst und Wunderkammer*, ou seja Sala de Arte e de Maravilhas; às Galerias - em italiano, *Galleria*. E Gabinetes de Curiosidades também os houve, por exemplo, no Portugal Joanino, como refere Brigola (2010, p. 31), citando os "Gabinetes de D. João V, do Conde da Ericeira, do Cardeal da Cunha, do Duque de Cadaval, do Marquês de Abrantes e da Academia Real de História", sendo que "muita desta experiência do colecionismo[32] antiquário e naturalista – de aristocratas, clérigos e de eruditos – acabaria por perder-se, quase sem rasto, na voragem do Terramoto"; e, ainda, conforme Brigola (2010, p. 34), já no período da Monarquia Constitucional, foram reunidas várias colecções de particulares, em Portugal, com preocupações museológicas* - de que são exemplo, "as galerias de João Allen, Pedro Daupias, Monteiro de Carvalho, Alfredo Keil e do Rei D. Luís" -, bem como várias colecções do Estado, e foram criados vários Museus*.

No pós-terramoto, em 1782, havia, para além do Gabinete de História Natural do Marquês de Angeja – então instalado no seu Palácio*, na Rua da Junqueira, de onde os seus acervos deveriam ser transportados para o projectado, e só parcialmente realizado, Museu de História Natural, ao Lumiar -, haveria mais cinco em Lisboa, como seja, no Paço da Ajuda, na Academia

[32] O interesse pelo colecionismo ultrapassa muito esta época. Por exemplo, muito recentemente, em Roma, no casco antigo da cidade, foi mostrada de 2013 a 2014 no Museo Nationale Romano, Palazzo Altemps, uma parte da enormíssima colecção recolhida pelo tenor Evan Gorga, que integrou o círculo próximo da Rainha Margarida de Sabóia (Roteiro da Exposição: *Una vita intera in diecimila pezzi*. *Evan Gorga, il collezionista*, 19/10/2013 a 12/01/2014).

das Ciências, o do Padre José Mayne, o de Francisco Sampaio e o de Jorge Reis; em Évora, o do Cónego Mello; em Coimbra, o da Universidade e em Beja, o do Bispo Frei Manuel do Cenáculo** (Guedes, 1999). Relativamente a este último, que aqui relevamos, existem preciosas informações em texto e imagens de várias peças do seu Gabinete (Murphy, 1998).

Porém, entre outros aspectos relativos à produção de nobilitância, o que não deixa de ressaltar das Colecções[33], dos Gabinetes*, das Galerias e dos Museus, nomeadamente no que respeita à arquitectura, é que estes ainda estão frequentemente instalados em edifícios ditos de "grande" arquitectura, constrangedora para o homem comum, conforme Alexander (1979, p. 10): "Museums were housed in palatial or templelike structures that made the man on the street feel unconfortable and discouraged his attendance". O mesmo se infere de Guedes (1999), quando afirma que até ao século XX, essas Colecções se constituíam nos espaços Régios, nos Mosteiros, nas salas solarengas ou nas catedrais. E era assim essa arquitectura, como que funcionando em termos de uma lógica de imposição de respeito, mantendo os visitantes em posição passiva (Araújo, 2012). Aliás, foi o convencimento da importância da arquitectura dos Museus que nos levou a evidenciar o Edifício do Museu do Observatório, em Luanda, sempre que considerámos útil fazê-lo.

E a busca de nobilitância pode significar, de algum modo, aqui e ali, como que uma remissão para a potenciação da referida prossecução de diferenciação social e hierárquica, conceitos que reflectimos em termos de Poder Simbólico, como dito, seguindo Bourdieu (2011).

É que estas interacções estão presentes, em Luanda, em 1907, com a existência e a oficialização do Museu Colonial, na Alta da Cidade, no Observatório Meteorológico, antigo templo quinhentista, reutilizado, de alta torre sineira, de onde simbolicamente se pretende impressionar a Urbe, o Império e os outros Estados Imperiais.

Insere-se esta intenção de "impressionar", nomeadamente pela produção do Museu Colonial, no âmbito do Poder Simbólico, que Bourdieu (2011, p. 6) diz ser um "poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*". Continua o mesmo autor afirmando que

[33] No mundo ocidental, os gregos e os romanos, por exemplo, já as tinham e tiveram-nas, depois, príncipes e outros nobres, os papas e plutocratas. Antes do Renascimento, tiveram-nas os antigos templos e igrejas medievais, mas no Renascimento ganharam enorme nomeada (Schaer, 1993).

No século XVII destaca-se muito a numerosa colecção do Rei-Sol, num total de cerca de 1400 moedas de ouro, respeitantes aos antigos Imperadores de Roma (Schaer, 1993).

> "O poder simbólico como poder de constituir o dado pelo enunciado, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força - física ou económica -, graças ao efeito específico da mobilização, que só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário" (Bourdieu, 2011, p. 6).

Bourdieu (2011, p. 193) retoma o conceito de poder simbólico e diz que

> "este é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*[34], uma *auctoritas*[35] que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe." (Bourdieu, 2011, p. 193).

E isto também é pertinente, no campo político, ou mais especificamente, como afirma Bourdieu (2011, p. 191),

> "Em política, «dizer é fazer», quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de di-visão[36] do mundo social, as *palavras de ordem* que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos e, deste modo, uma ordem social." (Bourdieu, 2011, p. 191).

Reflectimos, assim, no âmbito do Poder Simbólico que, aqui e como dito, é apoio ao poder de soberania colonial e imperial, a nobilitância de edifícios, lugares museológicos e de instituições, nomeadamente, museológicas e coloniais; a notoriedade dos actores, presentes na procura, prossecução e afirmação da diferenciação social, qual atributo do referido Poder Simbólico.

b. Museu Colonial de Luanda, 1907-1910: Núcleos da Exposição e sua taxonomia simbólica

No entendimento de que, como referido, o acervo exposto não é um caótico moroiço de objectos, importará tentar compreendê-lo, em termos de sentido, enquanto possível ordenação em núcleos.

É visível que temos núcleos ou conjuntos de artefactuário que nos poderão dar informação sobre a relação do Homem com a natureza, com o social e o extraordinário; núcleos de vestígios osteológicos de diferentes animais, mamíferos, répteis e anfíbios; contentores vítreos de Produtos; núcleos de pelames de animais, inteiros ou parcelares; núcleos de amostras de xiloteca

[34] Ver **Fidelidade** em Glossário.
[35] Ver **Autoridade** em Glossário.
[36] Di-visão significa ver através (*diá*, em grego) da grelha (de visão) constituida pelos princípios produzidos pela política para ver a realidade do mundo social, hierarquizada segundo a ordem pretendida.

e outros materiais vegetais; núcleos de animais ornitológicos e outros, de que são exemplo, os chimpanzés, no exterior do Edifício, no espaço envolvente, entre outros, ou já domesticados, no seu interior; e outros.

Estes núcleos, não olhados como um mero somatório de objectos, de *per si*, mas entendidos em termos de taxonomização simbólica do sentido da sua organização, poderemos tomá-los como remissões para diversas manchas do Território e da População de Angola e, logo, para a sua pretendida posse, nomeadamente onde houve assinatura de "Auto de vassalagem", em que não faltou o cerimonial oficial do Acto, como vemos, fixado em imagem e texto, por exemplo, em Couceiro (1948, p. 62), após a "destruição do Cuamato" (Couceiro, 1948, p. 28A).

Assim, os núcleos de grande centralidade, do artefactuário próprio da relação com o extraordinário, exibindo abundantes marcas de práticas mágicas, poderão significar que o domínio não se restringe aos bens materiais, mas a algo mais íntimo, como expresso na obra pregueada – imponente *Nkisi** - de quem a concebeu, a produziu e lhe deu função; a peça de antepassado mítico fundador de grupo e das peças suas envolventes, como que em moldura; o núcleo de peles de répteis, remetendo para a posse de terras e massas de água fluviais, e do que elas encerram; o núcleo de peixe-serra e cabeça de hipopótamo, terrível paquiderme, também estes remissivos para grandes manchas marítimas e fluviais; os vários pelames nas varandas do Edifício, pontuadores de posse das abundantes faunas, existentes sobretudo em ecossistemas de savana, de pujante gramínea, alimentadora de uma enorme e diversa população de mamíferos que, por sua vez, há-de alimentar felídeos - o temido leopardo de pele mosqueada e outros -, até chegar ao topo da cadeia trófica com os vorazes hienídeos[37], necrófagos, limpadores dos restos das carcaças das vítimas; o pelame de mamífero do sul, em manchas vegetais já anunciadoras do deserto do Namibe; o núcleo de pelame de leopardo, no interior do Edifício, na Sala do Rei e ao longo dos solhos das Salas no interior do Edifício, que o taxidermista realizou de boca muito aberta e dentadura ameaçadora, com destaque para os proeminentes caninos, próprios para a dilaceração, como se, assim, se pudesse justificar melhor o porquê deste pelame ser tão usado em símbolos de Poder Tradicional; artefactuário de pesca, que vai da vizinha Ilha de Luanda, Terra de Muxiluanda, aos mares da então Moçamedes, ali tão perto do então Sudoeste Alemão, hoje Namibe, e outros; os delicados pluriarcos musicais; o núcleo de amostras de xiloteca, possível

[37] Não é por acaso que os executantes da pena de morte, na corte do Rei Gungunhana, eram denominados Hienas e vestiam-se com peles e cabeças de hienas taxidermizadas (Rodrigo & Almeida, 1993b).

remissora para vegetação de floresta pluviosa e húmida, ou mais seca; o núcleo de canas de acúcar, cujo cultivo exige muita mão-de-obra; o núcleo de amostras geológicas, decorrentes de possíveis prospecções em curso, como vemos em imagem, em Couceiro (1948, p. 326A), eventualmente remissivas para solos e sub-solos; o enorme número de contentores vítreos, certamente organizado em vários núcleos; os núcleos de grande densidade expositiva e diversidade de artefactuário próprio da caça e da guerra – e também de prestígio -, nomeadamente armas neurobalísticas, eventualmente agrupadas por recolha do próprio Gomes de Sousa, quando em serviço no norte de Angola, por oferta de comerciantes, por lembrança de militares, em viagem de estudo. Ou núcleos, ainda constituídos por entregas de militares, decorrentes de acções de ocupação, como troféus de guerra – em parte, possivelmente recolhidos no âmbito de assinaturas de "Auto de vassalagem", como já referido (Couceiro, 1948, p. 61A) e como poderá ter ocorrido com o acervo angolano que pertenceu ao Museu Militar de Lisboa, o qual expusemos, em co-autoria, na Torre de Belém (Rodrigo & Almeida, 1993a), e depois acompanhámos para depósito no Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, onde é visitável; por eventual oferta, em 1899, do Soba Guindi, da Hanha, no rico Distrito de Benguela, apadrinhado por Gomes de Sousa, com seu nome inteiro; por entrega do Rei do Congo, de quem este era compadre. Muito relevante é o núcleo expositivo de evidente carga simbólica, na Sala do Rei, como que confrontando o Retrato do Monarca, alçado tanto quanto permitia a parede de suporte, e a nobilitante pele inteira de leopardo, como cobertura de soalho de tábua corrida, dessa Sala – exemplar de pele este tão valorizada simbolicamente, como dito, a nível dos Poderes Tradicionais. Ainda poderemos ter um núcleo com possível origem em provável entrega de grupos de visita, nomeadamente do "grupo de Sobas do Distrito de Luanda", retratado em Couceiro (1948, p. 180A), em eventual visita ao Museu, embora não se conheçam dados sobre a dimensão das visitas, o que, a não as ter havido, seguia o que era então comum, pois os estudos sobre Extensão Educativa começam, sobretudo, segundo Araújo (2012), na terceira década do século XX e ocorrem nos Estados Unidos da América. Podemos ter ainda outras possíveis ordenações, de diferentes acervos em núcleos, muitos deles expostos em bases que desconhecemos, mas a que assistiria certamente um sentido.

Após a análise atrás desenvolvida, sobretudo no que respeita à diferenciação social[38] presente nos Edifícios dos Museus e no acesso aos acervos dos núcleos dos Museus, passíveis de serem entendidos como representações de Poder Simbólico, seguimos agora para a abordagem presente em Sub-hipótese 2, como dito, que trata este Poder Simbólico como legitimador de Poder Imperial - no que se releva, desde logo, o *Retrato do Rei* exposto, à entrada, naquela que consideramos ser a mais centrípeta das Salas do Edifício do Museu Colonial, em Luanda, em 1907.

Sub-hipótese 2 – O Museu Colonial é uma Exposição Simbólica que legitima o Poder Imperial

Vimos atrás, em abordagem presente em Sub-hipótese 1, que o Museu é um campo organizado e não lhe serão alheios os critérios estéticos – a densidade, por exemplo, do acervo exposto -, critérios de agrupamento de Produtos naturais, de eventuais troféus de guerra, e critérios étnicos, apesar da museografia sugerir um conjunto de acervo, aqui e ali, por ordenar, embora faça todo o sentido haver núcleos implícitos para o que não temos documentação, até ao presente momento da investigação.

Os núcleos são classificatórios, mas também simbólicos. E enquanto tal, enquanto significação, eles elucidam que, para ser possível a sua recolha, é necessário conhecer e controlar o Território mas, por sua vez, isto exige que haja dominação e esta exige que haja a ocupação – "a ocupação, quer dizer, funcionamento de domínio efectivo sobre populações, na sua quase totalidade indígenas" (Couceiro, 1948, p. 17) -, que no entender deste autor, neste escrito, deveria ser exercido por intermédio de chefias administrativas. Ainda, conforme este autor, a ocupação necessitava de linhas de penetração, linhas de comunicação para o interior, fluviais, férreas e carreteiras, que sempre que necessário deveriam funcionar em termos de interface, para maior eficácia de transporte de homens e produções, tendo estas, em grande parte, destino para os portos marítimos do mundo industrializado[39].

[38] Será reflexo, conforme Araújo (2012, p. 40), de marcação de distâncias, em que "as posições sociais e as práticas culturais não são dois factores independentes, antes se relacionam, se constituem mutuamente, conformando uma estrutura mais ampla de relações sociais."

[39] Daqui adveio, por exemplo e em grande parte, em números redondos do quinquénio 1903-1907, que os "valores médios por ano de exportação geral da Metrópole, e das suas re-exportações provenientes de Angola, fossem respectivamente de uns 48 000 e 46 000 contos, o que equivale a dizer que a Província concorreu para a exportação geral da Metrópole, com cerca da décima parte da sua totalidade" (Couceiro, 1948, p. XVII).

Esta mensagem, a transmitir, no que respeita, por exemplo, a estas parcelas zoológicas, por sua vez, proclama que a soberania deste Território se alarga desde o referido ecossistema de savana, a vários tipos e sub-tipos de vegetação e suas faunas; e proclama a soberania sobre o território da recolha dos restantes outros núcleos dos diferentes acervos.

Os núcleos museológicos, assentes em diferentes sentidos explícitos ou implícitos, como antes referido, relativos ao diverso Território e ao que de diverso e total ele encerra, são simbólicos e remetem para o conseguimento de posse. São simbólicos, e nesta medida, são performantes de Poder Imperial, através da capacidade geradora do simbólico que é dotado de Poder.

Todo o "pensar Museu" é uma mensagem por passar e esta tem a ver com todos os materiais expostos, no grande contexto de Poder Colonial. Aqui, releva-se, entre outros, por excelência, o Retrato do Rei: o configurador simbólico do Museu.

O Monarca, ali, é retratado em oleogravura[40]. É-o em jactante uniforme de gala ou grande uniforme de Oficial Superior das Tropas de Terra, muito possivelmente de Oficial de Cavalaria - em que ressalta o capacete com abundante penacho[41] branco, a espada[42], as luvas de pelica branca, a banda das três Ordens Honoríficas e outras condecorações (Faria e Silva, entrevista a 17/05/ 2016). Foi, neste contexto, secundado pela visitação oficial do Príncipe Herdeiro que, no Edifício do Observatório Meteorológico e seus anexos, o Príncipe Real apreciou o todo exposto (Sousa, 1907), o que reforça bem a ideia de que estamos perante um Museu Público. E isto, embora o seja, com a marca da inibição no referente ao acesso do homem dito "de rua", como citámos, na alínea anterior, reflectindo as citadas obras de Alexander (1979), de Guedes (1999) e de Araújo (2012), no respeitante à Arquitectura de Museus, e ao acesso aos seus acervos.

Ele, o Rei retratado, ali tornado presente perante os diversos poderes, alguns bens expressos e identificados, anteriormente como dito, em jeito de coerção, convida ao consentimento e respeito internacional das fronteiras instituídas ou pretendidas, e ao consentimento interno das populações e seus representantes hierárquicos, tradicionais, no respeitante ao acatamento do controle do Território pelo Poder Colonial e de tudo o que é inerente a esse controle –

[40] Imagem conseguida pelo processo de reprodução, através da gravura de um quadro pintado a óleo, o que pressupõe terem sido feitas várias reproduções desta mesma imagem.
[41] O capacete apresenta penacho de plumas brancas, copa em feltro moldado, pala e cobre-nuca em couro envernizado, sendo a pala reforçada a metal dourado e a chapa frontal de metal.
[42] A espada tem guarda de metal dourado.

conhecimento do Território ocupado e do que ele encerra, até às vias de penetração e de escoamento. Fá-lo em jeito de coerção, que é sugestivo e se pretende que, assim, seja atendido, e não pela coação, que é já do âmbito do impositivo e que, como tal, reside na esfera do exercício de Soberania – embora o retratado seja o Comandante Supremo de uma assinalável força militar que vai das Tropas de Terra, às Tropas de Mar e com um submarino em encomenda[43], às recém Tropas de Ar, embarcadas com êxito em balões militares, nesse ano de 1907, com tripulação de dois aerostateiros (Branco, 2003).

Pretende-se, assim, que esse controle seja acatado, nomeadamente no que vai desde o todo dos cursos fluviais ao Grande Mar, do interior à Costa, do enclave ao Território contínuo, da savana à floresta pluviosa e ao deserto, do solo ao sub-solo, do terrestre ao aéreo, do pequeno ancoradouro ao grande porto; da linha férrea à lancha e à carreteira; do conceituado Velho, ao júnior e à mulher.

Deste modo, toda a conceptualização do Museu é um enunciado, uma mensagem (em exposição), com seus evidentes emissores, que são os representantes do Poder Colonial – Poder Colonial este bem visível no terreno, personificado no Governador-Geral[44]; com seus receptores que, entre outros, são os súbditos, nomeadamente as chefias tradicionais e seus dignatários, representantes de outros Estados Imperiais, mas também militares cumprindo penas de desterro por afrontamento à disciplina militar e por adesão às organizações subversivas a que poderiam pertencer, porque era muito alargada a sua penetração nos quartéis e nos navios da Armada.

[43] Encomenda realizada em tempos de Monarquia. A sua construção segue o modelo dos submarinos italianos. Foi lançado ao mar, em Itália, a 5 de Outubro de 1912. Fundeou em Lisboa, à frente do Arsenal de Marinha, a 5 de Agosto de 1913. Custou 100 contos. Fez patrulhamento de costa e defesa da Barra. A Marinha de Guerra Portuguesa foi a primeira na Península Ibérica a integrar o submarino nas suas forças (Rui Ortigão Neves, Grupo de Amigos do Museu de Marinha, GAMMA, comunicação pessoal, 2017).

[44] Era então Paiva Couceiro, que foi o mentor de Norton de Matos, a nível da colonização, em Angola, conforme refere este autor em escrito terminado a 14 de Agosto de 1947 e obra publicada no ano seguinte:

> "Tão gloriosa, tão levantada e digna, tão proveitosa para os destinos da nação, tão realmente, tão praticamente e tão seguramente indicadora do único caminho a seguir para o engrandecimento de Portugal foi essa carreira, que outra não vejo na História Colonial Portuguesa dos últimos 200 anos que se lhe possa comparar." (Matos, 1948, p. 128).

Ou seja, há uma enorme similitude de posições sobre a referida temática angolana entre Paiva Couceiro e Norton de Matos, embora o primeiro, combatente pela Monarquia, em Lisboa e no Norte de Portugal, se afirme como Monárquico convicto até ao fim da sua vida, e o segundo, se afirme como Republicano e Maçon – Irmão Danton -, Grão-Mestre da Maçonaria e claro opositor ao Estado Novo, também até ao fim da sua vida.

Paiva Couceiro deixou abundante obra sobre organização colonial e, entre muitas acções, "criou e comandou a denominada Coluna Móvel de Polícia", organizada em termos de pressuposta acção de prontidão (Matos, 1948, p. 64A).

Voltando ao *Retrato do Rei*, na Sala do Rei, também Sala de Recepção do Museu, como dito, remete-nos de imediato para a dimensão de evento público - embora seja de admitir que, por exemplo, a Sala de Jantar, com a sua mesa, moringue, aparador e decoração parietal, que sugere ser de porcelana, bem como o Gabinete de Trabalho e alguma casa de banho, possam ser entendidos como espaços semi-públicos -, e sugere-nos, cremos nós, duma forma bem clara, que não estamos no âmbito dos Gabinetes de Curiosidades, referidos anteriormente neste capítulo, embora o Zoo e a Exposição nas varandas e no interior do Observatório, integrem várias colecções particulares que lhes eram muito comuns - sendo que, entre outras, as maiores delas são propriedade particular de Gomes de Sousa, que podemos entender como ali depositadas *on loan* e, possivelmente, disponibilizadas ao visitante em termos de *hands on*, como terá ocorrido no respeitante à visita do Príncipe Real, que assinou o Livro de Visitantes do Observatório, onde constavam várias assinaturas, conforme Teixeira (1936).

As visitas, muito possivelmente, guiadas - em possível percurso aberto de visita e em Salas possivelmente não numeradas, porque não há referência a esta numeração em Sousa (1907), e que trataremos, tanto quanto possível exaustivamente no Capítulo X -, poderiam ter sido feitas pelo próprio Gomes de Sousa, pelo menos com o apoio de mapas, que os havia e com o apoio do estereoscópio, de marca Richard e registado em Paris (**APÊNDICES 4A** a **4C)**, cujas "chapas de vidro" vêm sendo referidas.

Posto isto, analisamos, ainda, adiante, o porquê do *Retrato do Rei*, neste evento museológico público, e iremos fazê-lo seguindo Marin (1981).

É certo que esta Sala do Rei - serve de enquadramento ao Retrato e vice-versa - é uma Sala diferenciada, onde não faltaria o íntimo e ritmado som do batimento do pêndulo do relógio de caixa, esta feita, em Luanda, com madeira de teca, de uma antiga nau portuguesa (Corveta *D. João I*), construída em Damão (Sousa, 1907, p. 47) – própria para uma régia re-presentação que, ali, naquele lugar público, é mais do que um retrato: é, na ausência entendida como presença, o garante do reforço da autoridade e do desejado poder colonial, da pretensão da continuação e viabilização dum ainda frágil Estado-Nação Imperial em tempo de fortes conflitualidades entre Impérios, buscando protagonismos entre si, ensaiando acções de ocupação efectiva, aqui e ali, e afirmando ascendências face aos " dominados" e face aos seus pares.

Ali, o *Retrato do Rei* ausente tornado presente, é mais do que um Retrato, em Luanda, naquele Serviço Público de Meteorologia, no Edifício do Observatório, no âmbito do Museu

Colonial, 1907-1910, no entendimento de que produzir museu, expor - para chegar ao receptor, como aponta o prefixo *ex*, no sentido de *saída*, *para fora de*, ou seja, disponibilizar a alguém -, que por ser aceite é equivalente a ser legitimado, ou seja, isto é, uma forma de legitimar o poder colonial, através do acto de expor e de ter receptor, que os teve.

Mas esta ex-posição, em 1907-1910, não teve só a re-presentação - "Le préfixe *re-* importe dans le terme la valeur de la substituion", conforme Marin (1993, p.11) - do Rei ausente, ali entendido como presente, que é um efeito da representação em geral, efeito que, segundo Marin, (1993, p. 12), se traduz em "faire comme si l'autre, l'absent, était ici et maintenant le même; non pas présence, mais effet de presence".

Nesta Sala do Rei, o seu *Retrato do Rei*, que ali re-presenta o ausente Rei para o afirmar como Soberano presente, é importante em termos da eficácia do poder simbólico, posto que "representation et pouvoir sont de même nature", conforme Marin (1993, p. 13), sendo que ainda segundo o mesmo autor:

> "Pouvoir c'est d'abord être en état d'exercer une action sur quelque chose ou quelqu' un; non pas agir ou faire, mais en avoir la puissance, *avoir* cette force de faire ou d' agir. Pouvoir, dans le sens le plus vulgaire et le plus général, c' est être capable de force, avoir - et il faut insister sur cette propriété - une réserve de force qui ne se dépense pas mais met en *état* de se dépenser." (Marin, 1993, p. 13).

Posto o atrás reflectido nesta alínea, podemos entender que o Museu Colonial de 1907-1910, de que, entre outros, nos restam fotografias sobre suporte de papel e positivos vítreos, agora digitalizadas - que trataremos em Capítulos VIII, IX e X -, relatos de imprensa e de outras publicações, bem como o *Catálogo do Mostruário de Produtos*, abordado em Capítulo XI, é mais do que o mero acto de ex-por que, neste evento, como veremos ao longo deste estudo, tem uma museografia densa - seria importante mostrar muito, sendo os núcleos, por vezes, insuficientemente compartimentados.

Assim, naquele tempo, 1907-1910, o Museu Colonial instalado no Observatório de Luanda era mais que o Observatório de Luanda: transformou-se, por via da eficácia da imagem, no âmbito do poder simbólico, numa alta janela de onde se avistava o Império, para o afirmar como um Todo sob o domínio do Soberano.

Porém, ainda no que respeita à presença e à "Palavra" proferida, assiste-lhes uma ordem de protocolaridade - moldura de Poder, que aqui está presente ao longo da Viagem Imperial e concretamente, em Luanda, desde o desembarque do Príncipe Real.

Feita a abordagem ao quadro de referência e modelo de análise, e reflectidos os conceitos, hipótese e sub-hipóteses, prosseguimos o nosso estudo.

4. Metodologia e Métodos

A metodologia é uma explicação detalhada do modo como se organizam os procedimentos fundamentais e orientadores de uma investigação. Ela reflecte e remete para os procedimentos ou métodos ou caminhos a seguir no presente estudo, que é como dito, um estudo de caso ou facto, e que, como tal, se afigura como uma investigação empírica teoricamente orientada. Esta metodologia é fundamental para o aprofundamento da compreensão do fenómeno abordado.

Adiante, passamos a reflectir os procedimentos lógicos e técnicos, bem como as técnicas de análise utilizadas.

A metodologia, enquanto caminho para se chegar a determinado fim no âmbito da investigação, pode agrupar-se em dois grandes grupos, quais sejam "o dos que proporcionam as bases lógicas da investigação científica e o dos que esclarecem acerca dos procedimentos técnicos que poderão ser utilizados" (Gil, 2007, pp. 26 e 27).

Neste presente trabalho, no que respeita a procedimento lógico, opta-se basicamente pelo método hipotético-dedutivo, método científico este que é um conjunto de procedimentos, com que pretendemos chegar ao conhecimento, procurando evidências empíricas para refutar a hipótese formulada, deduzindo consequências que deverão ser testadas (Gil, 2007, p. 26 e 30). Esta é a investigação aqui seguida, dita investigação empírica teoricamente orientada, a qual é "balizada" pela metodologia (Figurelli, 2013, p. 119) – metodologia que, aqui, é dedutiva, em que o método parte do geral para o particular (Gil, 2007, p. 27). Este método hipotético-dedutivo, com a ajuda de revisão de literatura e de reflexão em torno da pesquisa, permite construir conceitos, hipóteses e o quadro de referência, designados teóricos, porque já foram empiricamente comprovados.

Este referido método permite ter em consideração a experiência da vida das pessoas e permite a escolha, o estudo de um fenómeno e o seu aprofundamento, e após isto, a interpretação dos resultados obtidos, de modo a alcançar um novo entendimento da realidade, ou seja, dos problemas que carecem de ter solução e, sobretudo, compreender a sua essência, relativamente ao que aparentam ser, necessidade esta de compreensão que também é extensível aos actores em

presença e seus contextos (Fortin, 2003).

O método hipotético-dedutivo parte de "princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica" (Gil, 2007, p. 27). Utiliza conceitos e hipóteses já bem sustentadas em investigações empíricas, enquadra-se no paradigma naturalista, em que os fenómenos "são únicos e não previsíveis e os esforços são orientados para a compreensão total do fenómeno estudado" (Fortin, 2003, p. 27).

Quanto às metodologias presentes neste estudo, para além da referida metodologia dedutiva, no respeitante aos procedimentos lógicos, temos as metodologias correlacional e qualitativa, no âmbito dos procedimentos técnicos

Quanto ao inter-relacionamento dos conceitos e da sua articulação, permite o abatimento de escolhos que limitam a compreensão do fenómeno abordado. Neste entendimento de clarificação, no que respeita ao Museu Colonial, conceito, o próprio pensar e fazer Museu já é simbólico, como também, o conjunto de objectos expostos é símbolo do mercado global em que se integram.

O Poder Imperial, carece, naquele tempo, lugar e contexto, dessa iniludível capacidade de realização Museológica – onde os produtos expostos, enquanto abstracção, são equiparáveis aos que estão em circulação no mercado e aos que existem no Território e no Império, por tomar e fazer escoar – explicitamente afirmado pelo poder Simbólico representado no Retrato do Rei e na Visita e Palavra do Presumível Herdeiro do Trono, seu Filho, potenciando-o como efectivo Poder Imperial, capaz de, com eficácia, exercer plena Soberania.

Relativamente à metodologia qualitativa, não probabilística, e não suportada em lançamento aleatório de inquéritos de conteúdos quantificados, depende do paradigma naturalista[45], também dito paradigma qualitativo, e de que a qualidade é o elemento caracterizador do que, aqui, melhor pretendemos compreender, sugere responder bem, neste trabalho, face à impossibilidade de mensurar os conceitos e as dimensões, que não são manifestações objectivamente observáveis "processo dinâmico, que consiste em interagir com os indivíduos no meio e de que resulta um conhecimento relativo ou contextual" (Quivy & Campenhoudt, 2005, pp. 122 e 123).

[45] No que respeita a este paradigma as generalizações são consideradas impossíveis na medida em que o comportamento humano nunca é independente do momento e do contexto em que ocorre, embora possa haver similaridades entre contextos (Gomes, 2004).

A referida metodologia qualitativa pode levar-nos a uma melhor compreensão do fenómeno abordado, que, como dito, não pode ser quantificado. E, assim, no entendimento de que estamos face a um estudo qualitativo – dado não apresentar lançamento de inquérito, nem operações estatísticas, pois o que de numérico apresentamos são algumas meras acções aritméticas relativas a percentagens de tipos de Produtos constantes no *Catálogo de Produtos*, por ser ilustrativo da importância atribuída por Gomes de Sousa a algum desse acervo exposto e aos grupos Africanos que nele trabalharam – importará agora prosseguir esta tese no respeitante ao método, ou caminho a seguir que esclarece acerca dos procedimentos técnicos (Gil, 2007, p. 27), nomeadamente o estudo de caso, que é de natureza inter-relacional e qualitativa, e que integra várias técnicas.

No presente estudo de caso, processo de investigação empírica, abordamos um caso, que é um evento, no sentido em que este, conforme Yin, (2013, p. 31) "of course can be some event or entity that is less well defined than a single individual".

Quanto às fontes consultadas no estudo de caso, a utilizar como prova, ou "*evidence*", cremos que, na presente situação, as tomamos na quase possível totalidade, tendo em consideração, como preconiza Yin (2003), que a prova no estudo de caso pode ter seis fontes: documentos, gravações de arquivo, entrevistas, observações directas, observações participantes e artefactos materiais. As fontes primárias aumentam a prova relativamente às outras fontes.

A essência do estudo de caso é definida por Yin (2003, p. 7) no sentido em que "the central tendency among all types of case study is that it tries to illuminate a decision or set of decisions: why they were taken, how they were implemented", "porquê" e "como" estes, que cremos vêm estando presentes no fluir deste trabalho e aos quais pretendemos responder.

No presente trabalho, o estudo de caso integra, como dito, várias técnicas apontadas por Yin (2013), como sejam, o método de observação directa no Edifício do Observatório e espaço envolvente, em Luanda; análise de conteúdo das fontes recolhidas, nomeadamente análise de fotografia em suporte vítreo e outros documentos; análise de medalhística e numismática; notafilia e outro acervo tridimensional; realização de entrevistas – abertas e, quando necessário, semi-estruturadas -, com informantes de escolha não aleatória, porque são os testemunhos melhor situados e mais reputados para constituir uma amostra que é teórica por ter pretensões de enunciação teórica - entrevistados estes que, ao mesmo tempo, possam cumprir objectivos analíticos muito importantes para o conhecimento que aqui se pretende atingir.

Fixada a documentação, nomeadamente oral – com base em entrevistas, técnica fundamental, que, conforme Yin (2013), estão entre as mais importantes fontes no estudo de caso - que neste estudo está intimamente ligada aos materiais imagéticos vítreos e outros, importará analisar o seu conteúdo, ou seja, analisar os vários dizeres que nos chegaram, com maior ou menor informação, com mais ou menos informação útil.

Prosseguimos a análise com a abordagem específica ao estudo de caso e às diversas técnicas que o integram.

4.1. Museu Colonial de 1907-1910: Estudo de Caso

Este trabalho é um estudo de caso: é o estudo de um fenómeno específico, tanto quanto possível bem identificado e contextualizado que, aqui é o Museu Colonial de Luanda, visitado e oficializado em 1907, e que se prolonga até 1910, sendo que integra a recolha e estudo de documentação escrita e não escrita, que inclui a imagética, presente em deltiologia, em chapa de vidro, em fontes impressas, em medalhística, em numismática, em filatelia e ainda, a recolha e estudo de fontes documentais orais.

Para isto, por feliz acaso, tivemos acesso ao acervo de positivos vítreos de Gomes de Sousa, bem identificado a nível da origem de pertença que, ao longo dos anos viemos abordando com maior ou menor intensidade, de forma descontínua, conforme nos permitia a nossa obrigatoriedade de presença e de produção nos vários postos de trabalho por onde passámos, ao longo da nossa história de vida.

De algum modo, a recolha de documentação escrita e imagética – concretamente a de Gomes de Sousa, relativa ao Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda – acompanha, desde logo, algumas entrevistas abertas com José Redinha** e Samuel Aço**, em Luanda, por volta de 1984, na presença da reprodução de imagens destes diapositivos vítreos, na tentativa de encontar este acervo, ou parte, ali ou noutra parte de Angola. Estes materiais são igualmente mostrados no Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa, quando aqui fizemos o Estágio do Curso de Conservadores, sob a coordenação de Ernesto Veiga de Oliveira**, e é feita, no contexto deste Estágio, uma limpeza não profunda do móvel contentor dos materiais vítreos e de algumas placas vítreas, com Miguel Pessoa e Esmeralda Pereira, então nossos condiscípulos.

Tornava-se, assim, progressivamente mais claro que este material vítreo podia ser relevante para a compreensão da Museologia e do poder político da época, nomeadamente o poder colonial, em tempo crepuscular de Monarquia; sugeria também ser evidente a importância patrimonial da informação imagética plasmada nas chapas rectangulares vítreas, contidas no estereoscópio; tornava-se mais definido o nosso estudo de caso – Museu Colonial de Luanda, 1907-1910 – e mais evidente como os materiais vítreos, entre outras fontes escritas e não escritas, podiam ser fundamentais nesta tese.

Para além destes referidos, identificados e relevados materiais vítreos, caminhou-se grosso modo, como que em simultâneo, por um lado, fazendo a recolha, quando possível, e estudando a documentação escrita e não escrita disponível – que não só a de Gomes de Sousa – e, por outro lado, as fontes documentais orais, como desenvolvemos, em oito sub-alíneas, adiante.

4.1.1 - Estudo de Imagética em suporte vítreo e em suporte de papel

A importante informação presente em suporte vítreo tem sido pontualizada, ao longo deste trabalho.

Integrou, seguramente, o Museu Colonial de 1907-1910, com os seus outros diferentes acervos, e é uma privilegiada representação simbólica de apoio ao Poder Político Colonial e Poder Político Imperial.

A antiga colecção de fotografias, do acervo de Gomes de Sousa, contemporânea da Visita do Príncipe Real a Luanda, respeitante sobretudo ao Museu Colonial e às suas várias Exposições, à Alta da cidade, ao Observatório e espaço envolvente, tem 48 "chapas de vidro", de que só trataremos as mais relevantes para o presente trabalho em número de 42, que aprofundamos adiante.

As "chapas de vidro", como suporte de fotografia, muito frágeis, carecem de delicados cuidados no seu manuseamento; têm 10,6 por 4,4 cm, com 1 mm de espessura (**APÊNDICE 3**) e, no momento da sua aquisição, estavam montadas em moldura metálica no respectivo estereoscópio (**APÊNDICES 4A** a **4C**).

Pretendemos estudar a informação nelas constantes, após terem sido passadas para suporte de papel e em diapositivos, no respeitante ao Museu Colonial de Luanda, 1907-1910, à Alta da Cidade, ao Edifício do Observatório, espaços envolventes e outros, arquitectura do efémero e

aspectos da vivência do quotidiano de então. Esta informação é uma importante fonte documental primária.

Ainda, quanto à referida imagética, ou seja, quanto aos documentos que se exprimem por imagens, pensamos que, em grande parte, ela assume neste estudo uma fundamental importância, porque sugere ser inédita em significativa parte - assim o consideramos, até ao presente momento de investigação. Neste âmbito, as fotografias ainda ganham no presente estudo uma importância acentuada pois, para além da informação nelas patente, foram utilizadas, conforme Ribeiro (2003), para a condução das entrevistas com os informantes, no sentido de recolher informação complementar relativamente à temática retratada. E assim sendo, conforme Ribeiro (2003), a fotografia é um auxiliar de Memória; faz prova com evidência e permite um acréscimo de saber.

Entendemos, aqui, a colecção e as diversas fotografias como fontes primárias para o estudo, no âmbito de várias áreas do conhecimento, como preceitua Kossoy (1980).

É certo que podemos olhar a fotografia quanto á sua limpeza, manutenção, conservação* e eventual restauro. Embora não desmereçamos este aspecto, o que aqui faremos, sobretudo, é tentar extrair ao máximo toda a informação possível a nível da imagem, já fixada em suporte de papel e, sobretudo, em suporte digital, nesta tese, o que podemos entender como uma acção de conservação por registo.

Ainda importantes são, por exemplo, as imagens constantes na pagela da 1ª Comunhão do Príncipe Real (**ANEXOS 11** e **12)**, onde a planta "não-te-esqueças-de-mim", pintada à vista, segundo informação oral da então Directora do Jardim Botânico Tropical, Cristina Duarte, ganha uma acrescida carga simbólica; no exemplar de medalhística (**APÊNDICE 1**), possivelmente único, e, seguramente, antiga peça do acervo de Gomes de Sousa, porque a legenda o afirma e porque no-lo foi oferecido como tal; na notafilia (**ANEXO 13**); na numismática (**ANEXO 14**); na filatelia; na deltiologia, presente no Arquivo Histórico Ultramarino e colecções particulares (**APÊNDICES 5 a 12**); na gravura existente na Sociedade de Geografia de Lisboa; na fotografia das colecções existentes no Arquivo do Museu de Marinha e no Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa; nas cartas marítimas consultadas na Biblioteca Central de Marinha; na fotografia patente em publicações diversas; nas fotografias do Arquivo pessoal do Arquitecto Fernando Batalha (**APÊNDICES 13 e 18**); nas fotografias de postais do Museu apresentadas em Vicente & Vicente (1998) e noutros acervos, como especificamos no Capítulo seguinte e ao longo deste estudo.

4.1.2 – O *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*

O Museu Colonial, em Luanda, tendo em atenção os seus diversos acervos expostos, sobre diferentes temáticas, teve catálogo editado, em 1907, com que Gomes de Sousa quis honrar a Visita do Príncipe Real ao referido Museu, no Edificio do Observatório Meteorológico e espaços envolventes (Sousa, 1907). Tem 86 páginas, em texto e imagem, sob título *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola* (**APÊNDICE 19**).

Ainda, este Catálogo assume uma particular importância porque reforça a origem e a informação plasmada nas "chapas de vidro", pois algumas das fotografias nele constantes, nomeadamente as identificadas como "Estampas" 1, 5, 9, 13, 22, 23, 24, 25 e 26, foram obtidas de ângulos diferentes (Sousa, 1907), são mais gerais e com menos pormenor, sem se repetirem relativamente às "chapas de vidro".

É uma importante fonte documental primária, não só face aos Produtos expostos e ao Africano, mas também como evento bem ilustrativo a nível da contextualização, no que respeita a outros Museus e Exposições congéneres, em Portugal e no estrangeiro, num tempo em que se acentuava a "corrida" à África Colonial.

4.1.3 – Método de Observação Directa não participante

A presente tese comporta como contribuição supra-referida, o método de Observação Directa, sendo que tal ocorre no terreno, concretamente em Luanda, na Alta da Cidade, onde ainda pudemos constatar os largos espaços interiores do Observatório Meteorológico, neste pujante Edifício que foi Templo, Observatório e Museu, que trataremos adiante. O Edifício é, ainda hoje, como se apresenta, um indicador de *status* de quem foi ontem, ali, organizador do Museu Colonial e de quem, Príncipe Real, entre outros, visitou e oficializou esse Museu.

Antecedemos a nossa ida de estudo a Luanda, com leitura da biografia de Gomes de Sousa e de outra documentação escrita e imagética, sobretudo positivos vítreos, mas também deltiologia e outra, relativa à sua obra museológica, que teve lugar no Observatório Meteorológico (**APÊNDICE 20**) e no seu espaço envolvente.

Após termos cumprido a visita de estudo à cidade, no terreno, e após termos contactado directamente com a geografia da cidade, e com os luandenses, na medida do possível, tal

despertou novas interrogações que, por sua vez, alimentaram novas entrevistas abertas e ainda semi-estruturadas, quando necessário.

Importará referir, no entanto, que as medidas de segurança ali existentes na cidade, muito rígidas - em tempo anterior ao Acordo de Bicesse[46] -, não nos permitiram fazer qualquer gravação de som no interior do Observatório ou no exterior, bem como não nos permitiu fazer qualquer fotografia ou imagem em movimento.

No que respeita ao Observatório, no seu interior, tentámos encontrar remanescentes da acção museológica de Gomes de Sousa, de 1907-1910 e, no exterior, tentámos encontrar vestígios à superfície, do seu Horto e do seu Zoo, sendo que são, à superfície, inexistentes quaisquer vestígios, como veremos na sub-alínea seguinte, em detalhe.

Porém, a visualização da Alta[47, 48] contribuiu muito para a abordagem ao referido acervo vítreo, estudado antes da visita ao local, o que nos permitiu com maior acuidade a compreensão do que nos é "dado a ver" nas "chapas de vidro" e do que nos é "dado a ler" na documentação epistolar, na documentação oficial produzida pelo Ministro de Marinha de então, que acompanhou o Príncipe Real na Viagem Imperial, e noutra documentação.

A nossa visita à cidade permitiu-nos também localizar bem os pontos onde se encontrava a estatuária comemorativa implantada ao longo do tempo, já no século XIX, apeada no Ano de Transição para a Independência de Angola e agora depositada na Fortaleza de S. Miguel, que visitámos igualmente, o que contribui para a abordagem "às chapas de vidro", já referidas, pois essa estatuária está presente nestas "chapas" e terá sido mostrada ao Príncipe Real, que ficou alojado no Palácio do Governador, na Alta[49] da Cidade.

Apesar das limitações impostas nesta nossa visita de estudo, cremos que o Método de Observação Directa[50], não participante[51], [52], nesta situação, foi-nos útil e aí gostaríamos de

[46] Honrámos este Tratado de Paz, dito Acordo de Bicesse, em termos museológicos, com a realização da exposição "*Em Belém, cantar a Paz de Angola*", em 1993, na Torre de Belém, com a participação de Nuno Varela Rubim, Coronel e Investigador na área da Artilharia. Teve Catálogo sob o mesmo título (Rodrigo & Almeida, 1993).

[47] Rica em Património Construído e simbologia de Poder.

[48] Também na Baixa da cidade, encontramos importante Património Construído, como seja, a Capitania dos Portos, o Largo Pedro Alexandrino da Cunha; a Sé; várias artérias caracterizadoras do urbanismo da cidade, em que o Príncipe Real terá sido saudado por muitos, inclusive por uma Guarda de Honra, com formatura a três filas, Porta-estandarte, escolta à Bandeira e Banda Militar.

[49] Na Alta, inaugurou o Museu de Arte Sacra (**ANEXOS 7** e **8)**, a que deu o seu nome, no Palácio do Bispo de Angola e Congo, D. António Barbosa Leão, e oficializou o Museu Colonial de 1907-1910, que vimos reflectindo e é a nossa questão.

[50] Utiliza-se o termo

"«observação directa», num sentido restrito, para designar o conjunto de técnicas de observação directa e

retornar futuramente, para a "re-visitar" e, na medida do possível, "*re-study*", como sugere Iturra (2009).

4.1.3.1 - Visita pontual de observação directa ao Observatório Meteorológico e restante Alta de Luanda

Fizemos esta visita de estudo, não participante, no âmbito do Método de Observação Directa, sempre passível de nos trazer uma acrescida informação, para além da que podemos dispor através de outros meios. A referida visita de estudo sensibilizou-nos para este ou aquele aspecto não tratado na fonte escrita ou na imagem, contribuindo para um aprofundamento da posterior entrevista aberta, pontualmente semi-estruturada, e do estudo da documentação imagética e escrita, que temos vindo a seguir.

Em termos de percurso de visita, em Luanda, subimos a ladeira que leva à Fortaleza de S. Miguel, e dirigimo-nos à Alta, onde fomos recebidos no Edifício do Observatório (**APÊNDICE 20**) pelos funcionários ali presentes, angolanos, sendo que o Serviço ainda se dedicava à Meteorologia, não comportando já, nessa data, funcionários portugueses a nível da Cooperação.

Foi-nos dada pelos presentes total permissão de visita a todo o Edifício. Não encontrámos, como dito, quaisquer vestígios das colecções estudadas e expostas, em 1907-1910, por Gomes de Sousa.

> auditiva, não envolvendo interacções verbais específicas com o observador, e supondo frequentemente o anonimato deste, como nos casos acima referidos. Isoladamente, este tipo de técnicas apenas se pode aplicar ao estudo duma gama limitada de dimensões do social – aliás extremamente interessantes, tais como, por exemplo, as distribuições espaciais e temporais de indivíduos e objectos ou os símbolos externos incorporados nuns e noutros" (Costa, 2009, p. 135)

[51] Segundo Costa (2009, p. 135), a observação directa, dita participante ou não participante, pressupõe um grau maior ou menor de interferência - que pode ser um veículo de conhecimento -, sendo que

> "Na interacção social não se pode não comunicar - veja-se o poder altamente comunicante do *silêncio observador* referido - e, num quadro social qualquer, não se pode igualmente deixar de se estabelecer relações sociais. A questão não está, pois, em supostamente evitar a interferência, mas em tê-la em consideração, controlá-la e objectivá-la, tanto quanto isso for possível",

sendo que, cremos nós, tivemos o atrás exposto bem presente na observação directa que realizámos no interior do Observatório, e no seu exterior, tanto na Alta como na Baixa de Luanda.

[52] O Método de Observação Directa, na presente situação, não foi participante. E é assim porque, conforme Rivière (2000, p. 25), não acompanha o que este autor diz sobre a observação participante, como seja:

> "A qualidade de observação participante é o mimetismo: fazer como os outros, para os levar a esquecer o mais possível a sua diferença, ao mesmo tempo que se tenta comunicar, graças à aquisição de elementos da língua da terra e à expressão de calor humano. Partilhar a vida quotidiana do observado, os seus trabalhos, as suas conversas, as suas festas, impõe-se a todo aquele que deseja apreender a sua visão do universo, captar as motivações dos seus actos e compreender o seu sistema de valores." (Rivière, 2000, p. 25).

No entanto, pudemos ver, no piso superior, grosso cordame que levava até uma alta janela do Edifício, com vista para a Baía e para o Atlântico, ao jeito do que poderá lembrar o talabardão do navio com seus pranchões – eventuais reminiscências dum tempo passado, com várias décadas e em que se afirmaria um gosto diferenciado, podendo sugerir uma remissão para a temática do Mar, naquele Edifício que foi Observatório durante mais de um século, também Museu Colonial e, durante décadas, residência ou casa de função do Capitão dos Portos de Angola, também Governador Interino de Angola, em dois breves períodos, antes de 5 de Outubro de 1910.

Lembramo-nos ainda dos puxadores, embora não os pudéssemos ter fotografado, ali existentes nas portas do Edifício, que eram metálicos e exibiam figuras zoomórficas - como eram zoomórficas as esculturas de crocodilos nos cabos de marfim do serviço de faqueiro, de facas de lâmina larga, possivelmente inglesas, que ainda vimos à venda, em público, e que pertenceram a Gomes de Sousa -, muito possivelmente trabalhos de forjador.

Para além do Edifício, percorremos o seu espaço envolvente, não tendo encontrado, à superfície, como dito, quaisquer vestígios que nos sugerisse terem pertencido ao antigo Zoo e ao antigo Jardim de Aclimatação de Plantas, ou Horto, também visitados pelo Príncipe Real D. Luís Filipe, aquando da sua Visita Imperial, em 1907. No entanto, sabemos que, posteriormente a esta nossa visita de estudo, no terreno, por informação oral de Fernando Batalha, presente e trabalhando em Angola desde finais da década de 30 até 1983, recentemente falecido - 1908-2012 -, existirão, no local, fundamentos de edifícios anexos ao Observatório, passíveis de encontrar por prospecção em acção de escavação, se, para tal, for dada relevada importância e autorização pela instituição angolana da tutela.

O Observatório foi alçado a Monumento Nacional na passada década de 80 e é motivo filatélico, que abrange o Edificio e vegetação envolvente, para o que os estudos de Fernando Batalha, ainda cooperante em Angola, tiveram acentuada importância.

Visitado o interior do Observatório e o seu espaço imediatamente envolvente, continuámos a observação na Alta, o que contribuiu para a compreensão da sua geografia e da sua simbologia de Poder[53], a entender como acréscimo à informação constante nas várias "chapas de vidro", que constituem o suporte principal do Estudo de Caso, tratado adiante e reflectido, durante largas horas, em diferentes dias, em sucessivas e aprazíveis entrevistas (**APÊNDICE 21)**.

[53] Relevamos o antigo Palácio do Governo, antigas igrejas e antigos edifícios militares, antigos edifícios de representações inglesas e belgas - representações de países, então, com interesses confinantes com territórios portugueses na área.

Tivemos, no entanto, oportunidade de colocar algumas breves questões aos funcionários públicos presentes no Edifício, acerca da eventual existência de vestígios de estruturas do Museu Colonial nos espaços envolventes e no interior, vestígios esses que disseram não existir e que nós também não detectámos.

4.1.4 – Realização de entrevistas a peritos e seu estudo

Socorremo-nos, em grande parte, nesta tese, do saber de investigadores oriundos de diversas áreas através de entrevistas*. Fizemo-lo com vários falantes[54] - informantes - "interlocutores", conforme Augé (2007), alguns deles com várias décadas de trabalho, no terreno, em Angola; foram eles, em tempo movediço de pós-modernidade, a âncora segura, solidária, durante muitas horas de diálogo, que são o cimento de muitas entrevistas abertas, que aqui ganham, por vezes, quando necessário, a forma de entrevistas parcialmente guiadas ou semi-estruturadas, num segundo tempo (**APÊNDICE 21**).

Deste modo, relevámos na conversação, a pergunta aberta, no âmbito da entrevista aberta. Fizemos, assim, por considerarmo-las vantajosas, não constrangedoras, conducentes ao livre fluir da informação.

Sobre esta matéria, Bosco (2004, p.18) diz como segue: "Le domande aperte hanno il vantagio de lasciare la massima libertà expressiva all'individuo senza cercare nessuna particolare forzattura verso una risposta o un' altra".

Diz depois, o autor citado, em op. cit., que "Le domande aperte richiedono un processo de reinvocatione". Esta reinvocação, continua este autor, pode ser livre, guiada ou serial - a termos em conta quando há lançamento de inquérito, o que não ocorre neste estudo, que é qualitativo.

Assim, relevamos, aqui, a reinvocação livre[55] e a reinvocação guiada: é livre, no primeiro momento, e, como dito, pode ser parcialmente guiada, ou semi-estruturada, num segundo tempo, quando há a necesidade de aclarar ou especificar quaisquer informações.

Em suma, decorrente do exposto, realizámos um total de 66 entrevistas a 22

[54] Termo que Sperber (1992) privilegia.
[55] "Nella reinvocazione libera se chiede a un individuo di ricordare del materiale, come oggeti, eventi, film, experienze personale o narrate", conforme Bosco (2004, p. 20).

informantes[56], das quais 51 a 12 informantes, que estiveram relacionadas directamente com o Museu Colonial de Luanda, 1907-1910 (**APÊNDICE 21**). Estas 51 entrevistas tiveram como base fundamental de reflexão o acervo imagético e outro de Gomes de Sousa. Estes informantes, que perfazem o conjunto dos entrevistados, são aqui a amostra teórica, que não é probabilística e não é aleatória: é representativa da problemática tratada. E, deste modo, requesitámos a quem melhor o podia fazer, que nos transmitisse a informação relativamente às diversas temáticas em estudo, como segue:

- Investigadores do Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA) e do Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA), a nível da Arquitectura, Museologia, Etnografa e Zoologia, com funções directivas e docentes universitários, longas carreiras de trabalho no terreno e diversas publicações científicas, depois em parte, sobretudo a partir da década de 80, com funções de investigadores de carreira e convidados, em Universidades, Institutos e Museus, em Portugal e em Angola;

- Docente de Agronomia e Botânica, na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Santarém, com longos anos de Direcção do Jardim Colonial, em Belém

- Jardineiro-Chefe, com bastantes anos de trabalho no Jardim Colonial, e Museu Agrícola Tropical, instalado no vizinho Palácio da Calheta, em Belém,

- Especialista em Arquitectura de interiores e outra Arquitectura, longo tempo funcionário no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, no respeitante a mobiliário oitocentista e novecentista, cerâmicas e adereços;

- Especialista e consultora em Joalharia e medalhística;

- Especialista em temática militar, com intensa actividade em teatralização de confronto militar, colaborador do Museu Militar de Lisboa, colecionador e investigador com obra publicada.

Quanto às restantes entrevistas (em número de 15) e entrevistados, relacionaram-se com temática diversa que considerámos importante face aos vários materiais em presença que importava contextualizar, interligar e compreender.

Fizemo-lo num primeiro tempo com o auxílio do gravador, junto de Fernando Batalha, prática que abandonámos pouco depois, optando pela tomada de nota escrita, no convencimento

[56] Os referidos informantes são muitas vezes denominados como "informadores", termo este que Augé (2007) não utiliza, preferindo o termo "interlocutor". Diz, ainda, Augé (2007) que nunca utilizou questionários nos seus trabalhos de campo e que as conversas, de onde extraía vasta informação, eram prazeirosas.

de que tal não é constrangedor, e permite o melhor acesso à informação, o que é importante para alcançar os objectivos pretendidos no presente estudo. Assim, não transcrevemos gravações das entrevistas, dado não terem sido gravadas, porque as entrevistas foram muito livres, sempre centradas nas imagens que têm bastantes pormenores e, por tal, são motivo de grande imprevisibilidade. Porém as entrevistas foram todas utilizadas na análise de conteúdo, como apontado adiante, e foram-no de grande utilidade, o que pensamos ter reforçado pertinência dessa recolha de urgência.

Fizemo-lo numa relação directa e personalizada ao alcance da íris, do gesto e da expressão facial; de um modo distenso e informal, sem a pressão do escoamento do tempo linear, usando somente a escrita sobre papel, cujo escrito, já limpo e em jeito de verificação, levávamos ao nosso informante, naquela que era a seguinte reunião de trabalho.

Ainda, conforme Ribeiro (2003), tivemos presente que a entrevista enquanto técnica de investigação, assenta no contacto directo entre entrevistadores/entrevistados e recolhe informação verbal. Deste modo, contribui para o aprofundamento do estudo do fenómeno em análise - o inquérito por questionário, não consegue atingir a profundidade dos resultados obtidos pela entrevista, penetrando esta na especificidade das vivências. Continuando com Ribeiro (2003), a entrevista não estruturada ou livre, está muito próximo de uma conversa que flui naturalmente e ocorre frequentemente com quem se tem mais do que o encontro da entrevista, sendo que já há uma relação prévia e se pretende uma posterior relação – o que aconteceu no âmbito desta tese.

Acresce ainda referir que ouvimos e fixámos a informação advinda das entrevistas, sempre presenciais, realizadas em sereno ambiente doméstico ou em gabinetes de trabalho, com a preocupação de o fazermos com a desejável atenção, bem como com a recusa da sobranceria científica e do seu contrário, como indicado por Eco (2007), convictos de que entrevistar é mais do que um somatório de perguntas e respostas, pois "fazer e responder a entrevistas é também uma arte" (Listopad, 1980, p. 37).

Ao longo deste estudo, daremos "voz" aos vários informantes, personalizando-os, identificando as suas áreas de saber e personalizando as suas informações, sobre as quais, assenta, em grande parte, a realização do presente trabalho e que foram uma recolha de urgência, dadas as idades muito avançadas de alguns entrevistados.

Esta personalização presencial do contacto é muito marcada em Listopad (1980, p. 55), ao dizer que

> "Como muitas pessoas sou obrigado a telefonar várias vezes por dia. Uma coisa é ouvir o que o Outro diz, outra é ver o que pensa dizendo. Como se vê isso? Não sei exactamente como, mas sei que se vê. O gesto? A expressão? Os olhos sobretudo. As cançonetas falam disso. Ovídio já falou disso." Listopad (1980, p. 55).

Ou seja, ainda relativamente à entrevista, Augé (2007, p. 100) diz-nos que "qualquer atitude aberta, vagamente disponível atrai a palavra", e continua dizendo-nos que "são os outros que, através da sua fala, constroem progressivamente as questões: começam pelas respostas", o que reforça, cremos, o sentido do atrás referido de que a entrevista aberta e personalizada não é um mero acto mecânico, daí o poder ser tão atractiva e eficaz.

4.1.5 - Recolha e estudo de documentação escrita e outra imagética

Entendemos a documentação[57] como um conjunto de documentos, sendo que o documento é o que faz prova. Aqui, enquanto fontes primárias e secundárias[58], reflectimos os documentos escritos e os imagéticos, ou seja, os que se exprimem por imagens.

Quanto aos documentos, as fontes escritas relativas ao Museu Colonial oficializado em 1907, em Luanda – *Reprodução e Apologia de Soberania Imperial* – e aos seus contextos na época, em que se agiganta a Viagem Imperial do Príncipe Real, são muito importantes.

Merece-nos particular importância, para além do *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*, que trataremos especificamente em Capítulo X, documentação epistolar, documentação oficial em Arquivos e Bibliotecas, relatórios de navegação, publicações alusivas à temática museológica colonial e ao contexto da época, revistas periódicas de temática africana e outros temas, legislação e outros materiais como detalhamos no Capítulo seguinte. A esta documentação relativa ao ontem, juntamos, entre outras leituras, a abordagem a publicações contemporâneas, algumas recentes, que contribuem, cremos nós, para a interpretação dos materiais em presença, nomeadamente museológicos, e reflectidos, por exemplo, em Conclusão.

---

[57] Ainda, documentação é o conjunto de documentos que, relativamente à parcela etnográfica deste estudo, nos poderá remeter para Lenclud (1992, p. 475), quando diz que "Son contenu existe independentement de l'observation qui le constitue en témoignage mais il n'accède à la dignité de document ethnographique que pour autant que l'ethnologue est capable de l'utilizer comme *indice*, c'est-à-dire de le rendre à la fois intelligible et significant au moyen de la question qui lui est posé", isto é, o documento (do latim, *documentu*), para o ser, tem que ser relevado, passando assim de mera dimensão da função à dimensão do simbólico.

[58] As fontes históricas são múltiplas e

> "podem dividir-se em duas grandes categorias, quanto à forma como se apresentam: escritas e não escritas. Quanto á importância, repartem-se também em duas classes: primárias e secundárias. *Fontes históricas primárias* são as que dão testemunho directo do passado. *Fontes históricas secundárias* são as que dão testemunho indirecto do passado" (Rego, 1958, pp. 183 e 184).

Em síntese, em termos de análise de conteúdo, de recolha bibliográfica, e de dados empíricos, a nível do método, utilizámos fontes escritas primárias e secundárias, fontes não escritas - e ainda fontes orais, que trataremos adiante, porque tivemos a feliz oportunidade de conviver longas horas com quem detinha a informação, como referido, de repegar o diálogo, sempre informal, uma vez e outra vez, talvez *vestido* de cúmplice amizade, entre quem partilha estimados odores e paisagens, humanas e outras, preocupados, no entanto, em que os afectos não toldassem o porfiar rigoroso do estudo.

Pensamos ter deixado enunciadas, nesta sub-alínea, as preocupações que nos nortearam, no que respeita à recolha e estudo de documentação escrita e outra imagética.

4.1.6 - Visitas a Colecções particulares, Museus, Bibliotecas, Arquivos e Centros de Investigação

No âmbito do estudo de fontes documentais relativo ao supra-referido, contactámos o Arquivo Central de Marinha, Biblioteca Central de Marinha, Biblioteca do Museu de Marinha, Museu de Marinha e Arquivo Fotográfico do Museu de Marinha, Museu e Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, Museu Nacional de Etnologia, Museu Militar de Lisboa, Museu Militar de Chaves, Museu Militar do Buçaco, Biblioteca do Jardim Zoológico de Lisboa, Centro de Documentação e Inventariação do IICT, Hemeroteca Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, Centro de Estudos Olissiponenses /Palácio do Beau Séjour, Centro de Geodesia/IICT, Centro de Zoologia/IICT, Centro de História/IICT, Jardim Colonial/IICT, Remanescente das colecções do extinto Museu Agrícola Tropical/IICT, Colecção e Biblioteca particular de José Redinha, Arquivo e Biblioteca particular de Fernando Batalha, Colecção e Arquivo particular de Miguel Pessoa, Colecções particulares de Luís F. Mendes, Virgílio de Souza, António de Souza, Fernando Moncada e Filomena Leone.

Fizemos este percurso, tentando obter informação que Gomes de Sousa teria, em parte e muito possivelmente em ficheiros e blocos de notas que não conhecemos até ao presente momento da investigação. Aliás, pensamos poder afirmar como esta falta pode ser bem notada, pois quando nos foi dada a tarefa de, em co-autoria, fazermos o estudo da colecção a que demos o título de *Desencaixotamento e tentame de cadastro do remanescente da colecção etnográfica do*

Museu Agrícola Tropical - sediada no Palácio dos Condes da Calheta / IICT e que teve seguramente ficheiros, os quais após 1975 ou mesmo 1993, poderão ter sido ocultados ou ainda destruídos, *damnatio memoria* -, fizemo-lo sem o apoio de ficheiros, estudo esse que atinge o total de 106 pp. Nesta abordagem ao referido remanescente da colecção citada atrás, pudemos pesar a diferença entre uma peça assistida de necessária informação e a outra, sem informação ou com insuficiente informação, dita com maior ou menor carga errática.

Enumeramos, em Apêndice adiante, vários trabalhos de temática africana, de nossa autoria ou co-autoria, desenvolvidos no âmbito de IICT - Instituto Público, desde Dezembro de 2011 a 31 de Julho de 2015, presentemente na tutela da Universidade de Lisboa -, onde fomos Técnico Superior efectivo, e no âmbito de outras tutelas. Referimo-los, como exercícios de estudo assistido de bibliografia.

4.1.7 - Re-visita a trabalhos museológicos de nossa co-autoria, de temática africana

Ainda, relativamente a fontes documentais, pontualizamos, nesta sub-alínea, como supra-referido e como motivo de reflexão, trabalhos nossos de temática africana a cuja temática nos atemos, que conforme as circunstâncias da nossa história de vida, ocorreram aqui e ali, aquém do mar e além do mar, mas sempre, cremos nós, com a preocupação da dignificação do nosso objecto de estudo **(APÊNDICE 22)**. Este, passado o eventual grau de materialidade ou imaterialidade, é sempre o homem e a mulher que estão presentes, independentemente da sua carga somática e da sua herança cultural.

Fazemos esta revisita, porque, cremos nós, os nosso trabalhos museológicos adiante referidos, já realizados em tempo pós-colonial e com significativa bibliografia de temática africana, resultante da consulta de fontes primárias e secundárias, podem contribuir para a compreensão do nosso estudo de caso; fazemo-lo, ainda, porque entre estes trabalhos se encontra a nossa abordagem ao Museu Agrícola do Ultramar, do IICT, inaugurado em 1929, encaixotado em 1993 (Rodrigo & Costa, 2005a). A este Museu Agrícola do Ultramar foi-lhe destinado, em 1914, o nobilitante edifício do Palácio dos Condes da Calheta, onde resta a denominação do Museu, em perene bronze, no tardoz, sob o frontão clássico de forma triangular, possivelmente seiscentista. Ele foi, cremos, em termos de longevidade, o último Museu de Produtos em Portugal

(**ANEXO 15**), contendo entre outros, uma notável xiloteca[59], esta ainda hoje em exposição e visitável, a pedido. Aliás, a documentação que recolhemos no Arquivo Central do IICT, datados de 5/2/1974 (**APÊNDICE 23**) e 18/4/1974 (**APÊNDICE 24**), citando a intensa expedição de "Mostruário" - maletas pedagógicas[60] - e o largo número de visitantes afirma-o claramente. E é assim, em 1974, embora em 1961, após a invasão da Índia, então dita Portuguesa, tenha sido apeada a parte da Exposição Permanente que lhe era dedicada neste Museu – o que nos remete para a íntima relação entre esta Museologia utilitária e utilitarista e o Poder Colonial – e a que em parte, tivemos acesso, abordando-a como "salvados" - em número de doze contentores vítreos* -, fotografando-a e integrando-a neste estudo (**APÊNDICE 25**).

4.1.8 – Museu Colonial de 1907-1910: Caracterização de Museus de Produtos

Tomamos nesta alínea o Museu Colonial como entidade colectora, organizadora, expositora e remetente de Produtos para Exposições na Metrópole e no estrangeiro

Enquanto procedimento técnico, entre outros, e como dito, consideramos várias acções museológicas, de modo a melhor caracterizar os Museus e as Exposições de Produtos, como sejam Museus e Exposições, nomeadamente em Luanda, em outros lugares do Império, na Metrópole e no Estrangeiro, que identificámos e agrupámos em Museus de Produtos. Fazemo-lo face a Museus de Temática Grandiosa, frequentemente marcados por um muito persistente posicionamento passadista, não prospectivo, facilitador de imobilismo e elogioso de antigos faustos; Museus Industriais e Comerciais, a que Joaquim de Vasconcelos[61] e António Augusto de Aguiar** dedicaram as melhores atenções, precocemente desapoiados pelo poder dominante e depois extintos, direcionados para o aumento da produção industrial e seu escoamento, para o que eram necessários os Produtos das Colónias, que importava conhecer bem para uma mais eficaz apropriação, Colónias essas também úteis para o consumo de bens produzidos na Metrópole. A

[59] Esta foi tema de muitos estudos ao longo do tempo e ainda hoje funciona o Laboratório do Centro das Florestas e dos Produtos Florestais do IICT, na Tapada da Ajuda, que lhe dá apoio.

A organização de uma xiloteca contendo amostras provenientes de todos os territórios do ultramar mereceu a específica atenção, ao tempo de Adriano Moreira, como Ministro do Ultramar, de Luís Seabra, então dirigente do Laboratório de Histologia e Tecnologia de madeiras da Junta de Investigação do Ultramar (Seabra, 1962).

[60] As maletas pedagógicas eram de chapa metálica ou de madeira sólida, africana, de modo a suportarem bem os transportes e a preservarem as colecções. Eram de tamanhos uniformes, de forma rectangular e construídas na carpintaria do Museu Agrícola do Ultramar, onde eram também feitas as amostras da xiloteca. As maletas mediam cerca de 180 x 60 cm (José Flores, entrevista a 12/05/2016). Não conseguimos localizar nenhuma destas maletas, embora tivéssemos visitado os vários antigos anexos de armazenagem deste Museu.

[61] Notável historiador de arte e museólogo (1849-1936).

realização destes diferentes tipos de Museus consubstancia a ideia de que, face às debilidades do País, se pretendeu dar respostas distintas, conforme os diversos interesses e posicionamentos em presença, o que reforça o convencimento de que a Museologia não é neutra – tal pode contribuir, como tratado adiante, para a compreensão, entre outros, do Museu Colonial de Luanda, 1907-1910, enquanto Museu de Produtos, da significação da sua realização e oficialização naquele tempo e naquele lugar.

4.2. – Museu Colonial de 1907-1910: Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é "uma técnica e não um método, utilizando o procedimento normal da investigação, a saber, o confronto entre um quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido" (Guerra, 2006, p. 62), sendo que esta análise não é só descritiva, mas tenta "também interpretar o sentido do que foi dito" (Guerra, 2006, p. 69).

Recolhemos neste trabalho, informação de várias fontes seguindo métodos não quantitativos.

No que respeita especificamente à informação oral, obtida em entrevista presencial, fizemos 66 entrevistas a uma amostra, não aleatória, de 22 entrevistados.

Após a realização das entrevistas e a fixação da informação, seguiu-se a análise do seu conteúdo, sendo que essa análise foi o estudo que pretendeu chegar a conclusões baseadas nos conhecimentos relativos às condições de produção/recepção da informação transmitida. Ou seja, a análise de conteúdo pretende descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito (Guerra, 2006). Assim, nesta análise importou, num primeiro tempo, fazer a descrição dos materiais em presença e após isso avançar para a sua interpretação, de acordo com o preconizado por Ribeiro (2003), embora de algum modo, conforme o atrás referido autor, a descrição já contenha interpretação, pois aquela só é possível com um direccionamento do olhar e o consequente relevar de aspectos do material em presença, sendo que esta tarefa exige uma redobrada atenção, de modo a atingir a maior objectividade possível.

Esta informação foi recolhida e esteve presente, quando necessário, neste estudo, e muito especificamente na abordagem concreta à diversa imagética plasmada em suporte vítreo e em suporte de papel. Ou seja, a informação recolhida da nossa amostra representativa a quem solicitámos a maior disponibilidade para a transmissão dos seus saberes específicos, alguns

cimentados ao longo de muitos anos de estudo, foi muito útil na análise de conteúdo.

Para isto, no que respeita a algumas fotografias, faremos a decomposição da imagem total em imagens parciais, consoante pretendemos, por exemplo, uma leitura da arquitectura da cidade e do edifício, a nível do urbanismo da cidade, ou uma abordagem, a nível da colecção etnográfica, da colecção botânica, da colecção zoológica e da história da museologia. E, sendo assim, para cada abordagem diferente, trabalhámos com diferentes informantes, alguns deles com muitas décadas de estudo e acção em Angola, como dito, pelo que, em grande parte, a presente investigação assume o carácter de urgência. Sobre a fotografia podemos referir, citando Kossoy (1980), que através da fotografia vemos o passado - a sua característica de testemunho directo - e é isto que a diferencia essencialmente no que respeita à representação pictórica, pois confere-lhe um valor documental incomparável.

Posto isto, faremos adiante, ao longo do trabalho, mas sobretudo nos Capítulos IX a XI, a descrição e interpretação das imagens sobre suporte de vidro da colecção de Gomes de Sousa, conforme numeração que lhe atribuímos. E é, assim, porque as diversas fotografias colocadas numa armação de arame, no interior do estereoscópio - ou seja, o instrumento óptico que as contém, movível por dois botões laterais, com indício de muito manuseamento porque exibem acentuada pátina -, não apresentam qualquer numeração.

Integra, assim, esta colecção de imagens, a análise generalizada apresentada na presente tese, que poderá ser comparável, se desejado, com outros casos já estudados ou a haver no futuro.

Terminamos o presente Capítulo que, neste estudo, trata o Museu Colonial de Luanda 1907-1910, enquanto teoria e métodos de análise implementados. E assim, prosseguimos, reflectindo o Museu Colonial de Luanda – um Museu de Produtos, uma apropriação do extra-europeu, africano, e dos seus bens -, em termos da sua caracterização no contexto da Museologia da época, em Portugal. Fazendo, deste modo, cremos poder especificar melhor o nosso objecto central de estudo, o que permitirá uma mais profunda abordagem ao fenómeno em análise, ao longo desta tese.

CAPÍTULO III

CAPÍTULO III – MUSEU COLONIAL DE LUANDA, 1907-1910: CARACTERIZAÇÃO NO CONTEXTO DA MUSEOLOGIA DA ÉPOCA, EM PORTUGAL

A insuficiente industrialização de Portugal, como sugerido na introdução, e as suas persistentes periclitantes Finanças, fragilizam o Estado-Nação Imperial no contexto dos seus congéneres.

As celebrações do III Centenário da Morte de Camões, em 1880, e as do Iº Centenário da Morte do Marquês de Pombal, em 1882 - em Portugal e, ainda no Brasil, aqui aproveitado para denunciar práticas esclavagistas -, são tidas por muitos republicanos e outros insatisfeitos, como tempos ideais para a denúncia de situações de estagnação e para anúncio de projectos vigorosos tendentes ao levantamento do País.

Decorrente do exposto, importará ver como este contexto tem os seus reflexos na Museologia da época, conforme título desta parte do nosso escrito.

Assim, sugere fazer sentido relevar num primeiro tempo os Museus Industriais e Comerciais, a entender como uma possível alavanca ou contribuição para a industrialização e escoamento de produtos nacionais, museus esses que, anos depois, são como que encerrados em 1897, e mais definitivamente extintos em 1899 e 1903. Sugere igualmente fazer sentido relevarmos as inaugurações de alguns Museus de Temática Grandiosa – a entender como um regresso a nobilitantes faustos de séculos anteriores, ou seja, como um retorno aos princípios míticos livres de escolhos. Por fim, abordamos o estudo dos Museus de Produtos – de que destacamos o Museu Colonial de Luanda, 1907-1910 -, também ditos Museus Coloniais, sentinelas viradas para os recursos das colónias, que importava explorar e canalizar para a frágil indústria da Metrópole ou exportar para as potências imperiais europeias, de indústria mais desenvolvida, como o Reino Unido e a Alemanha.

E disto são exemplo o cacau, abundante em meio tropical, fundamental para a indústria da chocolataria; a borracha, essencial para a crescente indústria automóvel, presente em meio civil e também no âmbito militar, desde logo na Primeira Grande Guerra; e o algodão, que tão importante foi, para o crescimento das metrópoles, sobretudo para a pujante produção têxtil do Reino Unido.

Analisemos, pois, os materiais adiante apresentados, no sentido de conseguir dados que

possam contribuir para a compreensão da significação da realização do Museu Colonial de Luanda, em 1907, e sua oficialização, no âmbito da Viagem Imperial do Príncipe Real de Portugal.

1 - Museus Industriais e Comerciais

Estes museus têm fortes motivações na década de 1880, tempo este muito marcado, como dito, desde logo, pelas retemperadoras e referidas Celebrações dos Centenários, conforme cronologia que apresentamos (**APÊNDICE 26**).

O Museu Industrial e Comercial do Porto, MICP, e o Museu Industrial e Comercial de Lisboa, MICL, haviam sido criados em 1883, por Decreto publicado em 31 de Dezembro (Diário do Governo, 1883), ao tempo do Ministro António Augusto de Aguiar. Quanto ao MICL, instalado no Mosteiro dos Jerónimos, será extinto em 1899, por Decreto publicado 23 de Dezembro (Diário do Governo, 1889), o mesmo acontecendo ao MICP, a que se segue um lento agonizar destes dois Museus, ao ponto de, em 1940-1941, parte do acervo do MICP ser enviado para Museus e Escolas e outra parte ser vendida como sucata.

Importava muito desenvolver a indústria e o comércio, para cuja indústria Portugal dispunha de Produtos diversos, no Império, sobretudo em África. Por sua vez, o Comércio era fundamental para o escoamento da produção industrial metropolitana, nomeadamente para as populações ali existentes em largas manchas territoriais.

A criação de museus industriais e comerciais pressupunha uma forte dinâmica de ligação às escolas e às empresas, nomeadamente às oficinas. Ora, contrariedades e vários atrasos (**APÊNDICE 26)** fazem definhar este projecto museológico.

E, assim, extinguem-se os Museus Industriais e Comerciais. A sua falência, acompanha, com evidência, a constatação da referida insuficiente produção industrial e sua comercialização em Portugal.

2 - Museus de Temática Grandiosa

A incapacidade de afirmação industrial e comercial é notória e é paralela ao robustecimento dos Museus de Temática Grandiosa, que buscam por sua vez, e em grande parte, um alento nacional em experiências museológicas de cunho passadista, remetendo para antigos

faustos, prática que de algum modo chega ainda aos nossos dias.

Refletimos nesta alínea, em sub-alíneas, seis museus que denominamos de Temática Grandiosa (**APÊNDICE 27)**, e que são: Aquário Vasco da Gama, Museu de São Roque, também dito Museu do Tesouro da Capela de S. João Batista, Museu dos Coches Reais, segundo Museu de Marinha, Biblioteca-Museu do Buçaco, Museu de Arte Sacra, em Luanda.

É que os Museus de Temática Grandiosa sugerem prestar-se bem ao fazer ver e fazer crer (Bourdieu, 2011), no âmbito do que pretende o poder simbólico. E, como dito, o que era pretendido, entre outros, era fazer convencer que Portugal era potência rica e respeitada.

Tal terá ocorrido, em 1905, por exemplo, com a inauguração do referido Museu de S. Roque, em que o Rei D. Carlos e a Rainha Dona Amélia, se fazem acompanhar pelos Duques de Connaught - o Duque estava altamente colocado na linha de sucessão ao trono do Reino Unido -, em visita oficial a Portugal e em companhia de suas filhas, sendo que uma destas filhas poderá ter sido falada para mulher de um dos filhos de D. Carlos, mas se o foi, a mensagem de grandeza do País não terá sido reconhecida pelo inglês.

Fazia-se, assim, nesta inauguração, o caminho de ir lá atrás a um tempo em que Portugal tinha sido grande, portentoso ainda - a Batalha de Matapão, ocorrida a 7 de Novembro de 1717, é disso prova, onde os turcos são derrotados - e rico, como ocorria no tempo de D. João V*, "magnânimo" Rei e "Fidelíssimo" perante o Papa, buscando na Europa, sobretudo em Roma, em tempo de ouro do Brasil, o respeito pelo Portugal Brigantino restaurado.

E, ainda, em 1905, noutras experiências museológicas, se terão relevado antigas grandezas, como ocorreu com a inauguração do Museu dos Coches Reais e, um pouco mais tarde, em 1909, com a inauguração do segundo Museu de Marinha, expondo, ao jeito de uma restituição, sobretudo espécimes marítimos recolhidos pelo defunto Rei D. Carlos I – claros ensaios de poder simbólico. E o mesmo ocorreu cerca de uma semana antes da implantação da República, a 27 de Setembro de 1910, no Buçaco e na presença do Rei - que recebe honras militares, incluindo a participação de homens com uniformes da época das Invasões Francesas -, com a inauguração da coroa do obelisco e da Biblioteca-Museu (**ANEXO 16**), de temática militar, sendo que o Museu ainda permanece, respondendo em termos de hierarquia perante o Director do Museu Militar, em Lisboa, presentemente com o posto de Coronel.

Analisamos seguidamente os Museus e Exposições de Produtos, entendidos como muito necessários à viabilização de Portugal, como Estado-Nação Imperial.

3 – Museus e Exposições de Produtos e afins

Com as grandes Navegações Marítimas dos Portugueses chegam a Portugal bens diversos, desde logo no século XV, após o vencimento do Cabo Bojador, em 1434, atribuído a Gil Eanes, que atinge a Gâmbia. Em Lagos, Algarve, sua terra natal, funcionará o primeiro mercado de escravos e aí virá a ser formada a Companhia de Mercadores de Lagos que, para além do tráfico humano, negociava em oiro e marfim. Relativamente ao tráfico humano por parte dos portugueses, uma raiz longínqua dos futuros e persistentes Zoos Humanos que se estendem até tão tardiamente, este sucede ao tráfico genovês e veneziano, no Mediterrâneo, e acompanha o tráfico humano, de longa distância, por parte dos franceses – o aprisionamento da barca *Charles et Georges*, em Moçambique, em meados do século XIX, ao tempo do Rei D. Pedro V, pela Armada Portuguesa, di-lo bem; flamengos; espanhóis; holandeses; dinamarqueses e ingleses, que fundam a primeira companhia de tráfico negreiro, em Inglaterra, em 1562, tendo como accionista, entre outros, a própria Rainha Isabel I (Maurício, 1964).

Quanto ao "achamento" do Brasil, em 1500, a Carta de Pero Vaz de Caminha diz, entre muitíssima informação sobre a terra, e sobre os homens e mulheres, os materiais que são enviados para Lisboa[62], ao Rei D. Manuel, dessa Terra de Vera Cruz, compreendida no que a Portugal cabia pela negociação do Tratado de Tordesilhas[63], em 1494 (Oliveira, 1972). Entre os materiais então enviados ao Rei havia fiadas de continhas brancas, semelhantes às sementes de aljaveira; papagaios; pedra de botoque; barretes de penas, arcos e flechas (Campos, 1986). E entre outras remessas, chegava o elefante e o rinoceronte. Este vindo de Cambaia, a norte da Índia, em 1514 - retratado em base esculpida de guarita na Torre de Belém e cujo esboço foi enviado a Dührer, que o celebrizou em gravura - será enviado ao Papa, acompanhado de um elefante, uma onça e um cavalo persa, em rica Embaixada a Roma, provando, aqui, como era poderoso o Rei Português, cujos domínios chegavam lá bem longe ao Extremo Oriente (Araújo, 1990).

Os Paços Reais, nomeadamente o Real Paço da Ribeira e o Palácio de Belém, recebiam animais que, nas suas cercas e na cidade, como dito, eram indicadores de poder sobre terras e

[62] Dita Rainha do Oceano (Góis, 1988).
[63] O Tratado foi assinado a 7 de Junho e marca o começo da execução de um projecto que podemos chamar euromundo e que se traduziria na submissão do globo à soberania das potências ocidentais, estas todas de etnia branca (Moreira, 1995).

mares distantes. Os setecentistas Viveiros dos Jardins da Cascata, nos jardins palatinos de Belém – onde chegavam aves de diversas origens, azulejado e munido de água canalizada, recentemente restaurado -, são aí, uma evidente representação simbólica de Poder. E chegava o diverso artefactuário de diversos povos, distantes e diferentes, entendido como coisa exótica, como produção natural, qual apetecida curiosidade, onde o Homem, seu produtor, é tido como um mero ser biológico, o que se estende mesmo pela segunda metade do século XIX; chegavam também, entre outros, os exemplares de botânica que vão alimentar, num primeiro tempo, sobretudo os jardins da possidente nobreza, sendo que, conforme Oliveira (1972), a quem vimos seguindo, muitas colecções perduram até finais dos séculos XVII e XVIII, quais *Cabinets* de príncipes, organizados apenas para serem fruídos pelos seus possuidores. Estes vão perdurar até meados do século XIX, mantendo um certo tom palaciano e aristocrático (Oliveira, 1972), fornecidos, possivelmente e entre outros, com base nas instruções do Governador de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ao Intendente Geral da Fábrica do Ferro, em Nova Oeiras, em 1767, para a captura de "Animais Féros", "Pássaros de cores" e "Aves dos Rios" (Coutinho, 1767), a que se seguiram, em 1768 e 1769, entre outras, as remessas para a Metrópole de centenas de pássaros de cores, em viveiros; piriquitos, em viveiro; pássaros grandes; macacos; cefo; dezenas de galinhas do mato; várias zebras; guelengue; algumas corças e outros.

Relevamos, no atrás dito por Oliveira (1972), o Museu do Marquês de Angeja[64] – com armas e outros artefactos dos índios; o Museu Maynense criado pelo Padre José Mayne, com objectos africanos que transitaram para a Academia das Ciências, fundada em 1779, onde se mantiveram; o envio, em 1781, de "Breves Instruções"[65] dirigidas aos correspondentes da Academia das Ciências no Ultramar[66], requerendo a remessa de produtos e informações respeitantes à História da Natureza e, de objectos feitos pelo Homem, destinados a formar um Museu Nacional; o envio novamente, em 1797, por exemplo, ao Governador de Moçambique, de requisição de plantas, sementes, conchas, minérios, e objectos feitos pelos africanos para o "Real Jardim Botânico" e para o "Real Museu de D. Maria I" (Oliveira, 1972).

[64] O qual era composto por diversas colecções, nomeadamente de cerâmica e porcelana, uma pinacoteca, medalhística de ouro e prata, espécimes representativos dos três reinos, animal, vegetal e mineral, artefactos "indígenas" de vários continentes, incluindo uma múmia egípcia (Guedes, 1999). Este Gabinete destinava-se a promover o progresso da medicina, da agricultura, do comércio e da indústria (Maurício, 1964).

[65] Em Advertência, é dito que as colecções de História Natural serão importantes para o desenvolvimento das Artes, Comércio e Manufacturas, bem como para os restantes ramos da Economia (Gouveia, 1991)

[66] Para o que poderá ter contribuído muito o 3º Marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha, eleito para a Academia Real das Ciências, a 16 de Janeiro de 1780 (Guedes, 1999).

Ainda, no respeitante a Angola, muito ilustrativo deste interesse pelas recolhas e suas nobilitantes remessas com destino à Metropole são as "Instruçoens gerais aos Capitaens Mores, sobre a colheita e remessa das produçoens naturais, que hão-de ser dirigidas ao Real Gabinete de História Natural", datadas de 17 de Outubro de 1790 e subscritas pelo Governador de Angola, Manuel de Almeida Vasconcelos. Estas instruções gerais contemplam os pássaros; os "bichinhos" ou insectos; os peixes; as conchas marítimas fluviais; as cobras e outros anfíbios, como tartarugas; os vegetais, como ramos de árvore com suas flores, ervas, plantas, mas também os muscos e a preciosa "urcella"; os minerais, não só os metais, mas igualmente os sais, os betumes, o enxofre, as terras e as pedras (Gouveia, 1991). Por sua vez, o Governador de Angola, D. Miguel António de Vasconcelos, em 1798, envia a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro e próximo do Príncipe Regente D. João, informações e amostras de breu; raiz de motonge; pão quicongo, da casca de encaça, dos frutos de ingariaria, e da raiz de muriafsangi (Gouveia, 1991).

Porém, à medida que avança a industrialização, torna-se mais necessária a vinda de matéria prima e torna-se mais premente o escoamento da produção. As Exposições de Produtos e as Exposições Industriais vão ganhando visibilidade ao longo do século XIX, sobretudo as Grandes Exposições Internacionais e Universais, de que a Exposição de 1851, em Londres, é o paradigma, recebendo, entre muitas outras, remessas oriundas das distantes possessões portuguesas (**APÊNDICE 28**).

Estas Exposições, para além de mostrar bens de consumo directo, são bem um reflexo dessa industrialização[67] e os Produtos, por transformar ou transformados, ganham uma enorme importância, muito acrescida na década de 1870 e seguintes, ou seja, no tempo em que os Impérios acentuam a sua "corrida a África", o que é bem evidente nos Boletins Oficiais de Cabo Verde, Angola e Moçambique, que anexamos (**ANEXOS 17** a **23**), bem como na persistente actividade museológica da Sociedade de Geografia, em Lisboa.

Entretanto, paralelamente ao referido envio de remessas de Produtos, criava-se em Luanda

[67] Ainda, relativamente à referida industrialização, ela é muito emblemática, sobretudo no que respeita aos países mais industrializados, pois as concepções evolucionistas de Morgan (1973), que entendiam a marcha da humanidade numa perspectiva linear, progressiva e ascendente, como refere Vilaça (1988), baseada em três estádios principais, selvagem, bárbaro e civilizado, e que cada um destes estádios se sub-dividiam, por sua vez, em três estádios secundários, conforme Bernardi (1989, p. 26), levam-nos a considerar, neste âmbito, como estádio mais elevado, o estádio dito número nove - "estádio civilizado recente: máquina e indústria". E, deste modo, cremos ficar bem ilustrado que os fornecedores dos Produtos se encontravam num estádio inferior, quanto muito, no estádio número 6, ou seja, "estádio bárbaro recente: trabalho do ferro".

uma Sociedade Propagadora de Conhecimentos Geográfico-Africanos (**ANEXO 24**), em 1884, que realiza, ali, uma Exposição Colonial, tendente à realização de um Museu. E, ainda no século XIX, ocorrem também Exposições Coloniais em Cabo Verde e Velha-Goa (**ANEXO 25**). Igualmente na Metrópole se realizam Exposições Coloniais, de que é exemplo a Exposição Industrial do Palácio de Cristal, no Porto, em 1891 - seguida de uma outra em 1894, no Porto, integrada nas Comemorações do Nascimento do Infante D. Henrique -, que apresentava vários produtos coloniais e foi inaugurada pelo próprio Rei, em visita ao Norte (**ANEXO 26**).

É no âmbito destas preocupações que se afirmam as Exposições de Produtos e os Museus Coloniais.

Dizemos, ainda, que os Museus e Exposições de Produtos ou Museus Coloniais se integram no âmbito de uma Museologia utilitária e utilitarista, e estendem-se ao século XX, em Portugal e no estrangeiro, de que é exemplo a Exposição de Produtos de Angola, em Julho e Agosto de 1914, em Londres, visitada pelo próprio Governador-Geral de Angola, Norton de Matos, (Matos, 2002).

Utilizamos aqui a denominação de Museus de Produtos ou Amostras, incluindo os "Zoos humanos", tendo em atenção que "os museus em geral podem ser de tantas espécies quanto os aspectos que se queiram individualizar dentro das inúmeras categorias disciplinares e formas especiais, ou mais ou menos definidas, das actividades humanas" (Oliveira, 1971, p. 30).

Por fim, dizemos que, entre nós, o último Museu de Produtos - Museu Agrícola do Ultramar - se estendeu persistentemente, no Palácio da Calheta, em Lisboa, de 1914 a 1993, ano em que é encaixotado (**APÊNDICE 22** e **ANEXO 15**), sendo que o remanescente foi desencaixotado e cadastrado, em 2006. Mais precisamente, este Museu foi legislado em 1914, inaugurado em 1929 e encaixotado em 1993.

Aos referidos Museus de Produtos, independentemente de integrarem também materiais zoológicos, botânicos, geológicos do solo ou sub-solo, e colecções etnográficas, entendemo-los como Museus Coloniais, no sentido em que tratam temáticas coloniais, como é exemplo o Museu Colonial de Luanda, 1907-1910 – representação simbólica de apoio ao Poder Político Colonial e ao Poder Político Imperial*.

Damos por finda a abordagem desta alínea do presente Capítulo III.

Cremos ter pontuado aquilo a que nos havíamos proposto para este Capítulo, como seja abordar o Museu Colonial de Luanda e o seu respectivo Catálogo*, no contexto da Museologia da época, em Portugal - e também pontualmente no estrangeiro -, tomando em reflexão a criação e falência dos Museus Industriais e Comerciais, o reforço dos Museus de Temática Grandiosa e a oficialização de Museus e Exposições de Produtos.

Quanto ao citado *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*, de 1907, tratá-lo-emos em detalhe, adiante, em estudo de caso, a partir do Capítulo VIII, pela importância que teve como carga simbólica e como reflexo de capacidade de realização, sustentáculo de *Reprodução e Apologia* de Soberania Imperial, no âmbito da nobilitante Visita Imperial do Príncipe Real D. Luís Filipe.

Assim, adiante, sobretudo nos Capítulos VII, VIII, IX, X e XI, veremos o Museu Colonial de Luanda, nas suas várias dimensões, mas sobretudo na dimensão simbólica. Como simbólico, o referido Museu Colonial faz um discurso reprodutor e apologista, proclamatório do Poder Imperial. Tenta induzir a uma performance de efeito político, ou seja, pretende ser reconhecido, pretende criar consentimento e adesão face ao poder constituído, que é frouxo e ameaçado.

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO IV - MUSEU COLONIAL DE LUANDA, 1907-1910: APOIO DE *REPRODUÇÃO E APOLOGIA DE SOBERANIA IMPERIAL*

> Definição de Museu: "Edifício onde se guardam os exemplares e objectos raros ou curiosos relativos às ciências, belas-artes, letras e indústrias, quer antigos quer modernos.
>
> Estas colecções designavam-se antigamente por 'Gabinetes', pois constituíam uns pequenos museus." Pereira (1909, p. 1847)

Prosseguimos neste momento da análise para uma aproximação ao estudo de caso mas, antes de entrarmos propriamente na reflexão sobre o acervo do supra-referido Museu, sobre o seu catálogo, o seu realizador e colaboradores e, ainda, os seus visitantes, ou seja, sobre a mensagem o emissor e o receptor nesta acção museológica, permitamo-nos olhar e ver uma das fotografias, mostrando um Retrato do Rei D. Carlos. Trata-se muito possivelmente de uma oleogravura[68], conforme Faria e Silva (entrevista a 17/05/ 2016), técnica de reprodução esta que assenta na gravura de um quadro pintado a óleo, com base na fotografia.

Este Retrato[69] daria entrada ao Museu Colonial de Luanda, em 1907, patente no Observatório Meteorológico de Luanda e, sendo assim, ao visitante, antes de entrar no circuito de visita, "cumpriria" tomar contacto com a imagem do Monarca que, neste caso, é um Monarca absoluto, ou seja, manda sem restrições nem limites. Ora, nesta representação, a imagem do Rei é como que uma abertura do pano de cena, a que se sucedem as várias cenas, ou seja, os vários conjuntos expostos no Museu Colonial - artefacto complexo lhe chamava Jorge Listopad, nas suas aulas de Antropologia do Artefacto e Antropologia do Fenómeno Estético -, conforme Catálogo (Sousa, 1907), de modo a exibir Poder, criar e produzir Poder. A presença do Rei neste evento não é de somenos importância, pois neste ponto alto da celebração da Visita do jovem Príncipe, o Retrato do Rei, obrigatoriamente verbalizado na palavra dos oradores, ensaia a consolidação do Poder do Rei ausente, mas presente por sua representação, gerando a reiteração de poderes: o poder da sua imagem[70] e o poder do Rei.

[68] A oleogravura era comum na época. Tentámos saber algum detalhe mais sobre o *Retrato do Rei*, como sejam materiais de reprodução e autores, para o que nos deslocámos ao Palácio Nacional da Ajuda. Porém, nada nos foi acrescentado, sendo que a nível da Exposição Permanente não há, aqui, qualquer oleogravura.

[69] Retrato do Rei este que, não sendo de corpo inteiro, abrange os muito importantes atributos de Poder, como sejam, as insígnias, o punho inteiro da arma e parte da bainha da lâmina.

[70] No referente a este pormenor, ocorre-nos referir que na inauguração do Museu de Arte Sacra, em 1905, em S. Roque, também a Exposição era claramente encimada por uma imagem, por um busto do Rei, nesse caso do Rei D.

Ora, abordando a obra de Marin (1981), que aqui continuamos seguindo e relativamente a Luís XIV, enquanto eficácia da imagem, ou seja, eficácia do simbólico enquanto Poder - capacidade de influenciar a vontade e o comportamento de outrem, em certo sistema, de modo a conseguir ter da parte desse outrem a obediência e a submissão que o empossado pretende -, há um Poder do actor retratado, ou seja do Rei, e um Poder da sua imagem ou, ainda, há como que um corpo e uma alma, sendo que o primeiro poder referido é a condição do segundo poder citado, porque o dá a conhecer e reconhecer.

Sendo assim, dado que o Rei é símbolo, o Retrato é uma re-presentação, é a sua imagem, ou seja a imagem que dele fazem. E para essa imagem, no que respeita ao Rei D. Carlos, muito contribuiu o apêndice capilar facial, ou seja, o seu bigode, aproveitado pelo caricaturista para demolir o poder do Soberano e o Regime, onde é figura primeira e maior, acrescido do seu charuto e da sua excessiva gordura – "gordura" essa que então era sinal de abastança e de "formosura", antes de se divulgar que aquela, quando mesmo muito excessiva, pode contribuir para a ocorrência de diabetes, e o Rei, enquanto homem doente, era diabético, haviam-lhe caído alguns dentes molares e o conde de Mafra, seu médico, temia o pior em termos de saúde. Ainda no respeitante à imagem do Rei D. Carlos, tinham relevância, por exemplo, as constantes caçadas apeadas, a caçada ao javali a cavalo, o yate ou as óptimas espingardas, que o Rei terá comprado para a sua colecção particular e não para o Museu Militar[71]. É Keil (1905, p. 30) quem o diz: "Consta, no entanto, que Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Carlos, quando visitou a casa do Dr. Teixeira de Aragão, que era conservador do Real Gabinete Numismático, adquiriu algumas belas espingardas para o seu museu particular". Estas espingardas seriam símbolos de poder, instrumentos de diferenciação social de que o Rei não se separa ou desapossa. Ainda, símbolo de

João V. Este busto é uma cópia mandada executar pelo Rei D. Carlos, no Arsenal do Exército, em 1902, para a inauguração desse Museu de S. Roque, sendo que o original se encontra no Paço de Mafra, e foi executado por Alessandro Giusti, em 1753, para o Real Palácio das Necessidades (Silva, 2009). O referido busto sugere uma grande aproximação de concepção ao busto de Luís XIV, rei absoluto, executado por Antoine Coysevok, cujo Rei manda levantar Versailles e o Louvre, magníficas obras que vestiram simbolicamente o desejo da França se alçar a maior potência hegemónica do mundo. Isto não veio a acontecer, dado que a França foi perdendo a sua Marinha de Guerra ao longo dos anos, sobretudo a partir de Luís XIV, e perder a Marinha de Guerra, significava a perda de capacitação da Marinha Mercante e os contactos com as colónias. A perda dessa Marinha de Guerra é definitiva, em 1805, em Trafalgar, e explica, em parte, a invasão napoleónica de Junot a Portugal, em 1807, pois para além da captura da Monarca e do Regente, se pretendia a captura da Marinha Portuguesa, ainda intacta, ambas as coisas perdidas por Junot (Pereira, 2010).

[71] Este comportamento poderá ser comparável ao que Marin (1981) refere relativamente a Luís XIV: Ser corajoso é, antes de mais, mostrar ostentação, que é a essência vazia da vaidade, posto que por esta exibição o corajoso não tem valor se não na sua aparência face aos outros.

Poder seria uma *garage* razoavelmente surtida com carros de bastante força que utilizava como um *sportsman* (Leitão, 1908). Também, de grande diferenciação social e símbolos de poder, são por exemplo os vários palácios afectos à Família Real, de que o Rei também não se desapossa como pontua de uma forma muito crítica, o próprio Bibliotecário do Rei[72], Director da Biblioteca do Paço de Mafra durante 10 anos e sem vencimento (Sá, 1929), nomeadamente quando diz que a casa real, composta de seis pessoas, dispunha, em Portugal, de nove ou dez Palácios e bem poderia ter prescindido de metade, como o havia feito outra nobreza europeia[73], relativamente aos seus bens.

Corroborando esta afirmação do Bibliotecário Real, Almeida (1893, p. 303) escreve que

> "O admirável Parque da Pena, adquirido pelo Estado para passeio público dos que vilegiam por Sintra, terra onde tudo o que é bom está fechado a sete chaves, foi açambarcado logo pela realeza regalona que o foi vedando senão em todos, pelo menos em grande parte dos seus alcandores e dependências. A Tapada das Necessidades fechada. O Rei não quer! Os jardins de Belém fechados. O Rei não dá licença! Fechada a Tapada da Ajuda. O Rei não tem coelhos. Ora não há maior pouca vergonha!" (Almeida, 1893, p. 303).

É este Retrato do Rei e a sua imagem, ou seja, é esta representação do Rei, atrás caracterizada por autores monárquico e republicano, que são dados a cumprimentar, em Luanda, no Observatório Meteorológico. É um Rei que recusa ser um Rei "desapossé", conceito que Marin (1981) frequentemente refere, e recusa-o mesmo depois de Afonso Costa, no Parlamento, a 20 de Novembro de 1906, após os *Adiantamentos*[74] à Família Real, mandados fazer por João Franco, ter dito que Luís XVI, por menos, havia rolado no cadafalso e, após Afonso Costa ter,

[72] A casa real tinha a seu cargo três palácios em Lisboa, Ajuda, Necessidades e Belém. Três palácios para morarem seis pessoas, num país pobre, tão pobre como se estava vendo. Possuía mais, além do Alfeite, dois palácios em Sintra, o da Vila e o da Pena, um palácio em Cascais, outro palácio em Mafra e outro em Queluz. Havia, além disto, um palácio no Porto e um chalé no Estoril. Além destes dez palácios, a família real possuía e possui os seus palácios da Casa de Bragança. O rei de Itália, ainda há tempos, cedeu palácios ao Estado. O duque de Aumale deu ao Estado o palácio de Chantilly. Ora, aqui estava a primeira coisa que a Ditadura de João Franco*, devia ter feito: recambiar, ao Estado, os palácios que a casa real pudesse prescindir, e creio que, de nove ou dez palácios, poderia bem ceder metade (Sá, 1929).

[73] O Duque de Aumale (1822-1897), Henri Eugène Philipe d'Orléans, 4º filho do Rei de França Luís Filipe I, para além de doar o seu castelo ao Instituto de França, doou também as suas colecções de arte.

[74] Sobre os *Adiantamentos* e sobre os alegados despesismos da Corte, são enumerados vários dados, remetendo para os discursos de Afonso Costa, de 13 e 19 de Maio de 1907, nas Cortes, e tratados em obra de Brandão e Fidalgo (2010).

Também sobre os Adiantamentos e os gastos do Rei e da Família Real, Carvalho (2006) faz considerações, nomeadamente sobre a sucessão de compras de iates, como sejam, o *Amélia I*, o *Amélia II*, o *Amélia III* e o *Amélia IV*; os gastos nos arranjos da sala de jantar solene do Palácio das Necessidades; os gastos na electrificação deste Palácio e na electrificação dos Palácios da Ajuda e de Belém. Refere o autor também os vencimentos do Rei e dos seus Familiares e, entre outros, refere as *Cartas d'El Rei D. Carlos a João Franco*. O autor cita o discurso de Afonso Costa, de 20 de Novembro de 1906, na Câmara dos Deputados, sessão nº 34, em que convida o Rei a sair do País.

nesse mesmo discurso, convidado o Monarca[75] a sair do País.

Mas, entretanto, lá longe, em Luanda, para além do Mar, um discreto Capitão-de-Fragata, não inscrito em qualquer partido político (Teixeira, 1936), monárquico, eficaz na sua acção, zeloso, persistente, como que sugerindo ser alheio às intensas emoções pulsantes, preparava o Museu Colonial de 1907, assistido de "Portait du Roi", bem evidente e à entrada do Observatório, com que receberia o "seu" Príncipe Real, o seu séquito e outros - uma clara afirmação do Regime e do Estado-Nação Imperial. E trabalhava muito, muito, como nos mostra, por exemplo, a documentação existente no Arquivo Central de Marinha e a documentação, já organizada e consultada, no Arquivo Histórico Ultramarino, a partir sobretudo de 1887, quando ainda Gomes de Sousa era 2º Tenente da Armada e já com a responsabilidade de elaborar a carta do litoral do distrito do Congo, até aos anos de 1906, 1907, 1908, 1909 e 1910, em documentação presente na Comissão de Cartografia desse A.H.U., de que destacamos os *dossiers* 00134, 002/31 e 004640, entre outros, havendo também inúmeras referências a si em *Ordens à Força Armada da Guarnição da Província de Angola,* sugerindo que estamos perante um actor polivalente, prolífero e esforçado, pronto a querer marcar o compasso do seu tempo, à sua maneira, nomeadamente no que respeita à Museologia e ao Museu Colonial de 1907-1910[76].

É assim, porque pelos materiais expostos, pelo texto escrito, *Catálogo do Mostruário*, e pela palavra dita, na oficialização pelo Príncipe Real, se tenta responder, em contexto de

[75] Mas D. Carlos de Bragança ficou. Ficou e ficou a sua política, a política por si delineada, que Unamuno (2010) diz ser suicidiária. E suicida foi o Rei quando implementou a sua política autoritária; foi-o com o seu alegado despesismo, e foi-o também, quando, por fim, no escoar da tarde do dia do Regicídio* – 01 de Fevereiro de 1908 -, de pistola carregada, sem escolta e recusando o automóvel, terá mandado o cocheiro do landau - veículo hipomóvel de quatro rodas suspensas, com cobertura dupla e movível - bater a passo e seguir de veículo a descoberto, qual alvo mais fácil. Suicida foi-o também Manuel Buiça, ex-2º sargento de Cavalaria, em cuja Arma teve punições e ganhou fama de bom atirador, natural de Louçoães, Valpaços, Trás-os-Montes: muitos portugueses não o fixaram como homicida. E o seu testamento, escrito cinco dias antes do Regicídio diz-nos que Buiça foi um suicida, pois dali, do Terreiro do Paço, como escreveu, já não sairia vivo, como que fazendo juz ao que Unamuno (2010), preocupado com a nossa tormenta colectiva, sobre nós reflecte.

Voltando ao Rei, a sua imagem pode promover, fortalecer, tornar coeso ou mais coeso um projecto, nomeadamente político e nacional, mas num processo dinâmico também pode ser o seu contrário, pode fragilizar e ser corrosiva. E sê-lo-á, potencialmente, quando a actividade da governação não for assistida de uma incessante legitimação e de uma estratégia.

Insuficientemente querido pelo seu Povo ou mesmo odiado, o Rei e a sua imagem, desvitalizados, caíam a céu aberto, em Lisboa e no Império. Era o epílogo da tragédia numa das mais monumentais e espaçosas praças públicas da Europa – uma representação maior no Terreiro do Paço a que, possivelmente, os militares não desdenharão chamar "teatro de operações".

[76] Para a realização da sua vasta obra, Gomes de Sousa terá podido dispor de um forte poder de gestão de recursos humanos e materiais, o que seria inerente aos vários cargos que exerceu ao longo do tempo, em terra e no mar, sobretudo em Angola, sendo certo, no entanto, de que dispunha de significativos bens de raiz.

afirmação dos Impérios europeus em África, ao pretexto de esclarecer e reforçar a apetitibilidade e salvaguarda do Império Português, nomeadamente no que respeita à excelência e quantidade das riquezas que ele contém e no que respeita à necessidade da sua plena exploração, legitimadora da soberania colonial. Esta apetitibilidade remete-nos desde logo para a sua apropriação, sem o que o Museu Colonial seria um exercício gratuito.

E, sendo assim, os materiais expostos e catalogados, ou seja disponibilizados, com a informação possível, ao Rei representado e ao Príncipe Real, Presumptivo Herdeiro, vindos de tão diferentes e tão distantes pontos de Angola - aonde podia chegar a mão da ocupação efectiva, como exigido pela Conferência de Berlim - convidam à sua plena exploração, que é, como dito, legitimadora da soberania colonial.

Em termos simbólicos, ou seja, para além da sua materialidade, os referidos materiais expostos representam o Império, ali, no Museu Colonial, na então Metrópole, em Exposições Internacionais e Universais, e, mais do que isso, prestigiam e reproduzem esse mesmo Império: são eficazes na reprodução e na sustentação do Império. E isto acontece igulamente com o Rei ali representado pois, enquanto símbolo, representa o Império, mas também produz uma relação de Império, dado que o símbolo está lá não só para representar mas para realizar o que é necessário fazer, relativamente à manutenção e fortalecimento do Império: o símbolo está armado de capacidade para realizar aquilo que ele mesmo significa e o que dele é esperável. Ou ainda, o Rei, como dito, está representado no âmbito dos materiais mostrados, no Museu Colonial, no Observatório, mas para além de representado, está absolutamente presente na acção que se deseja afirmativa e eficaz, relativamente à soberania imperial, que vinha sendo bastante ameaçada no interior e no exterior do Império.

E assim, decorrente do que atrás foi dito, tudo o que ali está exposto é simbolicamente do Monarca e serve o régio poder – como proclama o régio retrato, de grande centralidade, ali, que é, como dito, a representação do Rei, mais a sua imagem, ombreando com a apresentação da então Bandeira do Reino de Portugal, conforme "chapas de vidro", importante material empírico, a que nos referiremos, mais adiante. E de entre o citado material exposto, em termos simbólicos, agigantam-se, com grande centralidade, na Sala do Rei, na Sala de Bilhar ou Sala de Música, e noutras Salas, peles completas de leopardo, isto é, com respectivas cabeças, referidas em Catálogo do Mostruário, na secção de Zoologia e em "peles preparadas". A sua exposição, aqui, sugere algo de muito especial, que é dado a ver e a apropriar no mecanismo de apropriação do

colonizado e dos seus bens. É que o disponibilizado para apropriação, no que respeita ao leopardo, é mais do que um mero pelame: é a apropriação do que vemos utilizado, em certas situações, como um atributo do Poder dos chefes tradicionais, certamente inspirado nas características do grande felídeo, digitígrado, de poderosas unhas retrácteis que, na caça, é sagaz, veloz, forte na perseguição, no ataque e na morte da presa – temível dominador de território. Estas peles de leopardos, completas, no contexto local do Museu Colonial, no Observatório, são dadas a ver, entre outras, na prestigiante Sala de Bilhar - Salas de Bilhar[77], que são Salas para um tempo de *otium cum dignitate*, havia-as, como vemos ao longo deste estudo, nos quatro referidos Reais Paços dos Bragança, como sejam, na Ajuda (Godinho et al., 2011), na Pena (J.L., 1908), em Mafra (Gama, 1992)[78] e na Cidadela de Cascais (Braga, 2011).

E ainda naquela Sala de Bilhar, em Luanda, também Sala de Música, como dito, a pele do leopardo completa ombreia com o fonógrafo ou gramofone - então, recente e prestigiada invenção que nobilita o local e sugere a iniciação musical de Gomes de Souza, acrescido de um pluriarco ou lira e de membranofones angolanos, que, entre outros, Redinha (1940) estudou e desenhou em pormenor -, logo ali, a alguma distância de uma escultura antropomórfica, nobilitantíssima representação de *Tchibinda Ilunga*[79,80], herói mítico fundador do grupo *Tchokwe*.

Para além do já enunciado, o tecto da Sala de Bilhar apresenta uma densa museografia, exibindo o maxilar superior transformado de um peixe-serra e várias peles de répteis, leves e de não difícil sustentação, prestigiadas como elemento decorativo e, ainda, utilizadas na confecção de carteiras, cintos, sapatos, malas e outros. Nesta mesma Sala, vê-se igualmente bem, por exemplo, o móvel dos tacos, ou seja, o taqueiro, e vemos que eles são em número de 9 - são sempre no mínimo de 3, ou em múltiplos de 3, como nos disseram em visita acompanhada ao Palácio da Ajuda, onde a Sala de Bilhar dispõe de assentos corridos e altos, em jeito de bancada, para a assistência ao jogo. E são tantos outros fragmentos de cultura, nesta Sala de Música, dados

[77] A título de exemplo, também o Palácio de Laxemburgo, cuja construção remonta aos fins do séc. XIV, que teve construção posterior e comunica através de belas alamedas, com o Palácio de Schonbrunn, em Viena de Áustria, tinha Sala de Bilhar. Entre armaria rica, capela nobilitante, pintura e outros materiais, encontra-se aqui uma Sala de Bilhar, ornada de uma estátua de Meleagro, da autoria de Beyer, o que atesta a importância desta Sala, enquanto sinal de prestígio, de parceria com outras salas do Palácio (Anónimo, 1853).

[78] A presença do Jogo de Bilhar, no Paço de Mafra, já vem do tempo do Rei D. Luís I, que o jogava com D. Maria Pia, conforme Isabel Iglésias (comunicação oral, 2016)

[79] Entre outros materiais, Gouveia (1983) reflecte concretamente a temática de *Tchibinda Ilunga*, em texto e imagem.

[80] Importa relevar o artigo da autoria de Oliveira (1971). Para além do texto, este trabalho conta com trinta fotografias de peça única ou de conjunto de peças, em colecções particulares ou em museus públicos. Não conseguimos identificar nenhuma escultura *Tchibinda Ilunga* neste trabalho.

a ver ao Príncipe Real e dados a apropriar ao Rei e à sua imagem. São-no, sucintamente, muitas e diversas armas neurobalísticas, incluindo as de mera função de fazer a caça ou a guerra, que na divisão sexual das tarefas cabe ao homem, e as de carga simbólica, como as machadinhas e os bastões de prestígio ou aparato, também ditos armas de representação e gala (Redinha, 1940?). É-o, ainda, muito outro artefactuário.

E são assim densamente expostos todos estes materiais, mais ou menos relevantes e expressos em fotografia vítrea, mais as que falam do Património Construído - o Observatório Meteorológico, e do que ele encerra, desde logo, nas varandas, tão características da Arquitectura Portuguesa, em meio tropical, onde, entre tantos, sugerem relevar-se os conjuntos de imagens preguiadas *Nkisi* e de imagens-relicário conguesas, de pedra, remetentes para antepassados e padroeiros, partilhando um mesmo espaço do Museu Colonial com frascos de produtos, peças zoológicas e materiais botânicos, possivelmente por exiguidade de espaço. Porém, era assim, porque era necessário exibir ao Príncipe Real e aos outros Príncipes europeus, então visitantes de África – e era assim, porque, como ocorria frequentemente na época, era incipiente ou nula a separação entre o natural e o cultural, relativamente aos Povos a sul do Sahara e a outros Povos extra-europeus.

Acontecia, deste modo, até à exaustão, este tornar patente tão diversa riqueza ao Príncipe Real, aos seus rivais, aos poderes locais e a todos os visitantes, como dito na Sala de Bilhar, também Sala de Música, outras salas interiores do Observatório, varandas e espaços envolventes, onde entre outros, ganha relevância o Horto e o Zoo, o qual seria, em parte, um depósito do Zoo de Lisboa, de que Gomes de Sousa foi um grande mecenas, em tempo de Monarquia e, depois, em tempo de República.

Tudo isto – o Edificio do Observatório, o Horto e Zoo, acrescidos da paisagem da Cidade, uma paisagem de terra e mar – terá sido mostrado ao Príncipe Real. Terá visto a Alta da Cidade com o seu monumento a Salvador Correia de Sá e Benevides, então de grande carga simbólica - hoje, exposto no interior da Fortaleza de S. Miguel, que visitámos - e, depois, a Baixa, com o seu monumento a Pedro Alexandrino da Cruz - Oficial de Marinha e anti-esclavagista -, edíficios vários e edifícios adstritos à Capitania dos Portos de Angola, de que Gomes de Sousa era Capitão, como dito.

Quis, assim, Gomes de Sousa fixar o Observatório nas várias imagens apresentadas em estudo de caso e o respectivo Museu Colonial de 1907- 1910, no seu todo. Fixou, depois, o que o

Príncipe Real terá visto e era dado a todos ver, ou seja, parcelas de Luanda – aquela Luanda a que Carvalho (1890, p. 54) chama "a primeira das nossas colónias", interrogando-se, mais adiante" porque não se tornará ela "a primeira cidade do mundo intertropical africano?", sendo que a resposta veio breve - o Ultimato[81].

Mas voltemos à Sala do Rei ou Sala de Recepção do Museu Colonial. A colocação do Retrato do Rei aqui, é certamente intencional e configuradora da função reprodutora e apologista de Império, e das suas excelências ainda por apropriar. No entanto, esta Sala do Rei não é a Sala do Trono em Angola. Esta encontra-se, logo ali, também na Alta, ao passar da rua, a umas centenas de metros, no Palácio então dito do Governador, com grande Retrato do Rei, este a corpo inteiro, coberto por sobrecéu ou dossel, encimando o lugar da Cadeira do Trono, que, por

[81] Muito aproveitado pelos republicanos e que não é o resultado de um mero impulso espontâneo, punitivo, do "mais forte" sobre o "mais fraco", pois lança raízes em vários acontecimentos políticos e militares anteriores, em que avulta o contencioso sobre o caminho-de-ferro de Lourenço Marques que opõe os interesses ingleses e americanos aos interesses portugueses.

Sobre esta matéria e sobre os seus antecedentes, diz-nos Feliciano (1989, p. 215) que

> "a Conferência de Berlim, convocada para resolver a questão do Congo, definiu as orientações de partilha de África que as potências europeias andavam incubando há decénios, nomeadamente no espaço que envolvia as questões da escravatura e seu tráfico.
>
> No prolongamento daquela, realizou-se, em 1889/1890, a Conferência anti-esclavagista de Bruxelas e em 1919 foi assinada a Convenção Saint-Germain-en-Laye.
>
> Nestes três tempos estiveram bem presentes as questões ditas indígenas, a conservação e melhoria das suas condições morais e materiais, mormente a fiscalização dos contratos de trabalho, e também a liberdade das actividades das missões religiosas.
>
> Apesar de todas essas conclusões, as ambições e estratégias de apropriação de cada uma das potências europeias, prolongaram-se pelos anos seguintes e ainda durante muitos anos do século XX.
>
> O confronto de interesses entre Inglaterra e Portugal continuou acerca do Porto de Lourenço Marques, do comércio de armas e especialmente do caminho-de-ferro, que corria então nos tribunais suíços.
>
> Confrontos ainda sobre os limites das fronteiras a oeste, de Moçambique, onde os ingleses aliando-se e apoiando Lubengula contra o domínio de Gungunyana aliado dos portugueses, reclamavam a Matabelândia e Manica, e ainda a Mashonalândia, Makalakalândia, Zumbo, Shire, Zambésia e Niassa". (Feliciano, 1989, p. 215)

Mais adiante, o autor diz-nos que o

> "conflito entre Portugal e Inglaterra continuou a evoluir no âmbito de toda a África austral e, portanto, também da política internacional que envolvia as grandes potências europeias.
>
> Os interesses portugueses eram coincidentes com os dos franceses e alemães, por serem igualmente contra o expansionismo inglês. Daí os tratados com a França em 12/5/1886 e com a Alemanha, ambos reconhecendo os direitos de soberania portuguesa, sobre as terras do interior africano entre Angola e Moçambique, geograficamente expressos no célebre Mapa Cor-de-Rosa.
>
> Entretanto, com a constante expansão inglesa, a British South Africa Company de Cecil Rhodes, criada em 1889, transformou-se na força armada que procurou, na região do actual Zimbabwe, ocupar e explorar tudo e ligar o Cabo ao Egipto.
>
> Os conflitos agudizaram-se e, em 11/1/1890, a Inglaterra face à defesa dos interesses portugueses na Conferência de Bruxelas, apresentou o *Ultimatum* ao Governo português para que este retirasse as suas forças dos territórios dos Makololos, Matabeles e Mashona. A questão do Shire e dos Makalolos fora o transbordar de velhas tensões de que não estava ausente a questão do caminho-de-ferro de Lourenço Marques, que corria nos tribunais suíços e que opunha os interesses ingleses e americanos aos dos Portugueses." (Feliciano, 1989, p. 215)

sua vez, dispõe de um estrado alteado, dito Estrado Real, conforme cópias de fotografias[82], as quais nos foram cedidas por Fernando Batalha[83] e que apresentamos, em **APÊNDICES 13 a 18**.

Desejamos, com isto, reafirmar a convicção de que, havendo uma Sala do Trono, ali, não longe, não se dispensou o Retrato do Rei, no seio do próprio Museu Colonial, 1907-1910, no Observatório, pois era, aqui, naquela circunstância e naquele acto de dar a ver a todos, que o Retrato do Rei e mais a sua imagem, cumpriam, enquanto poder simbólico, a sua função de legitimação da *Reprodução e Apologia de Soberania Imperial*, como dito.

Voltaremos às referidas imagens, tanto quanto possível em detalhe, em estudo de caso, nos Capítulo VIII, IX e X.

Seguidamente, continuaremos a reflectir o referido Museu Colonial de 1907-1910, incluindo os referidos Horto e Zoo envolventes, a nível do contexto da época e do lugar, no âmbito nacional.

[82] Os originais estarão no Arquivo Histórico Nacional de Angola, sendo que as cópias foram feitas com autorização superior e pagas com dinheiro pessoal do próprio Fernando Batalha, conforme sua informação oral.

[83] O conjunto original de fotografias foi oferecido a Angola, por volta da década de 1960, pelo neto de Paiva Couceiro - e, para além da fotografia da Sala do Trono, o conjunto integra também fotografias dos aposentos do Príncipe Real, Casa de Banho e Sala de Trabalho, com respectiva mesa, acrescidas de fotografias do Museu de Arte Sacra (**ANEXOS 7** e **8**), a que o Príncipe Real deu o seu nome e que inaugurou, no mesmo dia, e após ter oficializado o Museu Colonial, no Observatório.

CAPÍTULO V

CAPÍTULO V - MUSEU COLONIAL DE LUANDA, 1907-1910: UMA VISITAÇÃO AO CONTEXTO DA ÉPOCA A NÍVEL NACIONAL

As museografias ou expografias no ocaso do tempo monárquico e no dealbar da República, bem como o Festival Marítimo projectado para honrar o Príncipe Real em Cerimónia - logo desconvocada por falta de segurança -, que se pretendia apoteótica, no término da Viagem Imperial, a África, acrescida da reiterada vontade da realização do Grande Festival Marítimo, cerca de 15 dias depois, a 23 de Outubro de 1907, são formas, digamos paradigmáticas, de potenciação de Poder, em contexto de época, cuja compreensão pode ajudar no aprofundamento deste presente trabalho.

No respeitante ao Museu Colonial de 1907-1910, este consubstancia, no seu todo, uma demonstração de Poder simbólico, a nível Colonial e em contexto internacional.

Para isto, no âmbito deste Museu, entre outros referidos factores, muito terá contribuído, como era convencimento na época, uma densa museografia, com o que, naquele contexto, se pretendia mostrar o máximo e o melhor ao Príncipe Real e a todos os actores daquele contexto. E é assim, não só no respeitante ao acervo, mas também conforme o Postal (**APÊNDICE 6**), relativamente aos expositores de madeira – suportes de contentores vítreos com amostras geológicas[84] e outras, que ostentam um mais elaborado trabalho de marcenaria nos topos, certamente para melhor receber o Príncipe Real -, se comparados com os que lhe eram anteriores, patentes nas fotografias em "chapa de vidro". Este esforço de melhoramento de aspectos da museografia, aliado, por exemplo, às novas coberturas de mesas, se comparadas com as anteriores, traduz seguramente uma clara preocupação da dignificação do evento. Assim, em suma, pretendia-se que uma mais atenta e elaborada museografia pudesse contribuir para uma melhor potenciação do Museu Colonial, como representação simbólica de Poder de soberania, ou seja como *Apoio à Reprodução e Apologia de Soberania*.

Mas, em termos de contextualização da época, esta museografia densa era comum. Isto é bem visível no diminuto espaçamento das peças entre si – grande densidade expositiva -, mas também no tamanho das etiquetas. Estas eram geralmente de papel e coladas, como vemos bem em nove fotografias de peças antropomórficas angolanas da colecção da Sociedade de Geografia

[84] Podemos ver na Sociedade de Geografia de Lisboa, na grande sala de entrada, um idêntico contentor vítreo com amostras geológicas, o que era prática comum.

de Lisboa, da autoria de Neves e Mello (Anónimo, 1909), contemporâneas do Museu Colonial de Luanda, 1907-1910. É muito forte a sugestão de leitura dada pela etiqueta de uma destas peças (**ANEXO 27**), que o autor denomina por "deus que é invocado para livrar da escravatura", cuja extensa legenda manuscrita pode ser "8932 - A. W. 15-C. A. 3º R". No entanto, havia também etiquetas, por exemplo, em placas de metal, como ocorre nos escudetes com peças zoológicas da fauna africana, pertencentes à Sociedade de Geografia e depositadas, em 1979, no extinto Centro de Zoologia/IICT.

Sugere ser evidente que, à época, a citada forma e dimensão da etiqueta - hoje bem mais discreta e frequentemente lateral ao objecto exposto, limitava a leitura da peça e adensava a Exposição.

Cerca de um ano após a publicação deste artigo e, ainda, em 1910, praticamente em simultâneo, ou seja, enquanto em Luanda se desmontava grande parte do Museu Colonial, era inaugurado, em Lisboa, em Dezembro, o Museu da República com grande densidade expositiva, certamente, então, para honrar o novo Regime – o que ocorreu no encerrado Colégio do Quelhas, instituição feminina de ensino religioso, católico, atacada a tiro e ocupada a 8 de Outubro de 1910. E, em 1911, Manuel de Arriaga, Presidente da República de Portugal, eleito em 24 de Agosto, deste ano, visita o Museu da Sociedade Protectora dos Animais[85] (Anónimo, 1911), no que poderá ter sido a primeira Visita oficial de um Presidente da República a um Museu, sendo que também o que é dado a ver em fotografias realizadas por Benoliel, nessa mesma Visita, é uma museografia muito densa, onde abundam os instrumentos de tortura de animais[86] (**ANEXO 28**).

Escassos meses decorridos, no início de 1912, Bernardino Machado visita um outro

[85] É interessante que as preocupações desta temática museológica, tratadas em 1911, entre outra matéria, foi recentemente apresentada em Programa Eleitoral do Partido das Pessoas-Animais-Natureza (PAN). Esta Sociedade Protectora dos Animais mantém, ainda hoje, uma intensa actividade relativa a animais. Tem a seu cargo, por exemplo, três clínicas veterinárias.

[86] Contrários aos propósitos filantrópicos deste Museu, os antagonismos e a busca de hegemonias imperiais entre as potências coloniais dominantes, ao conduzirem ao conflito da primeira Grande Guerra, não produziram só dezenas de milhões de mortos, feridos e gazeados entre a população humana. Levaram também à morte de numerosos animais usados durante esta guerra. Assim, só em 1915, terão sido utilizados cerca de 2000 cães, transportadores de cargas explosivas, enviados para as trincheiras inimigas; em 1918, poderão ter sido utilizados cerca de 20000 para os referidos fins. Os números de animais utilizados, conforme imprensa diária italiana, atingem valores enormes, como seja,

> "undici millioni di cavalli, 200 milla picconi e colombi, 100 milla cani e millioni di muli, asini, maiali, perfino elefanti fatti arrivare dagli inglese dalle colonie indiane; questi i numeri che danno un'idea della presenza degli animali nello conflito che all'inizio del Novecento insanguinó l' Europa" (Satta, 2015, p. 22).

Museu. Visita, então, a convite de Leite Vasconcelos, o Museu Etnológico Português, em Belém, instituição esta em continuada crise, o que mostra bem que os Museus não eram indiferentes ao exercício do Poder, como vimos referindo ao longo deste estudo (Gouveia, 1993-1994).

Logo depois, referente a um texto produzido, em 1913, uma também museografia densa é dada a ver, em Coimbra, em Sala do Museu Nacional Machado de Castro[87] (Carvalho, 1925), antigo Paço Episcopal[88], sobretudo no referente a cerâmica (**ANEXO 29**). Igualmente muito densa, é, por exemplo, a Museografia do Museu Municipal do Porto, no séc. XIX e XX, conforme é mencionado por Vitorino (1930). E faremos, ainda, uma última e pontual referência à museografia densa, persistentemente densíssima, que o então Director do Museu Bocage na Escola Politécnica, Artur Ricardo Jorge, diz ser, em 1943, "um enorme depósito" (Jorge, 1943, p. 34)[89],[90], o qual virá a ser consumido, em grande parte, no violento incêndio de 1978 (Almaça, 1985), perecendo assim um enorme acervo oriundo dos antigos territórios do Império Português, recolhido durante várias décadas.

[87] Criado em 1911 e inaugurado em 1913, tendo sido o seu primeiro Director, Mestre António Augusto Gonçalves.

[88] É uma arquitectura histórica, nobilitante, com a sua magnifica *loggia*, adaptada a Museu, conforme ocorria frequentemente. A arquitectura funcional dos Museus é mais recente, conforme Lehmbruck (1974). Em Portugal, a arquitectura funcional relativamente a museus é relevante a partir dos anos 60 do século XX, nomeadamente, o Museu Calouste Gulbenkian, o Museu de Etnologia, em Lisboa, e o Museu Municipal Santos Rocha, na Figueira da Foz.

[89] Diz-nos então Jorge (1943, p. 34):

> "Os cânones da museologia moderna, aplicada aos Museus de História Natural – que adoptados em países mais pequenos que o nosso, como na Bélgica, Holanda e na Suiça -, não consegui fazê-los vingar no Museu Bocage, a despeito de um esforço persistente de tantos anos. O Museu encontra-se com as suas colecções empilhadas dentro do seu quilómetro de inestéticos armários, de pequenos caixilhos envidraçados, ao longo das suas salas de dois mil metros quadrados, desertas de vitrinas, com os exemplares todos enfileirados dentro dos velhos recipientes ou sobre pedestais torneados e polidos. Como Museu Científico é um enorme depósito – ocupando uma área largamente desaproveitada – de material científico do mais precioso em que avulta aquele que marcou uma época gloriosa e há muito extinta, na exploração zoológica do nosso Império Colonial, já tão ignorada, que, em 1929, ao instituírem-se oficialmente os estudos Naturalísticos Coloniais de Geologia e de Botânica, respectivamente, em Lisboa e em Coimbra, a Zoologia e o Museu Bocage foram de todos esquecidos! Como Museu público, não satisfaz a nenhuma das exigências museológicas modernas, e como tal se tem conservado encerrado" (Jorge, 1943, p. 34).

[90] Existem fotografias da época, que expressam bem a referida Museografia densa (**ANEXO 30**). Estas fotos - arquivo particular -, datadas de 9 de Maio de 1942, são comemorativas da passagem à reforma do Auxiliar de Naturalista, António Fernando Francisco Mendes, funcionário do Museu Bocage, que no início da sua carreira ainda trabalhou com o próprio Barbosa du Bocage. Foram tiradas numa sala onde é bem visível um grande número de aves montadas, onde se salienta um seirema, oriundo do Brasil. Logo atrás do grupo retratado, vemos uma parcela do Aviário, onde se encontrava um grande conjunto de colibris, também oriundos do Brasil. À frente do grupo, mas não visível, encontrava-se um hipopótamo do Jardim Zoológico de Lisboa, montado sobre molde em gesso e com a pele do próprio animal, preparada pelo próprio homenageado. Deste hipopótamo, que teve por nome *Vénus*, existem várias reproduções em escultura, de cerâmica e grés, depois reproduzidas em metal - existentes em colecções particulares - da autoria de seu filho, Fernando Mendes, que também deixou obra escrita, nomeadamente no que respeita a processos para fazer montagens de mamíferos (Mendes, 1942).

Postas estas considerações sobre museografias densas que, em contexto museológico, podem ser bem indicadores de uma época - de que relevamos o Museu Colonial de Luanda -, passamos a abordar os Festivais Marítimos pensados, igualmente muito contextualizadores da época, o primeiro programado e não realizado, o segundo finalmente realizado, para honrar o Príncipe Real no término da Viagem Imperial, com o que se pretendia fazer também a potenciação do periclitante Regime e do frágil Estado-Nação Imperial. Assim, a realização do Museu Colonial de Luanda e a pretensão ou realização de Festivais Marítimos, na Baía, à vista do Paço da Cidadela, em Cascais, são ambas manifestações de Poder simbólico, e como tal, podem contribuir para a construção de uma outra realidade, caso ganhasse a cumplicidade do receptor.

É, por exemplo, muito patente essa citada tentativa de ganhar aceitação, no respeitante ao fim da referida Viagem Imperial, que importará olhar e que Ornelas (1928) não aborda em detalhe, adiante tratada em pormenor, a qual pormenoriza sobretudo o embarque, a Viagem de ida e de regresso do Príncipe Real. Porém, o Comandante do Vapor *África*, Guilherme Vidal Júnior (Júnior, 1915), dá-nos preciosos informes, a nível do que entendemos como preocupação da (re)construção da imagem do Rei e da Família Real, no que respeita à chegada do Vapor *África* a Cascais - onde o Rei embarca para saudar o Príncipe Real e desce depois para retornar ao Real Paço da Cidadela -, antes do navio continuar até Lisboa, e do que estava programado e não foi realizado, entre outros motivos, muito possivelmente por razões de falta de segurança, dado viver-se, então, um tenso tempo social e um tenso tempo político, a nível nacional.

Assim, diz-nos Júnior (1915), que a chegada do Vapor *África* ocorreu a 28 de Setembro de 1907, dia dos aniversários do Rei e da Rainha. Diz mais que, em Cascais, a estação electro-semafórica da Cidadela estava embandeirada em arco e que estavam ali alguns *yates*, nomeadamente o *Maria Stella*, da Rainha Dona Amélia. Refere que a bateria da Cidadela, ao meio-dia, deu as salvas do estilo e diz que havia foguetes.

Continua Vidal Júnior informando que, embora prejudicado pelo tempo, o desembarque se fez com alguma pompa.

Diz que o Rei foi cumprimentar o Príncipe Real, em Lisboa, e que aquele vestia uniforme de Grande Generalíssimo. Ao chegar, o Rei teve brado "às armas" e toque de continência pelo terno de cornetas, sendo acompanhado pelo General Eduardo Galhardo, - entre outras acções militares, foi Comandante pessoal das tropas que venceram as forças africanas no combate de Coolela, em Moçambique, a 7 de Novembro de 1895, pelo que a sua presença nesta recepção

oficial, pode remeter, enquanto destacado símbolo, para a ocupação efectiva de territórios, feita no seguimento da Conferência de Berlim e que o Príncipe Real havia visitado -, seu Ajudante-de-Campo. Pouco após, chegou a Rainha, que teve toque para a continência de estilo e brado "às armas".

O Príncipe Real desembarca em bergantim, que tem uma guarnição de 80 homens, sob comando de um Capitão-de-Mar-e-Guerra. Tem guarda de honra feita por marinheiros e respectiva Banda de Marinha de Guerra.

E estava previsto que, após a chegada a Lisboa, o Príncipe Real embarcaria no yate *Amélia*, com rumo a Cascais, comboiado pela Divisão Naval, fundeada a oeste da Torre de Belém e composta pelo cruzador *D. Carlos*, couraçado *Vasco da Gama*, cruzador *S. Rafael*, canhoneira *Tejo* e três torpedeiros, num total de 7 navios de guerra.

É muito evidente que se pretendia, por via fluvial e marítima - e não por comboio, de horário incerto, de menor visibilidade e menos socialmente diferenciado -, o regresso apoteótico do Príncipe Real a Cascais, como cume da Viagem Imperial. Queria-se que o regresso a Cascais tivesse a moldura de escolta dos vasos de guerra da Divisão Naval, ancorados a ocidente da Torre de Belém, o que não ocorreu; queria-se que esta Viagem Imperial tivesse, no seu fim e à semelhança de vários momentos em África - como o foi na inauguração da Exposição do Museu Colonial de Luanda - um visível impacto, aqui e lá fora; queria-se à chegada do Principe Real a Cascais a realização do desejado Festival Marítimo, cujo programa está delineado em folha volante, policroma e possivelmente reproduzida aos milhares (**ANEXO 31**), o que não veio a concretizar-se.

Queria-se, também e muito possivelmente, sugerir a aproximação à Marinha de Guerra. Lembremo-nos que, então e por exemplo, havia marinheiros implicados nos levantamentos de 8 e de 13 de Abril de 1906 - levantamentos ocorridos cerca de um mês antes da manifestação do Rossio, a 19 de Maio de 1906, cuja repressão deu lugar ao que ficou denominado como "chacina" do Rossio; marinheiros deportados e presos, em Luanda, na Fortaleza do Penedo, cuja casa de reclusão teve obras concluídas neste ano, conforme Ordem à Força Armada, em Angola, nº 7, de 31 de Julho de 1906, obras essas dirigidas pelo Capitão de Infantaria, Manuel Xavier Trindade Roquette que, por tal, foi louvado, bem como o Tenente, seu adjunto, pelo Governador-Geral Eduardo Augusto Ferreira da Costa. Os acima referidos marinheiros deportados foram amnistiados durante o Governo de Acalmação, do Almirante Ferreira do Amaral, em 1908, após

o Regicídio* (Proença, 2008) - ou duplo Regicídio, que é também, em grande medida, um Regnicídio e um Magnicídio[91].

Mas voltemos à reflexão sobre a chegada do Príncipe Real, em término da Viagem Imperial. Desembarcou em Lisboa, tomou o comboio e dirigiu-se ao Paço da Cidadela, em Cascais. Houve jantar de duplo aniversário de seus pais e ter-se-à depois jogado o bilhar, em que o Rei era exímio praticante, bem como os seus pais o haviam sido (Godinho *et al.*, 2011).

Continuamos na projectada e não realizada Viagem de aparato, que se pretendia para o Príncipe Real, por via fluvial e marítima, com final apoteótico na Baía de Cascais, para o que, como dito, seria fundamental a realização do Festival Marítimo em homenagem ao seu retorno (**ANEXO 31**). É que esse referido e desejado aparato foi conseguido e mesmo em muito excedido, mas em circunstâncias um tanto diferentes, cerca de 15 dias após o referido dia 28 de Setembro, concretamente a 13 de Outubro, como trata Souza (2003), em texto e abundante imagem.

Trata-se, concretamente, do luzido aparato bem evidente na realização do Festival Marítimo de Cascais, na Baía de Cascais, conforme Souza (2003), a que a *Ilustração Portuguesa,* de 21 de Outubro de 1907, dá também atenção.

O Festival Marítimo, atrás referido, teve 5 partes distintas, cuja execução poderá ter levado horas. Foram feitos exercícios de evolução naval, provas de destreza e resistência física, bem como exercícios de fogo real. Realizou-se a 13 de Outubro (**ANEXO 32)**, sendo que possivelmente a Corte ainda estava na Cidadela de Cascais, depois de ter descido do Palácio da Pena.

Vejamos, então, o Festival Marítimo de Cascais, finalmente realizado. O Rei estava lá. Também lá estava a Rainha - ofertante da Bandeira Nacional à Marinha de Guerra, pois a Parte Primeira do Festival era uma Festa da Bandeira, um símbolo maior. Presentes estavam também o Príncipe Real D. Luís Filipe, o seu irmão, o seu tio D. Afonso e, ainda, a Rainha Dona Maria Pia, já avançada na idade e que também embarcou.

Este Festival sugere ter a marca de excessos, no que respeita a participantes, actividades e embarcações - que pode ser traduzida por uma inusitada afirmação do Poder Real, Poder este que não pode ser estruturante porque não é estruturado, ou seja, que sendo débil, dificilmente se

[91] O Regicídio é comentado em vários órgãos de imprensa e em várias obras na Europa. É, aí, notícia de destaque, conforme Vidigal (1988). Chagas (1909), por exemplo, trata o Regicídio dirigindo-se à imprensa estrangeira, referindo os antecedentes políticos que estiveram na sua base.

reproduz como sólido, apesar da espectacularidade exibida. Assim, a apelativa forma do Festival, como espectáculo - o espectáculo como instrumento de poder - estava ferida de substância.

Estamos a uma escassa quinzena de dias após o regresso do Príncipe Real, no Vapor *África*, e a cerca de um ou dois escassos meses após a oficialização do Museu Colonial em Luanda, após as imponentes recepções, sobretudo em Luanda, à vista de mil archotes, e em Lourenço Marques, aqui, ao som trepidante das muitas marimbas, ao ar livre, e ao som da quadrilha e de outras danças de salão, e já se reiterava nova festividade de grande visibilidade. Ou seja, avançava-se com o Festival Marítimo, qual desejado cimento de fortalecimento da débil Monarquia, em grande parte divorciada do País e da sua Marinha de Guerra, com militares desta Arma deportados e presos, em África, e com forças militares no terreno, em combate, no Sul de Angola.

Terminámos a abordagem ao *Festival Marítimo de Cascais* e vamos terminar o presente Capítulo.

Mas ao Festival Marítimo de Cascais e a Cascais – moldura de Corte – ainda desejamos dedicar mais uma palavra. É que o Festival foi, como dito, realizado em 1907 e vivido em momento de tensões e em Ditadura. O Regicídio, que ocorreu em 1908, acabou com os grandes festejos Régios em Cascais, conforme Souza (2003). Retornarão a 27 de Setembro de 1910, com cortejo encabeçado pela Banda da Guarda Municipal - onde figuram cerca de 50 músicos -, com o propósito de dar notoriedade aquela cerimónia (Souza, 2003), que foi o festejo da Vitória da Batalha do Buçaco, na envolvente da Baía e da Cidadela, onde estava aquartelado o Regimento de Infantaria nº 19, que havia combatido naquela Batalha.

Isto é, enquanto nesse dia o jovem Rei D. Manuel II, periclitante como o Regime e o Império, estava no Buçaco, presidindo com pompa ao cerimonial da Vitória da Batalha do Buçaco - em cujo âmbito inaugurou o Museu do Buçaco, que é, quanto a nós, o último Museu da Monarquia - a Banda da Guarda Municipal e o estandarte do Regimento de Infantaria 19, saíam também à rua, em Cascais.

É, possivelmente, como que uma tentativa da Monarquia, *in extremis*, de ganhar visibilidade e a cumplicidade da aceitação das forças militares, nomeadamente o Exército, como o terá sido, simultaneamente, no mesmo dia, no Buçaco, como tratámos em Capítulo III.

Porém, esse mesmo Exército não se mexeria, cerca de uma semana depois, a 5 de Outubro, em Lisboa, conforme Santos (1983), que integra, em anexo, o escrito de Gomes da

Costa, Marechal, sob título *O 5 de Outubro visto de muito longe*.

E, assim, se o projectado Festival Marítimo de Cascais, a 13 de Outubro de 1907, é um claro ensaio de Poder simbólico - possivelmente pensado ao pormenor e lançado pelo Rei -, o Cortejo apeado de 27 de Setembro de 1910, em Cascais, é como que o cair do "pano de cena", e as comemorações militares, no Buçaco, neste mesmo dia, incluindo a inauguração do ainda ali existente Museu Militar, são o epílogo deste ensaio de Poder simbólico. Isto é, em 1910, em termos interrelacionais e de contexto, em Lisboa, caía o secular Regime e outro nascia; no Buçaco e em consonância com Cascais, o Rei inaugurava o último Museu do Regime, que o foi de Temática Grandiosa, ainda existente e a cargo de normativa Instituição Militar; em Lisboa, nos derradeiros dias do ano, inaugurava-se o Museu da República – Museu de expografia densa e de vida efémera; em Lourenço Marques, o Museu de Produtos legislado em 1907, aquando da Viagem Imperial do Príncipe Real, não é realizado e o legislador Alfredo Freire de Andrade, General, Governador-Geral de Moçambique, prepara o regresso à Metrópole e continuará a sua longa carreira, desempenhando cargos de bastante responsabilidade, nomeadamente a nível académico, político e diplomático, entre outros de temática africana; em Luanda, desmembrava-se o denso acervo do Museu Colonial, que tão promissor foi em termos simbólicos como tentâmen de Poder Político Colonial e de Poder Político Imperial, sendo que Gomes de Sousa, seu principal realizador, regressa à então Metrópole com as suas pertenças e pede a reforma.

Continuamos agora a nossa análise, no próximo capítulo, mais centrados em eventos internacionais contextualizadores da realização do Museu Colonial de Luanda, 1907-1910, que poderão contribuir, como a matéria tratada no presente Capítulo para a compreensão da temática em estudo.

CAPÍTULO VI

CAPÍTULO VI – MUSEU COLONIAL DE LUANDA EM TEMPO DE EXPANSÃO COLONIAL, 1876-1907

As cerca de três décadas apontadas contêm acontecimentos políticos, diplomáticos e militares de acentuada importância que muito contribuem, cremos, para o estudo da colonização em África e para o estudo dos imperialismos europeus em presença, frequentemente "barricados" em posições não coincidentes e, por vezes, conflituosas, a um passo do conflito armado – que para Portugal ocorrerá, em África, em 1914, no Rovuma e no Cunene. Aliás, então, por exemplo, no Sul de Angola, Portugal, tinha ali pouca capacidade militar - 2 secções de Artilharia de montanha, um esquadrão de dragões, uma companhia europeia de Infantaria e quatro companhias ditas indígenas, de Infantaria - e, embora combatendo e não deixando os alemães progredir e ocupar a amena e fértil Huila, onde se encontra um significativo número de colonos*, não consegue suster o ataque alemão ao forte de Cuangar e posterior massacre, a 31 de Outubro de 1914[92], e a aproximação a Naulila, onde se combateu, a 18 de Dezembro de 1914, contra forças alemãs muito superiores às portuguesas, combate esse que ficou conhecido como "desastre de Naulila"[93], como refere Varão (1934).

Mas considerando o período entre 1876 e 1907, entre outros tempos, no que respeita à colonização, acentua-se o processo de apropriação do Outro e dos seus bens, o que a museologia mostra em várias exposições, nomeadamente em África, sobre quem cai um pesado

[92] No confronto de Cuangar, a 31 de Outubro de 1914, houve vários mortos.

Mas, conforme Varão (1934), referindo a narrativa de um cabo sobrevivente, os alemães, para além de Cuangar, seguiram a margem do Rio Cubango e atacaram alguns dias depois a guarnição do posto da Bunja, composta de um soldado europeu a comandar três soldados indígenas; a 10, o Sâmbio que tinha igual guarnição; a 12, o fortim do Dirico, defendido por um cabo europeu e 16 soldados indígenas; e no dia 16, o Mucusso, onde estava também um cabo com um soldado europeu e 15 praças indígenas.

Os referidos números sugerem bem as diminutas forças que Portugal tinha no terreno.

Em Naulila, combateu-se a 18 de Dezembro de 1914, combate esse antecedido por pequenos recontros, tendo as forças portuguesas sido derrotadas. O combate obstou, no entanto, a um avanço alemão no terreno.

Deste combate, de que resultaram mortos e feridos de ambos os lados - incluindo o Comandante alemão gravemente atingido no rosto -, deixou-nos Roçadas (1919), Comandante das forças portuguesas, a sua obra sobre estes confrontos, com texto e vários mapas.

O tempo aqui referido é um tempo de guerras territoriais, de marcação e defesa de fronteiras. É para muitos militares ao serviço de Portugal, face ao que é referido, à época, como o mais forte exército do mundo, um continuado tempo de "malhas que o Império tece", como abordado em Introdução.

[93] Entre os derrotados e prisioneiros de Naulila, está o ex-sargento anglófilo José Júlio da Costa, alentejano, que, a 14/12/1918, à entrada da Estação do Rossio, dispara alguns tiros certeiros de uma pistola belga sobre Sidónio Pais, que tem morte no local.

José Júlio da Costa assentou praça no exército, a 21/05/1910, com 17 anos ainda incompletos. Bate-se na Rotunda - onde os sargentos são muito importantes e um tanto decisivos (Dias, 1983) -, a 05 de Outubro, estando então aquartelado em Infantaria 16. Serve depois em Timor, Moçambique e Angola. Abandona o exército.

Sai ferido do "regicídio" de Sidónio Pais, e sobrevive. Ficará preso longo tempo, sem culpa formada, conforme Medina (2007).

etnocentrismo, claramente expresso em Hegel (1963)[94], por exemplo, quando este autor diz que a África não faz parte do mundo histórico e que o desenvolvimento ocorrido na África do Norte, releva do mundo asiático e europeu.

Em termos europeus, neste período, como referido, no que respeita aos Estados Imperiais, a relação de poder entre mais fortes e mais fracos, entre potências pretendentes e potências confirmadas (Almeida, 1990), é frequentemente belicosa, ocorrendo um Ultimato e várias Conferências Internacionais, aqui e ali, em capitais europeias, nomeadamente Bruxelas e Berlim, no sentido de esbater os diferentes interesses em presença. É o que veremos na alínea seguinte, seguida duma outra alínea, ainda neste Capítulo, que tentará olhar e ver a Viagem Imperial do Príncipe Real D. Luís Filipe, como expresso ensaio de afirmação de Portugal no contexto imperial da época – que passa, entre outros, pela oficialização da Exposição do Museu Colonial, em 1907, em Luanda -, Viagem essa feita num período em que ocorriam visitas de seus pares à então África Portuguesa, nomeadamente Príncipes alemães e ingleses, como que mantendo estes, ambos, com visibilidade simbólica, antagonismos e protagonismos imperiais que não abdicam de África, pressionam Portugal e entram em colisão, com fulgor, em 1914, na primeira Guerra Global, em Terra, Mar e Ar.

Vejamos, então:

1 – 1876-1907: Ultimato Britânico e Internacionalização de Exposições e Conferências

Dissemos atrás que os interesses das potências imperiais em África, eram frequentemente não coincidentes, e por vezes antagónicas, chegando a tensões que, neste período, ficam a um passo do conflito armado.

Disto é exemplo a ameaça que o Governo Britânico fez a Portugal, em 1890 – *Ultimatum* ou Ultimato.

Comecemos por reflectir em primeiro lugar, aqui, este acontecimento, dada a importância que este Ultimato tem no âmbito de África e no âmbito do Estado-Nação Imperial e do Regime, em Portugal. Num segundo tempo, abordaremos as várias Conferências Internacionais.

Assim:

[94] Cuja obra teve 1ª edição, em 1837.

1.1 – Abordagem ao Ultimato

Entendemos o Ultimato, em termos de Poder, enquanto relação desigual, como uma ameaça de uso da força ou de afirmação de uma atitude desfavorável, assumida por um Estado, no caso de outro não obedecer a exigências que o primeiro, mais forte, impõe ao segundo, relativamente a interesses seus ou de outros, ao lado de quem o Estado mais forte se posiciona.

O Ultimato ocorreu na vida internacional entre os Povos e foi visto, formalmente, como um recurso não violento de solução de conflitos. Porém, hoje, em termos das Nações Unidas, é entendido textualmente como uma "ameaça à Paz" - Artigo 39 e seguintes - e como uma violação do princípio da igualdade soberana dos Estados - Artigo 1 -, pois traduz uma acção de um Estado forte sobre um Estado mais fraco.

O Ultimato de 1890 tem como causa muito próxima a divulgação, na Europa, do relatório do Bispo anglicano Smithys, em finais de 1889, acusando o Major Alexandre Serpa Pinto, em expedição, de atacar os Macololos, na África Austral, que estavam sob protecção da Grã-Bretanha.

A 18 de Dezembro de 1889, o Governo Britânico, em nota escrita, informa que não admite a "beliscadura" dos seus interesses e exige a demissão dos militares presentes na referida acção de combate, ao que o Ministro Barros Gomes responde como representante dum Estado soberano - a França e a Alemanha conheciam esta postura de afirmação de Portugal, em termos de balança de influências imperiais -, afirmando que não haveria demissões, inclusive porque o ataque à coluna de Serpa Pinto tinha partido dos Macololos. Informava, ainda, Barros Gomes que os interesses britânicos seriam respeitados na região.

Após um breve período de acalmia nas relações, que foi aparente, o Governo Britânico, a 11 de Janeiro de 1890 e pela mão do ministro inglês em Lisboa, G. Petre, apresenta uma nota a Portugal, sob ameaça, exigindo que este retire, militarmente, dos territórios dos Macololos e dos Mashonas. Portugal cede e, caso não tivesse cedido, havia vasos de guerra ingleses fundeados perto, concretamente em Vigo, Galiza, prontos para a acção armada – *manus militari* [95].

[95] Quanto ao Ultimato, é importante ver que a ameaça não era vã. A esquadra de Gibraltar tinha recebido ordem para se dirigir à África Austral. Outra esquadra do Oceano Índico tinha por missão ocupar Moçambique. Portugal era incapaz de travar uma guerra com a poderosa Inglaterra, mesmo que limitada a África. Barros Gomes tentou internacionalizar o diferendo com uma conferência ou com o recurso a uma arbitragem. Mas nem a Alemanha nem a França quiseram, então, intervir no assunto. O governo de Lisboa foi pois obrigado a submeter-se e a ordenar a evacuação dos territórios conquistados (Labourdette, 2003).

Uma enorme vaga de desagravo se levanta, aqui e ali, na Metrópole e no vasto Império. O próprio Rei D. Carlos, jovem e recentíssimo Rei[96], devolve as condecorações, não mandando avançar a Marinha de Guerra, porque a que tínhamos para tão largas águas era mínima comparada com a da então maior potência marítima do mundo. A marinha britânica, fundeada em Vigo, confirmada a cedência de Portugal, abandona a área, e é cancelado o avanço de forças navais britânicas estacionadas no Oriente e projectadas para Moçambique.

Independentemente de haver ou não recursos humanos - éramos poucos para tanto mar e tanta guerra, dizem alguns - e "cabedais" para tomar em mãos todo o território do denominado "Mapa Cor-de-Rosa"[97], em tempo de acentuada industrialização, o que é certo, é que a falência deste projecto, embora tivesse deixado a porta aberta oficialmente à aceitação da delimitação de fronteiras, marcou muito - e não marca ainda, como proclama o Hino Nacional Português? - a alma portuguesa e, neste período que agora tratamos e que vai de 1876-1907, esta temática agiganta-se e impõe-se, daí o relevarmo-la.

Almeida (1921, pp. 11 e 12), passados alguns meses sobre o Ultimato e passado algum tempo sobre o posterior Tratado de delimitações luso-britânico de 20 de Agosto do ano de 1890 - tido como mais agravante do que o próprio Ultimato – deixou-nos, o seguinte escrito de teor etnocêntrico, que tanto zurze nos escoceses como nos ditos indígenas:

> "De 1.200.000 Km2 que antes de 11 de Janeiro contava (para não citar territórios onde a soberania portuguesa jamais levantou dúvidas) a província de Moçambique fica pois reduzida a 740.000 Km2, escolhidos entre os mais magros e menos populosos.
>
> Nos 460.000 Km2 de terras que os ingleses nos roubam – cinco vezes a área de Portugal – escolhidas a dedo por engenheiros e eruditíssimos viajantes, desde muito cedo lançados pelo Governo de Londres, à sondagem do novo império do Centro de África, vão incluídos domínios com ocupação portuguesa secular, e tão solícita quanto o permitiram a distância, e a turbulenta vida das tribos que a habitavam. Entram no roubo muitos dos prazos da coroa que o Marquês de Pombal estatuiu com leis especiais, tendentes a europanizar a colonização daqueles pontos, distritos ou pedaços de distritos, como o de Manica, que há muitos anos têm organização civil e militar bem estabelecida, feitorias e campos que negociantes e agricultores portugueses fundaram e arrotearam a

[96] D. Carlos subiu ao trono a 19 de Outubro de 1889 e foi aclamado Rei a 28 de Dezembro do mesmo ano, tendo então jurado cumprir a Constituição e defender a Religião Católica, Apostólica, Romana.

[97] A Conferência de Berlim termina a 26 de Fevereiro de 1885.

Logo, em 1886, ocorre a celebração de um Convénio com a Alemanha, onde era delimitado o território reivindicado por Portugal, colorido a rosa numa carta geográfica e em anexo, dito Mapa Cor-de-Rosa, e se reconhecia os direitos portugueses a essa região desde que não fossem contestados por uma terceira potência estrangeira.

A França foi igualmente disto informada e também não se oporia ao projecto português de ocupação do território entre Angola e Moçambique.

> preço de sacrifícios; e ossuários de soldados e heróis portugueses, que por simples glória, ou por cobiça, bateram na funesta terra negra, as tribos bárbaras, tanto monta escocesas como indígenas, pondo a bandeira da pátria a tremular nas pirogas dos rios, na crista das montanhas, e nos tectos de colmo das aringas" (Almeida, 1921, pp. 11 e 12).

Quanto a Camacho (1934), considera o Ultimato como o maior vexame que uma Nação forte, como nenhuma outra na Europa, podia infligir a uma Nação fraca, sua aliada e sua amiga, de cujas palavras podemos inferir que estamos perante o argumento iniludível da força da potência confirmada face à potência pretendente.

Assim, levantou-se a Grã-Bretanha contra Portugal, como dito. Não o fez, porém, contra outra potência confirmada, a Alemanha, em 1883 - após a fundação da Sociedade Colonial Alemã, em Berlim, em 1880, a que Bismarck, em 1883, dá poderes discricionários-, nomeadamente quando esta ocupa, em 1884, os então ditos Camarões, o Togo e o litoral entre o delta do Niger e o Gabão, e impondo na África Oriental, o protectorado Alemão em quatro províncias a Oeste de Zanzibar (Camacho, 1934).

Posta esta matéria, passamos à reflexão sobre as Conferências Internacionais.

1.2 – Abordagem à Internacionalização das Exposições e Conferências

O período de 1851-1907 é fértil em acontecimentos marcantes da história de África e marcantes do crescimento oitocentista dos Impérios, como sejam, a realização de Exposições Industriais, a nível Nacional, Internacional e Universal, bem como, a ocorrência de várias Conferências Internacionais, tendentes a solucionar os conflitos derivados da apropriação do Outro e dos bens do Outro, sobretudo extra-europeu.

As referidas Exposições e Conferências Internacionais são grandes palcos onde se "esgrimem" buscas ou fortalecimentos de prestígio e se exibem protagonismos de Poder, no sentido de evidenciar quem mais e melhor pode mostrar e ostentar, com visibilidade, as pretensões dos vários potentados em presença.

Abordaremos adiante, em alíneas e sub-alíneas seguintes, a realização das referidas Exposições e Conferências.

1.2.1 – Abordagem às Exposições Internacionais e Universais

Relativamente às ditas Exposições, agiganta-se como paradigma a realização da Exposição Universal, na Londres Vitoriana, que tinha mais de 17.000 expositores e data de 1851 – Exposição Universal – (**ANEXO 33**) onde, entre outros, ganha dominância a arquitectura do ferro[98] e do vidro, mas que também apresenta inovações menos citadas, como a inauguração de casas de banho públicas em eventos de grande envergadura. E inicia também, por outro lado, os "zoos humanos"[99], em que o humano extra-europeu ganha o estuto de objecto museológico, no que ele tem de mais exótico - os "zoos humanos" na Europa continuarão persistentemente, pelo menos até à Exposição Universal de Bruxelas, em meados do século XX. E, após a referida Exposição de 1851, segue-se-lhe uma outra Exposição, em 1855, em Paris e, logo em 1862, uma outra novamente em Londres. A partir daqui, Londres deixa de organizar Exposições Universais, aproveitando materiais até então apresentados para o lançamento de Museus Industriais e optando por participações em Exposições Universais em Paris, em 1867, 1878, 1889 (**ANEXO 34**) e 1900; em Viena, em 1873, ou em Antuérpia, em 1885, em que a importância das participações britânicas cresce na razão directa em que as secções coloniais ganhavam importância, como referem Santos & Martins (2000).

Portugal, neste âmbito, no convencimento de que as Exposições Internacionais e Universais são um grande palco de Poder, tenta responder e ganhar visibilidade, em 1865[100], no Porto e pioneiramente na Península Ibérica, com a realização da Exposição Industrial* Internacional, sendo que o Porto é também o berço do Palácio de Cristal, cujo lançamento da primeira pedra é feito por D. Pedro V (1837-1861)*. Importará ainda referir que esta Exposição

[98] Esta mesma arquitectura do ferro terá inspirado os costureiros a produzir uma armação leve de aço para suporte do longo saiote, tão comum no traje feminino dessa época. Essa estrutura para a crinolina seria inspirada na forma da cúpula do Palácio de Cristal para a Exposição de 1851, em Londres. A referida estrutura metálica substituiu as crinas do cavalo, entre 1854 e 1856. Durante este periodo, uma só fábrica produziu um total de 90 000 estruturas metálicas (Broby-Johansen, 1968).

Em França, coube à firma Peugeot, a partir de 1854, a produção de crinolinas metálicas por sugestão da Imperatriz Eugénia, mulher do Imperador de França, Napoleão III, de modo a torná-lo mais leve e confortável relativamente ao anterior modelo feito de crinas de cavalo (Souza, 1987; Tavares, 1999).

[99] Nesta temática dos "zoos humanos", a exposição do próprio corpo do extra-europeu, patente ao público nas grandes Exposições, desterrado das suas terras e das suas comunidades, afigura-se como a maior espoliação* do colonizado. E teve início em 1851, como dito, no âmbito das Grandes Exposições Universais, Internacionais ou Nacionais – lugares de gestão de interesses antagónicos entre potências imperiais.

[100] Em 1884, Lisboa tentará ombrear com o Palácio de Cristal, construindo o Pavilhão de Exposições da Tapada da Ajuda, que é também uma arquitectura do ferro.

tem como precursora a Exposição Industrial, que pretendia a promoção da venda de produtos manufacturados em Portugal, realizada em Oeiras, distrito de Lisboa, em 1775-1776, no derradeiro tempo de exercício do Poder do Marquês de Pombal, que tem o seu ocaso em inícios de 1777, logo após a morte do Rei D. José I, a 24 de Fevereiro; tem igualmente como precursora, a Exposição Industrial realizada em Lisboa, em 1840, pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Vinha assim crescendo a convicção de que as grandes Exposições e os produtos coloniais, em bruto ou transformados, mostrados nas referidas secções coloniais das Exposições eram um proveito para os Impérios e davam-lhes prestígio.

Vejamos a partir de agora, como as Conferências Internacionais marcam de uma forma dominante este período anterior ao referido Ultimato de 1890. Elas são bem contextualizadoras desta época de expansão colonial e têm como preocupação os direitos à posse e exploração dos territórios africanos e do que eles contêm, incluindo os homens e as mulheres, razão esta que, de um ou outro modo, está na base da convocação das sucessivas Conferências realizadas na Europa, no último quartel do século XIX.

Assim:

1.2.2 – Conferência Internacional de 1876, em Bruxelas

Teve lugar em Bruxelas a 12 de Setembro de 1876 – e segue, no tempo, à sentença arbitral proferida a 24 de Julho de 1875, pelo Marechal Mac-Mahon, Presidente da República Francesa, que reconhece os direitos portugueses, face à Grã-Bretanha, dos Territórios que vinham sendo disputados por ambos, nomeadamente Lourenço Marques e Territórios envolventes - ditos Delagoa Bay, pelos britânicos. Logo após a sentença arbitral, a 9 de Dezembro de 1876, a povoação de Lourenço Marques, hoje dita Maputo - denominação que recebe do Rio do mesmo nome, o qual nasce na Swazilândia e desagua na baía, antes dita de Lourenço Marques -, foi elevada a Vila e, no ano seguinte, foi elevada a cidade, pelo Rei D. Luís.

Mas, relativamente à Conferência Geográfica de Bruxelas, que vimos tratando, foi convocada por Leopoldo II, Rei da Bélgica. Reuniu participantes de vários países, convidados a reflectir sobre o término da escravatura e, em termos euro e etnocêntricos, a erguer definitivamente a bandeira da civilização na África Central.

Nasceu desta Conferência a Associação Internacional para a Exploração e Civilização da

África Central. Esta será transformada em Associação Internacional Africana, que é o embrião do Congo Belga, ou seja do Estado Livre do Congo, hoje, República do Congo, com capital em Kinshasha. E, nesse mesmo ano, em Lisboa, nasce a Sociedade de Geografia. Neste mesmo ano, ainda, a Rainha Victória é proclamada Imperatriz da Índia.

Tratamos, adiante e pontualmente, a Conferência de Berlim, de enorme importância no que respeita à partilha de África pelos vários Impérios e à proclamação da obrigatoriedade da ocupação efectiva dos territórios pelas diversas potências.

1.2.3 – Conferência e Acto Geral de Berlim de 1884 e 1885

Ocorreram na cidade capital da Alemanha unificada, sendo Otto von Bismarck, chanceler do *Reich** e Presidente do Conselho da Prússia, durante cerca de duas décadas, 1871-1890.

A Conferência e o Acto Geral são actos diplomáticos. Lançam raízes na competição entre potências imperiais europeias rivais e tratam direitos territoriais em África.

Têm como causa próxima o Tratado do Zaire, de 26 de Fevereiro de 1884, em que a Grã-Bretanha reconhecia a soberania portuguesa sobre a foz do Rio Zaire. Contra este Tratado levantam-se a França e a Alemanha. Portugal pretende resolver este diferendo em Conferência Internacional. A Alemanha aproveita a situação, ganha protagonismo e reúne a Conferência, pela mão de Bismarck.

A Conferência de Berlim – ocorreu de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885 e reuniu representantes de 17 Estados – serviu bem as apetências belgas, no Congo, e alemãs, pois, por exemplo, no respeitante à Alemanha, como refere Dias (1926), decorrente da Conferência Colonial de Berlim, logo no ano seguinte, em 1886, é celebrado o Tratado ou Convénio de 1886, entre Portugal e a Alemanha, que permitia a constituição do que viria a ser denominado por *Sudoeste Alemão.* Esta colónia alemã ficava com o limite norte determinado pelo Rio Cunene, desde a foz até à primeira catarata abaixo do Humbe – Catarata do Ruacaná, com uma força aproximada de 17.230 cavalos – e daí por um paralelo até encontrar o Rio Cubango, posto de Cuangar, seguindo este Rio até Andara, Libebe, e daí em linha recta artificial na direcção dos rápidos de Catim, no Zambeze, até cruzar o rio Cuando.

Assim, Portugal, a nível da fronteira sul de Angola, recuava de Cabo Frio para a foz ainda incerta do rio Cunene.

Porém, a interpretação do Tratado não será coincidente. Os alemães armam-se e facilitam armas alemãs e munições, nomeadamente aos Cuanhama. E ocorrem, ao longo dos anos, vários combates e incursões que tornam periclitante a ocupação efectiva, naquela área, por parte de Portugal.

Em 1904, por exemplo, a coluna comandada pelo Major Aguiar, passa o Cunene para a conquista do Cuamato e Cuanhama. É derrotada no Vau do Pembe e deixa 300 mortos. A coluna retira, deixando uma vasta mancha de território sem ocupação efectiva e, assim, sem cumprimento do exigido na Conferência de Berlim.

Logo em 1906, o Capitão Alves Roçadas atravessa o Cunene e constrói o Forte Roçadas[101]. Em 1907, o mesmo Capitão, após iniciar a marcha vitoriosa através do Cuamato, só atinge a embala do Cuamato Grande a 4 de Outubro de 1907 – um pouco mais do que uma semana antes do Festival Marítimo de Cascais, reflectido no capítulo anterior, pelo que esta acção de poder simbólico, cremos, não quer falar só para dentro do País: quer falar também lá para fora.

Em 1909, no crepúsculo da Monarquia, são ocupados o Evale e o Baixo-Cubango. E depois, já com a República e em período de Guerra Mundial, será o morticínio de Cuangar, o desastre de Naulila e, no ano seguinte, em 1915, ocorrerá o avanço duma coluna, sob comando directo dum General, Pereira d' Eça, que, após duros confrontos e penosas marchas, ocupará efectivamente o terreno, o que contraria, entre outros, os interesses de outras potências com presença na área.

Porém, ainda em termos dos Impérios europeus, os reiterados combates na área, sucedem no tempo à Conferência de Berlim de 1885, cujos efeitos continuam muito para além desta data e não tem só reflexos no sul de Angola e no Sudoeste Alemão. A Conferência de Berlim viria a ter muitas outras consequências, como, por exemplo o reconhecimento de que a África Equatorial era livre para todo o comércio europeu.

O último quartel do século XIX foi um tempo de arrumo do xadrês dos Impérios, em África, com o rei, a rainha, o bispo, as torres, os cavalos e os peões, estes sempre representados pelos africanos, que até na morte são "peões", como o foram os "enforcados de Naulila", soldados landins de Infantaria Portuguesa, que tiveram a menos nobilitante das mortes, na

[101] A prática de nomear os fortes construídos, na acção de ocupação, continuou na República, como por exemplo, com o Forte Almeida, no Cuito-Cuanavale, referente a António José de Almeida, tribuno republicano. Apresentava o forte 20 por 20 metros e tinha paliçadas de revestimento de parapeitos, fosso, observatório, alojamentos, prisão e casa da guarda (Dias, 1957).

derrota, em meio militar – o enforcamento -, como trata Dias (1926). Era, como dito, de forma crescente, um tempo de apropriação dos colonizados e dos seus bens, sobretudo em África.

A Conferência de Berlim deixa como que sugerida a criação de grandes áreas, em blocos, nas mãos das várias potências europeias, mais ou menos fortes e de línguas diferentes que, de um modo geral, foram adoptadas como Línguas Oficiais dos Novos Estados Africanos Independentes - à excepção dos territórios que estiveram ocupados pela Alemanha até 1918 -, como seja:

- África Central, cuja denominação abrangia as Rodésias – hoje ditas Zâmbia e Zimbabwe – e a Niassalândia, hoje dita Malawi;
- África Equatorial Francesa, denominação que abrangia o Gabão, o Congo, o Ubaugui-Chari, a República Centro Africana - e o Chade;
- África Oriental Alemã, formada em 1884/1885, tempo em que ocorre a Conferência de Berlim, compreendendo os territórios entre o Oceano Índico e os Lagos Victória e Tanganhica;
- África Meridional Inglesa, formada pelos territórios da Companhia Inglesa da África do Sul, fundada a 15 de Outubro de 1889, em Londres, isto é cerca de três meses antes do Ultimato britânico a Portugal, o que sugere mostrar bem a celeridade da "corrida" aos territórios africanos pelas Potências Imperiais;
- África Ocidental Alemã, que foi entregue à Alemanha pela Sociedade Colonial Alemã, em 1892, e estendia-se do Sul de Angola, ao longo do Atlântico, ao Norte da antiga Província do Cabo e a Oeste da Bechuanalândia, hoje dita Botswana;
- África Ocidental Francesa que, a partir de 1895, é formada pelo Senegal, Mauritânia, Sudão, Alto Volta, hoje dito Burkina Faso, Niger, Guiné Francesa, hoje dita Guiné-Conacri, Costa do Marfim e Daomé, hoje dito República do Benim;
- África Oriental Inglesa, abrangendo os territórios do Uganda e do Quénia;
- África Ocidental, Oriental e Insular Portuguesa eram mantidas, em significativa parte - embora, por exemplo, limitada ao riquíssimo Enclave de Cabinda, na margem direita do Rio Zaire -, apesar dos direitos históricos proclamados pelos Portugueses, que foram suplantados pela obrigatoriedade da ocupação efectiva.

Após termos feito a presente abordagem à Conferência de Berlim e às suas consequências,

nomeadamente no que respeita à obrigatoriedade da ocupação efectiva dos territórios, em África, pelos diferentes Impérios europeus, o que é bem contextualizador do objecto do nosso presente estudo, reflectiremos agora a Conferência Antiesclavagista de Bruxelas, reunida em 1889 e 1890.

1.2.4 – Conferência Antiesclavagista de Bruxelas, 1889-1890

É, igualmente, uma Reunião Internacional. Reúne a convite do governo belga e nela tomam parte as potências presentes na Conferência de Berlim e o Estado Independente do Congo. Pretende pôr fim ao tráfego dos escravos africanos, proteger as populações aborígenes de África e assegurar a este enorme continente os benefícios da paz e da civilização.

Tem início em Novembro de 1889, após um escasso mês da fundação da Companhia Inglesa da África do Sul, em Londres, como dito na alínea anterior e a cerca de 3 meses do Ultimato Britânico a Portugal, o que pode sugerir movimentos diplomáticos intensos.

É interrompida pela ocorrência do Ultimato e recomeça a 27 de Janeiro de 1890. Termina a 2 de Julho de 1890, com a assinatura de uma declaração sobre o regime aduaneiro na Bacia do Zaire e assinatura do Acto Geral, que tratava a repressão do tráfico da escravatura.

Foram plenipotenciários nesta Conferência, em representação de Portugal, Henrique Macedo e Augusto de Castilho – que deu nome ao navio de pesca, transformado em caça-minas e que em acção de comboiamento de navios não militares, nos Mares dos Açores, em 1918, foi afundado pelo submarino alemão U-139, de que resultou a morte de parte da tripulação, incluindo o seu comandante, Carvalho Araújo*.

A Conferência Antiesclavagista, que vimos tratando, terminou cerca de dois anos após a encíclica do Papa Leão XIII, dirigida aos bispos brasileiros, em Maio de 1888. A Conferência sucede no tempo, também, à campanha do Cardeal Charles Lavigerie, indigitado pelo citado Papa para a condução da acção antiesclavagista da Igreja, em África.

Porém, a convocação desta Conferência pode não assentar só em remotos ou próximos motivos filantrópicos e humanistas, que poderão ter havido. E é neste sentido que Gastão Souza Dias*, historiador de diversa temática angolana, trata a ocupação militar em Angola, nas últimas décadas do século XIX e duas primeiras décadas do século XX, nos diz como estudioso e certamente como militar, Oficial com o Curso de Estado-Maior e combatente na Primeira Grande Guerra, na Flandres, aqui colocado em Artilharia Pesada, que cinco anos após a Conferência de

Berlim de 1885, a Alemanha, em Julho de 1890, em Bruxelas, se havia apresentado com o humanitário propósito de combater a escravatura e o alcoolismo, e com isto conseguiu obter uma região africana de 322.350 milhas quadradas, a marcar em zona ainda não ocupada por europeus. O limite norte desta zona fixou-o a Alemanha em Dezembro de 1886, com os nossos estadistas, sendo que fez recuar a nossa fronteira sul, do Cabo Frio para a foz ainda incerta do Rio Cunene (Dias, 1926). Continua Dias (1926), dizendo que desse modo se constituiu o *Sudoeste Alemão*, sendo que, ainda assim, a Alemanha, como dito neste trabalho, com diferente interpretação do Tratado de 1886, tentou, a partir daqui, mais alargados territórios.

Convirá, porém, colocar este ano de 1890 – em que decorrem os trabalhos já iniciados em 1889, relativos à Conferência Antiesclavagista que vimos abordando – em termos políticos, num sentido mais amplo. É que 1890 é o ano em que o Kaiser Guilherme II, militarista, afasta o chanceler Otto von Bismark – o chanceler de sempre, de seu avô, o Kaiser Guilherme I.

Em 1890, o Kaiser Guilherme II, coroado em 1888, inicia a sua política, dita *Neue Kurs* - *Novo Rumo* -, agora de mais forte germanicidade[102,103,104], e com isto lança um vasto plano de expansão comercial; de expansão colonial - o referido Sudoeste Alemão e os reiterados combates no Cunene podem ser uma expressão desse intento; de expansão marítima, nomeadamente a nível da Marinha Mercante e a nível da Marinha de Guerra[105], de superfície, e da outra, submersível,

[102] A afirmação de *germanicidade*, entre outros aspectos, ganha também sentido, na capacidade de realização a nível industrial, nomeadamente no que respeita ao armamento Krupp, que tem grande relevo na Guerra franco-prussiana de 1870, bem como depois, na Primeira Grande Guerra e na Segunda Grande Guerra.

Mas antes, já Alfred Krupp havia ganho uma medalha de ouro na Exposição Industrial do Arsenal de Berlim, em 1844; já havia ganho uma medalha de bronze na Exposição de Londres, em 1851; já havia participado na Exposição Industrial de Munique, em 1854, onde consegue as primeiras encomendas dos Caminhos-de-ferro do Estado; já havia participado, por exemplo, com material da fábrica de Essen, em 1867, na Exposição Universal de Paris, tendo mostrado aqui um canhão de 50 toneladas, que media 5,40 metros (Aimone & Olmo, 1993). No âmbito desta temática, a um escasso ano antes do início da Primeira Grande Guerra, Lawrence (2016) reflectia a alma germânica, dizendo esta estar assistida de *grossenwhan*, ou seja, de megalomania.

[103] Richard Wagner é um referente da *germanicidade*, modelo identitário germânico que, entre outras composições, afirma na sua já referida *Kaisermarch*, composta em 1871, após a vitória dos alemães sobre os franceses em 1870 e a proclamação do Kaiser Guilherme I como Imperador do Império Alemão unificado. A referida marcha em honra do Imperador termina com o coro proferindo: *Heil, Heil dem Keiser! Konig Wilhelm! Alles Deutschen Hort und Freiheitswehr!*

Wagner foi influenciado, entre outros, por Karl Maria von Weber (1786-1826), autor do musculado "Coro dos Lenhadores", da sua ópera *Der Freischutz*, sendo que tal, muito pontualmente, sugere que a construção da *germanicidade* é um processo longo.

[104] Já antes, Ewald von Kleist (1715-1759) havia escrito a popular *Ode ao Exército Prussiano*, que contém a seguinte passagem: "os heróis do futuro narrarão a tua glória: eles preferir-te-ão às legiões romanas, e o teu rei, Frederico, a César" (Hampson, 1973).

[105] Foi-se tornando muito forte o poderio naval da Alemanha, promovido pela vontade férrea de Von Tirpitz, o que leva a negociações várias entre a Alemanha e a Inglaterra, esta muito preocupada com esse facto, o que culmina na realização da Conferência de Haia, em 1907, sem que se tivesse chegado a acordo sobre a limitação de armamentos.

dita Arma de supresa, sobretudo ofensiva, que terá uma enorme importância na Primeira Grande Guerra, como refere Oliveira (1941). Cresce o desenvolvimento da indústria química, metalúrgica e carbonífera, o que contribui muito para que o Exército e a Marinha se transformem numa poderosa máquina de guerra, capaz de dar suporte a uma agressiva *Weltpolitik*.

No respeitante à Bélgica e no seguimento da Conferência de Berlim de 1885, que erege o Congo em Estado Independente, sob a soberania de Leopoldo II (1865-1909), que o doará à Bélgica, em 1908, ela vê solidificar as suas posições nesta Conferência Antiesclavagista de 1889-1890. O Museu de Tervuren[106] ou Museu Real da África Central, criado por ocasião da Exposição Universal de Bruxelas, em 1897, cuja secção Colonial teve lugar em Tervuren, é muito um paradigma dessa solidificação. Estamos face a um Museu do Rei – do Rei dos Belgas – um Museu da solidificação dos interesses belgas no Congo, como pudemos ver em visita ao local. No entanto, ainda em 1926, havia a necessidade de celebrar um Convénio entre a Bélgica e Portugal, para esbater dificuldades de fronteira e de comunicações entre o Congo Belga e Angola.

Voltando à Conferência Antiesclavagista de Bruxelas, convirá reflectir, a cada caso, se o referido filantropismo poderá ser aproveitado por diferentes formas de utilitarismo, relativamente ao trabalho e aos bens do africano.

Posto isto, relativamente à realização de Exposições e de Conferências Internacionais, em tempo de expansão Colonial, prosseguimos a nossa análise, agora mais especificamente centrados na Viagem Imperial do Príncipe D. Luís Filipe, tão intimamente ligada ao Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda.

Neste mesmo ano é encomendado o primeiro submarino português, que será construído em Itália, nos estaleiros de La Spezia, Génova, e só chegará a Lisboa em 1913 – *o Espadarte*.

[106] O Guia deste Museu mostra-o ainda hoje em texto e em imagem (De Meersman & Vangroenweghe, 1992).

CAPÍTULO VII

CAPÍTULO VII – VIAGEM IMPERIAL DE 1907 OU UM BRAGANÇA ENTRE SEUS PARES EM ÁFRICA

O Príncipe Real D. Luís Filipe vai e está em África, em 1907. Com ele estão elementos da mais alta estirpe nobiliárquica da Europa. Foram antes, depois ou estão lá, simultâneamente com D. Luís Filipe.

E é assim que o Príncipe Alberto, filho do Rei Leopoldo II da Bélgica, visita o Congo; que o Duque de Kent, visita África, vindo de Londres, sempre zelosa dos seus interesses; que o Príncipe Henrique da Prússia está na África Oriental e se cruza, em simultâneo, com D. Luís Filipe, Príncipe Real de Portugal, sondando eventualmente formas de afirmação da *Weltpolitik*[107] alemã, vivendo um período de *Neue Kurs* - Novo Rumo -, como dito no Capítulo anterior; que um outro alemão, o Duque Adolf Friedrich de Mecklemburg, recebe o subsídio de 60.000 marcos para a sua expedição científica à África Oriental (Anónimo, 1908a).

A referida alta nobreza, enquanto símbolo de poder, afirma e representa em África os seus diferentes Impérios. E D. Luís Filipe – um Bragança – está lá entre os seus Pares. E já no pós-Príncipe Real, em 1909, ainda num possível contexto de ganhar visibilidade, a Duquesa d' Aosta, Helena de Orleães, irmã da Rainha D. Amélia, a convite da Companhia de Moçambique, participa numa caçada, no Buzi, armada de invulgar espingarda com mira telescópica, a que a imprensa da época dá voz em texto e em imagem (Miranda, 1910).

Importará agora, cremos, em termos de contextualização da época e do lugar, relativamente ao nosso Estudo de Caso, fazer uma abordagem à figura do Príncipe Real D. Luís Filipe e, num segundo tempo, ou seja, na alínea seguinte, fazer uma abordagem à Viagem Imperial do Príncipe Real, tão indissoluvelmente ligada ao Museu Colonial de 1907, em Luanda, que abordaremos, depois, em Capítulo seguinte.

Continuamos, assim, o presente trabalho.

[107] *Weltpolitik,* ou política mundial, foi a política externa adoptada pelo Kaiser Guilherme II da Alemanha, a partir de 1890, que marcou uma ruptura decisiva com a *Realpolitik* do ex-chanceler Otto von Bismarck. O objetivo da *Weltpolitik* era transformar a Alemanha numa potência mundial através da diplomacia agressiva, da aquisição de colónias ultramarinas, do apetrechamento de uma forte Marinha de Guerra e de uma grande Marinha Mercante.

1 - Quem foi o Príncipe Real D. Luís Filipe?

Foi o filho primogénito do Rei D. Carlos I e da Rainha D. Amélia de Orléans e Bragança, filha dos Condes de Paris, pretendentes ao trono de França. Nasceu a 21 de Março de 1887[108] e pereceu com seu pai, a quem sobreviveu breves momentos no atentado regicida de 1 de Fevereiro de 1908. Diz a Grande Enclipodédia Luso-Brasileira de Cultura, Vol. XII, que o Príncipe foi jurado Príncipe Herdeiro em 1901 e que entrou para o Conselho de Estado, a 13 de Abril de 1906. Ficou Regente do Reino durante a viagem de seus pais a Espanha, de 11 a 16 de Março de 1906. Foi acompanhado pelo Ministro de Marinha e Ultramar, Ayres de Ornelas, de 1 de Julho de 1907 a 28 de Setembro de 1907 em visita a S. Tomé, Angola, Moçambique, África do Sul e Cabo Verde. Foi alistado como Guarda-Marinha, em 1904.

Era Sax-Coburg Gotha por parte do seu bisavô o Rei D. Fernando II que, entre vários aspectos, marcou muito positivamente o panorama artístico do País[109]. Por via deste bisavô o Príncipe era aparentado com as realezas da Alemanha e do Reino Unido - o que não impediu o Ultimato, em 1890. Era, por sua avó paterna, sobrinho do Rei Humberto de Itália, assassinado em 1900, e bisneto de Victor Emanuel II de Itália. Descendia por sua mãe, do seu homónimo, Rei D. Luís Filipe I de França.

Sabemos, por importante acaso, que fez a primeira comunhão em 28 de Maio de 1889, na capela do Palácio de Queluz[110] (Beirão, 1957). O cartão, ou seja a pagela comemorativa desta comunhão, é de papel pergaminhado, de 125 x 78 mm, exibindo no verso, motivos florísticos, um cálice, hóstia resplandecente e os seguintes dizeres, em letra desenhada: "Aquele que descansou hoje no meu coração será também quem me há-de fortificar e iluminar no caminho da vida" (**ANEXO 11**). No reverso, em letra finamente desenhada, o cartão diz: "Lembrança da 1ª comunhão do Príncipe Real D. Luís Filipe, 28 de Maio de 1899" (**ANEXO 12**). E este cartão chega-nos às mãos através de Luís Filipe Neves, e por intermédio de Cadima Ribeiro, baptizado na Capela do referido Palácio, em 1930, possivelmente por especial deferência do oficiante, dado a sua avó ser originária da pequena nobreza de Trás-os-Montes e seu avô ser Comandante dos

[108] Conforme registo de nascimento citado por Vicente & Vicente (1998, p. 11). Foi saudado com salvas a partir das praças de S. Julião da Barra e do Bom Sucesso.
[109] Entre outras actividades foi um conceituado gravador, tendo estado muitos dos seus trabalhos de àguas-fortes em Exposição Temporária no Palácio da Pena, em 1947 (Lucena, 1947).
[110] Embora em carta do Rei D. Carlos ao Ministro José Luciano de Castro, de 23 de Maio de 1899, seja indicado que esta 1ª Comunhão seria feita na Capela do Real Paço das Necessidades (Cabral, 1922, p. 218).

Bombeiros de Queluz.

É-nos claro que um tão pequeno documento, assume aqui uma dimensão simbólica que importa realçar, pois trata-se da comunhão dum menino de 12 anos que, segundo o então instituído, viria a ser, perante a Santa Sé e o Mundo, Fidelíssimo[111] Rei de Portugal – a quem caberia, entre outras funções, nomear e apresentar os Bispos. Atente-se que a primeira comunhão, nesta época, ocorria por norma, por volta dos 12 anos de idade, conforme Corbain (2008). Neste caso concreto, o ritual da comunhão - que seguiu o baptismo, celebrado a 14 de Abril de 1887, na Capela do Paço da Ajuda (Vicente & Vicente, p. 11) - do Príncipe Real era como que uma balização simbólica do caminho que o haveria de levar ao trono.

Em 1891 acompanha os pais na Viagem da Família Real ao Norte de Portugal.

Em sua homenagem, por Decreto de 21 de Março de 1892, data do aniversário do Príncipe Real D. Luís Filipe, o Regimento de Infantaria 18 passou a designar-se Regimento de Infantaria 18 do Príncipe Real.

O Príncipe Real foi nomeado Comandante Honorário do Batalhão de Alunos do Real Colégio Militar, a 21 de Março de 1893, dia em que completou 6 anos, sendo que é apresentado em uniforme do Real Colégio Militar (**APÊNDICE 13**).

Foi Vice-Comodoro do Real Club Naval de Lisboa.

A 1 de Maio de 1906, o Príncipe Real foi promovido ao posto de Tenente Honorário do Regimento de Cavalaria nº 2, também dito Lanceiros de El-Rei, conforme Branco (2003). Entre outras capacidades, o Príncipe Real era considerado bom atirador. Caçava em Portugal e caçou em Angola[112].

Teve como aio ou perceptor, desde 1898[113], Mouzinho de Albuquerque, que o acompanhou, em Outubro de 1901, em visita oficial ao Norte de Portugal. No manejo de armas - manejava bem a espada - foi discípulo de António Pinto Martins, também Mestre de Armas do Rei D. Carlos e do seu irmão, futuro Rei. Teve como perceptores o Visconde de Asseca e o austríaco Franz Kerausch - inclusive, seu professor de alemão.

[111] O Papa Bento XIV concede a D. João V e aos seus sucessores, a 23 de Dezembro de 1748, o título de Fidelíssimo, igualando-os em termos religiosos ao Rei de França, dito Cristianíssimo, e ao Rei de Espanha, dito Catolissíssimo. Este título é importante no que respeita ao Poder Brigantino face aos seus Pares, em tempo do Portugal Restaurado.

[112] Do imenso espólio trazido por Gomes de Sousa, de Luanda para Lisboa, conforme entrevista a Virgílio de Souza, de 19/03/2013, existe na sua colecção particular um dente de marfim com uma coroa insculpida, que poderá eventualmente remeter para algum abate feito pelo Príncipe Real ou para a homenagem de algum caçador, com maior probabilidade desta última.

[113] Cuja investidura ocorreu numa breve cerimónia no Paço de Cascais (Castro, 2008).

Era membro da Ordem da Jarreteira e deslocou-se a Londres para assistir ao casamento de Eduardo VII. Era bom atirador e fazia fotografia, como teve oportunidade de mostrar bem, fotografando na Costa Oriental, aquando da sua Visita, os combatentes da Coluna dos Namarrais, entre os quais Gomes da Costa e Ayres de Ornelas. E também aqui, no que a fotografia poderá ser agora entendida como coisa simples, ela assume, então, em termos simbólicos a dimensão do nobilitante e do prestigiante. E é tanto assim, que Milza (1995) sente como pertinente destacar que o Sultão Mulu Abd depois de suceder a seu pai, em 1894, gostava de andar de bicicleta nos jardins do Palácio, de jogar bilhar e de fotografar.

O Príncipe Real D. Luís Filipe, para além de ter recebido ensinamentos de fotografia, falava "quatro ou cinco línguas", como pontua Ortigão (2001). O Príncipe desenhava, como o faziam o seu pai e a sua mãe, sendo dele conhecido, no mínimo, um desenho da Torre de Belém – um emblema da Identidade Nacional – enviado a uma sua aia, conforme informação oral do bibliófilo Américo Francisco Marques e a que não podemos ter acesso por já ter sido vendido. No que respeita à música, sabemos que frequentava o Teatro de S. Carlos, em companhia de seus pais ou em sua substituição, como ocorreu em Abril de 1906, quando o maestro, organista e compositor Camile Saint- Saëns visitou e actuou em Lisboa, conforme texto de Cranmer (2002).

O Príncipe Real ficou para a posterioridade, sobretudo pela Viagem que fez a África, e também esta viagem tenciona ser mais do que o mero acto de visitar. Ela é, seguramente, uma iniciação do Príncipe ao Grande Mar, que o poeta viria a chamar "nosso" e "português", onde, como veremos adiante, não faltou a vaga alta, exercícios de salvamento a bordo, homem ao mar e sua busca e salvamento, morte a bordo e lançamento de cadáver à água.

Foi jurado Príncipe Herdeiro, em Cortes, no dia 20 de Março de 1901, fazendo 14 anos no dia seguinte.

Como dito, foi o filho primogénito do Rei D. Carlos e, como tal, foi o 8º Príncipe da Beira, desde o nascimento do título, em 1807, até à morte do seu avô, Rei D. Luís I, em 1889.

Foi pretexto para que, em 1887, em sua honra e relativamente à recente outorga do seu título de Príncipe da Beira, fosse dado o nome de Beira ao recém-criado Posto, sob comando de Oficial, na margem esquerda do rio Aruângua, também dito Banqué ou Púngoe, em Moçambique.

Foi instruendo de Mouzinho de Albuquerque, combatente em Moçambique; elemento do Estado-Maior da Arma de Cavalaria; Ajudante-de-Campo honorário e, depois, efectivo do Rei D. Carlos; militar bastante medalhado em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente pela Prússia e

pelo Reino Unido, com direito a tratamento de *Sir*.

Em plena Visita Imperial, ao tempo do Governador-Geral de Moçambique, General Alfredo Freire de Andrade, foi pretexto para a elevação do burgo da Beira ao estatuto de cidade, conforme Decreto de 29 de Junho publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique (1907b, p. 341), que diz: "atendendo à excepcional importância da sua posição e manifesto valor de movimento do seu porto e do tráfego do caminho-de-ferro e em comemoração da visita de sua Alteza Real o Príncipe Real, a Beira é elevada à categoria de cidade". Igualmente, foi pretexto, em 1907, para o lançamento da primeira pedra do Palácio da Cidade, em Lourenço Marques, a que assiste. Ainda, na costa oriental de África, lança a primeira pedra para os alicerces dos pilares da grande ponte que irá ser construída, junto ao rio Umbeluzi; lança a primeira pedra do Instituto Goano, em Lourenço Marques, no que foi muito aclamado pela colónia indiana e lança a primeira pedra do Monumento a António Eanes; lança a primeira pedra do edifício do tribunal e inaugura o edifício da Escola de Artes e Ofícios, na Beira; também inaugura a Associação Agrícola e Industrial, instituída para comemorar a Visita do Principe (J. P. S., 1907b). Já no retorno da Viagem, em Moçamedes, Angola, é pretexto para que esta então Vila passasse a ter estatuto de Cidade (J. P. S., 1907c).

Dum modo significativo, Santos (1907c) refere que esta Viagem do Príncipe foi antecedida da de um outro Príncipe, seu avô, como comandante de uma corveta. Interroga-se ainda se a segunda visita de um Príncipe às Colónias, não marcará também, por feliz coincidência, o ressurgir do génio colonizador português para a organização dum futuro e grande império colonial.

Diz ainda o autor que a Visita não teve, na então metrópole, um bom acolhimento por parte de todos, dado que os partidos monárquicos abstiveram-se de se fazer representar como protesto contra a conservação do actual governo no poder. Também a Sociedade de Geografia não se apresentou - embora tenha comparecido, a 13 de Outubro de 1907, no Festival Marítimo, em Cascais.

O Príncipe, seguindo o autor que vimos citando, ao regresso, na recepção, teve o quase silêncio, e dirigiu-se depois a Cascais, onde estavam os pais.

Ayres de Ornelas, quando era Lugar-Tenente do exilado Rei D. Manuel II, chamou-lhe, Príncipe Colonial (Ornelas, 1928). O Museu de Marinha dedica-lhe atenção em Exposição Permanente exibindo a sua mesa de trabalho, propositadamente executada para a Viagem do

Príncipe a África, no vapor *África*.

O assassinado Príncipe Real D. Luís Filipe, a 1 de Fevereiro de 1908, teve solenes exéquias com o seu pai, a 8 de Fevereiro, que duraram mais de 6 horas e em que foi executado o Hino Monárquico e o *Requiem* de Wolfgang Amadeus Mozart. Os funerais saíram da capela do Palácio Real da Ajuda para o Convento de S. Vicente de Fora, emoldurados, como é bem visível nas 134 fotos dedicadas ao Príncipe, existentes no acervo do Arquivo Fotográfico Municipal, em Lisboa, pela presença de muito povo, crianças do Asilo da Ajuda, militares uniformizados, dignatários das embaixadas creditadas na capital, familiares dos falecidos e outros. O cavalo do Príncipe seguia no cortejo, ajaezado a preto, a todo o corpo, e sem cavaleiro, o que acentuava a dimensão da visibilidade do luto[114].

No funeral, entendido como lugar de sociabilidades, o que se terá tratado entre as potências europeias? Quem ganhava a quem no respeitante às visibilidades dos lutos, a entender como "espectáculo" e "espectáculo" a entender como forma de poder? Que alianças se terão reforçado? Que antagonismos de interesses se terão avolumado, nomeadamente, no respeitante à partilha da então África Portuguesa? Quanto a isto, parecia ser peremptório o enviado do jornal *Times*, Robert Wilton (Castro, 1941, p. 254), dizendo, aquando do funeral do Monarca, que "iam no caixão do Rei D. Carlos, as colónias de Portugal", o que aliás não veio a confirmar-se, possivelmente e em parte grande, por ter ocorrido a Grande Guerra, sem esquecimento da acção da diplomacia e dos militares portugueses.

A morte do Príncipe Real e de seu pai, tiveram igualmente no Ultramar, concretamente em Luanda, uma pesada visibilidade de luto, como determinado em Boletim Oficial do Governo-Geral da Província d' Angola (1908a), pelo então Governador-geral Henrique Mitchel Paiva

[114] A encenação do luto, ao pormenor, na Dinastia dos Bragança, não era só deste particular momento. Por exemplo, as exéquias do Rei D. Luís I, saindo do Paço da Cidadela de Cascais para Lisboa, foram muito longas.

Quanto à morte da Rainha D. Maria I, refere-se que Debret, no Rio de Janeiro, ficou perplexo com as paredes caiadas de branco, que ficaram cobertas durante o período de luto, por enormes panejamentos negros. Também a Artilharia acentuou o luto, com o disparo cadenciado de todos os canhões, de dez em dez minutos, sendo notórios os estrondos e o fumo intenso.

No que respeita ao coche funerário, foi puxado por quatro parelhas de machos. Partiu do Paço, seguiu pela Rua Direita dos Pescadores, entrou na Rua da Quitanda, voltou para a Rua do Ouvidor e seguiu pela Rua dos Ourives, até chegar à Igreja do Convento da Ajuda. Aqui, foi feita a encomendação do corpo da defunta Rainha e, após isto, soou a salva de 21 tiros que deu por terminada a cerimónia fúnebre (Boléo, 2009).

Se aceitarmos que o uso do cavalo é mais nobilitante que o do macho, podemos inferir que a Corte dos Bragança, ao tempo da morte da Rainha Dona Maria I, ao usar o macho no funeral, como dito, não escolheu ou não tinha o animal mais nobilitante. Porém, antes do embarque da Família Real para o Brasil e antes das três sangrentas Invasões Francesas de 1807, 1808 e 1810, a Casa Real portuguesa era sem par; não havia menos de 4.000 machos e 2000 cavalos nas cavalariças reais (Beckford, citado por Souza, 1933).

Couceiro. O luto manifestou-se, entre outros, na bandeira, nos uniformes e fumos dos militares, na cobertura dos punhos das espadas dos oficiais e no ribombar espaçado da Artilharia da Fortaleza de S. Miguel - a mesma que pouco antes anunciava o sufrágio da alma do Rei D. Luís I, falecido em 1889, a chegada dos vencedores do Cuamato, a manhã do dia de Natal -, como que afirmando a continuidade do Regime, mas, ao fazê-lo de um modo tão excessivamente marcado, como que anunciava o fim de um tempo, a que se seguiria um outro tempo, "composto de mudança".

Paiva Couceiro, Condesso de Paraty, cujo título nunca usou, que havia sido empenhado anfitrião do Príncipe, em Luanda, partidário activo da ocupação e do lançamento de vias de comunicação em Angola - neste e noutros aspectos terá continuadores, nomeadamente, em Norton de Matos -, na qualidade de Governador, implementou, aquando das solenes exéquias do Rei e do seu filho primogénito, jurado herdeiro, um cerimonial pesado de simbolismo, como dito atrás. Assim, atente-se de novo nos uniformes e no armamento de aparato – a Artilharia e os disparos, por exemplo – que aqui devem ser entendidos como eminentes símbolos de poder, dando moldura ao que Neto (1964) denomina, no respeitante a Paiva Couceiro, de política intervencionista para uma ocupação efectiva, que não se limitaria à cobrança de impostos no litoral, e aceleraria o processo integrador. Os disparos de Artilharia, em Luanda, ao tempo de Paiva Couceiro, sugerem querer ter impacto simbólico ao nível do Poder e lembram-nos, assim, de algum modo, o lema com que Luís XIV mandava marcar as peças de Artilharia da França: *ultima ratio regnum.*

As exéquias do Rei e do Príncipe, em Luanda - como em Lisboa[115] -, foram um sinal de luto e foram espectáculo e pretexto de afirmação do Poder, através de símbolos, à semelhança do que refere Areia (1983), relativamente à sociedade tradicional, que o poder não pode existir nem manter-se sem símbolos.

Este convencimento, terá levado a que o Príncipe Real D. Luís Filipe fosse assassinado por opositores à Monarquia, pouco antes de completar os 21 anos. Ortigão (2001) refere-se-lhe como D. Luís II, de cognome o Príncipe Africano.

Deixamos, ainda, nesta alínea, uma palavra sobre o contexto da vida nacional em que

[115] Como na Catedral de S. Paulo, no Brasil, a 28 de Fevereiro de 1908 e na cidade de Pomba, Minas Gerais (Anónimo, 1908b). Foram também celebradas solenes exéquias, em Roma, na Sala de Beatificações e na Igreja do Instituto Português de Santo António, o que já havia ocorrido com as exéquias dos seus antepassados da Dinastia dos Bragança, sendo que as de D. João V tiveram uma enorme pompa e visibilidade, conforme Cardoso (2001).

ocorre a visita do Príncipe.

O Príncipe Real navegou para África durante o governo de João Franco, apoiado pelo Rei D. Carlos e referido como "ditadura de João Franco", governo esse que ficou conhecido por "Concentração Liberal"[116]. De entre os apoiantes do Partido de João Franco, reconhecemos alguns que serão peças muito importantes na Viagem Imperial do Príncipe Real, como sejam Aires de Ornelas, Ministro de Marinha, Paiva Couceiro, Governador de Angola, e Alfredo Freire de Andrade[117], Governador de Moçambique.

O jovem Príncipe Real, abatido na carruagem logo depois do seu pai, erguido e em jeito de sacar a sua arma, que chegou a disparar como defesa[118], não veria a próxima página do tempo político que se seguiria e que traria a marca da Monarquia Nova, de seu irmão D. Manuel II - onde o Marquês de Sá da Bandeira ganha algo da dimensão do mito, como que num retorno aos vigorosos princípios, que aqui são os da Monarquia Liberal, o que é visível, por exemplo, em textos publicados no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa e pela inauguração do busto do Marquês, na mesma Sociedade de Geografia de Lisboa, esculpido e oferecido pela Duquesa de Palmela, em 1909, o qual se encontra exposto à entrada da Biblioteca. Mas este não é o tempo do Príncipe Real D. Luís Filipe – já é o tempo dos rituais do luto dos que choraram a sua perda como símbolo de permanência do Regime ou dos que choraram a morte dos regicidas[119]. É também já o tempo dos que se alegraram com a sua morte porque a República ficava mais próxima.

Por fim, ainda uma palavra sobre o Príncipe Real. Como referente simbólico e como pretexto, para além da referida denominação de Cidade da Beira, deu nome ao Posto

[116] A este período dedica atenção Serrão (1988), e entre outra matéria, diz-nos que outro valioso trunfo para João Franco foi o das adesões em massa que o seu Partido ia recebendo. Assim, figuras de realce na vida nacional, no exército, na magistratura, na universidade e nas profissões liberais, vinham trazer-lhe um apoio caloroso, confiante no êxito da sua escolha iminente. Estava ali o verdadeiro escol da vida política, militar e intelectual: heróis de África, como Henrique Paiva Couceiro, Aires de Ornelas, João de Almeida, Mascarenhas Gaivão, Alfredo Freire de Andrade, Eduardo da Costa, Guilherme de Ivens Ferraz e João Belo; mestres universitários, como José Maria Rodrigues, Maximiliano de Lemos, Luciano Pereira da Silva, Francisco Gomes Teixeira, José Tavares, Bernardo Aires, Rui Enes Ulrich, Alexandre de Sousa Pinto e Francisco Gentil; historiadores, como Alberto Sampaio, Henrique de Gama Barros, Fortunato de Almeida, Júlio de Castilho e António Viana; escritores, como Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, Eugénio de Castro, João Lúcio, Luís Magalhães, Alberto de Oliveira, António Feijó, Antero de Figueiredo e João Saraiva; advogados, como Fernando Martins de Carvalho e António Pinto de Mesquita, artistas, como Teixeira Lopes, Jorge Colaço, António Ramalho, entre muitos outros.

[117] Alfredo Freire de Andrade está retratado em escultura, busto em meio corpo, metálico, em uniforme militar, na Sociedade de Geografia de Lisboa, na Sala de entrada da Biblioteca. Exibe as suas várias condecorações.

[118] A partir da insurreição de militares de Marinha de Guerra, em 1906, os elementos masculinos da Família Real tinham por norma andarem armados.

[119] O atentado nunca ficou completamente esclarecido. Porém, os regicidas poderiam não ter sido só dois, mas mais, colocados em diversos pontos da cidade, de modo a cobrirem os vários caminhos possíveis que a carruagem poderia tomar até chegar ao Palácio.

Administrativo do Songo, em Angola, em terra conguesa a cerca de 50 kms a norte da que é hoje a cidade do Uíge; deu nome a Posto, no norte de Moçambique, que viria a ser destruído e depois abandonado pela tropa portuguesa, face à pressão armada alemã, durante a Primeira Guerra Mundial. Ainda, deu nome a Posto, no Cunene, em 1907, durante a campanha do Cuamato, comandada por Alves Roçadas; a 4 de Setembro de 1907, data da sua chegada a Moçâmedes, já no regresso do Índico, é pretexto de elevação desta Vila a Cidade, como dito. À ida, tinha oficializado o Museu Colonial, no Observatório, a que se seguiu a inauguração do Museu de Arte Sacra, dito Museu Provincial, a que deu o seu nome, sendo que no Índico, em Lourenço Marques, terá sido o pretexto para a realização de uma Feira Franca e Exposição de Produtos devida à iniciativa do Governador-geral, futuro General Alfredo Freire de Andrade, que decide igualmente criar um Museu (Anónimo, 1907b) (**APÊNDICE 28**).

Por cá, em Lisboa, o Príncipe Real fez doação dos exemplares zoológicos que lhe haviam oferecido em África, durante a Viagem Imperial. Decorre, também desta Viagem a existência no acervo do Palácio Nacional da Ajuda de um cofre de prata, prata dourada e marfim, de grande carga simbólica, oferecido em Angola ao Príncipe Real e remetendo para a heráldica da cidade de Luanda - e também para a sua importante Baía -, Moçamedes e Benguela, e contendo motivos alusivos às riquezas de Angola, como sejam, o Homem e a Mulher africanos; os dentes de marfim, ou seja o marfim, tão apreciado, entre outros, em escultura, joalharia, faqueiros - como o de Ernesto Augusto Gomes de Sousa, que terá servido no Observatório Meteorológico de Luanda - e em bolas de bilhar, dada a sua elasticidade; os barcos, as folhas da cana-de-açúcar e do cafeeiro. Este cofre pertencente ao acervo do Palácio Nacional da Ajuda, tem o nº de Inventário 4804 e, na 2ª edição revista e corrigida do catálogo da Exposição Temporária (Godinho, 1992, p. 278), é a peça nº 436. Acrescente-se ainda, que o cofre, rectangular, executado por Leitão & Irmão, joalheiros da Coroa, em Lisboa, em 1907, tem como suporte quatro esculturas de rinoceronte – portentosa e simbólica fauna da portentosa África savânica, ontem e de hoje, embora em parte ameaçada de extinção.

Crendo ter deixado suficientemente tratada a figura do Príncipe Real, muito contextualizadora do Museu Colonial de Luanda, de 1907, que ele mesmo oficializou, propomo-nos seguir adiante, na análise da próxima alínea.

2 – Ainda, porquê a Viagem Imperial do Príncipe Real D. Luís Filipe a África?

As apetências das grandes potências europeias, no que respeita às possessões portuguesas em África, foram desencadeadas com a Conferência de Bruxelas, em 1876, com a Conferência de Berlim, em 1884 e 1885, e não cessaram.

Ao acontecer a Viagem do Príncipe Real D. Luís Filipe estamos num tempo em que há grandes tensões políticas e militares na Europa e vão-se definindo blocos antagónicos, que terão expressão nas alianças da Primeira Grande Guerra, como refere Milza (1995)[120].

A Viagem do Príncipe Real deverá ser entendida como uma afirmação de visibilidade de soberania. Neste momento, a "corrida" duma Europa às matérias-primas - madeiras, carvão, ouro, pedras preciosas, algodão, borracha, e outras - e a áreas de influência extra-europeias continuava a acentuar-se num tempo em que a Europa dominava cerca de 3/5 do território emerso do mundo e mais de metade da população do globo.

Quanto a isso, Droz & Rowlley (1999) são explícitos ao afirmarem que às convulsões da emigração europeia para as Américas contrapõe-se a acção dos governos na organização e preservação dos seus espaços de domínio. Iniciada, por volta de 1875, com modalidades frequentemente improvisadas, correspondendo a um complexo de motivações mais ou menos camufladas por justificações do tipo darwinista ou humanitário, a segunda idade colonial constitui, nos primeiros anos do século, um sólido sistema de integração política e económica.

Logo adiante, Droz & Rowlley (1999) continuam referindo que a acumulação das conquistas da técnica não basta para caracterizar a supremacia europeia num momento em que se observa, já desde há meio século, uma rápida aceleração das trocas comerciais. Assim, em 1914, o valor do comércio mundial calcula-se em 200.000 milhões de francos contra 58.000 milhões, em 1870. É certo que a Europa beneficia das vantagens acumuladas de uma divisão internacional do trabalho e de um autêntico mecanismo de relojoaria comercial. Com o restabelecimento dos termos brutos de trocas após 1890, e dos termos líquidos a partir de 1905-1906, os Europeus vão

[120] Milza (1995) refere que, a partir de 1907, há ordenamentos e reordenamentos e a Europa fica dividida em dois blocos antagónicos. No interior de cada campo as rivalidades estão atenuadas. Mas, por outro lado, estão exacerbadas entre um campo e outro, tanto da França em relação à Alemanha, como entre o *Reich* e a Inglaterra, a propósito de armamentos navais, ou entre a Áustria-Hungria e a Rússia pela supremacia dos Balcãs. Ocorrem crises cada vez mais violentas que ameaçam frequentemente a paz europeia, são disso exemplo, a crise bósnia em 1908 – 1909, a segunda crise marroquina em 1911, as guerras balcânicas de 1912-1913 e, por fim, o conflito austro-sérvio de Julho de 1914 que vai desencadear a Primeira Guerra Mundial.

abastecer-se em grande escala de produtos alimentares e matérias-primas, recorrendo às colónias e aos novos países. Próximo do dealbar da Grande Guerra, as importações deste tipo representam 87% do total das entradas britânicas, 84% das alemãs e 71% das francesas, o que são números muito expressivos.

E é precisamente em 1913 (**ANEXO 35**), pouco antes do início da Grande Guerra[121], que as grandes potências, sempre necessitadas de matéria-prima, de mercados e de prestígio, como sejam a Inglaterra e a Alemanha, se sentam à mesa para negociar entre si a partilha das colónias portuguesas - em suma, para reformular o antigo Tratado de 1898, cuja intenção está patente na Convenção Anglo-Alemã, de 30 de Agosto de 1898. Em Londres, o embaixador alemão, Príncipe de Lichnowsky[122], e o Foreign Office, inglês, lavram um texto de acordo que tratava a partilha das colónias portuguesas. Em 11 de Setembro do mesmo ano, o Kaiser dava a sua autorização para a assinatura do acordo e Lichnowsky insistia pela sua publicação.

Esta matéria vem referida em Ornelas (1934)[123]. O mesmo Tratado, sob forma de pacto secreto, é referido, por Saraiva (1998). Porém, a partilha não se fez. Logo em 1914, eclode a Grande Guerra, na Europa. Pouco depois morria-se em África, no Cunene e no Rovuma. Depois, ainda, na Flandres e no Atlântico. Em África, Portugal teve de 1914 a 1918, bastantes mortos e feridos - o General alemão Paul von Lettow-Verbeck, em África, sugerindo não ter pressa, só se

[121] Em 1913, a Inglaterra continua a ser a primeira potência comercial da Europa e do mundo (Droz & Rowlley (1999).

[122] A Convenção Secreta Anglo-Alemã, *ante*-Guerra, chega a ser rubricada a 13 de Agosto de 1913, por Grey e pelo Príncipe Lichnowsky, mas as negociações neste mesmo ano virão a ser interrompidas, conforme foi dado conhecimento a Teixeira Gomes, então Embaixador em Londres.

O ano de 1913 será um ano de intensa actividade diplomática. Assim, conforme Santos (2007), relativamente à supra-referida Convenção, a 11 de Janeiro de 1913, o projecto é apresentado por Grey ao Rei de Inglaterra. A contra-proposta é apresentada a 20 de Março. A 13 de Maio, é apresentado um novo projecto inglês, a que se segue uma exigência alemã de mudança de parte do preâmbulo. Grey aceita a exigência a 18 de Julho e a 13 de Agosto rubricam a Convenção, como dito, não tendo sido ultimado o processo.

Mas, conforme Santos (2007), a 14 de Julho de 1914, o Chanceler alemão autoriza a reabertura das negociações, concordando, embora com reserva, com a publicação dos Tratados. A 28 de Julho, segue a ordem de Berlim para que Lichnowsky assinasse o Acordo, o que sugere bem a pressão, neste caso, sobretudo alemã.

[123] Segundo Garcez (1960, p. 22), Ayres d' Ornelas, em África, foi "sucessivamente ajudante de campo do comissário régio, adjunto do comando da coluna de Marracuene, chefe da missão de remonta, adjunto da missão diplomática ao Gungunhana, subchefe do Estado-Maior de Mouzinho, fiscal militar da travessia das tropas inglesas através da Beira-Manica, chefe da segunda missão de remonta, inspector da Zambézia, emissário diplomático ao Niassalândia e delegado de Portugal na arbitragem do Rei de Itália com a questão do Barotze". Ainda nesta obra e na página seguinte, é dito que a Aires de Ornelas e Vasconcelos Porto, ambos ajudantes do monarca, são-lhes negadas autorizações para se incorporarem no régio funeral e, ainda, a Aires de Ornelas foi-lhe negado um posto de combate na Grande Guerra.

Tomou assento na Câmara dos Dignos Pares do Reino, na sessão de 20 de Fevereiro de 1902; casou com Maria de Jesus de Sousa e Holstein; foi lugar-tenente do Rei D. Manuel II, em Portugal, de 1915 a 1930.

rendeu a 14 de Novembro de 1918, isto é, três dias depois do Armistício e já fora do território de Moçambique. Decorrente do exposto, a Viagem do Príncipe Real D. Luís Filipe a África é seguramente uma visita de soberania e uma chamada de atenção para o acautelamento dos interesses portugueses então ali existentes.

Não foi, portanto, ocasional a Viagem do Príncipe Herdeiro D. Luís Filipe, como o não foram, como dito, seguramente, as viagens que na mesma época fizeram a África os príncipes ingleses, alemães e belgas, nomeadamente, o Príncipe Alberto, herdeiro do trono belga, o Duque de Kent, o Príncipe Henrique da Prússia - que se cruzou com o Príncipe D. Luís Filipe na então Lourenço Marques - e o Duque Adolf Friedrich de Mecklenburg que, como noticia Anónimo (1908, p. 119), recebe, como dito, "o subsídio de 60.000 marcos para a sua expedição científica à África Oriental".

À luz da época, não terá sido também ocasional a Viagem a África que a então Princesa Dona Amélia, casada com o Príncipe D. Carlos, havia sugerido vinte anos antes, cerca de 1887, ao tempo do governo do ministro Barros Gomes, conforme carta da Rainha, inclusa na obra de Ornelas (1928). Esta proposta não foi atendida, eventualmente por falta de verbas.

A Viagem do Príncipe Real D. Luís Filipe é uma assertiva visita de soberania e, neste particular, é um embrião da outra que ali fará o Presidente da República, General António Óscar Carmona, em 1938[124,125], quando novamente sugeria pairar sobre as fronteiras de Angola alguma pressão estrangeira. Para além da atrás referida obra de Júnior (1915), mencionada em Capítulo IV, temos outra documentação, a de Ornelas (1928), que é muito importante para o estudo desta Viagem, nomeadamente no que respeita ao Itinerário e à forma como foram preenchidos os tempos nos vários pontos desse Itinerário, que relevámos e apresentamos na alínea seguinte.

[124] Visita, então, Angola. Em 1939, faz a segunda Viagem Imperial, visitando Moçambique.

[125] Aliás, sublinhe-se que, no respeitante à soberania em África, esta não foi posta em causa pela jovem República nem depois pelo Estado Novo. Neste particular, é bem elucidativo o Artº 25-10º do Regulamento das Circunscrições Civis da Província de Angola, aprovado pelo Major Manuel Maria Coelho, Governador de Angola, por mais de um ano, de 1911 a 1912 - republicano activo, como alferes, no levantamento de 31 de Janeiro de 1891 e, por tal, degredado durante cinco anos, em Angola -, que impunha aos administradores de circunscrição civil que aceitassem os costumes dos indígenas, desde que não ofendessem os direitos de soberania ou não repugnassem aos princípios da humanidade, como refere Neto (1964).

3 – Itinerário da Viagem Imperial do Príncipe Real. *Diário de Bordo da Viagem a África,* pelo Comandante Guilherme Vidal A. Júnior

Temos documentação, como dito, que nos dá bons informes sobre a Viagem propriamente dita. Destas informações, afigura-se-nos serem importantes, dado estarem recheadas de materiais passíveis de interpretação a nível do simbólico, as seguintes: o *Diário de Bordo da Viagem,* muito bem conservado, como referido, existente nos Reservados da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa (Res. 3-D-4) e a já mencionada, obra de Ornelas (1928), publicada como celebração das duas décadas dessa Viagem.

Detenhamo-nos, na análise destas duas obras.

3.1 – Itinerário, *Diário de Bordo da Viagem a África,* pelo Comandante Vidal Júnior (1907, s.p.)

Comecemos por ver a página manuscrita de abertura do *Diário.* Diz o seguinte:

> "Derrota, que com o favor de Deus segue deste porto de Lisboa para o de Moçambique com escalas o sobredito navio de que é Comandante Guilherme A. Vidal Júnior; Imediato, Julião Tavares de Medeiros; Primeiro Piloto, J. Coelho Vicente de Matos; Segundo Piloto, Manuel Gonçalves; Terceiro Piloto, José B. da Silveira Ávila Júnior; Médico, A. Guerra; Comissário, A. Garcia; Oficial de Proa, A. Livramento Mattos. Cuja tripulação se compõe de 125 elementos (incluindo o mesmo Comandante e seus oficiais).
>
> O navio vai carregado de carga geral da praça. A viagem começou no dia 1 do mês de Julho do ano de 1907, ao 1/2 dia, tendo a bordo o respectivo prático. O navio largou do Cais da Fundição e seguiu rio abaixo até 0,45 m e ancorou em frente ao Arsenal da Marinha. Ali, convenientemente embandeirado em arco, e tudo cerimoniosamente a postos, recebemos suas Majestades e mais Família Real, Ministério e Dignatários, que entraram a bordo a acompanhar Sua Alteza o Príncipe Real que segue neste navio em viagem de visita às Colónias.
>
> Seguem a bordo: Sua Alteza o Príncipe Real, S. Exª o Ministro de Marinha, Coronel António Costa, Marquês do Lavradio, Conde da Ponte, Capitão-Tenente José Francisco da Silva, o Secretário particular de Sua Excelência, o Ministro, o Sr. Hygino Durão, etc. etc.
>
> Às 2 horas passei pela Torre de Belém, onde a fortaleza salvou convenientemente à passagem do navio; às 2h e 15m passei por S. José de Ribamar onde estavam ancorados o Cruzador S. Rafael e o Cruzador Vasco da Gama que também deram as salvas do estilo.
>
> Às 3 horas passei por S. Julião da Barra que também deu a conveniente salva; seguindo a sair pela barra grande ou do sul.
>
> Às 3h e 20m desembarquei o prático para o respectivo palhabote e segui a navegar praticamente até às 3h e 40m em que determinei o ponto de partida, marcando o Cabo Espichel o E verdadeiro a 15m de distância." (Júnior, 1907, s.p.)

O cerimonial atrás descrito é de pompa. É feita a visita do monarca a bordo, como que selando a Viagem em acto de Estado. Depois, ao descer o rio até à boca da barra, vão saudando as peças da emblemática Torre de Belém, do Forte de S. Julião e dos cruzadores referidos da nossa diminuta Marinha. Eram poucos os nossos navios para tão largas águas que reclamávamos como nossas e compreendemos melhor o facto, quando os comparamos com a frota britânica em manobras, em 1908, que, segundo Anónimo (1908), dispunha de 32 cruzadores couraçados, 70 cruzadores protegidos, 139 contratorpedeiros, 40 submarinos e 26 navios auxiliares, não contando ainda esta lista com os navios guarda-costas e navios de reserva. Lembremo-nos, ainda, em termos pontuais que, em 1901, aquando do funeral da Rainha Victória, só o séquito da Armada Britânica destacado para as exéquias no rio Tamisa se compunha de sete *destroyers* pintados de preto - o funeral da Rainha Victória foi delineado por ela mesma, ao pormenor e, no entendimento de que os *destroyers* são navios essencialmente defensivos, caber-lhes-ia a guarda de um símbolo maior – a Rainha Victória.

Sugere-se-nos que, à saída do Vapor *África*, no início da Viagem do Príncipe Real, houve grande pompa. As peças de Artilharia, ao dispararem, pretenderiam chegar muito mais além do que às serenas águas do Tejo. É certo que pretendiam ser ouvidas pelos opositores, alguns no degredo ou no exílio, como que num gesto de manutenção do Regime, mas queriam, sem dúvida, ser ouvidas na Europa e em África, nas capitais e áreas adstritas às grandes e hegemónicas potências europeias. Os arcos embandeirados, as despedidas dos monarcas, a Artilharia de Costa e a Artilharia Embarcada marcavam o ritual da despedida, mas no pressuposto de que o ritual é a encenação do mito, este seria o da potenciação de um grande Império Marítimo, ali personificado no Príncipe Herdeiro do Coroa.

Sabemos, no entanto, que o País continuava a claudicar a vários níveis, que pioravam as finanças do país, que se faziam os Adiantamentos à família Real, em tempo de Ditadura, que crescia a implantação da carbonária e da maçonaria (Brandão & Fidalgo, 2010), que prosseguiam os levantamentos armados em África - por exemplo, no Cuamato, com apoio dos alemães - e, neste contexto, sugere-se-nos que o ritual é algo ferido de escotoma, ou seja, era fraco o que sugere ser forte.

No regresso do Vapor *África*, já na baía de Cascais, a Visita do monarca ao navio sugere reforçar a dimensão simbólica da Viagem. Diz, assim, o *Diário,* pela mão do Comandante:

> "A 27 de Setembro de 1908 o navio lança âncora na Baía de Cascais, próximo do *yate* Amélia que manda um escaler com o Rei que sobe, às 09:00 horas, para saber notícias do seu filho.
>
> Às 09:00 horas chegou El-Rei a bordo, acompanhado pelo actual Ministro da Guerra, pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra D. Fernando de Serpa, Comandante do *yate* Amélia, etc; tendo preparado o navio devidamente para receber esta visita.
>
> El-Rei foi recebido a bordo ao portaló, por sua Alteza Real e seus dignatários, por mim e pelos meus oficiais e por todos os passageiros de 1ª classe, que acompanharam El-Rei ao tombadilho de 1ª classe e aí lhe fizeram uma justa e honrosa aclamação.
>
> Só às 10:1/2h retirou El-Rei para terra e os dignatários que o tinham acompanhado, continuando este navio depois incomunicável até entrar no Tejo e até ao desembarque de Sua Alteza Real" (Junior, 1907, s.p.).

O Comandante Vidal Júnior deixou no seu *Diário de Bordo* inúmeras informações sobre o estado do mar, sobre meteorologia, sobre comunicações, sobre ajudas à navegação, sobre incidentes a bordo, sobre medições, sobre tempos de chegada e partida nos vários troços da derrota do navio África que era, à data, o melhor e o mais recente navio da frota da Empresa Nacional de Navegação.

Como reforço documental do *Diário de Bordo* do navio onde viajou o Príncipe Real D. Luís Filipe, afigura-se-nos importante o núcleo de 75 fotografias, relativo a esta Viagem e existente no Arquivo Fotográfico do Museu de Marinha, ao qual tivemos pronto acesso a nosso pedido (**APÊNDICE 29**). Entre outra matéria, está aqui documentado o embarque do Príncipe no Cais da Caldeirinha, destruído parcialmente na década de 50 e recentemente alvo de trabalhos de arqueologia, no Arsenal; as despedidas dos Monarcas, de João Franco, do Cardeal Patriarca D. José Sebastião Neto, do Núncio Apostólico Monsenhor Júlio Tonti, de Monsenhor Carlos Costa, do Secretariado da Câmara Patriarcal, do Conde de Mesquitela e outros; os aspectos da viagem marítima; os desembarques; as estadias em terra - sobretudo na costa Oriental de África, no acto da inauguração do monumento a António Enes, em recepções oficiais, banquetes, homenagens. De forte carga simbólica é a Sala da Recepção em Lourenço Marques, retratada na foto 14782/524, onde é nítido o retrato do Rei, emoldurado com abundante pano, cadeira e seu supedâneo. A foto nº14783/524 remete-nos para um dos banquetes, onde têm lugar de destaque o Príncipe Real e, próximo dele, a Bandeira Nacional. A bordo, merece-nos destaque a fotografia de conjunto de 11 homens, fumando cachimbo, sendo o Príncipe a figura central e tendo a seus pés, uma pele de leão com respectiva cabeça. Esta foto tem o nº 13803 e é claramente uma "fotografia de homens", em que o cachimbo sugere ser "cachimbo", como função e como

símbolo de masculinidade. Se entendermos a Viagem no seu todo, como uma forma de aprendizagem, as várias convivialidades, distantes do formalismo da Corte, podem contribuir bastante para a compreensão da Viagem e da época. Para além dos cachimbos, os homens, na sua maioria, na citada foto, exibem apêndices capilares faciais, o que reforça a dimensão da referida masculinidade. Isto é, o Príncipe, assim, "ia-se fazendo homem" e ia-se construindo como símbolo e herdeiro do trono de vastos territórios que agora visitava.

3.2 – Itinerário da Viagem Imperial. *Cartas d'África. Viagem do Príncipe Real (Julho-Setembro 1907)*, por Ornelas (1928)

Esta obra comemora o vigésimo aniversário da Viagem a África do Príncipe Real, de que Ayres d'Ornelas teve a responsabilidade como Ministro de Marinha e Ultramar, como refere no Prefácio. Divide-se em Prefácio, cartas de S. M. A Rainha Senhora D. Amélia, A Viagem, Telegramas oficiais e, por fim, Notas.

No prefácio temos as razões, sobretudo políticas, da Viagem, a composição da oficialidade do navio e o itinerário seguido na viagem redonda do paquete, Lisboa-Moçambique-Lisboa (**APÊNDICE 30**).

No capítulo desta obra, dedicado às cartas da Rainha Dona Amélia, temos uma carta de 1927, que dá autorização à publicação, e várias outras, datadas de 1907 e escritas no Palácio da Pena. O teor das cartas sugere-nos que a Rainha não tinha um papel passivo na política do País.

Adiante, no capítulo dedicado à Viagem, vemos sobretudo cartas dirigidas a sua mulher, contando aspectos da mesma Viagem. Por vezes, estes aspectos são repetidos, com maior ou menor minúcia, no capítulo dedicado a Telegramas Oficiais, que integra o conjunto de telegramas enviados pelo então Ministro de Marinha ao Presidente do Conselho, João Franco.

As cartas e os telegramas que Ayres de Ornelas escreve, respectivamente, a sua mulher e a João Franco, contêm pormenores de forte carga simbólica que não podemos deixar de respigar, evitando tanto quanto possível alongar este trabalho.

Assim, deixando o que diz respeito a Luanda para a alínea e capítulo seguintes, pensamos serem importantes alguns aspectos, bem ilustrativos duma época, em termos de Poder e de estratificação social.

Passamos a saber pela obra referida, que o jantar a bordo é de *smoking* ou de jaqueta branca, que, de dia, o Príncipe atira ao alvo ou às garrafas ou às toninhas, e que, à noite, joga o seu *bridge*. De dia aproveita também, como divertimento, para jogar os joguetes de bordo, cujos divertimentos eram comuns na nobreza rica que praticava o *Yachting* - Eduardo VII de Inglaterra e Guilherme II da Alemanha, tio e sobrinho, competiam entre si, tentando um ter maiores e melhores *yachts* do que o outro - ou nos paquetes, em classe mais elevada, como tão bem expressa a obra de Lucie-Smith & Dars (1976) e a do pintor James Tissot[126] (Gala, 2015).

Ornelas (1928) conta em pormenor o desembarque em S. Tomé*, à ida. Foi o triunfo diz o autor. O Príncipe e ele mesmo foram de carruagem para a Sé, onde ficaram na capela-mor, o Príncipe sob o dossel e num trono ao lado do Evangelho, Ornelas do lado da Epístola, sem dossel. Seguidamente, foi feita a recepção na Câmara Municipal e, por fim, foram para o Palácio.

Esta priorização de pontos de visita manteve-se à chegada aos diversos pontos principais.

Repare-se no pormenor da colocação do Príncipe na Sé para o *Te-Deum**. Sabendo-se que a nível do ritual católico da Missa, os três pontos mais importantes são o altar, a cadeira do oficiante-mor e o ambão, sobre o qual é colocado o Evangelho, vemos então porque o Príncipe tem lugar deste lado. Também o dossel de cor púrpura é um elemento altamente nobilitante como o é o trono em que se senta, e ambos expressam *status*. São, aqui, símbolos de Poder e, exibidos, enquanto tais, são instrumentos do Poder instituído numa sociedade onde a religião, ela mesmo, é instrumento do Poder.

Guardando o relato da chegada a Luanda como ponto específico, adiante, veremos ainda aqui, que, na Costa Oriental, o Príncipe Real D. Luís Filipe, em Lourenço Marques, é recebido na Sé com *Te-Deum*, mas a instrumental. Veremos que joga ténis*, que caça aos antílopes, que dança a contradança de honra e a contradança a duas valsas[127]. Isto é, o Príncipe é recebido com pompa, ou se quisermos, "à inglesa", com uma possível preocupação de "estar de igual para igual" e, assim sendo, parece-nos claro que é no contexto funcional das relações que se

[126] Pintor de origem francesa (1836-1902) que retrata muito a vivência dos ricos. Entre outros, havia retratado a corte de Napoleão III, tendo partido para Inglaterra, após a derrota da França, em 1870, onde tem a protecção do exilado Imperador Napoleão III e da Imperatriz Eugénia. Aqui, atento observador, pintará muitos aspectos sociais da ascendente burguesia inglesa, nomeadamente em cenas no rio Tamisa e em Portsmouth (Gala, 2015).

[127] O baile ocorreu na Associação Comercial. O Grémio de Lourenço Marques, que na década de 40 recebe a designação de Clube de Lourenço Marques, por sua vez, tinha sido fundado a 16 de Agosto de 1906, antecedendo um pouco menos de um ano a Visita do Principe Real (Anónimo, 1935a).

estabelecem entre pessoas do mesmo grupo e entre diferentes grupos que os símbolos de poder adquirem eficácia.

O Príncipe é recebido com um jantar de muitos talheres na África Oriental Portuguesa, mas em Durban é recebido com um jantar a 100 talheres, em Kimberley com um jantar a 50 talheres e no Cabo com um jantar de mais de 400 talheres.

E, aqui, retornamos à obra de Lucie-Smith & Dars (1976, p. 56), já referida, quando é dito "Even the gargantuan meals they ate were an expression of energy – of energetic organization as well as of energetic consumption". E, logo mais adiante, dizem os autores que, "Looking at these paintings, we cannot be surprised that the world which they reflect so accurately ended in a mighty explosion". E explodiu mesmo, com a Grande Guerra.

No regresso, já após a revisitação de Luanda, o Príncipe Real ainda retornará a S. Tomé e, por fim, vai a São Tiago e a São Vicente, em Cabo Verde*, última fase da Viagem Imperial.

Terminamos a presente alínea. Tentámos vesti-la, aqui e ali, com informação e interpretação que pensamos pertinente para a compreensão do nosso tema de estudo.

Passamos de seguida, como dito, a abordar o referido itinerário no que respeita exclusivamente a Luanda, onde, entre outros, o Príncipe Real será recebido por Ernesto Augusto Gomes de Sousa, no Museu do Observatório, ou seja, Museu Colonial, e onde inaugurará Escolas e o Museu Provincial, no Paço Episcopal, como referido.

Acompanhemos, assim, a Visita do Príncipe a Luanda – cidade que antes do Ultimato foi pensada pelos portugueses como a testa da interface que se estenderia da Costa à Contracosta.

3.3 – Recepção ao Príncipe Real, estadia e partida de Luanda. Visita ao Museu Colonial, no Observatório

O Comandante Guilherme Vidal A. Júnior, sobre a derrota do navio *África*, na saída de S. Tomé para Luanda, diz no seu *Diário de Bordo* que, depois de 16 para 17 de Julho, às 04:30 horas, avistava o Ambrizete e às 07:30 horas o farol do Ambriz. Depois o farol das Lagostas e às 11:00 horas o farolim Dantas. Diz, ainda, que aguardou a ocasião para entrar na Baía entre os navios que vêm prestar homenagem a Sua Alteza Real. Seguiu a navegar devagar entre os diversos navios de guerra e mercantes que vieram prestar homenagem a sua Alteza Real e que formaram cortejo até ao ancoradouro. Às 21:30 horas, do mesmo dia 17 de Julho, segundo o referido *Diário*, o navio ancorou na Baía de Luanda. A Viagem tinha corrido bem, os faróis e

vigias tinham sido cuidadosamente atendidos, os porões vinham sendo sondados e os desvios das agulhas eram cuidadosamente atendidos.

Vejamos a Viagem, seguidamente, pela mão de Ayres de Ornelas, segundo a carta que envia a sua mulher, escrita a bordo do navio *África*, a 27 de Julho. Diz Ornelas (1928, pp. 32 a 34) a determinado passo:

> "Entrámos em Luanda às sete horas da manhã de 17, vindo à entrada da Baía (**APÊNDICE 31**) a esperar-nos todos os navios que lá estavam formados em duas colunas, numa a "Afonso Albuquerque", a "Liberal", o "Salvador Correia", noutra a canhoneira inglesa "Dwarf", o vaporzinho do Estado do Congo, "Hirondelle", que veio trazer o Governador, um paquete alemão, o "Luanda" da Empreza Nacional, etc.
>
> À medida que iam passando por nós soltavam vivas e hurras entusiásticos, tocavam as músicas, o hino, salvando os navios de guerra; depois voltaram e com o "África" no meio das colunas viemos até ao ancoradouro.
>
> A galeota em que o Príncipe seguiu para terra ia escoltada por centenares de "dongos" embandeirados, com os indígenas fazendo uma algazarra ensurdecedora: "Viva nosso Rê! Viva nosso Príncipe Real!". No cais o Príncipe ajoelhou para beijar a cruz apresentada pelo Vigário Geral.
>
> Seguimos debaixo do Pálio* até à Sé (**APÊNDICE 5**), pegando as duas primeiras varas eu e o Couceiro no 1º e último turno, porque houve diversos. Nas ruas, num percurso como da nossa casa (Rua S. Félix) à Igreja da Lapa, era constante o aclamar, os vivas, as senhoras atirando flores e pombos das janelas. À porta da Sé estava o Bispo D. António Barbosa Leão com o Cabido e depois do *Te Deum** seguimos de carruagem para o Palácio (**APÊNDICE 32**): série de salas enormes, óptimos quartos; melhor que o de Moçambique e, está claro, sem comparação com o da Ponta Vermelha.
>
> Seguiu-se a recepção oficial e ao responder à Câmara Municipal, que fez a entrega das chaves, e cujo Presidente é o Soveral Martins que creio tu conheces, o Príncipe teve a feliz ideia de fazer uma referência especial ao Eduardo Costa. Depois do almoço e de ver o Observatório e um pequeno Jardim Zoológico do Director dele, um oficial de Marinha, Gomes de Sousa, que aí está há 14 anos, fomos para o Palácio do Bispo à inauguração do Seminário-Liceu, curso de intérpretes que ficou com o nome de Eduardo Costa e Museu Provincial a que o Príncipe deu o seu nome. Aí falei eu depois do Bispo e do Couceiro, dizendo ao Príncipe que ele era o representante de uma Monarquia que nos seus limites continentais era a mais antiga da Europa e que oito séculos de vida nacional tinham identificado por tal forma a Monarquia e o País, que as aclamações que de toda a parte ele estava recebendo no Ultramar português significavam o preito de homenagem das Colónias à mãe Pátria que as criara, etc." (Ornelas, 1928, pp. 32 a 34).

Continua Ornelas, mais adiante, dizendo que

> "depois do Palácio do Bispo fomos ao hospital que é de primeira ordem em toda a parte e onde estão as Irmãs Trinas. Daí passeio pela cidade com grandes aclamações no percurso e jantar de gala. Quando o Príncipe respondeu ao Couceiro, soube também agradecer ao Governador do Estado do Congo a amabilidade do Rei Leopoldo

> e como fala um francês perfeito deixou o Belga encantado e bem o mostrou na resposta e no que depois me disse".(Ornelas, 1928, p. 34).

Ornelas ainda diz na mesma carta que, seguidamente, houve uma "velada" no Centro Militar, Club dos Oficiais de terra e mar, onde se fizeram brindes e bebeu champanhe.

Consideramos importante esta carta de Ornelas, porque nos dá inúmeros informes úteis para a compreensão deste tempo português em África, no que respeita ao seguinte: às relações diplomáticas com os vizinhos; ao divertimento e ao consumo de bebida como nota de diferenciação social; à religião como instrumento de Poder - veja-se o cerimonial de aparato e o pormenor da hierarquização no serviço às varas do pálio[128], logo ao desembarque e no caminho para a Sé; ao património construído, à filosofia da Viagem, no seu todo; ao esforço de inauguração de Escolas; à atenção dada à visita a Museus, nomeadamente ao Museu do Observatório - é textualmente referido o nome de Gomes de Sousa - e ao Museu Provincial; ao envolvimento de pompa no acto da recepção ao símbolo que representava a continuidade da dinastia e da soberania portuguesa aquém e além-mar.

[128] Já quando da chegada ao Brasil da Família Real e sua comitiva, em 1808, foram aqui saudados e tiveram serviço ao Pálio.

Em Gomes (2009) encontramos várias informações sobre essa saudação, nomeadamente no que respeita ao Pálio e ao serviço ao Pálio. Assim, a 07 de Março de 1808, o Príncipe D. João, chega à Baía. Houve salva de canhões disparados das fortalezas, gritos de saudação e badalar incessante dos sinos das inúmeras igrejas. Seguiu pela Rua da Preguiça e pela ladeira da Gameleira até ao Largo do Teatro. Houve recepção na Câmara Municipal e D. João foi convidado a seguir a pé, sob um Pálio de cor púrpura, até à Igreja da Sé, onde o arcebispo celebrou um *Te Deum Laudamus*.

Neste caso, não temos informação sobre o serviço ao Pálio na Baía, mas já o temos, bastante, cremos nós, quando é dito que a 07 de Março a esquadra fundeou em frente à Praça do Paço, no Rio de Janeiro (Gomes, 2009). Conforme ordens do Vice-Rei houve saudação com disparos dos canhões das fortalezas e dos canhões dos navios de guerra estacionados na Baía. Repicaram os sinos das igrejas e dos mosteiros.

Foram feitos arcos triunfais para colocação no percurso e houve cortejo. Este, em termos sucintos, seguiu com as autoridades do Rio, à frente. Seguiam oficiais militares, juízes, padres, monges e seminaristas dos vários conventos. Depois seguia o estandarte da Câmara, sendo que o porta-estandarte trajava a rigor. Era este estandarte ladeado por duas compridas fileiras de homens trajados da mesma maneira e que formavam a guarda do estandarte. Por fim, a fechar o cortejo, vinha o Pálio sob o qual caminhava a Família Real. As varas desse Pálio eram sustentadas por 8 pessoas, entre as quais se destacava Amaro Velho da Costa, um dos maiores traficantes de escravos do Brasil na época.

Na catedral foi celebrado o *Te Deum*, uma cerimónia de acção de graças pelo sucesso da viagem e em seguida houve beija-mão.

Ainda, em Gomes (2009), vemos que D. João, após o desembarque, beijou a cruz e recebeu as bênçãos do bispo. Depois, colocou-se debaixo do pálio de seda vermelha e frisos dourados, que o protegia do sol.

As ruas do percurso foram cobertas de fina areia branca, folhas, ervas odoríficas e flores.

Cremos que estas descrições nos trazem a grande e nobilitante carga simbólica patente no Pálio e dão-nos suficientes informes sobre a hierarquização no serviço ao Pálio.

Assim, em Luanda, em 1907, o Príncipe Real D. Luís Filipe, repetia nos Trópicos, um século depois, o cerimonial dos seus tetravós, na Baía e no Rio, no outro lado do Atlântico Sul, em tempo dito de Terceiro Império Português.

Esta mesma nobilitação de pompa continuava presente nesta mesma carta de Ornelas a sua mulher no que refere à saída do Palácio e embarque. Diz Ornelas (1928, p. 35) que o

> "embarque não se pode esquecer. Imagina uma noite linda d'África, um percurso do Palácio ao Cais, como lá da Rua de S. Félix ao Cais do Sodré, mas por muitas ruas, tudo iluminado, queimando fogos de Bengala à passagem, as ruas apinhadas de gente, num delírio de aclamações, redobrando no Cais, onde estava tudo o que havia de mais grado na terra. A baía estava um deslumbramento, toda à volta em terra iluminada, barricas de alcatrão a arder, milhares de foguetes subindo ao ar constantemente, todos os navios iluminados, girando os projectores eléctricos, dos que os tinham, e todos os "dongos" também iluminados." (Ornelas, 1928, p. 35).

Desta transcrição ressalta por evidente o espectáculo que envolve o Príncipe Real, espectáculo este desejado pelo Governador-geral interino Paiva Couceiro (Cruz, 1944) e patente em Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1907), em que é publicado o programa de festas por ocasião da Visita a Luanda de Sua Alteza o Príncipe Real e em que, por sua vez, o atrás citado Boletim Oficial, determina que os dias de permanência do Príncipe Real, em Luanda, ou seja, 17, 18 e 19 de Julho "sejam considerados dias de gala". Este espectáculo não é uma improvisação e, assim, mais uma vez, temos o espectáculo como forma de Poder, para o inglês ver, para o belga reflectir, para o alemão pensar, para o africano fazer e olhar, para o republicano meditar.

A anterior descrição de Ayres d' Ornelas a sua mulher é reforçada pela do Marquês do Lavradio, Almeida (1967, p. 130), que acompanhava o Príncipe. Ouçamos o autor:

> "O embarque em Luanda foi um dos mais grandiosos espectáculos a que tenho assistido. Milhares de dongos, iluminados à veneziana e onde se queimavam fogos de Bengala, acompanhavam a galeota real, que seguia também iluminada; inúmeros escaleres e vapores, igualmente com iluminação à veneziana ou a acetileno enchiam a baía, cujos contornos eram desenhados por grande quantidade de barricas de alcatrão a arder; de espaço a espaço subiam girândolas de foguetes luminosos e, para finalizar, a Divisão Naval achava-se lindamente iluminada e em todos os navios se queimavam constantemente fogos de Bengala. No meio de grande entusiasmo, deixámos Luanda" (Almeida, 1967, p. 130).

O entusiasmo que vemos reflectido na carta pessoal de Ayres d' Ornelas e na descrição do Marquês do Lavradio é mais formal nos telegramas que Ornelas envia ao Presidente do Conselho, João Franco. O Ministro de Marinha vai informando João Franco de todas as deslocações do Príncipe Real.

Porém, a emoção e a espectacularidade referidas não podiam esconder o défice de Angola, em parte explicado pelos levantamentos armados que persistiam no Cuamato e noutros pontos.

Não escondiam, igualmente, a queda de preços de alguns produtos como o café e a borracha - incapaz de competir em qualidade e quantidade com as plantações sistemáticas do Congo Belga, doutros pontos de África, da América do Sul, do Ceilão, etc. Mas era perante estas insuficiências que pretendia responder a gestão de Paiva Couceiro (Matos, 1948) e a presença do Príncipe Real poderia ser entendida como a chancela simbólica da urgência da implementação dessa gestão.

Referimos ainda, nesta alínea, parte do telegrama que Ornelas envia a João Franco, conforme Ornelas (1928, pp. 59 e 60). Diz a determinado passo o seguinte:

> "Recebido no cais da cidade no meio de entusiásticos vivas, o Príncipe seguiu de pálio até à Sé, onde o Bispo celebrou um solene *Te Deum*.
>
> No percurso para o Palácio continuaram as constantes e ruidosas aclamações, redobrando no Palácio onde Sua Alteza, recebendo da Câmara Municipal as boas vindas, respondeu com sentidas expressões à patriótica alocução do Presidente.
>
> Depois de uma visita ao observatório e museu anexo, Sua Alteza dirigiu-se ao Paço Episcopal, onde se inaugurou o Seminário-Liceu, Curso de Intérpretes Eduardo Costa e Museu da Província, a que Sua Alteza se dignou conceder o seu nome.
>
> Aos eloquentes discursos do prelado e do Governador-geral tive a honra de responder, mostrando ao Príncipe como a recepção eminentemente patriótica da cidade de Luanda, capital tão portuguesa do velho reino de Angola, era a aclamação do ultramar português à monarquia, que para todos nós consubstancia a pátria, e como Sua Alteza se devia orgulhar de ver o seu nome ligado a instituições tendentes ao desenvolvimento da grande colónia que por tal forma o recebia." (Ornelas, 1928, pp. 59 e 60)

Reproduzimos, ainda, de Ornelas (1928, pp. 61 e 62) o telegrama de Ornelas a João Franco, Presidente do Conselho, relativo ao último dia do Príncipe, em Luanda, à ida. Diz assim:

> "Sua Alteza saíu do Alto Dande às sete horas da manhã, chegando a Luanda às doze horas e trinta minutos. Foi recebido pela Câmara Municipal, reverendo Bispo e funcionários principais com ruidosas aclamações que já tinha ouvido na estação da linha-férrea. Depois do almoço visitou a escola profissional, hoje inaugurada, onde, em nome do Governo, mostrei como a passagem do Príncipe Real por esta cidade ficava ligada à criação do estabelecimento de instrução, tanto contribuindo para o desenvolvimento da província.
>
> Sua Alteza assistiu ao concurso de tiro na carreira de tiro e visitou as oficinas do caminho-de-ferro de Ambaca, Fortaleza de S. Miguel e Asilo de D. Pedro V.
>
> No percurso por todas as ruas da cidade e diversos pontos visitados o Príncipe Real foi sempre acompanhado de constantes manifestações de entusiasmo e repetidas aclamações" (Ornelas 1928, pp. 61 e 62).

Ornelas (1928, p. 62) continua o telegrama com notas já descritas atrás noutros pontos, relativas ao espectáculo do embarque e termina dizendo que a "recepção na cidade de Luanda em seguida à de S. Tomé mostra bem o agradecimento das colónias pela viagem do Príncipe e aclamação do ultramar ao representante da monarquia portuguesa".

A Revista *Ilustração Portuguesa,* de Lisboa, a partir do seu número nº 72, de 08 de Julho de 1907, até ao final da Viagem, traz sobre este evento bastante informação em texto e imagem. Desta revista respigamos o seu número 75, de 29 de Julho. Aqui encontramos uma nota sobre a visita do Príncipe ao Museu Colonial do Observatório e imagens do cerimonial de acolhimento em Luanda, complemento utilíssimo para a compreensão dos textos que, sobre esta matéria, temos reflectido neste ponto do trabalho (Anónimo, 1907c).

A *Ilustração* refere, em Luanda, o "Museu Colonial" (Anónimo, 1907c). Ornelas (1928, pp. 33 e 59) cita-o, escrevendo a sua mulher e telegrafando ao Presidente do Conselho, "O Observatório e um pequeno Jardim Zoológico do Director dele, um oficial de Marinha, Gomes de Sousa, que aí está há 14 anos" e "visita ao Observatório e museu anexo", respectivamente e como dito atrás.

E é a este trabalho de Ernesto Augusto Gomes de Sousa que nos dedicaremos, imediata e especificamente no ponto seguinte, convictos de que este trabalho de âmbito museológico tem a necessária contextualização no tempo e no lugar.

PARTE II

CAPÍTULO VIII

CAPÍTULO VIII – E. A. GOMES DE SOUSA E O MUSEU COLONIAL EM LUANDA, 1907-1910: OBREIRO E OBRA

Aproximamo-nos, nesta etapa do presente trabalho, da abordagem ao Museu Colonial de Luanda, nosso estudo de caso.

Porém, antes de o fazermos, num primeiro tempo deste Capítulo, trataremos, na medida do possível em detalhe, a figura de Ernesto Augusto Gomes de Sousa (1855-1935), principal obreiro do Museu Colonial de Luanda, realizado ao tempo da Viagem Imperial do Príncipe Real D. Luís Filipe, remetendo para uma informação alargada, num primeiro tempo recolhida do seu biógrafo, seguida de mais informes cronológicos (**APÊNDICE 33**). E fazemos assim porque, ao estudarmos a figura de Ernesto Augusto Gomes de Sousa, tal poderá contribuir para uma maior contextualização deste Museu Colonial, em termos da época e do lugar, dado que obreiro e obra estão indissoluvelmente ligados – e por sua vez, como dito, estão indissoluvelmente conectados com a Visita do Príncipe Real ao Museu Colonial, em acto público.

1 – Quem foi Ernesto Augusto Gomes de Sousa?

Foi Oficial de Marinha de Guerra[129] e, como tal, afirma a regra de que os Oficiais desta Arma, dum modo geral, tinham uma cultura muito vasta que ia da legislação (Sousa, 1890)[130], à Geodesia, à Navegação, à Artilharia, à Meteorologia, à Cartografia. Tinham estes, também, vastos conhecimentos de comunicações e estavam presentes na defesa da costa, comandando, no entanto, tropas apeadas, quando necessário. Desempenhavam, entre outras, funções de Capitães

[129] Ernesto Augusto Gomes de Sousa tem três retratos no Arquivo Central da Marinha, localizado no Edifício da Cordoaria, em Lisboa.

Os retratos estão numerados assim: 1.41.204; 6.27.924; 12.81.2742. O primeiro retrata Gomes de Sousa, enquanto Tenente; o segundo e o terceiro retratam Gomes de Sousa, enquanto Capitão-de-Fragata - inclusive com as insígnias de Ajudante-de-Campo.

Estes retratos dizem, indubitavelmente, respeito a Gomes de Sousa, tendo como comparação os seus retratos presentes em suporte vítreo do seu acervo e o seu retrato apresentado na sua referida Biografia.

Acresce referir que do imenso material que Gomes de Sousa trouxe consigo de Luanda, conforme entrevista a Virgílio de Souza, de 19/03/2013, existem ainda, em colecção sua e de seu filho, António de Souza, duas espadas de Oficial de Marinha: uma espada que poderá ser uma comum espada de Oficial de Marinha e outra, exibindo a legenda *Viva Portugal*, na lâmina, que poderá tratar-se de uma espada honorífica, possivelmente oferecida quando da outorga do cargo de Ajudante-de-Campo do Rei D. Carlos, na sequência da Viagem Imperial do Príncipe Real D. Luís Filipe (informação oral do Director do Museu de Marinha, Comandante Costa Canas, em 20/03/2013).

Lembremo-nos que, como dito, Gomes de Sousa, entre outras funções, em Luanda, teve fundamental importância na recepção - de quem foi o organizador -, visita e embarque do Príncipe Real.

[130] Esta obra está consultável na Biblioteca Central de Marinha, em Belém.

de Portos. Os Oficiais de Marinha superintendiam em toda a navegação, inclusive a comercial. Ainda, de muito significativo, os Oficiais de Marinha intervinham, quando necessário, em moldes diplomáticos, para o que exibiam um aprofundado conhecimento de protocolos e uma sólida instrução.

Ernesto A. Gomes de Sousa nasceu em Oeiras em 4 de Dezembro de 1855 e morreu em Benfica, em 29 de Dezembro de 1935. Matriculou-se no 1º ano da Escola Politécnica em 1 de Outubro de 1873 e assentou praça na Armada em 10 de Novembro do mesmo ano. Foi promovido a Guarda-Marinha em 1875, a Segundo-Tenente em 1880, a Primeiro-Tenente em 1887, a Capitão-Tenente em 1892 e a Capitão-de-Fragata em 17 de Outubro de 1904; reforma-se neste posto em 20 de Março de 1911. Durante vinte e cinco anos permaneceu em Angola, onde prestou numerosos e relevantes serviços, tendo sido Governador do Congo, Capitão do Porto de Luanda e Director do Observatório da mesma cidade, onde foi também Presidente da Câmara Municipal e Provedor da Misericórdia.

Foi-lhe dado o título de Conselheiro de Estado e o Rei D. Carlos nomeou-o seu Ajudante-de-Campo, depois da visita feita pelo Príncipe D. Luís Filipe à Província de Angola. Foi também Ajudante-de-Campo, honorário, do Rei D. Manuel II. Era Comendador da Ordem de Santiago de Espada, tinha o oficialato de S. Bento de Avis e possuía a Águia Vermelha da Prússia e as medalhas de Bons Serviços e Assiduidade no Ultramar e a de Comportamento Exemplar.

Do exposto atrás, se infere que Gomes de Sousa assentou praça com 18 anos. Acrescentamos ao já enunciado, informações respigadas dos *Livros Mestres* do Arquivo Central de Marinha - B/145, C/188, F/72, G/84, I/1, Caixa 781, Caixa 1422 - e das Ordens da Armada.

Assim, detalhadamente, dizemos que no respeitante à história de vida de Gomes de Sousa, ela está em grande parte exposta nos Livros Mestres do Arquivo Central de Marinha, Ordens da Armada e na sua biografia (Teixeira, 1936). E. A. Gomes de Sousa chega a Angola em 1892 e daqui sairá nos finais de 1910, definitivamente, com rumo a Lisboa, à sua Quinta de Montecuche, em Benfica, trazendo, entre outros, o seu mobiliário, nomeadamente o que tinha servido ao Príncipe Real, em 1907, em Luanda; parte dos animais do seu Zoo; a sua colecção etnográfica, que vemos exposta na oficialização do Museu Colonial pelo Principe Real, em 1907, conforme catálogo então publicado (**APÊNDICE 19**); as suas pertenças, como medalhística, a colecção de fotografia vítrea e outros materiais; e a sua afilhada doente, filha do Rei do Congo.

Importará reflectir Gomes de Sousa como um homem de realização, o que sugere uma

forte tenacidade de vontade. Para tal realização terão contribuído também os seus bens que já eram de raiz, como mostra bem a sua doação de terrenos no lugar da Parede, concelho de Cascais, frente ao Atlântico, a crianças desvalidas; os proventos como oficial superior; o comando de navio; as suas passagens interinas pelo governo de Angola; a presidência a comissões de estudos e de recepção ao Príncipe Real; a Provedoria da Misericórdia de Luanda; a sua presidência da Câmara Municipal de Luanda; o cargo de Capitão dos Portos da Província de Angola; o cargo de Comandante da Divisão Naval da África Ocidental; o exercício de Governador do distrito do Congo e do distrito de Luanda, como dito; a direcção do Observatório Meteorológico de Luanda, na Alta, onde se localizava o Museu Colonial, que organizou, bem como organizou as colecções de Produtos que enviou para o Museu da Sociedade de Geografia e as inúmeras remessas de animais vivos que ofereceu ao Jardim Zoológico de Lisboa – onde trabalhará até à sua morte, em 1935. Sobre este enorme interesse pelo Jardim Zoológico de Lisboa, que cultiva desde os seus tempos de permanência em Angola e que mantém até á sua morte, como Mecenas e como Director, deixamos significativa informação em **APÊNDICE 33**, que cremos poder contribuir muito para melhor compreender este homem de estudo e de acção. Aliás, o Museu Colonial de Luanda, na dimensão do seu Zoo, e o Jardim Zoológico de Lisboa, em grande parte, explicam-se mutuamente.

Ora daqui decorre que, com todos estes desempenhos durante mais de duas décadas, teve certamente tempo e posses, herdadas e adquiridas, bem como poder de gestão de recursos humanos, detentores de diferentes saberes que Gomes de Sousa terá sabido utilizar em diversas circunstâncias, nomeadamente na realização do Museu Colonial oficializado, em 1907, pela Visita e pela Palavra do Príncipe Real – ambas ali, representações simbólicas do Poder Político Colonial e do Poder Político Imperial (Austin, 1971), como dito.

Ora, feita esta reflexão sobre Gomes de Sousa (ver ainda **APÊNDICE 33)**, importará reflectir a sua obra, cuja abordagem privilegiamos neste estudo – Museu Colonial, 1907-1910, que tem lugar no Observatório Meteorológico de Luanda, também casa de função de Gomes de Sousa, e seus espaços envolventes.

De muito significativo, é que será com uma Monografia sobre o Observatório Meteorológico e Magnético de Luanda que este Observatório, sob a Direcção de Gomes de

Sousa, ganhará uma medalha de ouro na Exposição Universal de 1900, em Paris[131] (Teixeira, 1936; Ferreira, 1966). Ainda nesta Exposição Universal, foi-lhe atribuída uma medalha, também de ouro e com o nome gravado (**APÊNDICE 1**), pelos seus trabalhos como colaborador da secção Portuguesa daquela Exposição na Classe das Instituições Científicas. E, a este Observatório Meteorológico, dedicou Gomes de Sousa a sua melhor atenção, incluindo a que prestou aos espaços envolventes do património edificado, conforme a atrás referida Ordem da Armada nº 2213, de 1900, que, nas palavras do então Governador de Angola, Ramada Curto, pontualiza a acção de Gomes de Sousa, no respeitante ao seu não vulgar desinteresse com que sem dispêndio para a fazenda, mandou construir importantes dependências do Edifício do Observatório, e fez regularizar e ajardinar os terrenos contíguos, aumentando assim em muito o valor real e estimativo do mesmo edifício.

Cremos ter reunido sobre Ernesto Augusto Gomes de Sousa a suficiente informação e elaborado a interpretação, que apresentamos sobretudo nesta alínea e no referido **APÊNDICE 33**, o que nos permite colocá-lo entre os homens e os seus pares, nos tempos e nos lugares da sua trajectória de vida. Tal nos permitirá melhor abordar o nosso tema de estudo, no seu todo.

Avancemos agora, em alínea B, com uma reflexão sobre uma destacada realização da sua vida – a organização do Museu Colonial, em 1907. Vejamo-lo, no âmbito da Museologia de temática africana, no contexto das acções museológicas, suas contemporâneas, em Angola e na então Metrópole, de modo a melhor podermos compreender este Museu Colonial - muito apreciado pelo augusto Príncipe visitante (Teixeira, 1936) – como era pretendido na época, pelos Estados-Nação Imperiais, pois era uma forma de legitimação de soberania colonial.

2 – Museu Colonial de Luanda, 1907-1910: acções museológicas e contemporâneas em Angola e na então Metrópole

Referimos, atrás, alguns escritos da época que mencionam os eventos museológicos visitados pelo Príncipe Real D. Luís Filipe, em Luanda, nomeadamente os vários acervos expostos no Museu Colonial, em grande parte organizados por Ernesto Augusto Gomes de Sousa.

Ainda recentemente, ao perfazer o 90º aniversário do Regicídio, foi editada em Outubro de 1998, em Lisboa, a fotobiografia do *Príncipe Real Luís Filipe de Bragança* (1887-1908), por

[131] Este mesmo Observatório Meteorológico foi ainda medalhado na Exposição Colonial Internacional de Paris, em 1931, e na Exposição Colonial Portuguesa, no Porto, em 1934 (Ferreira, 1966).

Vicente & Vicente (1998). Esta obra dedica uma marcada atenção à Viagem do Príncipe, nomeadamente no que se refere a Luanda, no troço de ida. Aqui, remete para documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino e para imprensa diversa, conforme Alberto (1907, pp. 186-192) que nos deixa, a determinado passo o seguinte testemunho:

> "Para que a visita de Sua Alteza ficasse memorada por algum acto de progresso, foi inaugurado nesse dia, no Seminário-Liceu de Luanda, o curso de intérpretes e museu, instituído pelo Reverendo Bispo de Angola e Congo" (Alberto, 1907, p. 186).

Diz mais adiante que

> "Visitou Sua Alteza o Observatório onde veio inaugurar também uma exposição de amostras de produtos de Angola, organizada pelo Sr. Conselheiro Gomes de Sousa, e em que se vêem o café, o algodão, cacau, açúcar, borracha, e alguns artefactos indígenas, etc" (Alberto, 1907, p. 189).

Vicente & Vicente (1998) apresentam a reprodução de dois postais com vistas das colecções do "Museu" do Observatório. Um destes postais exibe o n.º 30, possível sinal de que integra uma colecção de cartologia que, até ao presente momento, não conseguimos localizar. Tem a legenda: *Luanda. Visita de S: A: o Príncipe Real, Exposição de produtos coloniais no Observatório de Luanda*, e exibe uma vista da varanda do Observatório, tirada não exactamente dos ângulos das fotografias, ditas em "chapas de vidro", da colecção de Gomes de Sousa que chegou até nós e que veremos adiante uma a uma, mas que podemos identificar por determinados objectos e que não deixa dúvidas de que se trata do "museu" e dos acervos do Observatório que aqui tratamos. Este postal mostra, claramente, entre material vário, um expositor lateral com três prateleiras plenas de contentores vítreos com Produtos, muito possivelmente de produtos naturais como era prática corrente, diverso artefactuário africano suspenso na parede, um possível aviário ao fundo, materiais zoológicos muito possivelmente assistidos de necessária preparação e conservação, materiais botânicos - uma possível extensão do Horto de Gomes de Sousa - e expositores ao centro da varanda, que sugerem ser amostras de uma xiloteca.

O segundo postal, representado na referida fotobiografia, ostenta os mesmos dizeres que o anterior, ou seja *Luanda*. *Visita de S. A: O Príncipe Real; Exposição de produtos coloniais no Observatório de Luanda* e exibe uma vista da mesma varanda mas tirada do lado oposto, sendo visíveis o mobiliário, os expositores e os objectos, alguns em clara repetição e, em parte, bem contrastados em termos de imagem.

Afigura-se-nos que, possivelmente, as recolhas dos citados materiais etnográficos, em

grande parte, poderiam traduzir-se em compras ou ofertas feitas a Gomes de Sousa por comerciantes a viajar em Angola e por militares, possivelmente em acções de ocupação e talvez sem a completa e desejável informação e disponibilidade, o que os tornaria objectos mais ou menos erráticos. Esta nossa hipótese, no entanto, não é verificável, dado não termos conhecimento, até ao presente momento de investigação, da existência de ficheiros de Gomes de Sousa – que muito possivelmente terão existido, porque são claramente visíveis algumas etiquetas em parte do material exposto como veremos adiante.

Até aqui, no respeitante ao material exposto, a museografia diz-nos que a Exposição na varanda é densa[132], como acontecia na época, e contempla objectos naturais e objectos culturais, neste caso, produção do Homem Africano. A nível da imagem não nos parece muito evidente uma grande sistematização museográfica por núcleos, o que para além de uma eventual falta de espaço, pode pressupor uma não acentuada diferenciação entre o natural e o cultural africano, o que a acontecer, não será alheio à visão evolucionista, que foi muito dominante durante grande parte do século XIX e que continuou a estender-se, ainda, no tempo.

Uma nova visão diferente e assente num minucioso trabalho de campo, com os respectivos estudos e recolhas científicas feitas *in loco* por elementos com formação específica, chegará, mas anos depois e já no fim do tempo de balização deste presente trabalho, ou no seu limite, como sejam, por exemplo, conforme Bonte & Izard (1991a): Bronislaw Malinowski, húngaro residente em Inglaterra que, em 1914, partirá para as distantes Ilhas Trobiandezas; Alfred Radcliffe-Brown, que só em 1910 regressará a Inglaterra, vindo das Ilhas Andaman, de uma estadia de cerca de dois anos, onde lançou uma *enquête* pioneira de longa duração e, depois fará uma outra grande estadia de estudo na Austrália Ocidental, no período que vai de 1910-1913 - destas estadias referidas surgirão publicações na década de vinte e trinta -. Ainda sobre Alfred Radcliffe-Brown, foi considerado um pioneiro no trabalho de campo antropológico prolongado e na elaboração de diário de campo (Ramos, 2004). Esta preocupação, especificamente no que respeita à necessidade da ida ao terreno e da recolha sistemática aí ser feita, vemo-la, ainda, por

[132] Densa também o foi, por exemplo, a museografia no Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa e foi-o até ao final da década de 1970. Este tratava temáticas de várias áreas do saber, como sejam geologia, filatelia, botânica, zoologia e etnografia. O referido Museu mostrava, em Lisboa, até então, as excelências do Império Português. Em 1979, grande parte dos materiais do seu acervo, nomeadamente de zoologia, geologia e botânica, serão depositados na então Junta de Investigações do Ultramar, depois denominado Instituto de Investigação Científica Tropical, recentemente integrado, em grande parte, em 31 de Julho de 2015, na Universidade de Lisboa. Agora, em princípio, em não longo tempo, os materiais atrás citados serão depositados no Museu de História Natural da Faculdade de Ciências desta Universidade, na Rua da Escola Politécnica.

exemplo, em Arnold Van Gennep (Bonte & Izard, 1991b). Foi responsável pela cadeira de Etnografia na Universidade de Neuchatel de 1912-1915 e, cumulativamente, director-adjunto do Museu de Etnografia desta cidade da Suiça (Bonte & Izard, 1991b) - este investigador foi referido no projecto de criação do Museu de Etnografia de Angola e Congo, conforme Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1912a), que trataremos adiante -, sendo apontado como tendo sido pioneiro na exigência do rigoroso trabalho de terreno, nomeadamente na localização precisa de factos.

Posto pontualmente o atrás enunciado, cumpre perguntar o que se passava no Continente do Reino de Portugal no respeitante à museologia de temática extra-europeia, e, concretamente, de temática africana. Cumpre, igualmente, perguntar o que se passava, nomeadamente, em Angola. Só depois desta reflexão avançaremos para o estudo do *Catálogo do Mostruário de Produtos* do Museu Colonial de Luanda, de 1907, e da colecção particular de fotografia que foi pertença de Ernesto Augusto Gomes de Sousa. E fazemos, assim, tentando, como já ensaiado, contextualizar os diferentes acontecimentos.

Ora, Gomes de Sousa está em Angola desde 1892. Concorreu, é certo, com um trabalho científico na área da Meteorologia, à Exposição Universal de Paris de 1900, e foi medalhado. Gomes de Sousa organizou também materiais locais, produtos naturais que, com outros materiais, foram enviados à mesma Exposição, tendo organizado ainda, como dito, grande parte do acervo apresentado na *Exposição Colonial de Algodão, Borracha, Cacau e Café*, que esteve patente na Sociedade de Geografia de Lisboa, de Abril a Maio de 1906, no respeitante à parte de Angola, que vemos por si tratada em 10 densas páginas, repletas de informação (Sousa, 1906). Sendo assim, embora distante da então Metrópole e da Europa e, porventura, sem o saber formal a nível etno-museológico e museológico então já existente, sobretudo na Europa do Norte, Gomes de Sousa seria detentor de conhecimento que vemos expressos nos catálogos ou nos capítulos dos catálogos que subscreve. Estes conhecimentos, muito possivelmente e em parte, adviriam de publicações ou normas que eram enviadas de Lisboa pelas diversas instituições; dos contactos à distância com a Sociedade de Geografia de Lisboa, com a Escola Colonial e, ainda, porventura, com estudiosos e militares interessados, nacionais e estrangeiros que permaneciam em Angola - exemplo, Gossweiler - ou que faziam trânsito no Porto de Luanda e a quem ele, possivelmente, receberia na sua residência, ou seja, numa parte do Observatório Meteorológico.

No sentido de enquadrarmos e melhor compreendermos a acção de Gomes de Sousa,

façamos uma breve e pontual abordagem a algumas preocupações do Governo central relativas a temática museológica africana (1889-1915).

Assim, sugere ser claro que, como dito, em Portugal, a criação da Escola Colonial, em 1906, entre outros objectivos, vai tentar contribuir para colmatar a insuficiência, por exemplo, na atrás citada formação específica no que respeita à Museologia e fá-lo-á nas próprias instalações da Sociedade de Geografia de Lisboa, onde já estava constituído o Museu Colonial e Etnográfico, conforme Decreto com força de Lei de 10 de Março publicado no Diário do Governo (1892), Museu este que teve o seu Regulamento Geral publicado, em 1896, pela mesma Sociedade de Geografia de Lisboa, na nova Série/Regulamentos, nº 1.

A criação da Escola Colonial nasce no âmbito do Decreto-Lei de 18 de Janeiro, publicado a 19 de Janeiro no Diário do Governo (1906). Na justificação deste Decreto vemos que, entre outra matéria, o legislador faz comparações com o ensino colonial ministrado em França, Holanda e Inglaterra. São muitos os pontos em que o legislador se debruça sobre o ensino, deixando claro, à luz da época, o que é pretendido. Assim, diz a determinado passo:

> "Daqui se deduz que não é simples a tarefa e que múltiplos são os factores a inferir, quando se queira espalhar largamente, nas nossas possessões, a instrução, o mais poderoso meio de valorizar o trabalho reprodutor. Na instrução a dar aos indígenas, derramando os conhecimentos práticos mais úteis, alguma coisa há de que não nos devemos esquecer também: difundir a nossa língua, "um dos mais valiosos instrumentos de assimilação". (Diário do Governo, 1906, p. 241).

E, mais adiante diz que

> "Lancem-se as bases essenciais do ensino colonial na metrópole" e, ainda mais adiante afirma que "É urgente a necessidade de possuir o pessoal administrativo colonial a instrução conveniente". O Decreto refere a necessidade de aumentar as colecções que formam o Museu Colonial da Sociedade de Geografia de Lisboa e o Art. 4 do citado Decreto diz textualmente, e de uma forma significativa, que "O Museu Colonial será remodelado de harmonia com o ensino que se estabelece e nele será criada um secção comercial intitulada – Museu Colonial - e a que deverá estar apenso um serviço de informação comercial". (Diário do Governo, 1906, p. 241).

Este mesmo Decreto (Diário do Governo, 1906, p. 241), atrás citado, ainda no âmbito do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, Direcção-Geral do Ultramar, 1ª Repartição, 1ª Secção, trata a "Organização do Ensino Profissional das Colónias", legislação esta que se estende por 3 capítulos e 66 artigos, dos quais o artigo 30 diz que "é criada, anexa às Oficinas do Estado, em Luanda, uma Escola Profissional D. Carlos I" - de que será Inspector, Ernesto Augusto Gomes de Sousa, como referido, e que será inaugurada pelo Príncipe Real D. Luís Filipe, como

dito. Diz o corpo do texto, entre outra matéria, que o aluno deve aprender as diversas disciplinas e uma arte ou ofício e diz, por exemplo, como que reforçando o reforço da área profissionalizante - que é hierarquizada - no Artº 64, que os "directores dos postos experimentais terão os auxiliares europeus que forem indispensáveis e o pessoal indígena que o trabalho manual exigir".

As preocupações da necessidade de formações específicas, decorrentes do Decreto referido, de 18 de Janeiro de 1906, estão na base de um outro evento que consideramos importante e que até ao presente momento da investigação, não temos notado que se lhe tenha dado atenção, relativo a visitas de estudo a museus europeus, que decorreram de Agosto a Outubro de 1910 e que aconteceram no âmbito do citado Decreto de 18 de Janeiro de 1906, como apontado pelo seu autor, Carlos Eugénio de Mello Geraldes (Geraldes, 1912).

Detenhamo-nos um pouco em Geraldes (1912), embora o término da visita aos museus da Europa quase coincida com o regresso de Gomes de Sousa à então Metrópole e a sua publicação ocorra quando Gomes de Sousa já está há cerca de dois anos em Lisboa, depois de regressado de Luanda. O Relatório desta Missão diz-nos que o seu subscritor, Carlos Eugénio de Mello Geraldes - docente no Instituto Superior de Agronomia, e depois primeiro Director do Jardim-Museu Agrícola Colonial -, visitou várias instituições: em França, como sejam, o Jardim Colonial de Noguent e o Office Colonial, e adentro deste, com particular atenção, o Museu Comercial; na Bélgica, o Museu do Congo Belga, em Tervuren, o Jardim Colonial de Laeken, o Instituto Agronómico de Louvain, a Escola Média Prática de Horticultura e Silvicultura de Wagenningen; em Inglaterra, o Instituto Imperial e o Jardim Botânico Real de Kent.

Este Relatório de Missão (Geraldes, 1912, p. 368) consubstancia posições eurocêntricas e um verticalismo antropológico, tendo como modelo, à luz da época, o Homem europeu, como ocorria frequentemente na época.

Sendo assim, neste particular, o Relatório não é inovador. Mas é-o, e talvez muito, quando fixa, a nível da museografia e da extensão educativa, que "O Museu deve ser, com efeito, um curso permanente de colonização, uma lição de coisas coloniais, contínua, incessante e interessante. No decurso da organização da nossa Exposição, o lado atraente, não será descurado (…)" (Geraldes, 1912, p. 368).

Ou quando o autor proclama que:

> "Quando digo Museu Colonial, apresso-me a declarar bem alto, não é intuito meu o aplicar este nome (que só por si nos deve trazer à lembrança a presente energia vital que em si encerram as regiões intertropicais) a uma mais ou menos recheada, mas

> muda e glacial necrópole de produtos e gentes indígenas. Refiro-me, como era de presumir, a um Museu Colonial digno deste nome, a um Museu com vida que ensine e divulgue como que automaticamente, quase sem o visitante dar por isso, lançando os olhos apenas para amplas vitrines repletas de uma documentação rigorosamente classificada e metódica e artisticamente apresentada" (Geraldes, 1912, p. 370).

O autor deixou-nos inúmeros motivos de reflexão, como seja a presente necessidade, a nível da investigação, de colaboração entre Jardim Colonial, Laboratórios e Museu Colonial. E ainda, entre tanto mais, fala-nos na absoluta necessidade da divulgação do conhecimento através de caixas escolares, folhetos, catálogos.

Muito do que atrás foi fixado nos grandes e ricos museus da Europa, encontraremos com dificuldade no "Museu do Observatório", organizado por Gomes de Sousa.

No entanto, este Museu foi organizado, publicou catálogo e recebeu visitantes para o que terá contribuído, certamente, algumas publicações, como seja a de Bocage (1862) que trata sobretudo, a colheita, preparação e remissão de produtos zoológicos para o Museu de Lisboa, publicação esta que apresenta texto e pedagógico desenho esquemático.

O "Museu do Observatório" foi realizado e teve visitantes em espaço público, ou seja, teve emissor e receptor, e, como tal, assim, ele mesmo foi artefacto.

Em 1912, ao tempo do governo do republicano Manuel Maria Coelho, em Angola, pela mão do Secretário-Geral Moreira da Fonseca, legislou-se no sentido da criação do Museu Etnográfico de Angola e Congo[133,134], por portaria nº 266, de 05/03/1912, publicada no Boletim

[133] Neto (1964, p. 82) admite relativamente à temática tratada na Portaria nº 215, de 23/02/1912, e na nº 266 de 05/03/1912, publicadas respectivamente nos Boletins Oficiais do Governo Geral da Província de Angola (1912a e 1912b), que sejam os Bachareis Moreira da Fonseca e Alberto Osório de Castro - então vivendo em Luanda, o primeiro, breve tempo como secretário-geral e o segundo como Juiz da Relação de Luanda - os seus principais responsáveis. Admite, assim, "uma vez que o Governador-geral, Major Manuel Maria Coelho, partira a 26/02/1912 e só a 07/03/1912, tomaria posse o Governandor-geral interino, Capitão Romeiras Macedo. Atendendo a que as Portarias nº 215 e 266 foram publicadas durante o período governativo de Manuel Maria Coelho, altura em que Moreira da Fonseca já desempenhava as funções de secretário-geral, e a que este durante os poucos dias que teve a seu cargo o governo da província, tomou tal resolução, é de admitir que fosse este bacharel o grande entusiasta pelo respeito dos "usos e costumes". É bem possível, no entanto, que não fosse menor o papel, para o prosseguimento do mesmo objectivo, do Juiz da Relação de Luanda, bacharel Alberto Osório de Castro que, conforme a Portaria nº 266, era Sócio do Instituto Etnológico Internacional de Paris e se prontificava a dispor metodicamente segundo as indicações da museologia etnográfica e etnológica as colecções que na Secretaria do Governo se recebessem.

Alberto Osório de Castro formou-se na Universidade de Coimbra e, entre outros, esteve colocado em Timor. Ofereceu alguns instrumentos musicais timorenses ao Museu Instrumental de Música nos primeiros anos da República, na pessoa do então organizador do Museu, Miguel Ângelo Lambertini, conforme documentação existente no espólio deste músico, existente em arquivo particular, que consultámos.

Tal facto pode reforçar a sugestão de que Alberto Osório de Castro se interessava pela etnografia.

[134] Foi Administrador Colonial Português. Exerceu o cargo interino de Governador-Geral da Colónia de Angola, em 1912, tendo sido antecedido por Manuel Moreira da Fonseca e sido sucedido por José Norton de Matos (1867-1955).

Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1912a).

Foram mencionados neste diploma nomes como os de Van Gennep e de José Leite de Vasconcelos. Legisla-se, previamente, no sentido do lançamento dos inquéritos etnográficos, conforme Portaria nº 215, de 23/02/1912, publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1912b) - como, por exemplo, Geraldes (1912) havia referido no seu citado Relatório de Missão, no respeitante ao Museu de Tervuren.

Mas aquele diploma de criação dum Museu, em Angola, não referia o Museu Colonial de 1907-1910, organizado por Gomes de Sousa. Não refere também os esforços anteriores da criação de Museus, logo após 1834 - como pontua Cayollo in "*Oração de sapientia*" lida na inauguração do curso da Escola Colonial de 1909 – 1910.

Também não cita o texto de lei que cria um Museu em Angola, subscrito por Sá da Bandeira, conforme Boletim Oficial do Governo Geral da Província d'Angola (1857), aqui transcrito em Capítulo III, alínea C. Não refere o esforço de coleccionadores feito durante décadas e também não refere os relatórios nem recentíssimas visitas de estudo a Museus europeus, realizadas entre 1908 e 1910, cujo Relatório foi publicado, em 1912, como dito. Manuel Maria Coelho com vários anos de degredo, passados em Angola - foi, como dito, um jovem Oficial revoltado, em 1891, no Porto. A sua nomeação como Governador pode sugerir a apropriação simbólica do território angolano, pela República. E isto num tempo ainda conturbado - por exemplo, com as invasões de Paiva Couceiro no Norte de Portugal -, em que Manuel Maria Coelho legisla no sentido da abolição de todas as referências toponímicas a qualquer elemento da família antes reinante dos Bragança. Será que a não referência a antecedentes museológicos da época do regime anterior em Angola, não se traduz num fenómeno de escotoma?

Perguntamos ainda: O conteúdo que cria, pela Portaria nº 266, de 5 de Março (Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola, 1912a), o Museu em Angola, terá sido elaborado pelo próprio Manuel Maria Coelho e terá sido elaborado na então metrópole ou em Angola?

Ainda dentro dos parâmetros do tempo que tratamos, Ferreira Diniz, em conferência de teor evolucionista, proferida em 15 de Junho de 1915, na SGL, sob título *Protecção e assistência às populações indígenas da Província de Angola* diz que à Secretaria dos Negócios Indígenas da Província de Angola, criada por Norton de Matos, em 1912, cabe, entre outros, a incumbência da instituição e conservação do Museu Etnográfico. Este Museu vem tratado em termos

organizativos, abrangendo um total de sete artigos, em obra publicada, em 1918 (Diniz, 1918).

Porém, até à visita a Angola do Presidente da República, General António Óscar Carmona, em 1938, nenhum Museu foi inaugurado - embora tenha sido realizada em 05/10/1913, em Luanda, ao tempo do Governador Norton de Matos, uma Exposição Temporária de gado, em 1913, e tenham sido preparados produtos diversos, que depois seguiram para Londres e em cuja Exposição, em 1914, esteve o próprio General Norton de Matos - ao tempo em que eclodiu a Guerra entre a Alemanha e a França. Em Luanda, na Fortaleza de S. Miguel, só em 1940, nascerá o Museu de Angola, instituído pelo Ministro do Ultramar, Vieira Machado, em 1938, aquando da citada visita do Presidente António Óscar Carmona. Havia, sim, conforme Fernando Batalha (entrevista a 8/03/2003), uma colecção lapidar, em 1935, sob os arcos da secular Ermida da Nazaré[135] - bem perto da "Senzala dos Cabinda" -, organizada por Monsenhor Alves da Cunha*. Face a tanta insistência da legislação a nível do Estado, como constatámos, durante a 1ª República, conducente à criação de Museus, em Angola, vemos que é muito tardia a sua concretização, em 1940, a que pode não ser alheia a eclosão da Grande Guerra e os tensos tempos políticos pós-guerra, incluindo reiteradas apetitibilidades territoriais exteriores.

Quanto a Ernesto Augusto Gomes de Sousa, na Luanda da primeira década do século XX, ele pensou e fez Museu – o Museu Colonial de 1907-1910 - e sendo assim, ele demonstrou saber, saber-fazer, poder-fazer e muito possivelmente gostar-de-fazer. Tê-lo-á feito, com muito lúdico, honrando, deste modo e como monárquico o "seu" Príncipe Real, e, fazendo assim, cumulativamente, reproduziu e apologizou o Império, como pretendia Portugal, então fragilizado Estado-Nação Imperial, em conturbado tempo de antagónicos e ameaçadores imperialismos imperiais.

É este Museu Colonial que continuaremos a abordar adiante.

[135] Em termos de Património construído foi o primeiro Monumento classificado de Luanda. Foi-o, em 1922, conforme Custódio (2010). Integra, no seu interior, que visitámos, um painel azulejar setecentista, a azul e branco, celebrativo da vitória das forças ao serviço de Portugal sobre as forças da Rainha Ginga – Rainha que ainda hoje dá nome a uma secular dança, no interior do Brasil. Isto remete-nos para a interligação entre eventos de vários tipos no espaço de Língua Comum, como nos ensinou há décadas o Professor Agostinho da Silva, fundador e organizador de várias instituições de ensino e investigação, nomeadamente o Centro de Estudos Africanos, na Baía, que foi o primeiro em Língua Comum.

CAPÍTULO IX

CAPÍTULO IX - A CIDADE DE LUANDA E O EDIFÍCIO DO OBSERVATÓRIO EM POSITIVOS VÍTREOS. 1907

Tratámos no anterior capítulo, especificamente, a figura de Ernesto Augusto Gomes de Sousa, fundamental obreiro do Museu Colonial de 1907-1910, no seu todo incluindo os seus respectivos Horto e Zoo – nosso estudo de caso – cujo estudo continuamos a abordar no presente capítulo e continuaremos a abordar, concretamente, nos próximos capítulos IX, X e XI.

Assim, damos agora entrada às imagens, em suporte vítreo, do acervo de Gomes de Sousa. De entre várias imagens citadas, optámos por relevar, neste primeiro passo, as que retratam aspectos da cidade de S. Paulo da Assunção de Luanda[136] e, entre outros motivos, o Edifício do Observatório[137].

Fazemos, assim, com estas "chapas de vidro"– deixando as restantes para os próximos capítulos -, como que partindo do geral ou seja da Cidade, até tratarmos depois uma parte mais particular dessa mesma Cidade, qual seja o Observatório e os seus espaços envolventes, onde se encontravam os respectivos Horto e Zoo.

[136] Luanda é muito referida, por exemplo, na Exposição e no respectivo Catálogo, que teve lugar na Sociedade de Geografia (Vasconcelos, 1904). Este Catálogo divide-se em Índice e Catálogo Geral, sendo que este se subdivide em partes dedicadas a "Portugal e Ilhas Adjacentes", "Possessões portuguesas actuais", "Partes do mundo em relação com as possessões portuguesas antigas e modernas", "Apêndice" e "Hespanha - Reprodução do catálogo fornecido pelo Ministério da Guerra".

Ocorre aquando da Presidência da Sociedade de Geografia, do Almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, e deste evento respigamos, como exemplo, o *item* 733 do Catálogo, sob título "Perspectiva da Cidade de S. Paulo de Luanda no Reino de Angola. Desenho da Fortaleza de S. Miguel por A.L.P. da Cunha, em 28 de Dezembro de 1816 e litografado, em Paris, em 1825, por Langloumé, à custa do major João Carlos Feo Cardozo Castellobranco. Gravura a preto. Dimensões 0,71x052 m. B. S. G. L.". Este *item* tem depois uma nota explicativa, como muitos outros materiais expostos, que diz o seguinte: "na parte superior da planta vêem-se os desenhos dos palácios do governador e do bispo, a Caza da Junta da Fazenda Real e o do monumento levantado em memória da aclamação de D. João VI. Ao canto superior esquerdo, um soldado a poucos passos de uma guarita e que mostra, segundo diz o texto de referências, a forma das vigias e guarda barreiras" (Vasconcelos, 1904, p. 163). Na parte inferior da perspectiva tem um desenho da cidade "observada da ilha que lhe fica fronteira, e um outro desenho da entrada do Passeio Público." (Vasconcelos, 1904, p. 163).

[137] Segundo F. Batalha (entrevista a 11/03/2002) "o edifício da igreja, depois reutilizado como Observatório, era a Igreja de Nossa Senhora da Conceição - designada por Sé Velha, por ter sido abandonada. Esta é do século XVII.

Foi a primeira Sé, em Luanda - a primeira Sé de Angola tinha sido na então denominada S. Salvador do Congo -, designada como Sé de Angola e Congo, arruinada, para cuja ruína poderão ter contribuído os constantes conflitos entre os congueses.

A acima referida Igreja de Nossa Senhora da Conceição recebe este orago e tal poderá estar ligado a D. João IV, pois é à Senhora da Conceição a quem este Rei dedica o Portugal restaurado. Note-se, por exemplo, o grande número de igrejas dedicadas a Nossa Senhora de Conceição, nomeadamente no Alentejo - onde mais dura foi a Guerra da Restauração - e pontualmente em Barrancos, junto à fronteira com a Espanha.

Sobre o local onde existiu a Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi seguidamente erguido o edifício dos Serviços Meteorológicos que foi concluído e inaugurado no ano de 1884".

Faz todo o sentido, em nosso entender, que a Alta e a Baixa da Cidade de Luanda, aqui presentes neste acervo de "chapas de vidro", tenham sido visitadas pelo Príncipe Real na sua estadia em Luanda, durante aquela que pode ser considerada a primeira Viagem Imperial, no referente a Portugal, e isto poderá contribuir para explicar a realização e a existência destas "chapas de vidro".

Reflictamos, ainda, a Cidade de Luanda, antes de olharmos as "chapas de vidro" de Gomes de Sousa.

Assim, em 1890, em contexto de ameaça de *manu militari* sob a forma de Ultimato, o Major Henrique Augusto Dias de Carvalho vê publicada a sua obra *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. No seu volume I, e em modo proclamatório, aquele autor chama a Luanda "a princesa das nossas colónias" e pergunta "E porque não se tornará ela a primeira cidade do mundo intertropical africano?" (Carvalho, 1890, p. 54). Admite-se facilmente que o presente texto tenha sido elaborado num tempo muito marcado pelo sonho português de que Luanda viria a ser a interface do território que iria do Atlântico ao Índico, ou seja, da Costa à Contracosta, representado no Mapa Cor-de-Rosa.

Carvalho (1890, pp. 55 a 57) debruça-se ainda sobre a cidade e dá-nos informações sobre Geografia, Geologia, Arquitectura, Urbanismo e outros. Diz-nos, assim, o seguinte:

> "A cidade de S. Paulo da Assunção de Loanda está disposta em dois taboleiros, um superior e outro á beira-mar; pelo que se tem feito a distincção de cidade alta e cidade baixa.
>
> A baixa estende-se até á encosta, e para o norte vae-se estreitando, limitando-se a um renque de casas distanciadas umas das outras; mas nunca se attendeu á natureza dos terrenos e á influência que nelles exercem as àguas pluviaes.
>
> As chuvas, por exemplo, como bem o mostra a gravura, encarregam-se de arrastar as areias, que facilmente se desagregam da encosta, dando a esta a forma de talude, e depositam-nas em montículos, que novas chuvas levam para o taboleiro inferior, d'aqui para o mar, augmentanto assim o terreno sub-marino em prejuízo da cidade alta.
>
> Não sabemos se há elementos sufficientes para se avaliarem estes phenomenos geológicos, já calculados para a costa do Baltico, delta do Egypto, e outros logares onde os problemas d'esta ordem são estudados com affinco; mas esta profunda modificação nas camadas superficiais de terreno é assás intensa, e d'isso mesmo se ressente o porto, cujo fundo se eleva, e mostra que a ilha fronteira, ou antes o cordão litoral que tem este nome, é de formação recente.
>
> Somos, pois, levados a crer que os dois taboleiros em que assenta a cidade de Loanda, tendem a nivelar-se com o andar dos séculos, se a mão do homem não se oppuzer ao desenvolvimento d'este phenomento de erosão.

> Como a própria gravura indica, as comunicações entre a baixa e a alta da cidade fazem-se por calçadas, construídas em diferentes epochas, orladas com árvores, que, apesar da sua antiguidade, não teem tido grande crescimento.
>
> Aquem, no planalto, vêem-se os cemiterios, o do alto das Cruzes e o protestante, como tristes mansões dos mortos; e mais além, para o interior, a obra mais monumental dos últimos tempos – o hospital Maria Pia.
>
> Um pouco mais para o sul, como limite da parte mais elevada, avista-se uma torre, de construção antiga e que fazia parte da primitiva igreja da sé, muito bem aproveitada para o observatório meteorológico, de onde teem saído trabalhos notabilíssimos depois de 1877, e do que, por certo, os médicos do ultramar não deixarão de deduzir as fórmulas meteorológicas e dos climas, sempre úteis aos que desejarem fixar-se por estas terras.
>
> Cá em baixo, à beira-mar, e quasi a meio do contorno da bahia, distinguem-se importantes edificios, como o mercado, a casa ingleza, a alfândega, a capitania do porto, as officinas das obras públicas; e mais além, quasi oculto pelo theatro, o velho edificio do terreiro publico, importante construcção do Capitão General Sousa Coutinho, e que no seu governo, que teve princípio em Janeiro de 1764, já serviu para celleiro de diversos géneros, que elle mandou distribuir pelos mais necessitados, na triste quadra de uma cruel fome, por que passou a cidade durante vinte mezes; e de tal modo se houve aquelle benemérito governador, que os effeitos d'essa calamidade foram muitíssimo atenuados" (Carvalho,1890, pp. 55 a 57).

Colocada esta introdução sobre a Cidade de Luanda, vejamos, então, as "chapas de vidro" transpostas para fotografia em suporte de papel.

FOTOGRAFIA I - MONUMENTO A SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES. ALTA DE LUANDA

Está resguardado por um gradeamento de ferro e apresenta pedestal e estátua, ambos elaborados e trazidos de Portugal - presentemente, e desde 1975, a estátua está recolhida na Fortaleza de S. Miguel, em Luanda, onde a visitámos, conjuntamente com outros monumentos e símbolos de soberania portuguesa, mandados recolher pelo governo português de então, para serem transportados para Portugal, tal não tendo acontecido porque houve, por parte de personalidades então residentes em Luanda, interesse em que esse Património ficasse em Angola para posterior musealização.

Está localizado na Cidade Alta, no chamado Largo do Palácio - entenda-se Largo do Palácio dos Governadores, hoje, Palácio do Povo. Este é um Largo irregular, ao contrário do Largo de Pedro Alexandrino, na Baixa, que faz um rectângulo perfeito. Junto e para além do Palácio, temos o Paço Arquiepiscopal - que foi Convento e Colégio dos Jesuítas e cuja

construção foi iniciada em 1607 e terminada em 1637, sendo que a Igreja de Jesus, que tem o desenho da Igreja do Espírito Santo, dos Jesuítas, em Évora, é actualmente o Edifício mais antigo de Luanda.

É posterior ao monumento levantado a Pedro Alexandrino da Cunha, tendo sido ambos inaugurados na década de 1870.

É-lhe próximo um belo exemplar de iluminação pública a petróleo, sendo que só existiam candeeiros nos locais mais nobilitantes da cidade como, por exemplo, no Largo do Palácio, nas proximidades da Sé e no Largo Pedro Alexandrino - no final da década de 50 do século passado, o Encarregado do Governo, Mascarenhas Gavião, aproveitará alguns exemplares destes candeeiros para iluminação interior da Fortaleza de S. Miguel e mandará recolher alguns exemplares para o Museu de Angola, conforme Fernando Batalha (entrevista a 11/03/2002), que temos vindo a seguir.

Está implantado no local onde lhe precedeu um primeiro monumento, alusivo à Aclamação do Rei D. João VI e ao Império Luso-Brasileiro que durou de 1816 a 1822 e que teve uma heráldica própria. Este era de mármore e de outros materiais nobilitantes e, tendo terminado o projecto do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1822, o monumento de 1817 não tinha mais sentido. A Regeneração marcará a Cidade com um outro monumento, posterior a 1854, como marca de um novo projecto, ou seja, o monumento a Salvador Correia de Sá e Benevides[138].

É de mármore este monumento e, por iniciativa do comerciante Francisco Barbosa Rodrigues, foi realizado e inaugurado a 1 de Março de 1874, durante o reinado de D. Luís I. O Presidente do Conselho de Ministro era ao tempo, António Maria Fontes Pereira de Melo, e o Governador-Geral interino de Angola era o Contra-almirante José Baptista de Andrade, conforme Dias (1938, pp. 11 e 12), que transcreve o Auto de Inauguração da estátua e a legendagem da mesma.

Comecemos pelo Auto, que diz o seguinte:

[138] Esteve presente na Guerra da Restauração, no Alentejo, no Atlântico Sul e no Índico. Está retratado a óleo na Galeria Antiga, em Florença. Faleceu a 1 de Janeiro de 1688, com 94 anos de idade (Dias, 1938).

AUTO DE INAUGURAÇÃO DA ESTÁTUA ERIGIDA EM LUANDA A SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES. 1 DE MARÇO DE 1874

"Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oito centos e setenta e quatro, ao primeiro dia do mês de Março do dito ano, pelas cinco horas da tarde, nesta cidade de S. Paulo de Assunção de Luanda e na Praça de D. Pedro V, aí reunida a Câmara Municipal para o fim de inaugurar o monumento que os habitantes desta Província, e por idéa e inicitiva do negociante desta praça, Francisco Barbosa Rodrigues, é dedicada à memória do inclito general, Salvador Correia de Sá e Benevides, restaurador de Angola; - e na conformidade do programa estabelecido para esta festa, se procedeu à referida inauguração pela forma seguinte:

Formadas as fôrças tanto de mar como de terra para as cerimónias e cumprimentos que pertencem a êste acto, presente como fica dito a Câmara Municipal, Conselho do Govêrno, Conselho da Província, Relação do Distrito, Corpo Consular, chefes de todas as Repartições públicas e demais funcionários, Associação Comercial, representantes da imprensa periódica e muitas outras pessoas de diversas categorias e classes, - logo que compareceu Sua Excelência o Conselheiro, contra-almirante, José Baptista de Andrade, Governador da Província, acompanhado do secretário geral e do seu estado maior, a Câmara Municipal seguida de grande parte das pessoas presentes, foi receber Sua Excelência o Governador Geral à entrada da praça, encaminhando-se depois para o pavilhão alevantado junto do monumento; e aí chegados, o negociante, Francisco Barbosa Rodrigues fez entrega ao Presidente da Câmara Municipal dos cordões da bandeira nacional que envolvia a Estátua, os quais pelo mesmo Presidente da Câmara Municipal foram passados às mãos de Sua Excelência, o Governador Geral.

Ao descobrir-se a Estátua, as bandas de música tocaram o hino da restauração de Luanda, as fortalezas e navios de guerra surtos no pôrto anunciaram com uma salva de vinte e um tiros que se achava inaugurado o monumento que a gratidão dos habitantes desta Província dedica por esta forma ao benemérito General Salvador Correia de Sá e Benevides. E, satisfeitas estas formalidades e cerimónias anunciadas no programa, foram lidos os discursos feitos pelo negociante Francisco Barbosa Rodrigues e pelo presidente da Câmara Municipal, aos quais Sua Excelência o Governador Geral respondeu, cujos discursos ficam juntos a êste auto; levantando em seguida Sua Excelência vivas a todos quantos desejem a felicidade da Província e a Sua Majestade El-Rei; e o presidente da Câmara, a Sua Excelência o Governador Geral.

O que de tudo o escrivão da Câmara lavrou o presente auto que assinam Sua Excelência, o Governador Geral, a Câmara e tôdas as corporações e funcionários presentes e já indicados: e eu Francisco Alfredo Bandeira, escrivão da Câmara, o escrevi.

João Baptista de Andrade, Governador Geral, interino; Inocêncio Matoso da Câmara; Francisco de Sales Pereira; Francisco Pereira dos Santos Vandunen, fiscal da Câmara; José Vieira da Silva; João Simões de Abreu; Joaquim Guedes de Carvalho Menezes; Jerónimo Moreira da Camara Botelho de Gusmão; António Maria Ribeiro, coronel; António do Nascimento Sampaio, secretário geral; Elisiário Augusto Loforte, secretário da Junta de Fazenda; Dr. José Pimentel da Silveira de Ávila, chefe do Serviço de Saúde da Província; João Eusébio de Oliveira, comandante da Estação Naval; Francisco José das Neves; José Maria do Prado; A. I. de Almeida Martins;

Fotografia I – Monumento a Salvador Correia de Sá e Benevides. Alta de Luanda.

> Dr. Alexandre Meireles de Távora; J. A. Campos; John Carnigie, A. B. M., vice-cônsul inglês; A. Santos, vice-cônsul da Turquia; Eugénio de Andrade, agente consular da Itália; Caetano de Sousa e Vasconcelos; António Sérgio de Sousa Júnior; Miguel de Santa Ana Pereira e MeIo; J. Florêncio Ferreira Anapaz; António José Pereira de Lacerda; Manuel da Piedade; Pedro Rafael Carvalho, guarda-menor da Relação; Cónego José do Nascimento; Alvaro da Costa Anapaz; José Amzalak; Francisco Martins Swart; M. J. Gonçalves Palhares; António Jerónimo de Oliveira; João Crisostomo Mackonelt; Manuel F. do C. Aguiar; Joaquim Rodrigues Carmelino; José Bernardo Ferrão; J. M. da L. Miranda Henriques; Francisco Barbosa Rodrigues; Francisco Alfredo Bandeira, escrivão da Câmara." (Dias, 1938, pp. 11 e 12),

Tem este monumento como legendas, segundo a citada obra, conforme Dias (1938, p.13), que vimos seguindo, o seguinte:

> "Na face anterior: A SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES RESTAURADOR DE ANGOLA EM 1648; na face posterior: POR INICIATIVA DE FRANCISCO BARBOSA RODRIGUES AUXILIADO POR ALGUNS CIDADÃOS DE ANGOLA SENDO GOVERNADOR GERAL O CONTRA-ALMIRANTE JOSÉ BAPTISTA DE ANDRADE 1874" Dias (1938, p. 13).

Despedimo-nos deste monumento a Salvador Correia de Sá, caminhando em direcção à Baixa e descendo a Calçada de Santo António até ao Largo e Monumento levantado a Pedro Alexandrino da Cunha.

FOTOGRAFIA II - MONUMENTO A PEDRO ALEXANDRINO DA CUNHA. BAIXA DE LUANDA

Apresenta pedestal de pedra e estátua de bronze, ambos elaborados em Portugal e daqui levados para Luanda.

Foi o primeiro monumento classificado de Angola. Foi-o ao tempo de D. Maria II, antes mesmo de haver legislação específica para classificação patrimonial.

Foi erigido com verbas recolhidas em subscrição pública. Não tendo estes dinheiros sido suficientes foram acrescidos de verbas auferidas no Oriente pelo homenageado.

Tem, no Largo e como moldura, como pudemos constatar no local, edifícios oitocentistas de boa qualidade arquitectónica, da época do monumento, e outros de época anterior.

Está implantado no Largo que está muito próximo do Edifício do Esquadrão - hoje Quartel da Polícia -, que deu nome à Rua do Esquadrão e que é uma das ruas que dá acesso ao Largo Alexandrino da Cunha. O referido Esquadrão de Cavalaria, antes ali sediado, tinha funções de policiamento - simultaneamente, à criação do Esquadrão de Cavalaria, na Baixa, foi criado um Quartel de Infantaria, na Alta, ambos do tempo do Governador Francisco Inocêncio de Souza Coutinho.

Representa o homem de Marinha de Guerra que temos referido como um esforçado anti - esclavagista. Comandou a Esquadra Portuguesa, no Atlântico Sul, de policiamento ao tráfico, em comum com a Esquadra Inglesa, que ali defendia o abolicionismo, o qual também serviu de capa ideológica ao Imperialismo Britânico durante a primeira metade do século XIX (Alexandre, 1979). Como Governador e como repressor do tráfico criou imensas inimizades, dados os

interesses atingidos, baseados no contrabando[139]. Afrontou os negreiros, nomeadamente, em Boletim Oficial. Morreu em Macau a 6/7/1850 (Anónimo, 1884).

Fotografia II – Monumento a Pedro Alexandrino da Cunha. Baixa de Luanda.

É objecto de estudo de Batalha (1968, pp. 35 a 38), que entre outra matéria, diz o seguinte:

> "Trata-se dum monumento comemorativo, em homenagem a uma notável figura histórica de Angola, que aqui prestou assinalados serviços, quer como oficial de marinha, primeiramente, quer como Governador-geral depois: o Capitão de Mar e Guerra Pedro Alexandrino da Cunha.
>
> Governando numa época crítica da vida da Província (1845-1848) por efeitos de extinção do tráfico de escravos, conseguiu notabilizar-se e granjear o reconhecimento público, mercê da sua firme conduta na repressão da escravatura e da sua sábia actuação perante as dificuldades da conjuntura económica.

[139] Contou com exíguos meios para a repressão da escravatura. Ao tempo de Pedro Alexandrino da Cunha, que por vezes tinha que enfrentar a animosidade das autoridades de terra, o poderio militar da Estação Naval de Angola não ultrapassava, para a repressão ao tráfico negreiro e outras missões, uns escassos dois brigues, quatro escunas, e embarcações miúdas, sendo que a Marinha Britânica, que actuava na costa de Angola, dispunha de 22 unidades, o que dá ideia da desproporção de meios (Oliveira, 1981).

> Desejando testemunhar a sua gratidão ao insigne Governador e perpetuar a sua memória, os habitantes de Luanda deliberaram, em 1851, erigir-lhe uma estátua, por subscrição pública entre a população de Angola. Para esse efeito foi constituída uma comissão organizadora, que incumbiu os deputados desta Província à Assembleia constituinte de contratar em Lisboa a execução do monumento. Foi adjudicada ao escultor-arquitecto Ernesto Rusconi a elaboração da estátua. Esta foi fundida no Arsenal do Exército, em bronze. O pedestal da cantaria veio também de Lisboa.
>
> A importância inscrita para essa obra atingiu o montante de 1.650.000 réis, todavia não foi bastante para satisfazer todos os encargos, sendo o déficite pago do acervo do próprio homenageado.
>
> Diversos entraves retardaram a execução e construção deste monumento, que só pôde ser inaugurado em 21 de Maio de 1871.
>
> Foi este o segundo monumento no género que se crê ter sido erguido em Luanda - o primeiro, alusivo à aclamação de D. João VI era de 1817 - e a primeira estátua pública em que foi dotada a Cidade.
>
> Deve notar-se que essa memória ao Governador Pedro Alexandrino da Cunha não tem singular apenas a circunstância de ser o "monumento nacional" nº 1 de Angola: é digno de curiosidade o facto de ser o único de classificação régia e metropolitana, e mais do que isso, ainda, o de ter a originalidade de haver sido classificado antes de ser construído.
>
> Na realidade, data de 2 de Março de 1854 o Decreto real - Boletim Oficial do Governo Geral da Província d'Angola (1854) - concedendo autorização para se erigir o monumento no qual se determina, igualmente, a sua classificação como "Nacional", "para os efeitos da sua guarda e conservação" (Batalha, 1968, pp. 35 a 38).

Em final desta notícia adicionamos a cópia integral desse histórico Decreto Real (Boletim Oficial do Governo Geral da Província d'Angola, 1854, pp.1-2), com o título M*onumento a Pedro Alexandrino da Cunha, Ministério da Marinha e Ultramar*:

> "Tendo-me representado os Deputados da Nação Portuguesa, Simão José da Luz, e Francisco Joaquim da Costa e Lisboa, que os povos de Angola, seus Constituintes, pretendem levantar na Cidade de S. Paulo d'Assunção de Loanda, um monumento à memória do Governador Geral, que foi daquela Província, o Conselheiro Capitão de Mar e Guerra, Pedro Alexandradino da Cunha, a fim de perpetuar ali a lembrança do Magistrado distincto pelo ilustrado zelo não menos que pelo espírito de rectidão e justiça com que administrara a mesma Província, para o que Me pediam a necessária autorização, e Dezejando Eu Confirmar o Alto Conceito em que já foram tidos os serviços prestados por aquele benemérito Funcionário, quando Sua Magestade a RAINHA, Minha Augusta Espoza, de mui Saudoza memória, se dignou de Reconhecelo-os o parecer do Conselho Ultramarino, em Consulta de dez de Fevereiro último: Hei por bem, em Nome d' El-Rei Approvando, e Louvando o nobre intento dos habitantes da Província de Angola, Conceder licença para que se possa erigir o projectado monumento na Praça da Capital daquela Província, que mais adaptada for para esse fim; Determinar que o mesmo Monumento seja considerado como nacional, para os efeitos da sua guarda e conservação. O Visconde d'Athougia, par do Reino, Ministério e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros, e dos da Marinha e Ultramar, o tenha assim entendido e faça executar. Paço em dois de Março de mil oitocentos e cincoenta e quatro. = Rei Regente = Visconde d'Athouguia" (Boletim Oficial do Governo Geral da Província d'Angola, 1854, pp.1-2).

A inauguração do Monumento, de facto, ocorrerá a 21 de Maio de 1871, conforme suplemento Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1871, pp. 229-230).

A Portaria nº 75 do Governo Geral da Província de Angola inserida neste citado suplemento indica as bandas marciais e a forma como as forças militares de Marinha, de Artilharia e de Caçadores se deverão apresentar no acto da inauguração. É dito ainda que subirão algumas girândolas de foguetes e que salvarão com 21 tiros, as fortalezas de S. Miguel e do Penedo, e os navios de guerra estacionados no porto.

Logo depois no Boletim do Governo Geral da Província de Angola, (1871, pp. 231-234), é descrita a solenidade da inauguração do monumento e transcrito o discurso da inauguração, a cargo do Presidente da Comissão, Francisco Barbosa Rodrigues, negociante.

FOTOGRAFIA III - BAIXA DA CIDADE. CAPITANIA DO PORTO E CARRUAGEM

Exibe parelha de cavalos pigarços. O cocheiro ou boleeiro, condutor de uma carruagem do tipo Vitória - hipoveículo ligeiro de quatro rodas, com assento para duas pessoas, com lugar para cocheiro e trintanário -, capotável, está em posição de mandar avançar, exibindo chicote fino e um possível uniforme de fato escuro, bota alta, chapéu e luvas brancas.

Apresenta, muito provavelmente, uma fachada da Capitania do Porto, com bem visível platibanda - de modo a proteger os transeuntes durante as chuvas - perto do local a que se chamava também as Portas do Mar, sendo que destas existe uma fotografia no Arquivo pessoal de Fernando Batalha, mostrando quatro pilares, como que sugerindo as entradas da Baixa de Lisboa, colunas aquelas que traduzem um exemplo de arquitectura do efémero, implantada em 1938, aquando da Visita Imperial do Presidente António Óscar Carmona a Luanda.

Diz-nos que estamos na parte Baixa da cidade, num dos ângulos do Largo Pedro Alexandrino da Cunha, conforme Fernando Batalha (entrevista a 19/03/2005). No seguimento da fachada referida, temos, presumivelmente, uma construção de serviço alfandegário.

Deixa bem visível a existência de carris, não distante da parelha de cavalos, o que sugere a existência de diferentes tipos de transporte, em Luanda, na primeira década do século passado. Ao fundo, à esquerda, vemos uma parte de um hipomóvel, possível transporte de carga.

Fotografia III – Baixa da cidade. Capitania do Porto, condutor e carruagem.

FOTOGRAFIA IV - BAIXA DA CIDADE. CAPITANIA DO PORTO E CARRUAGEM: OUTRA PERSPECTIVA

Exibe, à semelhança da fotografia anterior, o mesmo cocheiro, o mesmo trem e a mesma parelha de cavalos pigarços atrelados à maneira dita de *mylord.* Será este mesmo trem o que utilizava depois Norton de Matos aquando da sua governação em Angola?

Apresenta, muito provavelmente, uma fachada da Capitania do Porto, atrás citada na fotografia anterior, perto do local a que se chamou também as "Portas do Mar", já referidas na reflexão sobre a anterior fotografia.

Mostra, mais além, uma construção destinada, presumivelmente, a serviço alfandegário público, sugerindo estar armado de mastro de bandeira.

Diz-nos que estamos na Baixa da cidade e é bem visível a existência de carris.

Fotografia IV – Baixa da cidade. Capitania do Porto e carruagem: outra perspectiva.

FOTOGRAFIA V - BAIXA DE LUANDA. CAPITANIA DO PORTO, COCHEIRO E CARRUAGEM COM ERNESTO A. GOMES DE SOUSA

Sugere honorabilidade o transporte de Ernesto Gomes de Sousa, Capitão dos Portos de Angola e Director do Observatório Meteorológico de Luanda, sendo que este, no banco de trás, veste de branco, tem fina bengala e distinto chapéu preto. O veículo está munido de manivela de travão e lanterna de iluminação, aqui bem evidente. Representa o mesmo cocheiro, a mesma parelha de cavalos pigarços e o mesmo hipoveículo capotável.

Fotografia V – Baixa de Luanda. Capitania do Porto, cocheiro e carruagem com Ernesto A. Gomes de Sousa.

Fotografia V' – Baixa de Luanda. Capitania do Porto, cocheiro e carruagem com Ernesto A. Gomes de Sousa. Pormenor.

O cocheiro apresenta-se em traje diferenciado, com luvas brancas, botas altas e chapéu alto, cintado de branco.

Diz-nos que estamos, muito possivelmente, junto à Capitania do Porto, na Baixa, e faz todo o sentido que o edifício da Capitania sirva de moldura, em fotografia, ao Capitão dos Portos de Angola.

FOTOGRAFIA VI - BAIXA DE LUANDA. RUA SALVADOR CORREIA DE SÁ

Apresenta, em primeiro plano e conforme Fernando Batalha (entrevista a 22/03/2005), à direita, um edifício de 1° andar com janelas ogivadas. No seu rés-do-chão existiu o conhecido Café e Restaurante *Biker*. No lado esquerdo, na fiada de construção, veio a ter sede o jornal *Província de Angola*.

Diz-nos que aquele prédio está situado numa esquina da Rua Salvador Correia de Sá com o Largo que veio a ser denominado, por Largo da República, sendo que a fotografia foi tirada, olhando para o fundo da Rua Salvador Correia de Sá, ao lado da Sé.

Mostra-nos, com exuberância, como foi valorizada a montagem dos arcos e suas ornamentações, ainda em curso -, ou seja, como foi valorizada esta arquitectura do efémero, como era prática na época, e continuou sendo-o, por exemplo, durante as Viagens Imperiais do Presidente António Carmona, em 1938 e 1939 -, levantada certamente para honrar o Príncipe Real D. Luís Filipe, sendo muito relevantes as bandeiras da Monarquia, cruzadas entre si e ladeando o que sugere ser uma coroa.

Fotografia VI – Baixa de Luanda. Rua Salvador Correia de Sá e Benevides.

FOTOGRAFIA VII - BAIXA DE LUANDA E FORÇAS MILITARES EM PARADA

Diz-nos, muito presumivelmente, que estamos na Baixa de Luanda, dado estarmos em presença duma área bem plana. Diz-nos também que, muito possivelmente, se aguarda a chegada do Príncipe Real para prestação de honras militares.

Mostra-nos, à semelhança da anterior fotografia, uma profusão de arcos e ornamentações festivas comemorativa da Visita do Príncipe Real.

Exibe, com grande destaque, em primeiro plano, um agrupamento militar com Bandeira e instrumental músico, cujo som, após o levante da Bandeira, irrompia com o Hino Nacional de então, a entender como a voz do símbolo. A Bandeira dá a direita às tropas em parada.

Ostenta bem os cuidados tidos com a honorabilidade da Viagem Imperial do Príncipe Real.

Fotografia VII – Baixa de Luanda e forças militares em parada.

FOTOGRAFIA VIII - HABITAÇÃO, BAÍA E ILHA DE LUANDA

Foi tirada, possivelmente, do topo da torre do Observatório, com a objectiva virada para o morro da Fortaleza.

Mostra, em primeiro plano, vegetação nascida possivelmente em terra trazida dos pontos mais altos pelas chuvas. As habitações que vemos junto desta vegetação apresentam cobertura com telha dita de Marselha e exibem beirados recortados para quebrar a linha direita deste tipo de telhado, como já dito - poderão ter pertencido a anexos de serviços ingleses do cabo submarino.

Deixa bem visível, ao fundo, a Ilha de Luanda, que se prolonga para sul e faz parte do cordão insular ou restinga, o qual começa próximo da foz do Rio Quanza e resultou dos sedimentos trazidos pelo Rio.

Fotografia VIII – Habitação, Baía e Ilha de Luanda.

Sugere, mais além, o Mar largo, suporte de ligação entre as várias parcelas do então Império que a Viagem do Príncipe Real pretendia validar.

FOTOGRAFIA IX - OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO E VISTAS ENVOLVENTES. ALTA DA CIDADE

O Edifício do Observatório Meteorológico e Magnético situa-se na parte Alta da Cidade de Luanda e foi aqui e na sua envolvente que Gomes de Sousa realizou o Museu Colonial, oficializado pelo Príncipe Real, em 1907.

Integrava material científico, nomeadamente barómetros, termómetros, anemómetros, magnetómetros e catavento, sendo que todos os instrumentos estavam aferidos pelos padrões do Observatório do Infante D. Luiz, na Escola Politécnica de Lisboa (Anónimo, 1883).

Fernando Batalha elaborou, a nosso pedido, uma ficha manuscrita sobre o Observatório Meteorológico que diz o seguinte:

> "No local onde está o edifício dos Serviços Meteorológicos existiu outrora a Igreja da Conceição, Matriz de Luanda, da qual ficou a Torre, onde está o Observatório. A Igreja serviu também de Sé do Bispado desde que o Bispo de Angola e Congo passou de S. Salvador para Luanda*. Segundo referências de Monsenhor Alves da Cunha, atribui-se a fundação da Igreja Matriz ao último quartel do Século XVI, na época do Governador Paulo Dias de Novais (1575 - 1589) e do Bispo de Ulhoa (1578 - 1591).
>
> Por estar a desmoronar-se, o templo deixou de estar ao culto em 1818. Começou a ser demolido no Governo de Bessone Leite (1842 - 1843), trabalho que foi concluído pelo Governador-geral Almirante Baptista de Andrade. Este mandou instalar o Observatório na Torre remanescente da Igreja, no ano de 1864.
>
> Sobre o local onde existiu a Igreja foi seguidamente erguido o edifício dos Serviços Meteorológicos que foi concluído e inaugurado em 1881." (F. Batalha, entrevista, 22 Março de 2002).

Informou-nos ainda F. Batalha que o Observatório foi classificado em 1981, assente em informação escrita elaborada pelo próprio Fernando Batalha e por despacho do então Secretário de Estado da Cultura do Governo Angolano, Boaventura Cardoso, datado de 18/08/1981, publicado em Diário da República de Angola, nº 205, de 31/08/1981, que diz o seguinte: "É classificado como Monumento Histórico o edifício do Posto Meteorológico de Angola".

O Observatório integra uma colecção filatélica que tem por temática os Monumentos de Angola e foi emitida na década de 1980. Sabemos que o edifício vem sendo mantido em bom estado de conservação (Ana Filipa de Carvalho, entrevista a 15/06/2016). Gostaríamos muito de o revisitar futuramente, bem como a outro Património, na Alta da Cidade. Sobre o Observatório, e tendo em vista um postal da primeira década do século XX (**APÊNDICE 20**) disse-nos F. Batalha (entrevista a 2/02/2000):

> "À volta do Observatório temos ripados e uma cancela muito delicada de fasquias. Os sistemas de janelas permitiam a ventilação e abrigava dos raios solares. O edifício tem platibanda. A Torre exibe janelas de abertura, possivelmente, nos locais onde estavam os sinos desta antiga torre sineira. O edifício tem uma cercadura em X com delicadas portas de acesso em tabuinha." (F. Batalha, entrevista a 2.2.2000).

No topo da Torre estão os instrumentos de medição, sendo que a Torre dista do mar 187 metros e a altura do terraço, acima do solo, é de 20 metros. O edifício do Observatório exibe uma emblemática varanda, ou seja, uma plataforma saliente na fachada com persiana na cercadura exterior. Apresenta elaborados beirados de madeira recortada, mais vulgarizados, conforme Fernando Batalha (entrevista a 19/03/2002), depois da introdução da telha plana, tipo marselhês. Estes beirados enriqueciam a varanda, onde estava exposta grande parte das coleccões visitadas, em 1907, pelo Príncipe Real e eram, seguramente, um elemento de embelezamento da fachada - como acontecia, por exemplo, com edificios na antiga Parada, hoje Museu do Mar, em Cascais, onde o Rei D. Carlos costumava jogar, então, o muito nobilitante ténis. Em suma, os beirados de madeira recortada - ou de ferro - quebravam a monotonia da linha, algo direita, do beirado de telha do tipo marselhês.

Após termos tecido algumas linhas sobre a história e o tipo de arquitectura do Edifício do Observatório, vejamos agora o Observatório no contexto da cidade Alta, como retratado na presente fotografia IX - existiam, em 11/09/2002, na coleccão de João Salgueiro, postais, tendo por tema o Observatório Meteorológico de Luanda.

Começamos por dizer, conforme F. Batalha (entrevista a 08/03/2002), que a fotografia sugere ter sido tirada duma das janelas do Palácio do Governador, com a objectiva virada para a Fortaleza de S. Miguel. Aparece, bem visível, a Torre e parte do Edifício do Observatório. A Torre, datada do século XVII, era a da antiga Sé que, como dito, foi depois utilizada para observação meteorológica.

Na parte mais avançada da fotografia, estão representados edifícios entre o morro da cidade Alta e o morro da Fortaleza. Um destes edifícios terá sido, na época, sede do cabo submarino - no qual os ingleses tinham grandes interesses económicos. E, próximo, poderiam ter sido residências de funcionários do dito cabo, como sejam, edifícios administrativos e de apoio técnico - havia estações de cabo submarino, fundamentais para a navegação marítima e para o contacto com o exterior, em Luanda, em Moçâmedes, em Benguela e S. Tomé, sendo que nas últimas três estações as casas eram pré-fabricadas com estruturas metálicas e revestimento de

madeira. Os bem visíveis telhados em tesoura, aqui na Alta, poderão ter recebido influência do Oriente, dado existirem, por exemplo, em Goa - existem também em Tavira.

Continuando a olhar a presente fotografia temos que, a seguir ao Observatório, no sentido da profundidade, existia próximo o edifício dos serviços consulares de Inglaterra e, depois, o edifício dos serviços consulares belgas. A entrada dos serviços consulares da Inglaterra estava resguardada por uma interessante construção - um torreãozinho - à semelhança do que havia no Paço Episcopal. No que respeita aos belgas, que aqui tinham consulado, eles também tinham interesses na área, não só no que respeita ao norte de Angola, incluindo Cabinda, mas também no que respeita à navegação marítima.

Ainda, quanto ao tema desta fotografia, conforme Fernando Batalha (entrevista a 08/03/2002), se deve referir que, à frente do Observatório, no outro lado da rua, está o edifício que se diz ter sido a residência do Bispo de Angola, no século XVII. Apresenta arcos, interiormente. Tem restauro de tendência neoclássica - quanto aos ornatos, cimalha, etc -, datado do princípio do século XX. O restauro foi concepção de arquitecto. Terá sido da autoria de Sá de Menezes, arquitecto, que F. Batalha conheceu no Cruzeiro de 1935 e que regressou no vapor *Moçambique* com F. Batalha? Este edifício fronteiro ao Observatório é hoje residência particular sendo que, no seu interior, apresenta pátio e um dos lados tem boa arcaria. Esta área situa-se na zona histórica da cidade - classificada no Plano de Urbanização de Luanda, datado de 1954 e aprovado pelo então Ministro do Ultramar. A Alta da cidade de Luanda é rica no que respeita a Património Construído e era aqui que estava implantado o Observatório Meteorológico que Gomes de Sousa estudou, dirigiu e onde montou o Museu Colonial, como dito.

Ainda, para uma maior compreensão desta Alta, importa transcrever o que disse Fernando Batalha (entrevista a 22/03/2002):

> "ali está implantado o Hospital Militar. Este é um edifício do século XVIII. É um edifício que está no alinhamento da Rua da Misericórdia, ligado à Igreja da Misericórdia. É um edifício de rés-do-chão e 1º andar em estilo de decoração contida ao gosto pombalino - mais elaborado do que muitos que encontramos na baixa lisboeta, pois as janelas apresentam guarnições. Este hospital foi construído ao tempo do ministério do Marquês de Pombal pelo Governador Francisco Inocêncio Souza Coutinho. Foi construído de raiz no local onde existia um anterior, do século XVII, entretanto demolido - o Hospital Maria Pia é do século XIX e é outra coisa. A Casa dos Contos ou Casa da Junta, contígua ao Palácio, é igualmente da época de Pombal e obra do Governador Francisco Inocêncio de Souza Coutinho". (F. Batalha, entrevista a 22/03/2002).

Fotografia IX – Observatório Meteorológico e vistas envolventes. Alta da Cidade.

Ainda, segundo F. Batalha (entrevista a 05/04/2002), e no respeitante à Igreja dos Jesuítas, já referida, em Luanda, na Alta,

> "é do século XVII, com início em 1607. Ficou, entretanto, arruinada e teve alguma obra de restauro no século XIX - para aí instalar a Sé, o que não veio a acontecer. Foi restaurada entre 1950 e 1955. Era tida como a mais sumptuosa igreja jesuíta, a sul de Évora, onde está, o seu modelo. Foi transformada pelos holandeses, durante a sua ocupação, em salas e lugares de trabalho, à semelhança do Colégio dos Jesuítas. À sua saída, após a Restauração, os holandeses deixaram-na abandonada". (F. Batalha, entrevista a 05/04/2002).

Disse-nos, ainda, F. Batalha (entrevista a 13/04/2002) que, na Alta, o Palácio do Governador - onde o Príncipe Real teve residência oficial durante a visita,

> "é do século XVII/XVIII. Foi restaurado e ampliado na década de 50 do século XX, tendo sido conservados só três arcos do projecto da autoria de Fernando Batalha e tendo os tectos das lindas salas de caixotão sido substituídos pelo impessoal betão armado, com abatimento de paredes e perda das necessárias proporções". (F. Batalha, entrevista a 13/04/2002).

A Alta apresenta, ainda, para além do exposto, o

> "edifício do Quartel de Infantaria, implantado ao lado do Palácio, com projecto do Sargento-Mor Joaquim Guilherme Pais de Menezes, à semelhança do que acontece com a Casa do Trem, construída no lado oposto ao Palácio, em data anterior, em 1751, sendo que estas são obras, respectivamente dos Governadores Francisco Inocêncio de Souza Coutinho e António Vasconcelos" (F. Batalha, entrevista a 10/5/2003).

A Alta contava, conforme F. Batalha (entrevista a 22/3/2002), aprofundada em entrevista de 4/5/2003,

> "com seis igrejas e uma capela, todas do século XVII, como sejam as igrejas de Santo António - que tinha um hospício contíguo, e que foi residência e sede da Ordem dos Capuchinhos, em Angola -, de Jesus, de Nossa Senhora do Rosário, de São João dos Militares e, ainda, a Capela do Palácio - que era aberta ao público. A Igreja de Jesus, também dita dos Jesuítas - copia o modelo da dos Jesuítas de Évora -, era o ponto mais alto da Alta, conforme o nível tracejado do desenho da autoria do Sargento-Mor Joaquim Guilherme Pais de Menezes, cujo desenho abrange a perspectiva da Baixa e da Alta, na parcela ocidental da cidade". (F. Batalha, entrevista a 22/3/2002 e 4/5/2003)

Isto é bem verificável em Amaral (1961). Continua ainda F. Batalha dizendo que esta Igreja

> "Fica junto ao Arquiepiscopado. Esta era e é a Igreja de Jesus. Pertenceu aos Jesuítas e copia o modelo da Igreja de Jesus, também dos Jesuítas, em Évora - assim como a Igreja Jesuíta de S. Roque, em Lisboa, copia o modelo da Igreja dos Jesuítas, em Roma. Foi quase à ruína e foi recuperada em meados do século XIX". (F. Batalha, entrevista a 11 /03/2002).

Acresce referir, conforme Espanca (1993), que a Igreja dos Jesuítas, em Évora, é um edifício concebido no espírito contra-reformista, de planta tipicamente jesuítica, aprovada em Roma e tendo como protótipo a Igreja de Gesú, da autoria de Jacomo de Vignola. Um postal, sob título *Vista de Luanda de Noroeste, em 1816*, tirado de gravura da autoria de M. P. L. da Cunha, pertencente ao Instituto Nacional do Património Cultural, em Angola, editado pela Fenacult 89, em Luanda, trata também esta temática. Também o Eng.º de Minas, Joachim John Monteiro, tratou este tema, em desenho oitocentista (Monteiro, 1875), sendo que a a Igreja dos Jesuítas, na Alta, terá constituido uma forte carga simbólica na época da sua implantação.

Era na Alta

> "que estava o Monumento da Aclamação do Rei D. João VI - datava de 1817 e estava enriquecido com quatro colunas torças retiradas da arruinada Igreja dos Jesuítas -, contemporâneo do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1816 - 1822), bem como o edifício do Trem, também pombalino e fronteiro ao Palácio do Governador - neste edifício do Trem esteve instalada mais recentemente, a Direcção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, até à sua demolição, ocorrida depois de 1955" (F. Batalha, entrevista a 04/05/2003).

No que respeita ao Monumento da Aclamação, este foi demolido quando terminou o Reino Unido, em 1822 - a Independência do Brasil será formalmente instituída em 1825 - e, em seu lugar, a Regeneração fará nascer um outro Monumento, pós-l854, marca dum novo projecto político, o Monumento a Salvador Correia de Sá e Benevides - removido daqui, em 1975, durante a Transição para a Independência de Angola e depositado na Fortaleza de S. Miguel, em cujo local o visitámos com Samuel Aço. Antes, haviamo-lo visitado na Alta de Luanda.

Convencidos de que deixámos apontada a nobilitante carga simbólica da prestigiante Alta de Luanda, onde se integra o Observatório Meteorológico e onde Gomes de Sousa viveu largos anos da sua vida, aproximamo-nos agora, em fotografia, do edifício propriamente dito do Observatório Meteorológico.

FOTOGRAFIA X – VISTA PARA A BAÍA DE LUANDA

Aqui, a Baía de Luanda é relevada em grande mancha de água, enquadrada pela vegetação e habitação da Cidade e pela Ilha de Luanda, que a defendem. É bem visível a grande entrada da acolhedora Baía, por onde entrou o Príncipe Real, vindo do Atlântico Norte.

Figura X – Vista para a Baía de Luanda, tendo ao fundo a Ilha e o Atlântico.

A baía era um local privilegiado no quotidiano de Gomes de Sousa, como Director do Observatório Meteorológico e como Capitão dos Portos de Angola

Esta Baía teria sido, caso se tivesse realizado o sonho de um território uno, que unisse a Costa à Contracosta, a larga entrada do interface – Luanda.

FOTOGRAFIA XI - OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO, HOMEM E ALGUMAS VISTAS ENVOLVENTES

É bem visível a torre do Observatório Meteorológico. No topo temos instrumentos de medição e a citada platibanda. As janelas podem, como dito, estar implantadas nos espaços antes destinados aos sinos da Igreja. Os sistemas das janelas, como dito, permitiam a ventilação e abrigavam dos raios solares.

Encostada à torre temos uma varanda - onde Gomes de Sousa passaria muito do seu tempo e onde estava parte dos objectos em exposição – elemento bem característico da arquitectura de espaços tropicais. A varanda está guarnecida, como dito, com um enriquecedor beirado de madeira ou metal recortado, em duplicado, o que traz um acréscimo de graciosidade. No horto envolvente - referido em louvor dado a Gomes de Sousa conforme folha de serviço, sobretudo em Capítulo VIII, Alínea A, e conforme outros escritos atrás citados, aquando da Visita do Príncipe Real ao local -, temos um funcionário uniformizado, talvez um dos trabalhadores cabindenses preferidos por Gomes de Sousa, e várias barricas caiadas de branco de cal que servem

> "para balização de caminhos e, muitas vezes, como reservatório de solo para as plantas, podendo conter o solo preparado e ideal para os diversos tipos de plantas. O branco de cal, nas barricas, serve para impedir o acesso de insectos à planta, especialmente formigas". (Bugalho Semedo, entrevista a 12/5/2003).

Bem ao alto, na torre, protegidos por platibanda, são bem visíveis alguns instrumentos necessários para a recolha de informações meteorológicas, uma das funções deste Observatório Meteorológico. Cabe referir que, a publicação das tabelas relativas aos dados meteorológicos, eram subscritas periodicamente em Boletim Oficial pelo Director do Observatório.

Interessa notar que as fotografias em presença, de um modo geral, incluem sempre figuras masculinas, de que se infere que, na divisão sexual das tarefas os trabalhos no Zoo e no Horto pertencem ao Homem – possíveis funcionários públicos, o que reforça a ideia de que estamos perante um Museu público. Ainda, estes homens sugerem estar uniformizados.

Fotografia XI – Observatório Meteorológico, homem e algumas vistas envolventes.

Terminada, em termos gerais, a abordagem à cidade de Luanda, passamos a analisar, em particular, no próximo Capítulo, a partir do referido acervo fotográfico vítreo, assistido das fundamentais entrevistas, o Museu Colonial em 1907, na sua parcela instalada no Edifício do Observatório, fazemo-lo começando pelo Retrato do Rei, exposto na Sala do Rei ou Sala de Recepção do Museu, que é, por excelência, neste contexto, uma representação simbólica, sustentáculo de Poder Político Colonial e de Poder Político Imperial.

CAPÍTULO X

CAPÍTULO X – MUSEU COLONIAL DE LUANDA, EM 1907: EDIFÍCIO DO OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO

> "Terminada a recepção foi o Príncipe visitar o Museu colonial, que se sabe, está instalado no Observatório. O Régio visitante ficou encantado com muitos dos produtos e objectos indígenas que ali se acham expostos e a propósito dirigiu palavras de louvor ao Conselheiro Gomes de Sousa pela sua dedicação e pelo zelo que tem empregado para o bom êxito de tão importante melhoramento e de tão magníficas colecções." J.P.S. (1907a, p. 350).

Estando abordados os positivos vítreos, no Capítulo anterior, relativos à Cidade, de um modo geral, passamos agora, em particular, ao próprio Edifício do Observatório, através da análise das "chapas de vidro" do acervo de Gomes de Sousa. Façamos, então a nossa entrada pela Sala do Rei ou Sala de Recepção, onde sobreleva o Retrato do Rei que, embora ausente, está sempre presente, através do seu retrato - que é o Rei símbolo, mais a sua imagem -, fundamental em termos de poder simbólico, que é um poder de construção de realidade que pretendia ser de coesão e força, no respeitante ao Regime, então crepuscular, e no respeitante ao Império, então crescentemente ameaçado, sobretudo desde a Conferência de Berlim e do Ultimato de 1890, conforme reflectido neste estudo.

São, cremos nós, de fundamental importância os materiais que, neste capítulo, nos são mostrados por Gomes de Sousa. Terá sido o que foi dado a ver ao Príncipe Real, na sua Visita e permanência em Luanda e que constituem o que neste trabalho considerámos ser, nos capítulos II e III, por excelência, apoio à *Reprodução e Apologia de Soberania Imperial*.

O circuito de visita que, no presente capítulo, propomos nesta abordagem à informação constante nos materiais vítreos, termina nas largas varandas com vista para os espaços envolventes, Horto e Zoo, e para o Mar.

Continuemos, assim, a nossa análise:

FOTOGRAFIA XII - SALA DO REI E SALA DE RECEPÇÃO

Esta fotografia sugere-nos uma Sala de grande centralidade simbólica no Edifício do Observatório. Sobre a abertura da janela e em grande dimensão, temos o retrato oficial do Rei D. Carlos I. Na Sala, para além da Bandeira Nacional, um relógio de caixa alta, com motivos esculpidos, jarras de porcelana e mobiliário de estilo, dão um toque de notoriedade ao espaço.

Em termos de poder simbólico, como referido em Capítulo III, esta sala - a Sala do Rei - é, aqui, de fundamental importância.

Segundo Virgílio de Souza (entrevista a 19/3/2013), o relógio de caixa alta e o mobiliário, presentes nesta Sala, eram propriedade de Gomes de Sousa e este trouxe-os para Lisboa, em 1910. Aqui, depois, foram à posse de Virgílio de Souza, que os vendeu. No acto de transporte da venda, este mobiliário implodiu.

Fotografia XII – Sala do Rei e Sala de Recepção.

Diga-se ainda que a mesa será de teca da Índia – madeira da quilha da antiga corveta D. João I, construída em Damão[140] e lançada, ao mar em 1820. Também a caixa do relógio-pêndulo foi construído com a mesma madeira, em Angola, e foram ambos propriedade de Gomes de Sousa, recebendo no *Catálogo do Mostruário de Produtos*, os números 370 e 375, respectivamente (Sousa, 1907, p. 47).

Fotografia XII' - Sala do Rei e Sala de Recepção. Pormenor. Retrato do Rei.

FOTOGRAFIA XIII - SALA DO REI E SALA DE RECEPÇÃO: OUTRA PERSPECTIVA

Repete as mesmas representações, incluindo o retrato oficial do Rei D. Carlos I, cuja carga simbólica reflectimos sobretudo em Capítulo II, em ângulo ligeiramente diferente do representado na anterior fotografia. Esta é, possivelmente, a mais pública de todas as salas do Edifício do Observatório e, certamente, ponto obrigatório de visita ou passagem.

Ocorre referir que, sobre a secretária, estão vários volumes, sendo que entre eles, muito possivelmente, está o *Livro dos Visitantes do Observatório*, referido por Teixeira (1936, pp. 8 e 9).

[140] Cumprirá referir que Portugal reconheceu a soberania Indiana sobre Damão, situada na costa do Golfo de Cambaia, e sobre os restantes antigos territórios portugueses na Índia, em 1974, pelo Tratado de 31 de Dezembro.

Para além dos vários volumes referidos, sugere haver outros objectos, um dos quais poderá ser um nobilitante tinteiro de vidro com tampa de prata.

A secretária tem aplicações metálicas de latão e o relógio de caixa alta mostra as horas, que são diferentes das representadas na fotografia anterior.

Fotografia XIII – Sala do Rei e Sala de Recepção. Outra perspectiva.

FOTOGRAFIA XIV – INTERIOR DO EDIFÍCIO. SALA DE BILHAR. PARCELAS DO MUSEU COLONIAL. 1907

Após a entrada no Edifício e visitada a Sala do Rei, conforme fotografia anterior, prosseguimos agora a visita no interior do Observatório. Entramos na Sala de Bilhar - um nobilitante jogo de salão que existia no Palácio da Ajuda, no andar nobre, desde 1865 a c.1889,

no Paço de Mafra e no Paço Real da Cidadela, em Cascais, como vemos em aguarela de Eurico Casanova - Mestre de Pintura do Príncipe Real -, na sequência da encomenda da Rainha Maria Pia, conforme Ramalho (2003). Sabemos que existiu também jogo de bilhar no Palácio da Pena[141], como nos diz e nos mostra L. J. (1908), - este divulgar o interior do Palácio pode ser entendido como uma desaposse, mas sendo-o, sugere ser já tardia e ocorre em tempo de pós-Regicídio. Ramalho (2003) faz uma história deste Palácio e apresenta três fotografias, como sejam, do gabinete particular de S. M. a Rainha Dona Amélia, da Sala de Jantar e da Sala de Bilhar.

Sendo, assim, com o Director do Observatório, Gomes de Sousa, nomeado Ajudante-de-Campo do Rei - título de natureza funcional assente na lealdade e solidariedade – repetia-se, em termos simbólicos, o modelo dos Palácios e dos Paços dos Bragança. E lá fora, o bilhar gozava de igual ou superior nobilitância, como vemos na Áustria, no Castelo gótico de Franzenburgo, concluído em 1801, onde, entre colecções vítreas da Boémia e de porcelana, entre bibliotecas com quadros de Canaletto e colecções de rico mobiliário, temos uma Sala de Bilhar ornada com uma estátua de Meleagro por Beyer (Anónimo, 1853)

Ainda, e muito pontualmente, importa referir que o jogo de bilhar - na especialidade de carambola exige uma enorme concentração; um grande controlo do sistema nervoso; uma constante cerebração e boa resistência física - era conceituado na Sociedade de Geografia, a par da esgrima, como dito, por Anónimo (1897, p. 53), pois "Il y a des salles destinées à la lecture des journaux, à la conversation, aux billards, à divers jeux autorisés, et à l' écrime".

Pelo atrás exposto, sugere-se-nos que a Sala de Bilhar, no Observatório, em Luanda, seria um espaço semi-público. Seria, certamente, uma Sala onde Gomes de Sousa receberia os seus convidados, particulares ou oficiais, e, como tal, é compreensível que a Sala de Bilhar contenha um grande número de artefactos em exposição e que, simultaneamente, contenha o fonógrafo - um objecto particular de distinção, à época. Esta Sala apresenta reposteiros, diferentes entre si, com padrões horizontais que sugerem um ambiente lúdico.

Como nos disse João Crawford Cabral (entrevista a 14/3/2003),

[141] Palácio este muito tratado em postais da época e também representado numa sugestiva e inédita aguarela da autoria da Rainha D. Amélia, pintada em 1904, do lado escarpado de difícil acesso (**ANEXO 36**) e por tal motivo, muito menos tratado em pintura. Salienta-se, ao alto, uma bandeira que sugere ser vermelha, e a sê-lo poderá representar o Pavilhão pessoal do Rei, sinal de que o Soberano estava no Paço.

> "sobre o solho, vemos uma pele preparada de leopardo com a respectiva cabeça, sendo que a pele recebe tratamento, ou seja, é surrada, para poder servir como tapete". (João Crawford Cabral, entrevista a 14/3/2003).

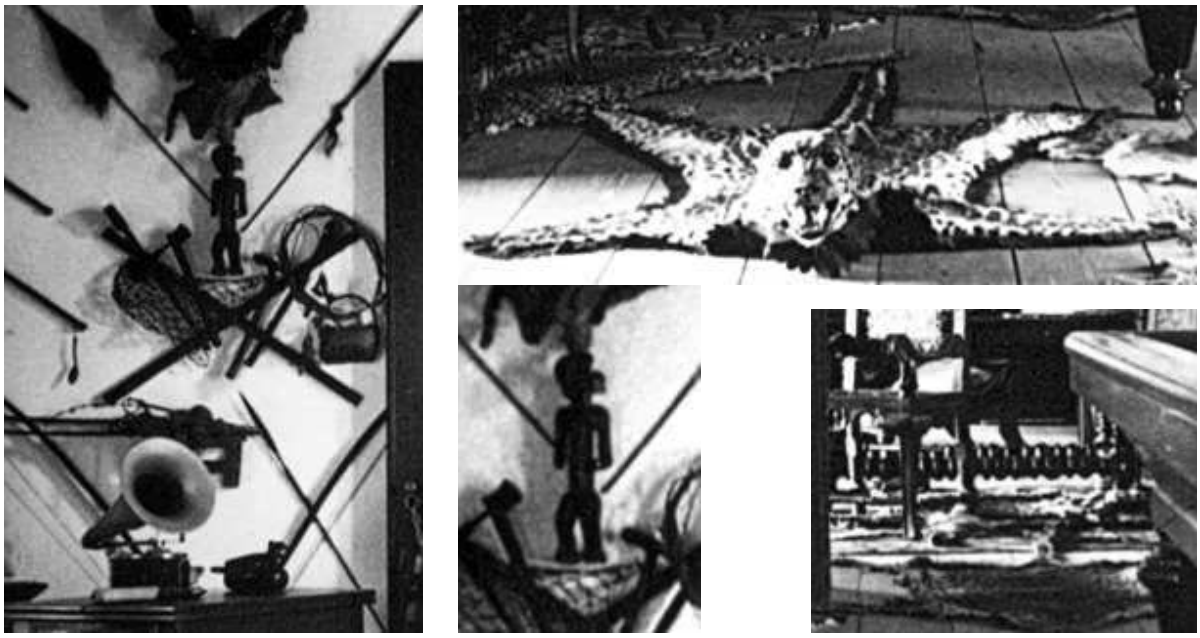
Disse-nos, ainda, que

> "as peles são muito perecíveis se não houver desinfestações periódicas e os necessários cuidados com o controle de temperaturas e humidades, sendo que o risco é maior nos países quentes". (João Crawford Cabral, entrevista a 14/3/2003).

Fotografia XIV - Interior do Edifício. Sala de Bilhar. Parcelas do Museu Colonial. 1907.

Na presente Sala, o soalho apresenta-se atapetado com várias peles de leopardo e podemos ver, na sequência de salas que lhe são contíguas, ainda mais peles de leopardo sobre o solho ou soalho, indício de que esta museografia teria sido a que foi dada a ver ao Príncipe Real

quando ele visitou este Museu Colonial, pois importaria dar a ver o máximo e com o máximo de nobilitância - sugerida, como dissemos, pelo bilhar e, ainda, pelo fonógrafo, artefactuário africano, móveis de estilo e pintura. Não terá sido, certamente, ocasional a centralidade expositiva dada à pele de leopardo. É que este é um extraordinário caçador e um dos mais rápidos animais do mundo, em corrida, na primeira centena de metros, pelo que, como dito, é frequente ver a sua pele como símbolo de poder das chefias africanas ou, ainda, como capa, por exemplo, do "curandeiro-mágico", da corte do Rei Gungunhana (Rodrigo & Almeida, 1992).



Fotografia XIV' - Interior do edifício. Sala de Bilhar. Parcelas do Museu Colonial. 1907. Pormenores.

Sugere-se-nos poder afirmar que, tendo como suporte a parede, são visíveis algumas armas de natureza neurobalística, de que são exemplo, por excelência, o arco e a flecha, e ainda machadinhas, porrinhos, lanças de arremesso com os seus "lemes" de direcção na meia haste - materiais de que nos falava, com generosidade, José Redinha (entrevista a 11/02/1983), quando nos fazia visitas guiadas de estudo no Museu Nacional de Antropologia, em Luanda, falando de centenas de peças que, décadas atrás, havia recolhido, descrito, sistematizado e interpretado no Museu do Dundo.

Ernesto Augusto Gomes de Sousa sugere, nesta Sala, continuar a afirmar que não é uma *tabula rasa* no que respeita ao saber da *res* africana. Vejamos a grande centralidade expositiva que Gomes de Sousa dá a uma escultura representando *Tchibinda Ilunga*, herói mítico fundador do grupo *Tchokwe*, de grande carga simbólica, temática esta recorrente a que, entre outros, Domingues (1991) dedica abundante reflexão no referente ao acervo existente no Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa. Veja-se a escultura, representando a figura, com um característico chapéu armado, de pernas fortes e flectidas, de braços fortes e dobrados em ângulo recto, de pé largos, torso direito e desnudo. Estamos perante a escultura de um *Tchibinda Ilunga* - cujo paradeiro desconhecemos até ao presente momento -, temática esta estudada, entre outros investigadores, por Redinha (1983), tendo este seu estudo sido publicado em desdobrável de duas dobras pelo Museu Nacional de Antropologia, em Luanda - este estudo de José Redinha é relativo a uma escultura de *Tchibinda Ilunga* que integrava o acervo deste Museu angolano[142]. Também, por exemplo, Martins (1976) dedica atenção a esta temática.

A escultura do que sugere ser uma representação de *Tchibinda Ilunga*, presente na Sala de Bilhar, de Gomes de Sousa, está sensivelmente centrada a meia parede e, em linha vertical, sensivelmente no alinhamento da campânula do fonógrafo - que pode servir de elemento de escala para uma futura localização da escultura -, o que sugere querer traduzir um somatório de objectos de prestígio, acrescido do bilhar e das pelarias de leopardo.

A mesa, suporte do fonógrafo, é de estilo, como o é também a cadeira contígua que lhe dá apoio.

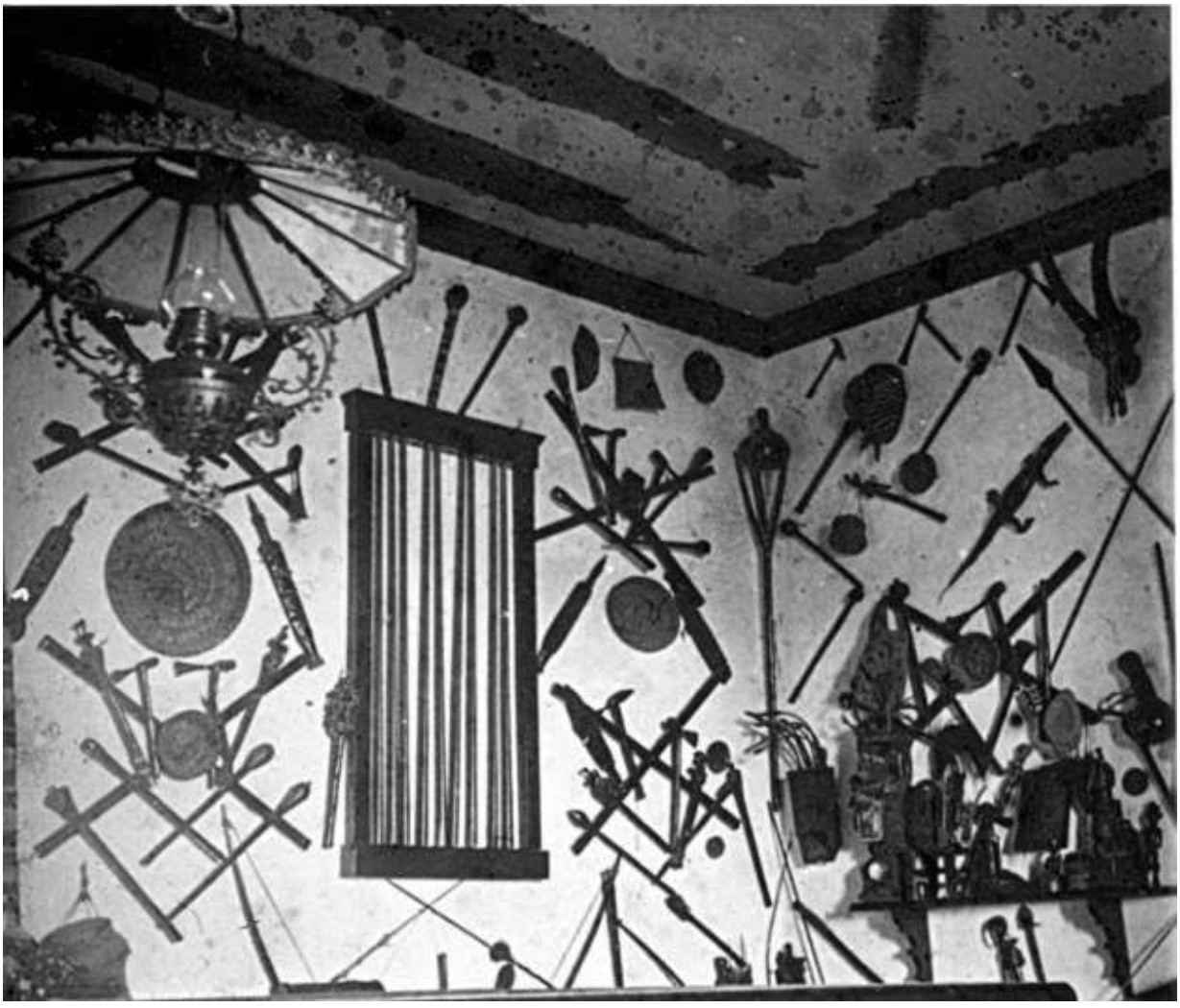
Passamos à fotografia seguinte, que trata esta mesma Sala de Bilhar - também Sala de Música - em ângulo diferente.

[142] Sobre *Tchibinda Ilunga*, ou *Cibinda Ilunga*, notável escultura *cokwe* ou *tchokwe*, dedicou Redinha (1983), a sua atenção, em desdobrável, longo de seis faces, e imagem da escultura na capa e em azul, editado pela República Popular de Angola. Observando a imagem deste *Tchibinda Ilunga* e o respectivo texto, tais sugerem bem que não se trata do exemplar em Exposição no Museu Colonial de 1907- 1910, em Luanda. E é assim, porque no caso da peça da colecção de Ernesto Augusto Gomes de Sousa, a escultura apresenta mãos nuas, enquanto que a peça acima referida e estudada por José Redinha, conforme imagem do referido desdobrável, "sob uma das mãos, fortes e muito desenvolvidas, vê-se a espingarda do tipo da lazarina com fusil de pederneira, e na outra, a estaca-cabide para encosto da arma" (Redinha, 1983, p. 1).

Quanto a José Redinha, após 1975, ainda voltará a Angola mais duas vezes, em trabalho, sobretudo no Museu Nacional de Antropologia, em Luanda. Fê-lo a convite personalizado e escrito do Presidente Agostinho Neto, conforme documento que consultámos no Arquivo pessoal de José Redinha, na Amadora, Distrito de Lisboa. Nestas deslocações, entre outros, fez desenho para uma emissão filatélica que tem por temática os instrumentos musicais de Angola. Fez também trabalhos em aguarela, nomeadamente a que representa o Museu da Escravatura.

FOTOGRAFIA XV – INTERIOR DO OBSERVATÓRIO. SALA DE BILHAR. PARCELAS DO MUSEU COLONIAL. 1907. OUTRA PERSPECTIVA

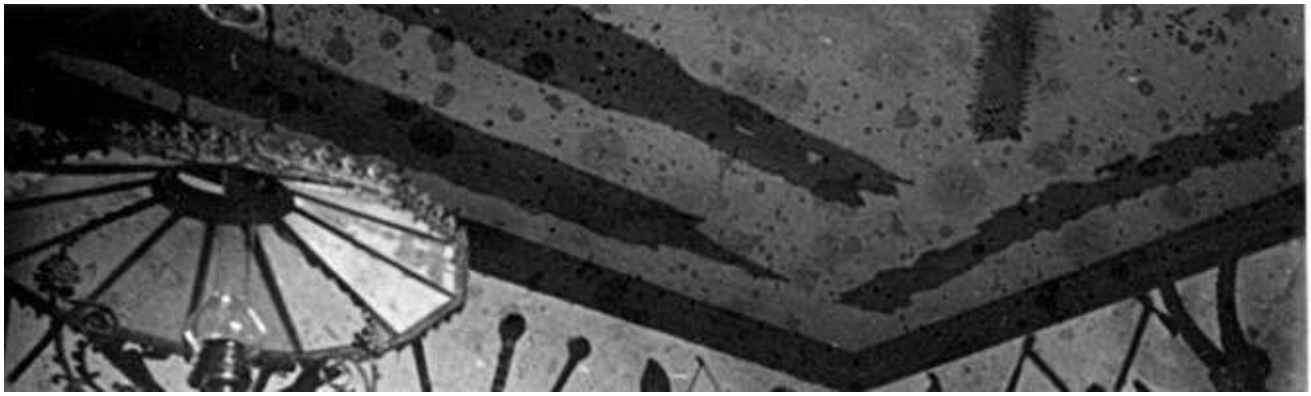
A presente fotografia dá grande centralidade ao móvel dos tacos de bilhar, os quais são em número de nove, como que marcando bem esta nobilitante Sala do Edifício do Observatório. O candeeiro, muito elaborado, destaca-se em primeiro plano e sugere ser vertical à mesa do bilhar, esta indicada pelo objecto rectilíneo que está em primeiro plano.

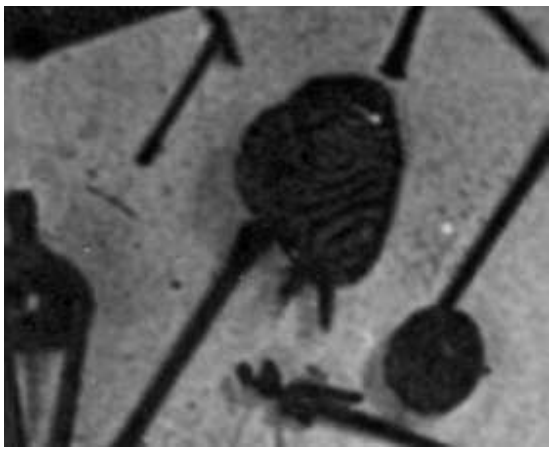


Fotografia XV - Interior do Edifício. Sala de Bilhar. Parcelas do Museu Colonial. 1907. Outra perspectiva.

À vertical do móvel parietal para tacos, taqueiro, e à vertical da mesa de bilhar, temos uma museografia muito densa, como já vimos referindo, dominantemente de temática zoológica.

Reparemos bem, por exemplo, na decoração profusa do tecto, onde temos várias peles de répteis - por serem não pesadas facilitam aqui a sua exposição no tecto -, o que ilustra bem a densidade da Exposição, tão comum na época - como vimos em Capítulo V - e a possível intenção de mostrar ao ilustre Príncipe Real, sua comitiva e demais visitantes, nacionais e estrangeiros, a diversidade das riquezas de Angola.





Fotografia XV' - Interior do Edifício. Sala de Bilhar. Parcelas do Museu Colonial. 1907. Outra perspectiva. Pormenores.

Nas duas paredes que a fotografia mostra, está um grande número de artefactos, de que julgamos poder pontuar as bandejas de cestaria, bastões de prestígio ou aparato com hastes

rematadas por massas apipadas, armas de empunhadura - mocas ou porrinhos -, machadinhas de prestígio, arcos, reservatório para fumo, pluriarco ou lira – possivelmente, uma *Otxiumba*, lira dos pastores Ambós, do Sudoeste de Angola (Redinha, 1984) -, membranofone e outros. Este instrumental músico foi alvo de estudo, entre outros, por Rodrigo & Martins (1985), com anterior fundamental apoio de José Redinha.

Em termos zoológicos, ganha ainda relevância um réptil taxidermizado que poderá atingir um metro de comprimento e também uma testeira de palanca vermelha.

A grande densidade do acervo exposto sugere acentuar-se mais na pequena prateleira, onde são visíveis algumas esculturas - pertencerão ao mesmo grupo étnico? - de figura humana.

Pensando que deixámos apontada a carga simbólica da Sala de Bilhar do Ajudante-de-Campo do Rei, Ernesto Augusto Gomes de Sousa e, pensando que tratámos - na medida em que a fotografia o permite - o recheio e a museografia desta Sala, passamos à fotografia seguinte, com a qual iniciamos um conjunto das salas de trabalho, de estar e de refeição, de Gomes de Sousa. Este referido conjunto de salas quando eventualmente necessário, poderiam ser espaços semi-públicos, de trabalho e convívio com camaradas da sua Arma e de outras Armas, e com estudiosos e colaboradores de várias áreas do saber e saber-fazer, incluindo Conservação e Restauro, Museografia e Museologia.

FOTOGRAFIA XVI - INTERIOR DO EDIFÍCIO DO OBSERVATÓRIO. SALA DE TRABALHO

Sentado, à sua mesa de trabalho, está Gomes de Sousa. Atrás, suspenso da parede, está um mapa de África, de grandes dimensões.

À sua esquerda está um armário de estilo e, neste sentido, mais próximo, um móvel de gavetas rectangulares e puxadores, sugerindo muito ser um móvel-arquivo - estaria aqui um inventário e outras informações sobre os acervos expostos? Sobre a mesa, vemos uma papeleira, penas de pavão e um distinto castiçal de vidro ou cristal. As cadeiras são de estilo vienense. Gomes de Sousa apresenta uma postura de serenidade, como referimos atrás. Não usa óculos. Apresenta colarinhos revirados - quando já havia modelos mais modernos, sinal possível que não sobrevalorizava muito os aspectos da moda - e gravata o que em termos simbólicos poderá, eventualmente, ser extrapolado para o domínio da dimensão política quando era a República que

se fazia anunciar, à época, como o novo, na sucessão sem fim do velho e do novo. Enfim, o simbólico do vestuário de Gomes de Sousa poderá eventualmente sugerir que ele é mais um homem de acção e eficácia, preocupando-se menos com os ditames da moda.

Fotografia XVI – Interior do Edifício do Observatório. Sala de Trabalho.

FOTOGRAFIA XVII - INTERIOR DO EDIFÍCIO DO OBSERVATÓRIO. SALA DE ESTAR I

Aqui, tem forte centralidade uma mesa dita de "torcidos e tremidos" com aplicações metálicas - possivelmente do século XVIII, como nos diz João Andrade (entrevista a 11/06/2003) -, estilo de mobiliário que nos chega do século XVII e referido como sendo português.

As cadeiras que lhe são contíguas são de estilo, bem como o elevado espelho, ladeado por duas jarras de porcelana (?), ambas com penas de pavão, certamente recolhidas no Zoo

envolvente do Observatório. As duas jarras atrás referidas podem ser jarras setecentistas de capela, diz João Andrade (entrevista a 11/6/2003).

Fotografia XVII – Interior do Edifício do Observatório. Sala de Estar I.

Quanto a objectos existentes sobre a mesa, ocorre referir um largo prato que poderá ser de porcelana; duas jarras; um elaborado candeeiro de pé e depósito de combustível, globo de vidro fosco e chaminé; uma jarra alta (?) que não podemos distinguir bem - dado a fotografia parecer ter sido feita a contra-luz - e outros. Como decoração parietal, ladeando o espelho, estão duas pinturas que sugerem muito bem serem dois trabalhos de escola naturalista, mais concretamente duas paisagens, género de pintura muito comum em Portugal - nesse mesmo ano de 1907, de forma bem diferente, Pablo Picasso apresentava a sua obra cubista sob título *Demoiselles d'*

Avignon, inspirada em criação africana, como, entre outros, também o fez, nesta época, Amadeu de Sousa Cardoso.

A cobertura semicircular da sanefa da janela é, possivelmente, de veludo. É orlada com galão de borlas.

FOTOGRAFIA XVIII - INTERIOR DO EDIFÍCIO DO OBSERVATÓRIO. SALA DE ESTAR II

Estamos perante a Sala reflectida na fotografia anterior, vista de ângulo diferente.

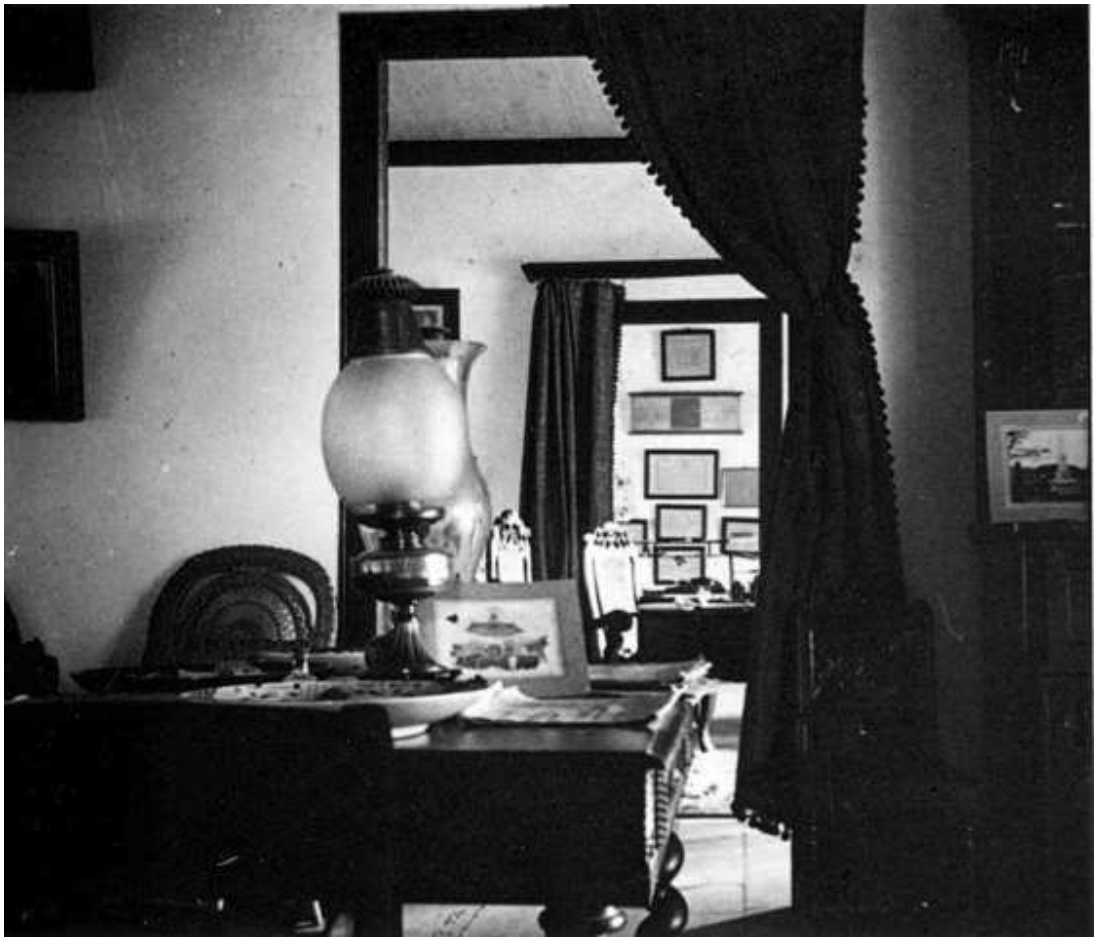
A mesa de "tremidos e torcidos" é a mesma, atrás referida. Ao lado, uma cadeira de vime ou verga. A representação emoldurada, sobre a mesa, tem centralidade mas parece-nos irreconhecível. Sugerindo também centralidade, ao lado e sobre um móvel, temos uma outra representação emoldurada - de Património Construído? - que, até ao presente momento, não pudemos reconhecer. Na porta interior de passagem, temos um reposteiro, possivelmente de veludo, todo orlado com galão de borlas.

FOTOGRAFIA XIX - INTERIOR DO EDIFÍCIO DO OBSERVATÓRIO. SALA DE ESTAR III

Estamos face a uma Sala contígua àquela que nos apresenta Gomes de Sousa, sentado à sua mesa de trabalho, tendo atrás o mapa de África. E é assim porque são bem visíveis várias molduras em cruzeta, que já aparecem sugeridas na citada fotografia que, como dissemos, retrata Gomes de Sousa à mesa de trabalho. Sabemos também que é assim, porque na anterior já são sugeridas pequenas fotografias, mobiliário e porcelana que são muito mais visíveis na presente fotografia.

A Sala de Estar que agora tratamos é de cunho intimista, repetidamente marcado por fotografias - de familiares seus? -, sendo que a permuta do retrato era uma prática que podia reforçar a cadeia de alianças. Vêem-se três núcleos de penas de pavão. O mobiliário, em presença, é elaborado. O candeeiro, sobre a mesa, para além da sua função, sugere ser um belo elemento decorativo, como o é a alta jarra, provavelmente de porcelana – muito possivelmente

trazida de Macau, onde prestou serviço -, sobre peanha. Quanto aos motivos representados nas diversas molduras não nos é possível identificá-los.



Fotografia XVIII – Interior do Edifício do Observatório. Sala de Estar II.

Este é um lugar marcadamente pessoal. O acervo desta sala terá integrado posssivelmente o retrato emoldurado a prata, que o Rei D. Manuel II ofereceu, com dedicatória, ao seu Ajudante-de-Campo Honorário, Ernesto Augusto Gomes de Sousa - este retrato do Rei e a sua moldura pertencem à colecção de António Souza, filho do Capitão da Força Aérea Portuguesa, Virgílio de Souza. Ainda, pontualmente, vemos duas estatuetas, que poderão ser de porcelana, sugerindo um espaço particular. Algumas fotografias de meio corpo colocadas junto destas estatuetas poderão eventualmente ser retratos do próprio Ernesto Gomes de Sousa. Quanto aos trabalhos emoldurados em cruzeta, não estão identificados em Sousa (1907) e são imperceptíveis.

Os reposteiros de padrões horizontais e o móvel de linhas direitas que se vêem na Sala contígua sugerem que esta é a referida Sala de Bilhar.

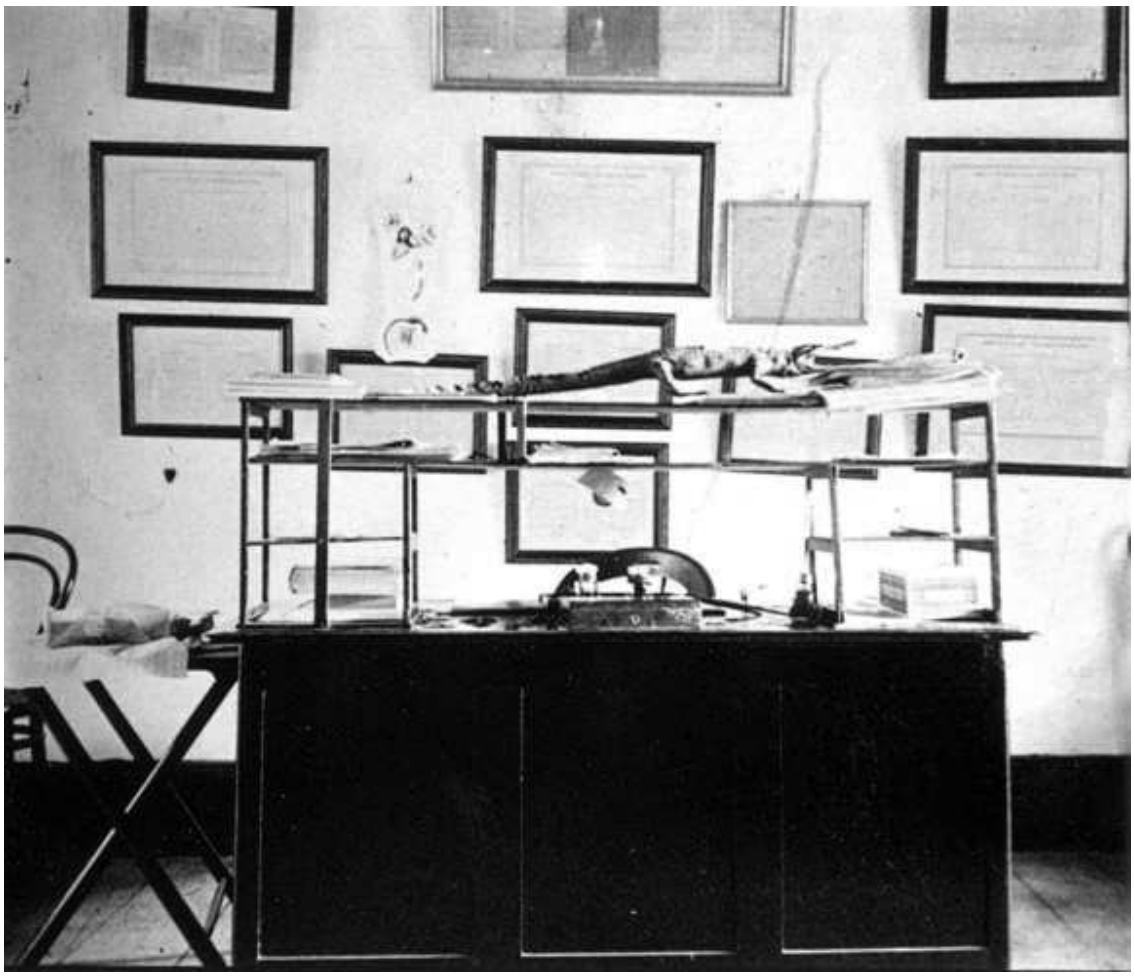
O soalho é de tábua larga, semelhando ser idêntico ao da varanda.

Fotografia XIX - Interior do Edifício do Observatório. Sala de Estar III.

FOTOGRAFIA XX - SALA DE TRABALHO

A presente fotografia dá-nos a ver a Sala que está no enfiamento daquela outra que tem como elemento de grande centralidade o bufete, possivelmente do século XVIII, já referido. Em molduras, estão vários documentos. Que documentos serão estes, sugerindo um núcleo, que Gomes de Sousa tanto valorizou em termos de exposição? Sobre um móvel que sugere ser envitrinado temos um crocodilo taxidermizado.

O soalho é de tábua larga, como noutras Salas, e idêntico ao da varanda, terminando junto à parede, em rodapé alto, possivelmente da mesma cor escura da moldura das portas, como representado na fotografia anterior.



Fotografia XX – Sala de Trabalho.

No interior da vitrine temos objectos tridimensionais, como por exemplo estojos. Junto deste móvel está uma pequena mesa dita de tesoura e, um pouco recuado, uma cadeira vienense, também dita Thonet[143] - cadeira de madeira curvada, com assento de palhinha, fabricada em série

[143] Ainda, sobre as cadeiras *Thonet,* afiguram-se-nos como sendo consideradas distintas. Gomes de Sousa tinha-as na sua casa de função, ou seja no Observatório Meteorológico.
Matos (1944b), depois, também as usa. Fá-lo em possível acto simbólico de inauguração de evento, como podemos ver na capa da atrás referida obra.

e muito comum no século XIX, que recebeu o nome do seu criador Michael Thonet, o qual fez grande parte da sua carreira em Viena de Áustria.

FOTOGRAFIA XXI - SALA DE JANTAR

Temos também aqui mobiliário elaborado. Os espaldares das cadeiras sugerem ser de couro lavrado. O aparador é alto. No móvel lateral do aparador estará o faqueiro que vimos em Lisboa - as facas têm lâmina larga e encabamentos de marfim, com representação zoomórfica, por exemplo, de crocodilo -, cujo paradeiro desconhecemos? Ao canto da Sala, em móvel, são visíveis várias peças de vidro e um contentor bojudo de cerâmica - um moringue. Ainda, em 1938, segundo Fernando Batalha (entrevista a 11/06/2003), no Hotel Central, em Luanda, as mesas na sala de jantar dispunham todas de moringue[144] com água fresca.

Como decoração parietal ganham visibilidade diversos pratos de porcelana, possível loiça trazida por Gomes de Sousa aquando da sua estadia em Macau, que contribuem para a nobilitação da Sala e, entre muitos outros materiais, vemos ainda os globos parietais de iluminação, um candeeiro de tecto e um trabalho circular, naturalista, representando uma lagosta, muito possivelmente criação cerâmica de Rafael Bordalo Pinheiro.

O pavimento, alternando motivos a preto e branco, é distinto - na Sociedade de Geografia de Lisboa, junto à recepção, o compartimento tem o mesmo motivo.

À esquerda, de vestido branco com folhos e peúgas escuras, está uma menina. Será Maria Joana, Princesa do Congo, filha do Rei do Congo e afilhada de Ernesto Augusto Gomes de Sousa? Será que a magreza excessiva dos braços e das pernas da menina podem ser indicadores de doença, a tal doença que vitimou esta menina precocemente, já em Lisboa, na Quinta de Montecuche, no Calhariz de Benfica, conforme (Teixeira, 1936, p. 25)?

No que respeita à localização da Sala de Jantar, seria esta contígua à Sala de Bilhar, como faz sentido? Quanto ao mobiliário referido nesta fotografia e noutras fotografias importa acentuar que Gomes de Sousa afirmou, no *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*, haver no Edifício do Observatório, nos seus anexos, mobílias feitas em Luanda com madeiras da Província e com madeira de teca, da quilha da corveta *D. João I* (Sousa, 1907, p. 47). Com a

[144] O moringue sugeria ser, em meio tropical, uma necessária peça de uso diário, porque refresca a água. Por exemplo, na década de 80, num antiquário do Rio de Janeiro, foi-nos dado ver dois delicados moringues de cerâmica com as armas do Brasil Império.

produção deste mobiliário quereria Gomes de Sousa, certamente, afirmar mais uma potencialidade de Angola no respeitante a recursos humanos e a matéria-prima.

Fotografia XXI - Sala de Jantar.

Este mobiliário veio para Lisboa e viria a ser propriedade de Virgílio de Souza (entrevista a 19/3/2013).

Fotografia XXI' - Sala de Jantar. Pormenores.

FOTOGRAFIA XXII - VARANDAS DO OBSERVATÓRIO. PARCELAS DO MUSEU COLONIAL. 1907

A varanda que se apresenta no primeiro plano sugere ter uma museografia densa em que os produtos criados pelo africano partilham um mesmo espaço com os produtos naturais, sugerindo uma não rigorosa fronteira entre ambos, como era prática comum na época, como referido. No entanto, afigura-se-nos que é clara a preocupação da criação de núcleos museológicos, como sugere ocorrer com a apresentação das estatuetas *Nkisi*.

Mas vejamos a fotografia no seu todo. Logo em primeiro plano temos, como nos informou João Crawford Cabral (entrevista a 14/03/2003) "dois rostros de peixe-serra e uma cabeça óssea e completa de hipopótamo ou cavalo-marinho - com mandíbula e dentes".

Ainda no mesmo plano, temos uma planta - de flor? -, em vaso. Mais além, junto e na balaustrada, temos, conforme Bugalho Semedo (entrevista a 12/5/2003), "quasi seguramente, canas-de-açúcar".

Fotografia XXII – Varanda do Observatório. Parcela do Museu Colonial. 1907.

Na parte central da varanda a nível do mágico-religioso, sugerindo centralidade expositiva temos uma grande imagem preguiada, *Nkisi**, e várias imagens-relicário, de pedra, do Congo, denominadas *Mintadi** e remetendo para antepassados e padroeiros - são peças de forte carga identitária e grande simbolismo, cuja posse em mãos de não utilizadores pode sugerir, em

princípio, uma relação desigual entre quem possui e entre quem já teve. Logo, muito próximo das imagens referidas, são bem visíveis alguns contentores vítreos que poderão conter amostras de produtos naturais, sendo que são também bem notórios vários contentores vítreos, ao fundo e, ainda, na varanda contígua. Também, ao fundo, sem peanha, está exposto o que sugere ser um contentor cerâmico.

Esta fotografia que pensamos ser muito elucidativa da museologia e da museografia da época, contém, segundo cremos, até ao presente momento da investigação, material inédito.

Por último, notemos que são nítidos os globos naturais de iluminação e bem abrigados da chuvas ou ventos, dado que a cobertura da varanda é extensa e não envitrinada.

Ainda ao fundo e à esquerda, vemos contentores vítreos de produtos e, sensivelmente, na sua vertical, um busto. Tratar-se-á da representação do Rei D. Carlos?

FOTOGRAFIA XXIII – VARANDA DO OBSERVATÓRIO. PARCELA DO MUSEU COLONIAL. 1907. OUTRA PERSPECTIVA

Nesta varanda, com soalho de tábua larga e comprida, conforme Bugalho Semedo (entrevista a 12/05/2003),

> "Temos uma palmeira, possivelmente dendém, em vaso. Em primeiro plano temos amostras de madeiras das florestas angolanas, sendo que entre estas, as maiores são no Maiombe, Cabinda, e nos Dembos. Ao fundo, vêem-se cortes de toros de madeira para visualizar o veio e o crescimento da planta. Estes cortes são muito comuns em exposições de madeiras. Encostados à balaustrada, quase seguramente, temos canas-de-açucar". (Bugalho Semedo, entrevista a 12/05/2003).

No respeitante ao elemento zoológico integrado num pequeno núcleo, temos, segundo João Crawford Cabral (entrevista a 19/06/2002),

> "uma cabeça óssea completa dum herbívoro, muito possivelmente proveniente de uma peça de caça. E, ainda, uma raposa do deserto do Namibe (*Vulpes chama*?), Sul de Angola, taxidermizada, com a respectiva etiqueta". (João Crawford Cabral, entrevista a 19/06/2002).

Disse, ainda, que "uma coisa é o crânio ou testeira, que é só a parte de cima da cabeça óssea. Outra coisa é a cabeça óssea, que inclui o osso mandibular ". (João Crawford Cabral, entrevista a 19/06/2002).

A parede do Edifício é utilizada como suporte de artefactos que sugerem ser rede de pesca, possivelmente um exemplar de *Uanda*, do grupo Muxiluanda, manufacturada pelos

próprios pescadores da Ilha de Luanda (Redinha, 1974); lanças e artefactos de cestaria, nomeadamente uma possível armadilha utilizada pelos homens nos grandes rios, Cuango, Cuanza, Cassai e Cubango (Redinha, 1974).

Fotografia XXIII – Varanda do Observatório. Parcela do Museu Colonial. 1907. Outra perspectiva.

Quanto à cadeira de baloiço, de estilo vienense e com assento de palhinha, se compararmos esta fotografia com o postal que referimos em Capítulo VII (**APÊNDICE 9**), relativo à varanda da mesma ala do edifício e comemorativo da Visita do Príncipe, constatamos que ela não integra o catálogo. É um objecto bem utilitário em clima tropical, e terá sido retirado daqui em momento anterior à Visita do Príncipe Real? Acresce ainda dizer que para a Visita do

Príncipe Real se acrescentaram algumas estantes com os topos trabalhados, para melhor dispor os materiais, bem como se acrescentaram algumas peças, nomeadamente uma cabeça de elande e se mudaram pequenos pormenores, como seja, a substituição de uma mesa redonda com a xiloteca, por outra rectangular, de linhas direitas com toalha munida de galão e borlas.

Ao fundo, afigura-se-nos estar um aviário, sendo que muitos exemplares de ornitologia vêm referidos em Catálogo. Antes deste aviário, é bem evidente na parede, um escudete com testeira de mamífero, ladeado por uma rede de pesca.

Estão presentes ainda objectos que, até ao presente momento, não conseguimos identificar e que são de difícil identificação porque não estão muito nítidos na fotografia.

FOTOGRAFIA XXIV - VARANDA DO OBSERVATÓRIO. RETRATO DE GOMES DE SOUSA. PARCELAS DO MUSEU COLONIAL. 1907

Ernesto Augusto Gomes de Sousa aparece aqui retratado, sugerindo serenidade, perna direita avançada sobre a perna esquerda, como que numa posição vertical de repouso. Veste casaco e tem, como era comum na época, farto apêndice capilar facial - bigode. Apresenta-se no seio da exposição que realizou, como que numa apropriação simbólica da obra de que foi o principal obreiro.

Em primeiro plano, à esquerda, temos um núcleo de peles - estas "preparadas pelos naturais", como diz textualmente o *Catálogo do Mostruário* (Sousa, 1907, pp. 56 e 57), já referido - e, mais além, outros materiais zoológicos, suspensos da parede, a que João Crawford Cabral (entrevista a 19/06/2002) se referiu como apresentando, entre outros,

> "pele de leopardo, pele de cudu ou alongo e cabeça óssea com cornos, de palanca vermelha - exibe cornos mais pequenos do que a palanca preta". (João Crawford Cabral, entrevista a 19/06/2002).

Esta última estará possivelmente assente em escudete.

Ainda, tendo como suporte a parede, vemos vários artefactos. Será que alguns deles são armas de empunhadura, monobloco, terminando em massa esferóide, como sugerem ser?

Suspensos do tecto, temos dois viveiros para aves e, à direita, em primeiro plano, sobre a mesa, sugere estarmos perante um núcleo de produtos naturais, possivelmente pétreos.

Fotografia XXIV - Varanda do Observatório. Retrato de Gomes de Sousa. Parcela do Museu Colonial. 1907.

A museografia, à semelhança do que ocorre anteriormente, é densa, como era comum na época. Atente-se que, em peles[145] expostas, nomeadamente de leopardo, são bem visíveis etiquetas, indício de que havia preocupação com a organização e investigação na realização da Exposição.

[145] A propósito da pele, como elemento de adereço altamente nobilitante, é exemplo a apreciada e valiosa pele branca de arminho, usada em determinadas circunstâncias pelo Rei de Portugal, em fotografia de pose, nomeadamente na última Dinastia.

No respeitante à iluminação, a varanda recebe luz natural e tem apliques laterais para iluminação artificial.

Fotografia XXIV' – Varanda do Observatório. Retrato de Gomes de Sousa. Parcela do Museu Colonial. 1907. Pormenores.

Terminamos o presente Capítulo IX, e prosseguimos a análise, reflectindo os positivos vítreos do acervo de Gomes de Sousa, no que respeita ao Horto e Zoo deste Museu Colonial, já no exterior do Edifício do Observatório, nos seus espaços envolventes, onde, conforme *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*, da autoria de Gomes de Sousa, que trataremos adiante, no Capítulo XI, entre tanta fauna e botânica, impera o leopardo bem vivo. E tudo isto foi mostrado a muitos, nomeadamente ao Príncipe Real, a Ayres de Ornelas, Ministro do Ultramar, aos outros elementos da comitiva do Príncipe D. Luís Filipe, e eventualmente a representantes estrangeiros ali presentes, em Luanda, presentes em cerimónias.

CAPÍTULO XI

CAPÍTULO XI – MUSEU COLONIAL DE LUANDA, EM 1907: HORTO E ZOO

A actividade de Gomes de Sousa, como dito em Capítulo VII, é fundamental, entre outras, para a compreensão da dignificação do espaço imediatamente envolvente do Observatório Meteorológico.

É-o e está expresso, como dito, no atrás referido Capítulo, em Louvor dado ao tempo do Governador Ramada Curto, que diz ser "Louvado pela muita inteligência, desvelada dedicação e bom critério com que tem desempenhado as funções de cargo de Capitão dos Portos de Angola, e Director do Observatório Meteorológico da mesma cidade, e ainda pelo não vulgar desinteresse com que, sem dispêndio para a fazenda, mandou construir importantes dependências do Edifício do Observatório, e fez regularizar e ajardinar os termos contíguos, aumentando assim em muito o valor real e estimativo do mesmo Edifício", conforme Ordem da Armada nº 221, de 1900.

Ora, é precisamente neste referido espaço mandado "regularizar" e "ajardinar" por Gomes de Sousa, como referido em Louvor, que ele levantará o Horto e o Zoo.

O Horto contribuiu, seguramente, como diz o Louvor, para aumentar em muito o valor real e estimativo do Edifício do Observatório, e segundo Bugalho Semedo (entrevista a 12/5/2003), Director do Jardim Colonial, em Belém, tendo como base as fotografias dos positivos vítreos e as referidas entrevistas, o Horto terá sido um lugar aprazível, como dito em Capítulo IX.

Tudo isto foi dado a ver e a sentir ao Príncipe Real, mas ocorre-nos reflectir que esta valorização da riqueza botânica e agronómica não é caso único, à época, em Angola, mas é a primeira, sucedendo-lhe depois, em 1907, o Jardim da Granja de S. Luís, no Cazengo (Teixeira, 1936). De facto, em 1907, no mesmo ano da Viagem Imperial do Príncipe Real, em Angola, no Cazengo - Granja de S. Luís -, a cerca de 40 Kms de Luanda, ao tempo de Paiva Couceiro, é inaugurado o Jardim de Aclimatização, realizado por Jonh Gossweiler, botânico que, depois de ter estagiado e trabalhado nos Jardins de Kew, no Instituto de Ciências Naturais de South Kensington, em Londres, durante cerca de quatro anos, é convidado por Portugal para trabalhar em Angola, onde chega em 1899 – morre, em Lisboa, em 1952, depois de ter trabalhado, ininterruptamente, em Angola, durante 52 anos, como referido por Orey (1969), autor este que foi longos anos Director do Jardim Colonial, em Belém. Foi-o até 1974, como informa José Flores (entrevista a 12/5/2003), descendente de uma dinastia de Jardineiros.

Mas não é só em Angola que se lança um olhar para a riqueza botânica e agronómica das colónias, pois pontualmente, no mesmo ano de 1907, a França, em Paris, no Bois de Vincennes - onde, em 1931, será inaugurada com pompa a Exposição Colonial, ao jeito das Exposições Universais e, em 1934, o Parque Zoológico -, acolhe a Primeira Exposição de Agronomia Tropical.

Mas posto isto, voltamos ao Horto de Gomes de Sousa, na envolvente do Observatório, em Luanda.

Este Horto, para além de ter utilidade no lugar, como dito, junto do Observatório, pode servir eventualmente como local de preparação de plantas, para posterior plantio na cidade. Isto fará sentido, eventualmente, porque em 1906, ao tempo do Governador Paiva Couceiro, são feitos, por exemplo, muitos plantios de coqueiros na Ilha de Luanda, vindos de S, Tomé.

Nas fotografias do Horto, não conseguimos ver quaisquer sinais de legendagem das plantas existentes. É possível que tenha havido algum ficheiro e é possível que Gomes de Sousa tenha reflectido com J. Gossweiler alguns aspectos deste Horto, dado que este botânico foi seu contemporâneo durante longos anos em Angola.

Ao certo, sabemos que Gomes de Sousa não inclui os exemplares do Horto no seu *Catálogo do Mostruário de Produtos* do Museu, ou seja, no Catálogo de sua autoria. No entanto, no interior do Observatório, a nível de produtos expostos, existem, seguramente, exemplares de xiloteca, sinal de que Gomes de Sousa estava atento à riqueza vegetal de Angola.

No entanto, se Gomes de Sousa não inclui os exemplares do Horto no seu *Catálogo do Mostruário*, já o faz relativamente ao que diz respeito ao Zoo: fá-lo, na Parte III do Catálogo, como veremos adiante no Capítulo XI.

Temos tratado o Horto, até aqui, sobretudo na dimensão da sua função. Porém, ele não se reduz a essa função.

Ele é também uma nobilitante moldura do Edifício do Museu Colonial, em Luanda, que é, cumulativamente, em parte, a casa do Capitão dos Portos de Angola - este, também, por vezes Governador-Geral Interino - e o lugar do Observatório Meteorológico, tão importante para a navegação e nobilitante moldura essa, atrás referida, a entender como fundamental para afirmação daquele lugar de Poder, na Alta de Luanda.

Dito isto, passamos de imediato à reflexão das imagens dos positivos vítreos do acervo de Gomes de Sousa, relativos ao Horto e ao Zoo, Zoo este implantado no âmbito da mancha verde que, como dito, ali, para além da dimensão simbólica, serve bem homens e animais.

FOTOGRAFIA XXV - OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO E VISTAS ENVOLVENTES. ALTA DE LUANDA

Esta fotografia sugere-nos que estamos mais próximos da Torre do Observatório. Alguma vegetação já está presente na foto anterior. São visíveis alguns anexos, possivelmente destinados aos animais do Zoo, que já vimos repetidamente referidos aquando da Visita do Príncipe. O anexo que se apresenta em primeiro plano tem cobertura de telha de tipo marselhês à semelhança do Edifício do Observatório. Porém, é muito interessante que o beirado deste anexo seja finamente decorado, parecendo repetir os cuidados com o rebordo do beirado da varanda do Observatório, o que pode reforçar a convicção do cuidado tido no arranjo do conjunto arquitectónico.

A vegetação é frondosa, o que seria aprazível para homens e animais. Informou-nos Bugalho Semedo (entrevista a 12/5/2003), que o Jardim Colonial, depois dito Jardim Agrícola Tropical, de que foi Director, tem um elaboradíssimo beirado férreo, de c. 1914, no edifício das primeiras oficinas tecnológicas - este beirado ainda persiste, ao contrário das arcaicas máquinas que ali estavam, no interior, gravemente destruídas no ano 2004 e que poderiam constituir, hoje, um diferenciado e valioso conjunto de arqueologia industrial, no mundo de Língua Oficial Portuguesa e, possivelmente, na Europa. Constava este conjunto de uma máquina de fiar algodão e de uma máquina de fiar linho, acionadas por um motor alemão com oito cilindros e que funcionava com tritol (José Flores, entrevista a 12/5/2003). Este conjunto foi ali implantado aquando da realização da Exposição do Mundo Português, em 1940.

Ao fundo, distante vemos um conjunto de habitações com telhados de quatro águas.

Fotografia XXV – Observatório Meteorológico e vistas envolventes. Alta de Luanda.

FOTOGRAFIA XXVI - OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO E VISTAS ENVOLVENTES I

A presente fotografia dá-nos a ver uma significativa mancha de vegetação. Vemos anexos envolventes com elaborado beirado e telha de tipo marselhês. Num telhado sobressai o capelo duma pequena chaminé. Que trabalhos se fariam nestes anexos? Far-se-ia, aqui, a confecção de alimentos para animais, trabalhos de marcenaria e taxidermia? Comeriam aqui os trabalhadores?

Fotografia XXVI – Observatório Meteorológico e vistas envolventes I.

Note-se que a linha de cumeada do anexo está bem acompanhada de argamassa, o que neste pormenor obstaria a infiltrações de água.

Não dispomos de imagens, até ao presente momento, que nos explicitem como eram feitos, no âmbito da taxidermia, os cortumes e a preparação da peça parcial ou inteira dos animais. Porém, dispomos de duas fotografias, datadas de 1945-1948, relativas ao Centro de Zoologia e Missão Zoológica da Junta de Investigações Coloniais - Instalações no Palácio Burnay no piso térreo, em Lisboa -, que poderão sugerir o que teria sido, em Luanda, em 1907-1910, uma Sala de preparação de espécimes animais para serem expostos (**ANEXO 37**).

FOTOGRAFIA XXVII - OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO E VISTAS ENVOLVENTES II.

A fotografia sugere-nos que continuamos mais próximos do Edifício do Observatório, ao ponto de já podermos distinguir alguns objectos expostos na varanda, de que é exemplo a silhueta dum animal montado, que Crawford Cabral (entrevista a 19/06/2002) diz ser "uma raposa do deserto do Namibe, pequena, não juvenil, da espécie *Vulpes chama*" (ver Fotografia XXII, Capítulo IX).

Ocorre que esta presença de um animal montado, em Exposição, é importante, pois, conforme Almaça (1985), a montagem de peles é um aspecto essencial para a exibição num Museu Zoológico.

Fotografia XXVII – Observatório Meteorológico e vistas envolventes II.

Informou-nos Bugalho Semedo** (entrevista a 12/05/2003) - faleceu em Dezembro de 2003 - que, junto à varanda, "as folhas da árvore mais alta lembram a musanga, árvore florestal, muitas vezes apreciada como ornamental pela forma das folhas. É uma árvore muito frondosa".

E por ser muito frondosa, como dito, serviria bem para a comodidade de pessoas e animais, sujeitos a altas temperaturas.

FOTOGRAFIA XXVIII - OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO E VISTAS ENVOLVENTES III

A presente fotografia diz-nos, seguramente, que estamos precisamente junto ao Edifício do Observatório. É claramente visível a balaustrada da varanda - cujas tábuas tem espaçamento entre si, de modo a permitir uma boa ventilação.

Fotografia XXVIII – Observatório Meteorológico e vistas envolventes III.

No espaço envolvente temos várias construções, possíveis abrigos dos animais do Zoo, um caramanchão, com a particularidade de exibir na parte superior um entrançado ornamental de reixa larga e, ainda, vasta vegetação que, segundo entrevista com o referido agrónomo e silvicultor Cláudio Manuel Bugalho Semedo, não é possível identificar na fotografia.

Esta vegetação era refrescante para animais e para os homens que trabalhavam ou descansavam ali tão perto, nomeadamente na varanda do Observatório - local que reflectiremos na próxima fotografia.

FOTOGRAFIA XXIX - CANTO DA VARANDA DO OBSERVATÓRIO, VEGETAÇÃO E ANEXO ENVOLVENTE

Como que ensaiando um percurso de visita ao Observatório e espaços envolventes, como dito, seguimos agora para a presente fotografia. E é assim porque, por um lado, exibe um canto da varanda do edifício - logo, está-lhe imediatamente envolvente - e, por outro lado, porque sugere um acesso e saída do Edifício do Observatório, balizado por barricas caiadas de branco. As barricas, para além de poderem conter o solo ideal para a planta e para além de estarem preparadas para a limitação do acesso de insectos, contribui para o embelezamento e é um balizador do caminho, que se nos afigura limpo.

Vemos nesta ramagem, em primeiro plano, algumas palmeiras que sugerem ser palmeiras de leque, como referido por Bugalho Semedo (entrevista a 12/5/2003). Disse-nos, ainda, este agrónomo e silvicultor que,

> "no lado direito temos vegetação que sugere estar desenvolvida em rampa ou anfiteatro, desde a parte de baixo até quase ao nível do telhado do anexo que se vê do lado direito. A armação do anfiteatro é feita de troncos de madeira não aparelhada e a vegetação pode ser de flor ou não". (Bugalho Semedo, entrevista a 12/5/2003).

No canto inferior direito vemos um elaborado candeeiro de ferro fundido, de iluminação exterior, o que contribui para a nobilitação do conjunto e, mais além, possíveis anexos do Zoo, que aqui estava integrado no seio de vegetação como que sugerindo, de algum modo, uma tentativa de coexistência de um Zoo e de um parque romântico - como vinha sendo ensaiado, desde 1884, com o apoio do Rei D. Fernando II e outros, no Jardim Zoológico de Lisboa, instalado primeiro no Parque da Palhavã - onde hoje está implantado o Museu de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian - e depois no Parque das Laranjeiras, como referido por Silva (1965).

Fotografia XXIX – Canto da varanda do Observatório, vegetação e anexo envolvente.

FOTOGRAFIA XXX - HOMEM, VEGETAÇÃO E ANEXO ENVOLVENTE

Esta fotografia está na sequência da anterior. Já não é visível nenhuma parcela da varanda do Observatório, mas é visível uma parte do anexo referido na fotografia anterior.

Vê-se agora, claramente, o caminho bem balizado de ambos os lados por barricas com plantas, caiadas de branco. Em primeiro plano temos duas palmeiras que sugerem ser palmeiras de leque e um homem de camisa clara e arregaçada, junto de uma mangueira de rega - um possível jardineiro cabindense.

Fotografia XXX – Homem, vegetação e anexo envolvente.

FOTOGRAFIA XXXI - ARMAÇÕES PARA VEGETAÇÃO, VIVEIROS E OUTROS ANEXOS

Exibe duas coberturas brancas, possíveis viveiros, envoltos em vegetação, alguma da qual sugere assentar sobre armação de madeira aparelhada e cuidadosamente cruzada.

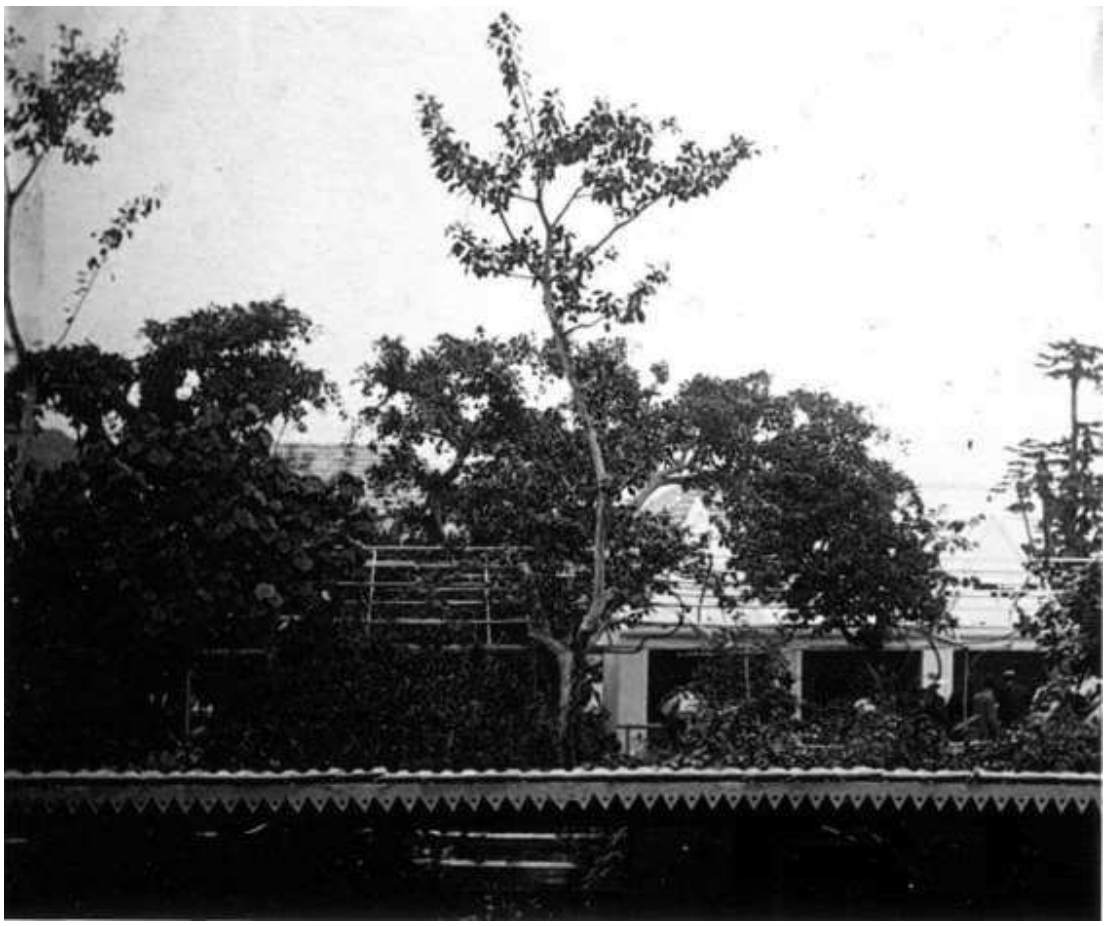
À esquerda das coberturas brancas temos uma bananeira, bem visível, e ao fundo, um anexo com telha tipo Marselha. Esta fotografia sugere ter sido feita de ponto elevado, possivelmente da varanda do Observatório. Ao fundo, surge uma linha direita que pode ser uma parte da Ilha de Luanda e, envolvente, temos o Mar, que hoje é um Mar da Língua Comum, Língua esta antes entendida como instrumento de assimilação.

Fotografia XXXI – Armações para vegetação, viveiros e outros anexos. Ao fundo, o Atlântico Sul.

FOTOGRAFIA XXXII - HOMENS, ANEXOS E ARMAÇÕES PARA VEGETAÇÃO

Temos, num primeiro plano, um gracioso beirado de forma triangular, muito possivelmente importado da então Metrópole que, eficazmente, corta a linha aproximadamente direita e monótona dum telhado com telha tipo Marselha.

Depois, mais atrás, temos alguns homens junto ao anexo. Alguns destes homens sugerem vestir chapéus finos - tratar-se-á do Príncipe Real e da sua comitiva? Este anexo tem, à sua frente, uma balaustrada de madeira. Podemos ver, ainda, uma parcela duma armação de madeira para suporte de vegetação que trataremos mais aprofundadamente na fotografia seguinte.



Fotografia XXXII – Homens, anexos e armações para vegetação.

FOTOGRAFIA XXXIII – ANEXOS, ARMAÇÕES PARA VEGETAÇÃO, BANCO E BARRICAS

Na sequência da fotografia anterior, junto do referido anexo, vemos a atrás citada balaustrada. É de madeira, como dito, e apresenta um longo tronco não aparelhado.

O caminho apresenta-se balizado, por um lado, pelas barricas e, por outro lado, pela citada balaustrada e, em certa parte, também por barricas caiadas, já referidas.

As armações, como foi dito por Bugalho Semedo (entrevista a 12/5/2003),

> "têm muito boa madeira, serrada, aparelhada e montada ao tipo de asnas usadas nos edifícios. É uma madeira muito boa". Disse-nos, ainda, Bugalho Semedo que as "armações servem para suporte da vegetação trepadora ao jeito das latadas da então Metrópole, sombreando as passagens". (Bugalho Semedo, entrevista a 12/5/2003).

Fotografia XXXIII – Anexos, armações para vegetação, banco e barricas.

Estamos, seguramente, perante as estruturas duma pérgula, onde para além do passeio não faltará a cobertura em forma de ramada decorativa e, ainda, um característico banco de jardim, com assento corrido e estruturas possivelmente de ferro fundido. Ou seja, estamos face ao que era - e ainda o é, por exemplo, na envolvente do Museu de Conímbriga, em Condeixa-a-Velha; em Penela e em Penacova, distrito de Coimbra - um elemento de grande distinção no Horto luandense de Emesto Augusto Gomes de Sousa, nos primeiros anos do século XX. O Jardim Colonial, em Belém, também teve uma pérgola, de que restam os pilares pétreos e que poderá ser relançada, sobre o que elaborámos relatório interno, pérgola esta que teria sido feita para a Exposição do Mundo Português, em 1940, colocada no Pátio, então dito dos Ourives (José Flores, entrevista a 12/05/2003).

FOTOGRAFIA XXXIV - HOMEM, ANEXOS, ANIMAIS E VEGETAÇÃO

Esta imagem mostra ao fundo uma balaustrada e sugere terreno em socalco.

Vemos, com centralidade, um homem em acção de limpeza de pátio, sendo que o longo anexo que lhe é próximo está coberto por telha de tipo Marselha.

Ainda temos, bem visível, vegetação de folha larga.

Próximo à referida vegetação, em cerca bem construída, vemos um quadrúpede, difícil de identificar, e aves galináceas - após o regresso de Gomes de Sousa a Lisboa, ele tinha aves galináceas, na sua Quinta de Montecouche, em Benfica, com as quais chegou a ganhar concursos, conforme obra do seu biógrafo, já referida (Teixeira, 1936).

A vegetação no espaço envolvente do Observatório continua a ser uma constante, aqui, em parte, claramente protegida por tutores triangulares de madeira serrada.

Fotografia XXXIV - Homem, anexos, animais e vegetação.

FOTOGRAFIA XXXV – VEGETAÇÃO, FONTANÁRIO E ANIMAIS EM CERCA

A cerca envolve uma trintena de animais, como sejam: gado de pequeno porte, ungulado, concretamente caprídeos, como referido por Teixeira (1936); aves galináceas de voo pesado e bico forte, como sejam galinha e pavão, este pertencente à família Phasianidae que, como é regra, apresenta bastante e bonita plumagem - alguma, certamente, para dar um nobilitante toque decorativo nos gabinetes de trabalho e, em parte, na residência de Gomes de Sousa, no interior do Observatório; aves palmípedes, mostrando, como é regra, os dedos das patas unidos por membrana, nomeadamente patos; ave de grande porte da família Gruidae (*Grus carunculatus*),

Fotografia XXXV – Vegetação, fontanário e animais em cerca.

com penas de cauda longas e muito características; grou coroado africano (*Balearica pavonina*), de vistosa plumagem; pequeno antílope (*Tragelaphus scriptus*), cuja carne é muito apreciada .

A imagem sugere que estamos perante um terreno em socalco e, sensivelmente ao centro, é bem visível, um marco fontanário, sugerindo trabalho de cimalha, torneira e um respectivo

tanque, indício de que se dispunha de água canalizada para homens, animais e plantas. Seria esta água, parcial ou totalmente recolhida da chuva?

FOTOGRAFIA XXXVI – VEGETAÇÃO, FONTANÁRIO E ANIMAIS EM CERCA. OUTRA PERSPECTIVA

Esta imagem reproduz uma parcela da fotografia anterior. Acresce referir, entre outros já mencionados, a existência dos apreciados ganso branco e galinha-do-mato neste cercado.

Fotografia XXXVI – Vegetação, fontanário e animais em cerca. Outra perspectiva.

O marco fontanário, atrás referido, aparece-nos mais nítido, incluindo a torneira, como é bem nítido o tanque que alimenta e que serve para dessedentar e para banho, especialmente de palmípedes.

Referimos ainda nesta foto, bem visível, uma sólida e larga escada de acesso a um nível superior, munida de corrimãos e com cerca de vinte degraus. A escadaria e o socalco podem sugerir alguma distância do Edifício do Observatório e, possivelmente, a maioria destes animais caprídeos, galináceos e palmípedes, teriam mais como função alimentar homens e, ainda, animais enjaulados, do que servir como exemplares do nobilitante Zoo criado por Gomes de Sousa, junto do Observatório. A carne, os ovos e o leite seriam fundamentais.

A este propósito, convirá lembrar que, como dito, o Zoo de Gomes de Sousa, em Luanda, funcionava também como entreposto de envio de animais para o Jardim Zoológico de Lisboa, nomeadamente de felinos e o funcionamento do Zoo, do Horto e do trabalho doméstico careceria de um significativo número de colaboradores, homens, muito possivelmente cabindenses.

FOTOGRAFIA XXXVII – HOMENS E CHIMPANZÉ

Esta fotografia, à semelhança de outras anteriores, apresenta homens, em número de quatro, possíveis tratadores e homens de limpeza. Junto deles temos um chimpanzé, possivelmente o Faustino ou a Catarina que depois, durante anos, virão a ser uma das principais atracções do Jardim Zoológico de Lisboa - que lhes dedicou uma forte atenção no que respeita à climatização -, considerados então talvez únicos na Europa (Teixeira, 1936).

À direita, segundo Bugalho Semedo (entrevista a 12/05/2003), temos uma Orchidaceae decorativa.

FOTOGRAFIA XXXVIII – HOMENS E CHIMPANZÉ. ARQUTECTURA DE SOL E SOMBRA

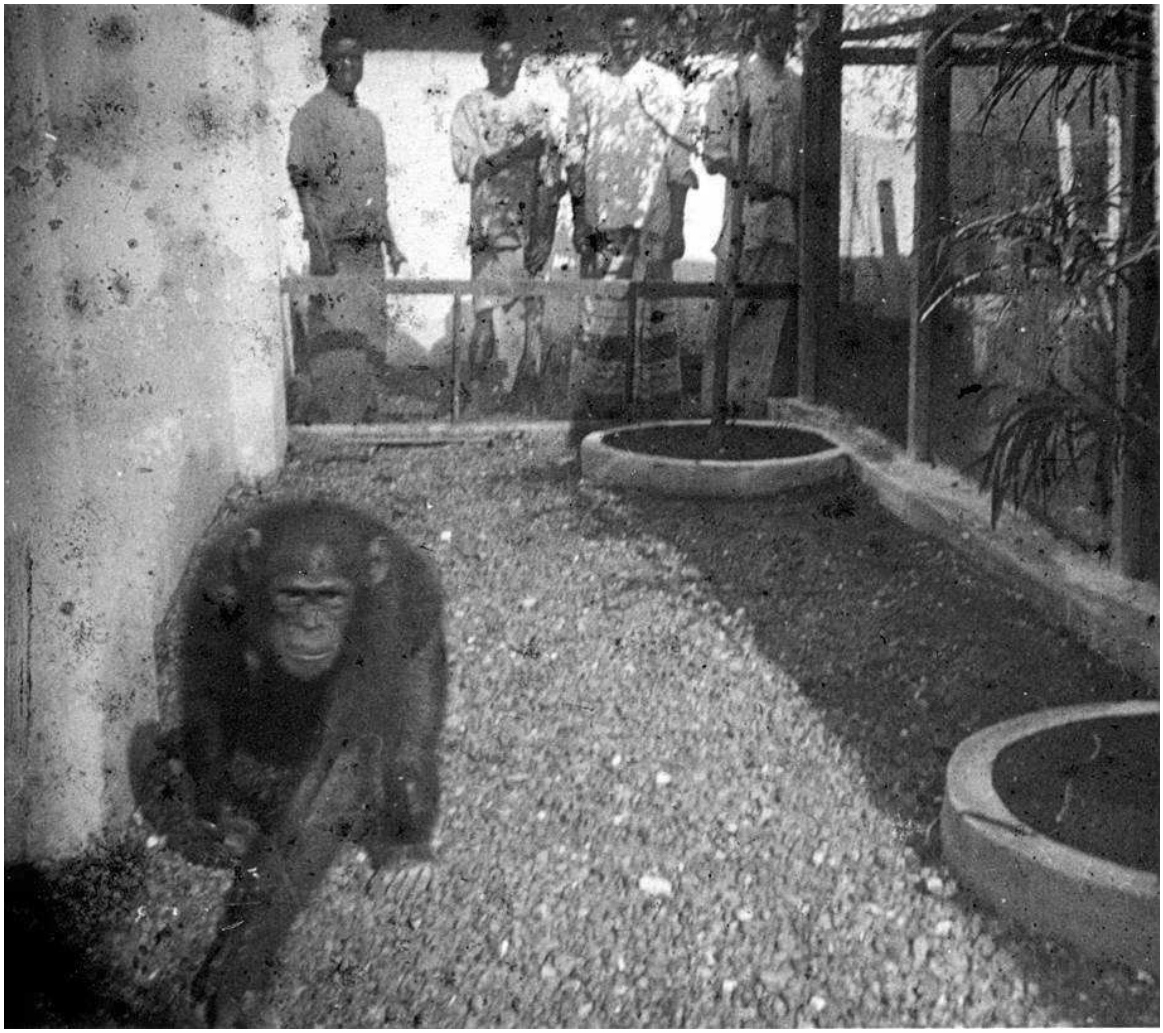
Esta imagem repete, em parte, os homens representados na fotografia anterior, agora em número de três.

O chimpanzé, também denominado jocó - possivelmente o Faustino ou a Catarina - sugere pretender saltar.

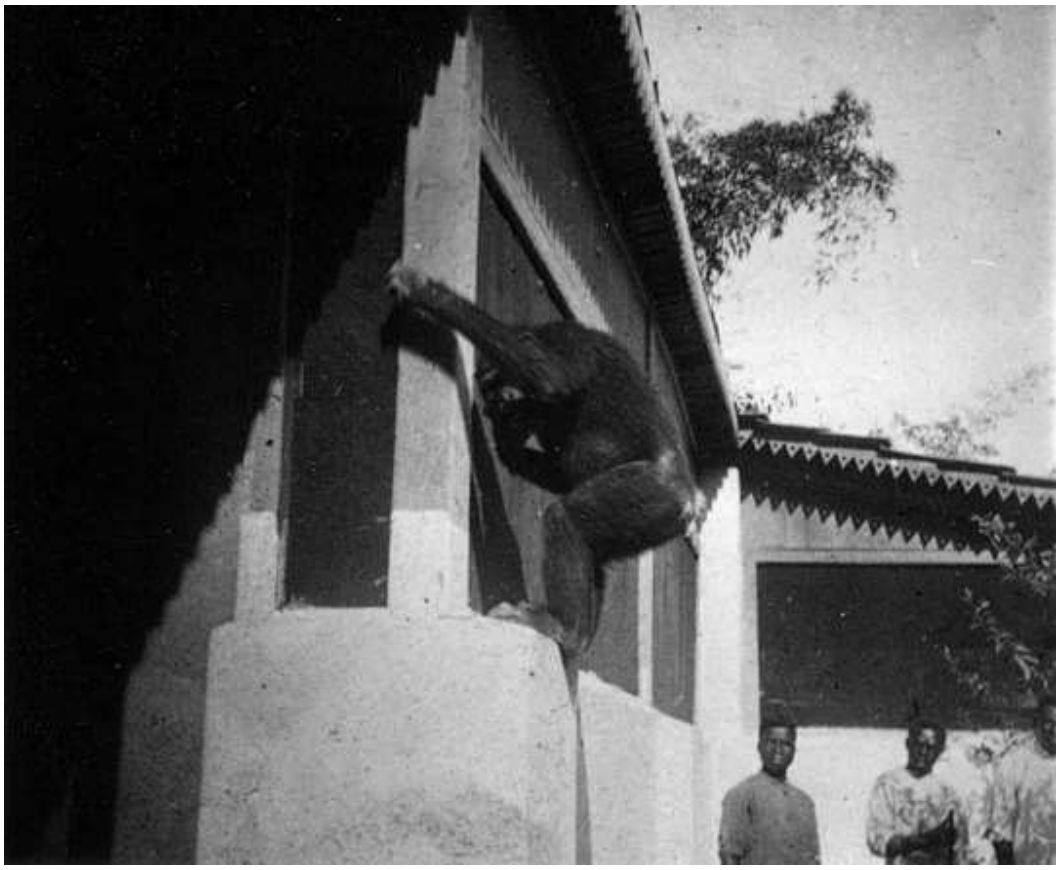
Neste presente caso, o primata, domesticável, mostra bem como é plantígrado, ou seja, como assenta bem a planta do pé sobre o parapeito da construção - que aqui apresenta beirado triangular, já referido, projectando a sua sombra na parede. A cobertura é de telha tipo Marselha,

contrastando bem com a cobertura para galináceos e palmípedes, reflectidos atrás, que é de folha metálica.

Ao alto, mais além, temos ainda alguma vegetação que sugere ser bambu.



Fotografia XXXVII – Homens e chimpanzé.

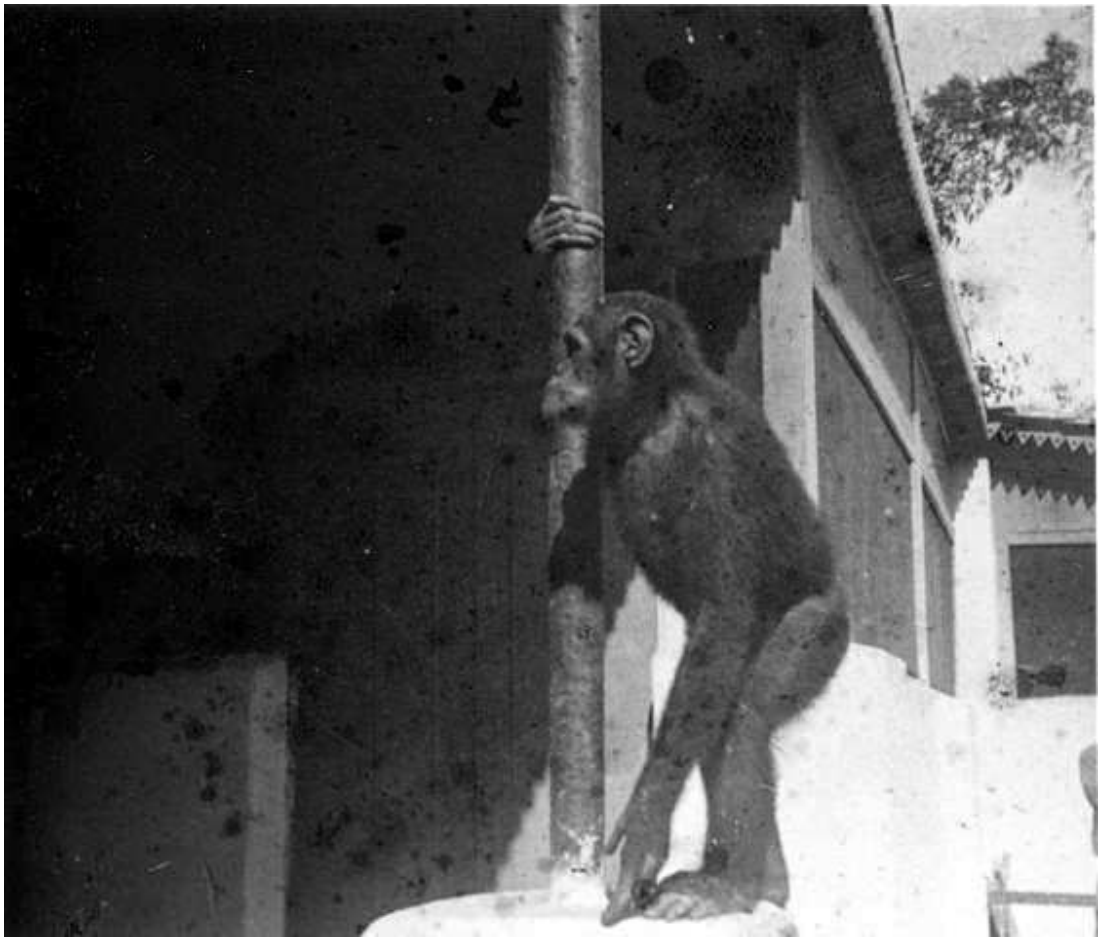


Fotografia XXXVIII – Homens e chimpanzé. Arquitectura de sol e sombra.

FOTOGRAFIA XXXIX – CHIMPANZÉ. ARQUTECTURA DE SOL E SOMBRA

A fotografia mostra como o animal é bem plantígrado. Mostra, ainda, a acentuada oponibilidade do polegar em relação aos outros dedos da mão e uma das mamas peitorais, que lhe são características.

Na presente imagem continuamos a poder visualizar o caprichoso beirado e sua sombra, levado da então Metrópole, como nos referiu Bugalho Semedo (entrevista a 12/5/2003), tendo-nos remetido, em termos comparativos para o beirado existente no então Jardim-Museu Agrícola Tropical, construído cerca de 1914, onde funcionou a primeira oficina tecnológica do Jardim, beirado este ainda existente.



Fotografia XXXIX – Chimpanzé. Arquitectura de sol e sombra.

FOTOGRAFIA XL – HOMEM, CEFO OU ELANDE E CANGA

A presente imagem representa um cefo, ou elande, ou gunga (*Taurtragus oryx*), mamífero ruminante que Gomes de Sousa pretendia domesticar, conforme Teixeira (1936, p. 14), na sua já citada obra. Di-lo depois de tecer várias considerações sobre o Museu Colonial de 1907-1910, referindo que havia no Jardim, "um cefo arreado, originário do Dande", que Gomes de Sousa "procurava adestrar à tracção e à cavalaria".

O tratador está retratado junto do animal, sugerindo que havia cuidados neste trabalho de domesticação, para o que utilizaria uma canga, conforme fotografia.

Figura XL – Homem, cefo ou elande e canga para domesticação.

Igualmente, vemos um cefo arreado com o seu tratador, uniformizado (Sousa, 1907, p. 65), estampa nº 24, que foi motivo para edição de postal (**APÊNDICE 12**).

FOTOGRAFIA XLI – CEFO OU ELANDE OU GUNGA NO ZOO ENVOLVENTE DO OBSERVATÓRIO

Esta imagem representa um cefo[146] ou elande ou gunga (*Taurotragus oryx*), no Zoo, na envolvente do Observatório.

[146] É fotocópia de um postal (**ANEXO 20**), cujo original se encontra no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, e tem a COTA: POST 89, CX ANGOLA. Apresenta a seguinte legenda: "nº 457, LOANDA, CÊFO

Figura XLI – Cefo ou elande ou gunga no Zoo envolvente do Observatório.

O referido ruminante está presente na Colecção Zoológica do ex-IICT. Este tem a legenda "S.G./SNO 58", sendo que S.G. significa Sociedade de Geografia, pelo que esta peça está ali em depósito, nas Reservas visitáveis.

Este animal ungulado, na África do Sul costuma ser criado, em manadas, em cercados, sendo que ali a sua carne é muito apreciada, conforme Luís Mendes (entrevista a 13/07/2014).

O cefo é o cefo ou elande, ou *t'sefu* entre os Kimbundu; é o *ngunga*, entre os Cuanhama; o *ntyého*, entre os Ganguela; o *onwinia*, entre os Umbundu, conforme Cabral e Veríssimo (2005).

DOMESTICADO (PARQUE DO OBSERVATÓRIO) ".
Exibe animal domesticado e um tratador, e é edição de Eduardo Osório, também ele fotógrafo, conforme Jorge Fernandes do Nascimento (comunicação pessoal em 2016).

FOTOGRAFIA XLII – LAGO E PALMÍPEDES NO ZOO DO MUSEU COLONIAL. 1907.

A presente imagem representa uma porção de lago ou represa com palmípedes, que sugerem ser patos, o que se traduz em mais um enriquecimento do Museu Colonial no seu todo.

É indício de que havia cuidado com a fauna ali existente. A água, acrescida de acentuada vegetação, contribuiria para tornar mais aprazível aquele lugar para homens e animais.

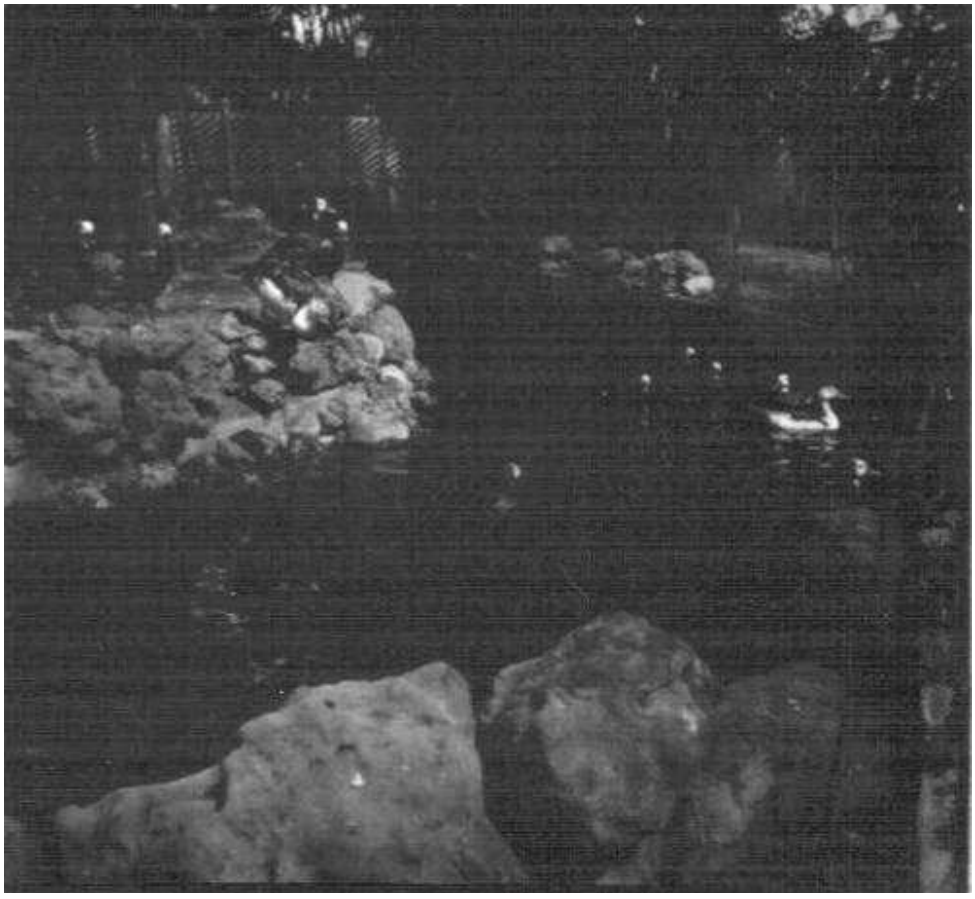


Figura XLII – Lago com palmípedes no Zoo do Museu Colonial. 1907.

Estando terminado o presente capítulo, avançamos agora para o Capítulo XI, que trata especificamente o *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*, editado em 1907, ou seja, trata o Catálogo do Museu Colonial, em Luanda, que constitui à semelhança do Museu Colonial na Alta, no seu referido todo, configurado pelo Retrato do Rei e pela Visita e Palavra do Príncipe Real, uma representação simbólica, sustentáculo de Poder Político Colonial e de Poder Político Imperial.

CAPÍTULO XII

CAPÍTULO XII – MUSEU COLONIAL DE 1907-1910, EM LUANDA: *CATÁLOGO DO MOSTRUÁRIO DE PRODUTOS DA PROVÍNCIA DE ANGOLA*

Passamos, agora, à reflexão sobre o supra-referido *Catálogo do Mostruário* do Museu Colonial de Luanda, editado, em 1907. Fazemo-lo no presente Capítulo, fechando a nossa abordagem ao estudo de caso.

Reflictamos, assim, o referido *Catálogo do Mostruário*, num total de 86 páginas, com texto, mapas e imagens, que explicitam bem as diferentes e abundantes riquezas dadas a ver ao Régio visitante.

O referido *Catálogo* é, como dito, à semelhança do Museu Colonial, organizado por Ernesto Augusto Gomes de Sousa (Sousa, 1907). Este mesmo, textualiza na *Advertência*, ou seja, na nota de entrada, onde o autor, em breve traço, refere o curto espaço de tempo de que dispôs, os agradecimentos e o objectivo da realização, como segue:

> "Quis contribuir quanto pude para que Sua Alteza Real apreciasse como se dignou apreciar, os numerosos produtos ricos desta colónia, onde permaneço e trabalho há muitos anos. Daí a iniciativa deste Mostruário, que no curto espaço de tempo em que urgiu organizá-lo teve de ser deficientíssimo. Aos que me auxiliaram neste propósito aqui consigno os meus agradecimentos. Luanda - Junho de 1907, Ernesto Augusto Gomes de Sousa." (Sousa, 1907)

O *Catálogo* apresenta, para além da referida Advertência, 3 Partes, lista de expositores e 3 mapas, relativos à exportação de algodão em rama, borracha, cacau e café (1904, 1905, 1906), ao imposto sobre aguardente (1900 a 1906) e à exportação de peixe (1897 a 1907). Em termos de imagem, o catálogo exibe 27 fotografias, sendo que tratam aspectos do Museu Colonial nas varandas, quatro fotografias; no interior, três fotografias; no Zoo, quatro fotografias; e aspectos relativos à produção da borracha[147], em número de 17 fotografias (Sousa, 1907).

[147] O Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1908b) tece várias considerações, nomeadamente no que respeita à necessidade de melhoria dos então principais Produtos de exportação, concretamente a borracha.

O texto deste Boletim, entre outros, faz referência a métodos e a instrumentos já então em uso no então Congo Francês, no que respeita à borracha.

Ainda sobre esta temática, o Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1908c) dá notícia de um novo instrumento para a sangria, de modo a captar mais e melhor *latex*, para o que explica a utilização correcta da lâmina e da goteira. Era notória, assim, em 1908, a preocupação com a optimização da exploração dos recursos naturais existentes em Angola e Moçambique.

No que respeita às citadas 7 fotografias do *Catálogo do Mostruário* que retratam o interior e o exterior do Edifício e as varandas, elas estão legendadas do seguinte modo: Mostruário de produtos da província - Estampa nº 1 - Galeria Leste; Mostruário de produtos da província - Estampa nº 5 - Galeria Leste; Mostruário de produtos da província - Estampa n° 9 - Galeria Norte; Mostruário de produtos da província - Estampa nº 13 - Cruzamento da Galeria Norte e Galeria Leste; Mostruário de produtos da província - Estampa nº 22 - Mobília em madeiras da província feita em Luanda; Mostruário de produtos da província - Estampa nº 23 - Mobília em madeira de teca feita em Luanda da quilha da corveta *D. João I*; Estampa nº 26 – Casal de chimpanzés da região do Luali, distrito do Congo em perfeita domesticidade – retratados numa cadeira de verga na própria Sala de Jantar de Ernesto Augusto Gomes de Sousa (Sousa, 1907).

Algumas destas fotografias retratam, em parte significativa, a colecção fotográfica já por nós tratada em capítulos anteriores, nomeadamente nas **Fotografias XXII** a **XXIV**, do Capítulo X do presente trabalho, e nos **APÊNDICES 6** e **7**, Col. João Loureiro, 1907, sendo que estas últimas também se encontram reproduzidas em Vicente & Vicente (1998, p. 66). E é, assim, embora sem se repetirem totalmente em relação aos ângulos retratados, posição de artefactos, remodelação de estantes, mesas e respectivas coberturas, o que é motivo de identificação segura do material aqui estudado e motivo de enriquecimento, porque as imagens mutuamente se completam.

O *Catálogo do Mostruário* (Sousa, 1907) que vimos reflectindo, como dito, totaliza 86 páginas e tem 3 Partes que trataremos de imediato, abaixo.

Parte I do *Catálogo do Mostruário*. Agricultura, Comércio e Indústria

Esta Parte apresenta várias secções que são, sensivelmente, as seguintes: Aguardente de cana sacarina; Algodão indígena; Borracha; Café; Cacau; Canela; Cal - não apontada como secção; Cera - não apontada como secção; Cana sacarina; Chocolate - não apontado como secção; Cocos; Coconote; Cola; Feijão; Farinha de mandioca; Ginguba; Gengibre; Greda - não apontada como secção; Goma; Ife; Isca; Bebidas alcoólicas destiladas - não apontadas como secção; Cerâmica industrial de fábrica e cerâmica tradicional - não apontadas como secção; Liamba; Madeiras para marcenaria e construção; Mobiliários feitos em Luanda; Massas alimentícias; Massambala e outros milhos - não apontados como secção; Mel de abelhas - não apontado como

secção; Minérios; Marfins - não apontados como secção, contando marfim em bruto e artefactos de marfim; Óleo de palma ou azeite de palma; Pescas - só artefactos; Peles preparadas; Sabão provincial; Tabaco; Tabaco manipulado; Telha portuguesa, telha - tipo marselhesa - e tijolo - não apontado como secção; Trigo austral e tremez - não apontados como secção; Vinho - não apontado como secção (Sousa, 1907).

Ocorre pontualizar que o Catálogo, no que respeita a esta Parte l, tenta transmitir pela imagem, neste caso pela fotografia, informação diversa, como seja: Sobre as plantas borrachíferas; sobre a extracção da borracha; sobre o artefactuário - simples vara ou maço apipado, cilíndrico ou paralelepipédico - com que se batem os rizomas da "otorampa" e com que se bate a manta de borracha; sobre o artefactuário em que se cozinha a borracha; sobre a forma de construir a habitação, dita cubata, com as raizes da "otorampa"; sobre o africano, sobretudo Ganguela e Ambuela, que executam a colheita do rizoma e a tarefa da transformação do rizoma em mutare (Sousa, 1907).

A borracha[148], - embora já em declínio - era, ainda, uma das principais riquezas de Angola[149]. Certamente, disso é reflexo o facto de o Catálogo dedicar, nesta Parte I, 17 fotografias dum total de 24, ao tema da borracha, ou seja, 62% do total das fotografias impressas (Sousa, 1907).

A propósito da borracha é necessário referir que os *itens* da exposição numerados de 83 a 116 são todos pertencentes ao "Expositor", que é o "Observatório Meteorológico", e ao qual pertencem as 17 fotografias referidas. Gomes de Sousa, no *Catálogo do Mostruário*, em pé de página (Sousa, 1907, p. 16), para além de dar informações detalhadas sobre "Modo de extracção do latex da *manihot glaziovii* (borracha do Ceará)" diz, logo abaixo, que este mostruário de borracha dos Ganguelas[150] é devido aos estudos mandados fazer nas regiões produtoras pelo ex-

[148] Segundo Furtado (1959), relativamente à borracha, ela ganha importância cerca de 1900 - comparável à que havia tido os têxteis no final do século XVIII. É que, a borracha estava então destinada a ser a matéria-prima mais procurada e a ter uma grande expansão no mercado mundial. Foi assim, devido ao enorme crecimento da indústria de veículos terrestres a motor de combustão interna, que foi o principal factor dinâmico das economias industrializadas na última década de 1800 e nas primeiras décadas de 1900.

O Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda, patenteia estar atento a esta enorme procura de borracha, como mostra bem o seu Catálogo (Sousa, 1907), que vimos tratando.

[149] E também era relevante em Moçambique, nomeadamente no distrito de Quelimane, conforme escrito do seu Governador em Relatório (Carvalho 1912), que este envia ao então Governador-Geral de Moçambique, tratando em detalhe a trepadeira produtora de borracha, a forma como era colhida e comercializada, sendo que, como aquele afirma, o comércio estava nas mãos dos asiáticos, que a pagavam quase sempre ao colector por permuta com outros géneros de troca.

[150] Os Ganguelas e os Ambuelas, do grande grupo dos Ganguelas, e outros grupos referidos neste estudo, foram tratados por Redinha (1974), em texto e no mapa policromo da distribuição étnica de Angola.

Governador-Geral, Conselheiro António Duarte Ramada Curto que deles encarregou o jardineiro botânico Gossweiler (Sousa, 1907, p. 16).

Ainda, a propósito desta Parte l, convém referir que cerca de 9,1 % dos *itens* expostos pertencem ao Observatório Meteorológico - algas; café; borracha; conchas; coral; farinha de mandioca, de trigo, de milho; e bombó -, à semelhança das fotografias que acompanham a temática da borracha. Também significativo, aqui, nesta Parte I, é o facto de 12,1% dos *itens* expostos pertencerem à colecção particular de Gomes de Sousa, em que se inclui, entre outros, quási todo o artefactuário relativo às pescas, todos os exemplares respeitantes a "Peles preparadas"[151] - que são peles "de animais da província preparadas pelos naturais" (Sousa, 1907, pp. 56 e 57) -, e todos os *itens* de marfim (Sousa, 1907, p. 52).

Sobre a temática da borracha[152], tão sobrevalorizada neste *Catálogo do Mostruário*, dediquemos ainda uma palavra. É que alguma da sua importância persistiu no tempo. Assim, disse-nos Fernando Batalha (entrevista a 25/10/2002) o seguinte:

> "Cerca do fim da década de 50 ou princípios de 60, acompanhei o historiador René Pélissier, em visita de estudo, a Massangano e ao Dondo, e ainda vi aqui, num estabelecimento comercial outrora importante, mas nesta época já decadente, alguns mutares de borracha - sensivelmente redondos - adquiridos aos africanos ou destes obtidos em permuta. Isto ilustra bem a persistência desta actividade, agora bem menor, em Angola.
>
> Convém referir que o Dondo foi o segundo grande centro comercial de Angola, logo a seguir a Luanda, até ao avanço do Caminho de Ferro de Ambaca, ou seja, até cerca das primeiras décadas do séc. XX.
>
> Também vi em Benguela, ainda na década de 1940 - permaneci aqui de 1944 a 1950 -, alguns mutares, em pequenas quantidades, em alguns estabelecimentos desta cidade." Fernando Batalha (entrevista a 25/10/2002).

Passamos, agora, à análise da Parte II do *Catálogo do Mostruário*.

[151] As instruções sobre como recolher e preservar materiais vêm, pelo menos, do século XVIII. "*As Instruções gerais aos Capitães-mor sobre a colheita e remessas de produções naturais*", que hão-de ser dirigidas ao Real Gabinete de História Natural, datam de 17 de Outubro de 1790, subscritas por Manuel de Almeida Vasconcelos, conforme Gouveia (1991).

[152] Sobre a temática da borracha, entre vários outros temas, muito se debruçou Couceiro (1948). Matos (1948), enquanto General, no prefácio, diz que a atrás referida obra da autoria de Paiva Couceiro é uma muito importante obra de literatura colonial.

Parte II do *Catálogo do Mostruário*. "Objectos gentílicos da província"

É bem certo que a parte anterior, ou seja, a Parte I do Catálogo, é a que maior número de objectos contém, pois, num total de 800, ela conta com 536 objectos, atingindo, assim, os 67% do total. Isto reflecte bem, em nosso entender, a necessidade de alertar para as riquezas naturais de Angola, que muito poderiam contribuir para a saída da crise económica de Angola - que se vinha mantendo - e da então Metrópole e, cumulativamente, a necessidade de afirmar, através da presença do jovem futuro soberano, a apetitibilidade e pertença de tais riquezas, como dito.

No entanto, esta Parte II, contando com a mostra de 189 objectos "gentílicos" da província, atinge 23,6% do total exposto. Porém, aqui, há que ter em conta que os 189 objectos expostos são todos pertença da colecção particular de Gomes de Sousa (Sousa, 1907).

Distribuem-se geográfica e administrativamente pelo Distrito do Congo - a que pertencia Cabinda -, pelo Distrito de Luanda, pelo Distrito de Benguela e pelo Distrito da Huíla. Têm, ainda, em muitos casos, uma referência mais específica, em termos geográficos.

Do total dos 189 objectos, só cerca de 7% estão no âmbito das práticas mágico-religiosas. Esta é uma percentagem, em nosso entender, explicável pela possível dificuldade de penetração na esfera do que é específico da relação com o extraordinário. A grande percentagem de objectos é de artefactos funcionais que cabem no âmbito do mobiliário, da confecção de alimentos, do transporte e consumo de alimentos, do repouso, do adorno, do fumo, da transformação do minério, da caça e da guerra, e outros.

Note-se, muito pontualmente, que Gomes de Sousa, em certos casos, dava informação mais alargada, mesmo no domínio do mágico-religioso. Assim, por exemplo, sobre o objecto n° 611, "gingongo", do Distrito de Luanda, diz que é

> "Amuleto usado pelos indígenas quando têm filhos gémeos e que um deles morra. Usam a tiracolo em forma de boneca vestida com o pano como lembrança do filho morto" (Sousa, 1907, p. 66).
>
> E, por exemplo, quanto ao objecto n° 690, denominado "mucesse", do Distrito de Benguela, diz que é um
>
> "Penacho de guerra feito de um rabo de boi com cabo de missanga a que o indígena do Bailundo atribui a virtude de evitar as balas" (Sousa, 1907, p. 72).

Quanto aos objectos utilitários, deixa, por vezes, apontamentos sobre o estatuto social do utilizador.

No que respeita ao Distrito da Huíla, das 13 peças expostas 11 podem ter a ver com o universo da guerra e da caça - batuque de guerra, flechas, facas, machadinhas, mocas, zagaias, polvorinhos feitos de couro, chifre e cabaça -, nobilitantes actividades que, na divisão sexual do trabalho, cabem ao homem. São todos eles atribuídos, explicitamente, aos Cuanhama e aos Cuamato, do grande grupo Ambó (Redinha, 1974), e, sendo assim, este Museu reflecte e remete para os lugares onde os africanos mais dificultavam a ocupação efectiva das armas portuguesas, para o que apontava a Conferência de Berlim, de 1884 a 1885, como dito em Capítulo V.

Relativamente ao Distrito do Congo, são muitos os objectos oriundos de Cabinda e tal, neste caso, pode reflectir e remeter para as missões de serviço e permanências que foram cometidas a Gomes de Sousa, na sua qualidade de Oficial de Marinha, como Comandante de navio.

Em síntese, poderemos dizer, cremos nós, que o Museu Colonial no seu todo, nomeadamente com o seu catálogo, pode contribuir para explicar a época em que foi realizado, o local onde ocorreu, o homem que o concebeu e organizou, o Príncipe Real e os outros visitantes que ali se deslocaram e tomaram contacto com esta realização museológica.

O *Catálogo* não exibe nenhuma fotografia alusiva a esta Parte II (Sousa, 1907). Tal poderá ser explicado por falta de verbas, por não ser considerada a parte mais dominante ou importante da exposição, ou ainda, porque todo este núcleo é colecção particular de Gomes de Sousa e a inclusão de fotografias deste artefactuário poderia parecer vaidade vã ou auto-elogio. No entanto, existem fotografias no acervo fotográfico de Gomes de Sousa, sobre suporte de vidro, completamente inéditas, em nosso entender, que retratam estes "objectos gentílicos", já apresentados em capítulos anteriores.

Parte III do *Catálogo do Mostruário*. "Zoologia"

Esta Parte apresenta 45 *itens* o que perfaz cerca de 5,6 % do total de 800. Alguns dos *itens* remetem para "um casal", "dois casais", "três casais", "quatro casais", "seis casais" e, ainda, para "vários animais". A acrescer, o item 800 (Sousa, 1907, p. 80) é um viveiro que, como diz o autor, contém vários exemplares de "canários de Angola, viúvas, maracachões, tecelões, peitos celestes, bengalinhas, palanques, monsenhores, cardiais, bicos de prata, rabos de junco e januários", Sendo assim, não podemos quantificar exactamente o número do que está exposto nesta parte dedicada à

Zoologia, mas este número poderia ser elevado. Se considerarmos a priorização na listagem e a representação em fotografia, vemos que o primeiro *item* desta Parte III é um casal de chimpanzés, da região do Luali, Cacongo, retratado na estampa nº 26, sentado em cadeira de entrançado vegetal, talvez vime, no interior do Observatório.

Ainda, em fotografia, temos aqui um cefo ou elande da região do Dande, em ensino para "tracção e cavalaria" - uma das preocupações de Gomes de Sousa foi, como dito, a tentativa de domesticação do cefo que é tema dum postal existente no Arquivo Histórico Ultramarino, cuja cópia nos foi oferecida por F. Batalha -, uma palanca da região do Dande, que sugere ser uma palanca preta, pelo porte e pelo tamanho grande dos cornos, e um leopardo de Pungo Andongo. Importa referir que, à semelhança dos "objectos gentílicos" referidos em Parte II deste Catálogo, também todos os materiais expostos na presente Parte III, dedicada à Zoologia, são propriedade e colecção particular de Gomes de Sousa. Sugere-se-nos ser evidente que, dum modo acentuado, esta actividade de Gomes de Sousa, em Luanda, leva a que este Zoo, envolvente do Edifício do Observatório, funcionasse como um entreposto do Jardim Zoológico de Lisboa, de que Gomes de Sousa foi um dos maiores Mecenas de todos os tempos, como referido neste estudo, sobretudo no capítulo VIII.

É de referir que, no respeitante à existência de exemplares zoológicos junto às residências, tal pode ser entendido também como algo muito nobilitante, e disto o Paço de Belém, com o seu Pátio dos Bichos, e o próprio Palácio da Pena, podem ser entendidos como matriz. Vejamos, adiante, muito sucintamente, a lista de expositores e os mapas.

Lista de expositores e mapas referidos no *Catálogo do Mostruário*.

Este Catálogo foi impresso em Luanda, na Imprensa Nacional, em 1907. Contém, no final, a indicação dos expositores e mapas (Sousa, 1907, pp. 81 a 85).

Os expositores, se acrescentarmos o nome do botânico Gossweiler, são em número de 45, entre os quais contamos o Observatório Meteorológico e Magnético de Luanda e o próprio Gomes de Sousa, como dito. Dado o pouco tempo de que dispôs, como o autor diz na Advertência do Catálogo, este número de expositores evidencia capacidade de realização. A listagem tenta valorizar, seguramente, os indivíduos e as instituições, nomeadamente as empresas que participaram no evento.

Quanto aos mapas, concretamente os mapas demonstrativos da exportação de Produtos, dão-nos a nomenclatura do Produto, o ano a que se refere e a Alfândega por onde saiu o Produto, as quantidades, em kilos, os valores, em réis, e os valores relativos a direitos (Sousa, 1907). Quanto ao mapa de exportação do peixe seco pelas Alfândegas de Luanda, Moçâmedes, Benguela e Ambriz, dá-nos o ano a que se refere a exportação, o valor total da exportação e o valor do peixe exportado por Moçamedes que, de 1897 a 1907, ultrapassa sempre os 90% e, por vezes, atinge a quase totalidade (Sousa, 1907).

O *Catálogo do Mostruário* contempla alguns destes materiais em exposição. E, em jeito de abertura à secção "Pescas", Gomes de Sousa (1907, p. 73), valorizando a dimensão marítima de Angola, diz:

> "a pesca é a mais importante indústria da província, exercida em grande escala no sul, onde se salga e seca o pescado para consumo e exportação. Ali, é essa indústria exercida pela colónia piscatória de Moçamedes, Porto Alexandre e Baía dos Tigres com as suas embarcações e aparelhos semelhantes aos usados no reino e tripulações de serviçais indígenas - veja-se o mapa de exportação de peixe, em anexo. De Benguela para o norte é a pesca exercida exclusivamente pelos naturais em dongos e com os seus aparelhos especiais dos quais são especímenes principais os seguintes: tarrafa, rede de pesca, fisga de ferro, fisga de madeira, arpão de ferro, linha e anzol para pesca, fio indígena para linha de pesca, 3 modelos de dongos - Luanda -, balacu, serrajão, camarão da baía de Luanda, modelo de dongo para pescador - Musserra e Ambrizete -, modelo de dongo para pescador - Cabinda -, armadilha grande para peixe - Cabinda -, armadilha pequena para peixe e cesto pequeno para pôr o pescado". (Sousa, 1907, p. 73)

O Catálogo como era muito comum na época, deixa transparecer a não diferenciação entre o produto natural e o produto cultural do homem extra-europeu, neste caso africano, o que sugere enquadrar-se no universo do pensamento evolucionista, onde, entre outros, pontuam Herbert Spencer - a quem, Norton de Matos, o futuro Governador-Geral de Angola do período republicano, considerava o maior pensador do século XIX (Matos, 1944b).

A exposição e o catálogo deixam transparecer capacidade de realização que, entre os militares assume, por vezes, a forma de "desempenho de missão". Mas é óbvio que para além deste aspecto, sugere viver em Gomes de Sousa uma curiosidade e um interesse científico em várias matérias que são objecto de estudo da etnografia, da museologia, da zoologia, da botânica, da geologia, da história e outras.

Em nosso entender, este Museu Colonial e o respectivo Catálogo são preciosos elementos de estudo e indicadores de época, em várias vertentes, tratadas pelo autor com a preocupação da

exaustão, possível à época e no lugar, Luanda, capital da periférica província de Angola do periférico reino de Portugal, potência pretendente e não confirmada[153].

Não nos alongaremos mais sobre este *Catálogo do Mostruário*. No entanto, desejamos ainda relevar, em jeito de síntese, que a Parte I do Catálogo, dedicado à "Agricultura, Comércio e Indústria", atinge os 67 %, como dito, dos 800 objectos expostos, ou seja, atinge 536 itens, o que reforça o interesse dado a estes materiais. São materiais por apropriar com mais eficácia, na expectativa de que poderão contribuir para produzir uma soberania imperial forte, em tempo de pós-Conferência de Berlim, de 1884/1885, em tempo de pós-ultimatum e de várias conferências internacionais, nomeadamente a que ocorre, em 1907, em Haia, relativamente ao preocupante crescimento de armamento. Quanto à Parte II deste *Catálogo do Mostruário*, atinge, como dito, um total de 189 objectos, que perfaz 23,6 % do total dos materiais expostos. Porém, nesta Parte II, todos os objectos são pertença de Gomes de Sousa, o que ajuda a compreender muito os interesses em presença e a sua época. Por fim, o Catálogo, como visto, apresenta uma lista de expositores e mapas, sendo que, entre os expositores, temos também o já referido botânico J. Gossweiler.

Quanto ao *Catálogo do Mostruário*, o facto de o terem produzido e guardado é uma ventura - pois ainda hoje, por vezes, das Exposições pode não restar mais que um cartaz ou folha volante -, ventura essa acrescida por ter sobrevivido até nós o material fotográfico que lhe é respectivo, do acervo de Gomes de Sousa que aqui abordamos e apresentamos neste trabalho.

Ainda, sobre a produção deste *Catálogo do Mostruário*, sugere ser importante o facto de estar datado, no interior, em Advertência, de Junho de 1907 (Sousa, 1907). Ora, como vimos em Capítulo VI, a Viagem Imperial do Príncipe Real começou a 1 de Julho de 1907, pelo que à chegada do Príncipe Real a Luanda, o *Catálogo do Mostruário* já estava pronto para a oficialização do Museu Colonial.

Por fim, dizemos, como referido aqui e ali, ao longo do presente trabalho, que devemos muito ao Capitão da Força Aérea Portuguesa Virgílio de Sousa, falecido em 2016, a existência deste Mostruário em nossas mãos, pois o Catálogo, a medalha e a Biografia de Gomes de Sousa, foram imprescindíveis para identificar o espólio vítreo que, no acto da venda se encontrava junto ao móvel, dito estereoscópio.

[153] A temática de potência pretendente e potência confirmada vem tratada na obra de Almeida (1990).

Concluimos, neste Capítulo da tese, o estudo de caso, em termos essencialmente qualitativos, na esperança de que o tenhamos tratado com o necessário detalhe, contribuindo, assim, para a compreensão do trabalho apresentado, no seu todo.

Terminamo-lo com o estudo do *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*, relativo ao Museu Colonial de Luanda, 1907-1910, organizado e publicado por Ernesto Augusto Gomes de Sousa, em Junho de 1907, por ocasião da Visita a Luanda de Sua Alteza Real Senhor D. Luís Filipe, a quem foi dedicado (Sousa, 1907).

Prosseguimos adiante a nossa análise, agora, em Conclusão.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Seguimos para o encerramento desta tese – uma análise, certamente, conducente a uma denúncia do que foi o Colonialismo, domínio de investigação, onde se insere a realização, visitação e oficialização do Museu Colonial de Luanda, em 1907, embora houvesse actividade anterior, seguramente em 1905, Museu este que prossegue até ao último trimestre de 1910, depois desmembrado, e que, aqui, é a questão colocada neste estudo.

E enquanto questão, cremos ter deixado apontado e justificado, através dos métodos e instrumentos de análise, o local, o tempo e o porquê da sua realização; quem o realizou, para quem e porquê, com as configurações simbólicas do Retrato do Rei e da Visita e da palavra oficializantes do Primogénito do Rei, ali, em Luanda, em escala da sua Viagem Imperial. Pensamos, igualmente, ter enunciado os conceitos – Museu Colonial e Império Colonial -, inerentes à questão, e ter formulado as hipóteses, ou seja, as respostas dadas à citada questão: sustentáculo de *Reprodução e Apologia de Soberania Imperial*.

Porém, *quem denuncia, anuncia*. Deste modo, entendemos que o Museu Colonial, aqui tratado, no seu todo, foi, ontem, como comum à época e ainda em época posterior, um instrumento do reforço do exotismo, ou seja, da sobrevalorização da diferença, do utilitarismo e da soberania Imperial, a entender como uma apropriação do colonizado e dos seus bens; hoje, poderá bem ser o seu contrário. E poderá sê-lo, enquanto pretexto reflexivo – para o que esta tese poderá constituir um contributo -, um factor de compreensão das diversidades em presença; de saudável, profícua e promissora Aproximação entre os Povos, sobretudo aqueles que são integrantes ou observadores das Comunidades PALOP e CPLP, posto que, em perspectiva Pessoana, *o que separou, também pode unir*.

Entendemos, assim, que o presente estudo pode ser uma parcela de um acréscimo mobilizador de futuras acções conjuntas, a vários níveis, o que é tanto mais possível, neste tempo pós-colonial, em que Portugal, numa perspectiva agostiniana, está morto como Metrópole e renascido como comunidade livre*, já que dominar os outros é a pior forma de prisão que ter se pode.* Poderá sê-lo, ainda, este Museu Colonial, posterior objecto de estudo, nomeadamente a partir do material museológico, em parte inédito, ou outro, aqui apresentado, passível de ser tratado e, eventualmente, entendido de modo diferente.

E posto isto, em suma, pretendendo o presente estudo ser, na medida do possível, potenciador de auto-estima, sobretudo dos Povos aqui contemplados, reforço de amor-próprio também o pretende ser a própria Língua em que ele é expresso. Esta foi ontem Língua de assimilação, ou seja, de dominação, e é hoje, conforme proclamação do poeta, Língua constitutiva de Pátria, adoptada pelos Parlamentos dos novos Estados independentes – a mais falada no hemisfério Sul.

Feita a *denúncia*, ensaiado o *anúncio*, entramos em termos mais específicos na sequência das matérias aqui tratadas.

Assim, 1907, é o tempo da Viagem Imperial e é o tempo da realização e oficialização do Museu Colonial de Luanda – dois acontecimentos indissolúveis, que mutuamente se explicam, sinal certo de que a Museologia não é neutra e serve fins específicos, quais sejam, aqui, enquanto representação simbólica, de apoio à soberania Colonial.

O ano de 1907 é um tempo de Ditadura, dita de João Franco, é um tempo tenso em termos políticos e sociais na Metrópole e nos domínios ultramarinos africanos onde, a nível interno são frequentes os levantamentos armados, por vezes apoiados pelas potências hegemónicas imperiais. É um continuado tempo em que as fronteiras não cessam de ser pressionadas, como dito e contextualizado, o que ainda persiste e é evidente na Conferência de Paz, em Paris, em 1919, por exemplo, por parte da África do Sul, requerendo o Sul de Moçambique e o Porto de Lourenço Marques, ou no mínimo, o controlo do Porto e dos caminhos de Ferro de Lourenço Marques, apesar de Portugal ter suportado uma Grande Guerra, na Flandres, em Angola, Moçambique e no Mar Atlântico. Tal é possível, cremos, dada a interiorização de que Portugal era um fraco Estado-Nação Imperial, convencimento esse que é anterior e posterior à Conferência de Berlim de 1884-1885. A persistente dependência económica, facilitadora de uma continuada pressão política era evidente, e contra isso se realizaram várias actividades revigoradoras, de que relevamos, entre outras, o Museu Colonial de Luanda e a Viagem Imperial.

Mas voltemos ao ano de 1907. Este é o ano em que o Príncipe Real D. Luís Filipe, Presuntivo herdeiro do Reino de Portugal, zarpa do Tejo, saudado pelo Rei, por altos dignatários e pelas Artilharias. Rumou ao Atlântico Sul e depois ao Índico. Saiu 100 anos após os Bragança, seus antepassados, terem deixado Portugal com destino ao Brasil e a um escasso ano antes da projectada Visita de seu pai, o Rei D. Carlos I, ao Brasil, em Celebração do Centenário da Abertura dos Portos.

Fê-lo em tempo de Terceiro Império Português, ou seja de Império dito Africano, referido como tendo início oficial em 1825, embora comportando parcelas distantes no Oriente, que, hoje, aceite ali a Língua Comum, contribuem para que esta esteja presente nos cinco continentes do mundo - valioso património cultural, político, social e também económico.

O Príncipe Real, presente ao longo deste estudo, teve cognome de Príncipe Colonial e, entre os vários pontos marcantes da sua Viagem Imperial, está a Visita e oficialização do Museu Colonial de Luanda de 1907-1910, que é o presente estudo de caso.

Isto é, em Luanda, em 1907, no Observatório Meteorológico e Magnético e espaços envolventes, "produziu-se" um Museu Colonial, também dito Museu do Observatório, símbolo de Poder e apropriação colonial, e que foi oficializado pelo Princípe Colonial, símbolo do Estado-Nação Imperial e do Regime.

A Imprensa referiu este Museu Colonial como tal e, cremos, faz sentido, pois trata temáticas sobretudo coloniais, como sejam os "Produtos", e como tal são aqui entendidos os materiais etnográficos, geológicos, zoológicos e botânicos da então colónia de Angola. Ainda o é, Museu Colonial, porque se destina sobretudo a colonos, funcionários e militares, em grande maioria idos da então Metrópole; ainda é Museu Colonial porque é utilitário e, como tal, passível de ser suporte à optimização da exploração das riquezas recolhidas – e, como tal, como referimos ao longo deste estudo pretende servir a apropriação do Outro e das riquezas do Outro -, estudadas, expostas e catalogadas.

Postos estes considerandos, dizemos que, desde logo no Capítulo I, no presente estudo, entendemos este Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda, como suporte de *Reprodução e Apologia de Soberania Imperial*. Foi-o, assim, Museu Colonial, porque mostra e proclama as excelências e a enorme diversidade das riquezas em presença, porque potencia a apetitibilidade destas mesmas riquezas, que são do extra-europeu, como dito; porque pretende legitimar o Império, que neste caso é Luso, e o seu Rei que continua sendo a sua figura maior. E foi-o nesse tempo musculado; nesse tempo que foi de guerras territoriais, coincidente com o dos exércitos formados em grande parte por recrutamentos para serviço militar obrigatório; nesse tempo em que o Território era entendido como o mais desejado dos recursos, a mais apetecida recompensa em qualquer luta pelo poder, o sinal que marcava a diferença entre o vencedor e o derrotado.

E é pelo Território rigorosamente cintado pelas fronteiras, preocupação bem caracterizadora desse tempo moderno, e pelo que ele encerra - riquezas materiais e capital

simbólico no concerto dos Estados-Nação Imperiais - que o Príncipe Real D. Luís Filipe ruma ao Atlântico Sul e ao Índico, onde temos, sobretudo, o apetite da hegemonia germânica, animada de *grössenwhan*, no âmbito da *Newe kurz* e da *Weltpolitik* - mas também outros apetites hegemónicos - em termos de imperialismo europeu. Isto torna bem claro o porquê da ocorrência de combates, logo em 1914, no norte de Moçambique e no sul de Angola, o que contribui para contextualizar a Viagem Imperial do Príncipe Real, em cujo âmbito é oficializado o Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda, em que ganha preponderância, conforme *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*, o algodão e a borracha, Produto este que era exportado na sua quase totalidade para os mercados da Alemanha.

Mostrava esse Museu Colonial, em 1907, ao Príncipe Real, aos outros Príncipes e alta nobreza dos Estados Imperiais da Europa em visita a África, e ao Mundo, até onde, lá longe, chegava o domínio das armas portuguesas, por vezes difícil ou muito difícil, em acção de ocupação, também então dita de pacificação – como podem sugerir as diversas armas africanas, neurobalísticas, ali expostas; mostrava esse Museu, na densidade expositiva, muito comum na época, na riqueza e na carga simbólica dos materiais em exposição como era pleno de atractividade o Terceiro Império Português.

E, como dito, tudo isto era mostrado ao Rei de Portugal, em uniforme de Generalíssimo – o Rei representado mais a sua imagem - ali presentes como um instrumento de poder simbólico, ou seja, como capacidade de influenciar a vontade e o comportamento de outrém, de modo a conseguir ter da parte desse outrém a obediência e a submissão que o empossado pretende.

O Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda, e a Viagem Imperial, assim, apresentam-se como uma inquestionável capacidade do *facere*, e também, enquanto realização, como um tentâmen de exercício do poder simbólico, de grande visibilidade, potenciado pela vária Imprensa da época - veículo fundamental de divulgação das imagens e texto relativos ao Museu e a vários outros aspectos da Viagem.

Acresce referir, relativamente à Museologia de temática africana colonial, que a República logo nos primeiríssimos anos do novo Regime, mostrará intenção, bem patente na Legislação, de "fazer diferente" do que vinha sendo feito anteriormente, nomeadamente por Gomes de Sousa, por exemplo no Museu Colonial, 1907-1910 - muito possivelmente este Museu já teria actividade mesmo antes de 1907, dada a remessa organizada e enviada por Gomes de Sousa para a Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1905, embora o *Catálogo do Mostruário*

tenha sido editado em 1907, com o que Gomes de Sousa quis honrar o Príncipe Real. A atrás referida Legislação tendente a "fazer diferente" por parte da jovem República sugere ser evidente neste estudo, através de Portarias e Boletins Oficiais, relevando assim a dimensão formal, oficial, da pretensão da criação de Museu, no que, no mínimo, servia para afirmar conhecimento relativamente à temática do saber museológico, nomeadamente no que vinha ocorrendo no estrangeiro, na Europa, no seio de outros Impérios Coloniais. E assim, essa referida Legislação, cita autores estrangeiros e nacionais, e instituições existentes lá fora, ao jeito de paradigma, de que é exemplo o Instituto Etnográfico de Paris, na mesma Paris, onde há pouco, em 1907, - e depois em 1931 -, como dito, se fazia a Exposição Colonial que, entre outra temática, mostrava Zoos Humanos, sem esquecer que, em Bruxelas, se fez Zoos humanos, em Exposição Internacional, em 1958, e em vários outros lugares, como por exemplo no Porto, em 1934, e em Lisboa, em 1940.

A intenção, patente na citada Legislação, de "fazer diferente" do que vinha sendo feito antes, concretamente por Gomes de Sousa, por exemplo no Museu Colonial, em 1907-1910, em Luanda, como dito, é pois evidente – embora a Museologia de Produtos em Angola, continuasse em simultâneo com aquela intenção, como seja, com a montagem de uma Exposição de Produtos de Angola, em 1914, em Londres, que o então Governador de Angola, General Norton de Matos, honra com a sua presença.

Convém referir, no entanto, que a referida intenção de "produzir Museu" e de "fazer diferente", em tempo de pós-implantação da República, só vem a ser realizada, em Luanda, em 1940, na Fortaleza de S. Miguel, na sequência da Viagem Imperial do Presidente da República António Óscar Carmona, em 1938 - tempo este em que Angola estava novamente sob pressão alemã -, ou seja, a matéria legislada pode não passar do papel, mas, ainda assim, tentámos reflecti-la e deixá-la apontada, porque vale como propósito expresso em Lei, e logo que expresso, já tem visibilidade, não excluindo que, entre outros motivos, a possa ter tido também para alemão e "para inglês ver".

O Museu Colonial de 1907-1910 foi, de facto realizado. Foi um dos derradeiros Museus implantados em tempo de Monarquia e foi-o, lado a lado, com Museus que aqui denominámos de Temática Grandiosa, levantados para "fazer ver e fazer crer", que Portugal, enquanto Estado-Nação Imperial e enquanto Regime, era e "estava para ficar" ou "estava para durar". Isto é, extinguem-se, como que por inanação, politicamente desapoiados, os Museus Industriais e

Comerciais, em Lisboa e no Porto, e persistem os Museus de Produtos - que são Museus Coloniais, de que é exemplo o Museu Agrícola do Ultramar, no Palácio da Calheta extinto em 1983 -, e os Museus ditos de Temática Grandiosa, que são muito valorizados.

Quanto ao Museu Colonial de 1907-1910, tomámo-lo como estudo de caso desta tese e abordámo-lo, tratando a sua Visitação e oficialização pelo Príncipe Real; tratando a figura do seu fundamental obreiro - Ernesto Augusto Gomes de Sousa, Oficial de Marinha; reflectindo os Produtos, enquanto símbolos, do próprio Museu Colonial, os seus núcleos mostrados nas varandas – denominadas galerias -, no interior do Observatório Meteorológico e Magnético de Luanda, e os respectivos Horto e Zoo que lhe são envolventes; analisando o *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola*, com texto, mapas e fotografias.

Fizemo-lo, com apoio da informação plasmada nos positivos vítreos da antiga colecção do referido Gomes de Sousa, em "chapa de vidro" ou placa de vidro, num total de 42 imagens, apresentadas na mancha total e depois, por vezes, parceladas quando pretendemos relevar um ou outro pormenor. Esta colecção de fotografia - que para além de documento, foi um precioso instrumento condutor de entrevistas - é, seguramente, antiga pertença de Gomes de Sousa. É, assim, seguramente não errática, porque, como dito ao longo do trabalho, a adquirimos vestida da origem de pertença. O facto de esta colecção vir acompanhada de outras pertenças de Gomes de Sousa, como a medalha do prémio que obteve na Exposição Universal Internacional de Paris, de 1900, com a pagela mostrando a inscrição "E. A. G. de Souza" e a sua biografia - sendo que as duas fotografias de Gomes de Sousa mostradas na varanda e no interior do Observatório, são do mesmo homem que vemos na citada biografia, o que reforça a certeza da origem da pertença.

A reflexão sobre a informação presente nestas fotografias vítreas e sobre outra informação presente noutras imagens com suportes diferentes teve alguns fundamentais acompanhamentos mencionados ao longo do texto, que são a nossa amostra, oriundos de várias áreas do saber, como dito, que muito contribuíram para a abordagem ao tratamento das diferentes temáticas, como referido ao longo do estudo, que em certos casos se traduziu em recolha de urgência.

O ano de 1907 integra um tempo de relações assimétricas, comandado por modelos imperiais eurocêntricos, assentes em guerras territoriais e ameaças de acção de *manu militari*, no âmbito do *Ultimatum*, sendo que *manu militari* remete para uma evidente força física - uma condição de exercício do Poder político; um tempo de ameaça traduzido em acordos secretos de

partilha de Territórios em África e em Timor; um tempo continuado de levantamentos armados dos Africanos.

Portugal joga, continuadamente, o papel de potência não confirmada, sempre pressionada pela agressiva tentativa hegemónica das grandes potências, em África e sobretudo depois da Conferência de Berlim, resistindo, por vezes, na fundamental defesa das fronteiras, nomeadamente no Cunene, com postos de diminuta guarnição de três homens - um europeu e dois africanos -, sob o comando de um soldado, europeu e possivelmente arvorado. O chão africano foi nesse tempo, "regado" pelo sangue de uns e de outros, lado a lado, cabendo, ao africano, no entanto, no caso de derrota, como ocorreu, a menos nobre das mortes, em combate – o enforcamento.

Mas as fronteiras antes cintadas e defendidas – de que o Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda, é um testemunho, através dos materiais dados a ver e a apropriar – hoje, herdadas pelos Novos Países Independentes, em África e em Timor, são referidas, presentemente, como fronteiras de Língua Comum, e de tal modo assim o são entendidas que chega-se mesmo a perguntar, dado os membros da CPLP serem todos pobres e marítimos, porque não criar uma bandeira que represente todos esses Estados, a que se juntaria a larga plataforma continental portuguesa, o que será visionário, mas não irrealista, se os vários Estados Soberanos assim o entenderem.

A Língua Portuguesa como Língua de assimilação e colonização morreu em 1975. E com ela morreu Portugal como Metrópole. Tal deu lugar às novas Independências e Portugal, ele mesmo, se libertou, como dito e transcrito.

É esta Comunidade de Língua que temos presente nesta tese, trabalho este que é sequente de outros trabalhos que desenvolvemos ao longo dos tempos, conforme pontuado em Apêndice, como que numa desejada acção de aprendizagem contínua, integrados em acções de âmbito museológico de temática africana. Fazemos, assim, no pressuposto de que a Museologia, como a Língua, de instrumento de dominação possa passar crescentemente a instrumento de dignificação, de respeito e de afirmação dos Povos.

Mas o ontem foi assim, eurocêntrico e pretensamente lusocêntrico, também a nível Museológico. Tentámos fixá-lo e interpretá-lo. Era 1907 e foi o tempo em que o Príncipe Real D. Luís Filipe de Bragança zarpou do Tejo e arribou a tantos lugares, nomeadamente a Luanda onde, entre outras acções, oficializou o Museu Colonial, cruzando-se com os seus pares da alta nobreza

europeia, representantes, à época, dos mais hegemónicos Estados-Nação Imperiais da Europa – o Britânico, o Alemão e o Belga. Também a França estava activa, em Paris, no Bois de Vincennes, e no mesmo ano de 1907 realizava uma Exposição Colonial que integrava, entre outros materiais, Zoos Humanos, iniciados estes na vitoriana Exposição Universal de 1851, em Londres - uma prática museológica muito comum, que se estendeu durante décadas a Portugal, a outros países europeus e à América do Norte, o que traduz o expoente máximo do exótico, ou seja, da sobrevalorização da diferença e da utilização do Outro, em Museologia.

Quisemos, pois, reflectir esse ontem museológico, sobretudo africano e Colonial, de apropriação do extra-europeu e das suas riquezas - em tempo ainda monárquico, em vésperas de um outro tempo, republicano, e a um passo da Primeira Guerra Global, onde se hão-de confrontar, nos diversos Continentes e Mares, e também no Ar, os interesses das diversas potências, confirmadas e pretendentes, interesses estes já claramente evidenciados na década anterior à Conferência de Berlim e acentuados após esta Conferência em 1884/1885.

Encerramos este trabalho na esperança de que tenhamos trazido algum acréscimo, em termos de Museologia, sobretudo à de temática colonial africana, aqui tratada como apoio à *Reprodução e Apologia de Soberania Imperial*; na esperança, também, de que este estudo tenha alguma efectiva utilidade, sobretudo no que respeita à Aproximação entre Povos da Língua que, em termos Pessoanos, ainda *é obra incompleta* e, como tal, obra *por cumprir*.

Fica a presente reflexão sobre o Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda - que comporta eventualmente algum acréscimo de inédito, no que respeita aos materiais apresentados – e sobre a sua carga simbólica; fica para reflexão o seu obreiro primeiro, Gomes de Sousa, que deixou "obra", como dito, para o que terá recebido a participação de muitos colaboradores; fica um retrato da época, em tempo do Príncipe Real D. Luís Filipe, oficializando o Museu Colonial, que foi o tempo da Viagem Imperial que o levou do Atlântico Norte, ao Atlântico Sul e ao Índico, com retorno em Viagem redonda - hoje, entre outros, Mares da Língua Comum, não deixando de ter presente que é a Museologia, nomeadamente a Colonial, no âmbito da estratégia do Poder Colonial, o campo de saber que aqui reclama a abordagem dominante.

E por fim dizemos que é uma satisfação nossa ter conservado por registo, em suporte digital e em suporte de papel o acervo imagético e museológico de Ernesto Augusto Gomes de Sousa, inédito e não inédito, bi e tridimensional, assistido dos necessários cuidados de

conservação. Ficam assim, estes materiais abertos a outros estudos e a outros eventuais entendimentos do seu conteúdo.

Muito gostaríamos que tal aprofundamento de estudo, numa perspectiva de museologia integral*, fosse centrado e colocado ao serviço do somatório do Homem inteiro, não parcelado, tão ligado à Mesa-Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972 – esta Mesa que é uma referência segura para quem trabalha no dia-a-dia em diversos Museus com exiguidade de recursos e frequentemente no seio de persistentes preconceitos imobilizadores e iníquos.

Quisemos, neste texto, ser um trabalhador de Memórias relativas ao Museu Colonial de Luanda e seus contextos, seguramente oficializado em 1907, parcialmente em funções desde 1905 e desmembrado após a implantação da República.

Terminamos este trabalho sobre o Museu Colonial de Luanda que entendemos como tendo sido, então, obra museológica e proclamatória do Império e do Regime.

Posto isto, hoje, até que ponto poderemos ser úteis com o presente trabalho, no que respeita à afirmação das diferentes comunidades e à aproximação entre os Povos, sobretudo, os de Língua Comum?

BIBLIOGRAFIA

Abecassis, F. (2014). *A Grande Guerra em Moçambique*. Lisboa: Ed. Sociedade de Geografia de Lisboa.

Aimone, L. & Olmo, C. (1993). *Les Expositions Universelles, 1851-1900*. Paris: Ed. Berlin.

Alberto, C. (1907). *Viagem de Sua Alteza o Príncipe Luís Filipe às Colónias*. Lisboa: Revista *Ocidente*, 30 de Agosto, 30º ano, Vol. XXX, nº 1032, 186-192.

Albuquerque, L. P. S. (2010). O Museu Militar do Buçaco e a Memória da Batalha. *In Museu Militar do Buçaco, Edição Comemorativa do Centenário 1910-2010.* Lisboa: Ed. Direcção de História e Cultura Militar do Exército, 17-30.

Alegre, M. (2016, 16 de Novembro). Portugal em Directo, Antena 2.

Alexander, E. P. (1979). *Museums in Motion.* USA: Ed. American Association for State and Local History, Nashville, Tenesse.

Alexandre, V. (1979). *Origens do colonialismo português moderno. Lisboa*: Ed. Sá da Costa, Col. Portugal no século XIX, Antologia de Textos Históricos, vol III.

Almaça, C. (1985). Museus de Zoologia e Investigação Científica. Lisboa: *Cadernos de Museologia*, Associação Portuguesa de Museologia, 2, 1-32.

Almeida, D. J. L. (1967). *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio* (coord. por D. José Luís de Almeida, Lavradio). Lisboa: Edições Ática.

Almeida, I. C. & Rodrigo, A. L. (1993). *Angola: a mão e o barro*. Lisboa: Ed. Mosteiros dos Jerónimos.

Almeida, I. C. & Rodrigo, A. L. (1992a). O Homem Africano no Manuelino de Belém. Lisboa: *Leba*, Instituto de Investigação Científica Tropical, 431-437.

Almeida, I. C. & Rodrigo, A. L. (1992b). *O Rinoceronte: Pegadas na Torre*. Lisboa: Ed. Torre de Belém/ Instituto Português do Património Cultural.

Almeida, I. C. & Rodrigo, A. L. (1991). *Flautas na Torre - Um som de Identidade*. Lisboa: Torre de Belém. Ed. Torre de Belém/Instituto Português do Património Cultural.

Almeida, I. C. & Rodrigo, A. L. (1988a). *Africa e Índico com Bartolomeu Dias - o Encontro*. Lisboa: Ed. Torre de Belém.

Almeida, I. C. & Rodrigo, A. L. (1988b). *Ponte sobre os Mares*. Lisboa: Ed. Mosteiro dos Jerónimos.

Almeida, I. C. & Rodrigo, A. L. (1987). *As histórias que a guitarra conta*. Lisboa: Ed. Instituto Português do Património Cultural.

Almeida, F. (1923a). *Os gatos* (5ª Ed., 6º Vol.). Lisboa: Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira, (s. d., anterior a 28 de Setembro 1893), 312-336.

Almeida, F. (1923b). *Os gatos* (5ª Ed., 6º vol.). Lisboa: Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira (28 de Setembro de 1893), 337-368.

Almeida, F. (1923c). *Os gatos* (5ª Ed., 4º vol.). Lisboa: Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira (30 de Outubro de 1891), 275-300.

Almeida, F. (1922). *Os gatos* (5ª Ed., 1º Vol.). Lisboa: Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira (31 de Agosto de 1889), 11-89.

Almeida, F. (1921). *Os gatos* (4ª Ed., 3º Vol.), Lisboa: Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira (23 de Agosto 1890), 7-23.

Almeida, P. V. (1990). *Do poder do pequeno Estado: enquadramento geopolítico da hierarquia das potências.* Lisboa: Ed. Instituto de Relações Internacionais/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Amaral, A. R, Martins, M. R., Miranda, M. A. (2013). O contexto museológico da antropologia na Universidade de Coimbra: uma síntese histórica (1772-1933). *In*: Fiolhais, C.; Simões, C.; Martins, D. (Coord.), *História da Ciência na Universidade de Coimbra (1772-1933).* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 129-166.

Amaral, I. (1968). *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*. Lisboa: Ed. Junta de Investigações do Ultramar, Col. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar.

Amaral, I. (1961). Descrição de Luanda oitocentista vista através de uma planta do ano de 1755. Lisboa: Ed. Junta de Investigações do Ultramar, *Garcia de Orta*, 9 (3), 409-420.

Amzalak, M. B. (1922). *Feiras flutuantes*. Lisboa: Ed. de Autor.

Anico, M. (2008). Museus e pós-modernidade: Discursos e Performances em Contextos Museológicos Locais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Anónimo (1982). *USS Pampanito SS 383. World War II Fleet Submarine*. San Francisco; USA: The National Maritime Museum Association.

Anónimo (1961). *Guia do Museu Agrícola do Ultramar*. Lisboa: Ed. Ministério do Ultramar.

Anónimo (1935a). *Estatutos do Grémio de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Ed. Imprensa Nacional.

Anónimo (1935b). *Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício de 1928 para serem presentes à Assembleia-Geral Ordinária de 1936*. Lisboa: Jardim Zoológico de Lisboa.

Anónimo (1928). *Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício de 1928 para ser presente à Assembleia Geral Ordinária de 1929*. Lisboa: Jardim Zoológico de Lisboa.

Anónimo (1911). O Presidente da República na Sociedade Protectora dos Animais. Lisboa: *Ilustração Portuguesa*, nº 303, 752.

Anónimo (1909). A mithologia Africana. Lisboa: *Ilustração Portuguesa*, 152, 85-88.

Anónimo (1908a). Viagem dum Príncipe à África Oriental. Lisboa: *Revista Portugal em África*, Suplemento Colonial, vol. XV,176, 119.

Anónimo (1908b). Exéquias Reais no Brasil. Lisboa: *Ilustração Portuguesa*, 112, 10.

Anónimo (1907a). Exposição de Produtos Tropicais em Liverpool, em Setembro de 1907: Representação da Sociedade de Geografia de Lisboa (Museu Colonial). Lisboa: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25ª série, 12, 399-424.

Anónimo (1907b). Costa Oriental. Lisboa: *Revista Portugal em África*, vol. XIV, 164, 411-418.

Anónimo (1907c). No País de Angola. Viagem de S. A. o Príncipe Real. Lisboa: *Ilustração Portuguesa,* 75, 15-17.

Anónimo (1906a). A insubordinação a bordo do *Cruzador D. Carlos*. *O Ocidente*, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, 39, 79-80.

Anónimo (1906b). Revista do Estrangeiro/Exposição Colonial de Paris. Lisboa: *Revista Portugal em África*, vol. XIII, 147, 141.

Anónimo (1906c). Exposição Colonial. Lisboa: *Revista Portugal em África*, vol. XIII, 148, 179-182.

Anónimo (1906d). Revista do Estrangeiro. Lisboa: *Revista Portugal em África*, vol. XIII, 156, 531.

Anónimo (1905). Museu dos Coches. Lisboa: *Ilustração Portuguesa*, 94, 668-669.

Anónimo (1902). *Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício de 1902 para serem presentes à Assembleia Geral Ordinária de 1903*. Lisboa: Jardim Zoológico de Lisboa.

Anónimo (1897). Quarto Centenário da Índia: Catálogo Inicial do Museu Colonial e Etnographico. Lisboa: *Sociedade de Geographia de Lisboa*, 1º Fasc.

Anónimo (1896). Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia: Índices iniciais para catalogação. Lisboa: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 15ª Série, 2

Anónimo (1891). As nossas gravuras: A Revolta Militar na cidade do Porto. Lisboa: *O Ocidente*, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, 21 de Fevereiro, 438 (14), 34-38 pp.

Anónimo (1885). As nossas gravuras: Exposição Colonial em Angola. Lisboa: *O Ocidente*, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, 1 de Fevereiro, 220 (8), 27-28.

Anónimo (1884). As nossas gravuras: A Estátua de Pedro Alexandrino da Cunha. Lisboa: *O Ocidente*, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, 21 de Abril, 192 (7), 91-92.

Anónimo (1883). Observatório Meteorológico de Luanda. Lisboa: *O Ocidente*, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, 1 de Agosto, 166 (6), 171-176.

Anónimo (1853). Áustria. Castello Gothico de Fransenburgo. Lisboa: *O Panorama*, vol II, 3ª Série, 20 de Agosto, 265.

Antunes, M. (1970). Imperialismo. In *Verbo-Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura.* Lisboa: Ed. Verbo, 1015-1016.

Araújo, C. A. (2012). Museologia: correntes teóricas e consolidação científica. Minas Gerais: *Revista Electrónica de pós-Graduação em Museologia e Património*, 5 (2), 31-54. (http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/159/199)

Araújo, R. (1990). *Lisboa: A cidade e o espectáculo na época dos descobrimentos*. Lisboa: Ed. Livros Horizonte.

Areia, M. L. R., Martins M. do R. & Miranda, M. A. (1990). *Colecções Angolanas do Museu Antropológico de Coimbra.* Coimbra: Revista *Angolê de Artes, Letras, Ideias,* 1 (1), 20-23.

Areia, M. L. R. (1985). Colecções Angolanas. In *Cem anos de Antropologia em Coimbra*. Coimbra: Ed. Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, 149-194.

Areia, M. L. R. (1983). Angola, Os símbolos de poder na sociedade tradicional. In *Angola. Os símbolos de poder na sociedade tradicional.* Coimbra: Ed. Centro de Estudos Africanos, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

Arieiro, J. (1973). Paulo III. *In* Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Braga: Ed. Verbo vol. XIV, 1496-1497.

Augé, M. (2007). *Para que vivemos?* Lisboa: Editora 90º.

Austin, J. L. (1971). *Palabras y acciones: como hacer cosas con palabras*. Buenos Aires: Ed. Paidos, Col. Biblioteca del hombre contemporáneo, 229 (Trabalho original publicado em 1962).

Barthes, R. (2009). *La Tour Eiffel*. Milan: Ed. Abscondita, Col. Miniature, 73.

Barradas, C. (2014). Descolonizando enunciados: a quem serve objectivamente a fotografia? In: Vicente, F. L. (org.). *Império da Visão: Fotografia no contexto Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, ISBN 9789724418117, 447-459.

Barros, A. F. (1956). Medalhas Portuenses. Porto: Ed. Câmara Municipal do Porto, Boletim Cultural, 19 (1-2), 5-63.

Batalha, F. (1968). O primeiro Monumento Nacional de Angola. Luanda: Revista *Loanda*, 1, 35-38.

Bauman, Z. (2007). *Le present liquide: peurs sociales et obsession sécuritaire*. Paris: Ed Seuil.

Bauman, Z. (2006). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Lisboa: Ed. Relógio d'Água.

Bauman, Z. (2002). *A sociedade sitiada*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget.

Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Beirão, C. (1957). Breves Anais do Palácio de Queluz. In *Panorama*, nº 5, 3ª série, p. 26.

Benoist, L. (1999). *Signos, Símbolos e Mitos*. Lisboa: Edições 70, Colecção Perspectivas do Homem (Trabalho original publicado em 1975).

Bergougniou, J-M, Clignet, R. & David, P. (2001). *Village noirs et autres visiteurs africains et malgaches en France et en Europe (1870-1940)*. Paris: Karthala Editions, 301.

Bernardi, B. (1989). *Antropologia.* Lisboa: Ed. Teorema.

Bocage, J. V. B. (1862). *Instruções práticas sobre o modo de coligir, preparar e remeter produtos zoológicos para o Museu de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Boléo, L. V. de P. (2009). *D. Maria I, a rainha louca*. 2ª edição, Lisboa: Ed. A Esfera dos Livros.

Boletim Oficial da Província de Angola (1914a, 28 de Março), 13, 305.

Boletim Oficial da Província de Angola (1914b, 2 de Maio), 18, 399-401.

Boletim Oficial da Província de Angola (1912a, 9 de Março), 10, 143.

Boletim Oficial da Província de Angola (1912b, 24 de Fevereiro), 8, 125-126.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1908a, 2 de Fevereiro), Suplemento nº 1, s/p.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1908b, 22 de Agosto), 34, 503-505.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1908c, 31 de Outubro), 44, 684-686.

Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola (1907, 13 de Julho), 28, 296.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique (1907a, 23 de Maio) 26, s/p.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique (1907b, 3 de Agosto) 31, 341.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1905, 27 de Maio), 21, 233.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1899a, 4 de Fevereiro), 5, 74

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1899b, 1 de Abril), 13, 163.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1898a, 12 de Março), 11, 178.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1898b, 17 de Dezembro) 51, 774-777.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1880, 16 de Outubro), 42, 566.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1880, 30 de Outubro), 44, 596 – 598.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde 10 (1874, 11 de Março), 48-49.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1872, 7 de Dezembro), 49, 523-527.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1872, 14 de Dezembro), 50, 534-540.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1872, 14 de Dezembro), 50, 278-281.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871, 22 de Julho) 29, 149.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871, 14 de Outubro) 41, 207-208.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, 2, (1871, 14 de Janeiro), 15, 5-10.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871, 11 de Março), 10, 47-49.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871, 30 de Dezembro), 52, 252.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1871, 11 de Março), 10, 114.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871, 18 de Março), 11, 58-59.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871, 8 de Abril), 14, 76.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1871, 8 de Abril), 14, 159-160.

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1871, 15 de Abril), 15, 171-173.
Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique (1871, 29 de Abril), 17, 71-73.
Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1871, 13 de Maio), 19, 221.
Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1871, 13 de Maio), 19, Suplemento, 229-230.
Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1871, 22 de Maio) 20, 231-234.
Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1864, 6 Agosto), 32, 265.
Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1854, 12 Agosto), 463, 1-2.
Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1857, 1 Agosto), 618, 1.
Bonte, P. & Izard, M. (1991a). Alfred Radcliffe-Brown. *In Dictionaire de l'ethnologie et anthropologie*. 2ª edição, Paris: Presses Universitaires de France.
Bonte, P. & Izard, M. (1991b). Van Gennep, Arnold. *In Dictionaire de l'ethnologie et anthropologie*. 2ª edição, Paris: Presses Universitaires de France.
Borba, T. & Graça, F. L. (1958). Dicionário de Música (ilustrado). Lisboa: Ed. Cosmos, Vol II.
Bosco, A. (2004). *Come si construisce un questionário*. 2ª edição, Roma: Ed. Carocci (1ª Ed.), Col. Le Bussole.
Bourdieu, P. (2011). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70.
Bourdieu, P. (1999). A construção do Objecto, In *Ofício do Sociólogo: Metodologia da pesquisa na Sociologia* (eds. Bordieu, P., Chamboredon, J.-C.; Passeron, J.-C.). Petrópolis, Brasil: Ed. Vozes (1968), 45-72.
Braga, P. B. (2011). Do mobilar e decorar a Cidadela. In *Palácio da Cidadela de Cascais.* Cascais: Ed. Museu da Presidência da República/Câmara Municipal de Cascais, 189-234.
Branco, P. S. (2003). *Portugal Militar 1850-1918*. Lisboa: Ed. INAPA.
Branco, J. F. & Oliveira, L. T. de (1994). *A Colecção*. Oeiras: Ed. Celta, Col. Ao Encontro do Povo II.
Brandão, P. R. & Fidalgo, A. C. (2010). *A Maçonaria e a implantação da República em Portugal: como uma sociedade secreta mudou o destino de um país*. Lisboa: Ed. Casa das Letras.
Brigola, J. C. (2010). Fundamentos: antiguidades, coleccionismo e museus antes da Primeira República. In *Portugal 1910 - 2010: 100 anos de Património, Memória e Identidade*. Lisboa: Ed. Instituto de Gestão do Património Arquitectónico, 31-34 pp.
Brigola, J. C. (2003). Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
Broby-Johansen, R. (1968). *Body and Clothes: an illustrated history of costume*. London: Ed. Faber & Faber Limited.
Bruno, M. C. O. (2008). Museu e Museologia: Ideias e Conceitos. Abordagens para um balanço necessário. In *Workshop ICOFOM LAM*, Rio de Janeiro, 1-6.
Cabral, A. (1922). Cartas D'El-Rei D. Carlos a José Luciano de Castro : um grande rei, um notável estadista, memórias políticas. Lisboa: Editora Portugal-Brasil.
Caeiro, F. G. (2005). Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas. In *Enciclopédia Verbo Luso-brasileira de Cultura*, Lisboa - S. Paulo: Ed. Século XXI, vol. 6, p. 654-655.
Camacho, M. B. (1934). Matéria Vaga. Lisboa: Livraria Editora Guimarães e Cª.
Campitelli, A. & Marinelli, G. (2003). *Villa Borghese. Guida.* Milano (Itália): Ed. Skira.
Campos, V. (1986). *Sobre Stephan Zweig e suas obras "Brasil" e "Magalhães"*. Lisboa: Ed. Europress, Col. Europamundo.
Capelo, H. & Ivens, R. (1886). *De Angola à Contracosta.* Lisboa: Ed. Imprensa Nacional, 2

vols.
Cardozo, E. C. L. (2003). *D. Manuel II: o Rei patriota*. Lisboa: Ed. do Autor.
Cardoso, A. P. (2001). *A presença portuguesa em Roma*. Lisboa: Quetzal Editores.
Carvalho, F. (1912). *Relatório do Governador, 1911-1912: Distrito de Quelimane*. Lourenço Marques: Ed. Imprensa Nacional de Lourenço Marques.
Carvalho, H. de (1890). *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua.* Lisboa: Ed. Imprensa Nacional.
Carvalho, J. M. T. (1925). Museu Machado de Castro. In *Arte e Arqueologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 321-324.
Carvalho, J. A. R. de (2006). *Ditadura Franquista (1907-1908)*. Lisboa: Ed. Prefácio.
Castro, L. V. de (1941). *D. Carlos I, Elementos de História Diplomática.* 2ª edição, Lisboa: Ed. Editorial Império.
Castro, A. P. (2008). *O Regicídio de 1908: Uma lenta agonia da História*. Lisboa: Ed. Civilização.
Castro, V. (1908). A Campanha do Cuamato: breve narrativa acompanhada de fotografias. Luanda: Ed. Imprensa Nacional.
Castro, V. (1908). Os degredados de Angola. Lisboa: *Ilustração Portuguesa*, 112, 13/4, 25-29.
Catroga, F. (2011). *Ensaio Respublicano*. Lisboa: Ed. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
Cayolla, L. (1910). "*Oração de sapientia*". Escola Colonial de 1909-1910, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 28ª série, nº 2, 33-48.
Chagas, J. (1909). Cartas à imprensa estrangeira a propósito do 1º anniversário do Regicídio. Lisboa: *Cartas Políticas*, 8, 113-128.
Chaves, C. B. (1998). Prefácio e Notas. In *Viagens em Portugal* (Murphy, J., 1795). Lisboa: Livros Horizonte, Col. Memórias de Portugal.
Choay, F. (2000). A alegoria do Património. Lisboa: Edições 70, *Colecção Arte & Comunicação*.
Conceição, L. M. (1948). O Dr. Manuel Alves da Cunha: Fiel servidor da Igreja e da Pátria. In *Três Mestres da minha predilecção*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 87-176.
Corbain, A. (2008). *História do Cristianismo.* Lisboa: Ed. Presença.
Cordeiro, I, Santos, R. A., Soromenho, M. Garcia, I. P. (Coord. Ed.) (1993). *Inventário do Museu de Évora: Colecção de Ourivesaria*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus.
Cornell, E. (1980). *Beneath the Crystal Vault - the architectural history of internacional exhibitions*. Report. Nova Iorque: Chadwyck-Healey.
Correia, F. (1984). Alguns aspectos científicos da viagem de Capelo e Ivens. Lisboa: *Revista História*, 65, 11-14.
Costa, A. F. da (2009). A pesquisa de Terreno em Sociologia. In *Metodologia das Ciências Sociais* (Org. Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto). Lisboa: Col. Biblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento, 15ª Ed., 129- 148.
Costa, J. C. R. da (1910). Centenário da Guerra Peninsular 1810-1910: Programa geral da comemoração centenária da Batalha do Buçaco, ferida e ganha pelo Exército Anglo-Luso, a 27 de Setembro de 1810. In *Primeiro Centenário da Guerra peninsular: Exposição, histórica comemorativa.* Lisboa: Edição Comissão Oficial Executiva da Guerra Peninsular/Imprensa Nacional.
Costa, M. (1932). *É o inimigo que fala: subsídios inéditos para o estudo da Campanha da África Oriental, 1914-1918*. Lourenço Marques: Ed. Imprensa Nacional.

Costa, N. M., Pessoa, M., Leal, J., Rodrigo, L.; Simões P., Serrão V. (2017). *Movimento para a promoção da Candidatura de Conímbriga a Património Mundial da Unesco*. Condeixa-a-Velha: Ed. Centro de Estudos de Vergílio Correia.

Couceiro, H. de P. (1948). *Angola: dois anos de Governo, Junho 1907 – Junho 1909*, *história e comentários*. Lisboa: Ed. Gama.

Coutinho, F. I. S. (1767). Instrução secretíssima para António Anselmo Duarte de Siqueira. In Arquivos de Angola (org. Coimbra, C. D.). Luanda: Ed. Imprensa Nacional, 2ª Série, vol X, nº 39 a 42, 45-50.

Couto, C. (1973). *O zimbo na historiografia angolana*. Luanda: Ed. Instituto de Investigação Científica de Angola.

Cranmer, D. (2002, 28 de Setembro). Umas noites em Lisboa. Jornal *Expresso,* Lisboa, 84-87.

Crawford-Cabral, J. & Veríssimo, Luís F. (2005). The ungulate fauna of Angola: systematic list, distribution maps, database report. *Estudos, Ensaios e Documentos*, Lisboa Instituto de Investigação Científica Tropical, 163, 1-277.

Cruz, F. M. P. (1944). *Paiva Couceiro: político, militar e colonial*. Lisboa: Ed. Autor.

Cunha, M. (2010). A exposição museológica como estratégia comunicacional: o tratamento museológico da herança patrimonial. Rio de Janeiro: Revista *Magistro*, Unigranrio, 1 (1), 1-11.

Cunha, A. Monsenhor (1935). Missões Católicas. In *Generalidades sobre Angola para o 1º Cruzeiro de Férias às Colónias Portuguesas*. Luanda: Ed. Província de Angola, 65-78.

Custódio, J. (2010). A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932). In *100 anos de Património: Memória e Identidade*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico, 85-104.

Delicado, A. (2009). *A Musealização da Ciência em Portugal.* Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Diário do Governo (1871, 8 de Fevereiro), 31, 151-152.

Diário do Governo (1872, 10 Setembro), 203, 1358-1359.

Diário do Governo (1883, 31 de Dezembro), 297, 3193.

Diário do Governo (1892, 14 de Março), 58, 528.

Diário do Governo (1889, 28 de Dezembro), 294, 3385.

Diário do Governo (1891, 30 de Outubro) 245, 2608.

Diário do Governo (1906, 19 de Janeiro), 15, 237-240.

Diário do Governo (1906, 19 de Janeiro), 15, 238-239.

Diário da República de Angola (1981, 31 de Agosto), 205.

Dias, G. de S. (1959). *Os portugueses em Angola.* Lisboa: Ed. Agência-Geral do Ultramar.

Dias, G. de S. (1957). *A ocupação do Alto Cuito*. Boletim Geral do Ultramar, Lisboa, 397, 1-23.

Dias, G. de S. (1944). *Como Serpa Pinto atravessou a África*. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa.

Dias, G. de S. (1938). Restauração de Angola: Salvador Correia de Sá. *In* 1º Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo, 4ª Secção, Lisboa, 3-33.

Dias, G. de S. (1926). *África Portentosa.* Lisboa: Ed. Autor.

Dias, L. S. (1983). *A luta dos sargentos pela República*. Lisboa: Ed. Autor.

Dias, M. (1986). *Instrumentos musicais de Moçambique*. Lisboa: Ed. Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Antropologia Cultural e Social.

Dias, N. (2000). Musée et colonialisme: entre passé et présent. In Du Musée Colonial au Musée des Cultures du Monde, *Actes du Colloque* organizé par le Musée National des Arts d'Afrique et de l'Oceanie et le Centre Georges Pompidou, Paris, Maisonneuve et Larose, 15-33.

Diniz, F. (1918). *Populações Indígenas de Angola*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Direito, B. (2014). Caçados e caçadores nas fotografias do arquivo da Companhia de Moçambique. In *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)* (Vicente, F. L., org.). Lisboa: Edições 70, 141-156.

Domingues, M. M. (1991). *Relatório de Actividades* (Novembro de 1988/Novembro 1991). Centro de Etnologia Ultramarina, Departamento de Ciências Etnológicas e Etnomuseológicas, Instituto de Investigação Científica Tropical.

Droz, B. & Rowlley, A. (1999). *História do Século XX.* Lisboa: Ed. D. Quixote, 1º vol.

Eco, H. (2007). Como se faz uma tese em Ciências Humanas. 13ª Ed, Lisboa: Editorial Presença.

Espanca, T. (1993). *Évora*. Lisboa: Editorial Presença, Colecção Cidades e Vilas de Portugal.

Falcão, J. A. & Santos, R. A. (1993). *Inventário do Museu de Évora, colecção de Ourivesaria*. Lisboa: Ed. Secretaria de Estado da Cultura/Instituto Português de Museus.

Feliciano, J. F. (1989). *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia Económica pela Universidade Técnica de Lisboa, vol. I e vol. II.

Ferrão, J. E. M. (1986). *Relatório Técnico sobre a agricultura Santomense* (resultado da Missão realizada à República Democrática de S. Tomé e Príncipe em Agosto-Setembro de 1986). Lisboa: Centro de Estudos de Produção e Tecnologia Agrícolas, I.I.C.T., Informação Técnica nº 4, 1-71.

Ferreira, H. A. (1966). Esboço histórico das actividades meteorológicas nos territórios portugueses de África. Lisboa: *Serviço Meteorológico Nacional*, 897, 207, 1-32.

Ferreira, M. (1971). *Voz de Prisão*. Porto: Ed. Inova, Colecção "Orfeu Negro".

Figueiredo, J. (1958). El-Rei D. Manuel II: bibliófilo e insigne bibliólogo. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-líbris*, Lisboa: Ed. Academia Portuguesa de Ex-Libris, 2ª série, 9, 10.

Figurelli, G. R. (2013). *Desenvolvimento do público interno: uma proposta de metodologia para um programa educativo direcionado aos funcionários do Museu*. Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

Fonseca, A. L. (1920). Medidas de caráter geral para a metrópole. Descentralização administrativa e autonomia financeira das colónias. Cartas orgânicas. Inspectores superiores das colónias. In *Questões Coloniais e Económicas. Conclusões e Pareceres, 1913-1919*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 76-191.

Fortin (2003). *Processo de Investigação - da Concepção à Realização*. 3ª Ed., Loures: Lusociência, (1ª ed. 1999).

Fragata, J. (1999). Empírico. Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura, Braga: Ed. Século XXI, vol. X, 154.

Freire, P. (1977). *Educação Política e Consciencialização*. 2ª Ed., Lisboa: Ed. Sá da Costa, col. Cadernos Livres, 6.

Freiria, F. (1998). *Os Portugueses na Flandres*. Lisboa: Ed. Tipografia da Cooperativa Militar.

Freitas, F. (1999). *Exposição Industrial*. Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura, Braga: Ed. Século XXI, vol. II, 602-603.

Freitas, M. D. (2016). *Museu Machado de Castro: Memorial de um complexo arquitectónico enquanto espaço museológico (1911-1965)*. Vale de Cambra: Ed. Caleidoscópio.

Furtado, C. (1959). *Formação económica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, S.A.

ICOM (1972). Mesa-Redonda de Santiago do Chile. Actas. Santiago do Chile: International Councils of Museums, 30 Maio, 1-6.
(https://claudiaporto.files.wordpress.com/2010/11/1972-mesa-redonda-santiago1.pdf)

Iturra, R. (2009). Trabalho de campo e observação participante em Antropologia. In *Metodologia das Ciências Sociais* (org. Augusto Santos Silva e José Madureira Santos), 15ª ed, Lisboa: Edições Afrontamento, Col. Biblioteca das Ciências do Homem, 149-163.

Gala, G. (2015). *James Tissot*. Roma: Ed. Pigreco.

Galvão, H. (1933). *As feiras de amostras coloniais de 1932*. Relatório. Lisboa: Ed. Agência Geral das Colónias.

Gama, L. F. M. (1991). *El-Rei D. Carlos*. Memória Viva. Lisboa: Edições Inapa.

Gama, L. F. M. (1992). *Palácio Nacional de Mafra*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural [roteiro]

Garcez, C. (1960). *Aires de Ornelas*. Lisboa: Edições Panorama.

Garcez, C. (1998). Carvalho de Araújo. In *Enciclopédia Verbo Luso-brasileira de Cultura*, Lisboa - S. Paulo: Ed. Século XXI, vol. 3, p. 37.

Geraldes, C. E. de M. (1912). Instituições de Fomento Colonial Estrangeiros (Relatório de uma Missão). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 30ª série, 8-10, 319-556.

Geraldes, C. E. de M. & Fragateiro, B. (1910). Le caoutchou dans les colonies portugaises. *Portugal em África*, 234 (17), 1 -134.

Giddens, A. (2000). Il mondo che cambia. Come la globalizzazione ridisegna la nostra vita. Bolonha: Ed. Mulino, Col. Intersezione, 207.

Gil, A. C. (2007). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Ed. Atlas, 26-41.

Gil, F. B. (1989). Percursor do ensino universitário da museologia em Portugal. In *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa: Ed. Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos de Etnologia, 55-58.

Godinho, I. da S. (Coordenação) (1992). *Tesouros Reais*. 2ª Ed., Lisboa: Palácio Nacional da Ajuda/Instituto Português do Património Cultural.

Godinho, I. da S., Amaral, C., Correia, C. N., Vaz, J., Andrade, M. do C. R. de, Santana, M. M., Oliveira, M. S. & Maranhas, T. (2011) - *Palácio Nacional da Ajuda*. Londres: Ed. Instituto dos Museus e da Conservação/Scala Publishers.

Góis, D. (1988). *Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Ed. Livros do Horizonte, Colecção Cidade de Lisboa.

Goldstein, A. R. M. (2012). *A representação do Oriente na obra poética de Alberto Osório de Castro*. Dissertação de Mestrado em Letras, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil.

Gomes, L. (2009). *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. Barcelona: Ed. BIS, Espanha.

Gomes, M. J. S. F. (2004). *Educação à distância: um estudo de caso sobre formação contínua de professores via internet*. Braga: Ed. Universidade do Minho.

Gonçalves, A. M. (2001). Museologia. In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. Braga: Ed. Verbo, Edição século XXI, 883-884.

Gouveia, H. C. (2010). Museus da primeira República: Inovação e continuidade. In *100 anos de Património: Memória e Identidade*. Lisboa: Ed. Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 105-110.

Gouveia, H. C. (1993-1994). A crise do Museu Etnológico Português (1911-1913). *Arqueólogo Português*, Lisboa: Ed. Museu Nacional de Arqueologia, Sér. IV, 11/12, 43-72.

Gouveia, H. C. (1993). A evolução dos Museus Nacionais Portugueses: Tentativa de caracterização. In *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, Vol II. Lisboa: Ed. Instituto de Investigação Científica Tropical, 177-198.

Gouveia, H. C. (1991). Aspectos das relações entre Portugal e Angola no domínio museológico – as viagens de exploração científica setecentistas. In *Encontro de museus de países de comunidades de língua portuguesa*. Ed. Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM (Conselho Internacional dos Museus), 108-110.

Gouveia, H. C. (1985). Colecções africanas do Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra: perspectiva histórica. *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, 1 (2), 485-532.

Gouveia, H. C. (1983). *As Colecções Etnológicas de origem ultramarina no contexto de uma política do Património Cultural*. Coimbra: Ed. Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra.

Gouveia, N. (1991). *História do Jardim Zoológico de Lisboa* (1971-1991). Lisboa: Ed. Laranjeiras.

Guedes, N. C. (1999). A múmia ptolemaica do Museu Nacional de Arqueologia, memória do Museu de História Natural do Marquês de Angeja. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 11/12, 1993-1994, 367-390.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia Editora.

Guzzo, A. (1966). Giordano Bruno. *In* Ed. Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. IV, Braga, 126-128.

Hampson, N. (1973). *O Iluminismo*. Lisboa: Ed. Ulisseia, Col. Um Livro Pelicano.

Hegel, G. (1963). *Leçon sur la Philosofie de l'histoire.* Paris: Ed. Libraire Philosophique L. Vrin.

Hobsbawm, E. (2008). *Globalização, democracia e terrorismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Iria, A. (1960). Dr. Carlos Coimbra (Notas Bio-Bibliográficas). Lisboa: Stvdia, 5, 309-313.

Jerónimo, M. B. (2014). As provas da "civilização": fotografia, colonialismo e direitos humanos. In Vicente, F. L. (org.). *Império da Visão: Fotografia no contexto Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 387-398.

J. L. (1908). Real Castelo da Pena em Sintra. Lisboa: *Portugal em África*, 192, 380 p.

Jorge, A. R. (1943). Museus de História Natural. Lisboa: *Arquivos do Museu Bocage*, 12, 1-37.

Jorge, R. (1924). Canhenho dum vagabundo: impressões de viagem. Lisboa: Ed. Empresa Literária Fluminense, Lda, 294 pp.

J. P. S. (1907a). A Viagem do Príncipe Real. Lisboa: *Portugal em África*, 163, vol. XIV, 346-356.

J. P. S. (1907b). A Viagem do Príncipe Real. Lisboa: *Portugal em África*, 164, vol. XIV, 393-396.

J. P. S. (1907c). O Príncipe Real em Moçamedes. Lisboa: *Portugal em África*, 165, vol. XIV, 479-481.

Júnior, G. A. V. (1915). *No comando do África: Memórias e Impressões, 1907-1914.* Lisboa: Tipografia Correia dos Santos.

Keil, A. (1905). *Colecções e Museus de Arte em Lisboa.* Lisboa: Ed. de Autor.

Kossoy, B. (1980). *A fotografia como fonte histórica. Introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: Ed. Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, SICCT, Col. Museu e Técnicas, nº 4.

Labourdette, J.-F. (2003). *História de Portugal*. Ed. Dom Quixote, Col. História e Sociedade, Lisboa.

Lawrence, D. (2016). Crepúsculo em Itália. Lisboa: Ed. Tinta-da-china.
Leandro, S. (2014). *Joaquim de Vasconcelos: historiador, crítico de arte e museólogo. Uma Ópera*. Lisboa: Ed. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Col. Biblioteca de Autores Portugueses.
Leitão, J. (1913). *As allianças das Casas de Bragança e Hohenzollern*. Lisboa: Ed. de Autor.
Leitão, J. (1908). *D. Carlos o Desventuroso*. Porto: Ed. Lopes e Companhia Sucessor.
Lehmbruck, M. (1974). Musée et architecture. *Museum*, UNESCO, 16 (3/4), 1-280.
Lenclud, G. (1992). Méthode etnographique. In *Dictionnaire de l' ethnologie et de l' anthropologie*. 2ª Ed. revista, Paris: Ed. Presses Universitaires de France, 475.
Lessa, A. (1960). *Meridianos brasileiros*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
Listopad, J. (1980). *Secos e Molhados.* Lisboa: Edições Numar.
Lobato, G. (1891). Crónica Ocidental. *O Ocidente*, Lisboa: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, 11 de Fevereiro, 437 (14), 34.
Lopo, J. de C. (1963). *Recordações da capital de Angola de outros tempos*. Luanda: Ed. Centro de Informação e Turismo de Angola, 43.
Loureiro, J. (1999). A Visita do Príncipe Real D. Luís Filipe. In *Postais Antigos de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Ed. João Loureiro e Associados, Col. Memória Portuguesa de África e do Oriente, 117-127.
Lucena, A. (1947). *Catálogo da Exposição de águas-fortes do Rei D. Fernando*. Sintra: Ed. Palácio da Pena.
Lucie-Smith, E., Dars, C. (1976). *How the rich lived. The painter as Witness.* Somerset, United kingdom: Ed. Paddington Press Lda..
M. (1892). A Exposição Industrial no Palácio de Cristal do Porto. Lisboa: *O Ocidente*, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, 21 de Janeiro de, 15 (471) 19-22.
M. (1891). A viagem da Família Real ao Norte. Lisboa: *O Ocidente*, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, 11 de Dezembro, 467 (14), 276-278.
Macedo, J. B. (1992). Mais um comentário do que uma apresentação. In *Tesouros Reais.* 2ª edição, Lisboa: Instituto Português do Património Cultural/Secretaria de Estado da Cultura, 21-29.
Macedo, J. B (1972). Napoleão Bonaparte. Braga: Ed. Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. XIII, 1679-1681.
Magalhães, A. M. (1922). *Manual de Línguas Indígenas de Angola.* Luanda: Imprensa Nacional de Angola.
Marin, L. (1993). *Des pouvoirs de l'image*. Paris: Editions du Seuil.
Marin, L. (1981). *Le portrait du roi*. Paris: Editions de Minuit.
Martins, E. S. (1991). *John Gossweiler: contribuição da sua obra para o conhecimento da flora angolana.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
Martins, J. P. (1966). Tommaso Campanella. Braga: Ed. Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. IV, 671-674.
Martins, L. P. (2014). *Um Império de papel: Imagens do colonialismo português na Imprensa Periódica (1875-1940)*. 2ª Ed., Lisboa: Edições 70.
Martins, R. S. (1976). Sociedade e poder político. Símbolos do poder. In *Angola, Culturas tradicionais*. Coimbra: Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 43-49.
Martins, R. (1940). *D. Manuel II*. Vol. I, Lisboa: Sociedade Editora José Bastos.
Martins, R. (1931). D. *Manuel II: História do seu reinado e da implantação da República*. Lisboa: Edição de Autor.
Martins, R. (1926). *D. Carlos: História do seu reinado*. Lisboa: Edição de Autor.
Marx, R. (1995). *Londres, 1851-1901. A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades.* Lisboa: Terramar, Col. Memórias.

Matos, A. M. C. de (1998). As Exposições Universais: espaços de divulgação dos progressos da ciência, da técnica e da indústria e a sua influência na opinião pública portuguesa. In *O mundo ibero-americano nas grandes exposições* (Coordenado por José Augusto Mourão, Ana Maria Cardoso de Matos e Maria Estela Guedes). Lisboa: Ed. Vega, 91-107.

Matos, N. de (1953). *A Nação Una: Organização Política e Administrativa dos Territórios do Ultramar Português*. Lisboa: Ed. Paulino Ferreira Filhos, Lda.

Matos, N. de (1948). *Angola: ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro que se publica ao reeditar-se o seu Relatório de Governo*. Lisboa: Ed. Gama.

Matos, N. de (1944a). *Memórias e trabalhos da minha vida*. Vol. I. Lisboa: Ed. Marítimo-Colonial Ldª.

Matos, N. de (1944b). *Memórias e trabalhos da minha vida*. Vol. II. Lisboa: Ed. Marítimo-Colonial Ldª.

Matos, N. de (1944c). *Memórias e trabalhos da minha vida*. Vol. III. Lisboa: Ed. Marítimo-Colonial Ldª.

Matos, N. (1940). A Grande Guerra e as Colónias Portuguesas. In *História da Expansão Portuguesa no Mundo,* (Direcção de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias), Vol. III, Capítulo VI, Lisboa: Ed. Ática.

Mattoso, A. G. (1965). Maria Paulina Bonaparte. Braga: Ed. Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. III, 1592.

Mattoso, A. G. (1971a). D. João V. Braga: Ed. Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. XI, 606-611.

Mattoso, A. G. (1971b). Leão X. Braga: Ed. Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. XI, 1593-1594.

Maurício, D. (1964). Marquês de Angeja. Lisboa: Ed. Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Vol. II, 283-284.

Mauro, F. (1991). *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*. Lisboa: Editorial Estampa, Col. Nova História da Expansão Portuguesa, vol. VII.

Mauss, M. (2015). *Ensaio sobre a dádiva.* Lisboa: Edições 70, (1925).

Mayrand, P. (1987). Há doze anos nascia a Nova Museologia Internacional. Coimbra: *Boletim do Movimento Internacional para uma Nova Museologia – MINON*, nº 0, 1-3.

Medina, J. (2007). "*O Presidente-Rei" Sidónio Pais*. Lisboa: Ed. Livros Horizonte.

De Meersman, M., Vangroenweghe, D. (1992). *Musée Royal de l'Afrique Centrale*. Bruxelas: Ed. Musée de Tervuren.

Mendes, F. (1942). Um novo processo para fazer montagens de mamíferos. Lisboa: *Arquivos do Museu Bocage*, 13, 63-72.

Mendes, J. A. (1979). *Exposições Industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX*. Coimbra: O Instituto, 139, 35-55.

Mendes, J. A. (1995). *Património e museologia no Ensino da História*. Viseu: Ed. Museu de Grão Vasco/Grupo de Amigos do Museu de Grão Vasco.

Mendes, N. (2011). O Tratado de Versalhes, a SDN e a Política Ultramarina Portuguesa (1910-1026). Lisboa: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 129, 1-12, 127-141.

Miranda, B. (1910). A caçada de S. A. R. a Duquesa d' Aosta. Lisboa: *Ilustração Portuguesa,* 210, 28 de Fevereiro, 257-259.

Miranda, J. (2003). Soberania. Braga: Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira, Século XXI, Vol. XXVII, 212-213.

Milza, P. (1995). *As relações internacionais de 1871 a 1914*. Lisboa: Ed. Edições 70.

Moller, A. F.; Machado, A. M. C.; Castelões, A.; Afonso, C.A.S.; Albuquerque, J. S. A.; Menezes, J. T. C. P. (1895). *Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portugueza*

em 1894 no Palácio de Crystal Portuense. Lisboa: Imprensa Nacional.
Moller, A. F. (1894). Exposição colonial e Insular. Porto: Secção Colonial, *Jornal de Agricultura e Horticultura Prática*, Junho, 1 (11), 133-135.
Montanaro, C. & Fasolo, A. (2012). *Palazzi e ville di Roma*. 5ª Ed., Verona: Ed. Arsenale, Col. I piccolli di Arsenale (1ª Ed. 1999).
Monteiro, J. J. (1875). *Angola and the River Congo*. Vol. II, Londres: Ed. MacMillan and Cº.
Mora, J. F. (1991). *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 456.
Moreira, A. (2015). A estratégia do conhecimento. Lisboa: *Diário de Notícias*, 25 de Março, 8-9.
Moreira, A. (2013). Lisboa: Jornal de Negócios, 15 de Fevereiro, 6-7.
Moreira, A. (1995). O Tratado de Tordesilhas e o Direito Internacional. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Centro de Estudos de Instituições Internacionais, *Revista Portuguesa de Instituições Internacionais e Comunitárias*, 3-17.
Moreira, L. (2008). O Brasil, a Lusofonia e a CPLP. In *Futuro e História da Lusofonia Global*. Lisboa: IICT, 19-33.
Morgan, L. H. (1973). *A sociedade Primitiva*. Lisboa: Ed. Presença, 1º vol..
Morna, T. F. (2005). O Museu de S. Roque: 100 anos de história 1905-2005. In: *100 anos, Museu de S. Roque (1905-2005)*. Lisboa: Ed. Santa Casa da Misericórdia, 9-54.
Morna, T. F. (2015). Introdução. In: *De Roma para Lisboa: um álbum para o Rei Magnânimo*. Roteiro. Lisboa: Ed. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Museu de São Roque.
Murphy, J. (1998). *Viagens em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, Col. Memórias de Portugal, (original, 1795; tradução Castelo Branco Chaves).
Museu de São Roque (2015). *De Roma para Lisboa: um álbum para um Rei Magnânimo*. (Folha volante). Lisboa: Ed. Santa Casa da Misericórdia.
Nascimento, R. (1998). O objecto museal, sua historicidade: implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do museu. In *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 11, 1-129.
Neto, J. P. (1964). O esforço de afirmação de soberania. In *Angola, meio século de integração.* Lisboa: Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas.
Norton, J. (2002). *Norton de Matos: biografia*. Lisboa: Bertrand Editora.
Nunes, J. F. R. & Tordo, G. C. (1960). Prospecções e Ensaios Experimentais Apícolas em Angola. Lisboa: *Estudos, Ensaios e Documentos*, Junta de Investigações do Ultramar (ex- IICT), 70, 1-186.
Nunes, J. F. R. (1966). *Iniciação à apicultura: Lições de apicultura tropical*. Lisboa: Ed. Junta de Investigações do Ultramar.
Nunes, J. F. R. (1976). *Curso intensivo de apicultura* (Resumo das lições). Lisboa: Ed. da Sociedade dos Apicultores de Portugal,.
Oleiro, J. M. B. (1973). Mosaicos de Conímbriga encontrados durante as sondagens de 1899. *Revista de Conímbriga.* Coimbra: Ed. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 12, 67-158.
Oliveira, E. V. de (1985). *Escultura Africana em Portugal*. Lisboa: Ed. Instituto de Investigação Científica Tropical/Museu de Etnologia.
Oliveira, E. V. de (1971). Apontamentos sobre Museologia. Museus etnológicos: Lições dadas no Museu de Etnologia da Ultramar. *Estudos de Antropologia Cultural*. Lisboa: Ed. Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 6, 1-113.

Oliveira, E. V. de (1972). Museus e colecções de etnografia de Angola. Lisboa: *Garcia de Orta*, Revista da Junta de Investigação do Ultramar, 19 (1-4), 25-36.

Oliveira, E. V. de, Galhano, Fernando & Pereira, Benjamim Enes (1966). *Alfaia Agrícola Portuguesa*. 1ª Ed., Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

Oliveira, H. A. (1941). *O Submarino.* Lisboa: Ed. Biblioteca Cosmos, 1ª Secção/Ciências e Técnicas, nº 65/66.

Oliveira, J. B. de (1896). *Modelos de Navios existentes na Escola Naval*, Catálogo do Museu de Marinha. Lisboa: Ed. Museu de Marinha.

Oliveira, M. A. F. (1981). *Alguns aspectos da administração de Angola em época de reformas (1834-1851)*. Lisboa: Ed. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova.

Oliveira, P. (2006). *Carlos Relvas e a sua Casa-Estúdio*. Lisboa: Ed. Município da Golegã/Câmara Municipal da Golegã.

Orey, J. S. d' (1969). John Gossweiler. Lisboa: *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Editorial Verbo, vol. 9, 801.

Ornelas, A. d' (1928). *Cartas d'África, Viagem do Príncipe Real (Julho-Setembro de 1907).* Lisboa: Ed. Escola Tipográfica das Oficinas de S. José.

Ornelas, A. d' (1934). *Aires de Ornelas e o Ultramar, Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*. Lisboa: Ed. Divisão de Publicações e Biblioteca / Agência Geral das Colónias.

Ortigão, R. (2001). *Rei D. Carlos, o Martirizado.* Ed. Ática, Lisboa.

Ortigão, R. (1883). *As Farpas.* Lisboa: Empresa Literária Luso-Brasileira, Quarta série, nº 3.

Parvaux, S. (2009). Convergência e divergência no espaço da Língua Portuguesa. In *A Língua Portuguesa: presente e futuro*. 2ª Edição, Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 243-282.

Pereira, R. D. (1994). *O Museu Agrícola Tropical*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Pereira, R. D. (1993). *História do Jardim-Museu Agrícola do Ultramar 1906-1993*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Pereira, B. (1989). Ernesto Veiga de Oliveira e o Museu de Etnologia. In *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Lisboa: Ed. Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos de Etnologia, 555-568.

Pereira, E. (1909). Museu. In *Dicionário Histórico Chorográfico* (Dir. Esteves Pereira, Vol. IV). Lisboa: J. Romano Torres, 1847.

Pessoa, M., Rodrigo, A. Lino & Vicente, S. (2004). *Da azeitona ao azeite, do Rabaçal a Fez: homenagem à Oliveira – prima omnium arborum*. Coimbra: Ed. Museu do Rabaçal.

Pessoa, M., Rodrigo, A. L. & Santos, S. S. (2001). *Catálogo do espaço-museu da Villa Romana do Rabaçal, Penela*, *Portugal.* Penela: Ed. Museu do Rabaçal/ Rede Portuguesa de Museus/ Câmara Municipal de Penela/ Terras de Sicó.

Pessoa, M. & Rodrigo, A. L. (1984). *Em defesa da Memória de Todos: Fundamentos para a criação de um Ecomuseu em Condeixa.* Coimbra: Ed. de Autor.

Pinto, C. O. (1981). 1907-1908: A ditadura de João Franco. *História*, 36-37, 28-41.

Pinto, J. N. (2010). *Nobre Povo: os anos da República*. Lisboa: Ed. A Esfera dos livros.

Pinto, M. H. M. (1988). *Marfins d'Além Mar no Museu de Arte Antiga*. Lisboa: Ed. Museu Nacional de Arte Antiga.

Porto, N. (2009). *Modos de objectivação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo*, 1940-1970. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Proença, M. C. (2008). *D. Manuel II*. Lisboa: Ed. Temas e Debates, Col. Reis de Portugal.

Queirós, E. de (1949). *Os Maias: episódios da vida romântica*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil.

Quinhones, V. V. de (1967). A usurpação de Quionga. *Monumenta*, Monumentos Nacionais de Moçambique, nº 3, 55-61.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª Ed., Lisboa: Gradiva (1ª Ed. 1995), 284.

Ramalho, M. de M. (2003). *Uma corte à beira-mar*. Cascais: Ed. Câmara Municipal de Cascais e Quetzal Editores.

Ramos, F. M. (2004). *Etnografia Geral Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Ramos, P. O. (1992). Breve História do Museu em Portugal. In Rocha-Trindade, M. (Coordenadora), *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 21-62.

Ravaglioli, A. (1999). *Le grandi piazze di Roma*. (5ª edição) Milano: Tascabili Economici Newton, Col. Roma Tascabile, (1ª Ed. 1995), 20.

Redinha, J. (1984). *Instrumentos Musicais de Angola*. Coimbra: Ed. Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra.

Redinha, J. (1983). *Tchibinda Ilunga*, ou *Cibinda Ilunga*. Angola: República Popular de Angola [Desdobrável].

Redinha, J. (1974). *Etnias e Culturas de Angola*. Luanda: Ed. Instituto Científica de Angola/Banco de Angola.

Redinha, J. (1964). *Insignías e simbologias do mando dos chefes nativos de Angola*. Luanda: Ed. do Centro de Informação e Turismo de Angola.

Redinha, J. (1940). Álbum Etnográfico: Angola. Fundo de Turismo e Publicidade. Luanda: Tipografia Angolana.

Rego, A. S. (1962). *Atlas Missionário Português*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar.

Rego, A. S. (1958). Metodologia da história. In Colóquios sobre metodologia das Ciências Sociais, *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*. Lisboa: Ed. Junta de Investigação do Ultramar, 15, 177-197.

Reis, L. (2015). *Anuário de numismática: moedas e notas*. Lisboa: Ed. Publinummus.

Relvas, J. (1977). *Memórias Políticas*. Vol. I, Lisboa: Ed. Terra Livre.

Ribeiro, J. S. (2003). *Métodos e técnicas de Investigação em Antropologia*. Lisboa: Ed. Universidade Aberta.

Rich, A. (1871). Mouseion. *Dictionaire des antiquités romaines et grecques*. Paris: Ed. Librairie de Firmin Didot Frére, Fils et Cie.

Rivière, C. (2000). *Introdução à Antropologia.* Col. Perspectivas do Homem, Edições 70, Lisboa.

Roçadas, J. A. A. (1919). *Relatório sobre as operações no sul de Angola, em 1914*. Lisboa: Ed. Imprensa Nacional.

Rodrigo, A. L. (2006). *De Camões a Camões: guitarra, metais e cerâmica ao tom do Poeta Maior*. Lisboa: Ed. Arquivo Histórico Ultramarino/IICT.

Rodrigo, A. L. (1992). Uma museologia antropológica no Museu Antropológico de Coimbra. Lisboa: *Leba*, Instituto de Investigação Científica Tropical, 7, 439-446.

Rodrigo, A. L. (1984a). O Museu Instrumental - Um difícil percurso. *Sílex*, Lisboa, nº 6, 53-62.

Rodrigo, A. L. (1984b). *Elementos para um inventário Histórico, Analítico e crítico dos Museus em Portugal até Abril de 1974*. Dissertação do Curso de Pós-graduação em Museologia, Curso de Conservador de Museus, Palácios, Sítios e Monumentos, pelo

Instituto Português do Património Cultural (em co-autoria com Isabel Almeida, Miguel Pessoa e António Guerra).

Rodrigo, A. L. & Costa, M. (2005a). *Desencaixotamento e Tentame de Cadastro do remanescente da colecção etnográfica do Museu Agrícola Tropical. Relatório.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Rodrigo, A. L. & Costa, M. (2005b). *Testos ou tampas de panela de Cabinda existentes na colecção remanescente do extinto Museu Agrícola do Ultramar: uma reflexão*. *Relatório*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Rodrigo, A. L & Almeida, I. C. (1999). *Cumpriu-se o ar*. Lisboa: Ed. Força Aérea Portuguesa.

Rodrigo, A. L., Pessoa, M. & Santos, S. S. (1999a). O Museu de sítio arqueológico como lugar de sociabilidades e instrumento pedagógico: os investigadores e a formação da população e dos públicos. *O arqueólogo português*, Série IV, Volume 17, 157-174;

Rodrigo, A. L., Pessoa, M. & Santos, S. S. (1999b). O programa expositivo do espaço museu da *villa* romana do Rabaçal. *O arqueólogo português*, Série IV, Volume 17, 501-525.

Rodrigo, A. L. & Almeida, I. C. (1993a). *Em Belém cantar a paz de Angola*. Lisboa: Ed. Mosteiro dos Jerónimos.

Rodrigo, A. L. & Almeida, I. C. (1993b). *Gungunhana em Exílio*. Lisboa: Ed. Torre de Belém.

Rodrigo, A. L. & Almeida, I. C. (1988). Em Belém, na Torre - o Encontro. *Aerius*, 15, 9-11.

Rodrigo, A. L. & Martins, M. R. (1985). *África: Instrumentos Musicais*. Figueira da Foz: Ed. Museu Municipal Santos Rocha.

Rodrigo, A. L. & Martins, M. R. (1984). *África: Instrumentos Musicais*. Coimbra: Ed. Instituto de Antropologia/Museu e Laboratório Antropológico, Universidade de Coimbra.

Rosa, F. D. (2008). *Humberto Delgado: Biografia do General sem medo*. 2ª Edição, Lisboa: Ed. A Esfera dos Livros.

Roux, E. de (1988). Quand le Louvre s' ouvrira-t-il aux «primitifs»? Paris: *Le Monde*, 13618.

Sá, A. (1929). *Princípe Real D. Luís Filipe*. Lisboa: Ed Parceria A. M. Pereira.

Sá, J. M. de (1898). *O coqueiro: parte primeira de história natural e cultura*. Nova-Goa: Tipografia Fontainhas.

Samara, M. A. (2003). *Portugal e a guerra no ano de Sidónio Pais: verdes e vermelhos*. Lisboa: Notícias Editorial.

Sampaio (2008). "Discurso". In Moreira A., Vilar E. R., Sampaio J. Coelho E. P. (2008) *Língua Portuguesa: presente e futuro*. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, ,

Santos, A. G. dos (1907a). O açúcar nas colónias. Lisboa: *Portugal em África*, vol. XIV, 162, 301-304.

Santos, A. G. dos (1907b). Descentralização Colonial. Lisboa: *Portugal em África*, vol. XIV, 163, 341-345.

Santos, A. G. dos (1907c). Mala de Portugal. Lisboa: *Portugal em África*, vol. XIV, 163, 355-362.

Santos, F. P. (1983). Uma análise militar da Revolução Republicana. Lisboa: Revista *História*, nº 48, 2-23.

Santos, L. (2015, 28 de Fevereiro). O Centro de mesa da Rainha estava numa casa em Benfica. In *Diário de Notícias*, 45.

Santos, M. E. M. (1989). Tecnologias em presença: manufacturas europeias e artefactos (1850-1880). *In 1ª Reunião Internacional de História de África: relação Europa-África no 3º quartel do século XIX*. Lisboa: Ed. Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 207-240.

Santos, M. E. M. (1988). *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em Angola*. 2ª

edição, Lisboa: Centro de Estudos de História Antiga/IICT.
Santos, M. E. M. (1991). Das travessias científicas à exploração regional em África: uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 222, 3-13.
Santos, M. H. & Martins, J. P. (2000). Pavilhões Portugueses nas Exposições Universais do século XIX. In *Arte Efémera em Portugal.* Lisboa: Ed. Museu Calouste Gulbenkian, Fundação Calouste Gulbenkian, 353.
Santos, R. A. (1995). Sentimento e Retrospecção. In *Cinco Séculos de Joalharia*, Lisboa: Ed. Instituto Superior de Museus/Museu Nacional de Arte Antiga, 101-117.
Santos, V. M. dos (2007). *A questão africana e as relações luso-britânicas*, 1884-1914. Lisboa: Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
Saraiva, J. H. (1998). *História de Portugal.* 5ª edição, Lisboa: Publicações Europa-América.
Satta, G. (2015). Quilici e i suoi eroi animali. Roma: *Il Messagero*, 10 Maio, 22.
Schaer, R. (1993). *L'invention des musées*. Paris: Ed. Reunion des Musées Nacionaux.
Scharz, L. M. (2003). *As barbas do Imperador: D. Pedro: um monarca nos trópicos*. Lisboa Ed. Assírio e Alvim.
Scheiner, T. C. (2012) Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Ciências Humanas, 7 (1), 15-30.
Seabra, L. de (1962). Da importância dos estudos tecnológicos na valorização das madeiras tropicais. In *Estudos Científicos oferecidos ao Prof. Doutor J. Carrington da Costa*, Lisboa: Ed. Junta de Investigações do Ultramar, 141-150.
Semedo, C. M. B. (1982). *O Jardim e Museu Agrícola do Ultramar: breve apontamento da sua história e da sua actividade*. Lisboa: Ed. Junta de Investigações do Ultramar.
Serrão, J. V. (1988). *História de Portugal (1890-1910).*, Lisboa Ed. Verbo, Vol. X.
Simões, A. M. (2005). Abriu o novo Museu dos Coches, é só o princípio. *Diário de Notícias*, Caderno Mercado, 16 de Junho, 20-21.
Silva, F. E. da (1965). *História do Jardim Zoológico de Lisboa. Os movimentados oitenta anos da sua meritória existência (1884-1964).* Lisboa: Ed. Laranjeiras.
Silva, A. da (1988). *Dispersos*. Lisboa: Ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação.
Silva, G. G. da (1988). *Arquitectura do ferro no Brasil*. S. Paulo: Ed. Nobel.
Silva, G. (2013). *Porto, Caminhos e Memórias*. Lisboa: Ed. Casa das Letras.
Silva, M. B. N. (2009). *D. João V*. Lisboa: Colecção Reis de Portugal. Lisboa: Ed. Temas e Debates.
Silva, M. M. de C. (1976). *O Museu Nacional dos Coches*. Lisboa: Ed. Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
Smith, D. J. (2011). *A Juventude de Mandela.* 2ª edição (1ªed 2011), Lisboa: Ed. Camões & Companhia.
Smith, L. V. (2014). Os impérios na Conferência de Paz de Paris. In *Impérios em Guerra (1911-1923): uma perspectiva inteiramente nova da primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Ed. D. Quixote, 457-495.
Sousa, E. A. G. (1906). Esclarecimentos relativos às amostras dos produtos de Angola enviadas à Exposição e fornecidas pelo Conselheiro Ernesto Augusto Gomes de Sousa, director do Observatório Meteorológico e Magnético de Loanda. In Vasconcellos, E. (Direcção de). *Exposição Colonial de Algodão, Borracha, Cacau e Café*. Lisboa: Ed. Sociedade de Geografia de Lisboa, 29-41.
Sousa, E. A. G. (1907). *Catálogo do Mostruário de Produtos da província de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional.

Sousa, E. A. G. (1890). *Índice Cronológico e Remissivo das Principais Leis, Portarias e Disposições Regulamentares Relativas ao Arsenal da Marinha, compreendidas nos anos de 1800 a 1889 com a legislação actual (1869-1889).* Lisboa: Ed. Imprensa Nacional.

Souza, G. de M. (1987). *O espírito das roupas - A moda do século XIX*. São Paulo, Brasil: Ed. Companhia das Letras.

Souza, M. J. P. B. R. (2003). *Cascais 1900.* Cascais: Ed. Câmara Municipal de Cascais/Caixa Geral de Depósitos.

Sperber, D. (1992). *O saber dos antropólogos*. Lisboa: Edições 70, Col. Perspectivas do Homem.

Spiess, J. (1936). *Seis anos de cruzeiro em submarino*. Porto: Ed. Livraria Clássica Editora, Col. Grandes Epopeias.

Suano, M. (1986). *O que é museu*. Brasil: Brasiliense, São Paulo.

Tavares, M. J. F. (1999). *História Social das Técnicas*. Lisboa: Universidade Aberta.

Teixeira, A. de A. (1936). *In Memoriam – Conselheiro Ernesto Augusto Gomes de Souza*. Lisboa, Ed. Jardim Zoológico.

Tenreiro, F. (1961). São Tomé: um exemplo de organização do espaço. *Colóquios sobre Problemas Humanos nas Regiões Tropicais*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 51, 69-83.

Trigo, J. (1999). *Ethos*. In Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Braga: Edições Século XXI, 224-225.

Unamuno, M. (2010). *Portugal, povo de suicidas.* 3ª Edição, Lisboa: Ed. Abismo.

Valdez, F. T. (1864). *África Ocidental. Notícias e Considerações*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo I.

Valente, M. (1912). *A contra-revolução monárquica: revelações, crítica, um pedaço de história.* Porto: Ed. Autor.

Valente, V. P. (2006). *Um herói português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*. Lisboa: Aletheia Editores.

Varão, A. F. (1934). *Investidas alemãs ao sul de Angola (subsídios para a História).* Lisboa: Ed. Autor.

Vasconcellos, E. (1913) (Direcção de). *Gomas, Resinas e Cereaes das Colónias* (Exposição parcelar). Lisboa: Ed. Sociedade de Geografia de Lisboa.

Vasconcelos, E. (1909). A Exposição dos meios de transporte na Sociedade de Geografia. Lisboa: Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 27ª série, 12, 455-460.

Vasconcellos, E. (1906) (Direcção de). *Exposição Colonial de Algodão, Borracha, Cacau e Café*. Catálogo. Lisboa: Ed. Sociedade de Geografia de Lisboa.

Vasconcellos, E. (1904). *Exposição de Cartografia Nacional (1903-1904).* Lisboa: Ed. Sociedade de Geografia de Lisboa.

Vasconcelos, J. T. (1924). Memórias de um caçador de elefantes. Porto: Ed. Maranus.

Vasconcelos, J. L. (1975). *Etnografia Portuguesa* (Vol. VI). Lisboa: Ed. Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

Vaz, F. (1989). *ABC do Ténis*. Lisboa: Editorial Presença, Colecção Cultura e Tempos Livres.

Vaz, P. (2011). *Reabilitação, projecto e obra: Palácio da Cidadela*. Lisboa: Ed. Museu da Presidência da República/Câmara Municipal de Cascais.

Viana, M. T. C. P. (1970). Os *Museus do Porto do Século XIX: subsídios para o estudo da museologia em Portugal.* Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Vicente, J. F. (2012). *Importante leilão de livros*. Lisboa: Ed. José F. Vicente, Leilões.

Vicente, F. L. (2014). Viagens entre a Índia e o Arquivo: Goa em fotografias e em exposições (1860-1930). In: Vicente, F. L. (org.). *Império da Visão: Fotografia no contexto Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 319-342.

Vicente, A. P. & Vicente, A. (1998). *O Príncipe Real Luís Filipe de Bragança* (1887-1908). Lisboa: Ed. Inapa, Colecção Palavra.

Vidigal, L. (1988). *Cidadania, caciquismo e poder: Portugal*, *1890-1916*. Lisboa: Ed. Livros Horizonte.

Vilaça, R. (1988). *Pastores e Agricultores*. Coimbra: Ed. Ediliber.

Vitorino, P. (1930). *Os museus de arte do Porto: notas históricas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Vingiano, P. (1965). Palácio Borghese. Braga: Ed. Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. III, 1630-1631.

Vingiano, P. (1969). Farnese. Braga: Ed. Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. VIII, 400-401.

Vingiano, P. (1972). Médici. Braga: Ed. Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. XIII, 153-156.

Wilcken, P. (2005). *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821*. Lisboa: Civilização Editora.

Witte, L. (2001). *O assassinato de Lumumba*. Lisboa: Ed. Caminho, Colecção de Estudos Africanos.

White, M. (2008). *Giordano Bruno: o filósofo maldito*. Lisboa: Ed. Planeta Editora.

Yin, R. K. (2003). *Case study research* (3rd edition,Vol. V). London: Sage Publications, Col. Applied Social Research Methods Series, 177.

GLOSSÁRIO

A

Acervo - Termo que remete para o latim *acervus*. Significa abundância, montão, cúmulo. Em termos de museologia pode designar objecto ou objectos integrantes de colecções.

Aristocracia - Aristocracia é um sistema de governo – governo de alguns, os melhores. Quando este governo degenera ganha um sentido pejorativo, pois o poder pode estar nas mãos de poucos, que não são os mais capazes, nem os melhores, e então ficamos face à oligarquia que é antónimo de aristocracia. Isto, do mesmo modo que tirania é antónimo de monarquia e que demagogia é antónimo de democracia (Catroga, 2011).

Apologia – Texto, ou discurso, utilizado para defender, explicar ou elogiar, geralmente um comportamento, uma ideologia, uma doutrina, uma obra literária ou artística.

Autoridade - Enquanto termo tem raiz no latim. É a qualidade do *auctor* que vem de *augere*, o qual, por sua vez, significa fazer crescer e remete para autoridade. Esta é a capacidade reconhecida a uma vontade de se fazer impor a outras vontades, no sentido da sua aceitação. Conforme Rivière (2000), é a capacidade de se fazer obedecer quando se manda.

B

Bispado de Angola – Sobre o Bispado de Angola dizemos, seguindo Monsenhor Alves da Cunha, que foi criado, em 1576, por Clemente VIII, sob a denominação de Bispado do Congo e de Angola, cuja sede ficou em S. Salvador dos Portugueses, no Congo (Cunha, 1935).

Apresentamos, segundo Cunha (1935) e Rego (1962) dados cronológicos relativos a esta temática.

Assim:

1514 – Criação do Bispado do Funchal, que abrangia na sua jurisdição todas as descobertas até à India e, portanto, estes territórios;

1518 – É feito Bispo Titular de Utica, D. Henrique, filho de D. Afonso I do Congo.

Foi educado em Portugal. Voltou ao Congo em 1526, onde exerceu o cargo de Vigário do Bispo do Funchal e ali morreu anos depois;

1533 – Criação da Diocese de Goa,

1534 – Criação do Bispado de S. Tomé, desmembrado do Bispado do Funchal;

1557 – A Diocese de Goa é desmembrada da Diocese do Funchal e recebe as Dioceses de Cochim e Malaca, que são criadas no ano seguinte, e de Macau (criada em 1576), Funai (Japão, criada em 1588), Meliapor (criada em 1606), Cranganor (criada em 1609), prelazia de Moçambique (criada em 1672), Pequim (criada em 1690), Namquim (criada em 1690) e Damão (criada em 1886), locais estes onde ainda hoje residem vestígios da Língua Portuguesa, dita "também nossa", e que contribuem para que esta, hoje, seja a mais falada no Hemisfério Sul;

1576 – É criado o Bispado do Congo e Angola;

1676 – A sede deste Bispado passa para Luanda;

1677 – O Bispado de Angola passa a sufragâneo do Arcebispado da Baía, no Brasil.

E quanto a esta ligação do Bispado de Angola ao Arcebispo da Baía, em que o primeiro é sufragâneo do segundo, ela ocorre num tempo em que o Portugal Restaurado Brigantino institui o seu vice-Rei na Baía, sendo que a grande Praça que está no quadrado da cidade é formado pelo Palácio do Vice-Rei, pela Câmara Municipal e pela Casa da Moeda (Mauro, 1991).

Relativamente às duas últimas referidas datas, importará acompanhar Mauro (1991). É que o Bispado de Baía dependeu até 1676 do Arcebispado do Funchal. Aquele é elevado a Arcebispado em 1677 e aí permanecerá longamente, até 1907, ano em que transita para o Rio de Janeiro, o que ilustra bem a continuada importância da Baía como capital religiosa do Brasil e, assim, como lugar de Poder.

C

Cabo Verde – Até 1974, Cabo Verde nunca viria a ter a denominação de território adjacente, à semelhança dos Açores e da Madeira, apesar de tal ter sido proposto por Fonseca (1920). Assim, diz este autor que Cabo Verde é uma Colónia de pequena área territorial e relativamente próxima da metrópole, cuja população se pode considerar inteiramente assimilada, pelo que conviria estudar a sua integração na metrópole como *território adjacente* embora transitoriamente se aplicasse um regime administrativo especial. Matos (1953), já no ocaso da sua vida, tornará a defender esta denominação de território adjacente para Cabo Verde.

Em Cabo Verde, a cidade da Praia, em Santiago, no Sotavento, e Mindelo, em S. Vicente, no Barlavento, eram os núcleos urbanos com maior densidade populacional, em 1907. Foram ambos visitados pelo Príncipe Real no retorno da Viagem. Em ambos os lugares houve pompa, a possível pompa, que, pelo descrito por Ornelas (1928) não se terá equiparado à que ocorreu, por exemplo, em Luanda, Benguela, Lourenço Marques e S. Tomé.

Cabo Verde havia sofrido a forte Crise de Fome de 1902-1904 com repercussões posteriores. Mas, ainda assim, vemos que, em Santiago, o Príncipe Real foi de carro até à cidade. Aqui, à entrada, esperava-o o Prelado e o Cabido da Diocese com o Pálio (não é referido o número de varas), sob o qual tomou lugar o Príncipe no percurso que o conduziu à Sé. Aqui teve lugar o *Te-Deum*. Após o *Te-Deum*, entre outras actividades, houve recepção oficial no Palácio do Governo e, após o almoço, na Câmara Municipal (Ornelas, 1928). Não é referida uma única vez qualquer visita a qualquer Museu, o que sugere não fazer sentido, porque houve um Museu, sobretudo de Produtos, na Praia, inaugurado em 1871, como mencionámos anteriormente. Sendo assim pode ocorrer que o Museu então inaugurado não tenha tido vida longa, apesar de Cabo Verde ter sido chamado a participar com diversos Produtos na Exposição Universal de Viena, em 1873, conforme já referido. Pode também ocorrer que a exiguidade de Produtos aliada às crises cíclicas e profundas não tenha beneficiado a eventual continuação do Museu.

Por sua vez, em S. Vicente, no Mindelo, a que Ornelas (1928) denomina porto único, as festividades também tiveram lugar. São feitas referências às vivas aclamações, aos muitos vapores das casas carvoeiras do porto, às embarcações de vela vindas de outras ilhas, às centenas de foguetes, à música, à alegria e ao troar da Artilharia (Ornelas, 1928).

Relativamente à Artilharia poderia estar colocada no Monte Sossego, pois durante a 2ª Grande Guerra, ainda ali havia, a par com o armamento anti-aéreo, arcaicas peças de fogo, conforme vemos no acervo fotográfico deixado pelo nosso pai, quando ali prestou serviço como tratado no início deste trabalho.

No que respeita à Viagem, são feitas as despedidas. Em S. Vicente, o desembarque tinha sido feito ás 9.00 horas da manhã do dia 22 de Setembro e o embarque ocorre neste mesmo dia.

A Viagem Imperial, então, caminha para o seu epílogo. Havia que navegar forte, para que o seu término fosse a 28 de Setembro (dia do aniversário do Rei e da Rainha), para cujo dia se desenhava um Festival Marítimo em Cascais, após o Príncipe Real seguir de Lisboa a Cascais, acompanhado de escolta de navios de guerra da nossa Armada, o que honraria o seu retorno. Como vimos anteriormente, o regime ferido de legalidade e vivendo em grande tensão política e social, não ousou

realizar esse Festival Marítimo, para o que chegou a haver preparativos e edição de Programa (**ANEXO 31**).

Cadastro – Tem raiz no étimo do grego, *katástikon*. Em termos museológicos, este termo pode ser referido como um rol ou enunciação simples de um acervo, sem a informação própria de um inventário museográfico ou de um catálogo, que é mais abrangente e profunda.

Pode ser muito útil, no entanto, num primeiro passo, no que respeita a um acervo passível de correr risco de mutilação, extravio ou roubo, ou face a riscos de catástrofe natural.

Caso necessário, assim, o cadastro pode ser uma contribuição para a elaboração posterior de inventário museográfico e de catálogo.

A título pontual, relativamente a este tema ocorre referir que participámos em 1988, na elaboração de cadastro da Casa-Museu dos Patudos, que é um legado de José Relvas**, em Alpiarça.

Catálogo – No que respeita ao étimo, vem do grego *katalógus*, que significa "lista", e do latim *catalogu*. É uma enumeração ou relação de peças, constituída por um conjunto de monografias mais ou menos detalhadas.

Colecção - Enquanto termo, tem origem no latim *collecio*, e significa "acto de juntar". É um conjunto de temática ou material semelhante, identificado, classificado e organizado, de modo a subtrair-lhe tanto quanto possível, quaisquer cargas erráticas.

Quanto a colecções de objectos de arte, é referido que, a nível do mundo ocidental, o nascimento simbólico do objecto de arte e a sua colecção terão começado entre os Romanos, por volta de 146 a.C., aquando do saque de Corinto, na sequência dos objectos espoliados pelos exércitos romanos que começam por fazer uma entrada discreta no seio de algumas habitações patrícias. Mas o seu estatuto altera-se no momento em que Agripa exige que as obras entesouradas no segredo dos Templos sejam expostas à vista de todos, à luz do dia e nos grandes espaços públicos (Choay, 2000).

As colecções, grosso modo, no que respeita a antiguidades - suportes de Poder - são muito marcantes, por exemplo, em Itália, no *quattrocento,* conforme Choay (2000).

No que respeita a uma colecção etnográfica, ela deve ser sistemática, ou seja, deve ser recolhida em função do estudo global da cultura a que diz respeito, e deve ser também tão completa quanto possível, relativamente a essa cultura (Oliveira, 1971).

As colecções podem ser erráticas, ou seja, sem informação específica, ou sistemáticas. No que respeita a estas últimas, um objecto deve ser entendido não estritamente como coisa em si mesmo, mas também como um complexo, técnico, cerimonial, económico, ergológico, e outro, o qual por sua vez se vai integrar noutro complexo mais amplo - numa sociedade ou numa cultura (Oliveira, 1971).

A colecção quando assenta na produção de fotografias e recolha de artefactos ditos "indígenas" servia para reforçar a ideia da superioridade do dito civilizado face ao dito primitivo e é referido como Colonialismo Visual por Barradas (2014).

Colono - Colono, enquanto termo, tem a raiz do étimo no latim *colere* que significa "cultivar". Por sua vez, colónia (do latim, *colonia*), enquanto termo, significa o lugar e o grupo de colonos, sendo que tal termo se usa também em zoologia, como seja, "colónia de abelhas", no respeitante à apicultura (Nunes & Tordo, 1960; Nunes, 1966; Nunes 1976), cujo estudo está representado em importante artefactuário no Centro de Zoologia/IICT, em Lisboa, passível de musealização, nomeadamente "um cortiço melhorado para abelhas africanas" (a este propósito, ainda se pode contar com a total disponibilidade e saber de Jaime Santos, que durante décadas trabalhou com este material em Angola).

Já, por sua vez, colonialismo remete para o termo colonial, que tem referente em colónia e, a nível económico, político e social diz respeito ao domínio do país colonizador sobre populações indígenas separadas da metrópole.

Colonial – É a qualidade do que é inerente a Colónia que, por sua vez, traduz uma relação desigual entre o colonizador e o colonizado, direcionada para a apropriação do colonizado e dos seus bens pelo colonizador.

Colonialismo – Na década de 50 – década da Conferência Bandung - e posteriormente, o termo colonialismo é muito usado.

Traduz uma relação desigual entre o colonizador e o colonizado.

Assenta na ocupação dos territórios coloniais, ocupação essa que permite a sua mais eficaz dominação e exploração, em benefício das metrópoles que, assim, se apropriam do Outro e dos bens do Outro.

Enquanto termo contém um forte sentido crítico, relativamente à acção colonizadora dos Estado-Nação Imperiais europeus, como seja o Reino Unido, França, Portugal, Países Baixos e Espanha. O termo, pois, consubstancia uma ideia condenatória relativamente a actividades colonizadoras dos referidos países, e, de outros, como por exemplo, a Alemanha e a Itália, sendo que a primeira fica desapossada das suas colónias, que eram recentes, no final da Primeira Grande Guerra, e à segunda ocorre-lhe o mesmo durante a Segunda Grande Guerra.

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – É uma organização Internacional com sede em Lisboa. Foi fundada a 17 de Julho de 1996, formada por países lusófonos e que pretende o aprofundamento das relações e da cooperação entre os seus membros. Tem como membros fundadores Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe. A Língua Oficial é a Língua Portuguesa. Celebra-se o dia da Língua Portuguesa e da Cultura a 5 de Maio.

Em 2002, após a conquista da Independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante. Em 2014, foi a vez da Guiné Equatorial integrar a organização. Macau, Goa e Malaca solicitaram o estatuto de Membros, dependendo da autorização dos governos Chinês, Indiano e Malaio, respectivamente. Vários outros países manifestaram o seu interesse como Observadores Associados, como sejam, Roménia, Uruguai, Filipinas, Marrocos, Indonésia, Andorra e Galiza (dependente da aprovação do governo espanhol).

Esta Comunidade é considerada por Moreira (2013, pp. 6 e 7) como um caso único pois

> "a França que teve uma importância tão grande no Norte de África e naquele bocadinho do Canadá, não tem uma CPLP. A Espanha também não. E, a constituição da CPLP e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa[154], em 2002 - sediado na cidade da Praia, em Cabo Verde, envolvendo os oito países que falam esta Língua, que também é nossa - ainda é mais significativa depois de uma guerra de tantos anos com os países que a constituem, significando que o conflito era com a forma de governo e não com o povo português". (Moreira 2013, pp. 6 e 7).

Conceito – "É uma ideia geral, uma abstracção, um termo que se criou a partir de acontecimentos particulares observáveis e ao qual está ligada uma significação" (Fortin, 2003, pp 91). Um conjunto de conceitos, por sua vez, define uma Teoria.

[154] O Instituto Internacional da Língua Portuguesa está sediado na cidade da Praia, Sotavento da República de Cabo Verde.

Conservação - Conservação é o acto de conservar. Conservar, no que respeita ao património material, significa "fazer durar", (do latim, *conservare*).

Relativamente à museologia, deve ser tomada em conta, primeiramente, a conservação preventiva que, quando implementada, reduz a necessidade de restauro e, em princípio, reduz os custos financeiros.

No que respeita à conservação preventiva do acervo material, deverá, conforme as colecções em presença, ser feito o controlo da intensidade de luz, da temperatura e da humidade relativa, quando no interior do edifício. Jorge (1941, p. 10) relativamente aos materiais zoológicos diz-nos que

> "a conservação consiste no resguardo dos exemplares da acção prejudicial da luz, do pó, dos insectos nocivos, do calor e da humidade, e dos perigos de incêndio. A luz ataca as cores; o pó exerce uma acção prejudicial, ainda que ligeira, mecânica e mesmo química, e altera desfavoravelmente o aspecto dos exemplares; quanto ao calor, além de facilitar a evaporação dos meios conservadores líquidos, faz estalar a pele dos animais montados, que se encontrem fora dos armários; e a humidade (que não se deve considerar propriamente um inimigo das colecções, mas do edifício) determina o aparecimento de bolores. Todavia, a mais terrível praga das colecções é a dos insectos nocivos que pulverizam as peles e corroem as etiquetas."

Em termos de ecomuseologia, pode ocorrer que haja acervos na posse de elementos da População que, no âmbito dum Território descentralizado, os vai conservando com afecto, de geração em geração, com eficácia e como reforço identitário.

Quanto à conservação, no respeitante ao objecto material, pode ainda ser feita pelo registo, seja ele por fotografia, desenho, pintura, gravura, mosaico, entre outros. Ou seja, destruído o seu objecto por qualquer motivo, restará a sua imagem que continuará fazendo prova do que for considerado necessário.

Contentores vítreos - Têm diversos comprimentos e várias formas, sugerindo ser mais comuns as que são aproximadamente cilíndricas ou aproximadamente cónicas.

Em maioria, apresentam bases geralmente circulares e a sua selagem, grosso modo, pode ser no extremo da base, em base com reentrâncias e orifício mais pequeno e circular, em tampão vítreo circular ou em cobertura metálica, fina de latão, também dita de ouro mouro (resiste á oxidação) e, também pode ser elemento uniformizador, dignificante, como ocorre em grande número dos contentores vítreos depositados pela Sociedade de Geografia de Lisboa, no antes denominado Centro de Botânica, do extinto IICT.

A selagem é feita com parafina, por exemplo, envolvendo rolha de cortiça, como ocorre em exemplares do referido Serviço de Botânica. E isso faz sentido porque, conforme documentação disponibilizada por Fernanda Rosa, a solubilidade da parafina em água, é insolúvel (qualidade fundamental no que respeita ao controlo da humidade relativa e também face a gravosas infiltrações de água nos edifícios ou mesmo face a uma inundação). Ainda, a parafina só funde a temperaturas entre 50º e 57º, o que se torna fácil controlar em edifício ou em transporte.

Já no respeitante, por exemplo, à conservação de muitos espécimes zoológicos, a sua conservação é feita em meio necessariamente líquido (ao contrário das referidas colecções de botânica), nomeadamente com solução de álcool 70º ou outras, que deve obrigatoriamente cobrir totalmente os exemplares animais depositados em contentor vítreo ou de policloreto de polivinil (PVC). Esta conservação é mais dispendiosa e exige acções de manutenção, em princípio, mais frequentes, do que a conservação de materiais Botânicos, em meio seco, em contentor vítreo. E ainda, tendo em atenção que, conforme Jorge (1941, p. 10 e 11), "Para evitar o perigo do incêndio, o mais indicado é isolar tanto quanto possível do edifício principal as colecções conservadas em álcool, as oficinas de preparação e os laboratórios, construindo mesmo, para tal efeito, um edifício anexo."

Corimba (Ilha da) - Segundo Fernando Batalha (entrevista a 5/05/2003), o seu nome advém do soba da Corimba, a quem a Ilha pertencia. O soba da Corimba era tributário do N'gola e do Rei do Congo, que trazia na Ilha de Luanda uma guarnição de cerca de 300 homens, a quem cumpria fazer guarda à exploração do zimbo, molusco univalve das espécies *Olivan nana* Lamarck e *Cyprea zonata* (moeda do Rei do Congo), conforme obra de Couto (1973).

Cunene - O rio Cunene é o curso de água mais importante das regiões do Sudoeste de Angola, ao qual se acha subordinada, pode dizer-se, toda a vida humana, animal e vegetal dessa larga zona. É o segundo maior rio, totalmente angolano. Tudo depende dele: na escassez das suas águas, a vida parece recolher-se sobre si própria, para vencer as terríveis estiagens que a ameaçam; na abundância da sua corrente, a vida renasce esplendorosamente, numa ressureição, que dura até que as chuvas cessam e o sol entra a calcinar a terra impiedosamente (Dias, 1944).

Cuamato - Combatente no "teatro de guerra", no Cuamato, o Alferes Veloso de Castro deixou-nos texto pormenorizado e abundante fotografia desta acção de ocupação, nomeadamente no que respeita a arquitectura militar dos povos revoltados (paliçadas), arquitectura militar portuguesa, fardamento, viaturas, armamento e devastação do Cuamato (Castro, 1908).

D

Ditadura de João Franco (1855-1929) – João Franco era licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, cujo curso concluiu em 1875. A sua Ditadura ocorreu entre Maio de 1906 e o Regicídio, a 1 de Fevereiro de 1908, tendo tido o apoio incondicional do Rei (Pinto, 1981).

É no seu governo que, entre outros, ocorre a Viagem Imperial de D. Luís Filipe a África e é projectada a Visita de D. Carlos ao Brasil, para 1908, o que não virá a acontecer.

Segundo Camacho (1934), o franquismo anunciou-se como uma reacção saudável contra a debilidade do Poder e também contra a imoralidade administrativa que vinha sendo norma de governo. A heresia franquista, no seu começo, foi uma espécie de sebastianismo, a que nem faltava o Desejado, unindo-se à volta de João Franco, homem de real valor, alguns membros que sem ele já teriam dado um passo em frente, ingressando no Partido Republicano ou ter-se-iam afastado, muitos outros da acção política. Por fim diz aquele autor que o franquismo teve um fracasso estrondoso.

E

Empírico – Tem raiz etimológica no grego *empeirikós*, que significa experimental. Geralmente diz-se de tudo o que se relaciona com experiência (Fragata, 1999).

Entrevista – É uma técnica de inquérito (que é o acto de inquirir ou perguntar), tanto quanto possível igualitária entre quem pergunta e quem responde; é o meio privilegiado de contacto com os informantes e isto, sem desmerecimento de conversas pontuais, espontâneas e imprevistas, sem deixar de ter em conta outros meios de informação, como sejam, investigação documental e bibliográfica, fotografia e imagem em movimento (Ramos, 2004).

É uma técnica e, como tal, atende a um conjunto de preceitos que se executam no sentido de conseguir atingir o objectivo que, no presente estudo, é obter o máximo de informação que, de algum modo, possa contribuir para a compreensão do Museu Colonial de 1907-1910, em Luanda.

Quanto à entrevista em si, é a acção de ver mais claramente algo que ainda é confuso ou mal definido (também, por analogia, é mal definido o que no vestuário feminino, diz respeito à *entrevista*, ou seja, à peça vistosa que se põe entre o forro e o tecido transparente do vestido).

Espoliação – Tem raiz no latim *spoliarum*, ou seja, na estrutura que ficava próximo do Coliseu de Roma, onde eram retiradas as armaduras dos gladiadores mortos, após o combate (ainda hoje em língua italiana o termo *spogliare* significa despir). O *Spoliarum* ficava próximo do *Ludus Magnus*, ou seja, da principal escola de treino dos gladiadores, e estava ligado ao Coliseu, por túneis subterrâneos; ficava também próximo do *Armamentarium*, local onde se guardavam as armas dos combates, com que os gladiadores, escravos, lutavam entre si e com animais, para gáudio e reforço do Poder do Imperador, para gáudio da sua corte e dos romanos.

No que respeita à museologia, a museologia utilitarista, como o é a museologia de Produtos, e outra museologia assentes na apropriação do Outro e das riquezas do Outro - como é um enorme paradigma, a usurpação feita pelos ingleses das cerca de 900 placas de bronze do Palácio do Oba-Rei, no Benim, em finais do século XIX, entre outros - são uma museologia de espoliação. Mas ainda e muito pontualmente, em Roma, poderão ser entendidos como exemplos públicos de espoliação os inúmeros obeliscos trazidos de áreas extra-europeias, desde o Imperador Augusto. Esta prática continuará até Mussolini. Muitos deles estão implantados em grandes praças públicas de Roma (Ravaglioli, 1999). Podemos vê-los ainda hoje.

Estado-Nação - Tem características muito vincadas a partir da Revolução Francesa que o definem como Estado uno, como Estado indivisível e centralizado (Catroga, 2011). Presentemente, a época do Estado-nação está terminada, para o que contribuiu o desenvolvimento do mercado global, nos anos 60 e 70 do século passado, e a decorrente perda de soberania e de capacidade dos políticos de influenciarem os acontecimentos (Giddens, 2000).

Assim, como decorre do atrás dito, vivemos hoje um tempo de fronteiras esbatidas e soberanias fragilizadas que contrasta com a anterior modernidade onde solidamente imperava a trindade Território/Nação/Estado (Bauman, 2006), que era o tempo das fronteiras territoriais rígidas e dos exércitos compostos por profissionais e contingentes inesgotáveis de recrutados em serviço militar obrigatório, para guerras infindáveis nas colónias, cuja matriz era a Metrópole, e na Europa, onde os impérios, entre si, se banham de sangue de quando em vez, buscando a afirmação de hegemonias - que é o cenário do período em que se desenvolve a presente tese.

Estado-Nação Imperial - Entidade política organizada e assistida de governo e administração particulares, com poder efectivo em território ou em territórios coloniais.

Expor - Expor é expormo-nos e, segundo Cunha (2010), ou seja, expor é revelar, comungar, evidenciar elementos que se desejam explicitar, e este desejo pode estar relacionado com um momento histórico, uma descoberta científica, uma produção estética, um ideal político. Neste sentido, as exposições nos colocam diante de concepções, de abordagens do mundo, portanto, expor é também propor. Exposições são traduções de discursos, realizados por meio de imagens, referências espaciais, interações, dadas não somente pelo que se expõe, mas inclusive, pelo que se oculta, traduzindo e conectando várias referências, que conjugadas buscam dar sentido e apresentar um texto, uma ideia a ser defendida.

Exposição Industrial – Uma Exposição é uma apresentação de determinado acervo material ou imaterial e pressupõe "emissor" e "receptor", indispensável para que a Exposição o seja, de facto.

Pode ser, por exemplo, de nível local, regional, nacional, internacional e universal.

No respeitante às Exposições Industriais que, apresentam obra industrial e de manufactura, frequentemente apresentam também Produtos ou matérias-primas, sendo que, neste âmbito, é considerada precursora a que foi realizada em Londres, em 1757, organizada pela Sociedade para o Fomento das Artes, das Manufacturas e do Comércio. Também em Portugal, em 1775 e 1776, ainda no exercício do Marquês de Pombal (será destituído de funções governativas no ano seguinte e desterrado para Pombal, logo após a morte do rei D. José I, ocorrida a 24 de Fevereiro de 1777), em Oeiras, é realizada uma Exposição percursora das grandes Exposições modernas e em 1865, no Porto, ocorre a primeira Exposição Industrial Internacional em território nacional para o que se construiu o Palácio de Cristal.

Relativamente a Exposições Industriais ganha relevância a que foi realizada, em Praga, em 1791. Essa primeira Exposição Industrial propriamente dita realizou-se e teve impacto na restante Europa. Em 1851, realizou-se em Londres a primeira Exposição Internacional Universal (**ANEXO 25**) (Freitas, 1999), ao tempo da rainha Victória.

A ênfase nas Exposições Industriais ocorridas desde logo na Europa, no século XIX, com grande profusão, sugere fazer sentido, tomando em atenção a enumeração dos estádios culturais apontados por Morgan (Morgan, 1973) e retomados por Bernardi (1989), sendo que para estes o último estádio é o do "Estádio civilizado recente: máquina e indústria".

F

Feira Flutuante - A Alemanha foi o primeiro país que pôs em prática este sistema expositivo de produtos. Fê-lo em 1886, através do *Exportbureau* do *Deutsche export-bank de Berlin,* em parceria com a Sociedade de Geografia Comercial. Posteriormente, a Alemanha faz uma nova Exposição Flutuante, a bordo do veleiro *Schwabbe*.

Só em 1906, 20 anos depois da primeira Feira Flutuante alemã, é que a Inglaterra em Setembro, organiza uma Exposição Flutuante a bordo do vapor *Cambromann*, através do *Floating Exhibition Syndicate* e, em 1922, zarpa de Londres o vapor *British Trade* que percorre 38 000 milhas e visita trinta portos diferentes; que a Holanda, em 1922, afreta um vapor para Exposição Flutuante; que os Estados Unidos da América, também em 1922, preparam a mais grandiosa das Feiras Flutuantes de Amostras de que há memória, no transatlântico *S. Luís*; que o Japão, em 1922, através da *International Company of Tokio*, vai construindo um vapor de 12 000 toneladas para o mesmo fim; que a Bélgica, ainda em 1922, trabalha com afinco para conseguir a sua Exposição Flutuante; que a Itália, um ano antes realiza a sua *Fiera Navigante Italiana del Mediterraneo e dell' Atlântico*, que, entre outros portos, visitou Lisboa, no *Trinacria*, cuja exposição vinha aí montada, iate este cedido então, pelo Rei de Itália, para Exposição Flutuante (Amzalak, 1922).

Fidelidade - Tem raiz em *fides* e significa, em termos gerais, uma preserverança num propósito, ou seja uma adesão muito desejada a algo – a uma ideia, a uma causa ou a uma pessoa.

Franquista - É o termo referente à Ditadura de João Franco (1855-1929), cuja Ditadura se estende, com o apoio do Rei D. Carlos, de Maio de 1906 até ao Regicídio, como dito. Ver anteriormente Ditadura de João Franco.

G

Gabinete de Curiosidades – Os Gabinetes eram em grande medida um fenómeno de ascenção social. Di-lo Schaer (1993, p. 27):

> " De fait, le prestige des raretés fait de la collection un moyen de reconaissance sociale; on publie des guides et des itinéraires, on fait visiter sa collection par les voyageurs de passage, on édite des catalogues pour la faire connaître, on cherche à attirer les visiteurs de marque pous asseoir sa notoriété."

E, neste sentido, em 1622, por exemplo, Boniface Borilly, colecionador de Aix-en- Provence, recebe a visita do Rei Luís XIII de França e este oferece-lhe o talabarte do falcão. Após esta visita, Borilly será nomeado Conselheiro e Secretário Ordinário da Câmara do Rei, conforme Schaer (1993).

H

Hipótese – É uma proposição provisória, é uma proposição que deverá ser verificada. É ainda, "a antecipação de uma relação entre conceitos" (Quivy & Campenhoud, 2005, pp. 137).

I

Imperial – É a qualidade do que é inerente a império, que é um poder soberano, e a Imperialismo, a entender como acção animada de vontade de poder de um povo sobre outros povos.

Imperialismo – (ver ainda **Império**) A existência de Império pressupõe o Imperialismo, também dito Colonialismo que, enquanto sistema marcado pela relação vertical entre o povo dominador e os povos dominados, eivado da vontade de Poder, impositivo e frequentemente belicoso, exerce o seu Poder, a sua autoridade, no âmbito do Império. Este exercício de Poder pode apresentar várias formas, como sejam territoriais (espaço contínuo ou descontínuo, e descontínuo, por exemplo, era o império colonial português); políticas (domínio de vassalagem, mandato ou protectorado, que implica, grosso modo, subordinação de um povo a outro); económicas (caso sugira ser mais viável a simples expansão económica, em vez da expansão política e territorial); culturais (talvez a forma de Imperialismo mais subtil, que consiste na imposição pelos meios mais diversos, das ideias, formas, estilos e mesmo sentimentos de um povo a outro povo, de um Estado a outro Estado, sendo que as várias formas enumeradas, geralmente estão mescladas, conforme Antunes (1970).

Diz-nos ainda este autor que "Com frequência, nos quase cinco milénios que conta a História, o imperialismo constitui problema na ordem política e moral. Talvez nunca, porém, como desde a era vitoriana aos nossos dias".

Ainda, quanto ao termo Imperialismo, Antunes (1970, p. 1016) define-o como sendo "a tendência, mais ou menos organizada, para criar, constituir e manter império".

Tem como uma das mais fortes representações simbólicas imperiais o monumento, *Albert Memorial*, erigido ao Príncipe Albert, marido da Rainha Vitória, em Kensington, bairro ocidental de Londres com esculturas marmóreas alusivas aos súbditos do Impérios e relativas a várias partes do globo. Em Kensington estão ainda implantados o Museu de História Natural e o Museu Victoria e Alberto, South Kensington Museum.

Império - (ver ainda **Imperialismo)** Império (do latim, *imperiu*) é um domínio soberano efectivo, caracterizado por ter poder sobre os recursos e também sobre identidades, eventualmente longínquas,

sendo que as identidades podem ser diferentes em termos somáticos, em termos culturais e civilizacionais.

Instituto de Investigação Científica – Extrapolando o que Jorge (1943) menciona, relativamente aos Museus de História Natural, deverá caber aos Institutos Científicos a investigação metódica e sistemática dos seus objectos de estudo. Caber-lhes-á preparar, conservar, classificar e ordenar as suas colecções científicas, de maneira a poderem servir a todo o momento de arquivo documentário de identificação e de investigação.

Inventário – No que respeita ao étimo, tem raiz no latim *inventariu*. O inventário museográfico é uma relação ou enumeração de peças e tem por fim assegurar a conservação administrativa dos objectos adquiridos pelo Museu ou que ali são depositados. Toma a forma de um registo, mais ou menos complexo, no qual todos os objectos que constituem as colecções do Museu são numerados sem solução de continuidade e descritos por ordem de entrada, segundo um sistema homogéneo, e os números correspondentes colocados nos objectos (Oliveira, 1971).

No que respeita às colecções públicas, os objectos adquiridos, doados ou depositados são inalienáveis e o texto do registo não pode ser modificado, a não ser que ocorra situação de degradação, destruição, roubo ou perdas, que deverão ser documentados em pormenor.

L

Língua Portuguesa - Sobre a Língua Portuguesa disse Sampaio (2008, p. 19), então Presidente da República de Portugal, o seguinte:

> "A língua que falamos não é apenas um veículo funcional e utilitário de comunicação – molda o que pensamos e o que sentimos, leva-nos ao mundo e traz-nos o mundo. A língua que falamos exige que a renovemos, que a recriemos, que a amemos. Língua falada por quase duzentos milhões de mulheres e homens, a nossa, são eles que, diária e pluralmente, a criam, a enriquecem, a dirigem ao futuro. Este é um privilégio e uma responsabilidade. Quando olhamos para o mundo lusófono, sentimo-nos portugueses de outra maneira, pois a língua abre-nos à aleatoriedade do espaço e do tempo. Quando ouvimos falar o português nas vozes de outros povos sentimos que a nossa voz se amplia nessas vozes e que o futuro começa na língua que falamos. Esta língua de onde, como disse Virgílio Ferreira, se vê o mar." Sampaio (2008, p. 19).

Quanto a Moreira (2008, p. 22), refere a Língua Portuguesa como sendo "hoje a quinta mais falada no mundo, o terceiro idioma europeu mais usado fora do Velho Continente e, finalmente, a nona língua na Internet, sendo portanto identificada como um valioso património cultural, político e mesmo económico."

Luanda – Antiga cidade de S. Paulo da Assunção de Loanda. Após a Independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, é a cidade capital da República Popular de Angola (RPA). Teve o primeiro foral a 29 de Maio de 1884, ao tempo do Governador-Geral Ferreira do Amaral e recebe o segundo foral, por Decreto de 2 de Dezembro de 1909.

A 30 de Setembro de 1938, a cidade recebeu a condecoração com o grau da Ordem Militar de Torre e Espada.

Integra, desde 1985, a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA). Situa-se no Hemisfério Sul, onde a Língua Portuguesa é a primeira Língua mais falada, na costa ocidental de África e é banhada a Oeste pelo Oceano Atlântico.

M

Método – É o caminho a seguir no estudo. O termo "vai entroncar em velhas raízes gregas e querem dizer caminho. Será então: conjunto de regras tendentes ao alcance da verdade. Ou ainda: ordenação de uma série de actos humanos a caminho do seu fim próprio." (Rego, 1958, p. 180)

Ainda metodologia "é a ciência do método", sendo que "ciência é um conjunto de conhecimentos explicados, relacionados e sistematizados" (Rego, 1958, p. 180).

Os métodos são estratégias no âmbito da investigação científica; são "rotas de navegação" que nos levam a determinado "porto", ou seja, a determinado fim, qual seja o de abordar o nosso objecto de estudo.

As técnicas de análise são como que táticas, no seio das acima referidas estratégias, que nos levam a tornar possíveis e eficazes essas estratégias.

Algumas daquelas técnicas, como sejam, as entrevistas, foram aplicadas neste estudo junto de informantes que, numa relação social de décadas, são nossos próximos, o que pensamos obrigar a uma acrescida atenção, a nível epistemológico, de modo a que os afectos não toldem ou inibam o processo de investigação a que, aqui, nos propomos.

Metodologia – Relaciona-se com o Método e significa a procura do Método mais adequado para prosseguir determinado estudo e alcançar os fins propostos.

Metrópole - Metrópole (do grego, *metropolis*; latim, *metropolis*), que em grego significa cidade-mãe, era na antiguidade clássica, uma cidade ou um Estado que detinha territórios exteriores – colónias. A Grécia antiga implantou as suas colónias, geralmente, junto dos Mares, pelo que o seu modelo de colonização é dito talassocrático.

Mintadi - São guardas. Eram, com efeito, os guardas e espíritos da família na ausência do chefe e tornavam-se o "duplo" desse chefe ou de um guarda antepassado se esse chefe morria; eram também uma espécie de talismã, um fetiche anti-fetiche. Quando o seu possuidor morria passava para o seu sucessor e, não havendo sucessor, o *Mintadi* então era depositado no seu túmulo (Oliveira, 1971).

Modelo de análise - É um sistema composto por conceitos e hipóteses estreita e logicamente articulados entre si, de modo a formarem um quadro de análise coerente (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 139), sendo que o somatório do modelo, dos conceitos e das hipóteses indissociáveis entre si, constitui a problemática do estudo.

Monumento - Monumento, enquanto termo, tem a sua origem no latim *monumentum* que, por sua vez, vem *de monere* (significa advertir, recordar), ou seja, o que interpela à memória.

Tem como objectivo tornar presente algo passado e "engolido" pelo tempo e é imprescindível que lhe assista numa carga afectiva, pois não se trata de fazer verificar, de fornecer uma informação neutra, mas de excitar, pela emoção, uma memória viva. Neste primeiro sentido, chamar-se-á monumento a qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações de pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crença (Choay, 2000).

Ainda, conforme Choay (2000), o monumento assegura, sossega, tranquiliza, ao conjurar o ser do tempo. É garantia das origens e acalma a inquietude que gera a incerteza dos princípios. Desafio à entropia, à acção dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, o monumento procura apaziguar a angústia da morte e da aniquilação.

Museografia ou Expografia – É o conjunto das técnicas relativas à Museologia, conforme Bruno (2008). Por sua vez, Araújo (2012), refere-se-lhe como um conjunto de práticas, de técnicas a serem aplicadas junto aos acervos guardados nas instituições museais.

Museologia - Conforme Bruno (2008), a Museologia está inserida no cenário das Ciências Sociais e Aplicadas. Diz-nos também que é a disciplina *que estuda os semióforos* – e semióforo (do grego, *semiophoros*) era o oficial subalterno que, no antigo exército grego, levava a bandeira, ou seja, era o porta-bandeira, ou seja, o porta-sinal ou porta-*semeion*, em movimento, pois o prefixo *semeion*, em grego, significa sinal, e *foro* ou *phoros* é o elemento da composição que significa conduzir para a frente; e posto isto, o que vai para a frente, deixa vestígios da sua passagem, vestígios estes que poderão ser entendidos, como fragmentos de cultura, objecto de estudo da Museologia.

Mais adiante, diz-nos a referida autora que a Museologia tem sido compreendida como a disciplina aplicada que estuda o fenómeno museal, está vinculada aos sistemas de administração da memória e trata das representações do real. Uma vez delineado o objecto de estudo dessa área de conhecimento, as reflexões têm procurado desvelar o seu papel ontológico - a essência de seu objecto de estudo -, a sua epistemologia - o quadro referencial da disciplina - e os seus postulados éticos (função social).

É a área de estudo onde cabem o saber, o saber-fazer, o querer-fazer, o poder-fazer e o gostar-de-fazer, este tão frequente onde chega a solidariedade do Voluntariado, e remete, em termos etimológicos para museu, do grego, *museion*; latim, *museum*.

Podemos dizer, grosso modo, que há uma museologia antes da Mesa de Santiago do Chile, que vemos denominada frequentemente por museologia tradicional - continua no tempo até ao presente-, que é frequentemente uma museologia dita de colecção, de objecto pelo objecto, e uma outra - ou outras -, antropológica, no sentido de que, este objecto museológico - perdida a função, e já relevado, ganha a dimensão do simbólico - é colocado ao serviço do homem e da mulher, de modo a contribuir, com a sua participação, para atingir o *meglior* e o muito, em termos da sua dignificação e consciencialização. Este posicionamento remete-nos necessariamente para a dimensão da função social do Museu, cuja preocupação não vemos, por exemplo na seguinte e abrangente definição de museologia, que entendemos no âmbito da museologia tradicional - não é uma definição de museologia alternativa porque lhe falta, em nosso entender, sobretudo e especificamente o "sal" da função social - presente em Gonçalves (2001, pp. 883-884), quando nos diz que a museologia "tem por fim estudar a missão e organização dos museus, abrangendo não só a museografia, mas todo o conjunto de regras, princípios, observação e conhecimentos indispensáveis à organização e fundamento dos museus; estudo científico de tudo o que se refere aos museus; ciência das normas que devem orientar a instalação dos museus e assegurar a conservação e defesa dos objectos que os constituem, promover o estatuto e investigação acerca desses objectos e apresentá-los de forma que leve o público a compreender e a apreciar o conteúdo estético, histórico ou científico que encerram."

Também a definição de Museu presente no *Código de Deontologia Profissional. Estatutos da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM (Conselho Internacional dos Museus,* 1995) não faz referência explícita à função social, tão cara à Museologia alternativa quando diz que o Museu "é uma instituição, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e

que promove pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu ambiente, adquire-os, conserva-os, comunica-os e expõe-os para estudo, educação e lazer".

Esta definição, expressa mais de duas décadas depois da Mesa de Santiago do Chile e que não remete para a função social do Museu, exprime bem como a museologia tradicional é persistente e obstaculizante às museologias alternativas. Isto é, estas não nascem de geração espontânea e requerem, em nosso entender, uma continuada, leal e solidária ex-posição de quem as pratica e de quem ombreia, numa relação horizontal, com as comunidades.

Figurelli (2013) refere-a como a área do conhecimento aplicado que qualifica a relação da pessoa com o património material e imaterial, memória e identidade.

É muito cativante reflectir a temática do que a Museologia tem de característico no âmbito da função social do Museu, no contacto e formação da população e dos públicos. Entre outros autores, nós mesmo, ousamos expor-nos, ex-pondo a nossa constante preocupação de afirmação da função social do museu (Pessoa & Rodrigo; 1984; Rodrigo et al, 1999a; 1999b). Neste sentido, Mendes (1995, p. 8) diz "que a nova Museologia não só recusa o pendor elitista dos Museus, como procura valorizar acervos do domínio da etnografia, da antropologia, do folclore, da tecnologia e do trabalho, procurando ainda envolver toda a população e não apenas certos extractos – no interesse pelos Museus e na sua procura". Ou seja, o mesmo autor, por exemplo, a nível da ecomuseologia, no próprio local, atribui grande significado não só ao objecto como ao seu contexto. O Museu hoje está longe de ser somente um local de preservação e exibição de objectos.

Museologia Integral - É uma museologia, inclusiva, solidária, progressiva e aberta a todos os campos do saber e do saber-fazer.

A Mesa-redonda de Santiago do Chile, ICOM, 1972, refere com frequência a museologia integral. Fá-lo, desde logo, no Ponto I, sob título "Princípios de base do Museu Integral" e define-a depois, na alínea 1, do Ponto III, sob título "Recomendações apresentadas à UNESCO pela Mesa-redonda de Santiago do Chile", referindo o seguinte:

> "um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e a proposição de um novo conceito de acção dos museus: o museu integral destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto do seu meio natural e cultural." (ICOM, 1972, p. 6)

Mayrand (1987, p. 4) tratou esta temática e disse que

> "devemos à Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada em Maio de 1972, o facto de ter posto o dedo, de maneira explícita, na questão fundamental da museologia, o seu papel político e social." (Mayrand, 1987, p. 4).

E retorna este autor ao conceito de museu integral, referindo que

> "antes que este museu se traduza numa verdadeira contribuição da museologia para as transformações sociais e estruturais das nossas sociedades respectivas, longo será o caminho a percorrer. O apelo implícito a uma solidariedade museológica na procura de actualização destas ideias foi-nos lançado por Santiago, há mais de dez anos. Os militantes portugueses compreenderam-no bem." (Mayrand, 1987, p. 4).

Mayrand (1987, p. 3) ainda relativamente à Museologia Integral, e no que respeita à ecomuseologia, dizia, então, que

> "o canal ideológico da proposta de um museu integral deverá passar pela experiência dos ecomuseus, que por sua vez se baseará de novo num conceito mais amplo de experimentação social da nova museologia." Mayrand (1987, p. 3).

Vejamos ainda sobre a Mesa-redonda de Santiago do Chile, que, em termos de contexto

> "ocorre no âmbito das discussões mundiais sobre o meio ambiente integral, desenvolvidas por ocasião da I Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, realizada em Junho de 1972, em Estocolmo, Suécia." (Schneider, 2012, p. 12).

Discutia-se muito, então, a destruição ambiental e foi forte o confronto entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. É nesta época e neste contexto de chamada de atenção bem reivindicativa que é elaborado, como já foi dito,

> "o conceito de Museu Integral recomendando uma percepção integrada da relação entre os museus e as realidades sociais, económicas e políticas dos museus latino-americanos." (Schneider, 2012, p. 22).

Relativamente ao Museu Integral, referimos ainda que

> "igualmente importante é o aporte intersocial: as metodologias de acção do Museu Integral apontam, hoje, para uma forma de prática museológica que vem sendo nomeada como 'museu inclusivo' – e da qual se ocupa o ICOM como meta prioritária. Eis a expressão maior da ética na prática museológica: actuarem os museus como espaços de inclusão – lugar de todos, ágora absoluta, onde as mais diferentes comunidades poderão, afinal, reconhecer-se mutuamente e dar-se as mãos." (Schneider, 2012, p. 29).

Museu - Museu - do grego, *museion*; latim, *museu* - é uma designação que remete para musa - do grego, *mousa*; latim, *musa* -, que eram em número de nove e cujo templo, *Mouseion*, estava localizado numa pequena colina - o Hélicon - em Atenas, templo esse que recebia ricas dádivas, oferecidas às divindades. Este templo – Mouseion – era um espaço nobilitante e socialmente diferenciado, pois conforme entrada in *Dictionaire des antiquités romaines et grecques*, da autoria de (Rich, 1871, p. 420), "Primitivement, ce mot designait un temple des Muses, un lieu qui leur était consacré ou qu'elles hautaient".

Assim, e por fim, em jeito de síntese, o Museion, em termos de Europa, remete-nos, desde o início, para a guarda de colecções e para o edifício - que, como dito, era de nobilitante arquitectura e de rico recheio -, e assim continuaram sendo mais tarde os Museus, grosso modo, enquanto Museus-Edifício, até que reuniu, a mobilizadora Mesa-Redonda de Santiago do Chile, em 1972, e até que ocorreram, depois, entre outros, com profunda preocupação social, os ecomuseus e os *Neighbouring Museums* (em que se agiganta o de Washington, sob a coordenação de John Kynard, e o *Musée de la Fierté*, em Montréal, Québec, que visitámos, conforme sugestão de P. Mayrand).

Isto é, em termos sucintos, relativamente ao Museu, vemo-lo referido de diversas maneiras e, abordando-o, importa muito ter em atenção, o tempo da sua implantação e o lugar da sua implantação, o que guarda e como guarda, onde se ex-põe, o que se ex-põe, como se ex-põe, porque se ex-põe, o que se pro-põe e com quem se pro-põe.

Museu Colonial – Este termo abrange, entre outros, o tipo de Museus criados nas Colónias, (Dias, 2000). Assiste-lhe, entre outras preocupações, uma intenção utilitarista por parte do colonizador, face ao Outro, o colonizado (Porto, 2009).

Museu Integral – ver **Museologia Integral**

Museu Nacional de História Natural – É criado ao tempo de José Relvas, pelo Decreto 5689 de 10.3.1919, na Faculdade de Ciências, em Lisboa, um departamento denominado Museu Nacional de História Natural, no qual são centralizados o ensino e a investigação das Ciências Naturais. Possui três secções: Museu e Jardim Botânico, Museu Mineralógico e Geológico, Museu Zoológico e Antropológico (Museu Bocage). Em 1926, Artur Ricardo Jorge é nomeado Director do Museu Bocage. Inicia de imediato as obras necessárias ao restauro total das suas dependências. Os novos laboratórios e sala de cursos vieram substituir as antigas e acanhadas instalações de ensino, constituindo o Laboratório Zoológico e Antropológico.

N

Nkisi – Deram nome, no Brasil, aos *Inquice*, ancestrais africanos divinizados, nos candomblés de Angola e do Congo, o que marca bem como a cultura viaja com os homens, as mulheres e crianças, neste caso, escravos.

P

Palácio de Cristal - Foi inaugurado, no Porto, pelo Rei D. Luís I (ver **ANEXO 26**). O serviço de lousa esteve a cargo de José Soares da Silva, do Porto. A parte do ferro utilizada esteve a cargo da Firma Grierson & Cª, de Manchester. A madeira utilizada, trabalhada à máquina, coube à Firma Eassie & Cª, de Gloucester. No respeitante às decorações, foram executadas sob a direcção de Shields, que tinha dirigido as obras do Palácio de Cristal, em Londres. De Londres veio o órgão que fora premiado na Exposição de Londres de 1862 (tinha 40 registos e 3 teclados). O Palácio de Cristal, no Porto, media 150 m de comprimento por 72 m de largura.

Em 1934, o Palácio de Cristal serviu de palco à Grande Exposição Colonial. Foi destruído na década de 1950 (Silva, 2013).

Palácio e Gabinete do Marquês de Angeja - O edifício, onde estava instalado este Gabinete, do Terceiro Marquês de Angeja, D. Pedro Moniz e Sousa (1716-1788), ficava a cerca de duas centenas de metros do Real Palácio de Belém e a cerca de 1 km do Palácio da Ajuda, indo do Altinho, na Rua da Junqueira, e subindo pela Calçada da Ajuda. O referido edifício apresenta uma boa exposição solar, como indicam as fachadas que vão de nascente a Sul. Estas têm bastantes vãos, o que permite uma boa entrada de luz e desejável ventilação, bem como uma bela vista para o refrescante rio Tejo, cujo assoreamento se acentua, sobretudo a partir de meados do século XIX. A tardoz, o Palácio tem um pátio espaçoso que serviria bem para o parqueamento dos coches, pátio este que dá entrada para uma capela, dedicada a Nossa Senhora do Carmo, virada a poente, com dois fogaréus, ou seja, ornatos de pedra que terminam em labareda.

A toponímia preserva a memória do Marquês de Angeja, dedicando-lhe, na envolvente do Palácio, um grande largo, com o seu nome, sendo que a sul, o Largo vai entroncar na Rua do Cais da Alfândega Velha, toponímia esta que reforça a ideia da existência de um ancoradouro próximo.

D. João VI, na última noite antes do embarque para o Rio de Janeiro, em 1807, poderá ter dormido ali e embarcado no ancoradouro que lhe era próximo (Ana Correia de Sá, comunicação pessoal, 2016).

No Largo Marquês de Angeja, como constatámos em visita ao local, mantém-se ainda hoje um edifício, possivelmente setecentista de duas águas, muito característico, com amplas portas, onde funcionou uma oficina de ferrador, até cerca de 1972, sendo que para além de ferrar, eram ali ministrados cuidados de saúde pelo denominado endireita, que era também conhecido pelos tratamentos ao nervo ciático. No seu interior pode estar ainda intacto o artefactuário de ferrador (José Correia, comunicação pessoal, 2017) – o que, a ser certo, permitiria um núcleo museológico em ligação com o Museu dos Coches, que fica ali bem perto e que tão grande densidade de hipomóveis tem.

Acresce ainda referir, relativamente ao Marquês de Angeja, que serviu longos anos na Corte, ao tempo de D. José I, como figura de representação, continuando ali, ao tempo de D. Maria, desempenhando efectivos cargos de muita responsabilidade, nomeadamente em substituição do demitido Marquês de Pombal.

Dizemos, por fim, que entendemos esta abordagem ao Edifício palatino, onde estava o Gabinete do Marquês de Angeja, como indicador de *status* (Yin, 2003).

Pálio – Baldaquino portátil, formado por um dossel de forma rectangular e sustentado por quatro ou mais varas, de número par.

Poder - Enquanto termo, tem raiz no latim *possum*, que significa "ser capaz de", nomeadamente ser capaz de dar ordem e de se fazer obedecer.

Poder Colonial - Poder Colonial é uma forma de poder político que, por sua vez, se integra no âmbito do poder em geral, este a entender como a capacidade de A obter de B um acto que deseja ou algo que lhe requer. Quanto ao poder político difere de outras formas de poder na medida em que se relaciona com o conjunto de processos e papéis sociais pelos quais são efectivamente tomadas e executadas decisões que comprometem e obrigam todo o grupo, eventualmente sob coacção, conforme Rivière (2000), que vimos seguindo.

O poder colonial é um poder político exercido nas colónias e cujo centro é a Metrópole do Império.

Poder Imperial - ver **Imperial**, **Imperialismo** e **Império**.

Poder simbólico – Segundo Bourdieu (2011, p. 193), "é um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe".

Política – É o campo de reflexão e acção que trata o governo dos homens e das coisas e em particular a organização e administração dos Estados, nomeadamente no que é relativo aos outros Estados.

Ponta ou dente de marfim – Marfim, enquanto termo, tem raiz no árabe *'azm al-fil*. No respeitante ao elefante, conforme informação oral de Luís F. Mendes (entrevista a 20/3/2015), a ponta é um canino e serve bem como manejador de comida, seja para o desenterramento de alimentos, seja para puxar o alimento existente nos ramos das árvores. Serve também, com eficácia, no confronto entre machos, combate esse que é frente a frente e em que a ponta pode sofrer fracturas, dada a força da investida. É de menor qualidade do que o dente de hipopótamo. Trata-se de uma substância rija que entra na constituição dos dentes dos mamíferos, denominada "dentina".

Os dentes de elefante são troféus muito apreciados pelos caçadores (Vasconcelos, 1924).

À semelhança do dente de hipopótamo e do dente do cachalote, é utilizado como material de escultura, presente, por exemplo, em Museus de Arte, em Museus Etnográficos e Museus de Instrumentos Musicais, onde ganham nomeada as flautas transversais (Almeida & Rodrigo, 1991).

A ponta ou dente de marfim constitui secularmente uma riqueza, no respeitante à produção de Angola, ombreando com as verbas provenientes da comercialização da escravaria e, ainda, da venda de cera e outros produtos.

Dizemos, muito pontualmente, que a quantidade de marfim saído dos portos de Luanda e de Benguela, em 1775, foi de 1472 pontas de três qualidades – de lei, mediano e miúdo ou escaravelho – pesando um total 44071 arráteis (ou seja cerca de 22 toneladas), compradas em Angola por mais de 9000 réis (Dias, 1959).

Presentemente, no que respeita ao marfim, é proibida a sua comercialização no âmbito da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção, dado que duas das espécies de elefantes (a africana, de savana e a asiática) são consideradas vulneráveis e ameaçadas, de acordo com o estatuto da União Internacional para a Conservação da Natureza.

Troféus de uma caçada de elefantes no Pombo, Angola (Vasconcelos, 1924, p. 151).

Protocolo – É o conjunto de normas reguladoras do cerimonial em actos oficiais.

Q

Quadro de referência – O quadro de referência de um estudo é "a estrutura lógica de encadeamento das ideias ou dos conceitos entre si. Como cada ideia ou conceito depende de um outro conceito, é preciso estabelecer as relações mútuas" (Fortin, 2003, pp 69).

R

***Reich* -** Enquanto termo, deriva do celta *Rig*. Significa Reino ou Império.

O primeiro *Reich*, ou seja o primeiro Império Alemão, é o Sacro-Império Romano-Germânico que vai até 1806, sendo que o segundo *Reich* é o Império Alemão que vai de 1871 a 1918. Este foi proclamado em Versailles, após a pesada derrota de Napoleão III, feito prisioneiro em Sedain.

Regícidio – É o assassinato do Monarca que, em bem determinado momento, em tempo de Ditadura, se confunde com o tiranicídio, no que respeita às reacções mais radicais contra os desvios tirânicos, e o tirano (Rei ou não) "teria de morrer não como indivíduo e num lugar esconso e por conspiração", mas em público e enquanto personagem política (Catroga, 2011, p. 88).

Regime – É a forma de governo, o modo como uma comunidade política organiza o seu poder ou define a relação entre os que governam e os que são governados.

Ao tempo da Viagem do Príncipe Real, em 1907, a Monarquia tinha como Monarca o Rei D. Carlos, que havia autorizado e apoiado o Presidente do Conselho João Franco a governar sem as Cortes, o que ficou conhecido como a Ditadura de João Franco (ver **Ditadura de João Franco**).

Rovuma – Sobre a participação de Portugal, na Guerra, em Moçambique e no Tanganica, Costa (1932) deixou detalhada informação. O seu estudo trata também a época anterior à Guerra, nomeadamente as projectadas apetências germânicas pelos territórios africanos que iriam desde os então Congo Belga e Congo Francês até às colónias portuguesas nas costas ocidental e oriental. Visariam ainda o abatimento da dominância inglesa que ía do Cabo ao Cairo. E era assim em louvor do germanismo que um dia haveria de salvar o mundo, no entendimento dos seus promotores.

S

Símbolo – Na sua origem, provém do grego *sumballein*, que significa unir. Symbalon era na sua origem um sinal de reconhecimento; um objecto cortado em duas metades que, confrontados entre si, permitia aos seus portadores, antes desconhecidos, reconhecerem-se mutuamente (Benoist, 1999), de que é exemplo, a ligação da mãe ao seu filho depositado na roda conventual, pelo que assim a noção de símbolo, pressupões necessariamente a efectiva possibilidade de algo ou alguém ser comparável a outra coisa ou outrem.

É um tipo particular de signo, que tem carácter social e colectivo, conforme Mora (1991). É equiparável a algo, pessoa ou coisa.

Soberania – É a qualidade do que é soberano, supremo.

Conforme Miranda (2003), é o poder político no Estado moderno de tipo europeu ou a específica situação do Estado dotado de plenitude da capacidade de direito em relação aos demais Estados, ou seja, tem a competência das competências.

Soberania significa, sobretudo a partir do Tratado de Vestefália, em 1648, o confirmar das rupturas na Europa, que decorrem da Reforma, a divisão da Europa em Estados independentes e o decréscimo da autoridade papal. Passa então a ser entendida como supremacia e pretensão de poder ilimitado: a nível interno, a soberania não admite nenhuma autoridade além da do Rei ou soberano e acima desta, conceito que prevalece durante o absolutismo e que chega até à implantação do Estado Constitucional; a nível externo, Soberania significa independência de qualquer outra autoridade da mesma natureza e acesso ao sistema de Estados Europeus livres e iguais.

Relativamente à Carta das Nações Unidas, adoptada a 26/6/1945, quando já estava terminada a Segunda Guerra Mundial, na Europa, aquela dedica forte atenção ao tema da Soberania, nomeadamente no seu Artº 2, no que respeita ao poder dos Estados de celebrar tratados e ter representação diplomática; o Artº 51 proclama o direito de legítima defesa face a fronteiras.

E falando de fronteiras, conforme Bauman (2006), estas pressupõem territórios demarcados, nos quais é exercida a referida Soberania, segundo a aceitação de que é imprescindível a "trindade território/Estado/nação", tríade esta entendida como princípio universal de coabitação humana, pois os territórios sem Estado-nação seriam terras de ninguém.

Aliás, terá sido este convencimento que levou a Organização da Unidade Africana, criada a 25 de Maio de 1963, a declarar como princípio indiscutível a obrigatoriedade da aceitação das fronteiras coloniais herdadas pelos novos Estados Independentes Africanos.

A Soberania, hoje, apresenta particularidades muito próprias pois, conforme Bauman (1999, pp. 70-75), "o tripé da soberania", assente na auto-suficiência militar, económica e cultural, foi abalado nas suas três bases, sendo o pilar económico o mais afectado, dado que as regras de livre mercado e sobretudo o livre movimento do capital e das finanças, levam a que a economia fique crescentemente fora do controle político.

Soberano - Tem raiz etimológica no baixo latim *superanus*. Significa supremo, ou seja, o que tem autoridade suprema.

S. Tomé – Esta Ilha fica no Golfo da Guiné, que foi uma área de intensa actividade ligada à escravatura, e integra o Arquipélago dito de São Tomé e Príncipe e, ainda o Ilhéu das Rolas, onde passa a linha do Equador.

Tinha como capital, ao momento da Viagem Imperial do Príncipe Real, a cidade de São Tomé, ainda hoje capital que era e é o seu centro urbano.

Fica a cerca de 280 km da costa africana e contou com uma forte miscigenação, logo no século XV, entre "pretos, brancos e mestiços", o que se enquadrava perfeitamente na política Régia e explícita de então (Tenreiro, 1961, p. 72).

São Tomé é bastante conhecido nomeadamente pelas suas produções vegetais, apresentando, entre outros, largos cacauzais e coqueirais, o que é atestado por estudos de épocas recuadas e outros mais recentes (Ferrão et al., 1986).

Relativamente à Visita do Príncipe Real a S. Tomé, está retratada numa colecção de 20 postais que fornecem inúmera informação, e desta relevamos o bote branco com diferenciadora cobertura, igualmente branca, de protecção solar e bandeira com coroa, circundado por embarcação engalanada, junto à ponte cais de desembarque; abundante arquitectura efémera, comemorativa da Visita, em que sobressaem os elaborados arcos festivos com representação das armas reais; bastante informação sobre a forma como vestia a população feminina e masculina na cidade, incluindo o clero e notáveis; informes sobre a arquitectura da cidade e formas de ornamentação para receber o Príncipe Real; e outra informação de que relevamos, ainda, o postal que retrata trabalhadores "brancos e pretos", possivelmente carpinteiros, no local da construção da arquitectura efémera, com algumas ferramentas de trabalho (Loureiro, 1999).

Sociedade de Geografia - Em Portugal, de 1876 a 1885, vive-se um tempo de forte interesse relativamente a África e, por exemplo, em 1876 é fundada em Lisboa a Comissão Central Permanente de Geografia, logo depois seguida e substituída pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

Neste período triunfa a ideologia colonial na Europa. "A maior parte das potências Europeias adere a essas posições, envia exposições científicas e militares e luta pela partilha da preponderância económica, cultural e política do mundo extra-europeu" (Santos, 1989, p. 267).

T

Te Deum – Primeiras palavras do Livro Litúrgico *Te Deum laudamus*, *Te Deum confitemur* ("A Ti, Senhor, louvamos e confessamos"), pelas quais se designa correntemente o próprio hino, cuja autoria se admite hoje, ser de Nicetas, Bispo de Remesiana, na Dácia. (Borba & Graça, 1958, p. 133).

É um género musical sacro. E foi um género muito praticado durante a Monarquia, quer em Portugal quer no Brasil, onde, pela primeira vez, foi cantado com acompanhamento instrumental, a 23 de Janeiro de 1808, perante o Príncipe D. João e a sua corte, após a sua chegada a S. Salvador da Baía (Wilcken, 2005).

Também a Arquiduquesa de Áustria, D. Leopoldina, noiva de D. Pedro, na viagem para o Brasil em 1817, após forte tempestade, desembarca na Ilha da Madeira, onde contacta com a primeira pompa e circunstância portuguesas: assiste ao *Te-Deum*, após o que foi transportada em palanquim e, ainda, reúne uma grande colecção de plantas e animais que leva consigo para a então capital do Brasil, Rio de Janeiro (Wilcken, 2005) (que deixará de ser capital a partir do dia 21 de Abril de 1960, passando para Brasília, conforme Lessa, 1960).

A República aboliu-o, durante vários anos e no tempo do Presidente Sidónio Pais, foi reintroduzido. A 24 de Novembro de 1917, após a grande manifestação de apoio a Sidónio Pais, por este encabeçada, a cavalo, foi cantado um solene *Te-Deum*.

No dia 20, dia da referida manifestação, Sidónio Pais havia regressado da Avenida da Liberdade a Belém, vindo da Avenida da Liberdade, "ao som de 21 tiros da Artilharia", conforme Samara (2003, pp. 141 e 142). Sidónio Pais chegou ao Poder em Dezembro de 1917, e morreu a 14 de Dezembro de 1918, atingido pelos tiros de José Júlio da Costa, antigo sargento galófilo que tinha combatido contra os alemães, em Angola, em Naulila, onde foi feito prisioneiro. A "República Nova", de Sidónio, pouco sobrevive à sua morte, conforme Medina (2007, pp. 15 e 18).

Teoria – Tem raiz etimológica no grego e remetia para contemplação, reflexão e introspecção. Segundo Fortin (2003, p. 90), "É um conjunto de conceitos ligados mutuamente para formar proposições que, por seu turno, são úteis para a predição e explicação dos fenómenos".

Ténis - O jogo do ténis foi patenteado pelo Major britânico, Walter Clopton Wingfield. Este durante a sua estadia na Índia, ao serviço da Coroa Britânica, tomou o esquecido jogo de *paume* (entretenimento dos franceses nos séculos XII a XVI) e modificou as suas regras e a configuração do campo do jogo. Em 1873, regressou à Grã-Bretanha e iniciou a divulgação do ténis, aqui (Vaz, 1989).

O ténis era um indicador de estratificação social, sugerida através de manifestações exteriores, formas de tratamento, modos de vida e divertimento.

Relativamente à difusão da referida nobilitante prática do ténis, na sua génese, podemos considerá-la um fenómeno imperial britânico, do mesmo modo que a difusão do basebol e do críquete foi sem dúvida um fenómeno imperial, visto que estes jogos são jogados apenas onde anteriormente estiveram estacionados soldados britânicos ou fuzileiros norte-americanos (Hobsbawm, 2008).

No respeitante ao críquete e abordando-o a nível do simbólico não é por acaso que ainda hoje existe um clube de críquete e de ténis, *Oporto Cricket and Lawn Tennis Club Porto Portugal Sport*, muito selectivo, na cidade do Porto, cidade onde entre nós se sentiu uma acentuada influência cultural e uma forte hegemonia económica da Grã-Bretanha.

Também o futebol, o ténis (como já dito) e o golfe (para os executivos de negócios), bem como o alpinismo e o esqui, são inovações britânicas do século XIX. Ainda, as corridas de cavalos puros-sangue poderão dever a sua organização e difusão mundial ao prestígio internacional da classe governante britânica no século XIX, que, do mesmo modo, levou e impôs também, o seu estilo de vestuário masculino de classe alta ao mundo (Hobsbawm, 2008).

W

Weltpolitik - Projecto que pretendia atribuir um prestígio mundial à Alemanha, para o que, com o Kaiser Guilherme II, é desenvolvida uma forte máquina de guerra, apoiada numa crescente indústria, e é implementado um programa expansionista, a nível comercial, colonial e marítimo.

Notas Biográficas

A

Alberto Osório de Castro (1868-1946) - Foi Juiz e Poeta. Formou-se em Direito com 21 anos, na Universidade de Coimbra.

Foi Juiz nas antigas Colónias Portuguesas da Índia, Angola e Timor.

Após regressar ao Continente, entre outras, exerceu as funções de Juiz do Supremo Tribunal de Justiça e foi Presidente do Conselho Superior de Administração Pública, tendo sido ainda Ministro da Justiça no Governo de Sidónio Pais. Nas Letras esteve ligado ao nascimento da Revista *Boémia Nova* e estreou-se na poesia, com a obra *Exilados*, em 1895.

Politicamente, foi também um dos membros do Partido Centrista Republicano e Presidente da Direcção do Centro/Grémio Centrista de Lisboa. Dedicou-se a estudos de Antropologia, Etnologia e Botânica, conforme Goldstein (2012).

Alves da Cunha (**Monsenhor)** – Foi muito activo no processo de classificação da Ermida da Nazaré, em Luanda, e da Igreja de Mansangano, como monumentos nacionais. Foi o primeiro Reitor e docente do Liceu Nacional Salvador Correia de Sá, em Luanda, historiador de temática angolana, sacerdote, missionário e filantropo, o que não impediu o seu embarque e desterro para a Metrópole em 1941, sob vigilância policial (Conceição, 1948).

D. Amélia de Orleans e Bragança (1865-1951) – É filha do Conde de Paris D. Luís Filipe, neto do último Rei de França e de Maria Isabel de Orleães-Montpensier, infanta da Espanha, filha do duque António de Montpensier. Casou com o Príncipe D. Carlos de Bragança, em 22 de Maio de 1886, na Igreja de S. Domingos, em Lisboa.

Foi a grande dinamizadora da Criação do Real Museu dos Coches, em 1905.

Ainda e pontualmente a Rainha deixou obra de desenho e pintura, e foi mecenas da primeira grande campanha de escavações, em Conímbriga, em 1899, que decorreu sob a responsabilidade de Mestre António Augusto Gonçalves (Oleiro, 1973).

Durante a primeira Guerra Mundial trabalhou na Cruz Vermelha e foi condecorada com a *Royal Red Cross* pelo rei Jorge V da Grã-Bretanha, tendo permanecido em França durante a 2ª Guerra Mundial.

Nos finais da década de 20, publicou desenhos seus, cuja venda reverteu para os cofres da Assitência Nacional aos Tuberculosos, em Portugal.

Enquanto Rainha, teve preocupações no âmbito da Saúde Pública e dedicou-se à fundação e organização de obras como a criação do Instituto Pasteur em Portugal (Instituto Câmara Pestana) (1892) e da Assistência Nacional aos Tuberculosos (1899). Dedicou atenção aos Dispensários e a vários Sanatórios (como por exemplo o de Outão), sendo que esta acção social da Rainha mereceu a atenção do Papa Leão XIII que, em 1892, lhe outorgou a condecoração da *Rosa de Ouro*. Esta peça integra a colecção do Palácio Nacional da Ajuda e tem o número 439 no Catálogo Tesouros Reais, cuja respectiva exposição ali esteve patente em 1991. Fundou ainda o Instituto de Socorros a Náufragos, em 1892.

Partiu para o exílio em 1910 e visitou Portugal em 1945. Os seus restos mortais repousam no Panteão dos Bragança, na Igreja de S. Vicente de Fora, em Lisboa.

António Augusto Aguiar (1838-1887) – Foi Professor de Química e político português; foi Professor de Química na Escola Politécnica e no Instituto Industrial de Lisboa.

As suas aulas tinham fama e o próprio Imperador do Brasil, D. Pedro II, quando visitou Lisboa, em 1872, quis ouvir uma das suas aulas.

Foi Comissário Régio do Brasil. Teve altas funções na Índia, então portuguesa.

Era Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria do governo de Fontes Pereira de Melo (1884), quando foi inaugurado o Museu Industrial e Comercial do Porto. Foi Ministro das Obras Públicas e impulsionou as obras no porto de Lisboa.

Foi Presidente da Comissão anti-filoxérica, em 1882 (Castelo-Branco, 1998).

Entre muitas outras funções, foi ainda Director do Instituto Industrial de Lisboa (1870); Presidente da Comissão que organizou a representação portuguesa na Exposição Industrial de Filadélfia (1876); Comissário Técnico da representação portuguesa na Exposição Universal de Paris (1878). Em 1862, aderiu à Maçonaria, e, em 1886, atingiu a posição de Grão-Mestre.

Incompreendido ao tempo em que era Ministro por não terem sido tidas em atenção as suas intenções de obras para o porto de Lisboa, pediu a sua demissão (Carneiro & Herold, s.d.).

O Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (MUNHAC) dedica-lhe uma das suas salas.

Doutor Bernardino Machado – Nasceu no Rio de Janeiro em 1851 e morreu no Porto em 1944. Doutorou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra, em 1876.

Foi filiado no Partido Regenerador e deputado nas Cortes. Foi elevado a Par do Reino, em 1890 e, em 1892, foi ministro das Obras Públicas.

Aderiu ao Partido Republicano e foi Presidente do seu Directório, em 1902.

Em 1907, tomou parte activa na Greve Académica, na Universidade de Coimbra, durante o Governo de João Franco, tendo sido obrigado a abandonar as funções de lente de Antropologia.

Integrou o Governo Provisório da República como Ministro dos Negócios Estrangeiros e em 6 de Agosto de 1915 foi eleito Presidente da República. Ocorreu durante este seu mandato a Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal e depois a Declaração de Guerra de Portugal à Alemanha, tendo sido enviadas tropas para África, a partir de 1914, e para a Flandres, a partir de 1916. Aqui visita o Corpo Expedicionário Português e aí condecora alguns militares portugueses por acções em combate.

Foi deposto pela Revolução liderada por Sidónio Pais, a 8 de Dezembro de 1917. Mais tarde, a 11 de Dezembro de 1925, é reeleito Presidente da República. Por fim, foi deposto a 28 de Maio de 1926 e seguiu para o exílio, em França.

C

D. Carlos I (28/09/1863 – 1/02/1908) – O seu nome pode ter sido inspirado nos vários reis de Sabóia e Sardenha, que tiveram o nome de Carlos ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Foi exímio atirador e estava armado no dia do Regicídio. Para além da caça, praticou a pesca, a equitação e o ténis. Jogou bilhar.

Deixou obra de pintura, nomeadamente aguarela e pastéis e, neste âmbito, concorreu a certames nacionais e internacionais. Foi eleito sócio de mérito pela Academia Portuense de Belas Artes.

Pintou, entre outros, vários temas rurais e embarcações de luxo (iates), embarcações de trabalho e recreio. Tem pintura zoológica, nomeadamente no âmbito da ornitologia e oceanografia e, neste domínio apresentou trabalhos em exposições oceanográficas, em Portugal (Lisboa e Porto) e no estrangeiro (Milão).

Teve exposições oceanográficas montadas, em 1897, no Museu da Escola Politécnica; em 1898, no Aquário Vasco da Gama; em 1902, no Palácio de Cristal, no Porto; em 1904, no Museu da Sociedade de Geografia, em Lisboa; em 1906, na Exposição Internacional, em Milão (Gama, 1991).

Deslocou-se ao estrangeiro, nomeadamente a Londres, Paris e Madrid. Visita, em 1901, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, afirmando ali perante a Europa e os Estados Unidos da América a soberania portuguesa.

Casou a 22 de Maio de 1886 com a Princesa Amélia de Orleans*, de quem teve três filhos. Sofreu o Ultimato Inglês em 1890. Deu cobertura à Ditadura de João Franco. Foi assassinado com seu filho primogénito a 1 de Fevereiro de 1908 (Martins, 1926).

Carvalho de Araújo – Oficial de Marinha de Guerra, de seu nome completo José Botelho Carvalho de Araújo.

Nasceu no Porto, em 1880, e morreu no Mar dos Açores, em 1918, em combate desigual e sem rendição contra o submarino Alemão, *U139* (*U* que vem da palavra Alemã *Unter* que significa "abaixo", ou seja, abaixo da linha de água ou ainda *unterboot*), unidade da potente Marinha de Guerra Alemã, organizada pelo Almirante Alfred von Tirpitz.

Carvalho de Araújo comandava então um pequeno navio atuneiro adaptado a caça-minas (caça-minas *Augusto Castilho*), em acção de comboiamento do navio de passageiros, *S. Miguel*, que entretanto chegou a salvo ao seu destino.

Vimos, na década de 1980, este tema tratado no Museu de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, certamente como reforço identitário.

Ainda, Carvalho de Araújo foi Republicano. Esteve presente na gorada Revolução de 28 de Janeiro de 1908 e na Revolução vitoriosa de 5 de Outubro de 1910.

No início do novo Regime, foi deputado por Vila Real de Trás-os-Montes à Assembleia Nacional Constituinte, sendo que, Vila Real, lhe dedica, na via principal um pujante monumento.

Colaborou na Imprensa e foi Governador de Inhambane, de 21 de Janeiro de 1917 a 20 de Abril de 1918 (Garcez, 1998; Canas, 2007).

Por fim, dizemos que, a nível do tratamento museológico de submarino, pudemos visitar na década de 1980, em S. Francisco, nos Estados Unidos da América, um submarino musealizado, *USS Pampanito SS383*, atracado em Pier 45 Fisherman's Wharf (Anónimo, 1982).

Cecil Rhodes – Foi defensor dos interesses britânicos em África. Deu nome às duas Rodésias: a Rodésia do Sul, hoje denominada Zimbabwe, e a Rodésia do Norte, hoje denominada Zâmbia. Em 1895, declarou ao jornalista Stead, o seguinte: "A minha grande ideia consiste em resolver a questão social, isto é, em salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma guerra civil fatal. Nós, políticos coloniais, devemos portanto conquistar novas terras que possam dar desafogo ao excesso de população e criar novos mercados para os produtos que os operários ingleses realizam nas fábricas e nas minas. O Império – sempre o tenho dito – é uma questão de estômago. Se se quer evitar a guerra civil, importa que nos tornemos imperialistas", segundo Antunes (1970, p. 1015).

Cláudio Manuel Bugalho Semedo - Agrónomo e Silvicultor, integrou longos anos os quadros do Instituto de Investigação Científica Tropical (antes dita "Junta de Investigações do Ultramar"). Teve actividade docente na Escola Superior Agrária de Santarém e desempenhou o cargo de Director do Jardim Colonial de 1974 a 2003, ano em que faleceu.

Foi durante este seu mandato que foi montada a presente Exposição da Galeria dos Povos do Império.

E

Ernesto Veiga de Oliveira - Formou-se em Direito, em 1932, e conheceu Jorge Dias. Em 1944, ingressou no funcionalismo público; em 1947, Jorge Dias convida-o a integrar o grupo pioneiro que dá corpo ao Centro de Estudos de Etnologia; em 1963, integra o Centro de Antropologia Cultural; em 1965, integra o grupo de trabalho do Museu de Etnologia, sendo nomeado seu subdirector até 1973, e a partir daqui (ano da morte de Jorge Dias) assume as direcções do Centro de Estudos de Antropologia Cultural e do Museu de Etnologia, até 1980.

É Doutor *Honoris Causa*, em 1984, pela Universidade de Évora. Foi o docente da cadeira de Museologia Etnológica, no então Instituto de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, cadeira esta integrada no curso de Ciências Antropológicas e Etnológicas, que teve lugar no ano lectivo 1970/1971. Gil (1989) refere-o como percursor do ensino universitário da museologia, em Portugal. Pereira (1989) também se lhe refere, na mesma obra, tecendo várias considerações sobre a sua obra vasta e diversa.

F

Fernando Batalha - Arquitecto, com estudos publicados em diversas áreas, nomeadamente em Arquitectura, Etnografia, História, Arqueologia e Museologia, e várias décadas residentes em Luanda e em Benguela - de onde regressou em 1983: esteve envolvido em diversos trabalhos de investigação, nomeadamente no âmbito do Instituto de Investigação Científica de Angola, do Museu de Angola e do Museu do Dundo.

François Joseth Clozel (1860-1918) - Foi etnógrafo francês e interessou-se pelas populações ditas indígenas. Tentou estabelecer relações de cooperação com as chefias africanas.

Foi autor de vários trabalhos etnológicos e, em 1912, dirigiu a publicação de uma série de trabalhos de Maurice Delafosse, intitulada, *Haut Senegal-Niger*, de que redige o prefácio. Em 1915, fundou o Comité de Estudos Históricos e Científicos da África Ocidental Francesa, de que fazia parte Delafosse.

Entre Janeiro e Agosto de 1912 foi Governador-geral da África Ocidental Francesa e morreu em Rabat, em 1918, conforme http://fr.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7ois_Joseph_Clozel.

G

Gastão de Souza Dias (Capitão) - Nasceu em Chaves, em 1887. Faleceu em Sá da Bandeira, Lubango, em 1955. Foi filho do Coronel Lúcio Souza Dias. Frequentou a Academia Politécnica do Porto (1906-07). Alistou-se na Companhia de Alunos da Escola do Exército, em Outubro de 1909. Era Tenente quando iniciou o Curso de Estado-Maior, em 1916. Foi incorporado no Corpo Expedicionário Português, em França, em 1917, e promovido a Capitão em 1918. Colocado em Angola, em 1923, desempenhou na Huíla as funções de professor e de inspector, vindo a ser vice-Reitor do Liceu, em 1938. Passou à reserva em 1952. É irmão de Eduardo Souza Dias (Porta-Bandeira, a 27 de Setembro de 1910, na celebração do centenário da Batalha do Buçaco, na presença do Rei D. Manuel II e do Duque de Wellington, e combatente, Oficial de Infantaria no norte de Moçambique, condecorado com a Cruz de Guerra pela acção destemida no combate de Muitz, face a forças alemãs muito superiores). É parente de outros militares, como, por exemplo, Adalberto Souza Dias, general, comandante da Revolta Republicana, na Madeira, em 1931; é pai de Vasco Sousa Dias, que deixou trabalho pioneiro na área da Parasitologia Veterinária, entre outros, em particular, em Angola.

Deixou vasta obra relativa à História de Angola, da qual salientamos Dias (1926; 1938; 1944; 1957; 1959), enquandrando-se em parte numa perspectiva de assimilação (comum na época e que continua em tempos posteriores).

Gossweiler, John - Nasceu na Suiça, em 1873, e faleceu em Lisboa, em 1952.

Estudou horticultura em Zurique e Estugarda e, em Inglaterra, preparou-se e trabalhou nos Jardins de Kew, no Instituto de Ciências Naturais de South Kensington.

Estudou 4 anos em Inglaterra e foi contratado pelo Estado Português para trabalhar em Angola, aonde chega em 1899. É, segundo d'Orey (1969), uma das maiores contribuições para o conhecimento da flora intertropical.

As suas recolhas estão representadas no Museu Botânico e Jardim de Kew, em Londres; Instituto Botânico, em Coimbra; Instituto de Botânica da Faculdade de Ciências, em Lisboa, e no antes dito Jardim Colonial, hoje denominado Jardim Botânico Tropical, em Lisboa.

Elaborou relatórios de vários Missões. Estudou a borracha espontânea e a introdução de outras borrachíferas em Angola. Estudou, igualmente, o cacau, café, palmeira de azeite, oleaginosas espontâneas, madeiras, algodão, sizal e outras fibras, conforme o referido por d'Orey (1969).

Em Angola, prestou serviços durante 52 anos, ininterruptamente, e aí organizou em 1907 – ano da viagem Imperial do Príncipe Real – o Jardim de Aclimatação no Cazengo (Granja de S. Luís), Cazengo esse referido por Carvalho (1890).

Martins (1991) escreveu sobre a importância da obra de John Gossweiler para o conhecimento da flora angolana.

I

Isabel Cruz Almeida - Directora do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém, em que permanece desde 1984. Tem desenvolvido actividade na área da Museologia, nomeadamente na coordenação de Exposições de vária temática, frequentemente ligadas á comunidade local, de conservação e restauro de património construído manuelino, acção de recepção no âmbito do protocolo de Estado, entre outros.

J

Jaime Augusto Travassos Dias - Médico Veterinário pela Escola Superior de Medicina Veterinária, em Lisboa, em 1946. Doutorado em Ciências Médico - Veterinárias em 1967. Regressou a Moçambique em 1946 onde permaneceu até 1981; aí chefiou a Missão de Combate às Tripanossomoses, leccionou (desde Assistente Estagiário a Professor Catedrático) na Universidade de Lourenço Marques (actualmente Universidade Eduardo Mondlane) e, aí, foi Director do Museu de História Natural.

Regressado a Portugal, ingressa no IICT, como Investigador-coordenador, sendo, a partir de 1989, Director do Centro de Zoologia. Apesar de ser mais conhecido pela obra científica desenvolvida sobre a taxonomia de carraças (Arachnida; Ixodida) e de tavões (Diptera; Tabanidae), realizou ainda numerosos trabalhos sobre a mosca tsé-tsé (Glossinidae); a sua obra incide em especial sobre fauna de Moçambique, Angola, Timor e Macau, outros países do sul de África e Portugal, de que relevamos as Ilhas Selvagens.

Recolheu em Angra do Heroísmo, Açores, os remanescentes osteológicos atribuídos a Gungunhana e preparou o seu regresso a Moçambique, após a Independência.

Dirigiu, como dito, o Museu Natural no Maputo, e, entre outros, deu atenção ao seu espaço envolvente, onde, por exemplo, se encontrava um trabalho do escultor moçambicano Chissano. Valorizou a criação de uma cafetaria no espaço do Museu e preparou a edição, e editou um Guia de Visita.

Enviou instrumentos musicais de Moçambique para o Museu Instrumental de Lisboa, na década de 80, e que constam do actual catálogo do Museu (embora sem a devida referência do ofertante).

Apoiou a ida da Exposição *Gungunhana no Exílio* (já referida neste estudo e inaugurada na Torre de Belém) a Maputo, em itinerância, de que fomos o Comissário da Exposição.

D. João V – Nasceu em 1689. Foi aclamado Rei a 1 de Janeiro de 1707. Casou em 1708 com Maria Ana de Áustria, filha do Imperador Leopoldo I.

O seu reinado foi muito marcado pela descoberta de oiro no Brasil.

Em 1737, influenciou o Papa Clemente XII a conceder o título de Patriarca ao Cardeal de Lisboa. Emitiu, entre outras, a moeda de 24 dobras em oiro, considerada a de maior valor na Europa. Recebeu de Bento XIV, a 23 de Dezembro de 1748, o título de Fidelíssimo, com o que passa a ombrear a nível religioso com outros monarcas europeus. Morre em 1750 (Matoso, 1971a).

João Crawford Cabral - Biólogo, licenciado e depois doutorado em 1983, pela Universidade de Lisboa, na área de Sistemática Animal. No Instituto de Investigação Científica de Angola, em Sá da Bandeira, actual Lubango, desenvolveu de 1960 a 1975 trabalhos sobre mamíferos afrotropicais. Regressado de Angola, é Investigador Auxiliar no Centro de Zoologia do IICT até 1986 e depois Investigador Principal. Dirigiu o Centro de Zoologia do Instituto de Investigação Científica Tropical entre 1989 e 2002. Reformou-se em 2002, embora ainda hoje prossiga os seus trabalhos sobre a área de estudos que sempre privilegiou, os mamíferos de Angola.

José Redinha - Conforme badana da sua obra *Etnias e Culturas de Angola*, editado pelo Instituto de Investigação Científica de Angola/Banco de Angola, em Outubro de 1975, em Luanda, organizou e dirigiu o Museu do Dundo, da Companhia de Diamantes de Angola (1923-1959); percorreu mais de 15 000 km, chefiando várias missões de reconhecimento territorial e étnico no interior da Lunda e do Alto do Zambeze, fazendo investigação e recolhendo milhares de peças etnográficas (1936-1946); dirigiu o Museu de Angola (1959-1961) e ingressou no Instituto de Investigação Científica de Angola, em 1961, tendo chefiado o Instituto de Ciências Humanas deste Instituto; fez Conferências em Angola, Brasil e Portugal; conheceu mais de uma vintena de museus e institutos culturais, em visita de estudo; foi docente, entre outros, em centenas de cursos intensivos e regeu na Universidade de Luanda, a cadeira *Origens do Homem e da Civilização*. Ainda, dizemos que José Redinha deu forte contribuição ao Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, no estudo de parcelas angolanas da sua colecção; no estudo de instrumentos musicais angolanos do Museu Instrumental do Conservatório de Lisboa, acompanhando-nos, aqui, a nosso pedido. Tem, entre outras, inúmeras publicações da sua autoria, autoria esta que vai do texto, à aguarela, à fotografia, ao desenho etnográfico. Fez retrato em carvão e em escultura, nomeadamente de cerâmica. Dizemos por fim, que fez estudos pioneiros na área Lunda-Tchokwe.

Sobre a obra da autoria de Redinha (1988) disse Rodrigues de Areia na Nota Prévia "Com esta publicação pretende o Instituto de Antropologia homenagear o distinto estudioso das culturas angolanas que foi José Redinha. A sua intensa actividade científica expressa em diversos livros (alguns ainda não publicados) e em várias dezenas de artigos dos quais constitui síntese de assinalar a obra *Etnias e Culturas de Angola*, 1975, fica a atestar o mérito, dignidade e a nobreza da alma do investigador e homem de bem que foi José Redinha."

José Flores – Tem larga permanência de trabalho no antes denominado Jardim Colonial, em Belém, hoje dito Jardim Botânico Tropical. Integra uma dinastia de Jardineiros, em tempo de fraca mobilidade social ascendente, desde seu avô, João Ribeiro, sub-capataz, nomeado em 1926. Seu pai, Aurélio Flores, foi Encarregado de Jardineiros.

Entrou no Jardim com 13 anos de idade. Foi, primeiramente aprendiz-Jardineiro, depois Jardineiro e Jardineiro Principal, de 1991 a 1999. Ainda, no âmbito do IICT, em 1999, foi promovido a Jardineiro-Chefe Principal, cargo que exerce até à integração na Universidade de Lisboa, em 2015.

José Relvas (1858, Golegã – 1929, Alpiarça) – É filho de Carlos Relvas e de Margarida Relvas, da família dos Condes de Podentes (nobreza liberal, tendo estado o primeiro conde preso no Forte de S. Julião da Barra, onde, mesmo preso, tentou exercer e exerceu a sua profissão de médico), cujo solar está implantado em Condeixa-a-Nova (Pessoa & Rodrigo, 2007), sendo este ainda denominado por Casa do Hospício porque, originariamente, funcionou como Hospício da Ordem Franciscana.

Foi proprietário de largas posses.

Grande animador da causa da República, pertenceu ao Directório do Partido Republicano.

Proclamou, com Eusébio Leão e outros, o novo Regime a 5 de Outubro de 1910, da varanda da Câmara Municipal de Lisboa, enquanto a Família Real embarcava na Ericeira para o exílio. Após a implantação da República, entrou na Maçonaria, onde, como irmão maçon, recebeu o nome de Beethoven (Rodrigo, 1984).

Foi Ministro das Finanças no Governo Provisório (1910-1913) e logo depois Embaixador em Madrid (estava aqui, aquando das Incursões Monárquicas de Paiva Couceiro, em 1912, no norte de Portugal), de onde comunicou, entre outros, com Miguel Ângelo Lambertini, responsável nomeado pelo Governo da República para a recolha de instrumental músico, com o fim de organizar o Museu Instrumental de Música (Rodrigo, 1984; Almeida & Rodrigo, 1988; Rodrigo & Almeida, 1988; Almeida et al., 1991), que devia integrar também os instrumentos musicais que haviam pertencido à Família Real.

Chefiou o Governo, em 1919, após a derrota da tentativa da instauração da Monarquia, dita Monarquia do Norte, chefiada por Paiva Couceiro.

É referido como Homem muito culto, em várias áreas do saber, incluindo a música, como deixa bem claro o acervo musical depositado na Casa-Museu dos Patudos, cujo recheio legou a Alpiarça e que é um Museu Municipal. Deste recheio relevamos um apito de marfim, possivelmente *Tchokwe*, que tem grande pátina de uso e profícua decoração, sendo que apresenta um orifício de sopro e dois orifícios moduladores laterais, tendo estado em exposição na Torre de Belém (Almeida e Rodrigo, 1988).

Escreveu e deixou obra publicada, nomeadamente as suas *Memórias Políticas* (Relvas, 1978), onde entre outra matéria afirmou que a República perdeu com a inépcia de Afonso Costa, no que respeita à forma como foi tratada a Separação entre a Igreja e o Estado.

É filho de Carlos Relvas, pioneiro da fotografia em Portugal e também representado no estrangeiro, sendo que o seu atelier de fotografia na Golegã, alvo de trabalho de beneficiação, encontra-se musealizado e está a cargo do município local. Foi abastado proprietário, filantropo, cavaleiro (grande dinamizador da Primeira Prova de Hipódromo, na Golegã, que depois teria continuidade em Belém), inventor e pioneiro da fotografia, vivendo no mundo das "câmaras e das chapas de vidro" e, entre outros eventos, participou com trabalhos de sua autoria na Exposição Universal de Viena de 1873 (aqui, é premiado pela invenção de um mecanismo ligado à fotografia), onde apresenta obra sobretudo dedicada à fotografia de monumentos; na Exposição Universal de Filadélfia, em 1876; na Exposição Internacional de Fotografia, no Porto, em 1886, tendo aqui recebido a medalha de oiro; na Exposição Universal de Paris, em 1878, que lhe mereceu uma medalha de ouro;

na Exposição Universal de Paris, em 1889, tendo passado aqui significativo tempo durante o evento e tendo recebido uma medalha de oiro; no II Congresso Internacional de Fotografia, em Bruxelas, em 1891 (Oliveira, 2006).

Jovem Rei - ver **D. Manuel II**.

Júlio Henriques (**Doutor)** (1838, Arco de Baúlhe - 1928, Coimbra) – Foi botânico e professor da Universidade de Coimbra, e responsável por grande aumento das colecções no Museu e Jardim Botânico da Universidade de Coimbra.

M

D. Manuel II (1889-1932) - Sobe ao trono muito jovem, apenas com 18 anos, e ainda com ferimentos ocorridos aquando do duplo Regicídio, a 1 de Fevereiro de 1908, que vitimou o pai e o irmão. Após a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, seguiu para o exílio, primeiro para Gibraltar e depois para o Reino Unido. Exilado na Grã-Bretanha e íntimo dos monarcas britânicos, seus parentes, D. Manuel II mostrou um inequívoco apoio à Inglaterra, no que respeita à 1ª Grande Guerra, defendendo a ideia de Portugal se apresentar como um aliado forte (Martins, 1931).

Desaprovou as insurreições monárquicas de 1914 e 1915, desenvolvidas muito ao gosto de Paiva de Couceiro, sendo que esta última teve maior intensidade em Mafra (que não chegou a ser tomada totalmente) e prosseguiu sobre Torres Vedras, não tendo ido além de S. Pedro da Cadeira, onde se combateu violentamente com as forças republicanas (Proença, 2008).

Deixou importantes legados ao País, nomeadamente uma rica biblioteca, que deu entrada no Paço Ducal de Vila Viçosa, a que ele apôs o seu *ex-libris*, por si criado, que é de forma retangular, onde sobressaem as armas reais portuguesas, as quinas, os castelos, a coroa ducal, a esfera armilar e a corda torcida, sugerindo o Manuelino (Figueiredo, 1958). Faleceu em Inglaterra, em 1932. Os seus restos mortais foram transportados para Lisboa pela Marinha de Guerra Britânica e seguiram com honras de Estado para o Panteão dos Bragança, no Mosteiro de S. Vicente de Fora, onde estão depositados (Martins, 1931).

Manuel do Cenáculo (**Bispo Frei)** – Foi iluminista e é referido como grande humanista. Participou muito activamente na elaboração dos Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772, e o Marquês de Pombal teve também a sua colaboração na Presidência da Junta de Providência Literária, na Real Mesa Censória e Junta do Subsídio Literário (Caeiro, 2005).
Publicou sobre Pedagogia. Reformou os Estudos da Ordem Terceira, tendo sido Provincial da Ordem Terceira de S. Francisco, em Portugal. Conhecia várias línguas, como seja o árabe, o siríaco, aramaico e o latim. Fomentou a paleografia e a numismática. Cultivou a arqueologia.
Fundou, em Beja, o que é considerado o primeiro Museu público de História Natural. Criou várias bibliotecas e enriqueceu o acervo de outras, como seja o núcleo inicial da então Biblioteca Pública de Lisboa, actual Biblioteca Nacional (Caeiro, 2005).
Foi Bispo de Beja desde 1770 a 1802, confessor do Príncipe D. José, neto do Rei D. José I. Após a queda política do Marquês de Pombal, foi mandado recolher às terras do seu Bispado, e em Beja, residiu 25 anos. Em 1802, foi nomeado Arcebispo de Évora, onde morreu em 1814 (Murphy, 1998).
Estava, em Évora, em 1808, e opôs-se, como pôde, com a ajuda da sublevada população, ao invasor napoleónico, quando esta cidade foi atacada e tomada pelo General Loison, após forte resistência dos eborenses que chegaram a sofrer fuzilamentos em pelotão. Este general e as suas tropas saquearam ali muito património, como que fazendo juz ao seu cognome, pois ainda hoje se diz “foi para o maneta”,

quando alguma coisa é furtada ou quando alguém é assassinado (Chaves, 1998). De igual modo, Brigola (2003, p. 433) se refere ao General francês dizendo que também na cidade alentejana de Évora se fez sentir a violência dos exércitos invasores quando – nos três últimos dias de Julho de 1808 – do saque generalizado levado a cabo pelas tropas, do qual o Paço Arquiepiscopal foi vítima maior, tendo sido roubados ou destruídos alguns dos objectos mais valiosos do Museu, incluindo grande parte do monetário.

Margot Dias - Integrou a *Missão de Estudo aos Makondes*, sob a direcção de Jorge Dias. Teve, entre outros, grande interesse pela cestaria e pela etnomúsica. Foi uma intensa colaboradora de Jorge Dias, nomeadamente no Museu de Etnologia. Entre outros, deixou trabalhos publicados na área da cerâmica, na área do instrumental músico e da cestaria de Moçambique (Dias, 1986).

Maurice Delafosse (1870-1926) - Foi etnógrafo francês e oficial colonial, e também trabalhou no domínio das Línguas de África. Entrou em conflito com o governo francês relativamente à Administração da África Francesa e foi banido das colónias, durante uma grande parte da sua vida.

Começou a estudar árabe, ainda jovem, em 1890 na *École des Langues Orientales*. Em 1891, viajou para a Argélia com os *Fréres Armés du Sahara*, organização católica preocupada em combater o *Trans-Saharan Slave Trade*. Foi mais tarde nomeado Assistente dos Assuntos Indígenas, na Costa do Marfim, conforme en. Wikipedia.org\Wiki\Maurice_Delafosse.

Miguel Pessoa - Doutorado em História de Arte, Conservador-Assessor do Museu de Conímbriga, Presidente da Associação de Amigos da Vila Romana do Rabaçal e Presidente do Ecomuseu de Condeixa, com quem temos desenvolvido diversa actividade museológica.

É membro do Conselho de Administração da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo - AIEMA - , com sede na Escola Normal Superior de Paris.

N

Nuno Varela Rubim - Coronel de Artilharia e investigador de temática relativa à Artilharia, com bastante obra publicada. Acompanhou-nos no estudo sobre a Artilharia existente na Torre de Belém e no Palácio da Pena (Artilharia de representação). Deu fundamental apoio na realização da Exposição *Gungunhana no Exílio*, que foi inaugurada na Torre de Belém e seguiu em itinerância para o Maputo, tendo nós sido comissário da referida Exposição.

P

D. Pedro V (1837-1861) - Viajou pela Europa. Visitava museus e assistia a concertos musicais. Deixou uma vasta correspondência. Criou o Curso Superior de Letras, com subsídios seus, a primeira Escola Normal e o Observatório Astronómico. Casou com sua prima, D. Estefânia, princesa alemã da Casa Hohenzollern-Sigmaringen (Leitão, 1913), fundadora do actual Hospital Pediátrico D. Estefânia, para o qual doou o seu dote de casamento.

Entre outras iniciativas, é no seu reinado, e ao tempo de Sá da Bandeira, em 1857, que ocorre o primeiro decreto legislador da criação de um Museu e Livraria que incluiam: madeiras, minerais e todos os mais objectos adequados a um estabelecimento de tal natureza (Boletim Oficial do Governo Geral da Província d'Angola, 1857).

Índice Remissivo

Índice Remissivo

Acordo de Bicesse - 87

Agostinho da Silva – 22, 188, 285

Alfredo Keil – 70, 112

Apropriação – 23, 49, 58, 69, 96, 115, 116, 133, 137, 142, 187, 285, 287, 292

Assimilação – 47, 184, 286, 291

Bernardo Bernardi – 51, 124

Boaventura Cardoso - 208

Cecil Rhodes – 37, 118

Chapas de vidro – 40, 78, 84, 86, 87, 89, 115, 181, 191, 192

Comunidade – 22, 29, 42, 43, 47, 138, 285, 291, 293

Conservação – 50, 54, 85, 153, 181, 187,293

Contentores – 48, 73, 74, 96, 123, 181, 240

Corte/Cortes – 113, 128, 129, 152, 164

Dominação – 48, 49, 50, 52, 55, 66, 67, 75, 286, 291

Ecomuseologia – 42

Ecomuseu de Haute-Beauce – 42

Ginga (Rainha) – 188

Gomes de Sousa – 19, 20, 24, 25, 27, 28, 29, 39, 40, 51, 54, 56, 60, 63, 65, 74, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 94, 114, 117, 130, 157, 166, 167, 168, 171, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 191, 192, 202, 203, 208, 210, 213, 214, 219, 220, 221, 223, 226, 229, 230, 232, 234, 236, 237, 242, 243, 244, 247, 248, 249, 259, 260, 261, 263, 266, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 288, 289, 290, 292

Jorge Listopad – 92, 93

Instituto de Investigação Científica Tropical - 182

Keil - 109

Kossoy – 85, 98

Língua Comum – 29, 41, 48, 50, 188, 287, 291, 292, 293

Mesa redonda de Santiago do Chile – 43, 293

Museologia Integral – 42, 43, 293

Palácio de Cristal – 107, 138

Pedro V (Rei D.) – 38, 104, 138, 170

Pierre Mayrand – 42, 43

Príncipe Real (D. Luís Filipe) – 19, 20, 23, 25, 26, 27, 28, 39, 40, 43, 50, 52, 53, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 76, 78, 79, 84, 85, 86, 87, 89, 94, 102, 108, 114, 115, 117, 118, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 134, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 192, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 214, 219, 223, 224, 228, 241, 247, 257, 270, 278, 281, 286, 287, 288, 289, 290,291, 292

Quionga – 38, 48

Regicídio – 52, 128, 129, 180

Soberano – 51, 52, 58, 59, 60, 63, 65, 79, 128, 277

Sociedade de Geografia de Lisboa – 35, 36, 50, 54, 56, 85, 94, 123, 156, 161, 183, 184, 236

Submissão – 58, 66, 67, 112, 288

Utilitarismo – 145, 285

Utilitária – 23, 49, 96, 107

Ultimato – 23, 26 37, 118, 134, 135, 136, 137, 139, 142, 143, 150, 166

***Weltpolitik* –** 37, 145, 149, 288

Viagem Imperial – 19, 20, 23, 25, 26, 39, 40, 43, 50, 52, 62, 68, 79, 87, 93, 102, 123, 126, 127, 128, 130, 134, 145, 149, 156, 157, 158, 161, 164, 166, 177, 192, 247, 281, 285, 286, 287, 288, 289, 292

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Prémio atribuído a E. A. Gomes de Souza na Exposição Universal e Internacional de Paris (1900)

Trata-se, concretamente, de uma medalha, possivelmente com acentuada percentagem de cobre, apresentando, diâmetro de 68 mm, altura de 3 mm e peso de 94,80 g.

No anverso, apresenta como motivo central rosto e cabeça da República ou *Marianne*, coberta com barrete frígio, como que misturando-se com a representação de uma árvore – um *quercus*, de folha persistente, em frutificação. Da árvore sai um tronco que envolve a fronte da República; junto ao bordo circular temos a legenda *Republique Francaise* e, mais para o interior, uma sugestão de Património Monumental Construído e a arcaria duma ponte, que poderá ser sobre o Rio Sena.

No reverso, como motivo central, temos uma Victória alada com palma e coroa na mão esquerda, transportando, em voo, uma figura masculina, possívelmente uma alegoria ao conhecimento, portadora de um facho de luz flamejante, na mão esquerda.

Na base deste conjunto temos uma pagela com a inscrição *E. A. G. De SOUSA* e, como que um pouco mais recuada, a sugestão de Património Monumental Construído. Junto ao bordo temos a inscrição *Exposition Universelle Internationale* e, logo ali, a inscrição *1900*.

Apresenta a inscrição *Bronze*, no bordo, possivelmente feita a punção, sendo que a medalha exibe pátina doirada, semelhando um nobilitante metal mais nobre, conforme Isabel Silva, joalheira (entrevista a 19/03/2013).

Em termos simbólicos, a árvore supra-referida no anverso desta medalha pode remeter para o crescer sem constrangimentos, ou seja para a Liberdade e, por exemplo, não terá sido ocasional o plantio da árvore feito pelo Presidente da República Manuel Arriaga, no Jardim Colonial de Belém ter ocorrido a 19/06/1913. É que celebravam-se neste dia, dois anos da sessão parlamentar que votou o abatimento oficial da Monarquia, em Portugal. Também não foi ocasional o plantio feito pelo General Ramalho Eanes, Presidente da República de Portugal, em 1984, quando em visita oficial à jovem República de S. Tomé e Príncipe, pois tal remetia para o florescimento da cooperação entre os povos.

Finalmente, Gomes de Sousa obteve esta medalha pelos seus trabalhos como colaborador da Secção Portuguesa da Exposição Universal de Paris, "na Classe das Instituições Científicas" (Teixeira, 1936, p. 8). Esta medalha foi-nos ofertada pelo Capitão da Força Aérea Portuguesa, Virgílio de Sousa.

Frente e verso da medalha da Secção Portuguesa da Exposição Universal de Paris atribuída a E. A. G. de Sousa. Col. Part.

APÊNDICE 2

Possidentes Nobreza e Clero

Relativamente às nobilitantes pertenças, adquiridas e expostas, sempre aumentadas e a entender como suportes de Poder, é paradigma a *Villa Borghese*, em Roma, que visitámos, levantada, em fins de quinhentos e em seiscentos, pela mão do Cardeal Scipione Borghese (1576-1633)* - sobrinho do Papa Paulo V, que nasceu em Roma em 1552 e foi Papa de 1605-1621 -, e que comportava o Edificio principal ou *Casino nobile*, importantíssimo exemplo da arquitectura barroca - com a sua prestigiada envolvente dedicada à ornitologia e à botânica, e com terrenos de cultivo e vinha, ou seja, ao jeito da Antiguidade Clássica, apresentando uma *pars urbana* e uma *pars rustica*, de que, por exemplo, o Palácio romano do Rabaçal, em Rabaçal de Penela , Portugal, datado do século IV d.C., é um notável exemplo, conforme Pessoa et al. (2001).

O Cardeal Scipione

> "si riveló abile politico, ma ancor piu abile nel costituire una collezione di opere d'arte antiche e moderne senza pari, scoprendo o valorizando artisti quali Lorenzo Bernini, Giovanni Lanfranco, Guido Reni e conducendo una politica di acquisti di beni mobili e immobili senza limite di spesa" (Campitelli & Marinelli, 2003, p. 10).

A posse da Villa Borghese e das suas colecções vai-se mantendo na Família Borghese, mesmo depois da morte do Papa Paulo V e do seu sobrinho, Cardeal. Ainda hoje, esta Família possui ricas colecções particulares, em Itália, conforme Isabel Cruz Almeida (informação oral, 2016).

Porém, até à posse do Município de Roma, em 1903, do Património Imóvel e de boa parte das colecções "muita água haveria de correr sob as pontes". Assim, possivelmente o aspecto mais relevante indica-nos que

> "Una grave spoliazone fu attuata peró alcuni anni dopo, quando le facciate furono impietosamente private della maggior parte delle decorazione destinati, insieme a gran número di sculture esposte nelle salle interne, alla formazione del Musée Napoleon, il futuro Louvre" (Campitelli & Marinelli, 2003, p. 12).

É que Napoleão I, auto-coroado e já Imperador, desde Dezembro de 1804 por *senatus consultus* de 18 de Maio de 1804 (Macedo, 1972), e autoproclamado Rei de Itália, em 1805, prossegue a "captura" de prestigiado Património Móvel que depois transporta para a capital do seu Império. Aqui, será suporte, novamente, de Poder, de um outro Poder[155].

[155] Na sequência de apetências patrimoniais como suporte de Poder, relativamente ao Museu do Louvre, este foi uma instituição muito desejada pelo Terceiro Reich durante a ocupação nazi alemã, em Paris, na 2ª Grande Guerra, sendo que esta temática está presentemente reflectida em cinema, no filme *Francofonia*, de Alexander Sokurov (2015).

Napoleão vai ter acesso próximo às Colecções existentes na Villa Borghese através de sua irmã Maria Paulina Bonaparte - já viúva do seu primeiro marido, General Leclerc -, que casa com o rico Príncipe italiano Camillo Borghese, entretanto agraciado com o título de Príncipe-Duque de Guestala, por Napoleão, em 1806 (Mattoso, 1965).

Mas se preferirmos referir o atrás já tratado em língua italiana, de forma diferente, diremos que Camillo, o futuro marido de Paulina Bonaparte, foi forçado por Napoleão a vender aos museus imperiais duzentas das suas estátuas antigas mais notáveis, que nunca mais puderam ser recuperadas (Vingiano, 1965).

Mas dando atenção ao convencimento comum de que "toda a moeda tem reverso", importará reflectir que paralela e simultaneamente ao crescimento do fausto das colecções, por exemplo, do referido Cardeal Borghese - a entender, dissemo-lo, como suporte de Poder -, nos é dado a ver um outro posicionamento diferente e oposto, proclamado pelo filósofo Tommaso Campanella[156], dominicano, calabrês e crítico activo face a imposições abusivas dos poderes dominantes - nomeadamente, com a apresentação de um manifesto escrito na prisão, defendendo Galileu Galilei, preso e depois julgado em 1633 (Martins, 1966).

Com base na *Cidade do sol,* do referido filósofo Campanella, obra referida como utopia, que teve uma 1ª edição em 1623, durante o seu longo e rigoroso cárcere de três décadas, que se estendem desde 1599 a 1629, percorrendo vários pontificados, diz Suano (1986, p. 25) o seguinte:

> "Nessa utópica Cidade haveria um *museion* bem diferente do modelo da época, ele seria uma revolucionária sede do pensamento científico, sem paredes, onde as crianças aprenderiam brincando todas as ciências e artes. Tal "museu" seria a modelar antítese do sistema escolástico jesuítico, de férrea disciplina e com aprendizado baseado na memorização." (Suano, 1986, p. 25).

O que aqui sugere ser muito relevante é a visão de abertura dos espaços do *Museion* - lugares sem restrições de acesso, e assim, não elitistas, no que contrasta com o acesso muito restritivo aos Gabinetes de Curiosidades e Galerias, que vemos ser contrariado, de algum modo, pelos Museus do século XVIII, onde vemos surgir a deslocação de noção de colecção para a noção de património institucional; um maior carácter público e, assim, menos privado; uma sistematização do acervo; uma crescente preocupação educativa (Nascimento, 1998).

Ainda, retornando a Roma e paralelamente à riqueza da Villa Borghese, são referidas as colecções dos Farnese e dos Doria. Para além de Roma, são referidas as colecções dos Aldrovano/Cospi de Bolonha; dos Duques de Este, de Módena; dos Gonzaga, de Mântua; dos

[156] Campanella, cremos, não tem a sua memória tratada em monumento, em Roma, como vemos ocorrer com o seu contemporâneo, também dominicano, Giordano Bruno (1548-1600). Este nascido em Nola, na área de Nápoles, foi queimado pela Inquisição, no Campo das Flores, tendo sido também perseguida a sua obra. A sua estátua de bronze foi levantada em 1889, por iniciativa de um grupo de cidadãos e encontra-se em praça pública, no casco antigo de Roma (Guzzo, 1966; White, 2008).

Duques de Urbino e, ainda, a que é considerada a mais espectacular de todas elas, a colecção dos Médici (Suano, 1986).

Como ocorre com os possidentes Borghese que, como dito, estão presentes na alta Nobreza e no alto Clero, também assim o é, por exemplo, com os referidos Farnese, em Roma, e com os Médici, em Florença.

Estas três famílias de grande prestígio na Sociedade da época, e riquíssimas, tiveram vários Papas. Assim, os Farnese construíram um imponente palácio, em Roma - hoje a Embaixada de França, não distante da Praça que integra o citado monumento a Giordano Bruno e também não distante das águas do rio Tevere - para o cardeal Alessandro Farnese, futuro Papa Paulo III. Encerra este palácio, de imponente e larga fachada, vários frescos de nomeada, cuja visita é muito limitada em número, pensamos que por razões de conservação preventiva, obstando á condensação da água advinda da respiração dos visitantes. Concretamente, este Palácio - cuja cornija, ordem superior e fachadas laterais se devem a Miguel Ângelo - teve início de construção em 1514, para o Cardeal Farnese, como dito, futuro Papa Paulo III - entre outras decisões, este concedeu a Inquisição a D. João III de Portugal, e investiu o seu filho, nascido antes de seu pai ser Pontífice, nos ducados de Parma, Piacenza e Guastalla (Vingiano, 1969; Arieiro, 1973).

Relativamente aos Médici, mecenas, com enormes riquezas acumuladas na área da Banca e do Comércio, foram detentores de grandes colecções, sobretudo em Florença e, para além de ascenderem à muito Alta Nobreza, só no século XVI "deram" à Igreja Católica pelo menos dois Papas. São eles Leão X, Papa de 1513 a 1521 que, entre outras acções, excomungou Martinho Lutero, sendo que sobre ele é dito que o "seu mecenato a poetas e artistas não é suficiente para o reabilitar" (Mattoso, 1971b, p. 1593); segue-se-lhe o seu primo Clemente VII, Papa de 1523 a 1534, seguidos de Leão XI, já no século XVII, que foi Papa de 1 a 27 de Abril de 1605 (Viciano, 1972).

Face ao atrás reflectido, sugere decorrer das abordagens feitas que as colecções compostas entre outras, de obras de grandes autores da época e de acesso restrito, eram substanciais suportes de Poder dos prestigiados membros e das famílias das classes altas, como temos vindo a referir.

Importantes colecções se foram mantendo e aumentando ao longo dos Papados. O "primeiro *antiquarium* de 1471 organizado pelo Papa Pio V, foi reformulado pelo Papa Benedito XIV, em 1749, tornando-se o Museu Capitolino" (Suano, 1986, p. 29). Depois, logo na segunda metade do século XVIII, os Papas Clemente XIII e XIV, e Pio VI[157], reúnem colecções papais e instalam um

[157] Chamava-se Giovanni Braschi, foi Papa de 15 de Fevereiro de 1775 a 29 de Agosto de 1799. Os franceses ocupam Roma e o Papa é levado preso para Valence, em França, onde acaba por morrer. Mandou construir o Palazzo Braschi, que visitámos, em Roma, para seu sobrinho, Cardeal Luigi Braschi que tinha acompanhado o tio na prisão e que regressou a tempo de terminar a sua construção. Esta foi a última encomenda Papal de um palácio para um sobrinho,

Museu Pio-Clementino, em 1782, que é a célula original dos Museus, hoje denominados Museus do Vaticano[158] (Suano, 1986).

E, um tanto em simultâneo, como que num movimento alargado, onde a burguesia ganha crescentemente dominância, como dito, Londres vê nascer o Museu Britânico em 1753, que teve regulamento publicado em 1808; o Museu Peale, em Filadélfia, oficialmente considerado inaugurado em 1786; o Museu de Charlston, na Carolina do Sul, que data de 1773; o Museu de Salem, de 1799, depois anexado às colecções do Instituto de Essex, vindo a dar o Museu Peabody da Universidade de Harvard, em Boston; o Museu Metropolitano de Nova Iorque, que visitámos frequentemente entre 1973 e 1990[159], que é de nobilitante arquitectura e nasceu em 1872.

Em Portugal, muito pontualmente, Gouveia (1993) dedicou atenção, entre outra matéria, a Museus instalados em nobilitantes edifícios, de que é exemplo a instalação do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, no Mosteiro dos Frades Jerónimos, em Belém - após a extinção do Museu Comercial, em 1893 -, onde Manuel Heleno, na década de 1950 pretendia que fosse instalado um Museu Imperial. E tal faria sentido em termos de representação simbólica, dado que o edifício manuelino lhe daria, só por si, uma evidente configuração simbólica.

Cardeal, dadas as mudanças impostas pela Revolução Francesa. Hoje é a sede do Museu de Roma (Montanaro & Fasolo, 2012).

[158] Os Museus do Vaticano, que visitámos em 2013, praticam amplamente uma museologia dita de erosão. Sucedem-se, sem pausa, as filas cerradas de visitantes. Quando se atravessam as salas com elaborados pavimentos torna-se impossível a compreensão dos materiais em presença. Vimos, no entanto, técnicos de conservação e restauro em execução de obra, sinal de que os Museus dão trabalho e têm dinheiro para o pagar.

Ainda, pode ocorrer que verbas oriundas destes Museus se destinem a obras sociais.

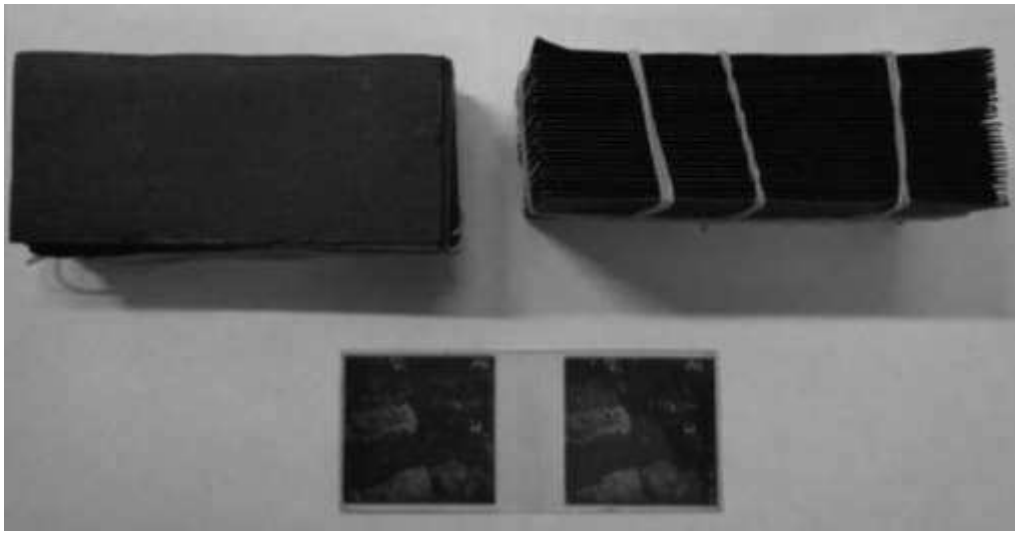
[159] Este Museu é claramente um Museu Edifício, com as suas três componentes, como sejam o edifício/colecções/públicos (Rodrigo, 1992) e dessas visitas que fizemos, relevamos, entre outros, a importância dada à Associação dos Amigos dos Museus; a omnipresente preocupação em disponibilizar informação específica relativamente a surdos, amblíopes e invisuais, e menos suficientes, no que respeita a mobilidade, como que sugerindo que o Museu dever ser igualmente um lugar para todos.

Chapas de vidro e Móvel adquiridos ao Capitão da Força Aérea Portuguesa, Virgílio de Sousa, acompanhada pela solidária oferta da biografia do primeiro proprietário, Ernesto Augusto Gomes de Sousa (**Apêndices 3 e 4**).

APÊNDICE 3

"**Chapas de Vidro". Col. Part.**

Fotografias em suporte vítreo para exibir em aparelho próprio, estereoscópio móvel (**APÊNDICE 3**). Apresentam-se protegidas por um papel de cor negra, denso, livre de ácido para proteger a imagem ali constante. A imagem plasmada na chapa fotografada está em suporte de papel digitalizada e identificada com o número LXI, no Capítulo X.



Os negativos em vidro sê-lo-iam já realizados com colódio húmido, em 1851, processo apresentado pelo inglês Frederich Scoth Archer – que não exigiu direito de utilização, pelo que

passou a ser muito utilizado.

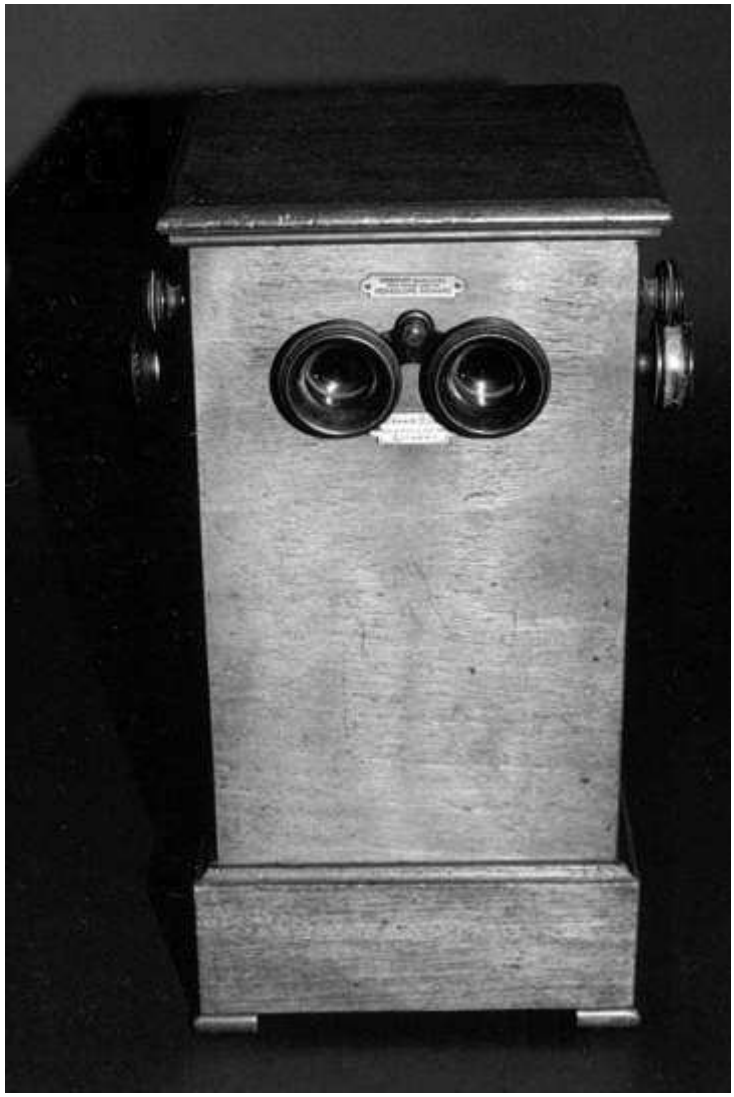
O colódio húmido substitui a albumina e é um líquido viscoso, que depois de seco forma sobre o vidro uma película transparente e permeável. É um ligante dos sais de prata.

A referida chapa de vidro, coberta com este preparado, sensibilizado pelo brometo de prata, e exposta à luz numa câmara escura, recebe a impressão dos objectos exteriores, sob a forma de uma imagem invertida, que numa operação química faz aparecer o preto. Nesta imagem negativa, matriz ou cliché, as partes muito iluminadas do objecto traduzem-se por pretos intensos, e as partes obscuras por brancos claros. A partir deste momento basta aplicar sobre essa matriz um papel igualmente sensibilizado e expor o conjunto à luz para que esta, desigualmente coada pelo cliché, reproduza no papel a imagem directa ou positiva do objecto.

APÊNDICE 4

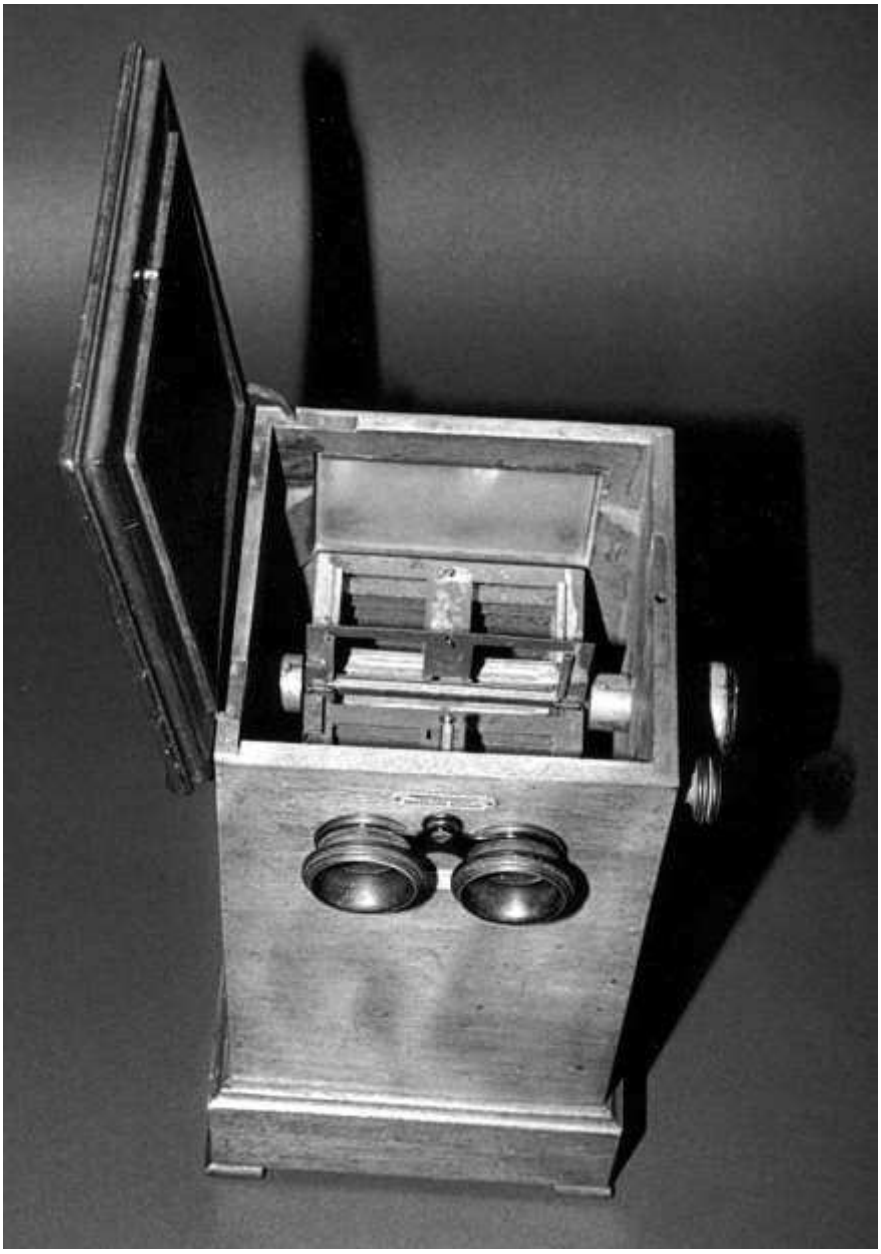
A. Fotografia do Estereoscópio – Móvel. Col. Part.

O Móvel apresenta corpo quadrangular de madeira, possivelmente de mogno, sobre base mais alargada. Exibe duas placas de identificação, junto das duas lentes, que são movíveis por dois manípulos laterais. Tem ainda, dois outros manípulos laterais, que servem para acionar a sucessão das "chapas de vidro" (como for desejado), colocadas na estrutura metálica, que é móvel e bem visível em Apêndice 4B e 4C. O corpo do Móvel, de fina marcenaria, assenta sobre quatro delicadas bases.



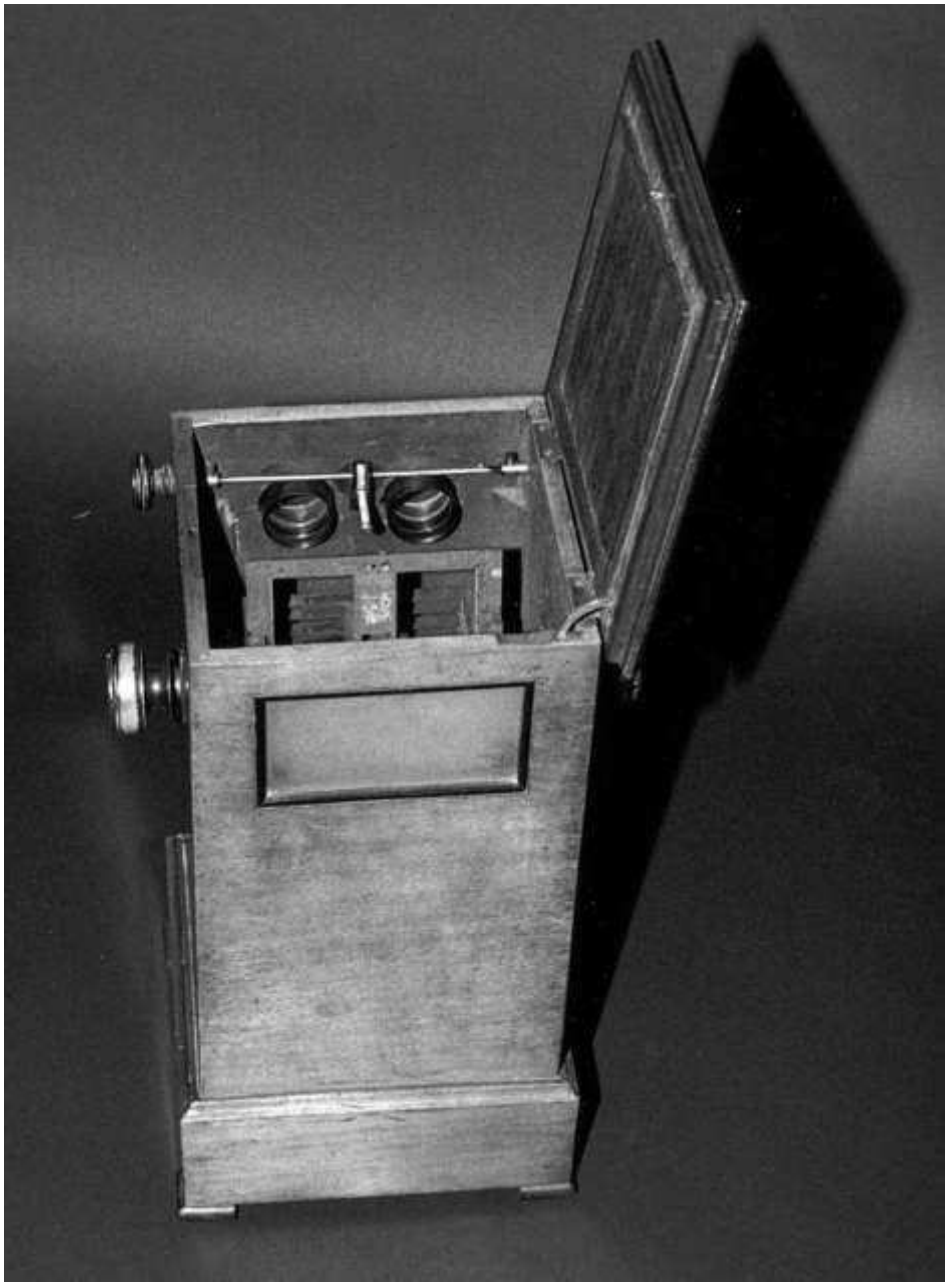
B. Fotografia do Estereoscópio – Móvel. Col. Part.

Vista de topo com o sistema de rotação dos suportes metálicos das chapas de vidro e janela rectangular vítrea para iluminação do interior; manípulo para ajuste das oculares - visível apenas o do lado direito; um outro, para rotação das chapas de vidro - também apenas visível o do lado direito; e oculares, no exterior.



C. Fotografia do Estereoscópio – Móvel. Col. Part.

Vista do móvel, de topo aberto para o lado direito, vendo-se as lentes oculares e os suportes metálicos das chapas de vidro na parte interna.



APÊNDICE 5

Príncipe Real sob Pálio

Fotocópia de postal. Número 28. Legenda: "Loanda. Visita de S. A. o Príncipe Real: cortejo a caminho da Sé". Col. João Loureiro. C. 1907.

Representa o Príncipe Real sob o Pálio, que sugere ser de 6 varas; religiosos, militares e público, arquitectura do efémero e panaria comemorativa em fachada.

O Príncipe Real é a figura central. Para além de civis e religiosos, à esquerda são visíveis militares de Cavalaria – Arma esta que depois fará a escolta de honra ao Príncipe na Cidade.

Junto do Príncipe, uniformizado, sugere estar o Ministro de Marinha, e será que o Presidente da Cerimónia é Monsenhor Alves da Cunha, flaviense, que entre muitas outras funções, foi Deão da Sé de Luanda, em 1906, e vice-Reitor do então inaugurado Seminário Liceu – em 1907? Será este referido Sacerdote que, politicamente perseguido, embarcou compulsivamente para a então Metrópole, em 1941?

APÊNDICE 6

Loanda. Visita de S. A. o Príncipe Real

Fotocópia de Postal. Número: 29. Legenda: "Loanda. Visita de S. A. o Príncipe Real; Exposição de produtos coloniais no Observatório de Loanda". Col. João Loureiro. 1907.

São bem visíveis os contentores vítreos de produtos, em primeiro plano, que sugerem apresentar dois rótulos, indício forte que este acervo estava organizado e era objecto de estudo, logo seguidos de evidentes amostras de madeira, sendo que mais além, junto da persiana da porta, ganha vulto uma máscara. Face à máscara, do lado oposto, junto à balaustrada, vemos claramente uma consola romântica, com possível tampo marmóreo, servindo como móvel expositor. O armamento neurobalístico apresentado em suportes parietais é uma constante. Vemos, também, entre outros, animais total ou parcialmente taxidermizados, uma rede de pesca, exemplares de botânica e uma possível mesa de tesoura que poderá ser uma mesa de trabalho, com cobertura orlada de galões.

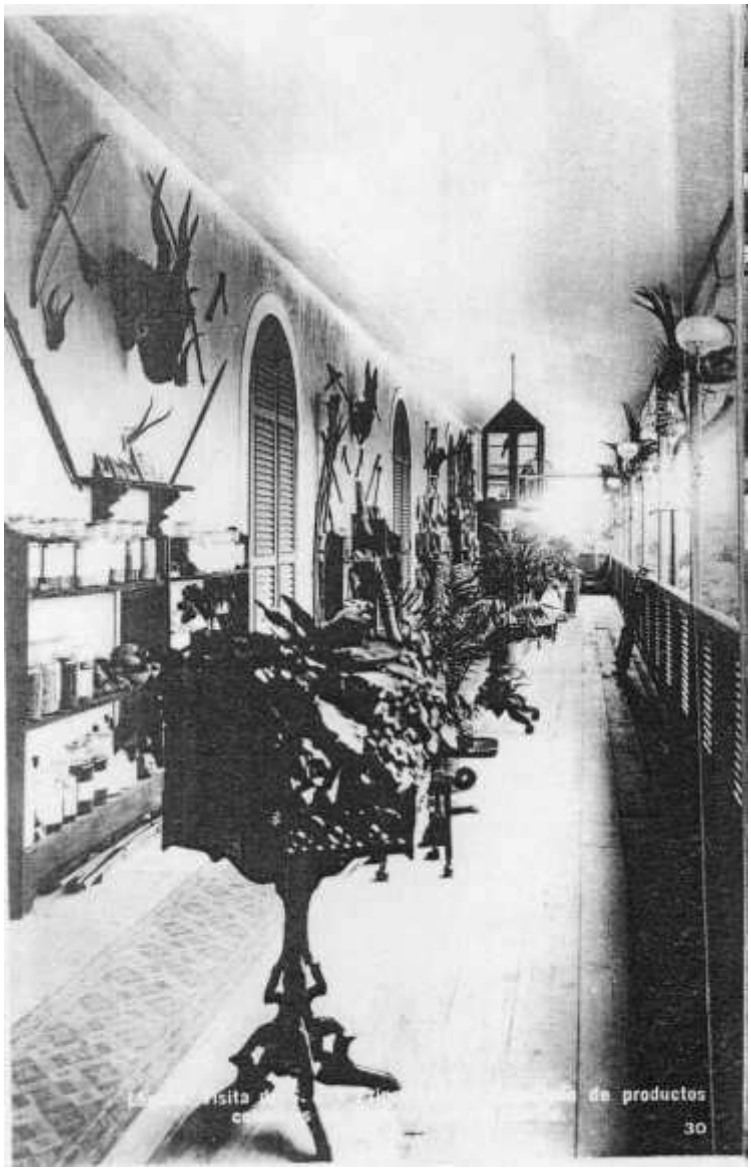
APÊNDICE 7

Loanda. Visita de S. A. o Príncipe Real

Fotocópia de Postal. Número: 30. Legenda: "Loanda. Visita de S. A. o Príncipe Real; Exposição de produtos coloniais no Observatório de Loanda". Col. João Loureiro. 1907.

Repetem-se os muitos contentores vítreos, assistidos de bem evidentes rótulos. Mantém-se a exposição parietal de armas neurobalísticas africanas. Ao fundo, temos exemplares de ornitologia, em aviários; são também existentes exemplares de botânica.

A passadeira, de motivos geométricos, que corre ao longo da varanda poderia ter uma dupla função: higiénica e abafadora do som do bater do calçado.



APÊNDICE 8

Loanda. Visita de S. A. o Príncipe Real

Fotocópia de Postal. Número: 31. Legenda: "Loanda. Visita de S. A. o Príncipe Real; em Sassa-Lema, a meio caminho da Fazenda «Tentativa»". Col. João Loureiro. 1907.

O Príncipe Real, em primeiro plano, exibe espingarda de dois canos ao ombro esquerdo e aberta, como mandam as normas de segurança. Sugere que estamos perante preparativos para uma caçada. Entre outros, Aires d'Ornelas acompanha o Príncipe.

APÊNDICE 9

Loanda. Visita de S. A. o Príncipe Real

Fotocópia de Postal. Número: 32 (?). Legenda: "Loanda. Visita de S. A. o Príncipe Real; em Sassa-Lema, a meio caminho da Fazenda «Tentativa»". Col. João Loureiro. 1907.

Vêem-se cerca de seis hipomóveis de duas e quatro rodas, certamente necessários na deslocação da visita. Em primeiro plano, um embondeiro.

APÊNDICE 10

Loanda. Visita de S. A. o Príncipe Real

Fotocópia de Postal. Número: 33. Legenda: "Luanda. Visita de S. A. o Príncipe Real; fotografia tirada na Fazenda «Tentativa» (Alto Dande)". Col. João Loureiro. 1907.

É uma fotografia de pose. O Príncipe Real sugere apoiar-se em cadeira, que é de estilo. Flecte a perna esquerda e sugere fumar cigarrilha.

APÊNDICE 11

Postal de Loanda

Fotocópia de Postal de Loanda, representando o edifício do Depósito da Divisão Naval e a possível sede da Capitania dos Portos de Angola, junto à Baía. Edição ADOX, primeira década do século XX. Col. F. Batalha.

Representa à esquerda, seguramente, o edifício do Depósito da Divisão Naval - conforme legenda inscrita na fachada -, que estava sob a tutela do Capitão dos Portos de Angola. À sua direita, temos um edifício de dois pisos, telhado de quatro águas, várias aberturas - janelas e portas - viradas para a Baía e para a cidade, e um pau de bandeira, com bandeira hasteada - sugere que este edifício era a sede da Capitania dos Portos de Angola.

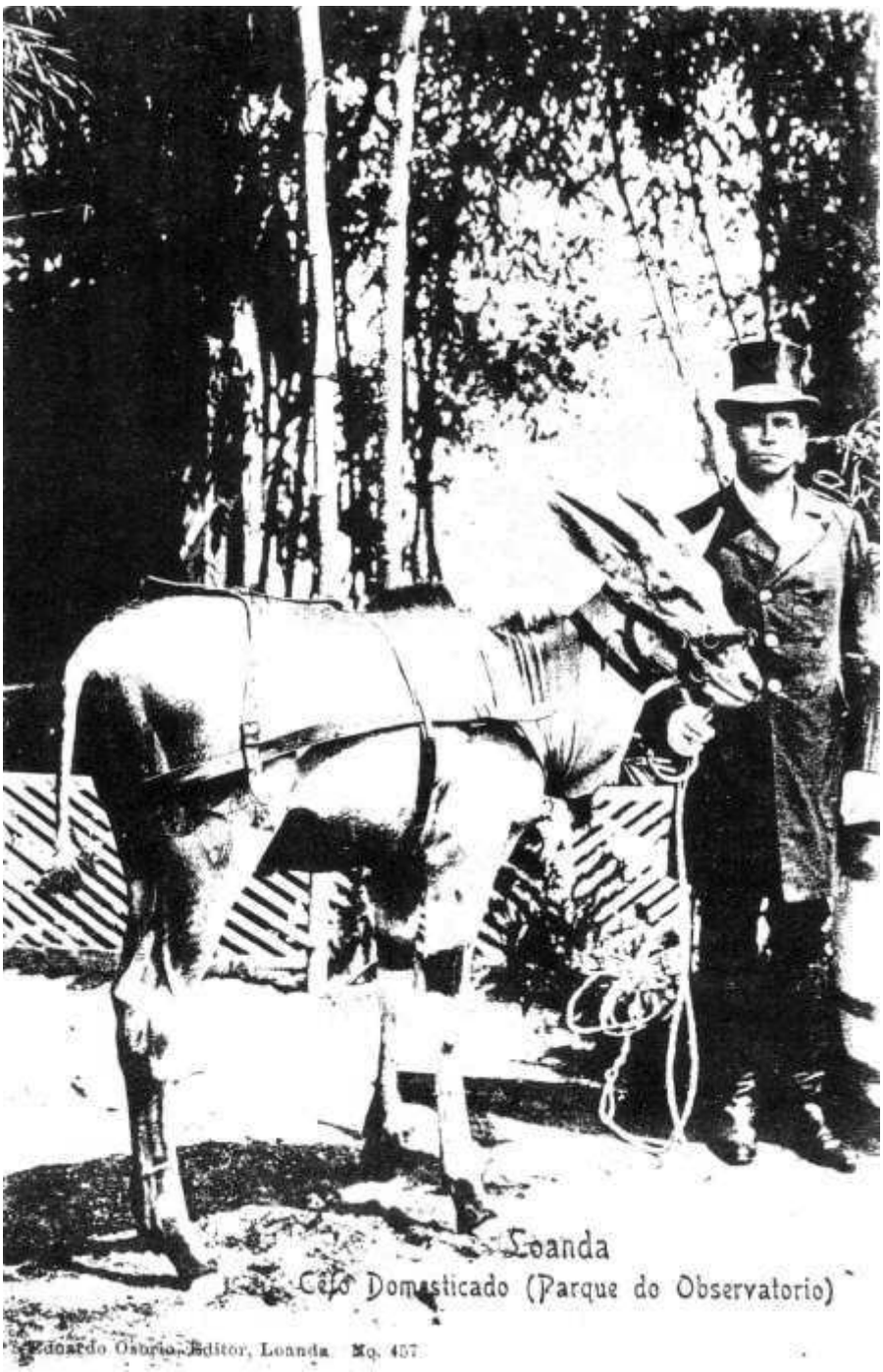
Neste local, estava a manutenção dos navios, guarnição de Marinha, armazéns, oficinas, administração, balizamento, escaleres e Centro da Actividade Marítima de Angola. É um dos mais importantes fundeadouros da Baía e o cais da Capitania era o cais nobilitante, conforme Fernando Batalha (entrevista a 22/3/2002).

Estes referidos edifícios tiveram uma particular importância, para além das funções a que serviam no quotidiano, nas festividades ocorridas em Angola, aquando da Viagem Imperial do Príncipe Real D. Luís Filipe, conforme relatado por Ayres d' Ornelas (Ornelas, 1928) e presente em Capítulo VII, deste estudo.

APÊNDICE 12

Postal de Homem e Cêfo

Fotocópia de Postal, representando Homem e Cêfo domesticado e arreado, no Zoo do Parque do Observatório. Edição de Eduardo Osório, Loanda, nº 457. 1907. Col. Arquivo Histórico Ultramarino.



Colecção de seis fotocópias de fotografias alusivas a S. A. O Príncipe Real D. Luís Filipe, e aos seus aposentos no Palácio de Luanda, aquando da sua Viagem Imperial, em 1907. Colecção de reprodução de fotografias de originais existentes no Arquivo Histórico de Angola, em Luanda: Arquivo Particular de Fernando Batalha (**Apêndices**).

APÊNDICE 13

O Príncipe Real D. Luís Filipe em uniforme do Real Colégio Militar

APÊNDICE 14

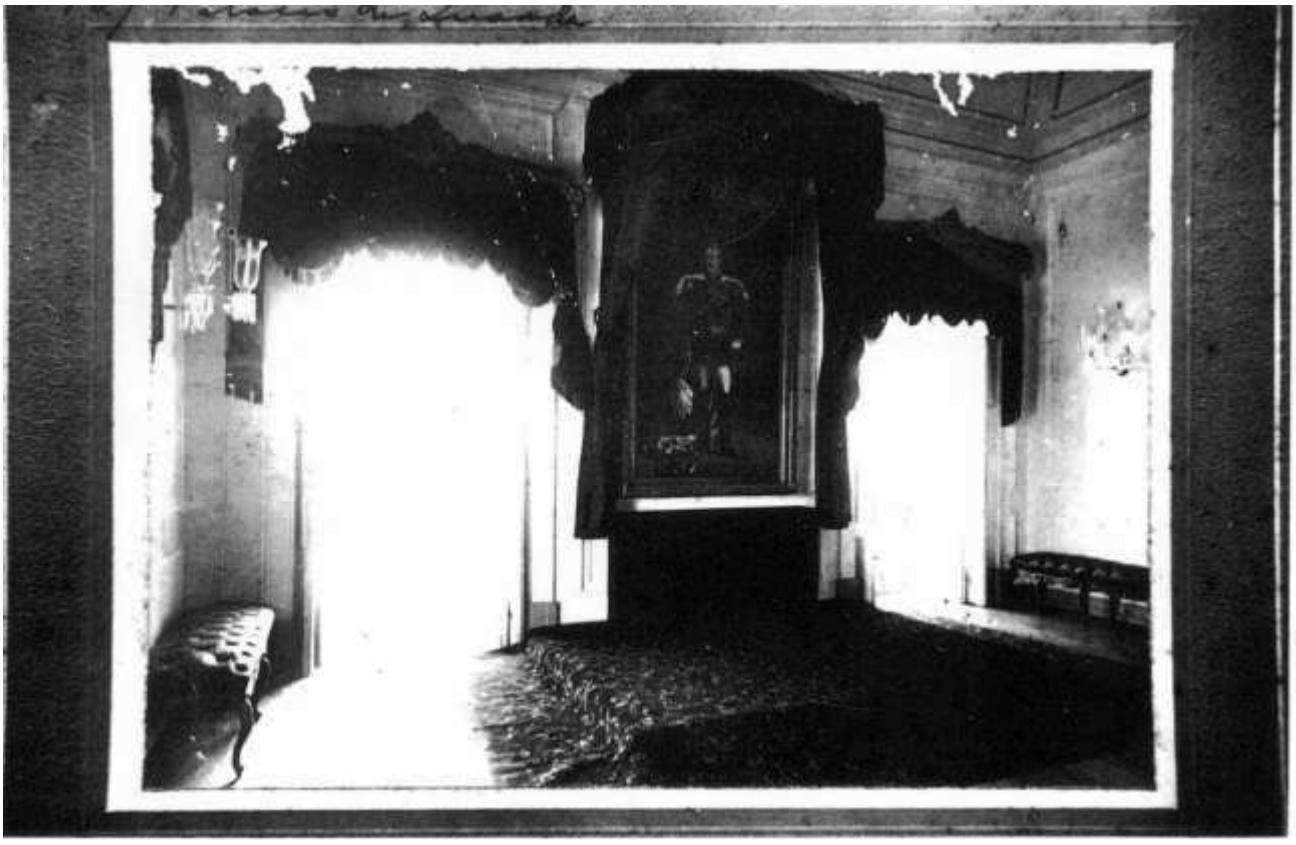
Sala do Trono no Palácio de Luanda, com Retrato do Rei, sob dossel ou baldaquino

Bem visíveis, estão o estrado alteado, atapetado, e as banquetas corridas laterais que têm estofo capitonê, réplicas do modelo Luís XV, conforme João Andrade (entrevista a 11/06/2003), a quem continuaremos a seguir relativamente ao mobiliário e decoração presentes nas fotocópias desta colecção.

As iluminações de apliques parietais, provavelmente de cristal, são semelhantes às que existem no Palácio da Ajuda e são, possivelmente, de finais do século XIX.

O tecto é dito de "caixotão" e é de madeira. As sanefas laterais ao Retrato do Rei dão distintividade à Sala.

O Retrato do Rei, aqui, diz-nos que, embora ausente, o Rei está simbolicamente presente.



APÊNDICE 15

Quarto do Príncipe

A legenda superior diz: "1907 – Visita do Príncipe Real a Luanda". A legenda inferior diz "Quarto do Principe"

Ganha dominância a cama - que dispõe de rede mosquiteira e é dos finais do século XIX) e a mesa-de-cabeceira; um cadeirão de braços; um cabide; um móvel com tampo de mármore, possivelmente de forma circular e com provável função de higiene, conforme João Andrade (entrevista a 11/06/2003).

O pavimento é de mosaico, o que permite boa adaptação ao calor, policromo de motivos geométricos; as paredes, eventualmente forradas, apresentam motivos vegetais e, possivelmente, florísticos. O tecto é de tábua sobreposta, dita de "saia e camisa", e suspende uma rede mosquiteira e um candeeiro (João Andrade, entrevista a 11/06/2003).

A legenda impressa na porção inferior da moldura da fotocópia, diz o seguinte:

"J. M. SERRÃO DA VE…(?)
PHOTOGRAPHO AMADOR"

APÊNDICE 16

Sala do Príncipe

É, possivelmente, uma Sala de Recepção.

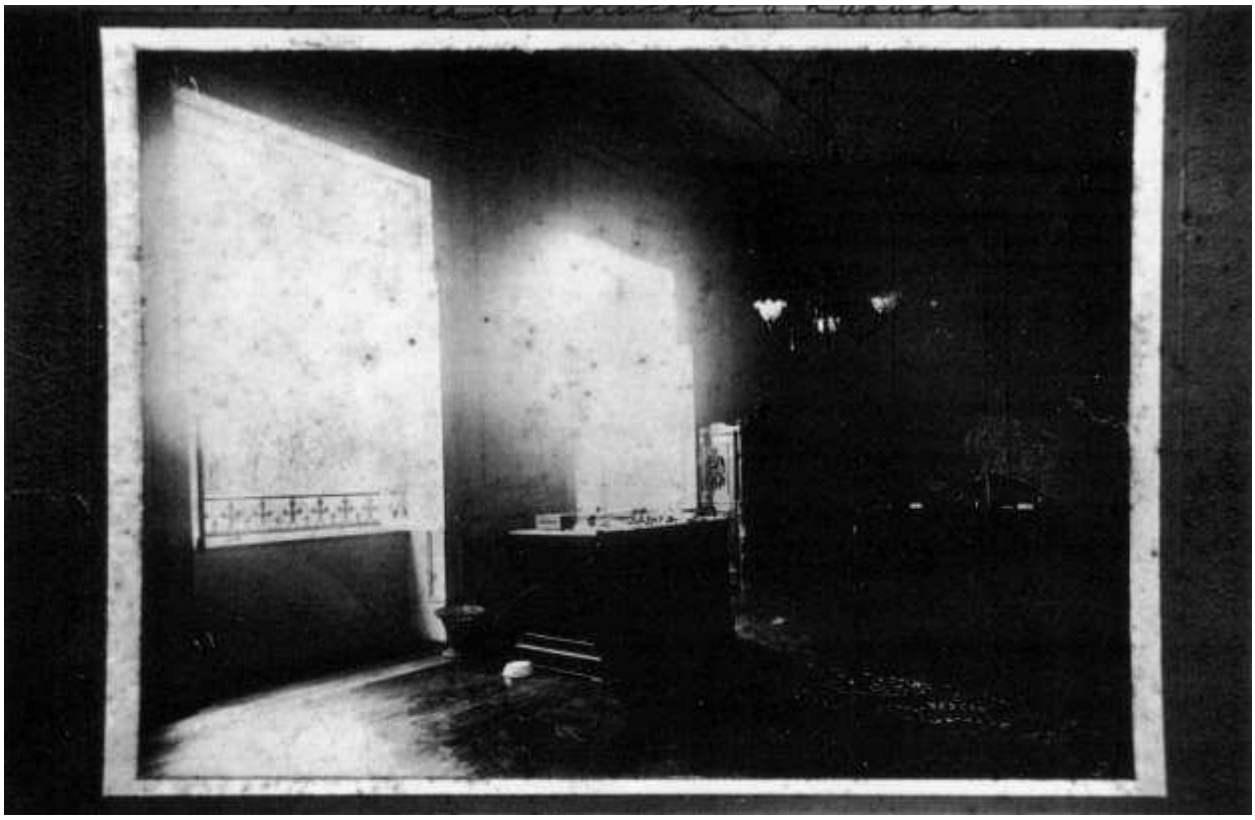
Quanto ao mobiliário, tem um canapé *capitonê*, mesa de apoio com tampo de mármore e, ainda, bem visíveis, três cadeiras, tudo de finais do século XIX. Apresenta duas colunas, de base quadrada, possivelmente douradas, com um par de jarrões orientais. Vê-se, ainda, uma banqueta central de apoio, também do século XIX. Ainda é visível um móvel de apoio semelhante às colunas. Exibe um candeeiro de tecto, possivelmente a gás. Tem pavimento de madeira com tapete oriental. O tecto é de madeira, dito de "saia e camisa", e as paredes apresentam trabalhos de estuque e são pintadas. Quanto às portas, são almofadadas e as guarnições são de madeira (João Andrade, entrevista a 11/06/2003).

APÊNDICE 17

Gabinete de Trabalho

É um possível Gabinete de Trabalho dos Ajudantes do Príncipe Real.

Apresenta duas secretárias de trabalho de finais do século XIX, um biombo, um candeeiro de tecto, provavelmente a gás, cesto de papéis, escarrador e, ainda, sobre o soalho, duas peles de mamíferos de pequenos porte, com malhas, o que dá um toque de nobilitância à Sala de Trabalho. Vê-se, ainda, a parte superior de uma cadeira que pode ser de estilo vienense, também dito *Thonet*. Atrás da cadeira, vemos um retrato de homem, que sugere vestir uniforme. As janelas ostentam gradeamentos ditos "de peito" (João Andrade, entrevista a 11/06/2003).

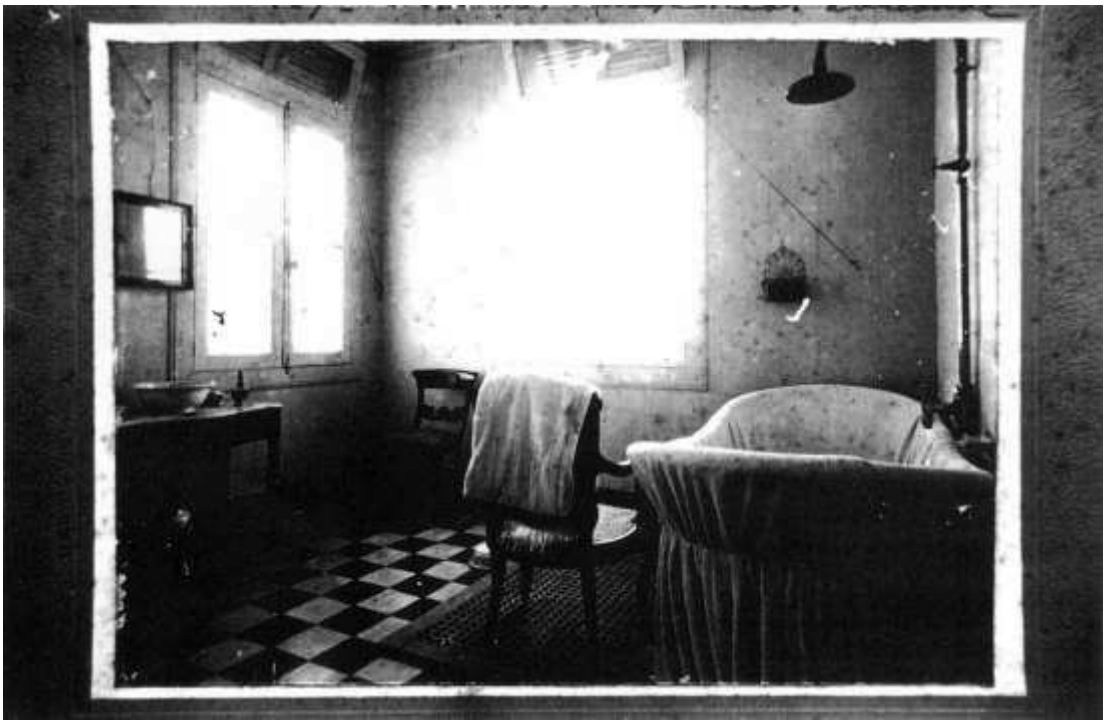


APÊNDICE 18

Casa de banho do Príncipe Real

Apresenta banheira revestida de tecido, provavelmente de linho, para o banho que é feito com água canalizada e duche.

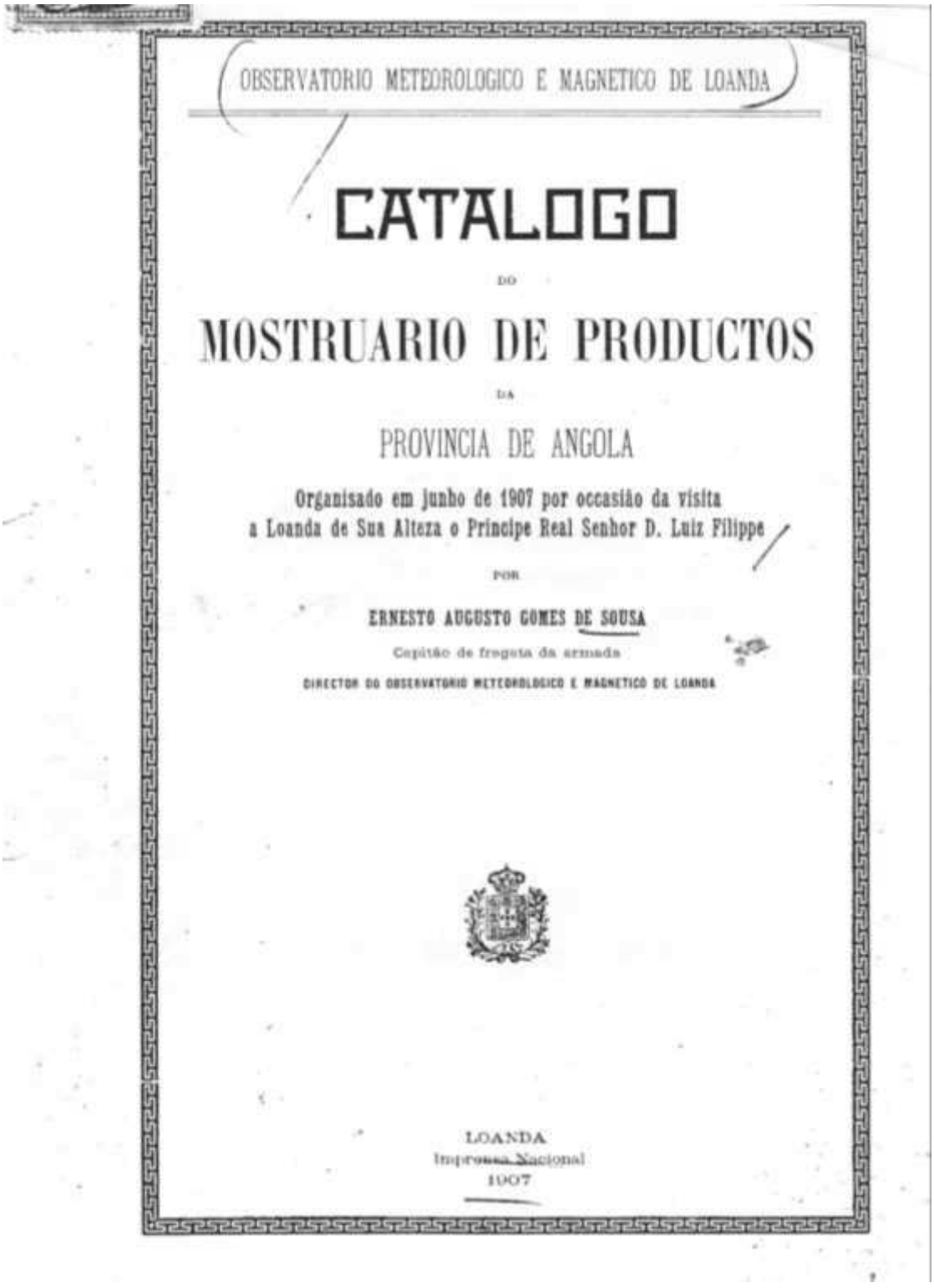
Tem mesa de apoio com bacia de lavagem, saboneteira, tijela e pincel de barba. Tem, ainda, duas cadeiras de apoio, uma delas com toalha de banho, espelho com moldura de madeira sobre a bacia de lavagem e saboneteira de parede junto à banheira. O pavimento é de mosaico, a preto e branco. Dizemos, ainda, continuando a seguir o referido João Andrade, arquitecto, que a cadeira que suporta a toalha é uma cadeira de braços, de finais do século XIX. A outra cadeira é do princípio do século XIX. Junto à banheira temos um tapete rotulado de madeira, que serve como anti-derrapante (João Andrade, entrevista a 11/06/2003).



A nível da arquitectura, é interessante a ventilação pelas bandeiras das janelas. Segundo João Andrade (entrevista a 11/06/2003), este é o mais moderno compartimento do Palácio, de entre os que aqui abordámos, muito possivelmente feito ou remodelado para a visita do Príncipe Real.

APÊNDICE 19

Frontispício do *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola* (Sousa, 1907). Col. Part.



OBSERVATORIO METEOROLOGICO E MAGNETICO DE LOANDA

CATALOGO

DO

MOSTRUARIO DE PRODUCTOS

DA

PROVINCIA DE ANGOLA

Organisado em junho de 1907 por occasião da visita a Loanda de Sua Alteza o Principe Real Senhor D. Luiz Filippe

POR

ERNESTO AUGUSTO GOMES DE SOUSA

Capitão de fragata da armada

DIRECTOR DO OBSERVATORIO METEOROLOGICO E MAGNETICO DE LOANDA

LOANDA
Imprensa Nacional
1907

Mostruario de productos da provincia

Estampa n.º 18 — Indigena ambuella batendo a manta da borracha

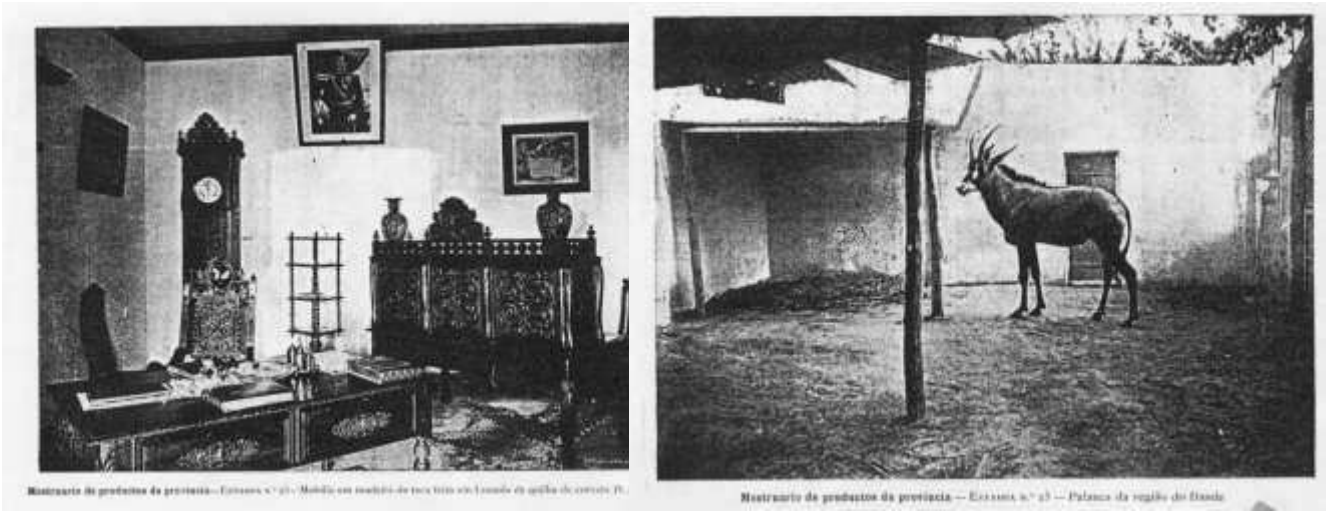
Mostruario de productos da provincia

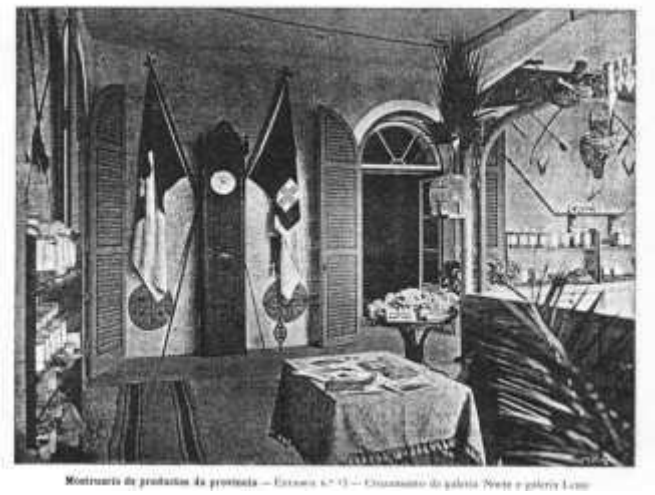
Estampa n.º 19 — Indigena cosinhando a borracha nas margens do rio Cuito

Mostruario de productos da provincia

Estampa n.º 20 — Indigena batendo borracha na região do rio Quembo, Cuanbe

Imagens extraídas do *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola* (Sousa, 1907, pp. 35 e 36), em que se valorizam os produtos recolhidos e transformados pelas populações locais, nomeadamente a borracha.



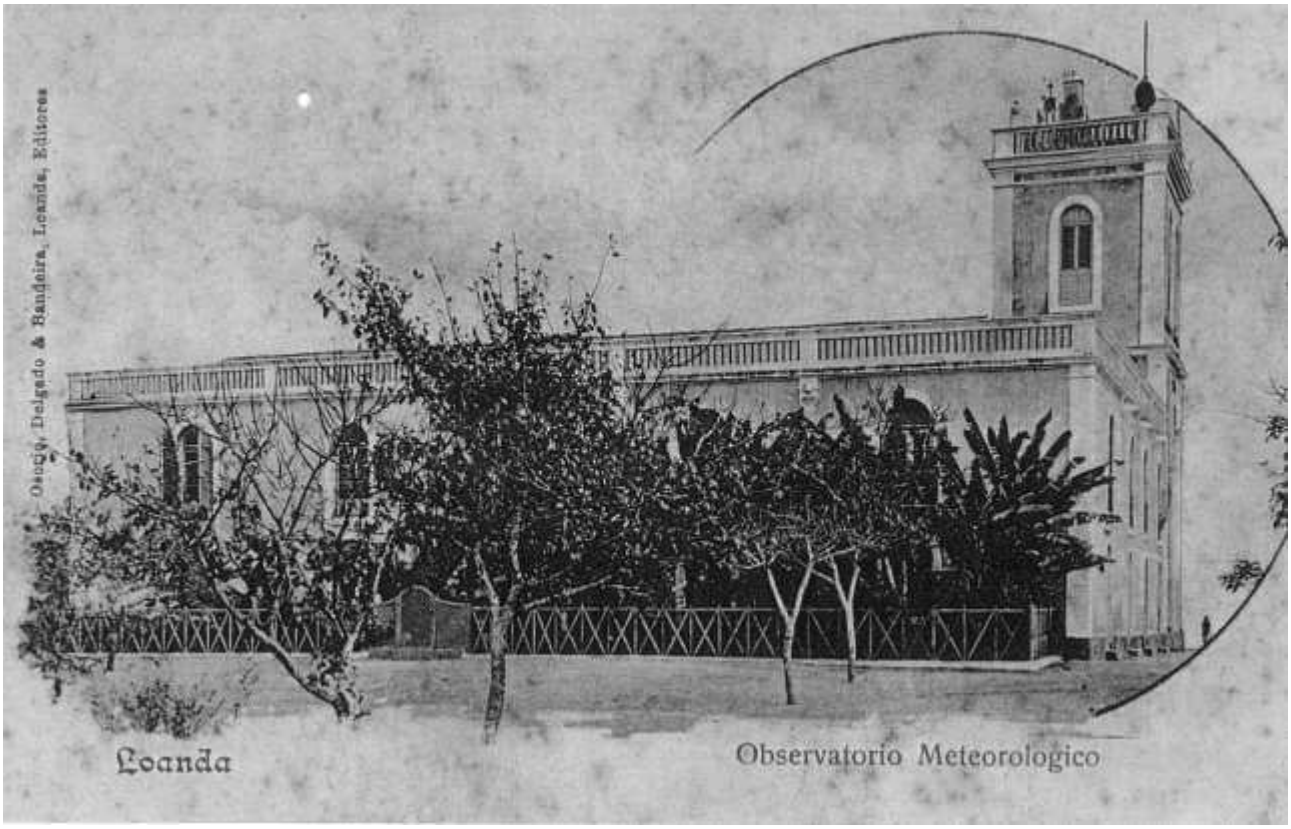


Imagens extraídas do *Catálogo do Mostruário de Produtos da Província de Angola* (Sousa, 1907, pp. 55, 71 e 27, respectivamente da esquerda para a direita e de cima para baixo), em que se mostram imagens do interior do Museu Colonial, das suas varandas e dos anexos, nomeadamente do Zoo (cefo ou elande em cativeiro).

APÊNDICE 20

Fotocópia de postal do OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO E ESPAÇO ENVOLVENTE. Edição Osório, Delgado & Bandeira, Luanda editores. C. primeira década do séc. XX. Col. Fernando Batalha.

Conforme Fernando Batalha (entrevista a 11/03/2002), à volta do Observatório temos ripados em X e uma cancela muito delicada de fasquias. Quanto ao edifício, exibe platibanda e os sistemas das janelas permitiam a ventilação e abrigavam dos raios solares.



APÊNDICE 21

A. Itens Tratados nas Entrevistas realizadas

Acervo documental – Pagela da 1ª Comunhão do Príncipe Real; Boletins Oficiais de Angola e outros;

Arquitetura: Edifício do Observatório Meteorológico e Magnético e dos espaços envolventes – sebes e entradas envolventes, Torre Sineira, Retrato do Rei e Sala do Rei, varandas, Salas interiores, Sala de Música e de Bilhar, Gabinetes de trabalho, Sala de Jantar, janelas e outras entradas de ventilação, abrigos de fauna doméstica e silvestre, bancos de jardim, pérgula; Edifícios oficiais junto da Baía de Luanda; pontão de desembarque na Baía de Luanda;

Botânica – Identificação de vegetação envolvente, no Horto e Zoo do Museu Colonial de Luanda; em pagela da 1ª Comunhão do Príncipe Real; e em varandas do Museu Colonial;

Coleccionadores – Reflexão sobre temáticas diversas, nomeadamente militar, mobiliário e armamento;

Deltiologia – Postais da época envolvendo temática diversa, nomeadamente vistas do Museu Colonial de Luanda, 1907-1910, e do seu Zoo; Visita do Príncipe Real a Angola, vistas panorâmica da Baía de Luanda;

Etnografia – Armas neurobalísticas, instrumentos musicais, *Tchibinda Ilunga* e outras esculturas, artefactuário de pesca, cestaria, cerâmica, procissões religiosas;

História de Arte – Estátua de Pedro Alexandrino da Cunha e de Salvador Correia de Sá e Benevides, artefactuário sacro, património construído;

Imagética – Museu Colonial de Luanda, 1907-1910; Museu de Arte Sacra de Luanda, inaugurado em 1907; Príncipe Real D. Luís Filipe; Visita do Príncipe Real D. Luís Filipe, nomeadamente incluindo o que é respeitante aos aposentos onde ficou alojado durante a permanência em Luanda;

Medalhística – Medalha circular, Prémio na Exposição Universal de Paris, 1900;

Museografia – Elaboração de malas pedagógicas, grande densidade dos materiais expostos e etiquetados;

Museologia – Acervo de fotografia em suporte vítreo de Ernesto Augusto Gomes de Sousa; identificação de espécies zoológicas preparadas - peles, escudetes, animais inteiros e partes de esqueleto, nomeadamente crânios; identificação de espécies botânicas em exposição nas varandas - canas-de-açúcar, palmeiras, xiloteca, frutos e sementes em contentores vítreos;

Notafilia – Nota de 200 francos franceses comemorativa dos 75 anos da morte de August Eiffel, ano 1997;

Numismática – Moeda de 5 francos franceses comemorativa do centenário da construção da Torre Eiffel, ano de 1989;

Património construído – Novas funções e estado de conservação actual do antigo edifício do Museu Colonial;

Zoologia – Identificação das espécies de animais vivos no zoo do Museu Colonial de Luanda.

B. Lista dos informantes entrevistados e temática abordada:

Fernando Batalha[**], Arquitecto - arquitectura e museologia

João Andrade, Arquitecto - arquitectura de interiores

José Redinha[**], Antropólogo - etnografia e museologia

Aquino de Noronha, docente de temática indiana - etnografia

Samuel Aço, Antropólogo - museologia

Miguel Pessoa[**], Museólogo e Arqueólogo - museologia

José Reis, Padre - história de arte

João Crawford Cabral[**], Biólogo - zoologia e museologia

Jaime Travassos Dias[**], Médico Veterinário - zoologia e museologia

Luís F. Mendes, Biólogo - zoologia

Fernanda Rosa, Médica Veterinária - zoologia

Cláudio Manuel Bugalho Semedo[**], Agrónomo - botânica

Cristina Duarte, Bióloga - botânica

José Flores**, Jardineiro-Chefe - botânica e museografia

Isabel Silva, Antiquária - medalhística

Virgílio de Souza, Antiquário - mobiliário antigo e outro acervo de Gomes de Sousa

António de Souza, Antiquário - mobiliário antigo e outro acervo de Gomes de Sousa

J. A. Faria e Silva, Antiquário - traje e insígnias militares

João Loureiro, Historiador - deltiologia

Carlos Lopes Cardoso, Antropólogo - acervo documental

Luís Filipe Neves e Cadima Ribeiro - acervo documental

Ana Filipa Carvalho, Musicóloga - património construído

APÊNDICE 22

1. Nossa actividade museológica, no âmbito do IICT

No âmbito das nossas funções profissionais foi-nos cometido o estudo do remanescente das colecções do extinto Museu Agrícola do Ultramar, do IICT, encaixotado em 1993, e que foi sobretudo um Museu de Produtos – um tardo-Museu Imperial. Este nosso trabalho de co-autoria, ciclostilado, afigura-se-nos como um pertinente motivo de reflexão, dado estarmos perante aquele que pensamos ser o último Museu, acentuadamente de Produtos, existente em Portugal (Rodrigo & Costa, 2005a).

Subdivide-se este trabalho em "Introdução; Metodologia usada na elaboração do tentame de Cadastro (Verificação do local e condições em que se encontra a colecção; Identificação dos caixotes que contêm as peças relativas à colecção etnográfica; Abertura de cada caixote e identificação individual de todas as peças; Registo de imagens; Pesquisa e constituição de um corpo documental; Diagnóstico do estado de conservação da colecção; compilação dos dados e tentame de cadastro da colecção; Categorias provisórias); Breve reflexão em jeito de conclusão; Anexos".

Ainda, no contexto do referido desencaixotamento e com a citada participação, de co-autoria, realizámos também o estudo dos testos ou tampas de panela de Cabinda, de grande carga simbólica, existentes no acervo daquela colecção (Rodrigo & Costa, 2005b).

Estamos perante uma Museologia que podemos denominar utilitária e também utilitarista, relativamente ao Outro e às riquezas do Outro, colocadas à disposição de "quem pode e manda", para apropriação.

Infelizmente não nos foi dado encontrar os ficheiros deste Museu. Se existem, onde se encontram? Terão sido destruídos intencionalmente ou pelo tempo e pelos elementos? Caso tenham sido destruídos intencionalmente, tal significa, como dito, uma acção de *damnatio memoria* e tal, em significativa parte, limita o estudo desta experiência museológica.

O desencaixotamento e nosso posterior estudo dos acervos aqui referidos, como dito, trouxe-nos muitos materiais naturais e outros culturais, estes sem pátina de uso, fruto, muito possivelmente, de encomendas.

No entanto, cremos nós, este Museu, extinto em 1993, merece quanto a nós, no contexto desta tese, uma abordagem mais alargada, o que faremos, adiante, em subalínea 1.1.

No que respeita à celebração dos 75 anos do Arquivo Histórico Ultramarino – Arquivo este então na tutela do IICT -, ocorrida, em 2006, no próprio edifício deste A.H.U., também dito Palácio da Ega, foi-nos cometida a realização duma Exposição Temporária (Rodrigo, 2006), que realizámos e que reflectiremos adiante em subalínea 1.2.

1.1. Museu Agrícola do Ultramar. *Desencaixotamento e Tentame de Cadastro do Remanescente da Colecção Etnográfica do M.A.U.*

O supra-referido Museu foi tratado, entre outros, em obras dactilografadas e policopiadas, existentes na Bilioteca do Jardim Botânico Tropical, por Cláudio Manuel Bugalho Semedo (1982), Director do Jardim e Museu Agrícola do Ultramar; por Rogério Dias Pereira (1993 e 1994), Regente Agrícola, depois Engenheiro Técnico-Agrário, longos anos colocado no Museu Agrícola do Ultramar.

Importará referir também, relativamente ao citado Museu, a obra sob título *Guia do Museu Agrícola do Ultramar*, sem referência de autor, publicada ao tempo do Director José Diogo Sampaio d'Orey (Anónimo, 1961). Esta obra, em que muito possivelmente se dispôs de mais recursos financeiros, ao contrário das anteriores, atrás referidas, apresenta texto acompanhado de elucidativa imagem. E mostra-nos bem como, em grande parte, estamos perante um Museu de Produtos, onde não é clara, quanto a nós, a separação entre natureza e cultura, como decorre desde logo, na p. 7, do citado *Guia*, quando refere no 1º Piso, a Sala 1 dedicada a "Arte Indígena – Tipos humanos"; a Sala 2 dedicada a "Fauna. Caça, pesca e respectivos aparelhos"; a Sala 3 dedicada a "Artefactos – Objectos de adorno e de feitiçaria – Armas gentílicas – Instrumentos musicais"; a Sala 4 dedicada a "Cereais – Amidos – Forraginosas"; a Sala 5 dedicada a "Utensílios domésticos – Alfaias agrícolas"; a Sala 6 dedicada a "Frutos – Legumes" e, depois, grosso modo, as Salas 7, 8, 9, 10, 11 e 12 dedicadas a "Frutos, Legumes, Oleaginosas e óleos vegetais, Plantas medicinais, Condimentos, Tabacos, Climas, Solos, Minerais, Borrachas, Resinas, Ceras, Madeiras, Café, Cacau, Chá, Açucar, Fibras vegetais[160] e animais", sendo que tudo isto era enquadrado pelo busto do Infante D. Henrique - ainda existente em reserva, embora desmerecido, no JBT - e pelos mapas das "províncias portuguesas", colocados no Átrio do Palácio da Calheta, em cujo Palácio estava implantado o Museu Agrícola do Ultramar.

Em termos da história deste Museu, conforme obra citada de Pereira (1993), dizemos que, em 1914, o edifício do Palácio da Calheta foi destinado a Museu-Agrícola Colonial e é neste ano que é lavrado o auto-definitivo da entrega dos terrenos e do edifício destinados ao Jardim e ao Museu; em 1916, tem início a instalação do Museu no "Palácio do Pátio das Vacas", também dito "Palácio dos Condes da Calheta"; em 1919, entre outros, é criado o lugar de "Conservador do Museu"; em 1920, o Museu recebeu Regulamento, pelo Decreto 7.192; em 1922, são recebidos produtos agrícolas; em 1929, o Museu é inaugurado oficialmente pelo Presidente da República; em 1930, o Museu participa na Feira de Antuérpia, Holanda; em 1931, participa na Exposição Colonial

[160]Ver **Anexo 15**.

de Paris - cujo edifício visitámos na segunda metade da década de 1970 e onde cremos ter visto, ainda, uma museologia francocêntrica, relativamente a antigas colónias francesas; em 1934, o Museu participa na Exposição Colonial do Porto; em 1934, participa na Exposição Internacional de Arte Colonial de Nápoles; na década de 30, o herbário vem aumentando significativamente; em 1961, é publicado o Guia do Museu e são enviados pelo Museu 92 mostruários de produtos agrícolas ultramarinos para fins didácticos - aliás, a prática do envio de mostruários continuou pelo menos até 1974; em 1965, é feita a inventariação dos objectos puramente etnográficos do Museu, para que passem ao património do Museu Etnológico do Ultramar; em 1969, o Museu regista 15.000 visitantes; em 1973, é realizado o 1º Curso de Guias do Museu e são enviados para o estrangeiro alguns mostruários de produtos agrícolas; em 1974, são publicados folhetos com a distribuição das Salas do Museu com a indicação do percurso a seguir nas visitas; em 1975, a xiloteca[161] volta a ser uma secção do Museu, donde tinha sido separada, em 1959; em 1986, foi completado o *Índice Geral da Xiloteca*, que inclui as origens das amostras, nomenclatura científica e vernácula e sinónimos de 2.670 espécies; em 1992, o Museu cede 2 rinocerontes para a montagem da Exposição *Pegadas na Torre*, realizada na Torre de Belém; em 1993, grande parte do Museu é encaixotado, mantendo-se o herbário e a xiloteca visitáveis a pedido.

Coube-nos, por fim, como dito, enquanto funcionário do IICT, com a participação de Marta Costa, fazer o cadastro do remanescente deste Museu, encaixotado em 1993, o que se nos afigura ser, enquanto reflexão museológica sobre um Museu de Produtos, pertinente no presente estudo de tese.

Este Museu foi entre nós, cremos, o último Museu, acentuadamente de Produtos, e foi-o até cerca de 86 anos após a existência do Museu Colonial, também dito Museu de Produtos, de 1907-1910, em Luanda, ao tempo do Príncipe Real D. Luís Filipe. Este Museu, por ser tão rés-vés ao fim da Monarquia, como que, de algum modo, fechava o Regime; aquele, passado cerca de duas décadas sobre 1974, como que, fechava o Império. Poderia, no entanto, ter sobrevivido e, como tal, poderia ser um lugar privilegiado de reflexão sobre o fim do Império e os novos Estados Independentes de Língua Comum.

[161] A Xiloteca (ver **ANEXO 15**) do extinto Instituto de Investigação Científica Tropical, em exposição no Palácio da Calheta, em Lisboa, tem em vitrine, para além de muitas amostras de madeira, um micrótomo, cuja legenda diz: "Para corte de madeira nas secções transversal, tangencial e radial e obtenção dos referidos cortes histológicos".

1.2 – Arquivo Histórico Ultramarino. Realização de Apontamento Museológico, celebrando o 75º aniversário do A. H. U.

Como dito, coube-nos, em 2006, no âmbito das nossas tarefas profissionais, participar na celebração do 75º aniversário do A.H.U. Fizemo-lo com fundos exíguos de Cofre, realizando a referida Exposição Temporária, com textos de apoio para amblíopes e invisuais, assistida de acompanhamento guiado e, personalizado, no Salão de Honra do Palácio dos Condes da Ega, também dito dos Marechais, na Junqueira (Rodrigo, 2006). Importava estudar e expor a materialidade – medalhística e outros materiais tridimensionais, neste caso relativos ao Poeta Maior de Língua Comum, de colecções particulares e do acervo do próprio AHU – e viajar da materialidade ao simbólico.

Quanto ao catálogo, da referida Exposição temporária, apresenta as seguintes partes: Texto de concepção; Camões em artefactuário músico; Camões em artefactuário cerâmico; Camões em artefactuário metálico e Instalação.

Relativamente à Instalação – efémera, como são as Instalações – realizámo-la, entre outros, com a participação fundamental de Fernando Moncada, sendo que, na Instalação, nesse Salão dito de Honra, ganharam dominância, as caixas de documentação duma antiga Roça de S. Tomé, de lata, postas caixa sobre caixa, como que em jeito de muralhado de um fortim - *Fortim da Língua Comum* -, cuja imagem se anexa e que, ali, defendia essa Língua Comum e, em termos mais alargados, a própria Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Isto é, em termos simbólicos, aquelas caixas, que contêm a documentação da Roça, retratando muito duma relação vertical entre a metrópole e a colónia, agigantavam-se ali, a 9 de Junho de 2006, como uma proposta de relação horizontal, incluindo o que se refere à Língua Comum, dita "também" Portuguesa, que hoje é uma das mais faladas no mundo, ultrapassando, por exemplo, o francês e o alemão.

Terminamos aqui a presente abordagem a acções museológicas de temática africana, realizadas no âmbito das nossas tarefas profissionais no IICT, passíveis de ter utilidade neste estudo, em termos de contexto da temática museológica africana aqui tratada.

Instalação: *Fortim da Língua Comum*. *In* Exposição *De Camões a Camões: guitarra, metais e cerâmica ao tom do Poeta Maior* (Rodrigo, 2006).

1.3 - Visitas Guiadas ao remanescente da Galeria dos Povos do Império, da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português. Jardim Colonial, hoje dito Jardim Botânico Tropical. 2008·2012.

O nosso acompanhamento destas Visitas Guiadas, de temática africana, fez sentido, face aos acervos ali remanescentes, como reflectimos adiante, pois estamos perante parcelas de "Zoos Humanos" em Exposição pública, que neste caso, lança raízes nos retratados da Exposição Colonial do Porto, de 1934, em retrato a carvão.

É assim porque, entre outros fragmentos de cultura, provenientes da Secção Colonial da Exposição dos Anos 40, releva a existência de vários bustos, retratando homens e mulheres da África continental e insular, então colónias portuguesas, hoje Novos Estados Independentes de

Língua Comum - também existem bustos, cuja carga somática e indumentária nos remetem para Macau[162], Timor[163], Goa, Damão e Diu.

Estes bustos integraram a Galeria dos Povos do Império e após a desmontagem da Exposição foram guardados em depósito. Bastante mais tarde, em 1972, segundo instruções superiores de Bugalho Semedo, então Director do Jardim, os bustos foram colocados sobre colunas - construídas para o efeito -, aqui e ali, ao longo do Jardim, como nos diz José Flores (entrevista a 12/05/2003), Jardineiro-Chefe há longos anos. Todos estes bustos, feitos de cimento armado e pintados de preto fosco, estão assinados pelo escultor M. Oliveira, ou seja Manuel Oliveira, e todos eles estão datados de 1939 ou 1940. São retratos tirados de desenhos feitos ao tempo da Exposição Colonial do Porto, de 1934. E, por vezes, conforme legenda, para além do nome do referido escultor e da data ocorre a indicação de pertença ao grupo, como seja *Felupe*, *Mandinga* e *Papel*, na agora denominada Guiné-Bissau; *Makonde*, em Moçambique, com seu característico botoque, batoque ou *intchachi*, no lábio superior. Vemos também na base de um dos bustos a referência a Cabo Verde. Trata-se, aqui, de um retrato de mulher, cuja indumentária sugere fortes contactos de cultura com Portugal, e vemos outros retratos de outras mulheres de quem também, possivelmente, nunca saberemos os nomes, cujos penteados - a ter em atenção, cremos nós, dado que a cabeça, em África, como por vezes dito, é, por excelência, o lugar do exercício da estética - e adereços ou pertenças sugerem remissões para paisagens humanas dos Povos Pastores, no sul de Angola.

Estamos, neste Jardim, perante alguns remanescentes que foram alicerces, em 1940, duma museologia utilitarista, face ao Outro e às riquezas do Outro, extra-europeu, como vimos referindo, num tempo em que tal ainda era prática, por exemplo, em Paris, com a Exposição Colonial de 1931.

Grande parte do acervo da Exposição que foi dada a ver, no então Jardim Colonial, em 1940, em Belém, no âmbito da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, foi destruído pelo descuido dos homens ou pela voragem do tempo - muitos dos ensaios de reconstituição eram feitos de materiais efémeros.

[162] Quanto a Macau, o processo de restituição do Território à China começou com a assinatura conjunta de 13 de Abril de 1987, que considerava a última "colónia" portuguesa como «território chinês sob administração portuguesa», até 20 de Dezembro de 1999. Nesta data, "Macau foi integrado na República Popular da China, sob forma de Região Administrativa Especial, tornando-se a seguir a Hong-Kong, o segundo laboratório político experimental do princípio inventado por Deng Xiao Ping: «um país, dois sistemas»", conforme Labourdette (2003, p. 621).

[163] No respeitante a Timor, "Portugal não deixou de censurar a insensibilidade dos outros membros da Comunidade Europeia em relação ao infeliz destino das populações de Timor-Leste, entregues à ocupação e a toda a espécie de desmandos por parte do exército da Indonésia, e que Portugal foi o único a defender perante a comunidade internacional com admirável empenho. Foi precisa a intervenção de determinados interesses económicos para que a Austrália e os Estados Unidos descobrissem uma vocação humanitária, após terem reconhecido a anexação da antiga colónia portuguesa por parte de uma Indonésia, cuja aliança lhes era indispensável para o equilíbrio político e estratégico da Ásia do Sudeste", conforme Labourdette (2003, p. 620).

Porém, ainda para além, por exemplo, da existência dos referidos fragmentos de cultura, tridimensionais - que sobrevivem e para cuja sobrevivência têm contribuído alguns trabalhos de manutenção, importantes para a conservação da informação ali patente -, existem importantes referências microtoponímicas no Jardim. É disto exemplo a denominada "Ilha", pequena porção de terra rodeada por água, onde em 1940, foram colocados homens e mulheres oriundos do estuário do Rio Geba, mais concretamente do arquipélago dito dos Bijagós, composto por cerca de 50 ilhas e ilhéus, onde, ali, eram "expostos" ao nível de "objecto museológico" - "Zoo Humanos" -, par a par com os ensaios de reconstituição das suas habitações, que são circulares, e outros artefactos. Alguns desses homens e mulheres da então dita Guiné Portuguesa, hoje República da Guiné-Bissau, adoeceram gravemente, em "exposição", dado o clima e a exiguidade do agasalho.

Quando em Visita Guiada, no Jardim, o referido conjunto escultórico, no seu todo, e outro acervo, nomeadamente no âmbito do património imaterial, são pretexto de excelência, para reflexão sobre o ontem colonial e o hoje, que se pretende horizontal e livre de escolhos, numa Comunidade de Países, sendo que a Língua Comum – "também nossa" e a mais falada no Hemisfério Sul - se agiganta neste contexto comunitário.

2 - Nossa actividade museológica, no âmbito do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra

Em 1984, de co-autoria com Maria Rosário Martins, no Museu e Laboratório Antropológico de Coimbra e a convite de Manuel Laranjeira de Areia, realizámos a Exposição sob título *África: instrumentos musicais*, que teve catálogo editado pelo referido Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra (Rodrigo & Martins, 1984).

Fizemo-lo no âmbito dos trabalhos da IIIª Semana de Cultura Africana ali realizada e em jeito de comemoração do lançamento da obra de José Redinha, então recentemente falecido, sobre instrumentos musicais de Angola (Redinha, 1984).

Quanto à referida nossa acção museológica, a Exposição e o catálogo assumiam-se, à semelhança dos já referidos, como uma prática alternativa à museologia tradicional. O catálogo apresenta um texto de concepção; descrição de peças; adenda e enumeração de peças expostas em espaços remissivos, fora do edifício do Museu, distribuídos por estações de correio, bancos, escolas e outros espaços públicos. A Exposição também era dada a conhecer nos *trolleys*, ou seja, nos transportes de Coimbra, através de informação aqui disponibilizada.

Foram feitos contactos com conservatórios, filarmónicas, tunas, orfeons, violeiros, coleccionadores, etc, e referia-se, em catálogo, que a Exposição podia significar a proposta de

fortalecimento duma ponte sólida que una as distâncias entre Povos (Rodrigo & Martins, 1984).

Esta acção museológica teve itinerância em Portugal e integrou relações próximas com o Museu Tavares Proença Júnior, Museu Grão Vasco e Museu Municipal Dr. Santos Rocha; integrou contactos e recebeu a participação de coleccionadores particulares e de Museus, lá de longe, como foram o Museu de História Natural, no Maputo, o Museu Nacional de Antropologia, em Luanda, o Museu Nacional e o Museu Edison Carneiro, no Rio de Janeiro.

Quanto a acessos para menos-suficientes, foram construídas e implementadas rampas, então referidas como preocupação inovadora, ali. E no percurso da visita, era dado a desfrutar o café, sendo que, assim, o gosto e o odor do café ganhavam o estatuto de objectos museológicos e remetiam para o trabalho do escravo e do contratado, em quem, durante longo tempo, assentou a produção do café.

Na linha da concepção e das preocupações patentes na supra-referida Exposição realizada, em Coimbra, gostaríamos de relevar a nossa comunicação apresentada na Universidade de Montreal[164], Québec, a convite de Pierre Mayrand, no âmbito do 13º Congresso Anual da Sociedade Internacional para a Educação Intercultural, a Formação e a Investigação, que decorreu de 15 a 21 de Maio de 1987 e onde, entre outros, esteve presente Hughes de Varine-Bohan.

Isto é, no Québec, passados 3 anos sobre a referida Exposição de Coimbra, e em colaboração com o Museu e Laboratório Antropológico, persistíamos no convencimento de que a museologia de temática africana pode ser um factor de aproximação entre os Povos, nomeadamente entre os Povos de Língua Comum, e assim desejámos continuar.

Por fim, dizemos que mais tarde tivemos oportunidade de reflectir, em pormenor, a nossa referida Exposição (Rodrigo, 1992).

Posto isto, prosseguimos, agora, tomando em atenção a temática africana reflectida, de co-autoria, nos Monumentos Manuelinos de Belém.

3 - Nossa actividade museológica no âmbito do património Monumental Manuelino: Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém

Tivemos, a oportunidade de realizar, aqui, de co-autoria, no Mosteiro dos Jerónimos e na Torre de Belém, várias acções museológicas de temática africana, entre outros, e que ocorreram, sobretudo de 1988 a 1993.

Nesta presente alínea e suas subalíneas, desenvolvemos, num primeiro tempo, as acções

[164] Sob título *Museologie avec le Centre d'Etudes Africaines de Coimbra: un facteur de rapprochement entre les peuples*.

museológicas realizadas no Mosteiro dos Jerónimos e, num segundo tempo, as que tiveram lugar na Torre de Belém, sendo que tanto umas como outras se posicionam numa prática museológica alternativa à museologia tradicional. E é assim, seja pelos temas tratados, ainda então possivelmente incómodos (e não o serão ainda hoje?); seja pelo contexto político em que foram realizadas as Exposições, catálogos, guias, desdobráveis e marcadores; seja pela enorme carga simbólica dos monumentos, o que acarreta um mais evidente risco, pois, cremos nós, neste caso e sempre, expor é "expor-se"; seja pela itinerância de uma das Exposições, nomeadamente a Maputo, itinerância expositiva essa, em 1993/1994, que poderá ter sido algo inovadora a nível museológico, como contribuição para uma nova relação que se pretendia cimentar, qual seja uma relação horizontal entre a ex-Metrópole e o novo Estado Independente, como veremos adiante.

Revisitar estas nossas acções museológicas de temática africana, à semelhança das anteriores já referidas, sugere ser pertinente, neste estudo, atendendo também a que todos os catálogos remetem para bibliografia e fontes documentais relativas à temática africana, nomeadamente museológica.

Passamos, agora, a particularizar cada uma das referidas acções museológicas de temática africana que, a nível da Comunidade de Língua, poderão ter sido portadoras de alguma eventual reflexão inovadora, antes de a Comunidade de Países de Língua Portuguesa[165] – CPLP, natural e desejável potenciadora destas acções e suas congéneres ter sido instituída em 1996, na emblemática moldura do Mosteiro dos Jerónimos.

3.1 - Exposição. *Ponte sobre os Mares*. Mosteiro dos Jerónimos. 1988-1989

Esta é a primeira Exposição, entre várias, que realizámos, de co-autoria com Isabel Cruz Almeida, nos espaços monumentais de Belém (Almeida & Rodrigo, 1988b).

A Exposição foi montada no 1º piso do Mosteiro. Teve catálogo com texto e imagem policroma, e esteve integrada no 1º Congresso da Cooperação, organizado pela ELO (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e Cooperação). Coube-nos um dos textos de

[165] A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada pelos então sete países de Língua Oficial Portuguesa, durante a Cimeira dos Chefes de Estado, realizada em Lisboa, em 17.7.1996, e visa incrementar a cooperação a todos os níveis entre os seus membros, quer sejam culturais, económicos, sociais e científicos, quer no plano jurídico-institucional.

A CPLP tem sede em Lisboa e é gerida por um secretariado executivo, que tem um mandato de 2 anos e é rotativo, e por um órgão adjunto eleito pelo mesmo critério, mas de nacionalidade diferente da do secretariado executivo.

Quanto aos seus fundos, advêm de contribuições fixadas pelos governos dos Estados membros.

A CPLP dá corpo jurídico-institucional ao espaço lusófono, que atinge cerca de 200 milhões de falantes e deve privilegiar a defesa da Língua Comum, no que terá muita importância a dinamização do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, criado em 1989, em S. Luís do Maranhão, Brasil.

concepção, sendo que os materiais expostos – materiais etnográficos e objectos de arte contemporânea, de Portugal e dos Países de Língua Comum, como que em diálogo - se repartiam por sete países, por ordem alfabética, dando lugar aos respectivos sete núcleos da Exposição. Acresce dizer que a entrada dos vários núcleos era dada por uma máscara representando cada País, como se partíssemos do desdobramento de personalidades para o reforço de complementaridades dos membros da Comunidade desses Países.

Como o título da Exposição e do Catálogo sugere, *Ponte sobre os mares*, enquanto acção museológica pretende isso mesmo, ser ponte entre a Comunidade de Língua, dispersa pelas várias Latitudes, onde vive esse Homem que, na sua diversidade, surge entre nós através dos seus trabalhos de HOJE e de ONTEM. E, joeiradas que estão as vicissitudes da História, estes trabalhos tornaram-se Raízes dum Futuro mais fraterno, a construir activamente pelas várias parcelas mais ou menos periféricas, espalhadas por esta nesga peninsular, arquipélagos e grandes áreas em diversos continentes, como dizemos no referido catálogo. E assim Malangatana, Leão Lopes, Di Cavalccanti, Portinari, António Ole, Pomar, Vieira da Silva, Graça Morais e Paula Rego, entre outros, conviviam com trabalhos do grupo *Makonde, Tonga, Shona, Bijagó, Kongo, Lwena, Songo, Ovimbundo, Luanda-Tchokwe* e outros.

Sendo, como atrás dizemos, se tomarmos em atenção o que diz Emmanuel de Roux, in "Quand le Louvre s' ouvrira-t-il aux «primitifs»?"*, Le Monde*, nº 13618, Paris, 9 de Novembro, 1988, então, cremos nós, no periférico Portugal, em Belém, os "primitifs" tiveram entrada e presença no mais emblemático monumento nacional, antes de o Louvre, Palácio e Museu, em Paris, lhes ter aberto as portas. Fizemo-lo ao jeito da prática duma Museologia que desejámos alternativa à museologia tradicional e, cremos nós, a reflexão sobre esta acção museológica de temática africana cabe no âmbito das preocupações desta tese, pela acção em si mesma, incluindo os fragmentos de cultura expostos e a bibliografia, e pelo contexto nacional e internacional em que, de co-autoria, realizámos a referida acção.

3.2 - Exposição. *Em Belém cantar a Paz de Angola*. Mosteiro dos Jerónimos. 1993

A supra-referida Exposição foi montada no Mosteiro dos Jerónimos, em 1993, no contexto do Acordo de Paz em Angola, realizado em Bicesse, Portugal, entre as forças então beligerantes. É, em suma, uma celebração da Paz, passível de ser entendida como uma mobilizadora museologia de intervenção.

Tem catálogo de nossa co-autoria, editado pelo Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, em 1993 (Rodrigo & Almeida, 1993a), que contou com a participação valiosa de Nuno Varela Rubim. Apresenta nosso texto de concepção, também de co-autoria com Isabel Cruz Almeida, a que se segue a descrição de 10 instrumentos musicais angolanos vindos do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra e do Museu Militar de Lisboa - os instrumentos deste Museu foram, posteriormente, cedidos ao Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, sendo que, neste caso, no total, são 3 bimembranofones e remetem para antigos contextos de guerra, como sejam o *mukupela* - bimembranofone tangido em ocasiões especiais, como seja o anunciar da guerra - e os *ndungu* cuja "decoração exibe elementos que em termos simbólicos remetem para a artilharia quinhentista portuguesa de bronze, como sejam, os golfinhos junto da asa de suporte, e ainda a representação de filetes e faixas circulares no corpo, que sugerem os reforços dessas peças de artilharia e é indício valioso de contactos e empréstimos culturais seculares" (Rodrigo & Almeida, 1993a, p.2).

Mas, como dito no referido texto de concepção do catálogo (Rodrigo & Almeida, 1993 a, p. 1), estes instrumentos "Saídos das reservas dos Museus, salvos da destruição dos homens e dos bichos, conservados, restaurados e vivificados, são uma raiz, são um referente do Património Cultural do Homem que habita Angola.

Hoje, discretos no silêncio claustral, eles são um pretexto de reflexão sobre a necessidade da reconstrução e do desenvolvimento em Angola".

A referida acção museológica integrou a participação de angolanos, nomeadamente na realização de palestras. Samuel Aço, antropólogo, falou sobre a *Destruição da herança Cultural em Angola*; Jorge Macedo, maestro, falou sobre *As marimbas angolanas nas primeiras recepções às embaixadas portuguesas no Paço Real do Congo* e, no próprio claustro, na envolvente do medalhão, em escultura pétrea e quinhentista, representando um Homem Africano, fez um recital de marimba[166], como que em modo de apropriação simbólica e onde, durante séculos, havia imperado o órgão.

Esta acção museológica integrou ainda, um concerto pela Banda da Escola da Casa Pia, vizinha do Mosteiro, e a realização de um concerto de Espirituais Negros, género musical referido como tendo dado entrada na Europa, aquando da 1ª Grande Guerra, através dos soldados norte-americanos, de raiz africana, aqui destacados, a partir de 1916.

[166] O recital de marimba, por Jorge de Macedo, ocorreu, como dito, no claustro do Mosteiro dos Jerónimos, na envolvente da representação do Homem Africano, em escultura pétrea.
Reflectimos esta temática escultórica, de co-autoria com Isabel Cruz Almeida (Ameida & Rodrigo, 1992a).

O referido Catálogo apresenta bibliografia e antecede uma outra Exposição, realizada no Mosteiro, ainda em 1993, de temática africana, como vemos adiante.

3.3 - Exposição. *Angola: a mão e o barro*. Mosteiro dos Jerónimos. 1993

Em jeito de persistência das concepções das atrás referidas Exposições ainda, no citado ano de 1993, realizámos de co-autoria com Isabel Cruz Almeida uma Exposição sob título *Angola: a mão e o barro*, que teve Catálogo (Almeida & Rodrigo, 1993).

Remeteu-se em significativa parte para a investigação de José Rendinha, relevou-se a cerâmica e contou-se com a participação da Associação dos Amigos da Mulher Angolana numa clara chamada de atenção para as crianças feridas na guerra.

Isto é, em Dezembro de 1993, continuávamos, no Património Monumental Manuelino, no Mosteiro do Jerónimos, a reflexão sobre a Paz, o que já havíamos feito em Julho deste mesmo ano, no mesmo Mosteiro, por ocasião do Acordo de Bicesse.

Tratamos, adiante, ainda, as acções museológicas de temática africana que, cremos nós, têm lugar neste estudo, como reflexão, passando agora do Mosteiro dos Jerónimos para a Torre de Belém, Monumentos estes que tinham e têm uma só Direcção.

3.4 - Exposição. *África e Índico com Bartolomeu Dias: o encontro.* Torre de Belém. 1988

A presente e supra-referida Exposição ocorreu no piso térreo da Torre de Belém, em 1988.

Teve catálogo de nossa co-autoria, com Isabel Cruz Almeida, sob título *África e Índico com Bartolomeu Dias: o encontro*. Apresenta, cremos nós, significativa bibliografia. Tem várias partes, como sejam, Apresentação: África e Índico com Bartolomeu Dias: o Encontro para o melhor conhecimento do Homem e do Instrumental Africano; Angola: o Homem africano no Museu Instrumental de Lisboa; Moçambique: o Homem africano no Museu Instrumental de Lisboa; Marfins africanos e Corneto europeu; Timor: o Homem e som ausentes; o Homem africano no Museu Municipal da Figueira da Foz; Madeiras: o 'sopro' do artista português; Clavicórdios portugueses: um toque de identidade cultural; puítas, cuícas, roncas e zambombas: o mesmo Homem; Conservação, manutenção e restauro de Instrumentos musicais: Apontamento (Almeida & Rodrigo, 1988a).

Para a realização desta Exposição, no respeitante à temática africana e outra que aqui viveu em diálogo com o instrumental músico português, em jeito de Encontro, como refere o próprio título da Exposição, tivemos, entre outros, a participação de José Redinha, no respeitante a Angola,

e de Margot Dias, no respeitante a Moçambique. Timor, como referido atrás, foi tratado numa das partes do catálogo, a que demos título de "*O Homem e som ausentes*" (Almeida & Rodrigo, 1988a, pp. 50 e 51), ou seja, era a parcela da Língua Comum, ainda por ser Estado Independente - sê-lo-á em 2002.

A presente acção museológica pretendeu ser uma Museologia de intervenção, um momento de reflexão sobre uma necessidade de aproximação entre os Povos.

A nível dos materiais musicais expostos, ganhava relevância desde logo, uma marimba a que Carvalho (1890) denomina como "Marimba de Estado". A ela se refere também Redinha (1984). E "navegámos" depois, por exemplo, em Angola, pelo *kisanji*, pelo *kakotche*, pelo *ndungu*; em Moçambique, pela *mbira dza va ndimu*, pela *kalimba*, pelo *chigoliu*, pela trombeta; em Madagáscar, pelo *marouvane*; em Portugal, pelos clavicórdios, pelas flautas e clarinetes de marca SILVA, oitocentistas; em Portugal como em Angola, por exemplo, no grupo Bailundo, pelas puitas, cuicas e zambombas, membramofones de vareta friccionada que depois vemos no Brasil, numa possível confluência de heranças culturais de africanos e portugueses, dado ela estar presente também em parcelas de Portugal, no seu interior continental.

No convencimento de que a reflexão atrás elaborada cabe no âmbito deste estudo, continuamos adiante a abordagem a outras acções, onde foi tratada a temática africana, na Torre de Belém.

3.5 – Exposição. *O Rinoceronte: pegadas na Torre*. Torre de Belém. 1992

Esta Exposição teve lugar no piso térreo da Torre de Belém. Teve catálogo, guia e marcador, sendo a concepção da acção museológica de nossa co-autoria, com Isabel Cruz Almeida (Almeida & Rodrigo, 1992b).

Esta Exposição teve como ponte museológica a base de uma das guaritas da Torre representando o rinoceronte, cuja escultura é considerada como sendo a primeira em toda a Europa.

O catálogo apresenta, para além de vária bibliografia, 8 núcleos e 7 textos de abertura, como sejam, "A saga dos rinocerontes", por Jaime Augusto Travassos Santos Dias; "Rinocerontes", por Miguel Telles Antunes; "O chifre de rinoceronte na Medicina Tradicional Chinesa", por Ana Maria Amaro; "Rinoceronte - um desafio à Conservação", por Alberto de Caires Vila Nova; "O rinoceronte e outra fauna no Jardim Zoológico de Lisboa", por Fernando Paisana; "O rinoceronte no Imaginário Ocidental" por Ana Anjos Mântua; "Terra de rinocerontes, terra de Homens" por José Fialho Feliciano e A. Lino Rodrigo, texto em que, entre outros temas, se reflectiu o contexto

social, em África, onde ocorre o abate furtivo pelo "homem de mão", homem este que corre o risco de vida e sobre cujo risco assenta uma rede rica de comércio ilícito, com escoamento sobretudo para o mundo islâmico e para Oriente, dada a carga simbólica associada ao corno do rinoceronte.

Pretendeu-se assim, nesta Exposição, entre outros, reflectir a morte de homens e animais, a incómoda realidade do empobrecimento da biodiversidade, o abuso dos Recursos Naturais, a fragilização da capacidade regeneradora do meio, sempre negativa para os homens e mulheres, em presença, neste caso africanos.

A acção museológica teve visitas guiadas e personalizadas. Um trio de trompas da então Guarda Fiscal, Corpo de Tropa então responsável pela aplicação da legislação emanada pela CITES (*Convention on Internacional Trade of Endangered Species*), actuou na Torre de Belém e no Centro de Zoologia/IICT; o quarteto de Contrabaixos de Lisboa executou a obra *O Livro da Selva*, da autoria de C. Dakin.

A Exposição que vimos tratando e as publicações respectivas que então tiveram lugar foram uma denúncia do continuado abate furtivo, que, conforme Elisabete Silva, por exemplo, in Diário de Notícias/Ciências, de 28 de Março de 2011, alertava para a caça ilegal que ameaça duas espécies de rinocerontes e dizia que o corno do rinoceronte pode valer até 25.000 euros no mercado negro.

Pensando que a presente Exposição contém material de reflexão de temática africana pertinente neste estudo, inserimo-la aqui, e damos seguimento a uma outra Exposição, de temática africana, realizada na Torre de Belém.

3.6 – Exposição. *Gungunhana em exílio*. Torre de Belém, Junho de 1993/Fortaleza do Maputo, 1993 -1994

Esta Exposição foi montada no piso térreo da Torre de Belém, em 1993, e teve itinerância depois, em Moçambique, Maputo, na sua Fortaleza, em 1993 e 1994. A inauguração, entre outros, contou com a presença da Embaixadora de Moçambique e do Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Teve catálogo de nossa co-autoria, com Isabel Cruz Almeida, e participações fundamentais, como nas anteriores acções museológicas que vimos referindo, e que, nesta presente acção, foram Agostinho da Silva, Jaime Travassos Dias, António Rita-Ferreira, José Fialho Feliciano e Nuno Varela Rubin O catálogo foi editado pela Torre de Belém/Câmara Municipal de Lisboa, sendo que a Exposição contou com visitas guiadas e personalizadas, nomeadamente ao Presidente Nelson

Mandela[167] que aqui, na Torre, foi recebido neste ano de 1993 - ano em que foi agraciado com o Prémio Nobel da Paz - e que nos quis deixar fundas palavras de afecto, também escritas relativamente à presente Exposição e a quem nela trabalhou, conforme documentação passível de consulta no Arquivo do Mosteiro do Jerónimos.

Fomos o Comissário da Exposição e trabalhámos de co-autoria, com Isabel Cruz Almeida, como dito, na sua concepção, coordenação, investigação e catalogação (Rodrigo & Almeida, 1993b).

Além do texto do Vereador do Pelouro do Turismo e Ambiente e do texto da Directora do monumento, o catálogo apresenta o nosso texto de abertura da acção, sob título "*Gungunhana em exílio*" (Rodrigo & Almeida, 1993b, pp. 4 e 5), que é o próprio título da Exposição.

Esta apresenta uma museografia não evolutiva, como Pierre Mayrand nos havia sugerido fazer, aquando da sua solidária visita de trabalho que ocorreu em 1984, em Condeixa, quando aqui, com Miguel Pessoa, fizemos a montagem da Exposição, *Em defesa da memória de todos*, e lançámos Catálogo (Pessoa & Rodrigo, 1984). E, em termos duma museografia não evolutiva, relativamente à Exposição *Gungunhana em Exílio*, abrimo-la, não com uma peça do Ontem, mas com uma peça dum tempo recente, qual seja a espada – modelo - do General António Ramalho Eanes, espada essa que depois seguiu em itinerância, e que legendámos assim:

> "Oferta simbólica do Presidente da República Portuguesa ao Presidente da República de Moçambique, em 1981. Comp. 1001 mm.

[167] A propósito de Mandela, visitante ou "receptor" da referida Exposição de nossa co-autoria, na Torre de Belém, sob título *Gungunhana em exílio*, importará dizer que nasceu em 18/07/1918, na aldeia de Mvezo, que fica a cerca de 60 km de "O Grande Lugar", residência dos reis *Thembus*, em Mqhekezweni.

Mandela estava intimamente ligado à linha real *Thembu*. Os *Thembus* tinham sido incorporados na nação *Xhosa* cerca de 400 anos antes, na altura da sua migração para sul, em direcção à costa, através das montanhas Drakensberg. Os *Xhosa*, por sua vez, faziam parte do povo *nguni*, que vivera como caçador-recolector por todo o Sul de África, conforme Smith (2011).

Posto muito sucintamente o atrás referido, tal poderá contribuir para compreender o modo como Mandela valorizou a referida exposição *Gungunhana no exílio*, que ele visitou na Torre de Belém – um primeiríssimo Monumento português, em 1993.

É que, como ele, Mandela, também Gungunhana era um *nguni*; é que, como ele, Mandela, também Gungunhana era um nobre, embora de muito mais alta estirpe, mas ambos descendentes de linha real, sendo que Mandela descendia do rei *Thembu Ngubengcuka*; é que, como ele, Mandela, também Gungunhana foi desfeiteado pelo *abelungu*, ou seja, pelo homem branco, termos estes que vemos citados na obra de Smith (2011).

Esta obra traz inúmeras informações sobre Mandela, nomeadamente sobre o ritual da sua circuncisão, integrado num grupo de cerca de 30 rapazes, onde o autor refere o *ingcibi*, ou seja o circuncisador; o seu ajudante, um dos *amakhankatha*; os *abakwetha*, ou seja, os iniciados na condição de homens; o grito dos rapazes, ou seja, o grito *ndiyindodo*, que significa "Sou homem", enquanto eram cortados os seus prepúcios, conforme Smith (2011, pp. 43-45), que incluem uma descrição da circuncisão pela palavra de Mandela, o qual acrescenta uma referência ao chefe *Mligqili*

> "que avisou os jovens de que as promessas de virilidade eram todas uma ilusão, pois eles eram um povo conquistado, escravos no seu próprio país.
>
> Eram chefes que nunca governariam, ou jovens que iriam para a cidade, viveriam em barracas e beberiam álcool barato, ao mesmo tempo que arruinariam os pulmões nas minas, para que o homem branco pudesse viver numa prosperidade inigualável." (Smith, 2011, pp. 43-45).

> Modelo de espada de Oficial General do Exército Português oferecida pelo General António Ramalho Eanes ao Presidente Samora Machel.
> Este instrumento de guerra é aqui apresentado como símbolo de paz e confiança entre os Povos que outrora se combateram". (Rodrigo & Almeida, 1993, p. 6).

A Exposição mostrava depois, em continuado jeito de uma museologia de intervenção, materiais bi e tridimensionais, em significativa parte fontes documentais, na sua enorme maioria oitocentistas e de acentuada carga simbólica, nomeadamente a nível do poder simbólico.

Terminada a Exposição, na Torre, assistida, cremos nós, de bastante bibliografia, seguiu para Maputo. Seguiram todos os painéis expostos, de que relevamos o último, que cita a obra de Silva (1988), deste modo:

> (…) "Além de tudo para que Portugal seja verdadeiramente irmão dos outros povos de Língua, tem de morrer como metrópole e de renascer como comunidade livre, já que dominar os outros é a pior forma de prisão que ter se pode". (...)
> (…) Seguindo ou alargando Pessoa, poderemos dizer que é a língua portuguesa o que nos constitui Pátria. Sendo assim e supondo, como parece seguro, que todos os antigos territórios ultramarinos vão adoptar o Português como língua de comunicação, sem pôr de parte o uso e estudo das línguas nativas, Portugal, ao contrário do que tantos dizem, não diminui, antes se multiplicou". (...) (Silva, 1988, pp. 613 e 615).

Em Maputo, a Exposição seguiu a mesma ordem de montagem.

4 - Exposição. *Da azeitona ao azeite, do Rabaçal a Fez: homenagem à oliveira - prima omnium arborum*. Museu do Rabaçal. 2004

Esta Exposição foi montada no piso térreo do Museu do Rabaçal, membro da Rede Portuguesa de Museus, teve Catálogo (Pessoa et al, 2004), onde é dito que esta Exposição

> "proclama-se como um contributo para a valorização do saber, do saber-fazer e do poder-fazer tradicional - responsável por uma grossíssima fatia da produção de riqueza local, regional e nacional, como um apoio à fixação da população jovem, como um antídoto à desvitalização da identidade das comunidades rurais que, valorosamente, aqui resistiram à exiguidade de quase tudo" (Pessoa et al, 2004, p.8).

Apresentou esta Exposição um conjunto de 5 núcleos descentralizados na Paisagem e contou com a participação muito activa de elementos da População rabacelence. Teve catálogo, de nossa co-autoria com Miguel Pessoa, policromo, com texto de concepção em português, traduzido para árabe por Mohamed Motamid Ftouj e traduzido para inglês por Jean Burrows (Pessoa et al., 2004).

A presente acção museológica, a nível dos materiais expostos, relevou, entre outros, uma grande talha de cerâmica, *dolium*, descoberta na escavação arqueológica da *pars rustica* do Palácio romano do Rabaçal - por uma Voluntária, Maria João Bandeira, em 2002 - e uma arcaica prensa de azeitona com dois parafusos, ou seja, uma lagareta, *mansara/mithanat - zaithouni*, proveniente de

Sefrou, a sul de Fez, Marrocos, e recolhida por Oulgom-Hmed, que nos deu a citada informação sobre a peça, salvando-a duma possível carga errática.

Acrescente-se, ainda, que esta lagareta foi adquirida na Feira de Minerais, na Faculdade de Ciências de Lisboa, em 2002, e que a Exposição supra-referida teve o apoio da Embaixada do Reino de Marrocos, em Lisboa.

Por fim, dizemos que esta acção museológica sugeria a criação de geminações entre lugares de Portugal e de Marrocos, ou seja a sua aproximação, o que traduz, cremos nós, com outras preocupações já referidas, uma museologia de intervenção, persistente nas acções, que vimos referindo, de temática africana e pertinente, como reflexão, neste estudo.

Terminamos, no convencimento de que as referidas acções museológicas, incluindo as bibliografias consultadas, têm pertinência nesta tese, muito centrada em temática africana, sendo que tal poderá contribuir para melhor compreender e situar o Museu Colonial de 1907-1910, no contexto da época e do lugar.

APÊNDICE 23

5/2/1974

O documento apresentado de seguida, datado de 5 de Fevereiro de 1974, tem o nº de entrada nº 168 e corre processo a 27/3/1974, a 28/3/1974 e, por fim, a 5/4/1974, já então havia ocorrido o chamado Movimento Militar das Caldas da Rainha, indício de que estamos rente a um momento de profunda mudança, no que respeita ao Império e nomeadamente a nível dos Museus de Produtos. Porém, o citado documento, subscrito por José Diogo Sampaio d'Orey, engenheiro agrónomo e silvicultor, informa a hierarquia da então Junta de Investigações Científicas do Ultramar, entre outros, da necessidade de "execução de mostruários para enviar às escolas, àquelas que ministram o ensino do português no estrangeiro", de renovação e actualização dos quadros estatísticos do Museu e do arranjo dos espaços envolventes do MAU. Arquivo do então IICT.

29.3.74

S. R.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

JARDIM
E
MUSEU AGRÍCOLA DO ULTRAMAR
BELÉM - LISBOA - 3

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1974

Exmº. Senhor

Presidente da Junta de Investigações Científicas
do Ultramar

LISBOA

JUNTA DE INVESTIGAÇÕES CIENTÍFICAS DO ULTRAMAR
Proc. 66 Doc. 168
Reg. 510 -6 FEV. 1974
Resp. 1153 -5 ABR 1974

N.º 35

PO/MJ

Junto tenho a honra de enviar a V. Exª. o programa de actividades deste Organismo no corrente ano e a respectiva estimativa orçamental para lhe fazer face.

Aproveito a oportunidade para apresentar os meus melhores cumprimentos.

O Director,

S. R.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

JARDIM

E

MUSEU AGRÍCOLA DO ULTRAMAR

BELÉM - LISBOA - 3

N.º

PROGRAMA E ESTIMATIVA ORÇAMENTAL DA ACTIVIDADE DO

JARDIM E MUSEU AGRÍCOLA DO ULTRAMAR

PARA 1974

S. R. 6

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

JARDIM
E
MUSEU AGRÍCOLA DO ULTRAMAR
BELÉM - LISBOA - 3

N.º .....

veículo c/motor, aquecimento de estufas, etc);

d) Reparação de maquinaria agrícola;

e) Outros utensílios e ferramentas.

..... 100 000$00

XI. - VEÍCULO COM MOTOR

a) Reparações eventuais;

b) Aquisição de 2 pneus;

c) Outras despesas

..... 30 000$00

XII. - MUSEU

XII. 1 - Execução de mostruários para enviar às escolas, em especial àquelas que ministram o ensino de português no estrangeiro.

XII. 2 - Renovação e actualização dos quadros estatísticos no Museu.

..... 108 000$00

NOTA - Tratar com o Ministério das Obras Publicas da vedação e arranjo do largo de acesso exterior ao M.A.U. e da construção da casa dos trabalhadores.

XIII - BIBLIOTECA

XIII. 1 - Aquisição de publicações, assinaturas de revistas, encadernações, etc.

XIII. 2 - Organização do ficheiro sobre sisal.

..... 30 000$00

.../

APÊNDICE 24

18/4/1974

Quanto ao documento que segue adiante do Arquivo do então IICT, datado de 18 de Abril de 1974, tem o nº de entrada 197 e corre processo a 19 de Abril e, por fim, a 20 de Maio de 1974. Nele podemos ver relativamente ao Museu Agrícola do Ultramar (MAU) que, no primeiro trimestre de 1974 aqui deram entrada 4003 visitantes, os quais tiveram acompanhamento sempre que o solicitaram. Destes visitantes, 1205 foram alunos de várias escolas, e tiveram acompanhamento dos seus docentes e de funcionários do MAU. Ainda neste trimestre foram elaborados e enviados 30 Mostruários de Produtos.

O atrás referido neste Apêndice e no que lhe é anterior documenta claramente a persistência do MAU no tempo, durante largas décadas.

Ainda, o atrás citado contraria, comprovadamente, o que está presentemente escrito em documento à entrada da exposição dos "salvados" do Museu Agrícola do Ultramar, "resgatados" aquando do nosso trabalho de Desencaixotamento.

Diz aquele documento, colocado á entrada da Exposição, no Palácio da Calheta, 1º andar, em texto não subscrito, que o Museu fechou por falta de preparação museológica do pessoal ali colocado. Em nosso entender, isto não é correcto, pois havia pessoal e acção museológica, conforme o documento em anexo. O que ocorreu, em nosso entender, é que não houve projecto político em 1974 e anos posteriores até 1993, que integrasse aquele vasto acervo, e por isso, conforme instrução superior foi mandado encaixotar. Salvámos, no entanto, o que foi possível em 2006, o que permitirá ainda reflectir esta Museologia de Produtos, como uma Museologia Utilitária e Utilitarista da apropriação do Outro e dos seus bens.

S. R.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

JARDIM
E
MUSEU AGRÍCOLA DO ULTRAMAR
BELÉM - LISBOA - 3

N.º 219

JO/MJ

1688
20 MAI 1974

JUNTA DE INVESTIGAÇÕES CIENTÍFICAS DO ULTRAMAR
Proc. 66 Doc. 197
Reg. 2147 19 ABR 1974
Resp. 1682 20 MAI 1974

Lisboa, 18 de Abril de 1974

Exmº. Senhor
Presidente da Junta de Investigações Científicas
do Ultramar
LISBOA

Em resposta ao ofício de V. Exª. nº. 1 098 C.E.-66/74 tenho a honra de enviar o relatório sucinto das actividades deste Organismo durante o primeiro trimestre de 1974.

Como era de esperar as actividades deste organismo foram influenciada pela passagem para a Junta tendo a maior parte das actividades sofrido algum atrazo devido a ignorar-se a forma de integração deste organismo na J.I.C.U. e a se ter passado mais de um mês sem se ter recebido nenhum fundo para suportar as despesas, exceptuando aquelas que diziam respeito ao pagamento dos vencimentos do pessoal.

Valeu-nos porém o termos em stock diverso material para obviar a alguma falta.

Para tornar mais clara a exposição tratarei das actividades por sectores fazendo um resumo dos relatórios que cada um dos responsáveis me enviou.

Secção — "Estufa e ar livre"

a) Culturas hidropónicas.

Continuou-se com o ensaio de enraizamento de estacas de diversas espécies de Pelargonios em solução nutriti-

.../

S. R.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

JARDIM
E
MUSEU AGRÍCOLA DO ULTRAMAR
BELÉM * LISBOA - 3

N.º.....

que se vão realizar.

Ligado a estes assuntos recolheram-se dados sobre a durabilidade de vários plásticos usados na agricultura.

Secção - "Obras, Desenho e Fototeca".

Continuaram-se os trabalhos de construção e reconstrução de quatro estufas uma das quais entra imediatamente ao serviço, outra é natural que no próximo trimestre esteja concluída e as outras duas que estão em estudo os acabamentos entrarão ao serviço no terceiro trimestre ou possívelmente antes.

Secção - "Museu Agrícola do Ultramar"

O número de visitantes neste trimestre foram 4 003 os quais, sempre que o solicitaram foram acompanhados para serem elucidados do que desejavam. Destes visitantes 1 205 foram alunos de várias escolas acompanhados por professores e também pelas empregadas do Museu.

Elaborou-se e enviou-se 30 mostruários de produtos agrícolas do ultramar português, 10 dos quais para escolas de português no estrangeiro.

Mantiveram-se os contactos com o Ministério das Obras Públicas para se saber do andamento do projecto das obras do largo fronteiro ao Palácio do Museu e da casa

.../

S. R. -6-

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

JARDIM
E
MUSEU AGRÍCOLA DO ULTRAMAR
BELÉM * LISBOA - 3

N.º.....

deste organismo.

Além do que se menciona há uma série de trabalhos que demandam tempo a realizar mas que ou são tão normais que se incluem na rotina de todos os dias, ou esporádicos e de pouca monta que não interessa mencionar num relatório sucinto.

Apresento a V. Exª. os meus respeitosos cumprimentos.

A bem da Nação

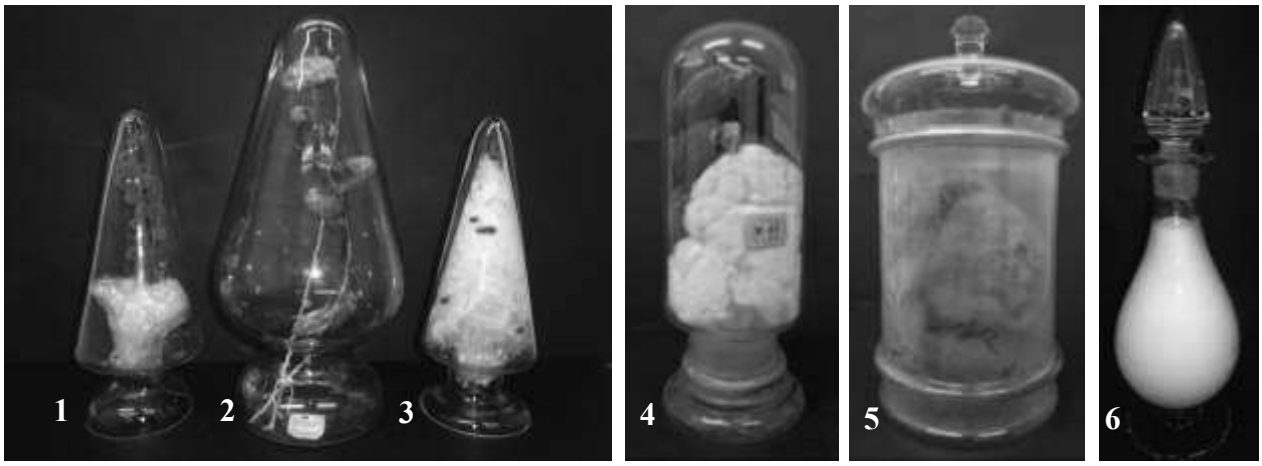
O Director,

J. Diogo Rodrigues

APÊNDICE 25

Contentores vítreos com Produtos do extinto Museu Agrícola do Ultramar, do extinto Instituto de Investigação Científica Tropical

Entendemo-los como "salvados", retirados de uma antiga exposição no Museu Agrícola do Ultramar. Encontrámo-los no ex-Centro de Zoologia do IICT, por feliz acaso, sendo que desconhecemos quem os terá transportado para este Centro, em que data e porquê.



1 – Diâmetro da base 7,7 cm; altura 23 cm. **2** - Diâmetro da base 12 cm; altura 29 cm. **3** - Diâmetro da base 8,2 cm; altura 23 cm. **4** - Diâmetro da base 9,5 cm; altura 23,5 cm. **5** - Diâmetro da abertura 14 cm; altura 28 cm. **6** - Diâmetro da base 12 cm; altura 39 cm.

7 – Lado da base 5,8 cm; altura 19 cm. **8** - Lado da base 5,8 cm; altura 20,5 cm. **9** - Lado da base 5,8 cm; altura 20,5 cm. **10** - Lado da base 5,8 cm; altura 20,5 cm. **11** - Lado da base 6,5 cm; altura 29 cm. **12** - Lado da base 7,7 cm; altura 17 cm.

1 - Conteúdo não identificado

2 - Tâmaras

3 - Algodão com sementes

4 - Polpa de coco

Exibe etiqueta que releva a letra M – possivelmente relativa a Moçambique. Apresenta os números 46/33.

5- Coco inteiro.

Identificação perdida.

6 - Óleo de coco

Identificação perdida.

7 - Óleo de coco.

Garrafa de base quadrangular. Exibe três rótulos. O do topo é uma braçadeira com a denominação de "Óleo de Coco" e exibe o nº 249, atribuído pelo MAU. O do centro, é rectangular com a denominação de "Óleo de Coco*"* e o nome científico da planta que o origina, "*Cocos nucifera*, Linn.", e o nome como era conhecido, em Concani, "*Khobrel*, Conc.". O inferior, é quadrangular, apresenta o nome da firma "J. Rangel, Ltda.", com sede em "Bastorá, Índia Port.", e a data da sua fundação "estab. em 1886".

É utilizado essencialmente em culinária. É também denominado azeite, em Goa, por diferenciação com o azeite de oliveira que ali é denominado por "Azeite do Reino". Ainda, é também muito utilizado na indústria cosmética, no cabelo - ao jeito de brilhantina -, nas massagens terapêuticas de medicina tradicional indiana, ayuervédica.

Todas as partes do coqueiro são utilizadas, desde o tronco à folha, às flores – de onde se extrai a seiva para fazer a bebida alcoólica *fenim* – e aos frutos. A própria casca do coco é utilizada como combustível e a fibra da casca serve para fazer cordame. A parte lenhosa da folha é utilizada para fazer vassouras; as folhas da árvore são usadas como cobertura das habitações tradicionais. São ainda aplicadas como resguardo das paredes das habitações, em meios rurais e piscatórios. O coqueiro foi pretexto de estudo e publicação, aquando da celebração do IV Centenário da chegada dos portugueses à Índia, por via marítima, em 1898, pelo agrónomo José Maria de Sá (Sá, 1898).

8 - Fava-de-chapa (*Pongamia glabra)*

O óleo é utilizado para iluminação (lamparinas), manufactura de sabão e na medicina ayurvédica, para tratamento de doenças de pele.

9 - Gergelim ou sésamo (*Sesamum indicum*)

É um óleo comestível tirado das sementes de gergelim ou sésamo. Serve para fritar e fazer refugados.

10 - Ponaca (*ungueira)*

É utilizada para tratamentos ayuvédicos, doenças da pele e reumáticas.

Notas relativas ao rótulo:

Bastorá é uma aldeia de Goa, concelho de Bardez. J. Rangel, Lta é uma fábrica de prensagem e extracção de óleos ainda em funcionamento e que se fez representar na Exposição Universal de Paris, em 1900. Fez-se ainda representar na Exposição de Puna, em 1888; na exposição de Goa, em 1890; na Exposição do Porto, em 1894; na Exposição Internacional de Londres, em 1921, e na Exposição de Goa, em 1923, conforme rótulo.

11 – Oléo, muito possivelmente de cajú.

12 - Cajú.

O fruto do cajueiro é a amêndoa ou castanha. Tem um pedúnculo - pseudofruto. Da castanha extrai-se um óleo que é utilizado em culinária ou de que, após torrefacção, se obtém uma amêndoa torrada que é comestível e muito apreciada. Da sua casca, não comestível, extrai-se um óleo utilizado como lubrificante industrial. Do pseudofruto, pedúnculo, obtém-se um líquido, que serve para fazer sumos e que após fermentação e destilação leva à produção de uma bebida alcoólica (Aquino Noronha, entrevista a 14 de Julho de 2016).

APÊNDICE 26

Museus Industriais e Comerciais

Sigamos, em termos cronológicos e pontualmente:

1865 – Realização da Exposição Industrial Internacional, primeira na Península Ibérica desta dimensão, no Palácio de Cristal, no Porto.

1881 - Joaquim de Vasconcelos tece considerações sobre a Primeira Exposição do Centro Artístico Portuense, conforme Viana (1970), que continuaremos a citar.

- Realiza-se um Inquérito Industrial. É considerada urgente a amplificação dos institutos industriais e a criação de museus de matérias-primas e produtos, em que se mostre os processos de fabrico e as descobertas.

1882 - Realiza-se a Exposição Industrial de Cerâmica, no Porto, sob organização da Sociedade de Instrução do Porto, que apresenta indústria da época, indústria antiga e fotografias do persistente Joaquim de Vasconcelos (Viana, 1970).

- Realiza-se a Exposição Distrital de Aveiro, integrada nas Comemorações do Centenário da Morte do Marquês de Pombal, por iniciativa do Grémio Moderno, que teve catálogo com prefácio de Joaquim de Vasconcelos e Marques Gomes (Couto, 1950).

1883 - António Augusto de Aguiar*, Ministro, por Decreto de 24 de Dezembro, diz que o florescimento da Indústria e do Comércio fazia "inadiável a criação de museus industriais e comerciais que sejam o complemento indispensável dos conhecimentos obtidos nas escolas especiais", de acordo com Viana (1970, p. 79).

- A Sociedade de Instrução do Porto pretende reunir várias colecções, incluindo industriais, mas não consegue local e as colecções ficam dispersas (Viana, 1970).

- Criação por Decreto do Governo nº 297, datado de 31 de Dezembro de 1883, de dois museus, um na cidade de Lisboa e outro no Porto – Museu Industrial e Comercial de Lisboa e Museu Industrial e Comercial do Porto.

1884 - Joaquim de Vasconcelos é nomeado, provisoriamente, conservador do Museu Industrial e Comercial do Porto, conforme Portaria de 7 de Maio de 1884. Terá nomeação definitiva só por Decreto de 20 de Setembro de 1888.

- Em complemento do referido Decreto de 24 de Dezembro de 1883, por Portaria de 6 de Maio de 1884, é promulgado o regulamento relativo aos Museus Industriais, que se estende por um longo e importante texto, no que respeita ao que se pretendia fazer com os Museus Industriais, conforme Viana (1970, pp. 70-81).

- A Sociedade de Instrução do Porto continua a realização de Exposições (louça, joalharia, alfaias, vestimentas), segundo Viana (1970, p. 77), e Ortigão (1883, pp. 175 e 176).

- Realização de Exposições de Manufacturas do Distrito de Coimbra, que foi um evento sobretudo industrial. Incluía produção de papel, fundição, vidro, cerâmica e outras. Foi acompanhada por várias conferências e concertos filarmónicos, conforme Mendes (1979, p. 43).

1885-1899 – O Museu Industrial e Comercial do Porto (MICP), sob a direcção de Joaquim de Vasconcelos, seu criador, afirma-se como uma instituição de muito meritória actividade (Leandro, 2014).

1886 - Inauguração do MICP, a 21 de Março, no recinto do Palácio de Cristal, no Porto. Esteve presente o Ministro António Augusto de Aguiar e a Exposição teve concepção do seu director, Joaquim de Vasconcelos, de acordo com Viana (1970, pp. 86, 88 e 89).

A Exposição Permanente adoptou a concepção espacial que se havia verificado na Exposição Universal de Paris, em 1867 (Leandro, 2014).

1887 - Inauguração do Museu Industrial e Comercial de Lisboa, em finais de Julho. As dificuldades são, desde logo, notórias. Não se cumpriam as leis e regulamentos das escolas, que mandavam remeter para o Museu Industrial os trabalhos dos alunos, segundo Viana (1970).

No Palácio de Cristal vão-se realizando várias exposições industriais, concorrendo de algum modo com a esfera de acção do MICP (Leandro, 2014).

1887-1888 – É suspenso, por indicação superior, a publicação do Boletim do Museu Industrial e Comercial do Porto (Leandro, 2014).

1888 - Nova legislação sobre Museus Industriais e Comerciais. Para os dois museus haveria um só director, nomeado superiormente, e Joaquim de Vasconcelos vê suspensa superiormente a publicação do Catálogo e do Boletim (Viana, 1970, pp. 90-92).

1889 - Joaquim de Vasconcelos elabora relatório e apresenta várias propostas para o desenvolvimento futuro do Museu e diz esperar que tudo isto não fique em "letra morta" (Viana,

1970).

- Com escassos anos de existência, o MICP teve duas medalhas de ouro, três de prata, uma de bronze e uma menção honrosa na Exposição Universal de Paris, sendo que o MICP foi notificado pelas entidades oficiais, para estar presente naquela Exposição Universal, 15 dias antes do início do evento (Leandro, 2014).

- Fialho de Almeida na sua muito crítica obra *Os Gatos*, de 31 de Agosto, insurge-se contra alegadas deslocações de precioso património, de lugares públicos para as residências reais, nomeadamente de D. Fernando II. Exorta à devolução deste património móvel e exorta que vário acervo não saia impunemente do país, o que vinha acontecendo, nomeadamente por mãos de alguns elementos da aristocracia*. Proclama a necessidade da reorganização do ensino artístico e industrial, dizendo que é necessário completar a obra das escolas industriais, fundadas por Aguiar, pondo-lhe por cúpula um Museu daqueles, organizados segundo os planos do South-Kensington (Almeida, 1922).

1891 - Reorganização dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto, conforme Diário do Governo (1891, p. 2608).

-É realizada uma Exposição de Produtos no Palácio de Cristal, no Porto (Almeida, 1923c).

1893 – É aberta a 27 de Julho, nas galerias no Museu Industrial, a poente do Mosteiro dos Jerónimos, uma exposição de produtos fabris. Fialho de Almeida, em data anterior a 28 de Setembro, pontua os materiais expostos e descrê do ensino industrial, pois os que seguem os cursos industriais seguem para as aulas depois de um dia fatigante para ganhar o pão quotidiano. E disto decorre um terrível défice de atenção. Diz ainda, entre outra matéria que não há ligação da escola à oficina e que o professorado é incompetente (Almeida, 1923a).
Logo, a 28 de Setembro este autor continua a avaliação pormenorizada da visita à referida Exposição de materiais industriais, aberta no Museu Industrial. Aponta inúmeros aspectos que em seu entender são falhos de qualidade e diz que há uma falta de plano na organização fabril, em Portugal, faz frequentemente comparações com o que ocorre lá fora, em países da Europa (Almeida, 1923b) e diz serem os nossos de insuficiente ou muito insuficiente qualidade para o que contribuía também a matéria-prima de má qualidade. O autor descrê da nossa capacidade industrial.

- Publicação das atribuições do Director Geral do Comércio e Indústria, relativamente aos Museus Industriais e Comerciais, por Portaria de 18 de Janeiro de 1893.

1894 - Realização da Exposição Industrial e Agrícola, em Coimbra. Está presente a produção de lanifícios, cordoaria, correaria, cerâmicas, etc., conforme Mendes (1979).

- Realização no Palácio de Cristal, no Porto, da Exposição Insular e Colonial Portuguesa, por ocasião do 5º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique, que integrou colecções ultramarinas do Museu Antropológico de Coimbra, nomeadamente a que pertenceu a Alberto Correia, adquirida posteriormente pelo Doutor Bernardino Machado*, em 1897 (Gouveia, 1985; Amaral et al., 2013). Integrou, ainda, entre outros, acervos do Museu Industrial e Comercial de Lisboa.

1897 - Extinção do Museu Industrial, até então instalado no Mosteiro dos Jerónimos.

1899 - Extinção dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto, determinada pelo Ministro das Obras Públicas, por Decreto de 23 de Dezembro. É criada uma Comissão Superior de Exposições e, no Decreto, não há indicações sobre os destinos das colecções dos museus (Viana, 1970, p. 94). O referido Decreto atribui ao MICP apenas um guarda que servia de fiel como até então e um só servente, despedindo dois guardas e um servente. A extinção deste Museu ainda não era total (Leandro, 2014).

1902 - A 29 de Agosto cai a tabuleta grande da porta da rua, deixando de anunciar o MICP (Leandro, 2014).

1903 - São retirados os objectos das colecções do Museu Industrial, ainda existentes no Mosteiro dos Jerónimos.

1908 – O extinto MICP envia à Exposição Centenária da Abertura dos Portos do Brasil uma Exposição que segue acompanhada de um guarda (Leandro, 2014).

1914 - O Diário do Governo de 22 de Abril manifesta apreço pelo extinto Museu, dizendo que deixou de estar aberto ao público, mas conserva quase todo o seu acervo (Leandro, 2014).

1927 - As entidades oficiais mostram novamente algum interesse pelo acervo guardado, do extinto MICP (Leandro, 2014).

1940-1941 - Após décadas de vida agonizante parte do acervo remanescente do MICP, criado e dirigido por Joaquim de Vasconcelos, é distribuído por escolas e Museus e, por fim, o negociante de sucatas Manuel Domingues de Sousa Neves compra o restante acervo por duzentos e vinte e cinco escudos (Leandro, 2014).

APÊNDICE 27

MUSEUS DE TEMÁTICA GRANDIOSA

1 – Inauguração do Aquário Vasco da Gama, em 1898

No âmbito do 4º Centenário do vencimento do Caminho Marítimo para a Índia, foi inaugurado o Aquário Vasco da Gama, a 20 de Maio, sendo que neste ano é aqui montada uma Exposição Oceanográfica com materiais recolhidos pelo Rei D. Carlos (Gama, 1991).

Após o encerramento das Comemorações, a administração do Aquário foi entregue à Sociedade Portuguesa de Geografia.

Em 1901, por falta de recursos e consequente degradação, o Governo entrega-o à tutela da Marinha Portuguesa. Desde esta data, integra sobretudo um Museu com a Colecção Oceanográfica do Rei D. Carlos I, doada em 1935, e um aquário com uma abundante diversidade de espécies de água doce e salgada. Recebe muitos visitantes, em grande maioria escolares.

2 - Inauguração do Museu de S. Roque, também dito Museu do Tesouro da Capela de S. João Baptista, em 1905.

Olhemos, em termos cronológicos e muito pontualmente, esta acção museológica e alguns antecedentes.

1742-1749 - Na sequência da encomenda da Corte, ao tempo de D. João V, são executadas, em Roma, a Capela e as Colecções de paramentaria e ourivesaria. A Capela exibe riquíssimo acervo musivário - recentemente restaurado, entre 2010-2012, por equipas luso-italianas.

1752 - Estes materiais dão entrada na Igreja dos Jesuítas, já no tempo do que virá a ser Marquês de Pombal e, ainda, em vida da Rainha Maria Ana de Áustria.

1755 - O Terramoto poupa grande parte da Igreja e do seu recheio, embora tenha tombado a fachada, que foi refeita e é ainda a actual.

1759 - Expulsão dos Jesuítas.

1762 - A Igreja e os seus bens passam para a Santa Casa da Misericórdia.

1834 - Estes bens são protegidos pela Santa Casa. Não ocorrem os extravios que vemos noutras

situações.

1853 - Projecto para a construção de uma nova Sala para albergar o designado Tesouro da Capela de S. João Baptista e do Espírito Santo.

1898 - É inaugurada, na Sacristia, a Exposição do Tesouro. O acto tem a presença do Rei e é acompanhado de um solene *Te-Deum*. A administração da Capela de S. João Baptista, até então entregue ao Ministério do Reino, passa para a Santa Casa da Misericórdia.

1905 - É inaugurado o Museu que, então, se limitava à antiga Sala de Extracção da Lotaria Nacional - os resultados, à medida que saíam, iam sendo gritados da janela para o largo fronteiro.

É inaugurado, a 11 de Janeiro, com a presença da Rainha e do Rei, acrescida da presença dos Duques de Connaught, em visita oficial, e de suas filhas.

2005 - É publicada a obra *100 anos, Museu de S. Roque (1905-2005)*, editada pela Santa Casa da Misericórdia, que vimos seguindo, nomeadamente no que respeita ao texto de Morna (2005).

2015 – Em Junho, é inaugurada uma Exposição Temporária, na Galeria de Exposições Temporárias do Museu de São Roque, muito próximo da Capela de São João Baptista, sob título "*De Roma para Lisboa: um álbum para um Rei Magnânimo*", que teve publicação de Roteiro, Catálogo e folha volante - *flyer*[168].

A Directora do Museu de Arte Sacra, denominado Museu de São Roque, diz-nos que a presente Exposição "proporciona uma abordagem aos agentes envolvidos no processo que trouxe da cidade Pontifícia para a capital portuguesa um sem número de obras de arte italiana durante o reinado de D. João V, transmitindo o seu significado num contexto histórico de dimensão internacional e reflectindo aspectos do gosto, da política e da diplomacia europeia do século XVIII" (Morna, 2015, p. 1).

A inauguração oficial desta Exposição Temporária teve lugar no dia 25 de Junho, às 18.00, horas numa clara referência ao Santo onomástico do Rei D. João V, cuja Festa se celebra no dia anterior.

Esta exposição, com entrada e visitas guiadas gratuitas, inaugurada no referido mês Joanino,

[168] Nesta folha volante, entre outra matéria, é-nos dito que

> "No reinado de D. João V (1706-1750), Portugal era o principal mercado fora da Península Itálica, para as obras de arte produzidas em Roma, o mais prestigiado centro artístico da Europa, à época. As encomendas joaninas tinham uma importante função diplomática: afirmar Portugal como um Estado rico e poderoso". (Museu de São Roque, 2015, p. 1)

A esta estratégia de afirmação não será alheia a emissão, em 1726, da moeda de 24 dobras em oiro, considerada a de maior valor alguma vez cunhada na Europa, como dito.

um escasso mês após a reabertura do Museu Nacional dos Coches, pode sugerir uma maior incidência de eventos museológicos de temática grandiosa. E a sê-lo, é-o em tempo de fortíssima crise nacional, como ocorria igualmente naquele ano distante de 1905, há 110 anos, o que suscita motivo de reflexão.

Embora não nos desejemos alongar, refira-se que D. Carlos manda executar para esta inauguração ocorrida em 1905 uma cópia, de bronze, da escultura marmórea do seu antepassado D. João V, existente em Mafra, o que traz um acréscimo de pompa ao acto.

Entre o material exposto, entre outro acervo sumptuário, estão duas peças de ourivesaria à escala monumental, concretamente dois tocheiros de cerca de 400 kg, em prata dourada, trabalhos estes de nobilitada autoria, de executante de obra para o Vaticano, seguida de perto, conforme vontade da Coroa, por João Frederico Ludovice - ourives e arquitecto de origem germânica, que acompanhou a vinda de Maria Ana de Áustria para Portugal.

Em suma e pontualmente, este é um dos museus de temática grandiosa que relevámos para esta reflexão, a entender como uma afirmação de Poder Simbólico, inclusive pela visibilidade da solenidade do acto da inauguração, incluindo a presença da mais alta nobreza britânica.

3 - Inauguração do Museu dos Coches Reais, em 1905

Este Museu é também um Museu de temática grandiosa. Foi implantado no antigo Picadeiro do Paço de Belém. E não é só o acervo que no-lo diz e que conta como tal. Para esta sumptuosidade convirá também ter em conta o envolvimento, a moldura do próprio Museu, ou seja o Paço de Belém e os seus jardins – Real Quinta de Belém, adquirida por D. João V aos Condes de Aveiras, em 1726 - tempo áureo em tempo de ouro do Brasil. Este Paço de Belém é, à semelhança de outros seus congéneres, um lugar apetecido pela Corte - ali passou D. Carlos a lua-de-mel e ali, na Capela do Paço, foram baptizados os seus filhos. O nobilitante acervo do Museu e a localização do próprio Museu, como que reforçará o desejado prestígio social da Corte, que vive frequentemente, ali, a paredes meias, conferindo-lhe uma marca social de diferenciação.

E a Corte, fragilizada como o Regime e como o Estado-Nação Imperial, bem necessita de ser "reconhecida"

> "como centro de administração e instrumento de consolidação da unidade política, de modo a garantir a coesão do território; como instituição de coordenação, de produção de norma e de decisão; como orgão de prestígio e de poder assistido da sua simbólica; como árbitro do gosto e dos costumes; como elo de transmissão do que se passava no

> estrangeiro[169]; como instrumento capaz de atenuar ou mesmo eliminar a distância existente entre quem decide e quem executa a decisão do poder" (Macedo, 1992, p. 25).

Autor este, Jorge Macedo, que foi Presidente do Comissariado da Exposição *Tesouros Reais,* a qual teve lugar no Palácio Nacional da Ajuda e de que existe catálogo, onde a sua participação comporta o texto da Introdução Histórica, que temos vindo a seguir.

Passamos a pontualizar, de imediato, alguns dados cronológicos sobre este Museu, cujos ricos coches expostos são o discurso sumptuário desta temática, pois materializam uma afirmação de poder simbólico. Aliás, neste caso de poder simbólico, a Monarquia sugere abrir mão em 1908, já no seu ocaso, quando por Carta de Lei de 3 de Setembro de 1908 - ao tempo de D. Manuel II, o Palácio de Belém e outros, incluídos nos seus bens, deixam de estar na posse e usufruto da Coroa e passam a pertencer à Fazenda Nacional, sendo ainda que, no respeitante ao Museu dos Coches Reais, este passa, em 1908, a ser denominado Museu Nacional dos Coches e, em 1909, recebe Regulamento.

Vejamos, então, alguns dados cronológicos, relativamente à colecção dos referidos Coches:

1882 - Instalação dos Coches numa das salas térreas do Museu das Janelas Verdes, conforme Keil (1905).

1905 - É criado o Museu dos Coches Reais, por iniciativa da Rainha Dona Amélia*, e é instalado no edifício do antigo Picadeiro de Belém, construído no tempo de D. José I.

O Museu é composto por várias viaturas prestigiantes, estribos, bridões, escudos, aprestos de cavalos, lampiões, fardas de cocheiros, entre outros materiais (Anónimo, 1905).

1908 - O Museu dos Coches Reais passa a designar-se Museu Nacional dos Coches e fica sob a jurisdição do Ministério do Reino.

1908 - No que respeita ao Palácio de Belém, na envolvente do Museu dos Coches, por Carta de Lei de 3 de Setembro de 1908, no seu artº 2º, é dito que, por cedência expressa de Sua Magestade El-Rei D. Manuel II, o Palácio de Belém - e outros - fica pertencendo e é incorporado na Fazenda Nacional, deixando de permanecer como até agora na posse e usufruto da Coroa, conforme Beirão (1957, p. 26).

1909 - É aprovado o Regulamento do Museu Nacional dos Coches, conforme Diário do Governo n.º 90, de 25 de Abril de 1909.

[169] Como exemplo disto mesmo, é o facto de, conforme moda telegrafada de Paris, se esvaziarem de repente as varas de balão armadas de crinolina. A Rainha Maria Pia aparece no Teatro S. Carlos, em Lisboa, liberta das referidas varas de balão, escoada da cintura para baixo, e desde logo a população feminina possidente e frequentadora de S. Carlos se despachou a dispensar a crinolina no vestuário (Jorge, 1924).

1911 – É mantida a denominação de Museu Nacional dos Coches (Gouveia, 1993).

2015 - Quando fez exactamente 110 anos que havia sido inaugurado, ao tempo da Rainha D. Amélia, sua grande promotora, no então Picadeiro Real de Belém (Silva, 1976), reabriu o Museu Nacional dos Coches, em edifício novo, em Belém, a 23 de Maio. O projecto do edifício é do Arquitecto brasileiro Paulo Mendes da Costa, vencedor do Prémio Pritzker de Arquitectura, em 2006.

Pretendeu-se que fosse reaberto em 2010, em jeito de celebração da implantação da República, o que não ocorreu.

O Governo da República Portuguesa, com muita pompa abriu este novo espaço museológico na presença de membros do governo, embora não totalmente terminado, pois ainda havia muitos espaços em branco, devido em grande parte à ausência de projecto museológico (Simões, 2015).

Nesta construção do edifício, destinada a albergar esta grande colecção de temática grandiosa

> "foram gastos 40 milhões de euros (44 milhões de United States Dollars, USD) na construção - 35 milhões (38 milhões de USD) foram obtidos pela contrapartida da abertura do Casino de Lisboa, sendo que os custos de manutenção do novo edifício são igualmente elevados, atingindo cerca de 3 milhões de euros por ano (3. 300 milhões de USD)" (Simões, 2015, p. 21).

2016 – Estão em curso obras de conservação da cobertura e da fachada no antigo edifício do Picadeiro de Belém, onde, desde 1905 a 2015 esteve instalado o Museu Nacional dos Coches.

Cremos que, relativamente a este Museu dos Coches, deixámos enunciado que ele é ou pretende ser, na primeira década de 1900 – instrumento de "fazer ver e fazer crer" (Bourdieu, 2011) que aquele Portugal fragilizado tinha futuro.

No final desta primeira década de 1900, estávamos em tempo dito de Monarquia Nova e ensaiava-se um último fôlego de manutenção do Regime - como que numa tentativa de retorno aos princípios míticos da dinâmica Regeneração, do Marquês de Sá da Bandeira[170], considerado por Alexandre Herculano como o português mais ilustre do seu século. Isto, cremos, traz evidentes reflexos no âmbito da Museologia – neste caso, museologia de temática grandiosa -, como pensamos ter deixado enunciado e como continuaremos a tratar.

4 – Inauguração do Museu de Arte Sacra, em Luanda, em 1907

Apresenta uma densa Museografia ou Expografia, como era comum na época.

[170] Foi figura de relevo, nomeadamente quando o seu vulto se ergueu intemerato, na memorável sessão parlamentar de 19 de Fevereiro de 1836, para denunciar a ruína das possessões ultramarinas, devastadas pela escravatura, pedindo a extinção desta prática escravocrata (Dias, 1959).

As alfaias religiosas (**ANEXOS 7** e **8**) sugerem ser de nobilitante metal argênteo, o que é reforçado por Fernando Batalha (entrevista a 11/03/2002) que nos facultou a reprodução das fotografias e que poderá ter contactado com estas peças, de perto, em acção de estudo. Segundo este estudioso, os castiçais são de prata. O frontal do altar é de prata cinzelada; é muito elaborado e poderá ter cerca de 5 mm de espessura.

Segundo José Reis (n.1932, sacerdote) (entrevista a 11/5/2017) diz-nos que na primeira fotografia (**ANEXO 7**) estão retratados vários artefactos da Liturgia Católica[171], como seja o turíbulo, bem destacado pelo seu tamanho e forma, que tem a função de incensar; naveta para depósito de incenso; galhetas; cálice para a consagração; salva e gomil; ostensórios ou píxides; âmbula para os Santos Óleos.

Na segunda fotografia (**ANEXO 8**), vemos entre outros o frontal e vários castiçais, já referidos, bem como possíveis lanternas com protecção circular de vidro (José Reis, entrevista a 11/5/2017).

Para uma descrição mais pormenorizada deste acervo seria necessário uma maior proximidade às peças, incluindo a tocabilidade - com os devidos cuidados -, de forma a detectar eventuais números de inventário - ou inventários -, possíveis marcas de ourives e datações, incisões e outros detalhes, como vemos, por exemplo, ocorrer noutras situações, nomeadamente em trabalhos da autoria de Falcão e Santos (1993).

Este Museu de Arte Sacra foi inaugurado pelo Príncipe Real - e recebeu o seu nome - após ter inaugurado a Exposição do Museu Colonial, no Observatório, na Alta de Luanda.

5 – Inauguração do segundo Museu de Marinha, em 1909, no Palácio dos Duques de Palmela

Cremos fazer sentido relevar este Museu inaugurado pelo próprio Rei D. Manuel II, que nos remete para a figura do seu Pai, estudioso da fauna marítima, nomeadamente quando residia no Palácio da Cidadela (Almaça, 1983).

A inauguração deste museu, expondo espécimes antes guardados no Palácio das Necessidades, pode sugerir um desapossamento da Família Real, mostrando a alguns, o que antes era recôndito e de muito poucos. Tal generosidade - que é um atributo de poder - pode consubstanciar uma tomada de posição ideológica dos grupos dominantes e, como tal, pode traduzir uma estratégia de reprodução que procura o reforço, dentro e fora da classe, da crença de que é legítima a dominação por quem mais pode e tem, conforme Bourdieu (2011, pp. 3-13), que vimos seguindo.

[171] Esta temática de estudo mereceu uma detalhada atenção de Cordeiro et al. (1993), no que respeita à ourivesaria.

Posta esta nota, sigamos alguns dados cronológicos sobre o primeiro e o segundo Museu da Marinha, Museu este, como dito, inaugurado em 1909. Assim:

1863 - É estipulado, por Portaria de 22 de Julho, que devem ser recolhidos objectos "que por valia, significações e antiguidade, ou outras circunstâncias, devem fazer parte de um Museu de Marinha, e que, enquanto não se procedesse à sua organização definitiva ficaria esse Museu anexo à Escola Naval" - esta Escola Naval, até 1936 funcionou nas instalações do Arsenal de Marinha, junto do Terreiro do Paço. Este Museu era um Museu Escolar, com Reservas Visitáveis e acesso condicionado, ligado à Escola Naval.

1896 - É publicado um Catálogo do Museu de Marinha sob título *Modelos de Navios existentes na Escola Naval*, da autoria de João Braz de Oliveira, remontando estes modelos à época da Rainha D. Maria I.

1909 - É criado um segundo Museu Nacional de Marinha e confiada a sua direcção administrativa à Liga Naval Portuguesa. É determinado que do fundo destinado à construção do edifício para o Museu, seja entregue a quantia de 4.000$000 réis, como dito, à Liga, para imediata instalação da secção oceanográfica conforme Portaria do Ministério de Marinha e Ultramar de 16 de Dezembro, publicada no Diário do Governo nº 287, de 18 de Dezembro de 1909, p. 80.

- É criado um segundo Museu de Marinha, que ficará localizado no Palácio dos Duques de Palmela.

6 - Inauguração do Museu - Biblioteca do Buçaco, em 1910

A criação dos referidos museus de temática grandisosa era, por excelência, o retorno aos princípios míticos livres de escolhos, uma afirmação de Poder Simbólico, que "é um poder invisível só passível de ser exercido com a cumplicidade dos que não desejam saber que lhe estão sujeitos ou mesmo quem o exerce" (Bourdieu, 1970, p. 4). E acontecia que no País e, concretamente, em grande parte da Arma de Marinha, não havia essa cumplicidade, como provam os já referidos levantamentos de 1906[172], em navios fundeados no Tejo, seguidos de julgamento e degredos para Angola.

Posto isto e relativamente ao Museu Militar do Buçaco, nasce no âmbito da criação da Comissão para as Comemorações do Centenário da Guerra Peninsular, em Lisboa, publicada na Ordem do Exército, 2ª Série, nº 12, de 04 de Maio de 1908, Comissão esta nomeada pelo Rei D.

[172] A insubordinação, em 1906, a bordo do Cruzador *D. Carlos*, foi tratada na imprensa da época, conforme Anónimo (1906a).

Manuel II, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.

No âmbito dos trabalhos da referida Comissão, ocorre, por exemplo, em 1908, o levantamento do obelisco comemorativo da Batalha do Vimeiro, nos arrebaldes de Torres Vedras; o lançamento da primeira pedra do monumento em honra do povo e dos heróis da Guerra Peninsular, em Lisboa, feito pelo Rei - que vestia uniforme de Marechal-general do Exército -, a 15 de Setembro de 1908. Fazia 100 anos que as derrotadas tropas de Junot tinham zarpado do Tejo, com destino a França e o referido lançamento foi feito com festa grande, teve revista real às tropas da guarnição de Lisboa e desfile na Avenida da Liberdade, conforme Albuquerque (2010)[173]. Igualmente relevante foi a realização de uma Exposição Temporária, no então Museu de Artilharia, hoje denominado Museu Militar de Lisboa, que decorreu de 16 de Fevereiro a 24 de Abril, cujo acervo foi destinado ao Museu Militar do Buçaco, inaugurado a 27 de Setembro de 1910.

Este Museu Militar, inaugurado pelo Rei às 14:00 horas, é o Museu cuja designação vemos referida como "Museu-Biblioteca" (Costa, 1910, pp. 11, 14 e 19)[174], que visitámos.

A obra citada, Costa (1910, pp. 1-24), dá-nos vários detalhes sobre a Comemoração. Diz-nos esta obra que a cerimónia se divide em comemoração religiosa, comemoração militar e festa popular.

A parte religiosa, presidida pelo Bispo-Conde de Coimbra, constou de missa campal, alocução e benção da Bandeira do Centenário - esta Bandeira foi levada à benção pelo próprio Rei e está exposta na Sala dedicada à Guerra Peninsular, no Museu Militar de Lisboa, que visitámos; a comemoração militar teve a inauguração da Coroa do Centenário aposta no já existente Monumento do Buçaco, marcha em continência perante o Rei e perante a Bandeira do Centenário - e perante o Monumento -, inauguração pelo Rei do Museu-Biblioteca - anexo ao Monumento e consagrado especialmente a materiais relativos à Batalha do Buçaco, banquete presidido pelo Rei e visita guiada, a cavalo, ao campo de batalha, com o acompanhamento de oficiais do Serviço do Estado Maior; a festa popular, seguiu o programa apresentado pela junta de Paróquia do Luso.

A Comemoração teve grande pompa. Esteve presente o Rei – saudado com desfile em continência e salva de 21 tiros de Artilharia[175] à sua chegada ao planalto da serra, local da missa campal.

Mas a Artilharia já tinha troado às 06 horas da manhã, em jeito de alvorada, com uma salva de 21 tiros; troou depois, ao momento da Elevação, durante a referida Missa que teve início às 11

[173] Coronel de Infantaria e actual Director do Museu Militar de Lisboa.
[174] General de Divisão, em 1910.
[175] A representação da Artilharia, entre outros exemplares numismáticos emitidos em 1910, é motivo relevante do reverso da moeda de 1000 réis, em prata, através da representação de um canhão, em posição de perfil, a que acresce a legenda relativa ao Centenário da Guerra Peninsular e às Armas Reais (Reis, 2015).

horas da manhã, com 21 tiros, e troou, também com 21 tiros, à 1 hora da tarde, no momento em que o Rei fez o descerramento da Coroa de homenagem, também dita, Coroa do Centenário, fundida no Arsenal do Exército e executada em bronze.

A Comemoração teve a presença duma grande banda militar com cerca de 100 músicos à estante e a participação de bandas filarmónicas. Teve vários convidados civis e militares, tendo os convites seguido o modelo dos que foram feitos aquando da celebração da vitória do Vimeiro, em 1908. No presente caso das celebrações do Buçaco, entre os vários convidados relevava a figura do Duque de Wellington, neto do 1º Duque de Wellington, comandante das tropas anglo-lusas durante as Invasões Francesas. No que respeita à parte popular, entre outros, foi oferecido um bodo a 100 pobres.

As Comemorações da Batalha do Buçaco[176], de evidente pompa, incluem, entres outros a inauguração do Museu-Biblioteca pelo Rei (**ANEXO 16**). Estamos aqui, cremos nós, perante mais um Museu de temática grandiosa enquadrado em nobilitante moldura, por excesso, pelas forças militares presentes - incluindo elementos uniformizados à época das Invasões, com porta-estandarte e escolta à Bandeira -, pelos vários rebentamentos da Artilharia, pela celebração religiosa e alocução pelo capelão militar de Caçadores 5 - que exorta à união junto da Bandeira azul e branca -, pelos convidados nacionais e estrangeiros, pela enorme banda militar e pelas filarmónicas, pelo bodo aos pobres e outros, como dito.

Em tempo crepuscular de Monarquia e em dia de inauguração do Museu-Biblioteca do Buçaco - o último Museu inaugurado em tempo de Monarquia - a referida Comemoração, no Buçaco, no seu todo, sugere uma grande carga de significação. E no que respeita à benção e entrega da Bandeira ao Exército, tal pode remeter-nos eventualmente para uma outra Festa da Bandeira – possivelmente um tentâmen de reforço de aliança que ocorreu, relativamente à entrega da Bandeira à Marinha de Guerra, na Baía de Cascais, junto à Cidadela, ao tempo do Rei D. Carlos e algum tempo após a realização da Visita Imperial do Príncipe Real. O bodo aos pobres, por ser uma dádiva tão explicitada em programa das Comemorações, já referido, pode sugerir uma generosidade, a entender como atributo de poder, isto é, o bodo ocorre no contexto de paradas de prestígio, como ainda hoje persiste (Augé, 2007).

Terminamos, aqui, a reflexão sobre os Museus de temática grandiosa, pensando que o Museu-Biblioteca do Buçaco está suficientemente tratado e contextualizado no âmbito das Comemorações Centenárias da Batalha do Buçaco. É um Museu e uma Comemoração para "fazer ver e fazer crer" que era sólido o Regime e respeitado o Rei, e isto acontecia uma semana antes da

[176] Nesta batalha estiveram presentes à volta de 120 000 homens e houve um total de cerca 8 000 mortos e feridos.

implantação da República.

Em suma, como dito, terminamos aqui esta parcela de trabalho**,** relativa aos museus que entendemos como sendo de temática grandiosa. Quanto ao Museu de S. Roque estava e continua instalado no mesmo local e sob a mesma tutela; o Museu Nacional dos Coches e primeiro Museu de Marinha estão instalados em Belém, sendo que o primeiro Museu de Marinha está instalado no Mosteiro dos Jerónimos - espaço este inaugurado em 1962 que, em princípio, como processo em curso, poderá vir, eventualmente, a alargar e a abranger a área que presentemente está adstrita ao Museu Nacional de Arqueologia -, moldura só por si, de grande nobilitância e ali ficará instalado, a escassos metros do local onde em 1903, o moribundo Museu Industrial e Comercial de Lisboa conheceu a definitiva remoção dos restos das suas colecções -, qual sentinela dos tempos ditos egrégios em que o musculado Portugal, então "cabeça" da Europa toda no dizer do Poeta Maior da Língua, "cavalgando" a mais poderosa Artilharia do tempo, dominava os Mares; o Museu Militar do Buçaco, ainda hoje aqui instalado, sob supervisão de um Sargento-Mor, e inaugurado pelo Rei, a 27 de Setembro de 1910 - que é quanto a nós, o último criado em tempo de Monarquia -, com "pompa e circunstância", com grande moldura militar, e cujo cerimonial de celebração da Batalha do Buçaco - para o que foi inaugurada uma coroa de obelisco, como havia ocorrido a inauguração do obelisco, em 1908, no Vimeiro -, sugere ser muito, então, em termos de poder simbólico, uma afirmação do periclitante e jovem Rei*, do crepuscular Regime e do fragilizado Estado – Nação Imperial.

APÊNDICE 28

MUSEUS E EXPOSIÇÕES DE PRODUTOS E AFINS

Ante 1750 – No Reinado de D. João V a ornitología foi uma das principais predilecções do Rei. Mandou construir vastos e sumptuosos viveiros para "aves exóticas", conforme Brigola (2003, p. 79).

1781 - Envio de "Breves Instruções" remetidas aos correspondentes da Academia das Ciências, "visando remessas de produtos e notícias para formar um Museu Nacional" e nessas Instruções fala-se de "quadrúpedes", "aves", "reptis", "peixes", "animais crustáceos", "insectos", "vegetais", "minerais", e também "obras artíficiais dos naturais do país". Sabe-se que aquelas Instruções foram recebidas pelo menos em Moçambique, de que resultou o "envio de conchas, búzios, raízes, madeiras e cristais, e apenas três lotes de objectos: as insígnias de um régulo Macua; uma colecção de armas, «madeiras e algumas raridades, incluindo barras de cobre»" (Oliveira, 1971, pp. 24-25).

1782 – É referida a colecção do Marquês de Angeja[177], onde se podiam observar "armas dos índios, de madeira, instrumentos para cortar árvores e lavrar" (Oliveira, 1971, p. 24). Brigola (2003, pp. 536-537) refere-se também ao Gabinete de História Natural e Jardim Botânico do Marquês de Angeja.

1791-1810 – Brigola (2003, pp. 567-572) enumera relações de envios de materiais dos territórios ultramarinos e outros locais para "o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda".

1797 – Continua presente a preocupação da vinda de remessas para a metrópole:

> "São novamente enviadas instruções ao Governador Geral de Moçambique, em nome de D. Maria I, relembrando a recolha, acondionamento e envio, por conta da sua Real Fazenda, de todas as qualidades de sementes, de plantas próprias dessa capitania (principalmente as que tiverem utilidade médica ou económica), para o seu Real Jardim Botânico; e para o seu Real Museu, conchas, corais e plantas marinhas, cristais, ouro e outros minerais, e também os produtos artificiais que produzem a indústria dos Homens, particularmente as dos Negros desse distrito; compreendendo-se nesses produtos armas de tiro ou de bater perto; instrumentos músicos, tanto marciais como festivos, vestidos e ornatos, móveis e utensílios" (Oliveira, 1971, p. 25).

1857 - É legislada a criação do Museu e Livraria em Luanda, por Sá da Bandeira, Ministro de Marinha e do Ultramar, ao tempo de D. Pedro V, conforme Boletim Oficial do Governo Geral da Província d'Angola (1857, p. 1), cujo texto reproduzimos:

> "Sendo de necessidade que em cada uma das Secretarias Gerais das diferentes Províncias do

[177] Sobreviveu politicamente ao desterro do Marquês de Pombal, em 1777, ano da morte do Rei D. José. Com D. Maria I, foi nomeado Presidente do Real Erário e Ministro Assistente ao despacho no Gabinete desta Rainha.

> Ultramar haja uma livraria das principais obras de história, administração e política, e de todos aqueles assuntos que têm relação mais ou menos imediata com a governação dos Estados; e não sendo menos necessário que nas referidas Secretarias haja igualmente um Museu de madeiras, de minerais, e de todos os mais objectos adequados a um estabelecimento de tal natureza, Museu que se tornará tanto mais interessante quanto mais facilmente indicar a importância e riqueza dos produtos naturais das referidas notícias: Manda Sua Majestade El-Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, que o Governador Geral da Província de Angola, aproveitando-se dos elementos que porventura nela encontrar dê começo à fundação de uma livraria, que será anexa à Secretaria do respectivo Governo Geral e bem assim à fundação de um Museu, que igualmente lhe fique anexo, cujos objectos, e as obras da citada livraria, devem ser entregues por inventário ao competente Secretário Geral, e posteriormente por este aos seus sucessores, com todas as formalidades e possíveis cautelas para se evitarem os descaminhos, pelos quais ficarão responsáveis os Secretários Gerais nas mãos de quem se encontram. Paço em 28 de Março de 1857 – Sá da Bandeira ". Boletim Oficial do Governo Geral da Província d'Angola (1857, p. 1)

Meados do SÉC. XIX - Passam a editar-se os Boletins Oficiais de Angola – Anais do Conselho Ultramarino, os quais contêm não só legislação respeitante à recolha de colecções mas também enumeração de mostruários presentes em exposições na Europa (Paris, Londres, Bruxelas), conforme informação oral de Carlos Lopes Cardozo.

1863 - 1864 - Começa o Governo de Angola a preparar um edifício para um Museu e Biblioteca na Cidade de Luanda, conforme Magalhães (1922, p. XXXIV).

1864 - É criada uma comissão para "instituir e organizar nesta cidade de Luanda uma biblioteca e um museu que possam franquear-se ao público", conforme Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1864, p. 265).

1864 - 1885 - Sob coordenação de Francisco de Oliveira Chamiço - membro da Comissão Africana da Sociedade de Geografia e fundador do Banco Nacional Ultramarino – primeiro banco europeu com funções emissoras nas colónias - e no âmbito da acção do Banco Nacional Ultramarino, são mostrados, em Antuérpia, produtos das colónias portuguesas, nomeadamente Angola, conforme Correia (1984), a propósito do Centenário da Expedição de Capelo e Ivens.

1870 – Inauguração do Museu Colonial, em Lisboa, a 15 de Maio, na presença do Rei D. Luís I e da Rainha. A acentuação do acervo

> "é dada aos produtos naturais, agrícolas, vegetais e minerais, do nosso ultramar, evidentemente na esteira do Museu Real, a que atrás aludimos, dos tempos de D. Maria I, e dentro dessa mesma concepção" (Oliveira, 1971, p. 25).

1871 – É publicado, em Janeiro, o Regulamento do atrás referido Museu Colonial, inaugurado no ano anterior, onde se salienta logo no Capítulo I, Artigo 3, do Diário do Governo, que o Museu

> "tem por fim coligir, classificar, conservar e expor ao exame público os diversos produtos e quaisquer objectos que possam servir ao conhecimento, estudo económico e aproveitamento das variadas riquezas dos territórios ultramarinos, entre as quais, e para além de produtos

> extractivos, fabris ou manufacturados", como sejam "objectos arqueológicos, legendários, comemorativos, e quaisquer outros que digam respeito à história e costumes das nossas possessões ultramarinas". (Diário do Governo, 1871, p. 151).

Nos anos noventa, o Museu Colonial do Ministério dos Negócios de Marinha e do Ultramar, foi anexado ao Museu da Sociedade de Geografia, com a designação de Museu Colonial e Etnográfico (Ramos, 1992).

- São instituídos, em Santiago de Cabo Verde, a Biblioteca e o Museu – Museu de Produtos Coloniais - conforme Portaria nº 15/1871. Assim:

> "Sendo necessário dar-se a devida aplicação à verba do Artigo 28 do Capítulo 8 do Orçamento desta Província há por conveniente nomear uma comissão que se denominará comissão directora da biblioteca e museus nacionais, e será composta do secretário geral deste Governo João Cezário de Lacerda, que servirá de presidente, do delegado do procurardor da coroa e fazenda da comarca de sotavento, o Dr. Alfredo Troni, e do facultativo de 1ª classe do quadro de saúde, Dr. Francisco Frederico Hopffer e outro sim ordenar que esta comissão elabore um projecto de regulamento para a biblioteca e para um museu de produtos coloniais, ficando a seu cargo a direcção destes estabelecimentos.
> As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.. *Quartel-general do Governo da província, na cidade da Praia de S. Tiago, 14 de Janeiro de 1871. Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque. Governador Geral.* " (Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, 1871, p. 6)

– Publicação do Regulamento da Biblioteca e Museus Nacionais, conforme Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871). O Regulamento contém quatro capítulos e um total de 16 artigos, sendo que o Artigo 1 diz que a Biblioteca e o Museu, de que trata o Artigo 28, Capítulo 8, do Orçamento da Província - que já referimos -, "são criados para facilitar instrução ao público, e formar colecções de produtos histórico-naturais, que sirvam de exemplares para o estudo" (Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, 1871, pp. 48-49)

- Publicação da epístola enviada ao Governador Geral de Angola pelo Governador Geral de Cabo Verde, informando acerca da instituição do Museu em Santiago e pedindo ofertas para a Biblioteca e doações "para o Museu com exemplares desta riquíssima região, especialmente matérias primas e industriais" (Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola, 1871, p. 114).

- É publicado o "Regulamento da Biblioteca e Museus Nacionais: Do fim e meios de sustentação da Biblioteca e Museus Nacionais", conforme Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo-Verde (1871, pp. 48-49) (**ANEXO 17**), em que, entre outros, é referido a quem cabe "o encargo da colheita e remessa de exemplares de produtos histórico-naturais, assim como de amostras de matérias que sirvam para as artes e para o comércio, e de artefactos de indústrias locais". O Regulamento apresenta vários capítulos, como sejam: Cap. I – Do fim e meios de sustentação da Biblioteca e Museus Nacionais; Cap. II - Da Comissão Directora; Cap. III – Do encarregado da guarda e conservação da Biblioteca e Museu; Cap. IV – Disposições Gerais.

Relevamos que a sede da Biblioteca e Museu é na capital da província e em edifício do Estado.

Igualmente, relevamos que compete à Comissão Directora a redacção dos catálogos da Biblioteca e do Museu, e abre-se a possibilidade de, aqui, serem feitas prelecções e leituras públicas sobre assuntos científicos e culturais.

Ainda, conforme Artigo 4 do Capítulo I do referido Regulamento, fica a caber aos Administradores do Concelho e à Junta de Saúde Pública através dos seus delegados, fazer a colheita e remessa de exemplares de produtos histórico-naturais, conforme atrás referido.

– São destinados 270$000 réis para a implementação de Biblioteca e Museu Nacionais, como inscrito em Despesas do Orçamento da Província de Cabo Verde, para o ano 1870-1871, Capítulo VIII, p. 21, do Boletim Oficial de Cabo Verde, sobretudo de Produtos, em "Parte não Oficial" do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871, p. 252).

– Publicação de informação relativa à instalação da Biblioteca e Museu, sobretudo de Produtos, em "parte não Oficial" do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1871, p. 114). Assim, é informado que

> "Deve realizar-se num dos próximos dias a instalação da Biblioteca e Museu Nacionais, cujo Regulamento vai publicado noutro lugar deste Boletim. Por não haver por enquanto edifício público disponível, nem casa particular, em boas condições, que possa alugar-se para aquele estabelecimento, começará ele a funcionar numa das salas em que se acha o Quartel General, sala que o Ex.mo Sr. Governador Geral empresta para tal fim. Espera-se, porém, que brevemente ficará vaga na cidade uma casa em que se há-de poder acomodar a Biblioteca e o Museu, pelo menos na primeira década da sua existência". (Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde,1871, p. 114).

– Publicação do Regulamento do Museu Colonial, em Cabo Verde, aprovado por Decreto de 26 de Janeiro último. Estabelece este Regulamento sete divisões, pelas quais devem ser distribuídos os diferentes exemplares do Museu, conforme "Parte não Oficial" do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871, p. 59). As sete divisões são as seguintes:

1 - História Natural; 2 – Agricultura; 3 – Florestas: 4 – Matérias Extractivas; 5 – Artefactos, 6 – Objectos Curiosos e Estrangeiros.

É referido e também relevante ainda neste Boletim que

> "haverá no fim de cada período de dois anos uma Exposição dos Produtos entrados durante eles no Museu, a qual será aberta no 1º de Maio e encerrada no último de Junho. Os expositores que, como dignos de tal, forem qualificados por um Júri de 11 membros, presidido pelo Ministro do Ultrmar, serão galardoados com prémios ou menções honrosas". Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871, p. 59) (**ANEXO 18**).

– É dada informação sobre a instalação da Biblioteca e Museu Nacionais, conforme Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871, p. 76). É dito, ainda, que a Biblioteca e Museu funcionam por agora, e enquanto não houver casa apropriada, no *rez-de-chaussé* da casa do Quartel General do governo. Ainda, é referido que "No Museu figuram já duas espingardas, uma bolsa com munições de guerra, e vários outros objectos deixados pelos gentios no campo de

acção, por ocasião da tomada de Cacanda".

Presumimos que estas espingardas fossem arcaicas. Foram capturadas durante as então recentes acções de ocupação, em Cacanda, área de Cacheu, na Guiné.

- É regulamentado o Museu Colonial, exposições e concursos de produtos ultramarinos, conforme Decreto da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, de 26 de Janeiro, e conforme Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola, nº 14, de 8 de Abril de 1871, e ainda, nº 15, de 15 de Abril de 1871 (**ANEXO 19**).

– É publicado o "Regulamento do Museu Colonial, e das exposições e Concursos de Produtos Ultramarinos", abrangendo quatro capítulos e 23 artigos, conforme Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique (1871, pp. 71- 73) (**ANEXO 20**). Remete especificamente, logo no Artigo 1º para legislação de 1869, dizendo que

> "As Colecções de Produtos Coloniais, que estão a cargo da 2ª Repartição da Direcção Geral do Ultramar por disposição do Artigo 11, nº 12, do Decreto com força de Lei de 1 de Dezembro de 1869, constituem um Museu Colonial com Administração especial dependente daquela Direcção e Repartição". (Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique, 1871, p. 71).

Diz, a seguir, o Artigo 2, que o

> "Museu Colonial tem por fim coligir, classificar, conservar e expor ao exame público os diversos produtos e quaisquer objectos que possam servir ao conhecimento, estudo económico e aproveitamento das variadas riquezas das nossas possessões ultramarinas" (Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique, 1871, p. 71).

Entre muita outra matéria, relevamos ainda o Artigo nº 3. Este diz relativamente aos produtos que entrarem no Museu Colonial, que serão metodicamente classificados e distribuídos pelas seguintes divisões, como sejam: 1ª Divisão – História Natural; 2ª Divisão – Agricultura; 3ª Divisão – Florestas; 4ª Divisão – Matérias Extractivas; 5ª Divisão – Artefactos; 6ª Divisão – Objectos Raros e Curiosos; 7ª Divisão – Produtos.

Ainda, entre outras indicações é dito que o Museu Colonial deverá ter anexa uma Biblioteca, como vemos noutras situações.

O presente Regulamento é emanado do Governo da Metrópole, conforme Decreto de 26 de Janeiro de 1871, o que explicita muito e reiteradamente que esta Museologia de Produtos é uma constante a nível das intenções do Governo Central.

– É dada conta dos livros recebidos pela Biblioteca e Museus nacionais enviados pela Direcção Geral de Marinha, conforme Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871, p. 149).

– É dado conhecimento das ofertas feitas à Biblioteca e Museu Nacionais, entre outras, feitas pelo Duque e Duquesa de Palmela, em nota assinada em 31 de Agosto, conforme Boletim Oficial do

Governo Geral da Província de Cabo Verde (1871, pp. 207-208).

1872 – São produzidas duas cartas régias e três Decretos datados de 7 de Julho e publicados em Diário do Governo (1872, p. 1358-1359), com remissão para a organização e esforços a desenvolver, no sentido de levar a presença de Portugal à Exposição Universal de Viena[178], no ano seguinte.

Os referidos esforços têm muito a ver com a apresentação de Produtos.

– Publicação do Decreto datado de 7 de Setembro, subscrito pelo Rei e por António Maria de Fontes Pereira de Melo, António Rodrigues Sampaio, António Augusto Barjona de Freitas, Jaime Constantino de Freitas Moniz, João de Andrade Corvo e António Cardoso Avelino - Diário do Governo (1872, pp. 1358-1359).

O Rei D. Luís I, em introdução, convida seu pai "muito alto e muito poderoso Principe e senhor D. Fernando II" a presidir à "comissão central directora dos trabalhos preparatórios para a Exposição Universal que há-de abrir-se em Viena d'Áustria, no mês de Maio de 1873, criada por Decreto desta data". Logo após nomeia o Marquês d'Ávila e Bolama para presidente da referida comissão central directora, na ausência do Rei, seu Pai.

A seguir e justificando o Decreto é dito que

> "Sendo da maior conveniência que os Produtos de todas as nossas indústrias sejam devidamente representados na Exposição inaugural, que há-de inaugurar-se em Viena d'Áustria no mês de Maio de 1873; e considerando que é de necessidade urgente regular os trabalhos preparatórios, que demanda a selecção e expedição dos Produtos das nossas indústrias que tenham que concorrer à referida Exposição, hei por bem decretar o seguinte:..." (Diário do Governo, 1872, p. 1358).

A que se seguem cinco artigos plenos de pormenores sobre, entre outros, a abertura de concurso para admissão de produtos oriundos da indústria de Portugal, sua selecção e exposição, bem como coordenação dos catálogo dos produtos selecionados e elaboração de proposta ao Governo no que respeita às medidas que forem consideradas convenientes para alcançar os objectivos pretendidos.

Segue logo após, no Decreto presente, a "relação dos vogais da Comissão Central de Lisboa para a Exposição Universal de Viena d'Áustria criada por Decreto da data de hoje" (Diário do Governo, 1872, p. 1359), de entre os quais relevamos José Vicente Barbosa du Bocage, Professor da Escola Politécnica; António Augusto de Aguiar, Director do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; José Ribeiro da Cunha, presidente da Associação Comercial de Lisboa; Pedro Daupias, negociante e Industrial; Marquês de Ficalho, Vogal do Conselho Geral do Comércio e Agricultura; Conde de Linhares, vogal da Junta Consultiva de Marinha; Conde de Ficalho, Director do Instituto

[178] Também o Brasil Bragançano concorria com Produtos nesta Exposição Universal, como por exemplo, peles, cordas e redes, matérias essas mostradas, sobretudo, às potências mais industrializadas (Schwarz, 2003).

Geral de Agricultura; Conselheiro Francisco de Oliveira Chamiço, Governador do Banco Ultramarino, e tantos outros.

Este Decreto assume, cremos, uma particular importância. É obra da Regeneração e retrata um enorme esforço de Legislação (acrescido de outros materiais já reflectidos e fruto da Legislação destes primeiros anos da década de 70).

O presente Decreto presta-se também como matéria de reflexão relativamente a acções posteriores conducentes a representar Portugal e os seus territórios metropolitanos, adjacentes e ultramarinos em futuras Exposições Universais.

– Publicação da "Circular" e "Programa", subscritos pelo Secretário da Comissão João Palha de Faria Lacerda e dirigida ao Governador Geral da Província de Angola, relativos à Exposição Universal de Viena d'Áustria (Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola, 1872, pp. 524-527) (**ANEXO 21**).

A "Circular" começa por convidar todos os industriais do país a participar nesta Exposição Universal e, logo depois, faz referência ao Decreto de 7 de Setembro deste mesmo ano, que nomeou uma Comissão Central incumbida dos trabalhos preparatórios para a Exposição da secção de Portugal no futuro concurso Universal já indicado. Este documento continua, apontando entre outra matéria, oito pormenorizados pontos relativos à admissão na Exposição. É um texto que apela à participação.

Quanto ao "Programa", contempla nove capítulos. O Capítulo II diz concretamente que "Os objectos expostos serão divididos em 26 grupos", pontuados um a um, com indicações do que se pretende relativamente a cada um deles, incluindo os Produtos; o Capítulo III e seguintes, até ao nono, remetem muito, em texto esclarecedor, para a Indústria e para o Comércio, sendo que o Capítulo V remete para o "resultado de invenções e descobertas feitas depois da primeira Exposição Universal, de Londres, de 1851", enquanto que o Capítulo VIII refere as Exposições de Paris, de 1855; de Londres, de 1862 e de Paris, de 1867, no que se tentaria, por comparação, com dados anteriores a 1873, "mostrar a força produtiva das diferentes nações no próprio espaço que a cada uma for destinada no Palácio de Exposição".

Por fim, diz este Boletim Oficial que o presente texto terá continuação no Boletim Oficial de Angola, do próximo dia 14 de Dezembro.

É evidente, aqui, a importância dada, entre outros, aos Produtos e à Indústria, sendo que na perspectiva evolucionista é a Indústria o estádio mais desenvolvido e, como tal, é o indicador por excelência das então ditas Nações civilizadas. Quanto aos Produtos, esses são imprescindíveis à Indústria e, em grande parte, são oriundos das Colónias.

– Continuação do "programa" da Exposição Universal de Viena d'Áustria, de 1873, no seguimento do anterior Boletim Oficial de Angola, datado de 7 de Dezembro - Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1872, pp. 534-540) (**ANEXO 22)**.

O "Programa" continua com mais seis Capítulos, que somam um total de 15 Capítulos e exibe a assinatura do presidente da Comissão Imperial, Arquiduque Regnier e a do Director Geral, Barão Shwarz-Senborn.

Logo de seguida é explicitado o "Sistema de classificação", que é longo e se estende por 26 grupos, por fim também subscrito pelos citados Arquiduque Regnier e Barão Shwarz-Senborn.
Os referidos 26 grupos têm por títulos - desdobrados por várias alíneas -, o seguinte: 1º grupo - Exploração de minas e metalurgia; 2º grupo - Agricultura, horticultura, exploração e indústria florestal; 3º grupo - Artes químicas; 4º grupo – Substâncias alimentícias, incluindo bebidas-tabaco, como produtos industriais; 5º grupo - Indústria das matérias têxteis - obra de agulha etc.; 6º grupo – Indústria do couro e do caoutchou; 7º grupo – Indústria dos metais; 8º grupo – Manufactura de madeira; 9º grupo – Artefactos de pedra, vidraria e indústria cerâmica; 10º grupo – Marroquim e quinquilharias diversas; 11º grupo – Indústria de papel; 12º grupo – Artes gráficas e desenhos industriais; 13º grupo – Máquinas, material de transporte; 14º grupo - Instrumentos de precisão e de medicina; 15º grupo – Instrumentos de música; 16º grupo - Exércitos; 17º grupo - Marinha; 18º grupo - Engenharia civil, obras-públicas e arquitectura; 19º grupo – Tipos de casa de habitação nas cidades e vilas, sua disposição, utensílios e mobília; 20º grupo – Tipos de habitações rurais, sua disposição, utensílios e mobília; 21º grupo – Indústria doméstica nacional; 22º grupo – Representação da influência dos Museus de Belas Artes aplicadas à indústria; 23º grupo – Obras de arte pertencentes aos cultos religiosos; 24º grupo – Objectos de arte das épocas passadas expostos por amadores e colaboradores; 25º grupo – Belas artes. Obras executadas depois da Exposição Universal de 1862; 26º grupo – Educação, ensino e instrução (**ANEXO 22**).

Por fim, o presente Boletim, na matéria relativa à Exposição Universal de Viena, termina com texto subscrito pelo Marquês d'Ávila e Bolama, Presidente da Comissão Central de Lisboa - no impedimento do Rei D. Fernando II.

O texto assume uma forma mobilizadora e, entre tanta matéria, relevamos a comparação que faz com anteriores Exposições Universais, esperando "confiadamente que em 1873 não desmereceremos do bom conceito em que fomos tidos nas quatro anteriores Exposições Universais de 1851, 1855, 1862 e 1867" (**ANEXO 22**).

Relativamente aos recursos das possessões ultramarinas disse o referido Presidente da Comissão Central que cria "poder sustentar que o nosso comércio ultramarino tem ganho sempre

com as exposições anteriores. Ali se conheceram produtos importantes das nossas possessões, que até então não tinham valor comercial" (**ANEXO 22**).

– Remissão para a Portaria Circular nº 138, subscrita no Paço por Jaime Constantino de Freitas Moniz, que cita o Diário do Governo e, concretamente, o Decreto assinado a 7 de Setembro, atrás apresentado na rubrica anterior. A referida Portaria refere a criação de uma Comissão Central Directora dos trabalhos Preparatórios para a Exposição Universal que há-de abrir em Viena de Áustria em 1873, na parte que diz respeito à Secção destinada à Exposição de Portugal. E isto, posto ser de grande e de reconhecido proveito que os valiosos e diversos produtos das possessões portuguesas se apresentem nesta Exposição. Ainda, diz esta Portaria

> "que manda Sua Magestade El-Rei pela Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e do Ultramar que o Governo Geral da Província de Cabo Verde, por si ou por pessoas a quem julgue conveniente encarregar de tal trabalho, procure coligir a maior soma de amostras dos variados produtos da Província; e os remeta á mencionada Comissão a tempo de poderem estar em Lisboa no fim de Março, regulando-se em tudo pelas instruções que juntas se lhe remetem impressas". (Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde,1872, p. 277) (**ANEXO 23**).

– Publicação da Portaria nº 390, subscrita pela Secretaria do Governo Geral da Província de Cabo Verde, na cidade da Praia de Santiago, a 7 de Dezembro, por João Cesário de Lacerda, Secretário-Geral.

Tem esta Portaria uma Introdução que remete para a Portaria Circular nº 138 atrás referida, de 4 de Novembro, ordenando que se colija a maior soma possível de amostras dos diversos produtos da mesma Província, para depois serem enviados e estarem presentes no grupo Colonial da Secção destinada aos Produtos Portugueses na Exposição Universal que ocorrerá em Viena de Áustria, em 1873. Ainda, nesta Introdução se diz que

> "convém aos Arquipélago de Cabo Verde e ao então distrito da Guiné Portuguesa estarem dignamente representados naquele certame internacional pelo maior número das ricas e variadas produções do seu solo, dos seus mares, e das suas indústrias, do que resultará vantagem óbvia, não só para os interesses gerais da Província, mas também para os particulares dos produtores". (Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde, 1872, p. 278).

Também na parte introdutória é dito que o Governador-Geral acredita na boa vontade de todos para a prossecução dos fins atrás apontados e que cria, em cada um dos Concelhos do arquipélago,

> "uma Comissão encarregada de coligir, acondicionar, e remeter para este Governo Geral o maior número que se possa obter de Produtos do respectivo Concelho, que devam figurar na Exposição Universal que no próximo ano de 1873 se deve abrir em Viena de Áustria". (Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde, 1872, p. 279).

As presidências destas Comissões cabem geralmente ao Bispo da Diocese, aos Delegados de Saúde e aos Administradores dos Concelhos.

A presente Portaria, nº 390, depois da Introdução e da nomeação dos membros das Comissões, apresenta as "Instruções para as comissões encarregadas de coligir os produtos da província de Cabo Verde que devem ser remetidos à Comissão Central de Lisboa, com destino à Exposição Universal de Vienna d' Áustria de 1873", onde é especificada, em Capítulo I, a "Relação dos produtos que devem ser remetidos da província de Cabo Verde à Exposição Universal que há-de abrir-se em Vienna d'Austria no próximo ano de 1873", conforme Boletim Oficial do Governo-Geral da Provínica de Cabo Verde (1872, p. 279) (**ANEXO 23**).

1879-1882 – Dão entrada na Universidade de Coimbra várias remessas de objectos e produtos de Macau e Timor, cujas recolhas foram realizadas pelo Governo desta província e

> "que tinha como principal objectivo tornar conhecidas as qualidades, aplicações e preços dos produtos com potencial industrial e comercial, por sua vez resultantes dos laços estabelecidos com a Universidade através da figura de Júlio Henriques* então Director do Museu e Jardim Botânico". (Amaral et al., 2013, p. 132).

Década de 1880 - Intensificam-se as participações portuguesas com materiais angolanos em exposições internacionais, conforme Carlos Lopes Cardozo (entrevista a 03/05/1983).

1880 – É fundada, em Luanda, uma Sociedade de Geografia, denominada Sociedade Propagadora de Conhecimentos Geográfico-Africanos, que teve o projecto de estatutos aprovado pela Portaria nº 398, ao tempo do Governador-Geral de Angola e Capitão-de-fragata da Armada Real, António Eleutério Dantas, publicado Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola (1880, 16 de Outubro). Foram publicados, depois, os estatutos no Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola (1880, 30 de Outubro) (Lopo, 1963). Estes estatutos têm oito Capítulos e Tabela. A nível museológico importa focar sobretudo o Artigo 4 que enumera as sete comissões instituídas, nomeadamente a que é "encarregada do museu"; o Artigo 25 diz que, por ausência, doença, morte de sócios, ou por outras quaisquer causas, que a sociedade, limitadíssima no número de seus membros, não possa subsistir, serão, por deliberação da assembleia dos que restarem, entregues à Câmara Municipal de Luanda todos os valores e efeitos que à sociedade pertençam, sem que algum dos sócios possa invocar direito sobre eles; e isto a fim de que a referida câmara, com esses elementos, funde uma biblioteca e um Museu Municipais; e o parágrafo único deste Artigo 25, estipulando que, caso a Câmara recuse a formação do Museu e da Biblioteca, os referidos valores e efeitos deverão ser enviados à Sociedade Geográfica de Lisboa.

Esta Sociedade tinha na sua direcção, nos seus sócios efectivos e honorários membros de grande vulto, em grande número oriundos da Marinha de Guerra (**ANEXO 24**).

1881 - A Sociedade Propagadora de Conhecimentos Geográfico-Africanos inaugurou um Museu Etnográfico e de Produtos da Colónia, em Luanda (Magalhães, 1922).

1884 – É realizada, em Luanda, na Escola Profissional, a Exposição Colonial da Província de Angola, inaugurada a 31 de Outubro de 1884 – data do aniversário do Rei D. Luís I, segundo uma fotografia de C. Fortes, com desenho de Cazellas e gravura de Caetano Alberto (Martins, 2014).

Exposição colonial da provincia de Angola, inaugurada em 31 de outubro de 1884 (Segundo uma photographia de C. Fortes)

Reprodução de gravura da Exposição Colonial da Província de Angola, em Luanda, inaugurada a 31 de Outubro de 1884 (Martins, 2014).

Nesta gravura vêem-se bem as vitrines que foram executadas por um carpinteiro local (não há referência a arquitecto ou a engenheiro). São bem visíveis as vitrines onde as prateleiras baixam na parte anterior, de modo a dar maior ângulo de visão ao visitante. O material exposto é diverso, abundando os contentores vítreos*, contendo possíveis amostras de Produtos. São igualmente visíveis outros materiais, como sejam instrumentos musicais, animais empalhados, uma enorme ponta de marfim* cinzelado - um possível marfim documental - e outros, recolhidos então por volta de 1884, e em parte remanescentes dos Produtos pertencentes à extinta Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Geográficos Africanos, instituída em Luanda em 1880 (Anónimo, 1885).

1890 – Realização da Exposição de Artes, Indústria e Agricultura, em Dezembro, em Velha-Goa. Segundo fotografia de Souza & Paul, para além dos vários materiais expostos, mobiliário, relógio de caixa alta, maquete de uma construção de três pisos, armamento, estatuetas pintadas, conchas de moluscos marinhos, usadas como pisa-papéis, pinturas, desenhos e cestaria, destaca-se o retrato do recém-coroado Rei D. Carlos I e de sua mulher, a Rainha D. Amélia (**ANEXO 25**) (Vicente, 2014).

1891 - São mostrados em Exposição inaugurada pelo Rei D. Carlos, no Porto, no Palácio de Cristal, vários produtos coloniais e objectos transformados, conforme Almeida (1923c, pp. 296-297), em 30 de Outubro, que de uma forma muito crítica afirma: ”Dizei então porque vos dais a vangloriar de vir abrir ao Palácio de Cristal, uma exposição de doces azedos, chitas que distingem, e produtos coloniais todos bichosos?”. Exorta ainda o então jovem Rei, em texto premonitório de fim de Regime, a reflectir e a aproximar-se do Povo (Almeida, 1923b). Sugeria então este autor ao Rei que antes de vir ao Porto, em Viagem Real ao Norte (**ANEXO 26**), devia ter libertado os presos e degredados implicados na Revolta de 31 de Janeiro.

1892 – O Museu Colonial é entregue à Sociedade de Geografia. Até esta data, praticamente, o Museu não existia, pois a Direcção-Geral do Ultramar, de que dependia, não lhe deu uma realização efectiva.

- É confiado o Museu Colonial à Sociedade de Geografia de Lisboa, obrigando-se esta a constituir, com ele e com o que actualmente possui, um Museu Colonial e Etnográfico.

1894 – Realização da Exposição Insular e Colonial Portuguesa, no Palácio de Cristal Portuense, no âmbito das comemorações do quinto aniversário secular do nascimento do Infante D. Henrique.

Apresenta Catálogo com 615 pp., e refere doze secções e três grupos que, por sua vez se dividem em 26 classes, e no respeitante ao 3º grupo, dedicado a “Produtos manufacturados”, subdivide-se, ainda, no 1º sub-grupo em produtos coloniais e insulares e em produtos fabricados com destino especial às colónias (Moller et al., 1895). Em Observações, reflecte vária matéria etnográfica de Angola. Refere muitas participações, entre outras, do Museu Industrial e Comercial de Lisboa. Contempla materiais do Continente, das Ilhas adjacentes, de todas as então possessões africanas, da Índia português - sem esquecer Nagar-Avely -, de Macau e de Timor.

Moller (1894) releva nesta Exposição as amostras, entre outras, de madeiras oriundas da Ilha de São Tomé, enviadas pela firma agrícola Visconde de Vale Flor & Cª. Diz que, neste respeito, a firma apresenta cinco vigotas e quarenta e cinco pranchões - envernizados, encerados ou então só aplainados - com uma média de 3,00 x 0,90 metros - comprimento x largura. Diz o autor que a utilização desta riqueza florestal aproximar-nos-ia das cotações já atingidas por madeiras em Hamburgo, Havre, Anvers, Glasgow e Liverpoorl, por exemplo. Apresenta uma listagem de 18 madeiras, muitas delas, com os seus nomes vulgares, nomes científicos e para que podem servir - vigamentos, carpintaria, marcenaria, canoa, raios de rodas, madeiras de wagons e outros. O autor pontua, entre outros, a Roça Porto Alegre que mandou amostras de cerca 174 espécies. Da madeira de amoreira - semelhante ao vinhático - chega-se a construir canoas de 17 metros de comprimento.

- Comemoração da realização da Exposição Insular e Colonial, no Porto, com emissão de

medalhística (Barros, 1956), representando no anverso a arquitectura do Palácio de Cristal do Porto, e legenda com o nome da Exposição e heráldica de Portugal, bem como a data. No reverso, a medalha exibe representação de figura feminina, parcialmente desnuda e de formas esbeltas, sentada em cima do Globo, no qual está recortado o continente africano e a inscrição *ÁFRICA*. E tudo isto é mostrado no interior de um galeão, sulcando as ondas, cuja proa mostra uma cabeça de elefante ao jeito de uma carranca. Esta medalha apresenta-se-nos como uma alegoria ao Império e às suas riquezas, pois de um drapejado ondulante da referida figura feminina saem vários produtos das colónias. A figura feminina segura ainda na mão esquerda um pendão que tem a legenda *COLÓNIAS PORTUGUESAS*.

Convirá referir que, também no Porto, é feita a emissão de medalha neste mesmo ano, comemorativa do quincentenário do nascimento do Infante D. Henrique (1394-1460). São ainda feitas outras medalhas dedicadas ao Infante, no Porto, sua cidade natal, pelo que inferimos que a Exposição Insular e Colonial de 1894, se insere no âmbito das celebrações do nascimento do Infante D. Henrique.

1896 – Publicação do Regulamento Geral do Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Comporta 24 artigos e, entre outra matéria, faz referência ao Decreto Lei de 10 de Março de 1892, que constitui o Museu Colonial e Etnográfico na Sociedade de Geografia de Lisboa.

– Edição da obra sob catalogação no Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia (Anónimo, 1896). Refere-se a Madeiras, no respeitante a Portugal e suas possessões.

1897 – Edição do 1º Fascículo do Catálogo inicial do Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Ocorre aquando das Comemorações do 4º Centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia, sendo que é sobretudo uma relação de matérias-primas e de produtos transformados (Anónimo, 1897).

1898 – Publicação da lista dos Expositores da Província de Angola que participaram na Exposição Insular e Colonial Portuguesa, em 1894. A lista comporta 46 premiados e é informado que as medalhas e diplomas estão prontos para serem entregues, conforme Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola (1898a).

– Publicação do Decreto de 12 de Novembro, com origem no Ministério das Obras Pública, Comércio e Indústria, anunciando, justificando e detalhando a forma como Portugal deve participar na Exposição Universal de Paris, de 1900, incluindo, entre outros, a parte Colonial em que o nosso país poderá ombrear em condições vantajosas com outros países, conforme Boletim Oficial do

Governo Geral da Província de Angola (1898b).

1899 - Publicação da Portaria nº 67, cuja introdução diz, na sequência do Decreto de 12 de Novembro de 1898, que devem estar representadas as colónias na Exposição Universal de 1900. E, neste sentido, sustenta que convém começar a recolher elementos para a formação de colecção de produtos coloniais e de artigos que têm muito consumo em Angola. Diz, ainda, esta Portaria que devem ser recolhidas informações estatísticas e produzidas monografias especiais, como recomendado ao Governador Geral pelo Governo por via telegráfica.

Ainda, o Director Geral, António Duarte Ramada Curto, determina que seja "organizada, na sede de cada um dos distritritos da Província uma Comissão encarregada de preparar as colecções de produtos que, nos termos do Decreto de 12 de Novembro último, devem fazer parte da secção portuguesa da Exposição" Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1899a, p. 74).

Após isto, são enumeradas em cinco pontos as normas que devem ser atendidas na organização e no funcionamento das referidas Comissões, conforme Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1899a).

- Publicação da Portaria nº 68, em que o Governador Geral nomeia os elementos que compõem a Comissão encarregada de reunir os produtos para a Exposição Universal de 1900, em Paris, conforme Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (1899a).

- Publicação da relação dos cidadãos nomeados pelo governo do Congo com o fim de fazerem parte da Comissão distrital encarregada de reunir as colecções de Produtos para a sessão portuguesa na Exposição Universal de Paris, em 1900 (Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola, 1899b).

1906 – Criação da Escola Colonial, que fica instalada na Sociedade de Geografia, em Lisboa, no âmbito do Diário do Governo (1906, p. 237). Teve Regulamento provisório em Fevereiro deste ano. Fica agregada à Sociedade de Geografia de Lisboa, onde já se encontrava o Museu Colonial e Etnográfico.

- O referido Diário do Governo (1906, p. 237-240) pontua que o Museu Colonial será remodelado de harmonia com o ensino que se estabelece e nele será criada uma secção intitulada – Museu Colonial – especialmente destinada a facilitar o ensino da cadeira de Comércio Colonial e a que deverá estar apenso um serviço de informação colonial.

- Participação portuguesa na Exposição Colonial de Paris. Refere-se-lhe Anónimo (1906b, p. 141), dizendo que a Exposição se realiza de Julho a Novembro e que aí "irão concorrer agricultores e

comerciantes da África Portuguesa".

- Na Sociedade de Geografia de Lisboa é montada a Exposição sob título *Exposição Colonial de Algodão, Borracha, Cacau e Café*, patente nos meses de Abril e Maio. Apresenta Catálogo realizado sob a direcção de Ernesto de Vasconcelos, Almirante e Secretário-Geral da Sociedade de Geografia, sendo que o Catálogo tem Índice e Catálogo Geral que, por sua vez, se subdivide numa primeira parte, dedicada a "Matérias-primas" e "Esclarecimento e Notas", e numa segunda parte dedicada a "Indústrias derivadas" (Vasconcelos, 1906).

Tem Catálogo, como dito, sendo que a parte relativa a Angola totaliza doze densas páginas da autoria de Sousa (1906, pp. 31-41).

O Catálogo tem introdução de Ernesto Vasconcelos[179] que, no fim do seu texto, sintetiza a filosofia desta acção museológica, dizendo o seguinte:

> "Prosseguir no movimento colonial, que de há muito vem sustentando, é dever da Sociedade de Geografia, à qual indubitavelmente se deve o renascimento do período ultramarino, não pela conquista guerreira como outrora, mas pela conquista da exploração sistemática e de colonização, que são as armas modernas que substituíram o arbítrio da espada". (Vasconcelos, 1906, p. X).

Integra, entre outros, e como dito, uma empenhada contribuição de Ernesto Augusto Gomes de Sousa, figura que já tratámos e que trataremos adiante. A este propósito convirá transcrever o ofício que Ernesto Augusto Gomes de Sousa envia do Observatório Meteorológico e Magnético de Luanda a Ernesto Vasconcelos, como seja:

> "Desempenhando-me do encargo que me foi cometido por S. Exª o Governador Geral desta Província tenho a honra de remeter a V. Exª. pelo paquete português *Malange*, cinco caixotes contendo amostras de borracha, café, cacau e algodão de produção desta colónia, destinadas à exposição que a Sociedade de Geografia tenciona realizar no fim do corrente ano. Estas cinquentas e nove amostras vão convenientemente acondicionadas em frascos de vidro numerados e etiquetados e na relação que acompanha este meu ofício encontrará V. Exª. descritas cada uma das amostras, com esclarecimentos que me foram possível obter sobre esses produtos. Junto conhecimento destes textos. Deus guarde V. Exª. 25 de Outubro 1905". Vasconcelos (1906, pp. XX).

Sendo, assim, os materiais enviados por Gomes de Sousa não constavam duma mera relação mas vinham com informação vária e aprofundada, já própria dum trabalho de inventário. Acresce informar que, no mesmo ano 1905, atrás referido, Gomes de Sousa oferece à Sociedade de Geografia uma cadeira de braços construída, em Luanda, com madeira da corveta *D. João I*, que ali ficou exposta e catalogada com o nº 10218.

- São tecidas considerações sobre a Exposição anterior, na Sociedade de Geografia de Lisboa.

[179] O Almirante Ernesto de Vasconcelos fica como "Chefe de Gabinete do Governo de Acalmação do Almirante Ferreira do Amaral", ao tempo do Rei D. Manuel II, conforme Cardozo (2003, p. 44).

Referem-se, entre outros, o grande número de amostras de café de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Timor; referem-se o algodão e o cacau. É ainda mencionada a borracha e é dito que toda a borracha exposta é proveniente de Angola, que é, nesse género, um dos maiores centros produtores do mundo, o mercado de onde se abastecia quase toda a Alemanha (Anónimo, 1906c).

- Inauguração do Museu das Colónias Portuguesas, no Ministério das Colónias, em Paris.

Refere-se-lhe a imprensa da época, dizendo-nos que o organizador das colecções é o Senhor Almada Negreiros. Diz-nos, ainda, que o Museu das Colónias Portuguesas foi inaugurado a 3 de Dezembro, em Paris, numa das salas do Ministério das Colónias, na galeria d'Orléans do Palais Royal. No acto da inauguração, M. Auricoste, director do Office Colonial*,* assinalou o facto de serem "as nossas colónias que dão o exemplo a outras nações coloniais", apresentando colecções de produtos. O evento está decorado com os retratos do Infante D. Henrique e de Bartolomeu Dias e estão representados produtos de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia e Macau (Anónimo, 1906d, pp. 530-533).

1907 - É citada a obra de Gomes de Sousa, organizador do Museu Colonial de Luanda de 1907-1910, em Boletim Oficial do Governo da Província de Angola (Teixeira, 1936, p. 9). É dito que

> "A acção e a actividade do Conselheiro Gomes de Sousa sai do âmbito dos seus cargos e exerce-se nos domínios das Ciências Naturais e até mesmo no das artes aplicadas. Com não vulgar desinteresse, à sua custa, como foi registado em louvor publicado no Boletim Oficial da Província, constrói importantes dependências no edifício do Observatório e fez regularizar e ajardinar terrenos ao mesmo contíguos, transformando-os num verdadeiro Jardim Botânico e Zoológico.
> Nele planta variadas e curiosas espécies vegetais da flora tropical, experimenta a aclimatação de outras exóticas e instala notáveis exemplares da fauna angolana e de diversas origens, como as cabras angorá, enviando para o Jardim Zoológico de Lisboa os que ali não poderiam ter lugar: mais de 160 animais, que lhe granjearam o justo título de sócio benemérito da respectiva sociedade.
> Quando da visita a Luanda, em 1907, do Príncipe Real D. Luís Filipe, o Conselheiro Gomes de Sousa promove uma exposição de produtos angolanos no edifício do Observatório – no edifício do Balão – que teve o maior brilho. Dispostas artisticamente numa arrumação perfeita que foge à monotonia da longa série de frascos enfileirados e de amostras ordenadas, por entre vasos com lindas palmeiras e begónias berrantes de cor, panóplias de armas gentílicas, curiosos utensílios indígenas, cabeças de antílopes, etc. …". (Teixeira, 1936, pp. 9-14).

Vêem-se também cafés do Encoge, bolas de borracha, dentes de marfim, amostras de minério, cereais, cera, urzela, tabaco, açúcar e outros.

Esta Exposição "ilustra as possibilidades de Angola", conforme Teixeira (1936, p. 14).

- São tecidas várias considerações sobre a primeira parte da Viagem Imperial, incluindo fotografia. Relativamente a Luanda, entre outra informação, é relevada a visita do Príncipe Real ao Museu Colonial, instalado no Observatório (J.P.S., 1907a).

– Realização da Exposição de Produtos Tropicais, em Liverpool, em Setembro. Refere-se-lhe o Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, que diz ser esta Exposição uma representação da Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo começado a ser preparada no mês anterior e em que é evidente o esforço empenhado de Ernesto de Vasconcelos, Secretário-Geral, a quem coube a preparação da Exposição, bem como do respectivo catálogo (Anónimo, 1907a).

A Exposição sob título *Amostras de Produtos das colónias da África Portuguesa* contempla exclusivamente amostras que foram remetidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa. A referida Exposição foi a única participação estrangeira e a participação portuguesa conseguiu que, para além da classificação pela natureza dos Produtos, ficasse bem explícita a separação das nações representadas, o que não era o desejo do país anfitrião. Isto é, enquanto uma parte desejava a visibilidade nacional da participação, a outra pretendia a sua diluição, o que sugere que, aqui, a visibilidade museológica tem a ver com afirmação de soberania.

– Publicação do Catálogo do Mostruário *de Produtos da Província de Angola* (Sousa, 1907) (**APÊNDICE 33**), organizado em Junho deste ano por ocasião da visita a Luanda de Sua Alteza o Príncipe Real Senhor D. Luís Filipe.

O Catálogo do Mostruário contém uma "Advertência"; uma parte I, dedicada à "Agricultura, Comércio e Indústria", com 545 amostras; uma parte II, dedicada aos "Objectos Gentílicos da Província" (distritos do Congo, Luanda, Benguela e Huila), que atingem 189 números na Exposição; uma parte III, dedicada à "Zoologia", que compreende 74 números do catálogo; uma lista de expositores em número de 44, dispostos por ordem alfabética, incluindo o nome do autor da obra, conforme Sousa (1907, pp. 4-86).

Esta Exposição ocorre quando perfazem os cinquenta anos sobre aquela que pensamos ser a primeira intenção do levantamento de um Museu de Produtos e de uma livraria, em Luanda, que teve lugar ao tempo do Rei D. Pedro V e de Sá da bandeira, conforme Boletim Oficial de Angola, 28 de Março de 1857, conforme mencionado anteriormente.

- É referida a Exposição no Museu Colonial Português, em Paris, onde são mostrados diversos contentores vítreos com produtos de várias colónias portuguesas (Santos, 1907a).

- É reflectida a então preocupação de descentralização colonial e são publicadas várias imagens do Museu Colonial, em Paris, sobretudo imagens de contentores vítreos de diversas formas, com seus produtos (Santos, 1907b).

- É realizada ao tempo da Visita do Príncipe Real, na então Lourenço Marques, uma Feira Franca e uma Exposição de Produtos, por iniciativa do Governador-geral General Alfredo Freire de

Andrade[180] (Anónimo, 1907b). Entre os produtos expostos contavam-se madeiras – ébano, mucrussi, pau-rosa, cetim, buxo, limoeiro e outras; minérios, como seja de ferro, cobre, grafiti, carvão e outros; ainda, algodão, tabaco, cana sacarina, frutas, café mandioca e milho, entre outros vegetais; e também algumas obras de cestaria, trabalhos de madeira, cerâmica e arame (Anónimo, 1907b).

É decidida a criação de um Museu pelo referido Governador-Geral em que se possam ir colecionando e arquivando, pouco a pouco, os objectos de valor de Moçambique (Anónimo, 1907b).

1908 – Entrada de objectos no Museu da Sociedade de Geografia. Deram ingresso, entre outros, "uma estereoscopia com vistas da Roça Boa Entrada", em S. Tomé, e vistas estereoscópicas, num total de 200 chapas, contendo diversos trechos da Roça Rio do Ouro, oferecidas pelo Marquês de Vale Flôr, respectivamente em Janeiro e Fevereiro, conforme Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (26ª série, nº 12, p. 421).

1909 – Participação da Sociedade de Geografia de Lisboa na Exposição Internacional de Fotografia, em Dresden, que tem catálogo editado por aquela Sociedade.

O catálogo apresenta uma *Relação anotada das fotografias enviadas*, sendo que, deste total, 183 são respeitantes às colónias portuguesas, o que pressupõe a intenção de ganhar visibilidade "lá fora", mesmo em período de instabilidade política e social.

– Realização da Exposição Parcelar sob título *Meios de transporte terrestres e fluviais*, relativos às colónias portuguesas na Sociedade de Geografia de Lisboa. Ocorreu nos meses de Outubro e Novembro. Teve catálogo de 22 páginas, editado pela Sociedade de Geografia, que tratou os 117 modelos expostos, conforme Vasconcelos (1909), sendo que mais uma vez é citada elogiosamente a direcção de Ernesto de Vasconcelos, Secretário-Geral da Sociedade de Geografia.

A temática aqui tratada poderá ganhar relevância, entre outros motivos, porque os meios de transporte são fundamentais para o transporte e escoamento de Produtos.

1910 – Participação portuguesa no 1º Congresso Internacional Colonial, em Bruxelas.

Ocorreu em Maio de 1910. Portugal esteve representado por uma sub-comissão nomeada a 19 de

[180] Cargo que exerceu de 14 de Agosto de 1906 a Outubro de 1910, sendo que, em 1911, era Lente Catedrático de Mineralogia e Geologia na Escola Politécnica. Foi Delegado de Portugal na Conferência de Paz, em Paris, em 1919, e representante de Portugal na primeira Assembleia da Sociedade das Nações. Foi representante de Portugal no convénio com a África do Sul, em 1921. Foi ainda Director-Geral do Ministério das Colónias, de 1911 a 1914 e foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1914. Está retratado em escultura com uniforme militar, no *hall* de entrada da Sociedade de Geografia de Lisboa, estando este busto assinado por M. Alves e datado de 1934.

Novembro de 1909 pelo Ministro de Marinha e Ultramar, composta por Carlos Eugénio de Mello Geraldes e Bernardo Fragateiro. Estes apresentaram uma comunicação sob título "Le caoutchou dans les colonies portugaises".

Assim, Portugal, ainda que em grande instabilidade e fragilizado, continuava a "não abrir mão" duma visibilidade, imprescindível no concerto dos Impérios, incluindo o belga.

1912 – Realização de Exposição, na Beira, Moçambique. Ocorreu na Beira, nos dias 25 e 26 de Julho, a cargo da Companhia de Moçambique. Foi a primeira exposição anual de produtos agrícolas, gado e maquinarias de lavoura, e teve o melhor êxito, conforme Geraldes (1912).

Entre os materiais expostos ganhavam notoriedade, entre outros, a borracha *Landolphia* e a do Ceará, o tabaco, uma colecção de madeiras, o sisal e o algodão.

– Realização de Exposição Parcelar, sob título *Gomas, Resinas e Cereais das Colónias*, na Sociedade de Geografia de Lisboa (Vasconcelos, 1913).

Teve catálogo por esta editado e atingiu o total de 582 itens expostos. O catálogo tem direcção e introdução do Secretário-Perpétuo da S. G. L., Ernesto de Vasconcelos, que aí diz textualmente, cremos que em jeito mobilizador, o seguinte: "A pequena exposição, que a Sociedade de Geografia inaugurou, mostra que têm grande valor os produtos expostos e que a indústria deles pode retirar benefícios, pelo menos, iguais aos que as outras nações coloniais, em piores condições do que nós, têm sabido colher" (Vasconcelos, 1913, p. 1).

- Na Portaria nº 215, Boletim Oficial da Província de Angola de 24/02/1912, como muito provável intenção de diferenciação dos Museus de Produtos, justifica a pretensão da criação dum Museu, de cariz etnográfico, fazendo comparações, como segue

> "nossa quasi carência de estudos etnográficos africanos regulares, quando é certo que correm mundo as monografias etnográficas dos alemães sobre as suas colónias africanas e oceânicas, dos holandeses sobre a Insulíndia, dos americanos do norte sobre os ameríndios e as Filipinas, dos sábios e funcionários ingleses sobre as populações da África Oriental, da Índia, da Austrália, dos Estados Malaios, e já a França pode citar para a etnografia das suas colónias de África os nomes dos senhores François Clozel* e Maurisse Delafosse* (Costa do Marfim), Bruel (Congo) e Guébhard (Futa-Djalon), além dos trabalhos da Escola de Letras de Argel acerca da Argélia e Marrocos." (Boletim Oficial da Província de Angola, 1912a, pp. 125-126).

E diz mais adiante que

> "o desaparecimento ou a simples diminuição da mão-de-obra indígena é causa de morte ou definhamento para uma colónia tropical e de modo nenhum pode um governo Colonial de hoje, não falando mesmo no dever de solidariedade humana, desinteressar-se da sorte e da vida das populações indígenas, sendo mesmo para os funcionários públicos nas colónias inglesas e alemãs uma recomendação e um motivo de promoção o interessarem-se pela vida dos nativos, descreverem-na e procurarem compreendê-la". (Boletim Oficial da Província de Angola, 1912a, pp. 125-126).

Sendo que assim, pelo exposto, não era excluído e, antes, era afirmada a convicção de que a existência da mão-de-obra é imprescindível numa colónia tropical, o que nos remete, como referido ao longo do trabalho para a apropriação do OUTRO e das riquezas do OUTRO.

- A Portaria nº 266 do Boletim Oficial da Província de Angola (1912b, p. 143), continua a justificação da criação de um Museu de cariz etnográfico, fazendo referência a Arnold van Gennep e à "nova ciência, a Museologia", e a vários museus alemães, justificando-se ainda, a criação do Museu de Luanda, citando o grande interesse humano, e o interesse nacional e de história local, de reunir ao lado das colecções etnográficas, classificadas por ordem geográfica e ordem genésica, e em dupla série de objectos típicos e objectos seriados, ou grupos de objectos, também as inscrições lapidares e outros testemunhos de valor arqueológico, documentando o passado português da colónia e mais os restos do passado pré-histórico de Angola, que o solo ainda guarda. Diz mais adiante esta Portaria que "o Juiz da Relação de Luanda, Alberto Osório de Castro*, sócio do Instituto Etnográfico de Paris, se disponibiliza para organizar "metodicamente, segundo as indicações da museologia etnográfica e arqueológica, as colecções que na secretaria do governo se receberem". (Boletim Oficial da Província de Angola, 1912b, p. 143).

A intenção, patente na legislação, de "fazer diferente" do que vinha sendo feito anteriormente, nomeadamente por Gomes de Sousa, por exemplo no Museu Colonial, em 1907-1910, em Luanda, é evidente. Porém, esta intenção de "produzir Museu" em tempo de pós-implantação da República, só vem a ser realizada, muito depois, em Luanda, em 1940, na Fortaleza de S. Miguel, na sequência da Viagem Imperial do Presidente António Óscar Carmona, em 1938 - tempo este em que Angola estava novamente sobre pressão alemã -, ou seja, a matéria legislada pode não passar do papel, mas, ainda assim, tentámos reflecti-la e deixá-la apontada, porque vale como propósito expresso em Lei - e, logo que expresso, já tem visibilidade, não excluindo que, entre outros motivos, a tenha também – ou tão só - para "alemão" e "para inglês ver".

1914 – Aprovação do projecto da instituição de um Museu Etnológico, em Luanda. Este projecto foi aprovado, ao tempo de Norton de Matos, por Portaria Provincial nº 406, de 27 de Março, sendo que o Artigo 1 diz que é instituído, na cidade de Luanda e junto da Secretaria de Negócios Indígenas, um Museu que se denominará Museu Etnológico de Luanda, conforme Diniz (1918).

Cremos que este Museu não terá tido seguimento prático, sendo que, para tal, poderão ter contribuído, desde logo, os confrontos militares, no mesmo ano, com os alemães, no sul de Angola, no âmbito da Primeira Grande Guerra e os tensos tempos políticos que lhe sucedem.

– Autorização para Angola se fazer representar na "Exposição Industrial de Produtos Tropicais, em Londres". Esta autorização foi dada pelo Governo, no sentido de que a Província de Angola

pudesse participar na supra-referida Exposição, conforme Portaria nº 411, do Boletim Oficial da Província de Angola (1914a, p. 305).

– É realizada em Junho e Julho, em Londres, a *Exposição de Produtos Coloniais de Angola*, que é visitada pelo Alto-Comissário da República em Angola, General Norton de Matos, o que sugere, por parte de Portugal, a intenção de ganhar uma continuada visibilidade "lá fora" (Matos, 1944c).

Quando eclodiu a Grande Guerra esta Exposição estava patente ao público, em Londres.

Parte do Pavilhão de Angola, na Exposição de Produtos Coloniais, realizada em Londres em Junho e Julho de 1914.

Exposição de Produtos Coloniais de Angola, em Londres. Junho e Julho 1914 (Matos, 1944c).

– Abertura de crédito extraordinário para a participação de Angola na Exposição Universal de S. Francisco da Califórnia, a realizar em 1915.

O Governo de Angola fica autorizado a abrir um crédito que o "habilita a despender até 5.000$00 com os trabalhos preparatórios da referida Exposição Universal", conforme Lei nº 67, Artigo 1, do Ministério da Fazenda, e Boletim Oficial da Província de Angola (1914b, p. 399).

– Entrega definitiva do edifício, concretamente o Palácio da Calheta, em Belém, para instalação do Museu Agrícola e Colonial, que terá como primeiro Director, o Professor Engenheiro Agrónomo Carlos Eugénio Mello Geraldes, já referido neste presente estudo.

1921 – Lisboa, entre outras cidades portuárias, recebe a Feira Flutuante* – a *Fiera Navigante Italiana del Mediterraneo e dell' Atlântico*, cuja Exposição vinha montada no *Trinacria*, iate este cedido pelo então Rei de Itália, para Exposição Flutuante (Amzalak, 1922). O *Trinacria* trazia a

bordo

> "imenso material de reclame, como catálogos, bilhetes, impressos e ainda colecções de projecções cinematográficas e estereoscópicas. Trazia também a bordo três grandes projectores com as cores da bandeira italiana para de noite projectar no céu as três cores da bandeira italiana. Tinha instalada a bordo uma estação de telegrafia sem fios, destinada a transmitir telegraficamente as compras realizadas aos respectivos expositores e receber na mesma as confirmações de venda, que eram entregues imediatamente aos compradores". (Amzalak, 1922, p. 7).

1933 – Realização da *Feira de Amostras de Luanda*, entre outros visitada pelo Rei do Congo, D. Pedro VII (Rosa, 2008).

1934 – Realização da Exposição Colonial, no Porto, quarenta anos após a realização da Exposição Insular e Colonial, na mesma cidade.

É à semelhança das suas congéneres anteriores, uma apropriação do Outro e dos bens do Outro, só que aqui, relativamente às acções museológicas de temática colonial levadas a cabo em Portugal, poderá ter sido a primeira Exposição pública na metrópole a expor Zoos humanos, ou seja, pessoas reais extra-europeias, sobretudo africanas, transportadas das colónias para o Porto (Barradas, 2014).

1940 - Realização da Exposição do Mundo Português, em Lisboa, que reforça a consciência Imperial já ensaiada, como referido, em acções museológicas anteriores. Continua a apropriação do Outro e dos bens do Outro. Persistem os Zoos Humanos, sobretudo com africanos (Barradas, 2014).

APÊNDICE 29

Fotografias da Viagem Imperial de 1907, em Arquivo Fotográfico do Museu de Marinha.

As fotografias estudadas neste Museu, em Lisboa, têm os seguintes números:

7209 e 7209/191; 7210/459; 7211 e 7211 A/191; 7212/191 a 7221/191; 7222 e 7222/191; 7223/191; 7354/196; 13803; 13882; 13890; 13901; 13909; 13910 a 13912; 14075 a 14708; 14134; 14754/524; 14755/524; 14756 a 14759/525; 14760/524; 14761 e 14762/525; 14763 a 14765/524; 14766/525; 14767/524; 14768 e 14769/525; 14770/524; 14771/525; 14772/524; 14773/525; 14774 e 14775/524; 14776 a 14779/525; 14780 e 14781/522; 14782 a 14784/524; 14785/522; 14786/524; 14787/522; 14788/524; 14789 e 14790/522; 14792/522; 14793/524; 14794/522; 14795/524 e 14796/524; 19396.

APÊNDICE 30

Itinerário do Príncipe Real durante a Viagem Imperial de 1907 (Ornelas, 1928, pp. 9-10)

"JULHO
1 Embarque em Lisboa
12 Chegada a S. Tomé*
14 Partida de S. Tomé
17 Chegada a Luanda
20 Partida de Luanda
29 Chegada a Lourenço Marques

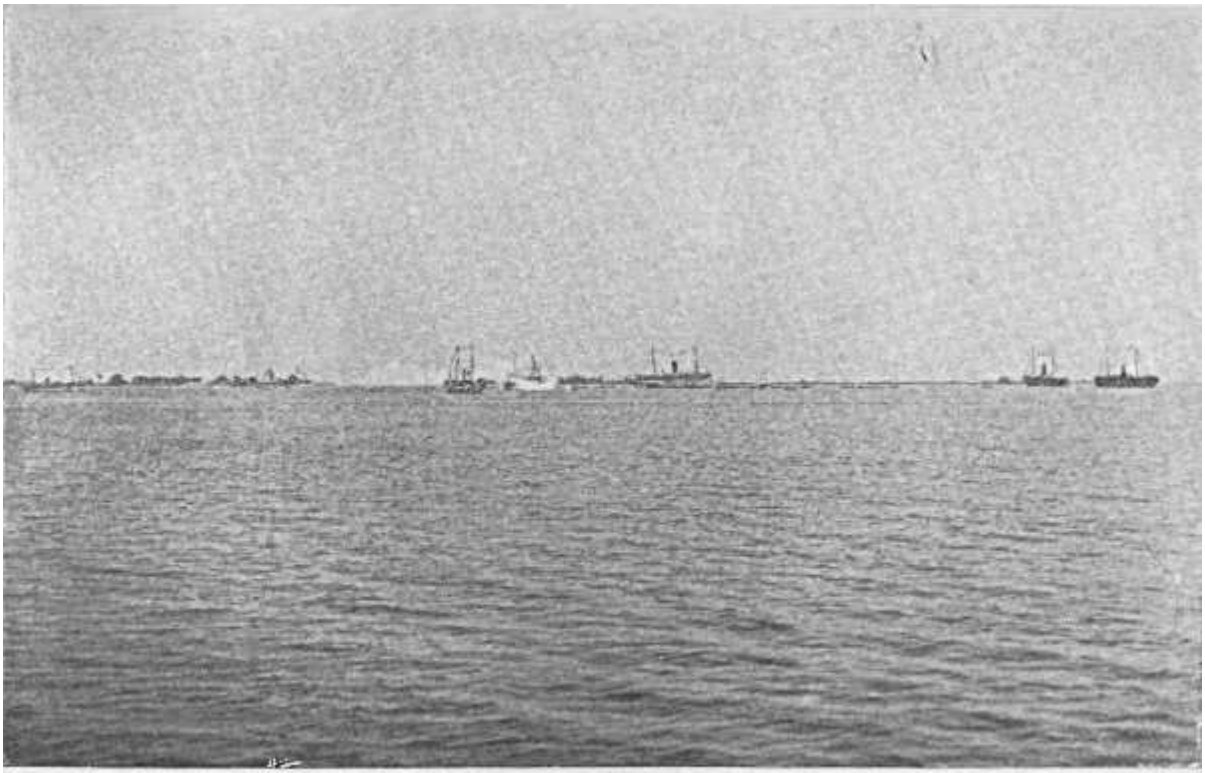
AGOSTO
2 Partida de Lourenço Marques
4 Chegada à Beira
4 Partida à noite para Moçambique
7 Chegada a Moçambique
7 À noite, partida para Quelimane
9 Chegada a Quelimane
11 À noite, saída de Quelimane
12 Noite, desembarque na Beira, seguindo para Macequece
13 Visita a Umtali
15 Embarque na Beira
17 Lourenço Marques
21 Partida de comboio para Pretória
22 Visita a Johanesburgo
22 Chegada a Maritzburgo
24 Chegada a Durban
26 Chegada a Blomfontein
28 D' automóvel para Kimberley
30 Chegada ao Cabo
31 Partida para Mossamedes

SETEMBRO
4 Chegada a Mossamedes
5 Desembarque no Cuio, visita ao Dombe Grande
6 Chegada a Benguela
7 Lobito e Catumbela
8 Luanda, embarque no caminho-de-ferro de Malange
9 Lucala
10 Visita ao Cunga e Bom Jesus
11 Luanda, largada para S. Tomé
14 S. Tomé*, largada para São Tiago
21 São Tiago*, vila da Praia
22 São Vicente
27 Cascais
28 Desembarque em Lisboa"

APÊNDICE 31

Chegada do Príncipe Real à Baia de Luanda

Fotocópia de fotografia da chegada do Príncipe Real à Baia de Luanda, em 1907 (Matos, 1948, p. XXI).



Baia de Luanda
(Chegada do Príncipe Real em 1907)

APÊNDICE 32

Chegada do Príncipe Real ao Palácio de Luanda, em 1907 (Couceiro, 1948, p. V).

Fotocópia de fotografia com legenda, mostrando o Príncipe Real descendo do hipomóvel para o tapete, provavelmente vermelho, à entrada do Palácio de Luanda. Apresenta ainda escolta de Cavalaria a cavalo, Cavalaria apeada, em continência, e soldado de Infantaria, em posição de apresentar arma. À janela, no 1º piso, está retratado Paiva Couceiro – o anfitrião.

Visita do Principe Real a Angola em 1907
(Chegada ao Palácio de Luanda

APÊNDICE 33

Capitão-de-Fragata, Conselheiro Ernesto Augusto Gomes de Sousa.

Diz o biógrafo Teixeira (1936, p. 14), no respeitante ao Museu Colonial de 1907-1910, de que Gomes de Sousa é o seu organizador, que "constituiu uma demonstração evidente das possibilidades de Angola e que foi muito apreciada pelo augusto Príncipe visitante".

E, no respeitante à parte envolvente do Observatório, diz-nos Teixeira (1936, p. 11) que

> "com aquele pequeno Jardim, simultaneamente botânico e zoológico, o conselheiro Gomes de Souza prestava um alto serviço à Província, pondo em destaque algumas das suas riquezas vegetais e as possibilidades de alimentação de outras espécies exóticas, numa época em que os governos ainda não tinham encarado o problema agronómico sob este aspecto, instalando qualquer jardim de ensaio, sendo o Horto Experimental de Casengo o primeiro que, em 1907, foi criado, a que outros se seguiram, devido um e outros, à inteligente iniciativa do ilustre Governador-Geral Paiva Couceiro, inspirado nos velhos e tradicionais moldes da colonização portuguesa, que tantas espécies úteis introduziu em África e que sempre procurou criar localmente a riqueza, em lugar de apenas se procurar extraí-la donde ela existisse e qualquer que fosse a sua origem – animal, vegetal ou animal – como outros fizeram". Teixeira (1936, p. 11),

Relativamente ao que atrás foi referido neste citado "*In memoriam*" (Teixeira, 1936), no respeitante à parte da Botânica, importa relevar que o Horto, ali, já existia há anos quando foi inaugurado o " Horto Experimental do Cazengo", em Novembro de 1907, cuja escolha do local foi feita sob parecer de John Gossweiler, segundo Couceiro (1948), em obra publicada aquando da comemoração do Terceiro Centenário da Restauração de Angola - esta obra de Couceiro, 1948, é precedida de um ensaio sobre este Governador de Angola, da autoria de Matos (1948).

Continua, ainda Couceiro (1948), relativamente ao Horto do Cazengo:

> "Inaugurado em 1907, e possuía já em Janeiro de 1909 milhares de pés de borrachas várias (seis mil "Heveas", perto de duas mil "Funtumias", grande soma de "Ficus elástica", "Maniçobas e Castilhas") – e várias outras essências úteis – caneleiras, baunilha, moscadeiras, cacau, café, teca e acácias taminosas, algodão e arauta, ortiga branca, agaves e tabaco, enfim um grande número de espécies e variedades, cuja citação aqui não cabe.
>
> Bem sabemos que isto tudo vale pouco, se o compararmos com um só que seja dos vários Centros do Congo Belga, como o de Ganda Sundi, por exemplo, cujas plantações contavam, em 1908, 225 mil "Funtumias", 20 mil "Heveas" e 76 mil "Landolphias Klainei", mas sempre valerá alguma coisa como começo de uma vida que de há muito deveria ter começado." (Couceiro, 1948, p. 369).

E seguidamente, ainda sobre Gomes de Sousa, apresentamos informação cronológica mais alargada.

Assim:

- Completou o Curso Preparatório de Marinha, na Escola Politécnica, em 21 de Julho de 1874.
- Completou o Curso da Escola Naval, em 9 de Julho de 1876.
- Fez os 3 anos de embarque, de 1877/1880, para portos fora do Continente do Reino.

- Foi aprovado no exame designado nos artºs 41 e 43 do Decº de 26/12/1868.

Fotocópia de fotografia existente no Arquivo Central de Marinha com o nº 12, 8, 2742. Esta é a fotografia com que Teixeira (1936) abre a sua referida obra, frequentemente citada neste estudo.

Navegou, integrado nas diversas guarnições e, ainda, como Instrutor e Comandante, fez serviço em navios de transporte, em rebocador, em vapores, em corvetas, em canhoneiras, em fragatas - nomeadamente, na recentemente restaurada *D. Fernando e Glória* -- e em couraçados. Navegou do Tejo a Macau. Entre várias missões, permaneceu na Estação Naval de Luanda, tendo estado aqui vários meses durante o ano de 1885. Fez muitas comissões em "terra" e "fora da barra de Lisboa".

Foi condecorado e feito Cavaleiro da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição, conforme Ordem da Armada nº 2 de 1887. Teve medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar, conforme Ordem da Armada nº 17 de 1889.

Foi louvado por portaria de 10 de Agosto de 1887 pelo importante serviço prestado, levantando a carta do litoral do distrito do Congo, conforme Ordem da Armada nº 15 de 1887.

No que respeita a licenças e outras eventualidades sabemos que baixou ao Hospital de Luanda, em Janeiro de 1884.

Conta a antiguidade do posto de Segundo-Tenente, a partir de 14/2/1880.

Em 19 de Junho de 1884, foi nomeado subalterno do Corpo de Marinheiros. Em 15 de Outubro de 1885 foi nomeado subalterno da 3ª Companhia do Corpo de Marinheiros. Apresentou-se a 17 do corrente mês. Seguiu viagem para a Divisão Naval da África Ocidental, em 6 de Novembro de 1886. Apresentou-se em 29 de Novembro de 1887, regressado da Divisão Naval da África Ocidental, a bordo do transporte *Índia*, por opinião da Junta de Saúde. Por portaria de 19 de Dezembro de 1887 foi exonerado do comando do vapor *Vilhena*. Por portaria de 21 de Janeiro de 1888 foi nomeado instrutor da Escola Prática de Artilharia Naval e exonerado por portaria de 5 de Fevereiro de 1889, a fim de ser integrado noutra comissão de serviço. Por portaria de 5 de Fevereiro de 1889 foi nomeado comandante do rebocador *Lidador* e exonerado por portaria de 26 de Fevereiro de 1889. Por portaria de 26 de Fevereiro de 1889 foi nomeado Ajudante de Ordens do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar - ao tempo de Ressano Garcia.

Em 2 de Março de 1889 apresentou-se na Direcção-Geral de Marinha com guia da Superintendência do Arsenal.

Por Portaria de 3 de Agosto de 1889 foi nomeado para coleccionar todas as leis e mais disposições de execução permanente relativas à Marinha de Guerra, formando um código anotado que foi publicado e está para consulta na Biblioteca Central de Marinha.

Por Decreto-Lei de 5 de Dezembro de 1889 foi nomeado Governador do Distrito do Congo.

Por Decreto-Lei de 19 de Dezembro foi promovido a Capitão-Tenente, sem prejuízo dos Oficiais mais antigos da sua classe, ficando, porém, sem efeito esta promoção se deixar por qualquer motivo de exercer o cargo de Governador do Distrito do Congo pelo tempo designado no nº único do Artigo 3 da Carta de Lei de 18 de Julho de 1885, na inteligência de que, no caso de lograr o posto a que agora é promovido, deverá satisfazer ao que dispõe o nº 2 do Artigo 18 da Carta de Lei de 18 de Julho de 1889.

Por Portaria de 13 de Janeiro de 1890, foi exonerado de Ajudante de Ordens do Ministro e da comissão de coleccionar todas as leis e mais disposições de execução pemanente, relativos à Marinha de Guerra.

É promovido a Capitão-Tenente, a 25/6/1892 e a Capitão-Tenente efectivo a 7/12/1895. É Capitão-de-Fragata a 17/10/1904.

Em serviço, teve "comissões em terra" como Capitão-Tenente dos Portos da Província de Angola, Governador do Distrito de Luanda, Governador do Distrito do Congo, Capitão dos Portos da Província de Angola. Em serviço "no mar", em 1891, é Comandante da Divisão Naval de África Ocidental e sê-lo-á por mais um ano.

Como condecorações, teve a medalha de prata da classe de Bons Serviços, conforme a Ordem da Armada nº 8 de 1890. É Cavaleiro da Ordem de S. Tiago, conforme Ordem da Armada nº 1 de 1895 e Cavaleiro da Real Ordem de S. Bento de Aviz, conforme Ordem da Armada nº 1, B, de 1896.

Teve louvor que diz:

> "Louvado pela muita inteligência, desvelada dedicação e bom critério com que tem desempenhado as funções de cargo de Capitão dos Portos de Angola, e Director do Observatório Meteorológico da mesma cidade, e ainda pelo não vulgar desinteresse com que sem dispêndio para a fazenda, mandou construir importantes dependências do edifício do Observatório, e fez regularizar e ajardinar os terrenos contíguos, aumentando assim em muito o valor real e estimativo do mesmo edifício". (Ordem da Armada, 1900, nº 2213).

Ordem da Armada esta, muito importante para a compreensão da actividade administrativa e científica, nomeadamente, museológica, de Gomes de Sousa, daí que voltemos, adiante, ao conteúdo desta Ordem.

Refira-se em jeito de observação que, por Decreto de 13 de Fevereiro de 1890, foi declarado ter ficado sem efeito o Decreto de 5 de Dezembro de 1889 que o nomeou Governador do Distrito do Congo, da Província de Angola.

Em 5 de Março de 1890 apresentou-se com guia da Direcção-Geral de Marinha e foi nomeado para o transporte *África*. Em 16 de Abril de 1890 foi nomeado Comandante da 11ª Companhia do Corpo de Marinheiros.

Em 8 de Julho de 1890 foi nomeado Comandante Interino da 1ª Brigada do Corpo de Marinheiros.

Em 4 de Agosto de 1890 foi transferido para o Comando da 3ª Brigada do mesmo Corpo. Entrou de licença e em 2/9/1890 foi exonerado deste Comando de Brigada. Em 21/9/1890 apresentou-se no Couraçado *Vasco da Gama* com guia do Corpo de Marinheiros. Por portaria de 21/11/1890 foi nomeado Comandante do Rebocador *Lidador*. No mesmo dia 21 apresentou-se com guia de desembarque do Couraçado *Vasco da Gama*; foi abatido ao efectivo do Corpo de Marinheiros, exonerado de Comandante da 11ª Companhia do mesmo Corpo; recebeu guia para a Direcção-Geral de Marinha. Por portaria de 5 de Maio de 1891 foi exonerado do comando do vapor *Lidador* e entregou o comando ao Primeiro-Tenente José António Miranda, apresentando-se neste dia com guia da Direcção Geral de Marinha. Por portaria de 17 de Junho de 1892, foi exonerado do vapor *Massabi*, tendo sido nomeado, por Decreto de 7 de Junho de 1892, Capitão dos Portos da Província de Angola. Foi promovido por Decreto de 25 do mesmo mês e ano a Capitão-Tenente, sem prejuízo da antiguidade, ficando porém, sem efeito esta promoção se o agraciado deixar, por qualquer motivo, de fazer serviço no Ultramar pelo tempo designado no Decreto de 10 de Setembro de 1846, na inteligência de que no caso de lograr o posto de Capitão-Tenente deverá satisfazer as conclusões legais para poder entrar na respectiva classe.

Em 7 de Agosto de 1892 foi abatido ao efectivo da Divisão Naval da África Ocidental e recebeu guia para a Secretaria do Governo da Província de Angola. Por portaria nº 591 do Governo-geral da Província de Angola de 31 de Outubro de 1893 foi nomeado vogal do Conselho Superior de Justiça Militar.

Por Decreto de 21 de Novembro de 1895 foi exonerado de Capitão dos Portos da Província de Angola.

Em 23 de Abril de 1896 foi reintegrado no cargo de Capitão dos Portos de Angola. Em 24 de Dezembro de 1896 foi exonerado de Capitão dos Portos de Angola. Em 24 de Dezembro de 1896 foi nomeado Governador do Distrito de Luanda.

Em 5 de Dezembro de 1897 foi exonerado de Governador do Distrito de Luanda e nomeado, para igual cargo, no distrito do Congo. Em 1 de Julho de 1897 foi exonerado do cargo de Governador do Distrito do Congo. Em 1 de Julho de 1897 foi nomeado Capitão dos Portos da Província de Angola. Em 27 de Dezembro de 1897 foi agraciado com o título de Conselheiro.

Em 1899 viu o seu nome atribuído ao soba Guindi, da Hanha, no distrito de Benguela, que passou a chamar-se D. Ernesto Augusto Gomes de Sousa e que "prestou juramento de preito e homenagem a Sua Majestade El-Rei de Portugal", conforme Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola, nº 22, Sábado, 3 de Junho, p. 289.

Em 4 de Agosto de 1899 foi-lhe deferido o requerimento em que pedia que se lhe contasse como serviço de embarque o tempo correspondente a um ano, dois meses e um dia em que esteve dirigindo o fabrico do vapor *Vilhena* em Luanda.

Foi louvado por portaria de 31 de Janeiro de 1902, conforme manda Sua Majestade El-Rei ao Governador Civil de Lisboa, pelo acto de filantropia e caridade que praticou, cedendo gratuitamente ao Asilo da Ajuda, uma porção de terreno, na nova povoação da Parede, Concelho de Cascais, para ali se construir uma casa destinada ao alojamento das asiladas para tratamento

balnear.

Nos termos da Portaria nº 236 de 3 de Junho de 1902 do Governo Geral de Angola, foi nomeado para desempenhar o cargo de Presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Luanda.

Em 17/10/1904 foi promovido a Capitão-de-Fragata.

Por Portaria nº 437 do Governo-Geral da Província de Angola, de 23/6/1904, foi nomeado para integrar a comissão encarregada de estudar e propor o meio que tivesse por mais consentâneo e profícuo para a realização prática imediata, das facilidades de comunicação a estabelecer entre a parte central da cidade baixa e a linha férrea de Luanda a Ambaca, tendo em toda a atenção que as obras a executar contribuam quanto possível, para a higiene e saneamento da cidade baixa de Luanda.

Foi nomeado pela Portaria Provincial do Governo de Angola, nº 872, de 28 de Dezembro de 1905, Presidente de uma comissão encarregada de propor alterações que entender convenientes no regulamento para o transporte de funcionários, dentro desta província e de rever as tabelas em vigor no respeitante a salários de carregadores.

Em 17/5/1906 é nomeado para exercer interinamente o cargo de Governador-geral da Província de Angola, de 24/3/1906 a 30/05/1906. Em 30/5/1906 fez entrega do Governador-geral da Província de Angola que exercia interinamente.

Foi nomeado, conforme Portaria Provincial nº 518 de 24 de Julho de 1906, Presidente de uma comissão encarregada de elaborar os anteprojectos das obras a empreender e as bases dos diversos serviços a organizar no Porto de Luanda, de modo a torná-lo um porto comercial que possa satisfazer as exigências da actualidade e corresponder à sua situação geográfica e naturais condições; e bem assim a sua ligação mais conveniente com a alfândega, a parte comercial da cidade e o caminho-de-ferro de Ambaca, justificando as suas vantagens económicas e propondo a maneira prática de as levar a efeito.

Na sequência do pedido feito da liquidação do seu tempo de serviço prestado nesta Província, onde serve ininterruptamente desde 10 de Agosto de 1892, verifica-se que este Oficial foi nomeado Capitão dos Portos desta Província por Decreto de 9 de Julho de 1892, tendo dele tomado posse em 10 de Agosto do mesmo ano, exercendo-o efectivamente até esta data, salvo os períodos em que desempenhou o lugar de Governador do Distrito do Congo e o lugar de Governador-geral, interino, de Angola, sendo que, assim, o requerente até 29/1/1907, perfaz 14 anos, 7 meses e 23 dias, incluindo os 50% sobre o tempo que serviu no Distrito do Congo, 4 meses e 12 dias, nos termos do artigo 11º do Decreto de 18 de Julho de 1885 - Ordem da Armada nº 6B de 1907.

Foi nomeado para exercer, interinamente, o cargo de Governador-geral de Angola, vago pelo falecimento do Conselheiro Eduardo Augusto Ferreira da Costa a 1/5/1907 e toma posse. Em 17/6/1907, fez entrega do cargo de Governador-geral da Província de Angola, que exercia interinamente.

Foi de novo nomeado, por Decreto de 7/2/1908, para exercer temporariamente o cargo de Governador-geral da Província de Angola e em 13/2/1908 toma posse do Governo-geral interino da Província de Angola - Boletim Oficial nº 7 de 15/2/1908 e Ordem da Armada nº 5B de 1908. Por Decreto de 30/4/1908 é exonerado do cargo de Governador-geral interino da Província de Angola, que serviu com zelo e competência.

Em 16/8/1908 apresentou-se em Luanda, na Secretaria-geral do Governo, ido de Lisboa e reassumiu as suas funções de Capitão dos Portos da Província de Angola e Presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia - Boletim Oficial nº 42 de 17 de Outubro de 1908. No dia seguinte, a 17, reassumiu as funções de Director do Observatório Meteorológico e Magnético da cidade de Luanda, que exerce cumulativamente com as de Capitão dos Portos e Presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia - Boletim Oficial nº 43 de 24/10/1908.

Foram-lhe concedidas, por Decreto de 24/4/1908, as honras de Ajudante-de-Campo de Sua Majestade El-Rei, o Senhor D. Manuel II - Ordem da Armada nº 9B de 1908.

Foi-lhe confirmado, por Portaria Provincial do Governo de Angola nº 555 de 19/6/1909, o parecer da Junta de Saúde do Ultramar, mandando-o regressar ao reino, a fim de ser presente à Junta de Saúde – Ordem da Armada nº 14B de 1909.

Foi nomeado, por Portaria de 29/01/1910, membro da comissão encarregada de estudar a reorganização do serviço administrativo da Província de Angola.

Em 16/8/1910 reassumiu as funções de Capitão dos Portos de Angola e Director do Observatório Meteorológico, de regresso do reino, onde se achava em gozo de licença - Boletim Oficial de 3/9/1910. Em 10/9/1910 reassumiu o cargo de Presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Luanda - Boletim Oficial nº 38 de 17/9/1910 e Ordem da Armada 18B de 1910.

Foi exonerado de Capitão dos Portos de Angola por Decreto de 27/10/1910.

Em 12/12/1910 apresentou-se na Majoria General com guia desta data, da Direcção Geral das Colónias, por ter regressado de Angola, onde exercia o lugar de Capitão dos Portos e ficou adjunto. Segundo nota nº 882 de 20/12/1910 da Direcção Geral das Colónias, consta que embarcou em Luanda com guia datada de 14 de Novembro findo - Procº 2, folha 20, nº 289 da 2ª Repartição de 22 de Dezembro de 1910. Por Decreto de 21/12/1910 é mandado passar à situação do serviço de reserva na Arma, sendo nela, considerado desde 12 do corrente, data em que se apresentou na Majoria General da Armada.

Por Portaria Provincial do Governo de Angola nº 980 de 3/11/1910, é confirmada ao Capitão dos Portos da Província a opinião da Junta de Saúde, emitida em sessão desta data, arbitrando-lhe 15 dias de licença para se tratar em Luanda - Boletim Oficial nº 145 de 5/11/1910 e Ordem da Armada nº 7B de 1910. Em Portaria Provincial do Governo de Angola nº 995 de 7/11/1910, são concedidos ao Capitão dos Portos da Província 90 dias de licença registada, nos termos da Lei, para gozar na metrópole - Boletim Oficial nº 46, de 12/11/1910 e Ordem da Armada nº 7B de 1910.

Em Portaria Provincial do Governo de Angola, nº 999, de 8/11/1910, enquanto Presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, foi exonerado a seu pedido do referido cargo - Boletim Oficial nº 46 de 12/11/1910 e Ordem da Armada nº 7B de 1910.

Foi-lhe deferido, em 8/2/1911, o requerimento em que pede para ser presente à Junta de Saúde Naval para mudança de situação. Em 8/2/1911 recebeu guia na Majoria General para ser presente à Junta de Saúde Naval e em 11/2/1911 foi julgado incapaz do serviço activo por opinião da Junta de Saúde Naval. No mês seguinte, no dia 20, é reformado no posto de Capitão-de-Fragata com o vencimento mensal de 145$000 réis, visto contar mais de 48 e menos de 49 anos de serviço para efeitos de reforma, nos termos do artº 4 do Decreto com força de lei de Fevereiro último e da tabela A anexa ao mesmo Decreto.

Em 11/7/1918, por Decreto, é-lhe aumentada a pensão de reforma com a quantia mensal de 18$00, a contar de 24/5/1918 - Ordem 15/1918 - e, em 24/5/1918, é condecorado com a medalha de ouro da classe de comportamento exemplar - Ordem 24/1918.

Por Decreto de 16/2/1924 foi-lhe substituída a pensão de reforma a contar de 1/1/1923, tendo-lhe sido contados 49 anos e 16 dias de serviço, entre os quais 8508 dias de serviço colonial e de campanha.

Faleceu a 29/12/1935. Os seus restos mortais repousam no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, em Jazigo quadrangular e frontão encimado ao centro por uma cruz, exibindo dois fogaréus laterais. O Jazigo ostenta o nome "Conselheiro Gomes de Sousa" e, no centro do frontão, está esculpida uma coroa que circunda as insígnias de Marinha. Este Jazigo está localizado na rua 7A e está hoje ao cuidado da Santa Casa da Misericórdia, tendo o nº 3839.

Gomes de Sousa morreu, conforme Teixeira (1936), na distinta cama onde havia dormido o Príncipe Real D. Luís Filipe, aquando da sua permanência em Luanda, durante a sua Viagem

Imperial, sinal forte de que o Capitão dos Portos de Angola, em 1907, em Luanda, muito contribuiu para receber tão bem quanto pôde o "seu" jovem Príncipe Real, símbolo do Regime e do Império. Sabemos, continuando a seguir Teixeira (1936), que esta cama foi mandada fazer, em oficinas envolventes do Observatório, em Luanda, com madeira de tacula. Ainda mandou executar outras peças de mobiliário em teca da Índia - que ofereceu ao Museu de Marinha e à S. G. L.

Deixamos ainda, por fim, informação sobre as colecções zoológicas que Gomes de Sousa vai enviando ao Jardim Zoológico de Lisboa; sobre as suas colecções botânicas e etnográficas e sobre outras pertenças; sobre diversas funções para que vai sendo nomeado ao longo da sua permanência em Angola; sobre contemporâneos seus que, em Angola, e na então Metrópole, são figuras de referência.

Assim:

Constataremos em Capítulos IX e X, em fotografias da época e integrantes do acervo remanescente de Gomes de Sousa, referido em Introdução, como Gomes de Sousa implantou aí, em Luanda, um Horto Botânico e um Jardim Zoológico. Alguns dos animais retratados, e muitos outros, seguramente, terão sido enviados para o Jardim Zoológico de Lisboa, nas Laranjeiras. E este Jardim Zoológico fez questão de marcar de um modo profundo, em sucessivos tempos e em diversas publicações, a participação muito activa que Gomes de Sousa teve nesta Instituição – que não é somente um mero e salutar local lúdico para jovens e adultos, como verificamos em textos e relatórios da Direcção e pareceres dos Conselhos Fiscais para serem presentes às Assembleias Gerais Ordinárias. Assim, nestes textos vemos, por vezes, que o Jardim:

1. Cede cadáveres de animais para colecções de escolas, como apoio ao ensino da zoologia;
2. Que faz - relativo ao exercício do ano de 1903 - um acordo com a Secção Zoológica do Museu de Lisboa, à Escola Politécnica, com incidência científica, pontualizando ao que cada parte se obriga;
3. Que disponibiliza consultas de medicina a trabalhadores, suas famílias e outros - nesta actividade é muito importante a figura do celebrizado Dr. Souza Martins;
4. Que disponibiliza consultas de veterinária;
5. Que funciona como local de acolhimento, em depósito simples e temporário;
6. Que cede animais de cobrição;
7. Que cede alguns cadáveres dos animais falecidos ao Museu Bocage, instalado na Faculdade de Ciências de Lisboa;
8. Que as ofertas recebidas têm, frequentemente, informação científica, como sejam, a pertença a classes, ordens e géneros;
9. Que editou no exercício de 1906, uma planta-guia, ou seja, um roteiro, a 5 cores e em litografia;
10. Que editou, no exercício de 1907, colecções de bilhetes postais ilustrados, litografados, em número de 24, bem como um catálogo contendo os principais caracteres zoológicos, nomenclatura científica e referências de ordem económica no respeitante a várias espécies;
11. Que tinha a preocupação de disponibilizar espaços para concertos musicais, como acontecia com a Banda da Marinha de Guerra.

Mas voltando novamente à acção de Gomes de Sousa, relativa ao Jardim Zoológico, referimos ainda os seguintes Relatórios:

1 – Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal para serem presentes à Assembleia Geral Ordinária de 1903, relativo ao exercício de 1902.

Diz, que

> "entre os doadores que formam a lista deste ano, alguns nomes vereis, que já anteriormente haviam contribuído (e alguns por várias vezes) para o aumento da nossa colecção, como foram os Srs. Henrique Maria Peres Caldas, João Maria de Aguiar, Henrique dos Santos Coelho (de Pernes), António Fernando Silva, João Justo, Conselheiro Ernesto Augusto Gomes de Sousa e João Marques da Silva.
>
> A todos os oferentes a Direcção manifestou, como lhe cumpria, o seu reconhecimento, merecendo-nos ainda especial referência o Sr. Conselheiro Ernesto Augusto Gomes de Sousa, ilustre Capitão-de-Fragata da Armada Real, Capitão dos Portos de Angola e Director do Observatório Meteorológico e Magnético de Luanda. Este distinto funcionário, que é também um erudito e zeloso coleccionador de espécimens zoológicas, havendo-nos já oferecido em 1900 um interessante exemplar de hiena malhada, que ainda vive no Jardim, enviou-nos, no presente ano, uma valiosa colecção de animais, prometendo-nos ainda a sua coadjuvação futura, em que muito devemos confiar, não só pelas vantajosas e favoráveis circunstâncias em que se encontra o Sr. Conselheiro Gomes de Sousa, como pela sua dedicação patriótica e fervoroso culto científico.
>
> Por avisos, que temos, é-nos lícito esperar que, brevemente, nos mandará nova remessa de animais, muito interessantes para a nossa colecção". (Anónimo, 1902, p. 21).

2 – Relatórios da Direcção e Pareceres dos Conselhos Fiscais para serem presentes às Assembleias-Gerais Ordinárias de 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913. Exercícios dos anos 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911 e 1912.

Em todos estes anos o Conselheiro Ernesto Augusto Gomes de Sousa é referido como doador. Só no exercício de 1906 oferece 33 animais, alguns de grande porte. No exercício de 1907, por exemplo, em lista de doadores, seguidamente ao Príncipe Real D. Luís Filipe - o Príncipe fez a sua Viagem a África neste ano de 1907 -, surge Gomes de Sousa com a oferta de 12 animais. Ainda pontualmente, diremos que este oferece no exercício de 1909, ano em que entra como membro efectivo da Direcção do Jardim, 50 animais, alguns de grande porte, incluindo um cefo. Gomes de Sousa continuará como membro efectivo da direcção até 1929, ininterruptamente. Como foi dito, regressa de Luanda a Lisboa, ainda no ano de 1910. Mas a 14 de Novembro, já proclamada a República, e neste mesmo ano de 1910, entre outros, ainda oferece uma leoa. No exercício de 1912, oferece 6 gansos, possivelmente já reunidos na sua Quinta de Montecuche, em Benfica, Lisboa.

3 – Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal para ser presente à Assembleia Geral Ordinária de 1929.

Gomes de Sousa, doente, é substituído pelo Coronel Alfredo Baptista Coelho como director efectivo.

Lemos no texto do relatório o seguinte:

> "CONSELHEIRO GOMES DE SOUSA, DIRECTOR HONORÁRIO. Aprovada por aclamação a seguinte proposta assinada por todos os membros da Direcção: Conheceis de há longo tempo a dívida de gratidão que o nosso Jardim contraiu para com o Conselheiro Ernesto Augusto Gomes de Sousa que durante a sua demorada permanência em Luanda nos doou alguns dos mais belos exemplares da fauna daquela província e, ao regressar à Metrópole, acrescentou a esses donativos o da valiosa colecção que possuía em Luanda, enriquecendo a do nosso Jardim com mais de 174 animais.
>
> Afastado por justos motivos dos trabalhos da nossa Direcção para o qual vós o tendes ininterruptamente eleito desde 1909, o Conselheiro Gomes de Sousa a quem já concedestes justamente a distinção de Sócio Benemérito pelas doações importantes feitas à nossa Sociedade, bem merece que esta o considere, perpetuamente, seu

director honorário. Assim, temos a honra de vo-lo propor". (Anónimo, 1928, p. 15)

Esta proposta foi aceite, ficando o Conselheiro Gomes de Sousa e o Dr. Vicente Moreira os dois directores honorários da Sociedade, ou seja, do Jardim. Em suma, Gomes de Sousa é feito sócio benemérito em 1909 e Director Honorário, perpétuo, em 1930.

4 – Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal para serem presentes à Assembleia-Geral Ordinária de 1936. Exercício de 1935.

Gomes de Sousa morreu em Dezembro de 1935. Sobre a sua vida e sobre o seu fim de vida, tece o seu biógrafo, Teixeira (1936), informação importante.

O presente Relatório informa, entre outros, acerca do luto do Jardim pela morte de Gomes de Sousa e tece as seguintes considerações:

> "O Senhor Consº Ernesto Augusto Gomes de Sousa foi Administrador desta Sociedade de 1910 a 1915 e distinguido com as honras de Director Honorário em 1916.
>
> Durante a sua longa permanência na África Ocidental o Senhor Conselheiro Gomes de Sousa foi um dos grandes povoadores do nosso Jardim, o qual lhe deve a oferta de nada menos de 187 animais da fauna angolana, alguns muito notáveis como o corpulento casal de chimpanzés "o Faustino e a Catarina" que Lisboa toda conheceu e que não tiveram rivais. Tão importantes dádivas tornaram o Sr. Gomes de Sousa um benemérito do Jardim Zoológico". (Anónimo, 1935b, p. 8)

No que respeita aos citados chimpanzés, tornaremos a voltar a esta matéria no Capítulo X deste trabalho. As fotografias que trataremos, ditas "chapa de vidro", dedicam vasta atenção aos chimpanzés, indício de que já seriam animais de muita estima, em Luanda, por parte de Gomes de Sousa.

A matéria tratada neste Relatório do exercício de 1935 é retomada, entre muita outra informação, por Silva (1965). Este autor refere-se a Gomes de Sousa como um dos grandes povoadores do nosso zoo, o qual lhe deve a oferta de 187 exemplares da fauna angolana entre os quais o famoso casal Faustino e Catarina, popularíssimo na Cidade.

Também Gouveia (1991) se refere a Gomes de Sousa duma forma marcante - fazendo-o ombrear com nomes como o do Dr. António Duarte Ramado Curto, Governador de Angola ao tempo de Gomes de Sousa e grande amigo do Jardim Zoológico, do Dr. António Augusto de Carvalho Monteiro, do Dr. Eduardo Burnay, do Dr. Vicente Rodrigues Monteiro, do já referido General Alfredo Augusto Freire de Andrade e do Marquês de Fontes.

Cremos ter deixado suficientemente tratada a actividade de Gomes de Sousa, no que respeita ao seu Jardim Zoológico, existente em Luanda no espaço imediatamente envolvente do Observatório Meteorológico e toda a sua participação no Jardim Zoológico de Lisboa, antes e depois do seu regresso de Luanda, após a implantação da República.

Sabemos que Gomes de Sousa teve uma infatigável acção, a outros níveis, como seja, recepção, recolha, estudo e envio de amostras para a Sociedade de Geografia que, em Lisboa, na sua sede, com esse e outro material que lhe foi enviado em 1906, montou a Exposição sob título *Exposição Colonial de Algodão, Borracha, Cacau e Café*, conforme Capítulo III, alínea C. No catálogo desta Exposição é muito referida a participação de Gomes de Sousa. Materiais desta Exposição terão sido depois enviados para Liverpool, onde integraram a Exposição, em 1907, de *Amostras de Produtos das Colónias da África Portuguesa*, como dito em **APÊNDICE 28**. Neste mesmo ano, em 1907, Gomes de Sousa marcará profundamente a Visita do Príncipe Real D. Luís Filipe a África, aquando da sua paragem e estadia, em Luanda, ultimando a exposição de vários acervos no Observatório Meteorológico e Magnético de Luanda, visitada pelo Príncipe, que teve

Catálogo do Mostruário impresso e de que apresentaremos documentação fotográfica e sua interpretação em Capítulos IX e X, abordando-o especificamente em Capítulo XI.

Ainda relativamente a 1906, a nível da sua esfera de acção como Capitão dos Portos da Província, a Revista *Portugal em África,* vol. XII, Setembro, refere Gomes de Sousa. A Revista depois de dividir os temas em três partes, como sejam Continente do Reino, Costa Ocidental e Costa Oriental de África, no respeitante à Costa Ocidental cita o Porto de Luanda, dizendo: "O Senhor Governador de Angola nomeou uma comissão composta pelo Conselheiro Ernesto Augusto Gomes de Sousa, Capitão dos Portos da Província, pelo Senhor Presidente da Associação Comercial de Luanda, Senhor José Luís de Freitas Ribeiro e pelos Engenheiros Joaquim Faustino Poças Leitão, Director do Caminho de Ferro de Luanda a Ambaca, António Armindo de Andrade, Director dos Caminhos de Ferro de Luanda e José Rodrigues do Amaral Themudo, Director das Obras Públicas de Angola, a fim de elaborar os anteprojectos das obras a empreender no Porto de Luanda, de modo a torná-lo um porto comercial que possa satisfazer às exigências da actualidade e corresponder à sua situação geográfica e naturais condições e bem assim a sua ligação mais conveniente com a alfândega, a parte comercial da cidade e o caminho-de-ferro de Ambaca".

Sabemos que Gomes de Sousa teve ainda uma efectiva acção no que respeita ao ensino, em Angola. O Boletim Oficial de Angola, de sábado, 5 de Janeiro de 1907, diz que, ao tempo do Governador Eduardo Augusto Ferreira da Costa, é nomeada pelo Governador uma comissão composta, entre outros, pelo Conselheiro Ernesto Augusto Gomes de Sousa, inspector da Escola Profissional D. Carlos I, como Presidente da Comissão, para estudar os projectos entrados - conforme portaria de 1906 -, com vista à criação de escolas de artes e ofícios, e escolas elementares de agricultura.

A criação desta Escola insere-se no âmbito do Artigo 65 do Decreto Lei de 18/1/1906. Gomes de Sousa participará activamente no Regulamento Interno desta Escola que tem 8 Capítulos e 104 Artigos - que tratam fardamentos, alimentação, limpeza, ensino, disciplina, salários, iluminação de acetileno, ou seja, de hidrocarboneto não saturado, etc. Nesta Escola, Gomes de Sousa fará o discurso oficial de acolhimento, aquando da Visita do Príncipe Real D. Luís Filipe.

Por fim, diremos que Gomes de Sousa foi, por duas vezes, Governador interino. Segundo o seu já referido biógrafo, Alberto de Almeida Teixeira, não teve filiação partidária, embora essa lhe tenha sido oferecida pelo então Ministro de Marinha e Ultramar, Ressano Garcia (Teixeira, 1936). Não desejou ser Governador e foi-o interinamente, quando a isso foi chamado. Primeiro pela doença avassaladora do Governador Eduardo Ferreira da Costa e, num segundo tempo, quando Henrique Paiva Couceiro vem a Lisboa e, depois, é destituído do cargo de Governador. E, assim sendo, afigura-se-nos que, no contexto da época, a Gomes de Sousa assistia, em termos simbólicos, a legitimidade da continuidade em Angola, num tempo superior a vinte anos, de que advira, segundo a sua folha de serviços, o saber, o saber-fazer e a competência.

Gomes de Sousa é nomeado Presidente da Comissão promotora dos festejos em honra de sua Alteza o Príncipe Real quando este visita Luanda. É Capitão dos Portos de Angola, nesta mesma data e, como tal, segundo Ordem do Governo, é o responsável pelo brilho na recepção e na partida do Príncipe, no que se refere à sua área de competência - feitas as ressalvas das diferenças das épocas, este brilho não poderá ser apoucado face à pompa da Viagem Imperial da então recém casada Rainha Isabel II às colónias Inglesas, em 1953.

Sendo certo que a nós, neste trabalho, nos interessa sobretudo a acção de Ernesto Augusto de Souza como organizador do Museu Colonial 1907-1910, como coleccionador de materiais vários e como estudioso, não é menos certo que nos cumpre pontualizar, em termos globais, a formação e a actividade deste Oficial de Marinha de Guerra. Assim, conseguimos mais indicadores para a compreensão do tema em estudo e da época em que se enquadra. Em nosso entender, esta compreensão poderá ser reforçada, nomeadamente em futuras eventuais acções museológicas sobre a temática referida neste escrito, com o estudo de objectos pessoais de Ernesto Augusto Gomes de Sousa, agora conservados na colecção particular de Virgílio de Souza, Capitão da Força Aérea

Portuguesa, como sejam, por exemplo a espada de Oficial e a foto oferecida por D. Manuel II ao seu Ajudante-de-Campo, emoldurada a prata e, ainda, um retrato seu, oferecido pelo referido Capitão ao Museu de Marinha, em Belém. Ainda, existem três retratos de Gomes de Sousa, no Arquivo Central da Marinha, como dito.

Por fim, dizemos que Gomes de Sousa, homem de investigação e acção, deixou obra escrita que, como referimos, são catálogos de exposições, nomeadamente a de 1906, na Sociedade de Geografia e a de 1907, no Observatório Meteorológico de Luanda; é a monografia sobre o Observatório que mereceu medalha na Exposição Universal de Paris; é a obra existente na Biblioteca Central de Marinha, editada em Lisboa pela Imprensa Nacional, que data de 1890.

Dizemos, ainda, que é contemporâneo, em Luanda, de coleccionadores notáveis, que com ele certamente se cruzaram, como seja o já referido Conselheiro e Governador Ramada Curto e o Conselheiro e Governador Francisco Xavier Cabral de Oliveira Moncada. Ao primeiro devem-se avultadas ofertas ao Jardim Zoológico de Lisboa e ao segundo cabe a oferta de 102 objectos de Angola ao Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, como refere Areia (1985) e como é referido igualmente por Areia et al. (1990).

Como veremos em Capítulo X deste trabalho, Gomes de Sousa tinha também a seu cargo, para além do seu Jardim Zoológico, do Horto Botânico e da Colecção de Produtos, no Observatório, uma numerosa colecção etnográfica de que se destaca um *Tchibinda Ilunga*, antepassado mítico dos *Tchokwe.*

Importava seguir a trajectória das colecções de Luanda e da sua eventual Biblioteca[181], propriedades particulares de Gomes de Sousa. E, assim voltámos ainda uma outra vez junto do referido Capitão da Força Aérea Portuguesa Virgílio de Souza, a 19/3/2013. Virgílio de Souza - e também seu filho - recebeu-nos com grande disponibilidade. Conheceu bem Etelvina Navarro, afilhada e herdeira de Gomes de Sousa, em cuja residência havia muitos materiais do referido Gomes de Sousa e de que se poderá ter uma ideia, vendo o filme *Fogo!*, realizado em 1949 por Artur Duarte. Segundo Virgílio de Souza, Gomes de Sousa trouxe para Lisboa as suas colecções etnográficas, sendo que uma peça *Tchokwe*, foi vendida, em 1989, ao Museu Nacional de Etnologia, o que nos foi confirmado aqui.

Disse-nos ainda Virgílio de Souza, que tem na sua colecção particular um dente de elefante, o qual exibe uma coroa, finamente trabalhado por um marfineiro, dente este que poderá ter alguma forte relação com o Príncipe Real D. Luís Filipe e com a sua Viagem Imperial. Segundo Virgílio de Souza, na referida entrevista, Gomes de Sousa trouxe muito mobiliário, propriedade sua, que vemos retratado no seu espólio de fotografia vítrea - terá falecido na mesma cama em que o Príncipe Real dormiu, em Luanda, durante a sua estadia aqui.

Quanto ao Jardim Zoológico existente na envolvente do Observatório, pertencia a Gomes de Sousa e funcionava muito como um entreposto do Jardim Zoológico de Lisboa, como dito. Relativamente ao Horto Botânico, desconhecemos se trouxe alguma parcela consigo, para Lisboa, e, se a trouxe, se com ela fez plantios na sua Quinta, em Benfica, ou no Jardim Zoológico de Lisboa, a que continuou dando grande atenção até à sua morte, como já referido; desconhecemos, ainda, se ofertou alguma parte ao Museu Agrícola e Florestal de Lisboa, que teve Regulamento sob título *Regulamento do Museu Agrícola e Florestal aprovado por Decreto de 27 de Dezembro de 1888*, ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1888, total de pp. 8.

Afigura-se-nos que, até ao presente momento da investigação, as suas colecções etnográficas não tenham dado entrada na Sociedade de Geografia, a que Gomes de Sousa sugere

[181] Muito recentemente foi publicado o catálogo de alfarrabista (Vicente, 2012), relativo ao leilão de 11 a 12 de Dezembro de 2012, em Lisboa, do qual relevamos a peça nº 591, sob título *Monografia do Caminho de Ferro de Malange*, Ed. Imprensa Nacional, Luanda, 1909. Esta Monografia tem dedicatória de Armindo de Andrade ao Conselheiro Augusto Gomes de Sousa. É dito em catálogo que se trata de uma peça muito rara. Está ilustrada com 17 anexos e 3 mapas em folhas desdobráveis.

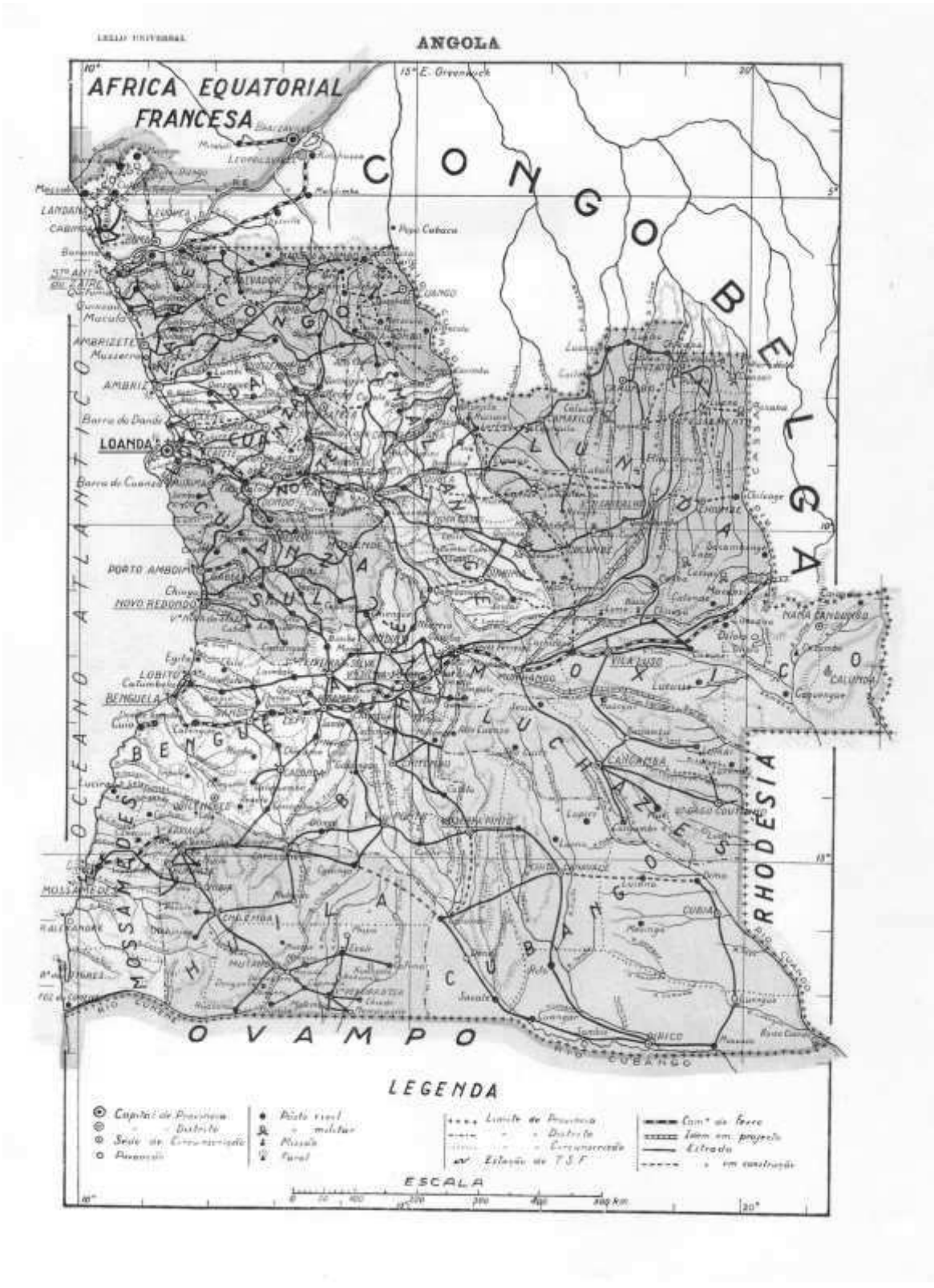
A existência desta obra em leilão pode sugerir que Ernesto Augusto de Souza, para além da sua colecção etnográfica, mobiliário e exemplares do seu Zoo, também trouxe para Lisboa a sua Biblioteca.

não ter ficado particularmente ligado depois da vinda de Luanda. E porque foi assim? Teria sido porque a Sociedade de Geografia, ainda que num curto espaço de tempo, parecesse mergulhada, também ela, no forte processo de mudança, em que ele por convencimento e pundonor de Ajudante-de-Campo do Rei exilado, muito possivelmente, não se quereria envolver, como sejam: a cedência da Sala para organização da classe dos trabalhadores dos escritórios; a eleição para Presidente da S. G. L., a 10 de Dezembro de 1910 de Bernardino Machado; o grande banquete que ali é feito a 15 de Dezembro, em honra de Magalhães de Lima, grão-mestre da Maçonaria; a conferência em sessão livre de Manuel Coelho, ou seja, do Major Manuel Maria Coelho - alferes presente no 31 de Janeiro, no Porto -, Governador nomeado para Angola e a que assiste o Ministro das Colónias?

ANEXOS

ANEXO 1

Fotocópia de Mapa Policromo de Angola. Lello Universal. C. 1930



ANEXO 2

Quartel de Monte Sossego, S. Vicente, Cabo Verde. Março de 1943. Col. Part.

Cópia de fotografia do Soldado Fernando Rodrigo, de Artilharia Antiaérea, enviada a seus pais, aquando do cumprimento do Serviço Militar Obrigatório, em plena Segunda Guerra Mundial, no Quartel de Monte Sossego, S. Vicente, Cabo Verde.

Trata-se de uma fotografia de pose em período de folga, junto a uma arcaica peça de artilharia (terão sido estas velhas peças que troaram aquando da passagem do Príncipe Real D. Luís Filipe, por S. Vicente, em 1907?). Na fotografia salienta-se, segundo ele próprio escreve, o cabelo levantado. Ora ocorre que nesta data, entre Janeiro e Abril, é a "época dos ventos", ou seja, do vento do harmatão ou lestada.

O Quartel de Monte Sossego teve uma grande importância na defesa do Porto Grande - porto de águas profundas -, na Baía do Mindelo e da Cidade do Mindelo. Para Cabo Verde foram enviados milhares de homens ao longo da Segunda Grande Guerra.

ANEXO 3

Revelações da Guerra Colonial na Guiné-Bissau – Operação Mar Verde – Invasão da Guiné-Conacri, em 1970, por Alpoim Calvão: Operação de Burumtuma.

Os retratados, mãe e filho, foram mortos alguns segundos após ter sido feita a fotografia.

Foto de António Lima de Paiva, ex-Sargento da Força Aérea Portuguesa (Paraquedista?), em blogue de Jorge Trabulo Marques (http://www.odisseiasnosmares.com/2014/05/revelacoes-da-guerra-colonial-na-guine.html), consultado em 11 de Abril de 2016.

De facto, como no caso presente, a fixação da imagem pela fotografia já desde finais do século XIX, através da Lanterna, dita mágica, ou Lanterna de Projecção - instrumento de óptica que por meio de uma luz interior faz ver em ponto grande, isto é, permitia a projecção da imagem em parede ou tela -, tinha um forte poder probatório e autenticava a denúncia, conforme Jerónimo (2014), temática esta aqui tratada em imagem, que este autor diz ter sido assumida em Exposição sob título *The Curious Case of* …, que esteve patente, em 2012, no Museu Hancook, Newcastle upon Tyne, no Reino Unido.

ANEXO 4

Escultura Lwena ofertada pela Autoridade Tradicional no momento da despedida das últimas tropas portuguesas que saíram da então denominada cidade do Luso, hoje Lwena, escassos meses antes da Independência de Angola, em Agosto de 1975. Col. Part.

.

ANEXO 5

Instruções do Comandante do Batalhão de Artilharia 6221/74 do Luso com destino à então Nova Lisboa e Relatório sobre os acontecimentos que culminaram com o desarmamento do referido batalhão e saque do comboio que o transportava, em Agosto de 1975. Col. Part.

A acção deste Batalhão, no âmbito da Missão que superiormente lhe foi atribuída, enquadra-se muito no que referimos como "Malhas que o Império tece". Estamos a poucos dias do fim do Império, ou seja, estamos a poucos dias da "Morte da Metrópole" e da consequente "Libertação" do colonizado e do colonizador.

nboioLuso-NovaLisboa.jpg https://mail.google.com/_/scs/mail-static/_/js/k=gmail.mail

REGIÃO MILITAR DE ANGOLA

C T LIS

BATALHÃO DE ARTILHARIA Nº. 6221/74

Relatório sobre os acontecimentos que culminaram com o desarmamento do BART 6221/74 e saque do comboio que o transportava do LUSO para NOVA LISBOA.

1. ANTECEDENTES

a) A MINHA CHEGADA A LUANDA

A minha chegada a Luanda, em trânsito para o Luso onde ia assumir o Comando do BART 6221/74, verificou-se em 29 de Julho de 1975.
Após os necessários contactos nas REP/QG onde me procurei inteirar da situação geral em ANGOLA e particularmente da situação político-militar no LUSO, apenas um facto concreto me foi dado concluir: que era urgente retirar o Batalhão daquela cidade e fazê-lo chegar a NOVA LISBOA.
Requisitada a minha passagem para o Luso, esta só se viria a efectivar no dia 3 de Agosto por a situação local não garantir a segurança dos aviões TAAG que por isso cancelaram os seus vôos para o Luso até àquela data.

b) SITUAÇÃO DO BART 6221/74 À DATA DA MINHA CHEGADA

O BART 6221/74, sediado no Luso, encontrava-se aquartelado nas dependências da Base Aérea (18.e 38.Carts), num quartel próximo do aeroporto, junto ao quartel das F.I.(CCS), estando a outra Companhia (28.CART) aquartelada no centro da cidade, próximo ao edifício onde estava instalado o Comando do Batalhão (antigo Comando Militar do Luso)
As 18,28 e 38. CARTS, embora com os efectivos reduzidos por motivos dos amparos, tinham os seus quadros de graduados sem faltas apreciáveis, não havendo sobre elas problemas de maior a referir.
Já quanto à CCS notei de imediato graves problemas de carácter disciplinar que se poderiam agudizar se não fossem tomadas imediatas medidas preventivas.
As causas dessa situação situavam-se numa fraca actuação de Comando, pois o Comandante da Companhia, um Capitão de QSG, era uma pessoa doente que nessa altura regressava de licença de Portugal, cuja acção parece que nunca se fez sentir junto do pessoal e que nunca teve a devida ajuda do restante pessoal graduado da Companhia. Este Oficial foi evacuado por motivo de saúde, dias depois, para Luanda.
A situação desta CCS obrigou pois a que o Comandante e o Oficial de operações do Batalhão, à falta doutros, desviassem parte das suas preocupações para a CCS.
Por sua vez, o Comando do Batalhão quanto a Oficiais, estava reduzido ao Comandante Interino, que era na altura o CAP.GUERREIRO, o Oficial de operações do Batalhão, e a um Tenente de QSG, que tinha a seu cargo a Sec.Transportes, que inteiramente o absorvia.
O 2º.Comandante do Bart, Major PESTANA, estava de licença em Portugal e o Major Machado, apresentou-se de licença na mesma data da minha apresentação, mas apenas por breves dias, pois logo a 9AGO baixou ao HML sendo posteriormente evacuado para Portugal.
Duma maneira geral e tirando a CCS, o estado de disciplina do Batalhão não me impressionou mal, observando-o uma óptica actual e comparativa com o que infelizmente se vê por todo o lado no nosso Exército.
Sob o ponto de vista operacional não tive ocasião de avaliar a sua preparação, e que agora possa dizer que não destoa do que, uma vez mais infelizmente, é timbre da generalidade das nossas unidades, muito fraco.

c) SITUAÇÃO GERAL NO LUSO

(1) MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

No Luso em 23 de Agosto, após os confrontos anteriores entre o MPLA e a FNLA, após os quais este Movimento foi finalmente forçado a abandonar a cidade, a situação continuou tensa

.../...

mboioLuso-NovaLisboa.jpg https://mail.google.com/_/scs/mail-static/_/js/k=gmail.main.

entre a previsível confrontação entre a UNITA e o MPLA,ambos desejosos de dominar uma posição de grande importância estratégica para as ambições daqueles dois movimentos, como é a da Capital do Moxico.
Previa-se que um confronto entre os dois movimentos fosse violento, prolongado e de desfecho indeciso..
Durante a minha permanência no Luso, cerca de duas semanas, esses Movimentos não deixaram de aumentar os seus efectivos e o seu potencial de combate.
O ambiente tornava-se dia a dia mais tenso, os boatos de uma confrontação iminente eram constantes e frequentes incidentes nocturnos perturbavam a vida da população.
O Comando, especialmente através do Capitão Guerreiro, o Oficial que na altura melhor conhecia os problemas e as pessoas, manteve-se em contacto quase permanente com os Movimentos, procurando dar resposta diligenciando dentro do possível, evitar confrontações. Sabia-se de antemão que era uma tarefa votada ao fracasso, pois não seria a nossa intervenção que evitaria o inevitável, mas tentou-se sempre e exhustivamente, pelo menos procurava-se ganhar tempo.
Resta acrescentar que durante a minha estadia no Luso, as relações entre as NT e os Movimentos se mantiveram sempre num ambiente de compreensão e respeito mutuos.
Ninguém veio nos surpreender pela atitude tomada dias depois.

1. O PROBLEMA POPULAÇÃO

A 03 de Agosto de 1973, num domingo, desembarquei no Luso. Nesse mesmo dia estabeleci os primeiros contactos com os Oficiais do Batalhão e logo, pela 1ª vez, me apercebi da existência dum problema de extrema acuidade, que por ocasião fora aflorado em Luanda e que durante os restantes 14 dias que permaneci no Luso não mais deixou de estar na primeira linha das minhas preocupações e que decisivamente condicionou a actuação do Batalhão durante todo o processo: Tratava-se do problema da população do Luso que certamente não deixaria de querer ser retirada logo que se anunciasse a saída do Batalhão.
Logo na terça-feira,dia 5, contactei o encarregado do Gov. do Distrito à qual, na presença do respectivo Secretário e do Major Machado, expus a intenção das Autoridades Militares retirarem o Batalhão do Luso no mais curto prazo e da necessidade de fazer constar entre a população essa decisão e aconselhar ao mesmo tempo as Autoridades Administrativas a tomarem providências imediatas para fazer face à retirada das pessoas interessadas que certamente não deixariam de aparecer em número elevado.
No dia seguinte contactou-me uma comissão de moradores que, intitulando-se representativa da população do Luso, dizia pretender organizar uma coluna auto que tentaria atingir N.Lisboa, para o que dispunha de 2 máquinas niveladoras da Empresa Tecnil e pessoal especializado na reparação das estradas, e apenas pedindo escolta militar. Obtida nesse dia autorização do CTIS, foi de imediato comunicada à referida comissão a decisão de dar escolta à coluna e que a mesma, dada a urgência da saída do Batalhão e da previsível provocada pela tensão entre os Movimentos, deveria estar pronta a sair na 6ª feira dia 8.
Entretanto,na quinta-feira,dia 7, fui contactado por uma outra comissão à frente da qual se encontrava o Secretário do Gov.Distrito, a qual, segundo representatividade à anterior, veio manifestar a estranheza da população do Luso pela ausência (para eles) decisão da retirada dos militares, não dando tempo às populações da região para evacuar os seus haveres ou se ainda se concentrarem.

.../...

ComboioLuso-NovaLisboa.jpg https://mail.google.com/_/scs/mail-static/_/js/k=gmail.mai

Foi-lhes explicado o imperativo da ordem recebida, motivada por razões de ordem politico-militar prementes, ordem entretanto confirmada por rádio do CTLIS considerando "imperiosa e urgentissima a retirada do Batalhão". Deste encontro ficou combinada uma reunião da população no Palácio do Comércio, para essa mesma noite, a fim de discutir a organização da coluna e marcar uma data para a sua saída.
Nessa reunião, que foi um triste espectáculo de ataques pessoais, ao Governo e ao Exército, uma perfeita demonstração dos mais baixos instintos humanos, de interesses pessoais mesquinhos a sobreporem-se ao colectivo e de declaradas opções partidárias, chegou-se ao despudor de acusar o Comandante do Batalhão de alarmista, pois, no dizer desses senhores, nada justificava a saída precipitada da população já que o clima de vivência entre os movimentos instalados na cidade não tornava a situação alarmante.
Como tudo se discutia e tudo se atacava sem deixar margem para discutir o que ali nos levava, os militares presentes retiraram-se, garantindo estar prontos a continuar a discussão mas apenas com uma comissão eleita pelos moradores e para o fim que ali nos levara: a organização duma coluna auto da população civil interessada em deixar a cidade com escolta militar.
Essa comissão que foi eleita nessa mesma reünião, contactou o Comandante do Batalhão no dia seguinte, tendo ficado assente a organização da coluna e a sua saída do Luso na madrugada do dia 12, numa terça-feira.
Essa coluna, que por intrigas e pressões de certamente promessas de vária ordem não chegou a ter a dimensão que se esperava, saiu efectivamente do Luso às 05H30 desse dia 12, integrando cerca de 200 viaturas e 300 pessoas, número que foram aumentando durante a viagem, sob escolta da 2ª CART/BAPTS.6221/74.

3. O PROBLEMA ARMAMENTO

Entretanto e simultâneamente o Comando do Batalhão ia organizando a saída via CF dos restantes elementos do Batalhão.
Só então dei conta deste problema gravissimo para a retirada em paz do Batalhão e que era a existência, à sua guarda, de alguns milhares de armas e de toneladas de munições pertencentes à OPVDCA, da Polícia e dos CF, material cobiçado pelos Mov. Libertação, em especial pela UNITA que já anteriormente à minha chegada assaltara uma arrecadação da CCS donde levara uma centena de armas (Mauser, na sua maioria).
Para além deste material fora deixado à responsabilidade do Batalhão algumas dezenas de caixas de fardamento que era destinado às Comp. Integradas que não se chegaram a formar, mat. de Aquartelamento da Força Aérea em estado impecável, caixotes de militares doutras unidades que passaram pelo Luso e que deixaram ao Batalhão o encargo e a responsabilidade do seu transporte, enfim, uma terrível sobrecarga para uma Unidade que era obrigada a retirar urgentemente sob a pressão de ordens superiores e de acontecimentos gravissimos que de um dia para o outro poderiam pôr em causa a sua saída do Luso, a não ser recorrendo a grandes reforços.
Este problema das armas e munições e a cobiça que elas despertavam à UNITA foi exposto ao CTLIS e pedida proteção adequada ao comboio, inclusivé de meios aéreos. O Comando do Batalhão nunca chegou a ter resposta a esta proposta. Pedi um avião para me deslocar a N. Lisboa, onde pretendia de viva voz expor todos os problemas que nos afligiam, pois os considerávamos de extrema gravidade, mas essa oportunidade foi-me negada.
Sem pretender atingir pessoas, seja-me permitido manifestar o meu profundo desgosto pelo abandono a que me senti votado como Comandante do Batalhão na breve estadia do Luso.
Não estou aqui a fazer a minha defesa, relato cronologicamente os acontecimentos, mas é-me impossível deixar de pôr uma nota de amargura pela forma, tão de ânimo leve, como foram encaradas superiormente os problemas do Batalhão

2. DESCRIÇÃO GERAL DOS ACONTECIMENTOS

a) A LUTA ENTRE O MPLA E A UNITA NO LUSO

No dia 15, às 19H20, quando faltava carregar a última viatura no comboio, o MPLA e a UNITA desencadearam o que há várias dias vinha sendo esperado, uma confrontação directa entre si, com forte tiroteio de armas ligeiras e pesadas. A zona principal dos combates localizou-se precisamente nas imediações da

.../...

mboioLuso-NovaLisboa.jpg https://mail.google.com/_/scs/mail-static/_/js/k=gma

estação C.F. onde se nucos reven as principais organizações dos M.L..Para o Batalhão, já todo embarcado, foram momentos particularmente difíceis, pois a qualquer momento poderia ser vítima do disparos menos precisos e por outro lado não podia tomar qualquer iniciativa ou movimentar-se, pois não podia abandonar o material.
Os combates entre a UNITA e o MPLA continuaram pela noite dentro, intensificaram-se na manhã de sabado (16) e prolongaram-se mais ou menos intensamente até domingo de manhã, quando o MPLA começou a dominar a situação.
Conseguiu-se então, com muito esforço, reunir o pessoal do C.F. necessário à marcha do comboi..
Tivemos de pedir, dar ordens, ameaçar, vencer mil obstáculos e numa autentica resistência passiva de parte de alguns elementos do C.F. interessados em saír do LUSO, sim, mas só quando tivessem as suas coisas prontas e os seus carros embarcados, em manifestações do mais puro egoismo e falta de caracter.
Entretanto, grande número de pessoas apavoradas, assediavam-nos com pedidos de transporte. Os casos mais urgentes eram atendidos, à maior parte não se podia valer, pois as duas carruagens postas à nossa disposição já há muito tinham a lotação excedida.
Poucas horas antes da saída do comboio, o Presidente da Câmara do Luso, dirigiu-se-me dizendo que tinha falar com o Comandante do Batalhão em nome da população do Luso e que o comboio não devia partir antes de serem evacuados todos os civis que desejassem saír do Luso. Enérgicamente foi-lhe respondido que já fora organizada uma coluna com proteção militar, que durante a semana tinham circulado comboios, que, enfim, a essa população foram dadas oportunidades, precárias embora, para saír do Luso. Tinham preferido ficar na expectativa, à espera do melhor, e só o terror e pavor provocado pela Guerra os insitara a querer saír precipitadamente, fazendo exigências que estavam para além da capacidade da resolução do Batalhão, até pela própria situação de insegurança e inoperacionalidade em que este se encontrava.
Pois o Sr. Presidente da Camara chegou ao ponto de ameaçar colocar as crianças e a população à frente do comboio para impedir a sua saída!
Finalmente, cerca das 19H00 do dia 17, o combóio saíu do Luso, no meio de boatos de que a Unita recomposta e reforçados os seus efectivos marchava novamente sobre o Luso.
Era uma composição anorme, cerca de 50 vagous puxado por 2 máquinas, carregado de material de guerra e outro, transportando em duas carruagens e espalhadas pelos vagous para cima de 300 civis, na sua grande maioria mulheres e crianças.

b) A VIAGEM, O DESARMAMENTO DO PESSOAL E O SAQUE DO COMBOIO

Até à CHICALA, cerca de 2 horas de marcha, a viagem decorreu sem incidentes.
Na CHICALA o comboio interrompeu a marcha.
Passados momentos foi pedida a comparência de alguém do Comando do Batalhão para resolver qualquer problema que surgira. Pedi ao CAPITÃO GUERREIRO, of.op., já muito habituado a contactar com os M.L., que fosse ver o que se passava. Momentos depois o CAP. GUERREIRO pedia a minha comparência. Fui encontrá-lo junto do Comandante CHEWALE,da UNITA, o qual depois de me cumprimentar solicitou que o Batalhão lhe cedesse algumas munições. Respondi-lhe negativamente e justifiquei com a posição de neutralidade que o Governo Português optara e o Exército devia escrupulosamente cumprir. CHEWALE replicou que a tropa portuguesa tinha ajudado o MPLA no LUSO, o que veementemente neguei. Depois de mais alguns momentos de discussão sempre amena e de conversa em que inclusivamente informamos o Comandante CHEWALE que déramos abrigo ao Delegado da Unita no Luso, o qual viajáva connosco no comboio sob disfarce e bem assim como os dois militares da Unita que também tinham pedido a nossa protecção, pareceu-nos que o CHEWALE (e ele assim o declarou) tinha compreendido e

////

oioLuso-NovaLisboa.jpg https://mail.google.com/_/scs/mail-static/_/js/k=gmai

aceito a nossa posição.
Nessa convicção nos despedimos dele e entramos no comboio, aguardando o recomeço da marcha.
Passados talvez uns 5 minutos, um dos Comandantes de Companhia vei-nos avisar que o comboio estava impedido de recomeçar a marcha porque a tal escolta um Major da UNITA junto à primeira máquina. Mandei o Cap. GUERREIRO esclarecer o assunto que considerei um mal entendido de menos importância.
Entretanto fui-me apercebendo da proximidade de vários elementos armados da UNITA, dum e doutro lado do comboio, os quais podiam provocar uma confrontação com os nossos soldados, já que alguns desses elementos, dando indícios de estarem fortemente drogados, tomaram atitudes provocadoras.
Resolvi tomar a iniciativa de eu próprio ir falar novamente com o Comandante CHEWALE. Junto ao edifício da estação encontrei o Cap.GUERREIRO que falava com o tal Major da Unita que impedira a marcha do comboio. Quando perguntei o que se passava disse-me que queria vêr as munições. Perguntei-lhe para que queria ele vêr as munições "quero vêr as munições" foi a resposta invariável desse elemento até que o Cap. Guerreiro lhe pôs a pergunta"você quer vêr as munições ou quere as munições?". Ele então confessou que queria as munições. Respondi-lhe que o assunto já fora discutido com o superior dele, Comandante CHEWALE e que estava encerrado com a concordância desse seu superior hierárquico e pedi para o contactar novamente. Respondeu que o Comandante CHEWALE já ali não estava e que agora era ele quem dava ordens. E afastou-se abruptamente.
Procurando chegar a uma plataforma de entendimento, decidimos propor a entrega de algumas munições quando subitamente,sem nos dar tempo a apresentar essa proposta, nos vimos rodeados de algumas dezenas de indivíduos completamente drogados, que apontando-nos as suas armas e em atitudes de alucinados, exigiam as entregas das nossas. Perante o dilema e ainda na expectativa do entendimento, ordenei ao pessoal que me rodeava que entregasse as suas armas, pois qualquer atitude mais irrefletida poderia provocar um massacre daquele pessoal.
Entretanto procurava chamá-los à razão, já não me deixaram qualquer oportunidade.
Enquanto aqueles elementos sob a ameaça das armas que a qualquer momento podiam disparar, porque, repete-se, estavam completamente drogados ou embriagados, nos obrigaram a recolher ao edifício da estação, os outros elementos que rodeavam o comboio e que cada vez em maior número saíam da escuridão, ante a perplexidade dos nossos militares,assaltavam-os e exigiam-lhes as armas. Foi então que se ouviu um tiro, não se sabe disparado por quem, o que imediatamente provocou forte fuzilaria.
Nas carruagens e nos vagons onde iam mulheres e crianças imediatamente se estabeleceu o pânico. Um massacre poderia estar iminente não só entre a população civil como entre os nossos militares muitos dos quais já estavam desarmados e se não quisermos agora, neste momento e mais friamente, ser tão pessimistas, teremos de admitir no mínimo um número elevado de mortes, já que a nossa posição, dentro do comboio, era absolutamente vulnerável.
Decidi então debaixo do tiroteio tentar falar novamente com o já referido Major da UNITA. Saí do edifício e auxiliado por um militante da Unita que encontrei, por ele me deixei conduzir. Encontrei-o junto duma edificações rodeadas pelos seus homens que enquanto falava com ele à lhe dizia que era preciso acabar com o fogo, nunca deixaram de me apontar as suas armas e de me ameaçar de morte.
Conseguiu-se parar o fogo mas não mais dialogar. O restante pessoal foi rápidamente desarmado e imediatamente uma multidão começou a saquear os vagons. Primeiro só as armas e munições, depois tudo o que apanhavam à mão e despertava a sua cobiça.

ComboioLuso-NovaLisboa.jpg https://mail.google.com/_/scs/mail-static/_/js/k=gmail.main.en.

Procurei novamente contactar com o Comandante CHEWALE o um militante da Unita ainda me acompanhou até uma cerca, onde ao fundo, havia sinais de estar gente. Mandou-me esperar e não mais apareceu, até que empurrado e ameaçado tive que voltar para junto do comboio.
A meio da madrugada o comboio reiniciou a marcha, para ser detido novamente na estação seguinte: CANGUMBE.
O que restava de armas e munições foi descarregado, caixotes foram abertos, diziam que à procura de armas e sob o mesmo pretexto nem as bagagens pessoais escapavam. Os vagons com as viaturas foram desatrelados e desviados para um ramal. Sob o pretexto de que um furriel proprietário de uma viatura civil que vinha em cima de Berliet andara aos tiros no Luso contra a Unita, foi este individuo, sovado selvaticamente e arrastado para longe do comboio. Recebendo o pior fui no encalço do grupo e quando me aproximei verberei o seu procedimento, fui também agredido a soco e pontapé, não tendo conseguido arrancar o Fur. das mãos dos seus agressores. Só pouco antes do comboio partir o referido furriel foi liberto em lastimoso estado fisico.
Novamente procuramos contactar responsaveis de UNITA para fazer-lhes sentir a responsabilidade que sobre eles pesava pelo acto que estavam a praticar contra uma Unidade do Exército Português, mas esses dirigentes não se revelaram nunca. Só a turba, cega pela cobiça da pilhagem e pela droga, nos enfrentara e ameaçava a qualquer protesto mais inérgico.
E foi assim no resto do percurso, com paragem em todas estações e apiadeiros, com mais buscas e ameaças, uma viagem alucinante que a todos traumatizou e marcou.
Pelas 9H00 de 19AGO75 o comboio chegou finalmente a Nova Lisboa, tendo imediatamente sido apresentado relato verbal mas forçosamente incompleto ao Comandante Interino do CTLIS do pesadelo porque acabava de passar o BARTª.6221/74.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retirada do BARTª.6221/74 do Luso foi pensada (?) e decidida sem ter em conta dois factores que considero determinantes na acção desenvolvida pela UNITA contra o Batalhão e na (não) actuação deste.
O carregamento de armas e munições que transportavamos era um isco demasiado precioso e aliciante para que o pudéssemos passear impunemente através de 600 Km, de Território controlado pela UNITA e onde este Movimento localiza as suas principais bases, sabendo-se como se devia saber, pelo menos aqueles que, pelas suas funções e tempo de serviço em Angola, melhor deviam conhecer o problema, a necessidade que este Movimento tinha de armas e munições e a cobiça que as mesmas lhes despertava.
Por outro lado, a população civil transportada, as condições em que esse transporte se processava, carruagens apinhadas e pessoas espalhadas pelos vagons juntamente com os militares, conjuntamente com a dispersão dos Militares por dezenas de vagons e ainda o facto dos acontecimentos se terem desenrolado de noite, o ter-se acreditado na palavra do Comandante CHEWALE, um individuo que pelas suas funções na UNITA nos merecia um mínimo de crédito e principalmente ter-se acreditado, que o Exército Português ainda merecia da parte dos Movimentos um minimo de respeito e consideração (e este foi, no meu julgamento auto-crítico o meu grande erro) que de antemão tornaria inviável uma acção do género da desenvolvida. Todos estes factores explicam a (não) actuação do BATALHÃO na emergência.
Se a UNITA estava, como os factos confirmaram, disposta a apoderar-se das armas e munições, qualquer tentativa violenta para o evitar-mos saldar-se-ia, não temos dúvidas, com muitos mortos e feridos, sem hipoteses de qualquer auxilio, que não foi previsto, em tempo útil, e de consequências mais que duvidosas quanto ao destino final da carga.
Nas condições em que foi decidida, sem ter em consideração factores determinantes e que em absoluto exigiam o planeamento duma operação A escala superior (nunca a nível Batalhão), com os condicionalismos de toda a ordem e que procurei evidenciar [illegible], era uma operação condenada ao fracasso, [illegible] momento em que um [illegible]

...//////...

nboioLuso-NovaLisboa.jpg https://mail.google.com/_/scs/mail-static/_/js/l

.../////...

(que se julgava não existir) a contrariasse decididamente.
E foi isso que sucedeu: um "ininigo" de fraco valor militar, indisciplinado, drogado e inconsciente, mas por tudo isso altamente perigoso, decidiu apoderar-se do material transportado.
O Batalhão, mal preparado sobre o ponto de vista operacional, com o pessoal desmotivado para qualquer género de acção violenta, em situação crítica dentro de um comboio em que viajavam muitos civis, poderia mesmo assim, ter reagido, com os riscos que tal atitude envolveria. Não o Fez. Ficará de pé para quem não esteve presente, a dúvida se não seria essa a decisão acertada. Para nós, não era.

ANEXOS:

1. MAT. GUERRA
2. MAT. AQUARTELAMENTO
3. ARTIGOS DE CANTINA
4. RANCHO
   a. Víveres normais
   b. Víveres especiais (R/C)

Quartel em N.Lisboa, 19 de AGOSTO de 1975

O COMANDANTE

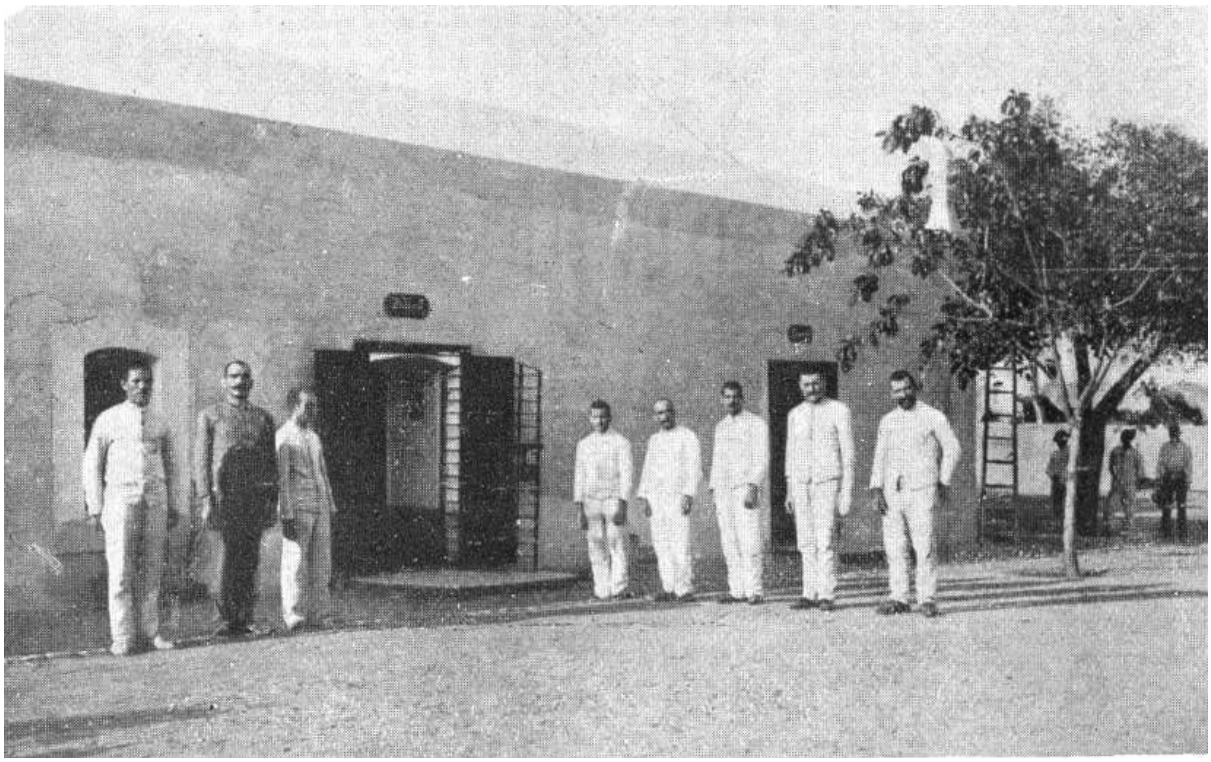
JOÃO MANUEL DE FARIA M AMARO
TEN.COR.DE ARTª.

ANEXO 6

Fotocópia de fotografia dos marinheiros degredados em Angola, presos na Fortaleza de S. Miguel (Castro, 1998, p. 25).

A Ilustração Portuguesa, em texto escrito a 26 de Fevereiro de 1908 (Castro, 1908, p. 25), com fotografia do mesmo autor, traz entre outras informações, uma fotografia de "marinheiros degredados em Angola, presos na Fortaleza de S, Miguel, no então denominado Depósito de Degredados, em Luanda".

O mesmo texto, comporta, entre outros, uma fotografia de Oficiais exibindo fumo preto, possível sinal de luto instituído pelo Governador Paiva Couceiro após o Regicídio.



Fotocópia de fotografia dos marinheiros degredados em Angola, presos na Fortaleza de S, Miguel (Castro, 1998, p. 25).

ANEXO 7

Fotocópia de fotografia de parte do acervo de artefactos da Liturgia Católica do MUSEU DE ARTE SACRA (Luanda, 1907). Colecção F. Batalha.

Artefactos da Liturgia Católica: turíbulo, bem destacado pelo seu tamanho e forma, que tem a função de incensar; naveta para depósito de incenso; galhetas; cálice para a consagração; salva e gomil; ostensórios ou píxides; âmbula para os Santos Óleos (Padre José Reis, entrevista a 19/08/2016).

Fotocópia de fotografia de parte do acervo de artefactos da Liturgia Católica do MUSEU DE ARTE SACRA (Luanda, 1907) (Colecção F. Batalha).

ANEXO 8

Fotocópia de fotografia de Artefactos da Liturgia Católica do MUSEU DE ARTE SACRA (Luanda, 1907). Colecção F. Batalha.

Artefactos da Liturgia Católica: frontal de altar e vários castiçais, possíveis lanternas com protecção circular de vidro. Segundo informação de Fernando Batalha (entrevista a 22/03/2005), os castiçais são de prata. O frontal do altar é de prata cinzelada, que é muito elaborada e poderá ter cerca de 5 mm de espessura.

Fotocópia de fotografia de Artefactos da Liturgia Católica do MUSEU DE ARTE SACRA (Luanda, 1907): Frontal do Altar. (Colecção F. Batalha)

ANEXO 9

ANO 1907

Em 1907, em Portugal, vive-se em Ditadura. Ainda são recentes os levantamentos dos marinheiros do ano anterior e aqui bem perto da capital, em Pedrouços, procedia-se ao exame das condições de segurança para a prática de tiro ao alvo com a arma Mauser, no campo de tiro.

Nasce António Jorge Dias, no Porto, que virá a fundar aqui o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, e que mais tarde, em 1965, será o primeiro Doutorado em Etnologia, em Portugal, com a tese *Os Macondes*; será ainda o fundador do Museu de Etnologia do Ultramar, depois Museu Nacional de Etnologia, no âmbito da Junta de Investigações do Ultramar, em Lisboa; e ainda fundador da "Escola Etnológica de Lisboa" (Ramos, 2004).

É realizada a primeira Exposição Colonial parisiense, no Bois de Vincennes, que ocorre sobretudo no âmbito da *Agronomia Tropical*, mas que integra também outras temáticas como a dos "Zoos Humanos".

O ano de 1907 é um tempo ainda bem distante e diferente do ano de 1955, quando, em Alabama, Rosa Parks, costureira, "black" na terminologia norte americana da época, se recusa a levantar-se em transporte público, para cumprir a ordem de cedência do seu lugar a um outro cidadão norte-americano, "white" na citada terminologia, incidente este que está muito próximo do movimento que viria a ser liderado por Luther King, pastor da igreja baptista e pacifista, assassinado, mais tarde, em 1968.

Distante está também, no tempo, a Conferência de Bandung, realizada em 1959, onde ganham voz os Povos do Movimento dos Não-Alinhados; distante estava a convocatória do Concílio Vaticano II, no mesmo ano de 1959, pelo Papa João XXIII, que terá forte acento, entre outros, no ecumenismo; igualmente distante é a nomeação em 1960, do primeiro cardeal africano, tanzaniano, Lorean Rugambwa, a um passo da Independência da Tanzânia, que ocorre em 1961; era longínqua a realização, em 1972 e em termos de grande abertura, da Mesa de Santiago do Chile, onde se afirma a necessidade do Crescimento e Desenvolvimento e que virá a ter fortes repercussões no âmbito da Museologia, tendo nela participado figuras de grande relevo, como seja, entre outros, Hughes de Varine-Bohan, então director do ICOM[182] - The International Council of Museums - e Freire (1977) que, muito pontualmente, virá a desenvolver, entre outros trabalhos, o método de seu nome que, em 1963[183], no Brasil, integra o Plano Nacional de Alfabetização, e que foi, entre outros cargos, em 1986, Conselheiro para a Educação, relativamente ao Conselho Ecuménico das Igrejas, sediado em Bruxelas.

Em 1907, estamos ainda distantes de alguns eventos que tiveram forte impacto a nível

[182] Viríamos a tê-lo, em 1983 e 1984, como conferencista, no Curso de Conservador de Museu; como organizador da nossa visita de estudo a Museus de França, no final deste referido Curso; como organizador da nossa ida a Grenoble, França, em trabalho de grupo, onde contactámos, entre outros, com Eveline Lehal, muito participativa em experimentação social, no que respeita a museologia alternativa à museologia tradicional; como ponte introdutória a Pierre Mayrand, que esteve na base da nossa ida de Lisboa ao Québec, em 1984, para a realização do nosso estágio no Ecomuseu de Haute-Beauce, onde pudemos usufruir do muito saber e emoção, ali em prática, no que respeita a museologia alternativa face à museologia tradicional

[183] Ano em que D. Hélder da Câmara inicia o seu assertivo arcebispado, no Recife e Olinda.

mundial, como por exemplo a Independência de alguns Países no post-2ª Guerra Mundial, nomeadamente a Índia; a referida Conferência de Bandung; as Independências dos Países Africanos, que chegariam na década de 50 e 60 e, por fim, já *hors de son temps*, as dos Países de Língua Portuguesa, no ocaso da primeira metade da década de 70; a queda do Muro de Berlim, em 1989, após o lançamento, em 1985, da *glastnot* - abertura e transparência - e da *perestroika*, ou seja, reestruturação, na Rússia, que terá fortíssimas repercussões, nomeadamente, no fim do então sistema bipolar, na abertura de fronteiras e, em suma, na aceleração da pós-modernidade que Bauman (2007), refere como sendo de modernidade líquida.

ANEXO 10

ATRIBUTOS DE PODER

Sobre a pele de leopardo, entre outros atributos de Poder, no contexto deste nosso estudo, cremos ser útil abordar a obra de José Redinha (1964) assente em décadas de trabalho etnográfico no terreno, em Angola.

Assim, diz-nos Redinha (1964, p. 4) que

> "Os elementos angolanos com valor, atribuição e forma de insígnia, são relativamente numerosos e de variada feição. Enumerando-os, por uma dada ordem, com tendência dos mais simples para os mais complexos, registam-se plumagens, e penachos; gorros; barretes e chapéus armados; diademas; coroas; colares e insígnias peitorais; pulseiras e manilhas; mantos e capas; romeiras, peles-vestuário; cabos de caudas de uso dos chefes; bastões; gládios; achas de mando; duplas-sinetas de ferro; tambores especiais; xilofone como instrumento real; peles-tapete de leões e leopardos, peles de boi como mortalha de soba, *Ficus* religiosa e outras plantas sagradas, etc.". (Redinha, 1964, p. 4)

Relevamos a atrás referida citação no que é relativa às peles-tapete de leopardos, porque as vamos encontrar, com grande destaque, no soalho do Observatório Metereológico, no âmbito do Museu Colonial de 1907-1910, mas continuando a acompanhar Redinha (1964, p. 6), e remetendo para o leopardo, vemos o seguinte:

> "também os chefes bangalas usam os conhecidos barretes de orelhas, fusiformes, caídos sobre os ombros. Alguns modelos apresentam três pontas. São designados *cabuzu* (singular de *tubusu*). Bordaduras em relevo, e matizes vivos, valorizam artisticamente algumas destas peças.
>
> Os gorros e barretes deste género são muitas vezes ornados com caninos e garras de fera, como símbolo e afirmativa de forte personalidade do seu autorizado possuidor. Em Santo António do Zaire, os «réis do povo», usam boina *nzita*, franjada de dentes de leopardo.
>
> Ivo Cerqueira (In *Vida Social Indígena na Colónia de Angola*. Lisboa, 1947, p. 64), descreve o antigo soba *Quimalungo* do Puri (Congo Português), com o barrete de soba, ou *Kijila*, ornado de garras de leopardo ou de leão, simbolizando a astúcia (ou saber) e a força (ou poder) (Ivo de Cerqueira, op. Cit., pp. 10-11)". (Redinha 1964, p. 6).

E ainda, pontualmente, Redinha (1964, p. 19) torna a referir o leopardo, entre outros atributos de Poder, como segue:

> "No conjunto do vestuário dos chefes são vulgares as peles de felinos penduradas da cinta. É no uso comum aos povos caçadores. Nas tribos de agricultores antigos, também se encontra o costume, pois, o rei e os grandes chefes congueses, apareciam nas cerimónias com aventais de peles de felinos sobre as tangas (Hélio Felgas, in "*Esboço Etnográfico dos Indígenas do Congo Português*", Mensário Administrativo, 149-154, Janeiro a Junho de 1947, p. 51). Os sobas dos Dembos mantêm um uso igual, e encontramos as peles de felino como atributo do chefe, entre povos do Sul da província. Ainda nos Dembos, a boina *quijinga*, a pele de leopardo, a capa encarnada e a bengala, são atributos indispensáveis da hierarquia. Por influência dos militares usaram uniformes de gala, dragonas charlateiras e espadas. Para os sobas, mais exactamente para os grandes Dembos, era atributo da maior dignidade e apreço a umbela – uma grande umbela vermelha." (Redinha, 1964, p. 19).

Assim, como transcrito, a pele do leopardo, as garras e os dentes de leopardo, são referidos com frequência, o que nos remete para grandes cargas simbólicas, fortemente

caracterizadoras do Poder, no âmbito das insígnias e simbologias do mando, das chefias tradicionais, dos então ditos chefes nativos de Angola, sendo que insígnia, conforme Redinha (1964, p. 1), é o "sinal distintivo duma dignidade, dum cargo, duma corporação."

Ainda, no respeitante a esta matéria, ocorre referir que Jomo Kenyatta, dirigente do Quénia, após a Independência deste país, em 1963, se fazia representar, em cerimónias oficiais, com manto e coroa de pele de leopardo – como se a qualidade de "maior" do rei dos predadores fosse reclamada para rei dos Homens; como se o predador eficaz e dominador do seu território, fosse tomado no sentido de controlador do seu Território, recentemente Independente.

ANEXO 11

Fotocópia de PAGELA POLICROMA. 1ª Comunhão. PRÍNCIPE REAL D. LUÍS FILIPE (VERSO). Col. Part.

Apresenta no verso, cálice e hóstia resplandescente, ao topo, encimando motivos vegetalistas e florísticos, envolvendo letra bem desenhada com o seguinte texto:

> "Aquele que descansou hoje no meu coração será também quem me há-de fortificar e iluminar no caminho da vida".

A planta representada é muito frágil. Tem o nome vulgar de *Não-me-esqueças* e o nome científico de *Myosotis* sp.

Apresenta folhas, flores de cinco pétalas azuis e inflorescências, segundo Maria Cristina Duarte (entrevista a 19/03/2013).

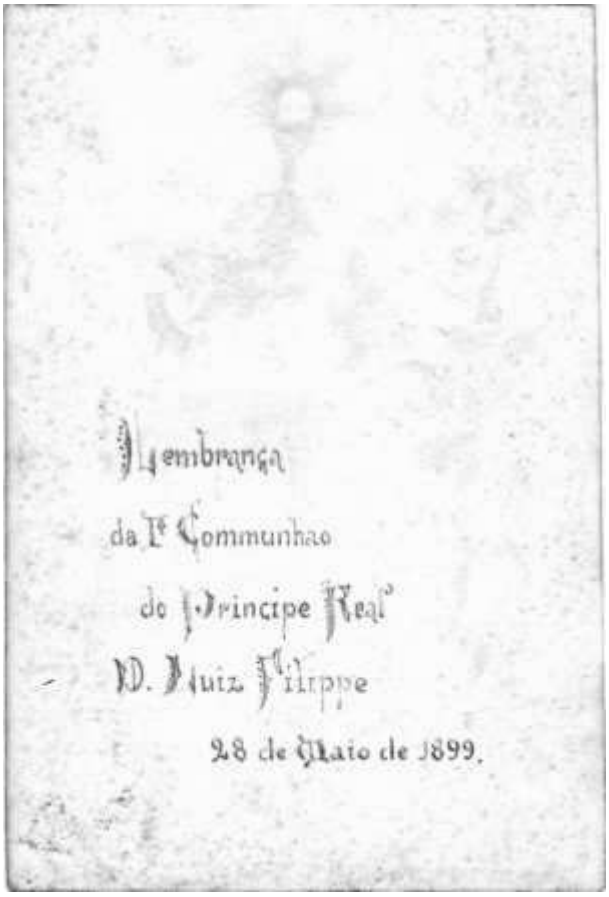
A frágil planta e o seu nome comum poderão ser mais um acréscimo de carga simbólica, no que respeita a esta pagela.

ANEXO 12

Fotocópia de PAGELA POLICROMA. 1ª Comunhão. PRÍNCIPE REAL D. LUÍS FILIPE. 28 DE MAIO DE 1899 (REVERSO). Col. Part.

Apresenta no reverso, em letra igualmente muito bem desenhada, como que sugerindo uma iluminura, o seguinte texto:

> "Lembrança da 1ª Comunhão do Príncipe Real D. Luiz Filipe. 28 de Maio de 1899".



ANEXO 13

Fotocópia de uma nota de 200 francos franceses. Col. Part.

Exemplar de notafilia do Banco de França, de nota de 200 francos franceses, numerada R056021329 e emitida em 1997, representando, no verso e reverso, motivos metálicos da Torre Eiffel. É comemorativo do próprio Gustave Eiffel (1832-1923), celebrando os 75 anos da sua morte.

ANEXO 14

Exemplar numismático de 5 francos. Col. Part.

Fotocópia de grafito, a *laser* e aumentada a 200%. Exemplar numismático de 5 francos, emitido pela Republica Francesa, em 1989, representando, no verso e reverso, motivos metálicos da Torre Eiffel, comemorativo do centenário da construção desta Torre, com a seguinte inscrição

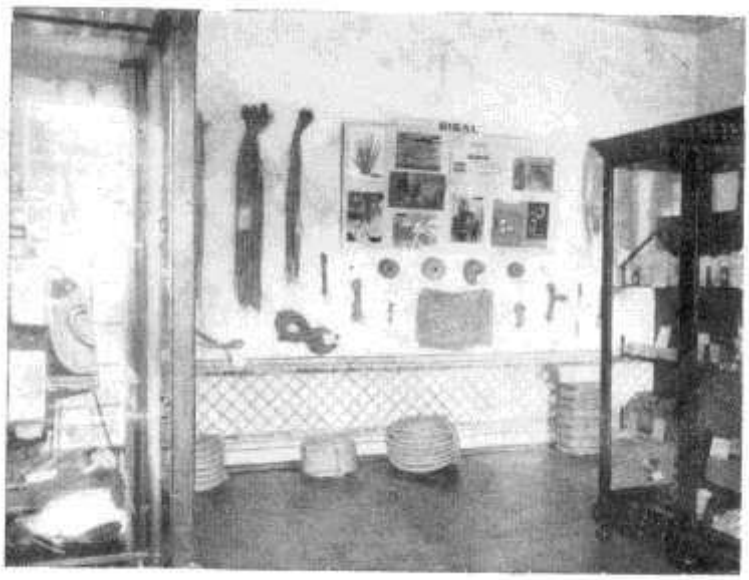
"Tour
Eiffel
1889
1989".

Eiffel, a 31 de Março de 1889, iça a bandeira tricolor na Torre que tem o seu nome.

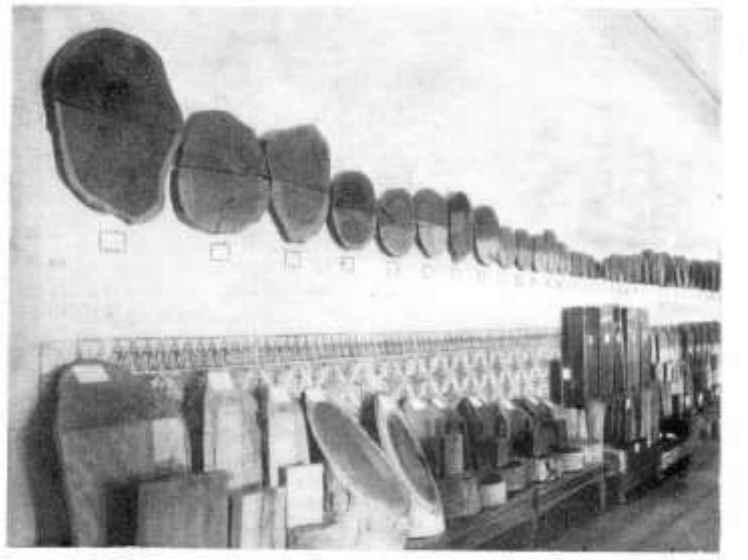
Durante a Exposição Universal de 1889 a Torre Eiffel recebe 1 014 887 visitantes e a iluminação a gás é substituída por iluminação eléctrica incandescente (Barthes, 2009).

ANEXO 15

Museu Agrícola do Ultramar. Imagens da Exposição Permanente (Anónimo, 1961).



Sala 12. Fibras



Sala 10. Madeiras

ANEXO 16

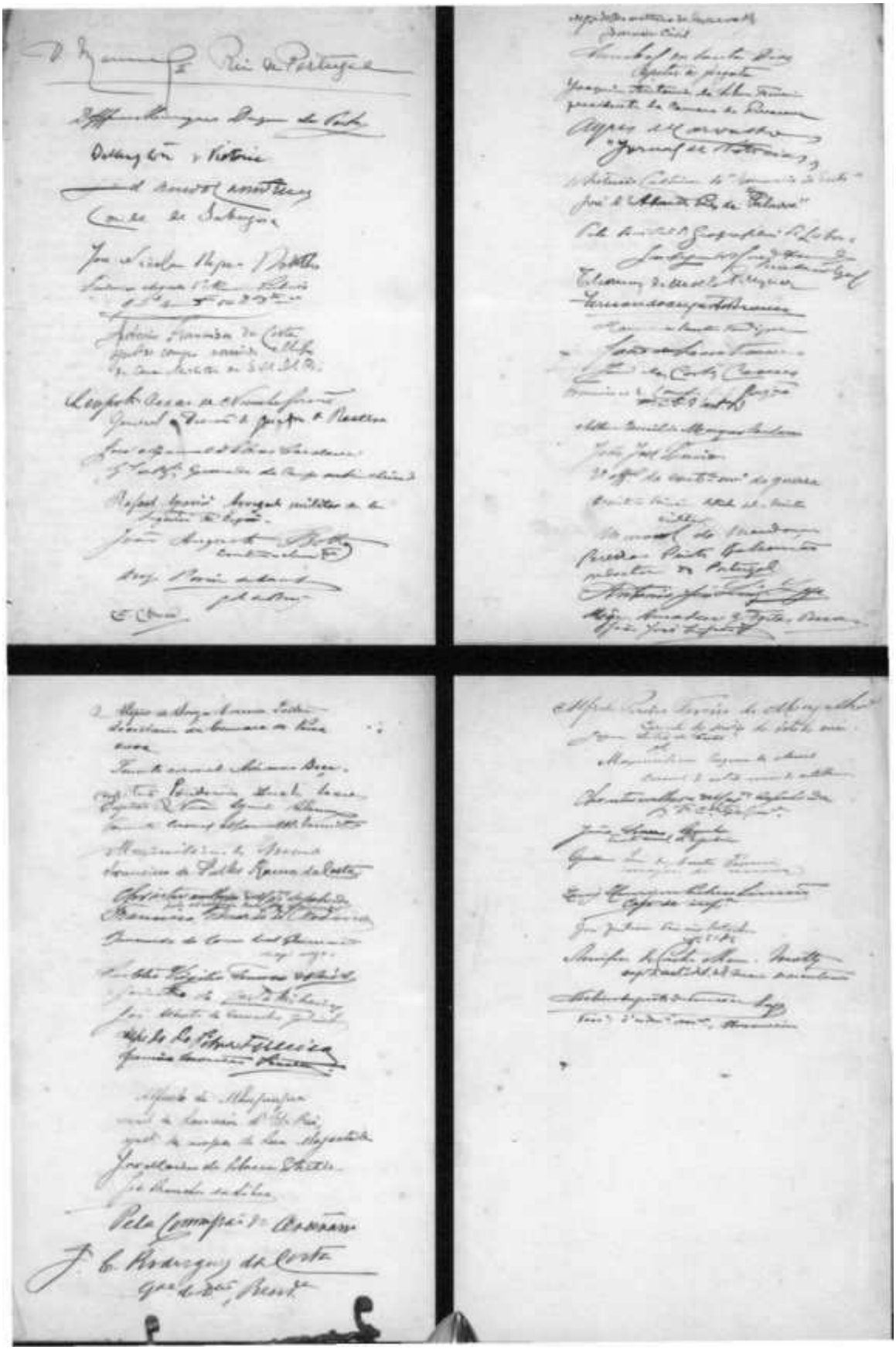
Auto Solene da Inauguração do Museu-Biblioteca, comemorativo da Batalha do Buçaco. Cópia de reprodução do original (Albuquerque, 2010).

65

Auto

da solemne inauguração
do museu - bibliotheca, commemo-
rativo da batalha
do
Bussaco

No anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Chris-
to de mil novecentos e dez, aos vinte sete dias de se-
tembro, pelas duas horas da tarde, junto da histori-
ca capella das Almas do Encarnador, no sitio do
Bussaco, onde se dignaram comparecer Sua Ma-
gestade El - Rei o Senhor Dom Manuel
II e Sua Alteza Real o Principe D. Affon-
so, e onde egualmente estiveram presentes Sua Ex.ª
Reverendissima o Bispo Conde de Coimbra e os Ex.mos
Senhores Ministros e Secretarios de Estado dos Ne-
gocios Estrangeiros e da Guerra, representantes das
camaras legislativas, Generaes e officiaes da mari-
nha e do exercito, auctoridades civis e ecclesiasticas,
convidados e os membros da commissão executiva
do centenario da Guerra Peninsular, procedeu-se á
inauguração do museu - bibliotheca mandado cons-
truir pela commissão executiva para nelle se guar-
darem as recordações, que fôr possivel obter, da ba-
talha travada neste sitio, no Dia vinte e sete de se-
tembro de mil oitocentos e Dez, entre o exercito an-
glo-luso sob o commando do lord Wellington e
as tropas de Napoleão I.º commandadas pelo ma-
rechal Massena, tendo-se observado neste acto o
seguinte ceremonial: A hora acima indicada, che-
garam Sua Magestade e Alteza acompanhadas
do seu seguito ao museu - bibliotheca, junto de cuja
porta se achava postada uma guarda de honra
e onde os mesmos Augustos Senhores eram aguar-
dados por muitas das pessoas acima mencionadas
e pela commissão executiva do centenario; segui-
damente, Sua Magestade e Alteza entraram nes-
te edificio e obtida a respectiva venia eu, José Jus-
tino Teixeira Botelho, 1.º secretario da commissão,
li o presente auto por mim lavrado, que assigno
com as pessoas presentes, ficando o seu original
depositado no archivo d'este museu, um traslado
na Torre do Tombo e outro no archivo da com-
missão do Centenario da Guerra Peninsular.



ANEXO 17

Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde, nº 10, Sábado, 11 de Março de 1871

BOLETIM OFFICIAL

DO

GOVERNO GERAL DA PROVINCIA DE CABO-VERDE

Anno de 1871 — Sabbado, 11 de Março — Numero 10

PARTE OFFICIAL

GOVERNO GERAL DA PROVINCIA DE CABO-VERDE

PORTARIA N.º 65

Attendendo ao que representou Antonio Francisco Ruivo, pedindo lhe fosse feita a concessão de quinhentas braças de terreno baldio no sitio denominado *Fonte do Josésinho* na ilha de S. Vicente; o Governador Geral, em conselho, tendo em vista as disposições da lei de 21 de agosto de 1856 e do decreto de 4 de dezembro de 1861, ha por conveniente conceder-lhe o terreno pedido, devendo desde já proceder-se á sua medição, demarcação, confrontação e mais termos do processo a seguir-se, na conformidade do regulamento que faz parte do decreto de 10 de outubro de 1865, afim de ser passada ao concessionario a respectiva carta de aforamento de que trata o art.º 12.º do precitado regulamento.

As authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 27 de fevereiro de 1871.=*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 66

Identica, na mesma data, fazendo-concessão de cem braças de terreno baldio no sitio denominado *Ribeira de S. Vicente* ao *Ribeira do Julião de Cima*, a Henrique de Jesus Frederico, na ilha de S. Vicente.

PORTARIA N.º 68

Tendo a Junta de Saude Publica, em sua sessão de 13 do corrente, arbitrado sessenta dias de licença para tomar ares na ilha Brava ao 1.º sargento n.º 4 da 1.ª companhia do batalhão de caçadores n.º 1, Henrique Dally; o Governador Geral da provincia, conformando-se com o parecer da mesma Junta, ha por conveniente confirmar a referida licença.

As authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 27 de fevereiro de 1871.=*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 70

Attendendo a que é necessario e urgente dar-se inteiro cumprimento á carta de lei de 3 de abril de 1867 que dividiu em dois o concelho da ilha de Santo Antão;

Considerando que a pessoa competente e habilitada com sufficientes conhecimentos de administração publica deve commetter-se o encargo de presidir á installação do novo concelho do Paul, e á organisação das suas repartições;

Considerando que o estado de irregularidade com que tem marchado desde muitos annos os negocios administrativos no concelho da ilha de Santo Antão exige promptas providencias, que ponham termo a tal irregularidade, e estabeleçam uma nova época de legalidade e boa fiscalisação;

O Governador Geral da provincia, em conselho de governo, ha por conveniente encarregar o escripturario da contadoria geral, João Carlos da Fonseca, de ir á ilha de Santo Antão, na qualidade de commissario do governo, e alli assistir á inauguração do novo concelho do Paul, organisar a administração do mesmo concelho e a secretaria da respectiva commissão municipal, montar convenientemente a escripturação d'estas duas repartições, e dirigir os funccionarios do novo concelho no começo do desempenho dos seus respectivos cargos.

Outro sim o mesmo Governador Geral, em conselho de governo, ha por conveniente nomear o mesmo João Carlos da Fonseca para proceder, na mesma qualidade de commissario do governo, a uma inspecção na administração do concelho e secretaria da camara municipal da villa da Ribeira Grande da mesma ilha; e organisar tambem alli as respectivas escripturações nos termos legaes, fazendo cessar todas as infracções que encontrar do que dispõe a legislação em vigor, e dirigindo os funccionarios do concelho no cabal desempenho dos deveres que a lei lhes incumbe, para que a administração entre n'uma marcha regular.

As authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 1 de março de 1871.=*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 71

O Governador Geral da provincia, attendendo ao que lhe representou D. Filomena Roso da Lima Pinto, mestra de meninas em exercicio n'esta cidade da Praia; ha por conveniente determinar que ella passe a exercer o professorado no concelho de Santa Catharina d'esta ilha.

As authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 3 de março de 1871.=*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 72

O Governador Geral da provincia, attendendo ao que lhe representou D. Emilia Henriqueta da Assumpção Silva e Oliveira, mestra de meninas com exercicio no concelho de Santa Catharina d'esta ilha; ha por conveniente determinar que ella passe a exercer o professorado n'esta cidade da Praia.

As authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 3 de março de 1871.=*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 73

O Governador Geral da provincia ha por conveniente nomear o presbytero José Pedro Delgado, parocho encommendado da freguezia de Nossa Senhora das Dôres da ilha do Sal, para exercer o magisterio de instrucção primaria na escóla de 2.ª classe da mesma freguezia, devendo esta nomeação ter effeito tão sómente pelo tempo que durar a encommendação.

As authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 6 de março de 1871.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 77

Attendendo ao que representou Antonio Pereira Soares, pedindo lhe fosse feita a concessão de um terreno inculto no sitio do *Morro Alto*, denominado *Ganto de Almeida*, na ilha de S. Nicolau; o Governador Geral, em conselho, tendo em vista as disposições da lei de 21 de agosto de 1856 e do decreto de 4 de dezembro de 1861, ha por conveniente conceder-lhe o terreno pedido, devendo desde já proceder-se á sua medição, que não excederá a mil hectares, demarcação, confrontação e mais termos do processo a seguir-se na conformidade do regulamento que faz parte do decreto de 10 de outubro de 1865, afim de ser pela repartição competente passada ao concessionario a respectiva carta de aforamento de que trata o art.º 12.º do precitado regulamento.

As authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 6 de março de 1871.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 78

Identica, na mesma data, fazendo concessão de mil hectares de terreno no sitio denominado *Morro da Cruz* ou *Morro de Joaquim Mathias*, a João Simões Alves, na ilha de S. Nicolau.

PORTARIA N.º 79

O Governador Geral da provincia a quem for presente o orçamento supplementar da despeza necessaria para a reconstrucção da estrada da villa da Ribeira Grande ao porto da Ponta do Sol da ilha de Santo Antão, na importancia de 2:004$742 réis: ha por conveniente approvar o mesmo orçamento, e ordenar o prosseguimento da referida obra.

As authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 6 de março de 1871.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 80

O Governador Geral da provincia, em conselho de governo, tendo-lhe sido presente o Regulamento da Bibliotheca e Museu Nacionaes na provincia de Cabo-verde, elaborado pela respectiva commissão directora; e ouvida a Junta da Fazenda: ha por conveniente approvar o referido Regulamento, que faz parte d'esta portaria, e vai assignado pelo Secretario Geral d'este Governo.

As authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 8 de março de 1871.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

REGULAMENTO
DA BIBLIOTHECA E MUSEU NACIONAES
NA PROVINCIA DE CABO-VERDE

Do fim e meios de sustentação da Bibliotheca e Museu Nacionaes

Artigo 1.º A Bibliotheca e o Museu, de que trata o artigo 28.º, capitulo 8.º, do orçamento da provincia, são creados para facilitar instrucção ao publico, e formar collecções de productos historico-naturaes, que sirvam de exemplares para o estudo.

Art. 2.º A sede da Bibliotheca e Museu é na capital da provincia e em edificio do Estado.

Em quanto porém não houver edificio do Estado com as condições apropriadas para o estabelecimento, este funccionará em casa arrendada para esse fim.

Art. 3.º A Bibliotheca e Museu Nacionaes são sustentados pelo Estado com a verba que lhes é destinada no orçamento provincial, e auxiliados com as subscripções mensaes e os donativos havidos de pessoas que tomem interesse pela vulgarisação dos conhecimentos uteis.

Art. 4.º Aos administradores do concelho e á Junta de Saude publica, por meio dos seus delegados, é commettido o encargo da colheita e remessa de exemplares de productos historico-naturaes, assim como de amostras de materias que sirvam para as artes e para o commercio, e de artefactos das industrias locaes.

Art. 5.º Será tido como serviço distincto em prol do progresso da provincia todo o auxilio que qualquer cidadão e as auctoridades ecclesiasticas, civis e militares prestarem ao desenvolvimento da Bibliotheca e Museu, com subscripções e donativos.

Da commissão directora

Art. 6.º A commissão directora da Bibliotheca e Museu Nacionaes, composta de tres membros, nomeada pelo Governador Geral, e da qual sempre fará parte, como presidente, o Secretario Geral do Governo, incumbe:

1.º Administrar os fundos destinados aquelles estabelecimentos.

2.º Promover por todos os meios ao seu alcance o desenvolvimento e prosperidade do instituto, e propôr ao Governador Geral os meios para esse fim adequados e que precisem de approvação superior.

3.º Tratar e resolver todos os assumptos que digam respeito á administração e economia da casa.

4.º Fazer um regimento interno para o serviço e disciplina do estabelecimento e submettel-o á sancção do governo.

5.º Exigir o pleno cumprimento das presentes disposições regulamentares.

6.º Escolher e nomear um empregado que deve cuidar da guarda e conservação da Bibliotheca e Museu.

7.º Realisar a compra dos livros e a assignatura dos jornaes que devem existir na Bibliotheca, em harmonia com o estado do respectivo cofre, bem como a dos exemplares que julgar convenientes adquirirem-se para o Museu.

8.º Redigir os catalogos da Bibliotheca e do Museu.

Art. 7.º A Junta da Fazenda entregará, em cada trimestre, á commissão directora a quarta parte da verba annual destinada no orçamento da provincia para a Bibliotheca e o Museu Nacionaes.

Art. 8.º A commissão directora presta annualmente contas da sua gerencia financeira á Junta da Fazenda.

Art. 9.º No impedimento ou ausencia de algum dos membros da commissão directora, funccionará ella só com os dois restantes; e quando dois se acham impedidos ou ausentes, ficará a cargo do terceiro a gerencia e o expediente ordinario.

Do encarregado da guarda e conservação da Bibliotheca e Museu

Art. 10.º Ao empregado da Bibliotheca e Museu cumpre:

1.º Guardar todos os objectos pertencentes ao estabelecimento, os quaes lhe estarão a cargo.

2.º Responder pela conservação e bom estado dos livros, periodicos, exemplares do Museu, mobilia e mais objectos que lhe forem entregues.

3.º Velar pelo asseio e disciplina da casa e pela observancia do regimento interno, e das ordens da commissão directora.

4.º Ministrar aos leitores os livros e jornaes que elles pedirem.

5.º Franquear os objectos do Museu aos visitantes.

6.º Não consentir que do edificio saiam objectos pertencentes á Bibliotheca ou ao Museu.

Art. 11.º O empregado da Bibliotheca e Museu deverá ser individuo de conducta e honestidade abonadas, e possuir aptidão sufficiente para o desempenho dos deveres que lhe são commettidos.

Este empregado terá o salario de 400 réis diarios, pago semanalmente pela commissão directora.

Disposições geraes

Art. 12.º A Bibliotheca está aberta todos os dias. De manhã, desde as 5 horas até ás 10. De tarde, desde as 5 horas até as 10 horas da noite.

Art. 13.º Em quanto a Bibliotheca não possuir sufficiente collecção de livros para accorrer ás necessidades da leitura publica, é permittido que os particulares alli depositem os livros que entendam deverem confiar ao uso publico.

Art. 14.º A commissão directora poderá permittir que nas salas do estabelecimento se façam prelecções e leituras publicas sobre assumptos scientificos e litterarios.

Art. 15.º Os leitores da Bibliotheca serão responsaveis por qualquer damno que causem nos livros de que fizerem uso.

Art. 16.º Todos os livros proprios da Bibliotheca serão marca-

cos com o carimbo: *Bibliotheca Nacional de Cabo-verde*. Os que pertencerem a particulares, e existirem depositados na Bibliotheca para uso publico terão inscripta a declaração da pessoa a quem pertencerem pela fórma que esta desejar.

Secretaria do Governo Geral da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 8 de março de 1871.—*João Cesario de Lacerda*, Secretario Geral.

PORTARIA N.º 82

Convindo que com urgencia se organise n'esta provincia o ensino publico, segundo o que estatue o decreto de 30 de novembro de 1869, e sendo necessario que o conselho inspector da instrucção publica, creado pelo artigo 2.º do mesmo decreto, se habilite com os dados necessarios para o cumprimento dos artigos 17.º e 27.º do citado decreto: o Governador Geral da provincia ha por conveniente encarregar o bacharel Damião Caetano de Sousa, professor do seminario-lyceu, de proceder a uma inspecção de todas as escholas de ensino primario do archipelago, a fim de conhecer da mais conveniente distribuição das referidas escholas e da aptidão dos actuaes professores: e outrosim ordenar que o referido bacharel, no desempenho d'esta commissão, se regule pelas instrucções que d'esta portaria fazem parte, e vão assignadas pelo Secretario Geral d'este Governo.

As authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 9 de março de 1871.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

Instrucções pelas quaes deve regular-se o bacharel Damião Caetano de Sousa no desempenho da commissão para que é nomeado pela portaria n.º 82 d'esta data.

I. Deverá percorrer todas as ilhas do archipelago, e em cada uma d'ellas visitar todas as escholas de ensino primario, quer do sexo masculino quer do feminino.

II. Na visita a cada uma das escholas conhecerá da população normal d'ellas, e da regularidade da frequencia e aproveitamento dos respectivos alumnos.

III. Assistindo aos exercicios escholares, tomará conhecimento da aptidão dos professores, dos methodos d'ensino por elles usados e da sua proficuidade.

IV. Colhendo informações das pessoas que lhe parecerem mais authorisadas e insuspeitas da localidade, formará o seu juizo acerca da regularidade do serviço dos professores e do comportamento civil e caracter moral d'elles.

V. Informando-se tambem com pessoas competentes, averiguará qual a pericia das professoras para a execução das prendas do sexo que fazem parte do programma das respectivas escholas.

VI. Deve tambem indagar quaes os castigos que os professores de um e outro sexo costumam applicar aos seus alumnos.

VII. Examinará quaes as condições hygienicas das casas em que estão estabelecidas as escólas, tendo particular attenção á ventilação e capacidade das mesmas, e habilitando-se com o parecer, que deve pedir, do delegado technico da junta de saude publica, nos concelhos em que o houver.

VIII. Deve estudar a conveniencia da conservação das actuaes escholas nas localidades em que funccionam, ou a necessidade da sua transferencia para outras em que possam ser mais uteis pelas circumstancias especiaes da distribuição da população, ou por outras causas, e para melhor satisfação do determinado no artigo 20.º do decreto de 30 de novembro de 1869, que reorganisou o ensino publico nas provincias ultramarinas.

IX. Tratará de estudar se n'alguma ou algumas das ilhas será conveniente a creação de novas escholas ou a suppressão de algumas ora existentes, pela sua pouca utilidade, tendo attenção n'um e n'outro caso ao que dispõe o referido decreto no artigo citado.

X. No estudo que lhe é commettido pelos artigos VIII e IX das presentes instrucções, terá em vista a distribuição das duas classes de escholas de ensino primario, segundo dispõe o artigo 16.º do mencionado decreto; e nas localidades em que entender deverem ser conservadas as actuaes escholas, ou creadas algumas novas, deverá ter attenção á classe a que taes escholas devam pertencer.

XI. Na averiguação que fizer do merito dos professores das escholas do sexo masculino, considerará a aptidão d'elles para ministrarem o ensino das de 2.ª classe ou só o das de 1.ª

XII. Do resultado da sua inspecção, comprehendendo tudo o de que pelos artigos antecedentes lhe é mandado conhecer e o mais que se lhe deparar util para o cabal desempenho d'esta commissão, dará, no fim d'ella, conta n'um relatorio a este Governo Geral. As informações relativas ao caracter, comportamento, e aptidão dos professores deverão ser dadas confidencialmente.

Secretaria do Governo Geral da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 10 de março de 1871.—*João Cesario de Lacerda*, Secretario Geral.

PORTARIA N.º 83

Tendo sido nomeado o escripturario da contadoria geral, João Carlos da Fonseca, por portaria d'este Governo Geral n.º 70 de 1 do corrente mez, para, na qualidade de commissario do Governo, presidir á installação do novo concelho do Paul na ilha de Santo Antão, e inspeccionar a administração e a secretaria da camara municipal do concelho da villa da Ribeira Grande da mesma ilha; e tendo o mesmo funccionario que tomar contas á alfandega da referida ilha, como lhe foi determinado pela portaria da Junta da Fazenda n.º 242 de 30 de dezembro do anno findo:

Attendendo á gravidade das funcções que são commettidas ao referido funccionario, e ás despezas extraordinarias a que o desempenho de taes commissões o obriga:

O Governador Geral da provincia, ouvida a Junta da Fazenda, ha por conveniente determinar que ao dito escripturario da contadoria geral, João Carlos da Fonseca, seja abonada a gratificação de 2$000 réis diarios, durante o tempo por que se demorar na ilha de Santo Antão no desempenho das referidas commissões.

As authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 9 de março de 1871.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

CIRCULAR N.º 353

A todos os administradores dos concelhos do archipelago

Ill.mo sr.—Havendo sido nomeado, por portaria com data de hoje, para proceder a uma inspecção de todas as escholas de ensino primario do archipelago, o bacharel Damião Caetano de Sousa, professor do seminario-lyceu; determina s. ex.ª o sr. Governador Geral que v. s.ª mande abonar ao referido bacharel, não só os meios de transporte de que elle carecer para as visitas que tiver que fazer no interior d'esse concelho, mas tambem as passagens em transporte maritimo, quando elle a requisite para sahir d'essa ilha, devendo ser tal passagem em navio do estado sempre que isso não importe inconveniente ás cousas para o desempenho da commissão de que aquelle professor está incumbido. Outrosim ordena s. ex.ª que v. s.ª dê ao mesmo professor todas as informações, e lhe facilite todos os meios de averiguação e exame que elle requisitar, para a cabal satisfação do serviço que lhe é commettido.

Deus guarde a v. s.ª—Secretaria do Governo Geral da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 9 de março de 1871.—*João Cesario de Lacerda*, Secretario Geral.

CIRCULAR N.º 383

A todos os presidentes das Camaras e Commissões Municipaes da provincia

Ill.mo sr.—Encarrega-me s. ex.ª o sr. Governador Geral de recommendar a v. s.ª o exacto cumprimento do que dispõe o artigo 147.º do Codigo Administrativo, para que os orçamentos municipaes d'este concelho possam estar approvados pelo Conselho de Provincia a tempo de se poder começar a regular por elles a respectiva gerencia, no principio do proximo anno economico. Manda tambem o mesmo ex.mo sr. chamar muito particularmente a attenção de v. s.ª para a organisação dos referidos orçamentos, a fim de que n'elles se achem preenchidas todas as formalidades que o mesmo Codigo prescreve.

Deus guarde a v. s.ª—Secretaria do Governo Geral da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 11 de março de 1871.—*João Cesario de Lacerda*, Secretario Geral.

Alfandega da ilha de S. Vicente

MAPPA DO RENDIMENTO DO MEZ DE JANEIRO DE 1871

	Importação		Exportação	
	Direitos	Valores	Direitos	Valores
Em navios nacionaes	4055$167	3 $$$ 720	95$10	7$$$30
Em ditos estrangeiros	3203$572	1 $$$ 368	$	$
Somma	7472$739	5 $$$ 088	95$10	7$$$30

ANEXO 18

Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde, nº 11, Sábado, 18 de Março de 1871

BOLETIM OFFICIAL

DO

GOVERNO GERAL DA PROVINCIA DE CABO-VERDE

Anno de 1871 — Sabbado, 18 de Março — Numero 11

Suas Magestades e Altezas passavam sem novidade em sua importante saude a 5 do corrente mez, segundo affirmam os DIARIOS DO GOVERNO recebidos pelo ultimo paquete.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

1.ª repartição

Attendendo ao que me representou o capitão de caçadores n.º 1, da provincia de Cabo-verde, Manoel Fortunato Meira: hei por bem conceder-lhe a exoneração que pedio do cargo de governador do districto da Guiné portugueza.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 15 de fevereiro de 1871.—REI.—*José de Mello Gouveia.*

Tendo em consideração as qualidades que concorrem no capitão do exercito da Africa occidental, Antonio José Cabral Vieira: hei por bem nomeal-o governador do districto da Guiné portugueza.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 15 de fevereiro de 1871.—REI.—*José de Mello Gouveia.*

PORTARIA N.º 27

Sua Magestade El-Rei, tendo em consideração a proposta do Governador Geral da provincia de Cabo-verde, em officio de 4 de janeiro ultimo, ha por bem exonerar Joaquim Izidoro Machado Pereira do cargo de administrador do concelho de Santa Catharina para que foi nomeado interinamente por portaria regia de 28 de outubro de 1869; o que, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, se participa para os devidos effeitos ao dito Governador Geral.

Paço, em 23 de fevereiro de 1871.—*José de Mello Gouveia.*

PORTARIA N.º 28

Sendo presente a Sua Magestade El-Rei o officio de 10 do corrente mez de fevereiro n.º 11, em que o Governador Geral da provincia de Cabo-verde participa o deploravel acontecimento da morte de capitão Alvaro Telles Caldeira, governador interino da Guiné portugueza, casual e tumultuariamente assassinado na praça de Cacheu, quando tratava de pacificar uma desordem entre os grumetes subditos da praça e os soldados da sua guarnição, e juntamente da conta das providencias que deu para reprimir a sedição e castigar os attentados que d'ella se originaram: manda o mesmo Augusto Senhor, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, declarar ao mencionado Governador Geral que com quanto pareça casual aquelle lastimoso successo, e sem caracter aggressivo ao dominio e authoridade da Corôa Portugueza, segundo se colligo das informações, ainda que incompletas, que chegaram ao conhecimento d'elle Governador Geral, é todavia um acontecimento de muita gravidade tanto pelo crime em si, como pelo effeito moral que deve produzir no animo do gentio, e por isso ha por bem approver quanto o mesmo Governador Geral resolveu para acudir de prompto ao districto da Guiné com as forças e mais recursos necessarios para o pacificar e entregar á acção das leis os auctores da sedição de Cacheu, e os cumplices nos crimes a que ella deu logar, sem excepção dos soldados da guarnição que hajam provocado a desordem, pela sua indisciplina e mau procedimento com os grumetes insurgidos.

Paço, em 28 de fevereiro de 1871.—*José de Mello Gouveia.*

CIRCULAR N.º 30

Havendo sido frequentes vezes remettidos á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar mappas de inspecções de saude feitas nas provincias ultramarinas a empregados, officiaes e praças de pret, que precisaram de licença para ir ao reino, sem dos mesmos mappas constar se as molestias dos inspeccionados foram adquiridas no serviço e por effeito d'elle: manda Sua Magestade El-Rei, pela referida Secretaria d'Estado, recommendar ás Juntas de Saude das provincias ultramarinas que tenham, em identicas inspecções, o maior cuidado em proceder ás averiguações necessarias, afim de nos respectivos mappas declararem, sempre que for possivel, as informações de que se trata. O que se communica, para os devidos effeitos, ao Governador Geral da provincia de Cabo-verde.

Paço, em 3 de março de 1871.—*José de Mello Gouveia.*

PORTARIA N.º 32

Determina Sua Magestade El-Rei, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o dr. Jacques Nicolau de Sa-las, delegado de saude na ilha de S. Vicente, seja exonerado d'esta commissão de serviço, para a qual foi nomeado em portaria de 11 de abril de 1864, e que, em conformidade do disposto na portaria de 25 de julho de 1866, o Governador Geral da provincia de Cabo-verde faça substituir por um facultativo do quadro de saude da mesma provincia o sobredito delegado, seis mezes depois de lhe haver communicado o ter sido dada por finda aquella commissão.

Paço, em 3 de março de 1871.—*José de Mello Gouveia.*

OFFICIO N.º 24

Ill.mo e ex.mo sr.—Encarrega-me o ex.mo Ministro e Secretario d'Estado d'esta repartição de communicar a v. ex.ª, para os devidos effeitos, que em officio de 21 de janeiro ultimo participou a presidencia da relação de Lisboa que por despacho de 29 de dezembro do anno passado fora concedida, nos termos da lei, a Joaquim Izidoro Machado Pereira licença para advogar nos auditorios da comarca de sotavento durante o espaço de quatro annos.

Deos guarde a v. ex.ª—Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e ultramar, em 16 de fevereiro de 1871.—Ill.mo e ex.mo sr. Governador Geral da provincia de Cabo-verde.—*Na ausencia do director geral, José Tavares de Macedo.*

3.ª repartição

Tendo sido por decreto de 12 de janeiro do corrente anno promovido ao posto de alferes para o exercito da Africa occidental o primeiro sargento do regimento de infanteria n.º 14 do exercito de Portugal, Eduardo Eugenio Pereira Coelho, e solicitando o mesmo official a desistencia do referido despacho: hei por bem declarar de nenhum effeito a parte do decreto que diz respeito ao mencionado Eduardo Eugenio Pereira Coelho.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ul-

A maxima altura do thermometro ás 7 horas da manhã foi de ..... 22° no dia 28
A minima » » ..... 17° nos dias 10, 16 e 17
A maxima ás 12 horas foi de ..... 31° no dia 1
A minima » » ..... 20° » 15
A maxima ás 3 horas da tarde ..... 30°,5 » 2
A minima » » ..... 26°,0 » 9
A maxima ás 10 horas ..... 25°,0 nos dias 1 e 2
A minima » » ..... 20°,0 no dia 27

Segundo nos informa este delegado, o estado sanitario d'aquelle districto foi regular assim como o das visinhas colonias francezas e inglezas; e com a mudança da estação a constipação medica, que tinha até então sido bilhosa, começava a suceder a catarrhosa.

Na secção militar do hospital de Bissau estiveram em tratamento 22 doentes, dos quaes sahiram 19 curados e 3 melhorados; na secção civil entraram e sahiram dois.

No mappa nosologico dos doentes tratados na clinica civil d'aquella villa encontram-se registados 81 doentes, sendo d'estes, 49 de febres intermittentes, 2 de febres bilhosas, 1 de cachexia palustre, 1 de dysenteria, 1 de febre remittente grave, 1 de hepatite e pneumonia bilhosa, dos quaes morreram estes 2 ultimos; as restantes tiveram doenças communs.

Por falta de informações nada posso informar com relação ao estado sanitario da ilha de S. Nicolau no mez de janeiro.

Deus guarde a v. ex.ª—Secretaria da Junta de Saude Publica, na cidade da Praia, 28 de fevereiro de 1871.—Illm.º e ex.mo sr. Secretario Geral do Governo da provincia.—*José Fernandes da Silva Leite*, chefe do serviço de saude.

(No proximo numero serão publicados os mappas a que se refere este officio.)

Alfandega da Ilha do Sal

MAPPA DO RENDIMENTO NO MEZ DE JANEIRO DE 1871

	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	DIREITOS	VALORES	DIREITOS	VALORES
	réis	réis	réis	réis
Em navios nacionaes..	48$03	918$000		
Em ditos estrangeiros.	425$81	1:165$98	$142$22	1:358$140
Somma....	1:445$74	2:113$012	$142$21	1:358$140

RESUMO DO RENDIMENTO

Direitos de importação	425$74
Ditos de exportação	$142$22
Armazenagem	$610
Dizimo do sal exportado	114$000
Impostos indirectos e diversos rendimentos	553$664
Somma	1:358$670
DESCONTOS	
Rio pela venda do serviço Penna Liberta	85$000
Fundo especial de colonisação	$400
Imposto parochial sobre o dizimo do sal	$100
Caixa e armamento das praças de destacamento	15$406
Somma	348$174

Mappa do rendimento da dita alfandega no 1.º semestre do anno economico de 1870 a 1871

		IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
		DIREITOS	VALORES	DIREITOS	VALORES
		réis	réis	$	$
Julho....	Em navios nacionaes.	305$471	1:182$913		
	Em ditos estrangeiros	132$843	765$800	855$57	1:815$000
Agosto...	Em ditos nacionaes..	195$811	1:345$220	$	$
	Em ditos estrangeiros	285$100	614$410	265$00	794$880
Setembro.	Em ditos nacionaes..	345$425	871$000	415$000	985$000
	Em ditos estrangeiros	321$108	915$040	179$000	1:067$440
Outubro..	Em ditos nacionaes..	505$375	2:064$413	$	$
	Em ditos estrangeiros	205$694	674$130	75$000	1:365$160
Novembro	Em ditos nacionaes..	850$915	2:005$340	788$000	1:706$400
	Em ditos estrangeiros	595$402	2:563$065	$42$27	496$030
Dezembro	Em ditos nacionaes..	115$538	1:284$440	1:532$000	3:104$030
	Em ditos estrangeiros	1:405$559	7:57$000	956$000	1:151$800
Somma		6:775$405	3:001$000	9:005$789	19:205$940

RESUMO DO RENDIMENTO

Direitos de importação	675$405
Ditos de exportação	905$789
Armazenagem	55$37
Dizimo do sal exportado	460$000
Impostos indirectos e diversos rendimentos	1:345$071
Rendimento liquido da corrente no semestre findo	895$471
Somma	5:015$936
DESCONTOS	
Fundo especial de colonisação	105$845
Imposto parochial sobre o dizimo do sal	235$485
Caixa e armamento das praças de destacamento	75$000
Somma	2:056$440

Nota do rendimento da alfandega da ilha de S. Thiago na semana findo hoje

Para o cofre da fazenda	361$240
Fundo especial de colonisação	403$75
Imposto especial de 10 rs por cento para a obra do caes	199$509
Somma	899$574

Boletim do preço medio dos generos no mercado d'esta cidade na semana findo em 18 de março de 1871

GENEROS DE PRODUCÇÃO DA ILHA

QUALIDADES	MEDIDA OU PESO	PREÇO	OBSERVAÇÕES
		réis	
Semente de purgueira	Moio	Sujeito	
Milho	Alqueire	200	
Feijão	»	200	
Café	Arratel	240	
Batata ingleza	»		Não ha
Batata doce	»	40	
Mandioca	»	50	
Farinha de dita	Alqueire	960	
Assucar mascavado	Arratel	40	
Carne de vacca	»	80	
Dita de porco	»	100	
Toucinho	»	120	
Azeite de purgueira	Canada	600	
Aguardente de canna	Frasco	300	
Sal	Moio		Idem
Urzela	Arratel	30	
Couros de boi	»	80	
Pedra de caieira	Uma	200	
Lenha	Arratel	160	

GENEROS DE FÓRA DA PROVINCIA

Milho	Alqueire		Não ha
Feijão	Arratel	80	
Arroz	»	40	
Batata inglaza	»	40	
Assucar branco	»	140	
Farinha de trigo	Barrica	1$6000	
Dita de milho	»		Idem
Bolacha	Barrica	3$400	
Presunto	Arratel		Idem
Azeite doce	Almude	3$400	
Vinho	»	3$6000	
Vinagre	»	1$500	

Administração do concelho da cidade da Praia de S. Thiago, 18 de março de 1871.—O administrador do concelho, *Wenceslau Frederico do Quental e Silva*.

PARTE NÃO OFFICIAL

CIDADE DA PRAIA, 18 DE MARÇO

Chegou no dia 14 o vapor *Dande*, trazendo noticias de Lisboa com data de 5 do corrente. Havia perfeita tranquillidade em todo o paiz. O ministerio havia-se completado com a entrada do sr. José Maccellino de Sá Vargas para a pasta da justiça e a do sr. visconde de Chanceleiros para a das obras publicas. Era esperado com anciedade o dia 11 em que terminava o addiamento parlamentar.

Subiram notavelmente de preço os principaes generos alimenticios em Lisboa, durante o mez anterior. Foi na carne e no pão que a saliida se tornou mais sensivel. Este facto economico preoccupa os animos; e a imprensa, discutindo-o, trata de lhe assignalar as causas. O governo de Sua Magestade não despresou este assumpto de vital interesse, e trata, de accordo com a opinião de pessoas authorisadas com estudos d'esta especialidade, de remediar a crise que tão gravemente influe na alimentação e no bem estar das classes menos abastadas.

O *Diario do Governo* publica o Regulamento do Museu Colonial, approvado por decreto de 26 de janeiro ultimo. Estabelece o Regulamento sete divisões, pelos quaes devem ser distribuidos os differentes exemplares do Museu. São assim denominadas: 1.ª Historia Natural, 2.ª Agricultura, 3.ª Florestas, 4.ª Materias extractivas, 5.ª Artefactos, 6.ª Objectos curiosos e estrangeiros.

Haverá no fim de cada periodo de dois annos uma exposição dos productos entrados durante elles no Museu, a qual será aberta no 1.º de maio e encerrada no ultimo de junho. Os expositores que, como dignos de tal, forem qualificados por um jury de onze membros presidido pelo Ministro do Ultramar serão galardoados com premios ou menções honrosas.

O Museu é dependente da 2.ª repartição da direcção do Ultramar do Ministerio da Marinha. Terá um director, um outro empregado para o substituir nos seus impedimentos e que é incumbido do expediente da secretaria e da conservação da bibliotheca respectiva, e empregados menores. A dotação destinada ao custeamento do Museu, e ás despezas de transporte e preparação dos productos coloniaes constará de uma verba arbitrada annualmente no orçamento das provincias ultramarinas, e distribuida por cada uma d'ellas na proporção dos seus recursos. Esta verba será auxiliada pelo producto das entradas pagas nas exposições.

ANEXO 19

Boletim Oficial do Governo-Geral da Província d'Angola, nº 14, Sábado, 8 de Abril de 1871; nº 15, Sábado, 8 de Abril de 1871

BOLETIM OFFICIAL

DO

GOVÊRNO GERAL DA PROVINCIA D'ANGOLA.

1871. SABBADO 8 D'ABRIL N. 14.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Tomando em consideração o relatorio do ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar: hei por bem approvar o regulamento do museu colonial, e das exposições e concursos de productos ultramarinos, que baixa assignado pelo mesmo ministro e secretario d'estado.

O referido ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 26 de janeiro de 1871.

REI.

José de Mello Gouveia.

Regulamento do museu colonial, e das exposições e concursos de productos ultramarinos

CAPITULO I

Organisação do museu

Artigo 1.° As collecções de productos coloniaes, que estão a cargo da 2.ª repartição da direcção geral do ultramar por disposição do artigo 11.° n.° 12.° do decreto com força de lei de 1 de dezembro de 1869, constitue um museu colonial dependente d'aquella direcção e repartição.

Art. 2.° O museu colonial tem por fim colligir, classificar, conservar e expor ao exame publico os diversos productos e quaesquer objectos que possão servir ao conhecimento, estudo economico e aproveitamento das variadas riquezas das nossas possessões ultramarinas.

§ Unico. O museu estará patente ao publico em um dia certo da semana, sem prejuizo das visitas que em outros dias podem ser permittidas por licença pessoal.

Art. 3.° Para os effeitos do artigo antecedente os productos que entrarem no museu colonial serão methodicamente classificados e distribuidos, pelas seguintes divisões:

1.ª Divisão—Historia natural

Productos espontaneos dos tres reinos da natureza com applicação á industria, e transformações que os tornão aptos para diversos usos economicos.

2.ª Divisão—Agricultura

Productos provenientes da cultura da terra, quer no estado primario, quer transformados pelas artes agricolas.

3.ª Divisão—Florestas

Productos directos das matas ultramarinas, e suas modificações pela industria.

4.ª Divisão—Materias extractivas

Productos extractivos no estado natural, ou transformados pela industria.

5.ª Divisão—Artefactos

Productos fabris ou manufacturados que possão attestar o estado das fabricas, e manufacturas das nossas colonias ultramarinas.

6.ª Divisão—Objectos raros e curiosos

Objectos archeologicos, commemorativos, e outros quaesquer que digão respeito á historia e costumes das nossas possessões ultramarinas.

7.ª Divisão—Productos estrangeiros

Collocar-se-hão nesta divisão os productos das colonias estrangeiras que forem offerecidos ao museu, ou obtidos por outro qualquer meio.

§ Unico. Do cada uma das referidas divisões se formarão as secções que se julgarem necessarias para a methodica classificação e exhibição dos productos, e mais objectos do museu.

Art. 4.° Junto ao museu collocar-se-ha a sua secretaria para o expediente ordinario, e uma bibliotheca privativa para se archivarem os livros, memorias, jornaes, gravuras e todos os documentos relativos á historia, producções e usos economicos dos diversos objectos depositados no museu.

Art. 3.º Todos os productos e objectos do museu colonial serão descriptos em um catalogo systematicamente organisado, e de modo que da descripção conste a historia dos mesmos productos e as suas applicações.

§ Unico. O catalogo será escripto em portuguez, francez e tambem em inglez, quando convier, e antes de ser publicado será cuidadosa e competentemente examinado para se haver por authorisada a exactidão e credito do mesmo catalogo.

Continúa.

Attendendo ás circumstancias que concorrem no presbytero João Constancio Rodrigues: hei por bem nomea-lo parocо missionario para a diocese d'Angola e Congo.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 15 de fevereiro de 1871.

REI.

José de Mello Gouveia.

Tendo em consideração as qualidades que concorrem no capitão do exercito d'Africa occidental Antonio José Cabral Vieira: hei por bem nomea-lo governador do districto da Guiné portugueza.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 15 de fevereiro de 1871.

REI.

José de Mello Gouveia.

PORTARIA N.º 154

Sua Magestade El-Rei, conformando-se com a opinião da junta de saude naval emittida em sessão de 11 do corrente mez, ha por bem conceder a Francisco Antonio Gonçalves Cardoso junior, contador da junta da fazenda pública da provincia d'Angola, 90 dias de licença para se tratar; e assim o manda participar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, ao governador geral da referida provincia, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 15 de novembro de 1870.

José de Mello Gouveia.

Pagou d'emolumentos 6$000 réis.

IDEM N.º 29

Tendo sido julgado incapaz do serviço do ultramar pela junta de saude naval em sessão de 27 de janeiro do corrente anno, o capitão da guarnição da provincia d'Angola, Francisco de Salles Monteiro: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que o mencionado capitão seja collocado como addido á divisão de reformados do ultramar, para em conformidade com a disposição do art. 12.º do decreto de 9 de dezembro de 1869, obter opportunamente a reforma que lhe pertencer, em harmonia com o alvará de 16 de dezembro de 1790.

O que, pela mencionada secretaria d'estado, se participa ao governador geral da referida provincia, para seu conhecimento e mais necessarios effeitos.

Paço, em 8 de fevereiro de 1871.

José de Mello Gouveia.

IDEM N.º 31

Manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, participar ao governador geral da provincia d'Angola, para seu conhecimento e mais devidos effeitos, que foi confirmado o acordão do supremo conselho de justiça militar de 28 de janeiro do corrente anno pelo qual se concedeu a medalha militar de prata da classe de *comportamento exemplar*, creada por decreto de 2 d'outubro de 1863, ao mestre da musica do batalhão de caçadores n.º 3 da guarnição da referida provincia, José de Figueiredo Ramalhoso.

Paço, em 13 de fevereiro de 1871.

José de Mello Gouveia.

IDEM N.º 32

Sua Magestade El-Rei, conformando-se com a opinião da junta de saude naval e do ultramar, emittida em sessão de 10 do corrente mez, ha por bem prorogar por mais 30 dias a licença que está gosando o contador da junta da fazenda pública da provincia d'Angola, Francisco Antonio Gonçalves Cardoso junior, afim de completar o restabelecimento dos seus incommodos; o que manda, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, participar ao governador geral da referida provincia para seu devido conhecimento.

Paço, em 15 de fevereiro de 1871.

José de Mello Gouveia.

Pagou d'emolumentos 3$000 réis.

IDEM CIRCULAR N.º 37

Havendo sido frequentes vezes remettidos á secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar mappas d'inspecções de saude feitas nas provincias ultramarinas a empregados, officiaes militares e praças de pré, que precisaram de licença para vir ao reino, sem dos mesmos mappas constar se as molestias dos inspeccionados forão adquiridas no serviço e por effeito d'elle: manda Sua Magestade El-Rei, pela referida secretaria d'estado, recommendar ás juntas de saude das provincias ultramarinas que tenhão, em identicas inspecções, o maior cuidado em proceder ás averiguações necessarias, afim de nos respectivos mappas declararem, sempre que for possivel, as informações de que se trata.

O que se communica, para os devidos effeitos, ao governador geral da provincia d'Angola.

Paço, em 3 de março de 1871.

José de Mello Gouveia.

BOLETIM OFFICIAL

DE

GOVÊRNO GERAL DA PROVINCIA D'ANGOLA.

1871. SABBADO 15 D'ABRIL N. 15.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Regulamento do museu colonial, e das exposições e concursos de productos ultramarinos

(Continuado do n.º antecedente.

CAPITULO II

Exposição e concurso

Art. 6.º As exposições de productos coloniaes, incumbidas pela disposição do artigo 14.º n.º 12.º do decreto com força de lei de 1 de dezembro de 1869, á direcção geral do ultramar, serão organisadas pela administração especial do museu colonial com approvação do govêrno.

Art. 7.º No mez de cada dous annos, ou mais tarde, se o govêrno assim o determinar, haverá uma exposição de todos os productos coloniaes que houverem entrado no museu durante o periodo do tempo decorrido depois da ultima exposição.

§ 1.º São considerados expositores para todos os effeitos d'este regulamento, os individuos e corporações das nossas provincias ultramarinas, que levarem ás exposições productos e objectos offerecidos para as collecções proprias do museu.

§ 2.º Tambem podem figurar nas exposições os productos dos particulares que reclamarem o direito da entrega dos mesmos productos no fim das exposições, mas estes não poderão ser contemplados com outras recompensas que não sejão as de 3.ª classe.

§ 3.º Abrir-se-hão as exposições em 1 de maio e encerrar-se-hão no ultimo de junho. A entrada dos visitantes das exposições poderá ser paga pela taxa que opportunamente será determinada em beneficio do custeamento do museu, quando o govêrno o julgar conveniente.

Art. 8.º Os productos expostos serão submettidos ao exame d'um jury incumbido de classificar o merecimento dos mesmos productos, e de conferir as recompensas aos expositores, terminando as suas funcções pela elaboração d'um relatorio sobre a exposição, que comprehenderá o juizo critico d'ella, em todas as suas relações de utilidade publica.

Art. 9.º O jury é presidido pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, e composto de onze membros, que serão os directores geraes do ultramar, e do commercio e industria dos ministerios da marinha e das obras publicas, o chefe da 2.ª repartição da direcção geral do ultramar, o director do museu, os lentes de botanica e zoologia da escóla polytechnica, os lentes de chimica agricola e industrial dos respectivos institutos, e tres negociantes nomeados pela direcção commercial de Lisboa.

§ 1.º O jury elege d'entre os seus membros o seu vice-presidente e secretario, e o govêrno provê á substituição dos vogaes do mesmo jury no caso de impedimento.

§ 2.º O govêrno póde alterar por decreto especial a composição do jury quando assim o exigir a conveniencia do serviço.

Art. 10.º As recompensas conferidas pelo jury aos expositores mais distinctos serão divididas nas seguintes classes:

1.ª Classe, premios de honra.
2.ª Classe, premios.
3.ª Classe, menções honrosas.

§ 1.º Os premios de honra consistirão em medalhas de ouro.

§ 2.º Os premios consistirão em medalhas de prata e bronze.

§ 3.º As menções honrosas consistirão em diplomas de distincção passados pelo jury.

§ 4.º O jury poderá abster-se de conferir os premios de honra quando deixem de concorrer expositores que mereção essa recompensa.

Art. 11.º Alem das exposições poderá haver concursos para o fim especial de promover e incitar os melhoramentos agricolas e industriaes

das nossas provincias ultramarinas, na conformidade dos respectivos programmas.

§ 1.º Estes programmas serão organisados pelo jury das exposições, e convenientemente publicados.

§ 2.º Os concursos podem versar sobre um melhoramento especial, ou sobre o complexo das condições de quaesquer industrias; e bem assim sobre a publicação de livros, memorias, ou quaesquer escriptos que digão respeito á agricultura, á industria e aos productos naturaes das nossas colonias.

Art. 12.º Haverá nos concursos premios pecuniarios para recompensar os mais distinctos concorrentes, como os respectivos programmas annunciarem, não podendo ser mais de quatro os premios a conferir em cada concurso, nem a sua importancia total exceder a decima parte do credito votado para as despezas do museu colonial no anno em que forem adjudicados.

Art. 13.º Os premios serão adjudicados pelo jury das exposições que organisar os programmas dos concursos, publicando-se os pareceres do mesmo jury, que hão de expor os motivos da adjudicação.

§ Unico. O jury poderá escusar a adjudicação de premios aos concorrentes que os não merecerem, pelas rasões que devem dar nos seus pareceres.

Art. 14.º A entrega das recompensas, tanto das exposições como dos concursos, effectuar-se-ha solemnemente nos ultimos tres dias do mez de junho, durante os quaes serão sempre gratuitas as entradas no museu colonial.

CAPITULO III

Pessoal do museu colonial e suas attribuições

Art. 15.º A administração especial do museu colonial é nos termos do artigo 11.º n.º 12.º do decreto com força de lei de 1 de dezembro de 1869, fiscação do serviço da direcção geral do ultramar do ministerio da marinha, que ha de ser desempenhada pelos empregados do mesmo ministerio sem novas admissões de pessoal, nem mais encargos do thesouro.

Art. 16.º O pessoal da administração especial do museu colonial compõe-se d'um director conservador, responsavel de toda a administração do estabelecimento; um ajudante do mesmo director encarregado da secretaria, contabilidade, e bibliotheca do museu; um porteiro e dous serventes.

§ Unico. Os preparadores do museu colonial não pertencem ao quadro do pessoal da administração especial do estabelecimento, e são ajustados pelo director de empreitada ou temporariamente para as obras que tiverem a desempenhar.

Art. 17.º Compete ao governo nomear o pessoal da administração especial do museu colonial d'entre os empregados dos quadros, supranumerarios, ou addidos da secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, e repartições da sua dependencia, sem mais vencimento do que os que percebierem legalmente na situação em que se acharem ao tempo da nomeação.

§ Unico. Ficão subsistindo as nomeações dos empregados do museu colonial já feitas por decreto de 22 de junho de 1870.

Art. 18.º O director do museu colonial corresponde-se sobre os assumptos da sua competencia com o governo pela 2.ª repartição da direcção geral do ultramar, e directamente com os governadores geraes e mais autoridades das provincias ultramarinas e consules portuguezes; e compete-lhe:

Executar e fazer executar aos seus subordinados, na parte que a cada um respeita, as diversas disposições d'este regulamento.

Promover a acquisição dos productos e objectos que mereção entrada no museu.

Organisar o inventario geral de todos os productos que existirem no museu.

Superintender todos os serviços do estabelecimento, e dar as ordens convenientes para a preparação, collocação e conservação de todos os productos e objectos pertencentes ao museu.

Requisitar os fundos necessarios para as despezas do estabelecimento, legalisar as folhas d'essas despezas, e attestar a assistencia no serviço dos seus subordinados, para legitimar o abono dos respectivos vencimentos.

Propor ao governo os empregados, que podem servir no museu, admoestar nas suas faltas os que lá servem, e suspende-los do exercicio, dando parte ao governo dos motivos de suspensão, para serem corrigidas como merecerem.

Submetter á superior approvação o regulamento do serviço interno do estabelecimento.

Apresentar annualmente ao governo o relatorio do estado da administração do museu, e dos resultados da sua fundação.

Art. 19.º O ajudante do director substitue o mesmo director nos seus impedimentos, ficando á sua especial incumbencia o serviço da secretaria, da bibliotheca, e da contabilidade da administração do museu.

Art. 20.º O porteiro coadjuva os serviços do museu, como lhe for prescripto pelo director; e os serventes são encarregados da limpesa, e de quaesquer outros serviços internos ou externos, que pelos seus superiores lhes sejão ordenados.

CAPITULO IV

Dotação do museu

Art. 21.º O credito para despezas de collecção, transporte e preparação de productos, e outras de custeamento do museu, e bem assim as de exposições, e concursos de interesse colonial, será fixado annualmente pelas côrtes, e proposto pelo governo no orçamento das provincias ultramarinas, e por ellas repartido nas verbas com que cada uma deve concorrer, segundo os seus recursos.

Art. 22.º Fará parte da dotação do estabelecimento o producto das taxas das entradas nas exposições, a que se refere o artigo 7.º, § 3.º, d'este regulamento, e bem assim o da venda dos catalogos do museu.

Art. 2.º Todos os objectos que, por duplicados ou desnecessarios no museu, se possão dispensar, serão vendidos em leilão, e o producto da sua venda será applicado ás despezas do estabelecimento.

§ Unico. Estas vendas serão previamente autorisadas pelo governo sobre proposta do director.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 26 de janeiro de 1871.

José de Mello Gouveia.

GOVÊRNO GERAL DA PROVINCIA

PORTARIA N.º 52

O governador geral da provincia d'Angola e suas dependencias determina o seguinte:

Attendendo ao que me requereu o 1.º sargento da 1.ª companhia movel do concelho dos Dembos, Domingos Christovão Duarte, pedindo ser promovido ao posto d'alferes da 1.ª companhia de guerra preta do mesmo concelho, que se acha vago: hei por conveniente deferir-lhe.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenhão entendido e cumprão.

Palacio do govêrno em Loanda, 8 d'abril de 1871.

José Maria da Ponte e Horta, governador geral.

IDEM N.º 53

O governador geral da provincia d'Angola e suas dependencias determina o seguinte:

Attendendo ao que me requereu o alferes da 1.ª companhia movel do concelho dos Dembos, Francisco Rodrigues Regello, pedindo ser promovido ao posto de tenente da 2.ª companhia movel do mesmo concelho, que se acha vago: hei por conveniente deferir-lhe.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenhão entendido e cumprão.

Palacio do govêrno em Loanda, 8 d'abril de 1871.

José Maria da Ponte e Horta, governador geral.

IDEM N.º 54

O governador geral da provincia d'Angola e suas dependencias, determina o seguinte:

Tendo em consideração o que me representou o chefe do concelho do Duque de Bragança, sobre a conveniencia e necessidade de organisar no mesmo concelho uma terceira companhia movel: hei por conveniente determinar que se proceda á organisação da terceira companhia movel do concelho do Duque de Bragança, com o quadro estabelecido para os demais concelhos da provincia, e que foi determinado por portaria d'este govêrno geral n.º 12 de 24 de janeiro de 1862.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenhão entendido e cumprão.

Palacio do govêrno em Loanda, 8 d'abril de 1871.

José Maria da Ponte e Horta, governador geral.

IDEM N.º 55

O governador geral da provincia d'Angola e suas dependencias determina o seguinte:

Achando-se vago o lugar de chefe do concelho do Golungo-alto: hei por conveniente transferir para o mesmo lugar o capitão Bartholomeu José de Paiva, actual chefe do concelho de Cambambe, e para este ultimo lugar o chefe do de Massangano o tenente Francisco Luiz Moreira Cabella Falcão.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenhão entendido e cumprão.

Palacio do govêrno em Loanda, 12 d'abril de 1871.

José Maria da Ponte e Horta, governador geral.

IDEM N.º 56

O governador geral da provincia d'Angola e suas dependencias determina o seguinte:

Tendo sido nomeado chefe do concelho do Icolo e Bengo o major reformado Antonio Marques de Mello, vogal do conselho superior de justiça militar: hei por conveniente nomear para o substituir neste ultimo cargo, o capitão José Fortunato Barreto.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenhão entendido e cumprão.

Palacio do govêrno em Loanda, 14 d'abril de 1871.

José Maria da Ponte e Horta, governador geral.

Constando a s. ex.ª o governador geral que alguns pretos dos que têem sido declarados livres por meio do *Boletim Official*, em consequencia de haverem completado 10 annos de serviço, continuão de má fé detidos e considerados como libertos, pelos senhores a cujo serviço anteriormente se achavão, vindo estes assim a incorrer nas penas dos que commettem o crime de carcere privado e na multa designada no art. 40.º do decreto de 14 de dezembro de 1854: e mesmo ex.mo sr., tendo em vista as disposições do citado decreto e as da régia portaria de 5 de dezembro de 1859, determina e manda publicar o seguinte:

1.º Todos os pretos que, sendo libertos, tiverem obtido e forem obtendo a sua liberdade, serão mandados apresentar, ou de per si se apresentarão, ao administrador do concelho onde se acharem quando concluirem o seu tempo de serviço.

2.º Os administradores dos concelhos tomarão nota em um livro especial do nome, sexo e idade provavel dos individuos que se lhe apresentarem em virtude do disposto no § antecedente.

3.º Quando constar que alguem, comira o que se acha determinado, de má fé continua a con-

ANEXO 20

Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Moçambique, nº 17, Sábado, 29 de Abril de 1871

Anno-1871. Numero 17. Sabbado 29 de abril.

BOLETIM OFFICIAL

DO

GOVERNO GERAL DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE.

Este boletim semanal será publicado todos os sabbados, ou no dia antecedente ou no 2.ª feira seguinte, quando aquelle for feriado: assigna-se para o mesmo, em Moçambique, na escriptorio do estabelecimento da imprensa nacional, e nos districtos, nas secretarias das governos ou commandos: as assignaturas são sempre pagas adiantadas.

Preço da assignatura por anno. . . . . 2$500
Por seis mezes. . . . . 1$500
Por tres mezes. $500
Por folha avulsa. $015
Preço dos annuncios por linha. $010
Correspondencia d'interesse particular, idem. . $020

PARTE OFFICIAL.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR.

DECRETO.

Tendo em consideração o relatorio do ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar: hei por bem approvar o regulamento do museu colonial, e das exposições e concursos de productos ultramarinos, que baixa assignado pelo mesmo ministro e secretario d'estado.

O referido ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 26 de janeiro de 1871. = REI. = *José de Mello Gouveia.*

Regulamento do museu colonial, e das exposições e concursos de productos ultramarinos.

CAPITULO I.

Organisação do museu.

Artigo 1.º As collecções de productos coloniaes, que estão a cargo da 2.ª repartição da direcção geral do ultramar por disposição do artigo 11.º n.º 12.º do decreto com força de lei de 1 de dezembro de 1869, constituem o museu colonial com administração especial dependente d'aquella direcção e repartição.

Art. 2.º O museu colonial tem por fim colligir, classificar, conservar e expor ao exame publico os diversos productos e quaesquer objectos que possam servir ao conhecimento, estudo economico e aproveitamento das variadas especies das nossas possessões ultramarinas.

§ unico. O museu estará patente ao publico em um dia certo da semana, sem prejuizo das visitas que em outros dias poderão ser permittidas por licença especial.

Art. 3.º Para os effeitos do artigo antecedente os productos que entrarem no museu colonial serão methodicamente classificados e divididos pelas seguintes divisões:

1.ª Divisão — Historia natural.

Productos espontaneos dos tres reinos da natureza com applicação á industria, e transformações que os tornam aptos para diversos usos economicos.

2.ª Divisão — Agricultura.

Productos provenientes da cultura da terra, que no estado primario ou transformados pelas artes agricolas.

3.ª Divisão — Florestas.

Productos directos das matas ultramarinas, e suas modificações pela industria.

4.ª Divisão — Materias extractivas.

Productos extractivos no estado natural, ou transformados pela industria.

5.ª Divisão — Artefactos.

Productos fabris ou manufacturados que possam alliciar o estudo das fabricas e manufacturas das nossas colonias ultramarinas.

6.ª Divisão — Objectos varios e curiosos.

Objectos archeologicos, legendarios, commemorativos e outros quaesquer que digam respeito á historia e costumes das nossas possessões ultramarinas.

7.ª Divisão — Productos estrangeiros.

Collocar-se-hão n'esta divisão os productos das colonias estrangeiras que forem offerecidos ao museu, ou obtidos por outro qualquer meio.

§ unico. Do exame nas referidas divisões se formarão as secções que se julgarem necessarias para melhor classificação e exhibição dos productos, e mais objectos do museu.

Art. 4.º Junto do museu collocar-se-ha a uma secretaria para o expediente ordinario, e uma bibliotheca privativa para se archivarem os livros, manuscriptos, jornaes, gravuras e todos os documentos relativos á historia, producção e usos economicos das diversas objectos depositados no museu.

Art. 5.º Todos os productos e objectos do museu colonial serão descriptos em um catalogo systematicamente organisado, e de maneira que da descripção conste a historia dos mesmos productos e seus apropriados.

§ unico. O catalogo será escripto em portuguez, francez e inglez, quando couber, e, antes de ser publicado, será cuidadosamente examinado para se haver por auctorisada a exactidão e credito do mesmo catalogo.

CAPITULO II.

Exposições e concursos.

Art. 6.º As exposições de productos coloniaes, permittidas pela disposição do artigo 11.º n.º 12.º do decreto com força de lei de 1 de dezembro de 1869 a direcção geral do ultramar, serão organisadas pela administração especial do museu colonial com approvação do governo.

Art. 7.º No fim de cada dous annos, ou mais tarde, se o governo assim o determinar, haverá uma exposição de todos os productos coloniaes que houverem entrado no museu durante o periodo de tempo decorrido depois da ultima exposição.

§ 1.º São considerados expositores para todos os effeitos d'este regulamento os individuos e corporações das mesmas provincias ultramarinas, que levarem as exposições productos e objectos offerecidos para as collecções proprias do museu.

§ 2.º Tambem poderão figurar nas exposições os productos de particulares que reclamarem o direito da entrega dos mesmos productos ao fim das exposições, mas estes não poderão ser contemplados com outras recompensas que não sejam as de 3.ª classe.

§ 3.º As inscripções ás exposições em 1 de maio e encerrar-se-hão no ultimo dia de junho. A escolha dos vestuarios das exposições poderá ser paga pela taxa, que opportunamente será determinada em beneficio do estabelecimento do museu, quando o governo o julgar conveniente.

Art. 8.º Os productos expostos serão submettidos ao exame de um jury incumbido de classificar o merecimento dos mesmos productos, e de conferir as recompensas aos expositores, terminado as suas funcções pela elaboração de um relatorio sobre a exposição, que comprehenderá o juizo critico d'ella em todas as suas relações de utilidade publica.

Art. 9.º O jury é presidido pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, e composto de seus membros, que serão os directores geraes do ultramar, e da commercio e marinha dos ministerios da marinha, e obras publicas, o chefe da segunda repartição da direcção geral do ultramar, o director do museu, os lentes de botanica e mineralogia da escola polytechnica, os lentes de chimica agricola e industrial dos respectivos institutos e tres negociantes nomeados pela direcção da associação commercial de Lisboa.

§ 1.º O jury elege d'entre os seus membros o seu vice-presidente, e secretario, e o governo provê á substituição dos vagos do mesmo jury no caso de impedimento.

§ 2.º O governo pode alterar por decreto especial a composição do jury, quando assim o exigir a conveniencia de serviço.

Art. 10.º As recompensas conferidas pelo jury aos expositores nas distincções serão divididas nas seguintes classes:

1.ª Classe, premios de honra.
2.ª Classe, premios.
3.ª Classe, menções honrosas.

§ 1.º Os premios de honra consistirão em medalhas de ouro.

§ 2.º Os premios consistirão em medalhas de prata e bronze.

§ 3.º As menções honrosas consistirão em diplomas de distincção glorificados pelo jury.

§ 4.º O jury poderá abster-se de conferir os premios de honra quando entrem de concorrer expositores que tornem essa recompensa.

Art. 11.º Além das exposições poderá haver concursos para o fim especial de premiar e incitar os melhoramentos agricolas e mineiros das nossas provincias ultramarinas, na conformidade dos respectivos programmas.

§ 1.º Estes programmas serão organisados pelo jury das exposições, e convenientemente publicados.

§ 2.º Os concursos podem versar sobre um melhoramento especial, ou sobre o complexo das condições de qualquer industria, e bem assim sobre a publicação de livros, memorias ou quaesquer escriptos que digam respeito á sua pratica, á industria e aos productos naturaes das nossas colonias.

Art. 12.º Haverá aos concursos premios pecuniarios para recompensar os mais distinctos concorrentes, como os respectivos programmas annunciarem, não podendo serem de quatro os premios a conferir em cada concurso, nem a sua importancia total exceder a decima parte do credito votado para as despezas do museu colonial no anno em que forem adjudicados.

Art. 13.º Os premios serão adjudicados pelo jury das exposições que organisa os programmas dos concursos, publicando-se os pareceres do mesmo jury, que terão de expor os motivos da adjudicação.

§ unico. O jury poderá encommendar a adjudicação de premios aos concorrentes que os não mereceram, pelos meios que devem dar nos seus pareceres.

Art. 14.º A entrega das recompensas, feita das exposições como dos concursos, effectuar-se-ha solemnemente nos thronos dos dias do mez de junho, durante os quaes serão sempre gratuitas as entradas no museu colonial.

CAPITULO III.

Pessoal do museu colonial e suas attribuições.

Art. 15.º A administração especial do museu colonial é nos termos do artigo 11.º n.º 12.º do decreto com força de lei de 1 de dezembro de 1869, funcção do serviço da direcção geral do ultramar do ministerio da marinha, que ha de ser desempenhada pelos empregados do mesmo ministerio, sem novas nomeações de pessoal nem mais encargos do thesouro.

Art. 16.º O pessoal da administração especial do museu colonial compõe-se de um director conservador, responsavel por toda a administração do estabelecimento; um ajudante do mesmo director, encarregado da secretaria, contabilidade e bibliotheca do museu; um porteiro e dois serventes.

§ unico. Os preparadores do museu colonial não pertencem ao quadro do pessoal da administração especial do estabelecimento, e são ajustados pelo director de conformidade com o governo para as obras que houverem a desempenhar.

Art. 17.º Compete ao governo nomear o pessoal da administração especial do museu colonial d'entre os empregados dos quadros ultramarinos, ou addidos da secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, e repartições da sua dependencia, sem mais vencimento do que o que percebem legalmente na situação em que se acharem ao tempo da nomeação.

§ unico. Ficam subsistindo as nomeações dos empregados do museu colonial já feitas por decreto de 22 de junho de 1869.

Art. 18.º O director do museu colonial corresponde-se sobre os assumptos da sua competencia com o governo pela 2.ª repartição da direcção geral do ultramar, e directamente com os governadores geraes e mais autoridades das provincias ultramarinas, e consules portuguezes; e tem pelo-lhe:

Exercitar e fazer exercitar nos seus subordinados, na parte que a cada um respeita, as diversas disposições d'este regulamento.

Promover a acquisição dos productos e objectos que mereçam entrada no museu.

Superintender todos os serviços do estabelecimento, e dar as ordens convenientes para a preparação, collocação e conservação de todos os productos e objectos pertencentes ao museu.

Requisitar os fundos necessarios para as despezas do estabelecimento, lavrar as folhas d'essas despezas, e attestar a assistencia no serviço dos seus subordinados, para legitimar o abono dos respectivos vencimentos.

Propor ao governo os empregados que podem servir no museu colonial nas suas faltas ou que lá servirá, e suspende-los de exercicio, dando parte ao governo com os motivos da suspensão, para serem corrigidos como convierem.

Submetter á superior apreciação o regulamento do serviço interno do estabelecimento.

Apresentar annualmente ao governo o relatorio do estado da administração do museu, e das resultados da sua fiscalisação.

Art. 19.º O ajudante do director substitue o mesmo director nos seus impedimentos, ficando a seu cargo especialmente o serviço da secretaria, da bibliotheca, e da contabilidade e administração do museu.

Art. 20.º O porteiro coadjuva os serviços do museu, como lhe for prescripto pelo director; e os serventes são encarregados da limpeza, e de quaesquer outros serviços internos, ou externos, que pelos seus superiores lhes sejam ordenados.

CAPITULO IV.

Dotação do museu.

Art.º 21.º O credito para despezas de collecção, transporte e preparação de productos e outros de conhecimento do museu, o bem assim as de exposições e concursos de incremento colonial, será fixado annualmente pelas côrtes, e proposto pelo governo no orçamento das provincias ultramarinas, e por elas repartido nas verbas com que cada uma deve contribuir, segundo os seus recursos.

Art. 22.º Fará parte da dotação do estabelecimento o producto das taxas das entradas nas exposições, a que se refere o artigo 7.º § 3.º d'este regulamento, e bem assim o da venda dos catalogos do museu.

Art. 23.º Todos os objectos que, por duplicados ou desnecessarios no museu se possam dispensar, serão vendidos em leilão, e o producto da sua venda será applicado ás despezas do estabelecimento.

§ unico. Estas vendas serão previamente auctorisadas pelo governo sobre proposta do director.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 24 de janeiro de 1871. — *José de Mello Gouveia.*

GOVERNO GERAL.

PORTARIAS.

N.º 62. — O governador geral da provincia de Moçambique, determina o seguinte.

Tendo ouvido o juiz de direito substituto d'esta commarca, e o respectivo juiz de paz; hei por conveniente nomear a Joaquim Antonio Nobre para exercer o logar de escrivão do ultimo dos ditos juizes.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta competir, assim o entendam e cumpram. Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 22 de abril de 1871. — O governador geral, *José Rodrigues Coelho do Amaral.*

N.º 63. — O governador geral da provincia de Moçambique, determina o seguinte.

Estando o artigo 69 do decreto de 1 de dezembro de 1869, que reorganizou a administração das provincias ultramarinas, que, junto a cada governador de districto, haja um secretario, seja que se designe o vencimento que estes funccionarios devem ter.

Determinando o artigo 3.º do decreto de 6 dos supracitados mez e anno, que os secretarios dos governos das districtos da provincia de Angola sejam officiaes militares e percebam a gratificação annual de 120$000 réis.

Hei por conveniente, tendo ouvido o conselho do governo e a junta da fazenda publica, determinar que as disposições do mencionado artigo 3.º do decreto de 6 de outubro de 1869 sejam observadas n'esta provincia.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta competir, assim o entendam e cumpram. Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 27 de abril de 1871. — O governador geral, *José Rodrigues Coelho do Amaral.*

N.º 64. — O governador geral da provincia de Moçambique determina o seguinte:

Tendo deixado de se cobrar o imposto sobre navios, pangaios e embarcações meudas, que fazia parte da receita publica d'esta provincia, por se entender comprehendido na disposição geral do artigo 21.º dos preliminares da nova pauta das alfandegas de 12 de novembro de 1869.

Sendo porém, certo que tal imposto com quanto fosse cobrado pelas alfandegas, não tem a natureza d'aquelles que se percebem n'essas casas fiscaes e que sómente recaem na importação, exportação e reexportação de mercadorias, e sendo igualmente obvio que sómente os d'esta cathegoria nos mencionados na nova pauta, o citado artigo 21.º quiz abolir.

Attendendo, sobre tudo, a que a verba do dito imposto figura no orçamento da receita e despeza da provincia, approvado por decreto de 30 de junho de 1870, isto é, posteriormente á data da pauta acima referida.

Hei por conveniente determinar, que a cobrança do mencionado imposto continue em todas as alfandegas da provincia, logo que n'ellas haja conhecimento da presente portaria.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o entendam e cumpram. Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 27 de abril de 1871. — O governador geral, *José Rodrigues Coelho do Amaral.*

OFFICIO.

Secção civil. — 2.ª repartição. — N.º 210. — Ao governador do districto de Cabo Delgado. Encarrega me sua ex.ª o governador geral da provincia de accuzar a recepção do seu officio n.º 46 de 3 do corrente e de lhe dizer em resposta, que sente dos bons serviços que prestaram, durante a epidemia do cholera-morbus que assolou a capital desse districto, os moradores — tenente Augusto Moreira

ANEXO 21

Boletim Oficial do Governo-Geral da Província d'Angola, nº 49, Sábado, 7 de Dezembro de 1872

BOLETIM OFFICIAL

DO

GOVÊRNO GERAL DA PROVINCIA D'ANGOLA.

1872. SABBADO 7 DE DEZEMBRO N.º 49.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Attendendo ao que me representou João Maria de Moura, proprietario, residente em Mossamedes, pedindo a concessão de 2:000 hectares de terrenos baldios, na praia denominada *Enamangando*, em ambas as margens do riacho da mesma denominação, para ali cultivar a cana sacarina e o algodão; e tendo informado o governador geral da provincia d'Angola, que o requerente possue os meios necessarios para arrotear aquella porção de terrenos: hei por bem, conformando-me com o parecer da junta consultiva do ultramar, em consulta de 27 de junho do corrente anno, conceder ao sobredito João Maria de Moura, como pede, 2:000 hectares de terrenos baldios ou incultos, pertencentes ao estado, no districto de Mossamedes, nos termos da lei de 21 d'agosto de 1856, decreto de 4 de dezembro de 1861 e regulamento de 10 d'outubro de 1865, salvando-se sempre as disposições do § unico, n.º 5 do art. 1.º da referida lei, e debaixo das condições que fazem parte do presente decreto, e com elle baixam assignadas pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

O mesmo ministro e secretario d'estado, assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 17 de setembro de 1872.

REI.

Jayme Constantino de Freitas Moniz.

Condições com as quaes é feita a João Maria de Mora, a concessão de 2:000 hectares de terrenos baldios no districto de Mossamedes, a que se refere o decreto d'esta data.

1.ª Que os terrenos de que trata esta concessão poderão ser dados em ambas as margens do riacho denominado *Enamangando*, no districto de Mossamedes, ficando o concessionario sujeito ás disposições dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 4 de dezembro de 1861, confirmado pela carta de lei de 7 d'abril de 1863, relativas ao effectivo aproveitamento dos mesmos terrenos.

2.ª Que o fôro que deve pagar pelos terrenos concedidos, será de 10 réis por hectare, estabelecido no citado decreto de 4 de dezembro de 1861.

3.ª Que é permittida ao concessionario a importação, livre de direitos, por dez annos, sob a fiscalisação da autoridade competente de todos os materiaes, machims e utensilios destinados para a cultura dos ditos terrenos, bem como para a construcção dos edificios e officinas, e para o transporte dos generos da sua producção; limitando-se, pelo que respeita a quaesquer embarcações de vela ou movidas a vapor, ás que forem empregadas na navegação de cabotagem.

4.ª Que é permittido ao concessionario ter armamento para a defeza dos terrenos concedidos, ou dos seus estabelecimentos agricolas; devendo ser determinado pelo governador geral da provincia, em conselho, o numero, assim como a qualidade, dos ditos armamentos, na conformidade do artigo 20.º da lei de 21 d'agosto de 1856.

5.ª Que, se por ventura, para se fundar alguma povoação, ou para quaesquer obras de utilidade publica, como igrejas, hospitaes, alfandegas, caes, fortes, quarteis, etc., fôr mister expropriar algum ou algumas porções dos terrenos concedidos, o concessionario não poderá exigir indemnisação alguma pelos mesmos terrenos que forem expropriados; mas só lhe será diminuido proporcionalmente o fôro, e pago o valor das bemfeitorias que nelles tiver feito.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 17 de setembro de 1872.

Jayme Constantino de Freitas Moniz.

PORTARIA CIRCULAR N.º 121

Tendo sido nomeada por decreto de 7 de se-

PASSIVO

Capital realisado.....	400:000$000
Notas do banco nacional ultramarino	443:210$000
Diversos depositantes.....	17:212$786
Ganhos e perdas.....	5:888$875
Rs.	866:311$661

Loanda, 30 de novembro de 1872.—Os gerentes da sucursal, A. L. Santos junior.—João Osmundo Toulson.

Está conforme.—Secretaria do govêrno geral em Loanda, 6 de dezembro de 1872.

Eduardo A. de Sá Nogueira P. de Balsemão, secretario geral.

EXPOSIÇÃO UNIVERSAL
DE
VIENNA D'AUSTRIA
Em 1873

Circular

Ill.mo Sr.—No *Diario do govêrno* encontrará v. um convite geral, dirigido a todos os industriaes do paiz para a exposição universal que deve ter lugar em Vienna no anno de 1873.

O govêrno portuguez, por decreto de 7 de setembro do anno corrente, nomeou uma commissão central, incumbindo-a dos trabalhos preparatorios para a exposição da secção de Portugal no futuro concurso universal já indicado.

Em nome d'esta commissão não posso deixar de solicitar a cooperação de v. para este importante trabalho, que sem duvida todos os industriaes tomarão a peito, movidos não só pelo interesse geral do paiz, mas tambem pelo seu proprio.

A commissão julga do seu dever dar algumas informações para esclarecimento dos industriaes, agricultores e artistas que quizerem annuir a este seu convite.

A exposição universal ha d'abrir-se em Vienna no 1.º de maio de 1873, mas, segundo o regulamento geral adoptado pela commissão imperial austriaca, todos os productos dos differentes industrias dos paizes estrangeiros devem ser recebidos no palacio da exposição antes de abril.

Por esta consideração o conselho director da commissão central portugueza entende que é de urgente e absoluta necessidade que todos os productos das nossas industrias estejam completamente reunidos em Lisboa até ao fim de dezembro do anno corrente, afim de que os mezes seguintes possam ser empregados nos indispensaveis trabalhos d'organisação, selecção, classificação e expedição dos mesmos productos.

A recepção começará em Lisboa no dia 5 de outubro, e será feita na casa da fazenda do arsenal da marinha.

Os objectos de bellas artes para serem admittidos na exposição devem ter sido executados depois do anno de 1862.

Os expositores não terão a pagar em Vienna despeza alguma, e o govêrno portuguez encarrega-se do transporte de Lisboa para Vienna e de Vienna para Lisboa de todos os productos que forem escolhidos pela commissão central para figurar na exposição universal.

Não são admittidos na exposição:

1.º As copias, mesmo aquellas que reproduzirem uma obra d'arte, adoptando um genero differente do original;

2.º Os quadros a oleo, miniaturas, aguarellas, desenhos de vidros pintados e de frescos, se não forem em molduras quadrangulares;

3.º As esculpturas de terra plastica não cosida;

4.º As materias inflammaveis e fulminantes, e todas as que se considerarem perigosas, os espiritos ou alcoola, os oleos e essencias, as materias corrosivas, e geralmente todos os corpos que possam alterar os productos expostos ou incommodar o publico, não serão recebidos senão em vasos com sufficiente solidez, apropriados para o fim a que são destinados, e de limitadas dimensões.

As capsulas fulminantes, os fogos d'artificio, as mechas chimicas e outros objectos analogos só serão recebidos em estado d'imitação, não contendo materia alguma inflammavel.

É de summa conveniencia que todos os productos sejam acompanhados da maior somma possivel d'esclarecimentos. São, porem, indispensaveis e obrigatorios as seguintes indicações:

1.ª Nome do expositor ou sua firma social. Os expositores devem declarar se são simplesmente possuidores dos objectos expostos, inventores, manufactores ou productores;

2.ª Preço dos productos no marcado da producção;

3.ª Preço da venda do producto em Vienna, no caso do expositor querer vende-lo;

4.ª Valor total dos productos fabricados ou produzidos annualmente pelo expositor, com referencia a cada artigo exposto.

Para facilitar os estudos que precedem a concessão dos premios pelos differentes jurys, é tambem de summa conveniencia que alem das indicações já mencionadas, os expositores declarem:

1.º Séde e data da fundação do estabelecimento;

2.º Numero d'empregados na fabricação (homens e mulheres, maiores e menores de quinze annos);

3.º Minimo e maximo dos salarios;

4.º Natureza e força dos motores empregados;

5.º Designação dos teares, apparelhos ou outros meios empregados na fabricação;

6.º Origem das materias primas;

7.º Principaes mercados de consumo;

8.º Medalhas, distincções ou menções honrosas já obtidas em anteriores exposições nacionaes ou estrangeiras.

Junto a este officio encontrará v. um exemplar do systema de classificação adoptado pela commissão imperial de Vienna.

Todos os productos que forem remettidos para a exposição devem ser dirigidos á commissão

central directora, e acompanhados de uma guia em duplicado; e para facilitar o trabalho dos expositores a commissão mandará organisar modelos d'essas guias, que podem ser reclamados na secretaria da commissão no ministerio das obras publicas.

A todos os expositores se passará um recibo dos productos que remetterem para a exposição, á vista do qual lhes serão restituidos logo que finda a exposição de Vienna, tenham sido devolvidos pela Lisboa.

Será muito conveniente que o commissario regio junto á exposição seja autorisado pelos expositores para a venda em Vienna por conta do expositor, dos productos de menor importancia, devendo entender-se que todos aquelles que apenas forem remettidos como amostras são cedidos pelos expositores, ficando o commissario regio autorisado a dispor d'elles como julgar mais conveniente.

Devo lembrar a v. que nestas exposições não se attende só ao alto merecimento e perfeição absoluta dos productos. Pretende-se, sobretudo, conhecer o que cada paiz póde produzir; e muitas vezes um artigo ou objecto que parece pouco importante, mas que se alcança por preços diminutos, e que occupando grande numero de braços satisfaz muitas das necessidades das classes numerosas, é digno de premio, e póde mostrar a existencia de uma valiosa fonte de commercio.

Todo e qualquer producto que possa dar logar a permutações importantes é digno de muita attenção.

Por isso nenhum productor deve hesitar em remetter quaesquer objectos pela errada consideração de serem de pouco valor, e não merecerem as honras de figurar em um grande concurso d'industria.

Se v. quizer pedir quaesquer esclarecimentos, poderá dirigir-se ao secretario da commissão central.

Confio que v. e todos os industriaes acceitarão gostosamente este convite, que lhes é feito para concorrerem a uma obra digna da civilisação do seculo em que vivemos.

Deus guarde a v. Sala da commissão central dos trabalhos preparatorios para a exposição universal de Vienna de 1873, em 26 de setembro de 1872.

O secretario da commissão, *João Palha de Faria Lacerda.*

PROGRAMMA

I. No anno de 1873 celebrar-se-ha em Vienna, sob a alta protecção de Sua Magestade Imperial e Real Apostolica, uma exposição internacional, que tenha por objecto mostrar o estado actual da civilisação moderna e da economia nacional de todos os povos, e favorecer o desenvolvimento d'ellas.

Esta exposição será organisada no Prater, em edificios expressamente construidos: abrir-se-ha em 1 de maio de 1873, e será encerrada no dia 31 d'outubro do mesmo anno.

II. Os objectos expostos serão divididos em 26 grupos:

1.º Grupo—Exploração de minas e metallurgia.
2.º Grupo—Agricultura, horticultura, exploração e industria florestal.
3.º Grupo—Artes chimicas.
4.º Grupo—Substancias alimenticias, incluindo bebidas, tabaco, etc., como productos industriaes.
5.º Grupo—Industria das materias texteis, obras de agulha, etc.
6.º Grupo—Industria do couro e do caoutchouc.
7.º Grupo—Industria dos metaes.
8.º Grupo—Manufacturas de madeira.
9.º Grupo—Vidraria e industria ceramica.
10.º Grupo—Marroquins e quinquilherias diversas.
11.º Grupo—Industria do papel.
12.º Grupo—Artes graphicas e desenhos industriaes.
13.º Grupo—Machinas e material de transporte.
14.º Grupo—Instrumentos de precisão e de medicina.
15.º Grupo—Instrumentos de musica.
16.º Grupo—Exercito.

Este grupo comprehende todos os objectos e disposições relativos ao armamento e municiamento dos exercitos, e ao tratamento dos doentes e feridos pertencentes ás forças de terra e mar.

17.º Grupo—Marinha.

Pertencem a este grupo os objectos que respeitam á navegação maritima e fluvial, á construcção, armamento e equipamento dos navios, á construcção de portos, aos pharoes, á organisação de soccorros para casos de naufragio, salva-vidas, boias, etc.

18.º Grupo—Engenharia civil, obras publicas e architectura.

Neste grupo terá logar a exposição dos desenhos, planos e modelos de construcções de estradas e de caminhos de ferro já executados ou em projecto, de aqueductos, de obras para dessecamento do solo, para o regimen das aguas correntes, para canalisação, canos de despejo, construcção de casas para habitação e edificios publicos (palacio das côrtes, theatros, hospitaes, prisões, estabelecimentos de banhos publicos, lavadouros publicos); disposições interiores, taes como as que se referem á ventilação e aquecimento das habitações, etc.

19.º Grupo—Typos de casas de habitação nas cidades e villas, disposição interna, decoração, trastes.

20.º Grupo—Typos de habitações ruraes, sua disposição, utensilios, mobilia.

Nestes dous grupos se deverá demonstrar de que modo os differentes povos entendem e interpretam as condições de habitação.

21.º—Industria nacional domestica.

Este grupo é destinado a provar, que abundancia de preciosos motivos de arte encerram os productos da industria nacional domestica, taes

como objectos de adorno e enfeites, louça de barro ordinario, tecidos, mobilia, etc.

22.º Grupo—Exposição dos museus de bellas artes applicados á industria.

O objecto d'este grupo é mostrar porque meios os museus modernos de bellas artes applicados á industria tendem a melhorar o gosto publico, a espalhar e generalisar a instrucção artistica.

23.º Grupo—Arte religiosa.

Neste grupo será reunido tudo quanto produzem as artes industriaes para serviço do culto divino.

24.º Grupo—Objectos de arte das epochas passadas expostos por amadores e collecionadores. *(Exposição dos amadores.)*

Nesta parte da exposição tem-se em vista fazer conhecidos os thesouros das collecções particulares de objectos artisticos, que geralmente só são accessiveis a poucos; e inspirar idéas novas aos artistas industriaes.

25.º Grupo—Bellas artes.

Este grupo só comprehenderá as obras de arte produzidas depois da segunda exposição de Londres de 1862.

26.º Grupo—Educação, instrucção e ensino.

Neste grupo será comprehendido:

a) Tudo quanto tenha relação com os cuidados que demandam a creação e educação das creanças, o seu desenvolvimento physico e moral, desde o primeiro dia de existencia até irem para a escóla;

b) Tudo quanto diga respeito á instrucção primaria, á instrucção e ás escolas desde a de instrucção primaria até á professional e á universidade;

c) Tudo quanto se refira ao ensino em geral; producções de litteratura, da imprensa periodica, das associações, das bibliothecas publicas; mappas graphicos e estatisticos, etc.

III. Pela exposição comparativa das machinas, apparelhos, processos e methodos de trabalho nas differentes epochas, mostrar-se-ha o aperfeiçoamento successivo das diversas invenções, como por exemplo, os aperfeiçoamentos porque tem passado a machina de coser, o tear, a telegraphia, a photographia, etc., etc. Por este modo far-se-ha um ensaio para apresentar um resumo da *Historia das invenções;* este ensaio deverá demonstrar por meio de exposições de machinas, e de productos feitos á mão, que, em certos casos, as machinas supprimiram a mão d'obra, e noutros, sustentam e até augmentam a producção do trabalho manual.

IV. Pela exposição d'objectos analogos, mas provenientes de epochas differentes (tendo quanto possivel a indicação dos preços), bem como de amostras e modelos, mostrar-se-ha o augmento da força productiva das diversas industrias, sua dependencia das alternativas do gosto, e a acção que sobre este exercem; assim como a sua importancia sob o aspecto da economia politica nas differentes epochas. Assim esta parte da exposição será um resumo da *Historia da industria.*

V. A fim de se poder conhecer com clareza, numa vista de olhos retrospectiva, a influencia das sciencias nos progressos da industria, mostrar-se-ha o aproveitamento dos residuos de materias animaes e vegetaes e o progressivo numero de applicações que vão tendo, expondo esses residuos e os productos d'elles derivados, assim como os productos intermediarios, quando esta producção de novos valores fôr o resultado de invenções e descobertas feitas depois da primeira exposição universal de Londres em 1851.

VI. A historia dos preços formará outro ramo de exposição. Haverá um quadro comparativo, por quinquennios, dos preços dos objectos mais importantes dos principaes centros de producção, desde os tempos mais remotos que fôr possivel, juntando se a esses preços amostras e specimens.

VII. Para se poder fazer idéa da permutação internacional dos productos, procurar-se-ha representar o commercio universal.

Para este fim haverá uma exposição de collecções de amostras e de specimens dos portos de commercio mais importantes, indicando-se em cada amostra a sua proveniencia e extracção que têem, as quantidades importadas e exportadas, preços, etc. Além d'isso será indicado por meio de dados estatisticos e mappas o movimento da navegação e do trafico de cada porto commercial durante os ultimos dez annos.

VIII. O pensamento precedentemente expresso de facilitar o estudo da exposição por meio de algarismos e mappas será realisado em todas as partes da exposição, afim de fazer sobresair por meio de dados officiaes os progressos industriaes e economicos feitos pelos differentes estados depois da primeira exposição universal de Londres(1851). Por exemplo, apresentar-se-ha o estado comparativo das superficies consagradas á cultura, das quantidades de producções agricolas annuaes, de seus preços, do valor da terra, da taxa do juro, dos caminhos de ferro, dos recenseamentos da população, etc., tal qual foi verificado em cada uma das épocas das exposições universaes posteriores (Paris 1855, Londres 1862, Paris 1867). Por esta fórma se mostrará a força productiva das differentes nações no proprio espaço que a cada uma fôr destinado no palacio da exposição.

Todos os dados relativos aos differentes productos, que constituirem a exposição, taes como: nome do expositor, especificação do objecto, preço (que o expositor tem a faculdade de declarar ou não), estarão juntos aos productos expostos. Todos os demais esclarecimentos, cuja publicação fôr solicitada pelo expositor, e que forem d'interesse público (historia e importancia do estabelecimento, seu successivo desenvolvimento, producção annual e todos os esclarecimentos que nas exposições precedentes só eram insertos nos catalogos) serão juntos aos objectos respectivos em cartões escriptos ou impressos.

IX. Afim de tornar mais efficaz o caracter principal d'instrucção, que distingue a exposição, far-se-hão ensaios de processos novos ou pouco conhecidos ainda. Serão submettidos a experiencias os objectos, cujo valor se não poder verifi-

car d'outro modo: por exemplo, experiencias concernentes á producção vinicola (aquecimento do vinho, applicação do aquo-extractor, etc.); ensaios d'instrumentos de todas as especies, da applicação da luz electrica, da applicação do balão preso, ensaios de charruas de vapor, de transmissões felodynamicas, locomotivas, bombas de incendio movidas por vapor, etc., etc. Haverá conferencias acêrca d'estes objectos numa sala especial da exposição. Finalmente abrir-se hão opportunamente concursos internacionaes, por exemplo: ácêrca dos melhores instrumentos para a cultura da beterraba para assucar, etc.

(Continúa)

DIOCESE D'ANGOLA E CONGO

DOM THOMAZ GOMES D'ALMEIDA, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica bispo de Angola e Congo etc.

Fazemos saber que, em virtude de circ'ar da junta da bulla da crusada que nos foi enviada, ha de ter lugar na sé cathedral d'esta cidade na proxima terça dominga do advento, 15 do corrente mez, pelas 10 horas da manhã, a publicação da bulla da Santa Cruzada.

Ordenamos a todos os ecclesiasticos, residentes nesta cidade, que sejão presentes a esta solemnidade religioza, e aos fieis convidamo-los a que concorram á mesma.

Paço Episcopal, 4 de dezembro de 1872.

Thomaz, bispo d'Angola e Congo.

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA

Edital

O cidadão Joaquim Maria d'Azevedo Franco, presidente da camara municipal etc.

Faço saber que, constando á camara que alguns individuos têem feito escavações nas barrocas por detraz dos edificios publicos da cidade-alta, com o fim de extrahirem cassoneiras para queimar, e pedra d'uns paredões mandados construir pelo ex-governador geral d'esta provincia Pedro Alexandrino da Cunha, cujos paredões sustentão os terrenos contiguos aos ditos edificios: a camara recommenda a observancia do codigo de posturas d'este municipio, e que não só applicará aos infractores as penas commina-das no dito codigo, como os remetterá ao poder judicial para serem punidos segundo a lei.

E, para que se não possa allegar ignorancia, mandei publicar este no *Boletim Official* e 13 nos logares do costume.

Paços do concelho em Loanda, 6 de dezembro de 1872.—E eu, Francisco Alfredo Bandeira, escrivão interino da camara o subscrevi.

Joaquim Maria d'Azevedo Franco, presidente.

A camara municipal de Loanda faz constar que pretende vender em leilão, uma porção de portas, janellas e vigas velhas, provenientes da casa demolida dentro do novo mercado; assim como uma porção de cascos vasios servidos a azeite. As pessoas a quem convier comprar alguns dos referidos artigos, podem comparecer nos paços do concelho no dia 11 do corrente, pela 1 hora da tarde, onde terá lugar a venda, se os preços offerecidos convierem á vereação.

Secretaria da camara municipal em Loanda, 7 de dezembro de 1872.

O escrivão interino da camara, *Francisco Alfredo Bandeira*.

SANTA CASA DA MISERICORDIA

A commissão administrativa d'este estabelecimento faz saber que, achando-se já prompto e decentemente concluido o esquife d'esta santa casa, que a commissão mandou arranjar, o dá por aluguel a razão de 2$000 réis, ás pessoas que o pretenderem, e não forem consideradas como pobres.

Secretaria da santa casa da Misericordia em Loanda, 6 de dezembro 1872.

O secretario, *Joaquim Falcão*.

Declara-se para os fins convenientes que foi recebida dos sr.s Augusto Archer Silva & Comp.ª a quantia de 38$650 réis, ficando assim completamente saldadas as contas d'aquella casa, proveniente de tratamento a doentes por ella abocados, com este estabelecimento.

Secretaria da santa casa da Misericordia em Loanda, 6 de dezembro de 1872.

O secretario, *Joaquim Falcão*.

ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO E POLICIA DE LOANDA

Occorrencias de 30 de novembro a 6 do corrente

Durante o periodo acima indicado houveram as seguintes occorrencias:

Foram presos para averiguações sobre furtos, sete pretos e tres pretas livres, e um liberto.

Para correcção a pedido de seu amo, um liberto.

Por fuga, tres libertos e uma liberta.

Por acoutar uma liberta, uma outra.

Um preto livre por transitar fóra d'horas, e causar suspeitas.

Nove libertos e duas libertas por andarem fóra d'horas sem bilhetes de seus amos.

O cidadão Damião Antonio Pereira Pinto queixou-se de lhe terem sido roubadas de sua casa duas malas com differentes objectos d'uso, tendo apparecido já uma d'ellas, encontrada nas barrocas, e a policia prosegue nas diligencias para o descobrimento da outra.

Recolhidos no hospital, para tratamento por caridade, os europêus Antonio da Costa e Maria Rosa, e os pretos Antonio e Amalia.

Quartel de policia em Loanda, 6 de dezembro de 1872

O chefe de policia e administrador do concelho, *Francisco Maria Barreiros Arrobas*.

ANEXO 22

Boletim Oficial do Governo-Geral da Província d'Angola, nº 50, Sábado, 14 de Dezembro de 1872

BOLETIM OFFICIAL

DO

GOVÊRNO GERAL DA PROVINCIA D'ANGOLA.

1872. SABBADO 14 DE DEZEMBRO N.º 50.

PARTE OFFICIAL

GOVERNO GERAL DA PROVINCIA

PORTARIA N.º 215

O governador geral da provincia d'Angola e suas dependencias determina o seguinte:

Em cumprimento do disposto no decreto de 10 de novembro de 1869: hei por conveniente determinar o seguinte:

1.º E' creada nesta cidade uma repartição que se denominará *Trem de Luanda*, á qual ficam incumbidas as mesmas funcções que eram desempenhadas pelo extincto almoxarifado e pela repartição do serviço do mar, ficando-lhe igualmente subordinada a abegoaria do estado.

2.º E' extincta a chamada Repartição do Serviço do Mar, creada por portaria d'este govêrno geral n.º 94 de 28 de julho de 1859; devendo os empregados que actualmente pertencem a esta repartição ser collocados na repartição do trem, ou como melhor convier ao serviço público.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do govêrno em Luanda, 9 de dezembro de 1872.

José Maria da Ponte e Horta, governador geral.

IDEM N.º 216

O governador geral da provincia d'Angola e suas dependencias determina o seguinte:

Tendo sido creada por portaria d'esta data a repartição do Trem de Luanda: hei por conveniente nomear director da mesma repartição, o 1.º tenente d'armada, serviado em commissão nesta provincia, Antonio Sergio de Sousa junior.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do govêrno em Luanda, 9 de dezembro de 1872.

José Maria da Ponte e Horta, governador geral.

IDEM N.º 217

O governador geral da provincia d'Angola e suas dependencias determina o seguinte:

Attendendo ao que me requereu o alferes do exercito d'Africa occidental, Alfredo Brandão Cró de Castro Ferrari, pedindo ser considerado em effectivo serviço, visto achar-se na inactividade temporaria para onde passára, a seu pedido, por portaria n.º 182 de 10 d'outubro proximo findo: hei por conveniente deferir-lhe, e determinar que seja collocado no quadro dos officiaes em commissão.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do govêrno em Luanda, 9 de dezembro de 1872.

José Maria da Ponte e Horta, governador geral.

IDEM N.º 218

O governador geral da provincia d'Angola e suas dependencias determina o seguinte:

Attendendo á proposta que me foi feita pelo chefe do concelho de Muxima: hei por conveniente nomear os cidadãos João Mendes Pereira da Costa e Manuel Paulino Alves da Rocha, para fazerem parte da respectiva commissão municipal, de que trata o § 3.º do art. 72.º do decreto de 1 de dezembro de 1868, no proximo futuro anno de 1873.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do govêrno em Luanda, 9 de dezembro de 1872.

José Maria da Ponte e Horta, governador geral.

IDEM N.º 219

O governador geral da provincia d'Angola e suas dependencias determina o seguinte:

Achando-se em serviço extraordinario fóra da cidade de Luanda, o tenente-coronel Miguel Gomes d'Almeida e o capitão Francisco José Ro-

ma, que fazem parte do conselho superior de justiça militar: hei por conveniente nomear para os substituirem respectivamente e para funccionarem tão sómente no processo do marinheiro da armada real, Manuel Agostinho Lisboa, ao 1.º tenente da mesma armada, Antonio Sergio de Sousa junior e ao capitão do exército do reino, Francisco Antonio Pinheiro Bayão.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do govêrno em Loanda, 11 de dezembro de 1872.

José Maria da Ponte e Horta, governador geral.

Sua ex.ª o governador geral chama a attenção dos chefes dos diversos concelhos da provincia, para a circular que deve ser-lhes dirigida no correio de 16, pela commissão encarregada de colligir productos para a exposição universal de Vienna d'Austria, e recommenda-lhes todo o empenho e interesse no prompto cumprimento do que lhes é solicitado pela referida commissão.

Secretaria do govêrno geral em Loanda, 14 de dezembro de 1872.

Eduardo A. de Sá Nogueira P. de Balsemão, secretario geral.

Em additamento á relação publicada no *Boletim* n.º 48 de 30 do corrente, se publica a seguinte relação nominal dos libertos que foram registados no concelho de Cazengo, e que ûveram baixa no respectivo registo até esta data, por terem completado os 10 annos de serviço a que por lei eram obrigados.

M. Alexandre Pegado.	Samba.
Pedro Matheus.....	Joaquim.
Antonio Manuel.....	Caetanno.
Pedro Bernardo.....	Quibuco.
D. Bartholomeu.....	Antonio.
S. Gomes de Sampaio	Caetanno.
Matheus Domingos..	Caetanno.
Francisco Domingos.	Caetanna-Ganga.
P. Domingos Pereira.	Engracia.
J. Antonio Muanga..	Salla.
F. Antonio Sebastião.	Cacolla.
L. Sebastião Mendes.	Vungi.
Antonio Benguella...	Joaquim
Antonio André.....	Quibuco.
Pedro Manuel João..	Caetanno.
Pedro Matheus.....	Fuxe.
Lourenço da Piedade.	Samba.
João Gaspar.....	Quibuco.
Garcia Luiz.....	Vungi.
A. Manuel da Silva..	Quibuco.
Sebastião Francisco..	Cagimo.
Jeronimo Domingos..	Lemba.
M. João d'Aragão....	Cassulle.
Domingos Corrêa....	Capella.
Bernardo Manuel....	Gamba-Cangameca.
Matheus Gonçalo....	Huanguebelle.
M. Mendes Machado.	Fortuna.
Sebastião Pereira....	Huinquinga.
Luiz Matheus.....	Quivulla.
B. Bernardo.....	Camalla.
Manuel Francisco....	Joaquim.
Antonio Domingos...	Lemba.
Francisco d'Almeida.	Cabullo.

(Continúa).

Pela secretaria do govêrno geral se faz publico que existe na fortaleza de S. Miguel, procedente da administração do concelho d'esta cidade, o liberto Joaquim, d'idade provavel 20 annos, natural d'Ambaca, tendo os seguintes signaes: rosto comprido, côr fulla, beiços grossos, cicatriz no braço direito, altura 58 pollegadas, o qual diz pertencer a um individuo residente em Ambaca cujo nome ignora.

Quem se julgar com direito aos serviços do dito liberto, trate de o fazer valer no prazo de 30 dias, contados d'esta data, sob pena de ser declarado livre, na conformidade das disposições da portaria d'este govêrno geral n.º 93 de 28 de julho de 1858, inserta no *Boletim* n.º 670.

Segunda repartição da secção civil da secretaria do govêrno geral em Loanda, 14 de dezembro de 1872.

No impedimento do chefe da 2.ª repartição, *Antonio José Pereira de Lacerda*, official e chefe da 3.ª repartição.

EXPOSIÇÃO UNIVERSAL
DE
VIENNA D'AUSTRIA
Em 1873

PROGRAMMA
(Continuado do numero antecedente)

X. Os productos seguintes constituirão exposições internacionaes temporarias, isto é, que, pela propria natureza dos productos, só podem ter curta duração:

Animaes vivos (cavallos, bois, carneiros, porcos, cães, gatos, aves domesticas, caça miuda, peixes, etc., etc.);

Lacticinios;

Aves cevadas, caça de veação, carnes, gorduras, etc.;

Productos horticolas, fructas verdes, hortaliças, flores, etc.;

Plantas vivas nocivas á agricultura e ás matas.

Far-se-hão ensaios dynamometricos para conhecer a força de tracção dos animaes.

Durante a exposição de cavallos de luxo, haverá corridas internacionaes, para as quaes serão destinados premios.

Organisar-se-hão outros divertimentos, taes como: regatas, jogos nacionaes, etc.

Certas exposições temporarias darão ensejo a ensaios praticos combinados com discussões sobre questões relativas a objectos expostos. D'este modo a exposição dos lacticinios dará lugar a experiencias ácêrca do fabrico da manteiga e do queijo, etc.

Para que o público possa apreciar as substancias alimenticias expostas, construir-se-hão pavilhões para provas, onde cada expositor poderá vender os specimens dos seus productos, mesmo cosinhados ali.

XI. Durante a exposição, organisar-se-hão congressos internacionaes e conferencias, para discutir as questões importantes que resultarem da propria exposição, ou que se levantarem como theorias especiaes da discussão internacional.

Haverá tambem congressos internacionaes de sabios e de artistas, de pedagogos, de medicos, de representantes dos museus de bellas artes applicados á industria, de professores de desenho, de architectos, de engenheiros, de representantes das camaras de commercio, de economistas, para as questões bancarias e sobre seguros, de agricultores e cultores florestaes, de engenheiros de minas, etc.

Entre outras deverão ser submettidas ás discussões as questões seguintes:

Propriedade intellectual, aperfeiçoamento do gosto publico, propagação e desenvolvimento do ensino de desenho industrial, aperfeiçoamento de tudo quanto diz respeito a transportes, modo de obter o melhor effeito util das machinas, propagação e desenvolvimento da estatistica florestal, reducção dos preços dos generos alimenticios (pelo augmento da producção, pela melhor organisação dos mercados, pela reforma da cosinha, por novos methodos de conservação); alimentação e primeira educação das creanças; hygiene pedagogica e orthopedia; instrucção da mulher e melhoramento das suas condições d'existencia.

XII. A divisão do espaço concedido a cada commissão estrangeira para expor os productos da sua nação, será geographica, isto é, fazer-se-ha por paizes, de modo que os differentes territorios de producção serão agrupados, quanto possivel, pela mesma ordem em que estão situados no globo, seguindo a direcção de oeste para leste.

XIII Em quanto aos objectos que podem ser classificados nos diversos grupos indicados no artigo 2.°, tem o expositor a faculdade de designar o grupo onde deseja ver figurar os seus productos.

XIV Instituir-se-ha um jury internacional encarregado de votar os premios. Cada expositor deverá declarar se quer *ou não* submetter os seus productos ao julgamento do jury. No ultimo caso os objectos expostos traz-os este letreiro — fóra do concurso.

Os premios que hão de ser adjudicados pelo jury internacional são divididos pelo modo seguinte:

A Para as bellas artes consistirá o premio em uma *medalha para arte.*

B Para *os outros objectos da exposição* os premios serão os seguintes:

a) Os expositores que tiverem tomado parte em exposições universaes anteriores, receberão em recompensa dos progressos que se verificarem nos seus productos, depois da ultima exposição a que hajam concorrido, *a medalha de progresso;*

b) Os expositores que pela primeira vez enviarem os seus productos a uma exposição universal, receberão em premio do merecimento que lhes fôr reconhecido sob o aspecto economico ou sob o aspecto technico, *a medalha de merito:*

C) Todos os expositores, cujos productos preencherem todas as condições do melhor gosto, tanto em relação á côr como á fórma, terão de mais direito *á medalha do bom gosto;* finalmente

d) Serão conferidos *diplomas de merito* analogos ás menções honrosas concedidas nas exposições precedentes.

C Os *cooperadores* a quem, segundo constar das indicações e esclarecimentos dados pelos expositores, couber uma parte notavel do merito do producto, serão recompensados com *a medalha de cooperação.*

D Os individuos ou corporações que se tiverem tornado notaveis pela propagação da educação do povo e pelo desenvolvimento da industria e da economia nacional, ou pela sua solicitude particular pela prosperidade intellectual, moral e material das classes operarias, serão premiados com *diplomas de honra* especiaes.

XV Os pormenores relativos á organisação da exposição, a composição e as operações do jury, o systema do catalogo, os relatorios, etc., etc., formarão o assumpto do regulamento geral e de regulamentos especiaes.

Vienna, 16 de setembro de 1871. — O presidente da commissão imperial, *Archiduque Regnier*—O director geral, *Barão Schwarz-Senborn.*

SYSTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

1.° GRUPO

Exploração de minas e metallurgia

a) Combustiveis mineraes (hulha, betume, alcatrão, oleos mineraes);

b) Mineraes e metaes;

c) Mineraes não comprehendidos nas classificações precedentes (sal, enxofre em bruto, graphite, etc.), á excepção dos materiaes de construcção (18.° grupo);

d) Ligas em bruto;

e) Modelos e desenhos do material para exploração de minas, e de officinas metallurgicas, planos de minas, etc.;

f) Obras de geologia, e cartas geologicas, etc.;

g) Material e processos da exploração de minas, e das officinas, e das explorações a ceu aberto;

h) Estatistica de producção.

2.° GRUPO

Agricultura, horticultura, exploração e industria florestal

a) Substancias alimenticias, e plantas medicinaes, á excepção de hortaliças e fructas verdes, que constituem o objecto de exposições temporarias;

b) Tabaco cru e outras plantas narcoticas;

c) Materias textis vegetaes (algodão, linho, ca-

ubamo, pita, etc.) e outras plantas, á que se dá emprego semelhante;

d) Casulo de bicho de seda;

e) Productos animaes em bruto (peles, pennas, pello, crinas, etc.);

f) Lãs;

g) Productos de exploração florestal (madeiras empregadas como materiaes, materias para cortume e materias colorantes, resinas, carvão de madeira, isca de agarico, etc.);

h) Turfa e corpos derivados;

i) Estrumes e materias fertilisantes;

k) Desenhos e modelos de objectos de exploração rural e florestal, cartas agronomicas e florestaes;

l) Trabalhos ácêrca do estabelecimento de ensaios agricolas, cadastro rural e florestal, estatistica florestal, etc.;

m) Material e processos relativos á producção, transporte e armazenagem dos productos acima mencionados;

n) Material de horticultura. Planos, desenhos e modelos, objectos de ornamentação dos jardins, em desenhos e modelos, estufas, irrigações, etc.;

o) Specimens de estabelecimentos de horticultura;

p) Estatistica da producção.

(Vide exposições temporarias 4.)

3.º GRUPO

Artes chimicas

a) Productos chimicos empregados na industria e na pharmacia (acidos, alcalis, saes de todas as qualidades, productos diversos);

b) Productos pharmaceuticos, aguas mineraes, etc.

c) Corpos gorduroso e seus productos (stearina, acido oleico, glycerina, sabão, velas, etc.);

d) Productos da distillação secca (petroleo refinado, essencia de schisto, paraffina, acido phenico, benzina, anilina, etc.);

e) Oleos essenciaes e perfumados, varias especies de perfumarias;

f) Meches, iscas, palitos phosphoricos, etc.;

g) Substancias tintureiras de origem mineral e de origem organica;

h) Resinas envadas, tintas branqueadas, lacre, verniz, albumina, gomma de peixe, collas diversas, amido, dextrina, etc.;

i) Material e processos das industrias chimicas;

k) Estatistica da producção.

4.º GRUPO

Substancias alimenticias, incluindo bebidas — tabaco como productos industriaes

a) Farinha e productos farinaceos, *malt* e productos de *malt*;

b) Assucar, xaropes, etc.;

c) Bebidas espirituosas, licores, etc.;

d) Vinhos;

e) Cervejas;

f) Vinagres;

g) Conservas alimenticias (extractos de carnes, pastilhas para fazer caldo, leite de conserva, carnes, hortaliças e legumes de conserva);

h) Tabaco e productos analagos;

i) Productos de confeitaria e pastelaria, bolos de especie, chocolates, etc.;

k) Material e processos relativos ao fabrico dos productos acima mencionados;

l) Estatistica da producção.

5.º GRUPO

Industria dos materias texteis — obra de agulha, etc.

a) Lãs lavadas, peles de animaes (pello de camello, de cabra, etc.) fio e tecido de lã e pellos cardados, fio e tecidos (comprehendendo os feitios para chapeus, meias e chailes de lã);

b) Algodão e materias para o substituir, fio e tecidos de algodão, fitas e galões de algodão;

c) Linho, canhamo, juta e outras fibras vegetaes texteis; fiados, tecidos e trança; estofos de palha, de cabello, de junco, etc; cordoaria;

d) Seda crua, barbilho e borra da seda; fio e tecidos de seda, fitas, galões, etc.;

e) Passamanaria, tecidos de fio de oiro e de prata, brocados, tissus e bordados;

f) Rendas, filós, etc.;

g) Meias, barretes, camisolas e outras obras de ponto de meia (apisoados e não apisoados);

h) Vestuario dos dous sexos (casacos, chapeus, barretes, collarinho, luvas, roupa branca, lavores, etc.);

i) Obras de tapeçaria (moveis estofados, objectos pertencentes ás camas de dormir, etc.);

k) Flores artificiaes, plumas, etc.;

l) Material e processos empregados no fabrico dos productos acima mencionados;

m) Estatistica da producção.

6.º GRUPO

Industria do couro e do caoutchouc

a) Couros e objectos de couro (manufacturas de correeiro, selleiro, etc.), á excepção dos objectos para vestuario e marroquins; pergaminho (animal e tripa preparada;

b) Pelleteria e peliças;

c) Objectos de caoutchouc e de gutta percha, á excepção de instrumentos scientificos, e peças destacadas de machinas; oleados, encerados, panos impermeaveis, etc.;

d) Material e processos empregados no fabrico dos objectos acima indicados;

e) Estatistica da producção.

7.º GRUPO

Industria dos metaes

a) Objectos de oiro e prata, joalheria, ourivesaria;

b) Objectos de ferro e de aço, exceptuando machinas, partes de construcções, instrumentos scientificos e instrumentos de musica;

c) Objectos feitos de outros metaes e ligas;

d) Armas de todas as qualidades, exceptuando as de guerra;

e) Material e processos empregados no fabrico dos objectos acima indicados,

f) Estatistica da producção.

8.º GRUPO

Manufacturas de madeira

a) Obras de carpintaria e de ensambladura (sobrados assoalhados de xadres, caixilhos, portas, etc.);

b) Fabricos de moveis, marcenaria;
c) Obra de tanoeiro (toneis, barris, achadas, aros);
d) Madeira para mechas e productos correlativos;
e) Obra folheteada, obra de embutidos, tauxia;
f) Objectos de madeira torneada, *guilloché* e cinzelada;
g) Escultura em madeira;
h) Manufactura de cortiça;
i) Obra de cesteiro;
k) Productos das artes de pintar, tingir e dourar objectos de madeira;
l) Material e processos empregados na industria da madeira;
m) Estatistica de producção.

9.º GRUPO

Artefactos de pedra, ceramia e industria ceramica

a) Objectos de pedra, ardosia e cimento (tubos, pedras de afiar, moz, objectos de marmore verdadeiro e artificial, objectos de ornato, ladrilho, etc.);
b) Porcellana, faiança e louça de outras qualidades, ceras cortas (tubos, serviços caseiros, peças de ornato, fogões, etc.);
c) Crystaes, vidros de luxo e vidraça (vidro e vidro verde, vidro em chapas, espelhos e imitações de pedras preciosas, perolas esmaltes, etc.);
d) Material e processos relativos ao fabrico dos objectos acima mencionados.
e) Estatistica da producção.

10.º GRUPO

Marroquim e quinquilharias diversas

a) Objectos de espuma do mar de marfim, madreperola, nacar, barba de baleia, de céra e de lacre;
b) Objectos de marroquim, bainhas, estojos, objectos de phantasia feitos de couro, de bronze, etc.;
c) Bengalas, chicotes, chapéus de chuva, para homem e para mulher, leques, etc.;
d) Pentes, e escovas, vassouras, pinceis e outros objectos correlativos;
e) Bonecas e outros brinços para crianças, etc.;
f) Material e processos concernentes ao fabrico das obejectos acima nomeados;
g) Estatistica da producção.

11.º GRUPO

Industria do papel

a) Pastas, papelão, papel;
b) Papeis de phantasia, papeis pintados, cartas de jogar, etc.;
c) *Papier maché*, papel para obras de cartão, etc.;
d) Objectos para serviço de escriptorio, material das artes, instrumentos e apparelhos para uso dos pintores e dos desenhadores;
e) Encadernações, objectos feitos de papel e de cartão, etc.;
f) Material e processos do fabrico dos objectos acima indicados;
g) Estatistica da producção.

12.º GRUPO

Artes graphicas e desenhos industriaes

a) Typographia;
b) Gravura em madeira;
c) Gravura em metal (cobre, aço, etc.);
d) Lithographia, autographia, chromographia;
e) Photographia e impressões photographicas;
f) Obras de gravura e de *guilloché*;
g) Desenhos industriaes, desenho e pinturas de ornato etc.;
h) Material instrumentos e apparelhos;
i) Estatistica de producção.

13.º GRUPO

Machinas, material de transporte

a) Motores (machinas de vapor, caldeiras, turbinas, rodas hydraulicas, machinas de columna de agua, de ar quente, motores electro-magneticos, moinhos de vento, machinas de gaz);
b) Apparelhos de transmissão, cadernaes, etc;
c) Utensilios (instrumentos para a exploração das minas e officinas); utensilios para trabalhar em metal e em madeira; utensilios destinados á preparação, fiação e tecelagem das materias texteis, teares para tecidos de malha, machinas de coser, de fazer meias, de fazer rendas, de bordar; machinas de apisoar, frisar o panno, de torcer, centrifugas; machinas que servem para tingir, branquear e preparar couro; machinas de fabricar papel; instrumentos de encadernador; machinas para fundição de typo; utensilios empregados na typographia, lithographia, na impressão em talhe doce, na chromolithographia; etc.; machinas e apparelhos empregados nas fabricas de assucar, de oleos, de cerveja e de distillação; utensilios para o fabrico da stearina, de sabão e de velas, de gomma, de gêlo, de mechas; utensilios especiaes para diversas industrias; moinhos, machinas agricolas, etc.);
d) Outras machinas ainda não mencionadas (bombas, bombas para acudir a incendios, folles, ventiladores, etc.);
e) Peças destacadas de machinas;
f) Material de transporte nos caminhos de ferro (locomotivas), *tenders* e peças destacadas, wagões e peças destacadas; *draisiennes lawries*, machinas esperiaes e utensilios das officinas destinados á conservação, concertos e construcção do material; guarda-calhas, etc;
g) Manometros, dynamometros, etc.;
h) Carros e carroças;
i) Estatistica da producção.

14.º GRUPO

Instrumentos de precisão e de medicina

a) Instrumentos de mathematica, de geometria pratica, de astronomia, de physica e de chimica, (apparelhos e instrumentos de medir, pesar e dividir, instrumentos e apparelhos de agrimensura; de geodesia, de telegraphia electrica e optica, etc.);
b) Apparelhos e instrumentos cirurgicos, apparelhos de prothese plastica e mechanica, etc.);
c) Relojoaria (chronometros, chronoscopos, chronographos, relogios electricos);
d) Estatistica da producção.

15.º Grupo

Instrumentos de musica

a) Instrumentos de musica;

b) Peças destacadas de todas as qualidades (cordas, teclas, etc.);

c) Apparelhos acusticos (signaes acusticos, etc.);

d) Campainhas, sinos e carrilhões, etc.;

e) Estatistica da producção.

16.º Grupo

Exercitos

a) Organisação e aperfeiçoamento dos exercitos;

b) Municiamento, fardamento e armamento das tropas;

c) Artilheria;

d) Engenheria militar;

e) Soccorros aos feridos e doentes do exercito e da armada;

f) Educação militar, ensino e instrucção;

g) Cartographia e historiographia.

17.º Grupo

Marinha

a) Material para construcções navaes;

b) Typos e modelos de barcos e de navios empregados na navegação fluvial e maritima, e nos lagos e canaes, navios de cabotagem, vasos de guerra, objectos do equipamento e do armamento e apprestos;

c) Instrumentos e apparelhos empregados nas construcções navaes;

d) Fardamentos e equipamento da tripulação;

e) Construcções diversas que dizem respeito á navegação (pharoes, docas e portos artificiaes, fortificação das costas, etc.);

f) Hydrographia (cartas nauticas, instrumentos nauticos e meteorologicos, material e processo de ensino).

18.º Grupo

Engenheria civil, obras publicas e architectura

a) Materiaes de construcção de origem mineral, material e processos para a sua producção; apparelhos e instrumentos para ensaiar esses materiaes, vigas e armações de ferro e outras peças metallicas de construcção; material e processos empregados para a conservação da madeira;

b) Material e processos para a construcção de alicerces (ureacos para bater estacas, estacas de rosca, apparelhos pneumaticos, caixões, etc.);

c) Material e processos dos trabalhos de aterro e desaterro (instrumentos de excavação, dragas, material para transporte de terras, etc.);

d) Material e processos para construcção de estradas e vias ferreas (galgas, mudanças e cruzamento de via, carros de transporte, plataformas rotatorias, planos inclinados e automotores; caminhos de ferro atmospherico, outros systemas de tracção, apparelhos para o fornecimento de agua, construcções de todas as especies empregadas na exploração dos caminhos de ferro, signaes, etc.);

e) Obras hydraulicas, á excepção de construcções maritimas (comportas, obras para a regularisação das correntes, obras de canaes, etc.);

f) Modelos, planos e desenhos de obras publicas, pontes, viaductos, aqueductos, etc.;

g) Planos, modelos e desenhos de monumentos publicos com destino especial (casas de habitação, prisões, hospitaes, escolas, theatros); apparelhos destinados a elevar e transportar os materiaes de construcção cada volume sos (machinas hydraulicas, guindastes, etc.); planos e modelos de casas baratas (bairros de operarios); instrumentos e processos relativos aos edificios mechanicos que dizem respeito a construcções;

h) Material e apparelhos que têem por objecto as commodidades e a conservação da saude dos habitantes (climatisação, ventilação, systemas de toda a especie para aquecer casas, aquedactos, *water-closets*, canos de esgoto, para-raios, etc);

i) Processos de engenharia agricola; cultura, saneamento, fronagens, irrigação, planos e modelos de construcções ruraes (granjas, silos, cavallariças, estabulos, currues, etc.);

k) Planos, modelos e typos de estabelecimentos industriaes (moinhos, alambiques de distillação, de refinação de assucar, de serração, de cerveja, armazens de deposito, etc.);

19.º Grupo

Typos de casas de habitação nas cidades e villas, sua disposição interior, decoração e mobilia

a) Desenhos e modelos, specimens de habitações burguezas dos povos civilisados;

b) Aposentos completamente mobilados.

20.º Grupo

Typos de habitações ruraes, sua disposição, utensilios e mobilia

a) Desenhos, modelos e specimens de casas ruraes de differentes paizes;

b) Habitações para homens do campo, completamente mobiladas e guarnecidas dos competentes utensilios.

21.º Grupo

Industria domestica nacional

a) Louça de barro ordinario;

b) Tecidos, bordados, rendas e outras obras de agulha;

c) Estofos de metal;

d) Mobilia e utensilios diversos.

22.º Grupo

Representação da influencia dos museus de bellas artes applicados á industria

a) Representação dos meios pelos quaes estes institutos modernos das bellas artes applicados á industria (como o museu de South Kensington em Londres, e outros similhantes em Vienna, Berlim, Lyon, Moscow etc., etc.), concorrem para elevar o gosto publico e para propagar o gosto do bello;

b) Exposições das obras produzidas e propagadas por estes museus.

23.º Grupo

Obras de arte pertencentes aos cultos religiosos

a) Decorações de igreja (pinturas para paredes, vidraça pintada, etc.);

b) Objectos empregados nas igrejas (altares, pulpitos, orgãos, assentos coraes e bancos, armarios, etc.);

c) Armações e guarnições de altares (crucifixos, calices, custodias, castiçaes, frontaes, doceis, pallios, guiões, etc.);

d) Objectos que servem para baptisados, enterros, etc.

24.º Grupo

Objectos de arte das epochas passadas expostos por amadores e collaboradores (exposição dos amadores)

a) Pinturas de mestres das escolas antigas;

b) Objectos de arte de todos os generos (manufacturas de bronze, pinturas de esmalte, de barro pintado, miniaturas, objectos de porcellana, de faiança, etc.);

25.º Grupo

Bellas artes. Obras executadas depois da exposição universal de Londres em 1862

a) Architectura, modelos, planos e desenhos das obras de architectura do tempo moderno, inclusive as restaurações, projectos de edificios, esculptura de relevo inteiro, alto e baixo relevo;

b) Medalhas em relevo e cavadas, camafeus, pedras gravadas;

c) Pintura a oleo, miniatura e pintura em esmalte, aguarellas e desenhos, etc.

d) Gravuras em talhe doce, gravuras de agua forte, gravuras de madeira, etc.

26.º Grupo

Educação, ensino e instrucção

a) Educação:

Representada por tudo quanto se refere á educação da infancia, ao seu desenvolvimento physico e moral, desde os primeiros dias de existencia até ao ir á escola (alimentação das creanças, *crêches*, jardins de recreio, brincos e jogos proprios para meninos, apparelhos de gymnastica, etc.)

b) Ensino:

Representado por typos, modelos e desenhos de edificios e mobilia para escolas, pelo material do ensino, pelas obras e publicações periodicas relativas ao ensino publico, pelas descripções e illustrações dos methodos de ensino, pela historia e estatistica das escolas, pela sua organisação e regulamentos.

a) Escola d'instrucção primaria, comprehendendo sob esta designação o material para o ensino dos cegos, dos surdos mudos e dos idiotas;

b) Escolas secundarias (lyceus, escolas industriaes e professionaes, etc.);

c) Escolas, artes e officios, escolas commerciaes, escolas normaes e centraes, escolas de pontes e calçadas;

d) Universidades;

e) Instrucções no sentido mais restricto; formação do adulto por meio das producções litterarias, das publicações periodicas uteis em geral, das bibliothecas particulares e publicas, por meio das sociedades e associações que tenham por fim o complemento da instrucção do povo.

Os instrumentos de trabalho, não obstante estarem classificados no grupo 13.º, serão julgados pelo jury do grupo da profissão a que pertencerem, coadjuvado por engenheiros mechanicos e fabricantes de machinas.

Pelo que diz respeito aos objectos que possam ser classificados em grupos diversos, o expositor tem a faculdade de indicar o grupo, em que deseja ver figurar os seus productos.

Exposições addicionaes

1. Historia das invenções;
2. Historia da industria;
3. Instrumentos musicos de Cremona;
4. Utilisação dos miudos e descaidas dos animaes. Exposição das materias brutas e dos seus productos empregados desde a exposição de Londres de 1851;
5. Historia dos preços;
6. Commercio universal, representado por dados estatisticos e por amostras de specimens de materias primas, de mercadorias com indicação dos preços.

Exposições temporarias

1. Animaes vivos (cavallos, gado grosso, ovelhas, porcos, cães, gatos, aves domesticas, caça, peixes, etc.);
2. Aves engordadas, caça de veação, carnes, gorduras, etc.;
3. Lacticinios;
4. Productos da horticultura (hortaliças e fructas verdes, plantas, etc.);
5. Plantas vivas nocivas á agricultura e ás matas.

(*Serão publicados regulamentos especiaes para estas exposições.*)

Vienna, 16 de setembro de 1871. — O presidente da commissão imperial, *Archiduque Regnier*—O director geral, *Barão de Schwarz-Senborn.*

Sua Magestade o imperador da Austria e rei da Hungria decretou que no mez de maio de 1873 se inaugure em Vienna d'Austria uma nova exposição universal dos productos de todas as industrias.

A inauguração d'este novo concurso industrial já foi annunciado no *Diario do govêrno* de 16 de março do corrente anno.

Tendo o govêrno de Sua Magestade, sempre solicito em promover tudo quanto possa concorrer para o progresso da nação, incumbido, por decreto de 7 do corrente mez, uma commissão central de proceder aos trabalhos preparatorios para a conveniente representação de Portugal nesta nova festa do trabalho; é o primeiro e mais grato dever da commissão dirigir-se a todos os industriaes, invocando o seu patriotismo para que, sem perda de tempo, se preparem para esta nova luta, difficil, mas util e honrosa.

A commissão tem a insigne honra de ser presidida por Sua Magestade El-Rei o senhor D. Fernando, que nunca deixou de patentear o seu decidido interesse pela prosperidade das nossas industrias, e pelo adiantamento de tudo quanto póde considerar-se ramo mais ou menos importante das bellas artes.

A commissão central está constituida; e, com o auxilio das commissões filiaes que se crearem

nos differentes districtos administrativos do reino, e com aquelle que, sem duvida, lhe ha de ser prestado pelos nossos representantes dos variadissimos ramos do trabalho humano, espera confiadamente que em 1873 não desmereceremos do bom conceito em que fomos tidos nas quatro anteriores exposições universaes de 1851, 1855, 1862 e 1867. Uma nação nas circumstancias da nossa não póde pertender hombrear com as mais florescentes e ricas potencias do mundo, mas póde mostrar, como tem mostrado sempre nas épocas mencionadas, que a sua situação economica e industrial melhora de anno para anno, e que entre nós acham sempre bom acolhimento os progressos da época notavel em que vivemos.

A commissão conta que este seu convite terá a mais satisfatoria recepção por todos quantos se interessam pelo bom nome da terra em que nascemos. Os industriaes, que responderem ás nossas instancias, mostrarão que comprehendem os seus verdadeiros interesses; que sabem avaliar a conveniencia d'estas grandes reuniões, onde se comparam e se passam em revista as industrias do mundo inteiro; e que o amor da patria nunca deixa de ser a primeira e mais grata affeição de corações portuguezes.

Não se illuda ninguem, pensando que só ás nações de primeira ordem compete disputar entre si primazias nas grandes exposições. Ali ha lugar para todos. Indique cada povo qual é o seu contingente para o inventario da riqueza commum da humanidade, e mostrem todos que honram o trabalho; e a missão de cada um ficará cumprida.

Já mais de uma vez se tem repetido e escripto que mil vezes um producto singelo da industria humana encerra em si mais utilidade que todas as maravilhas que nos encantam.

Mil vezes um producto, tido como pouco importante, nestes grandes concursos, obtem classificação vantajosa, que dá origem a permutações commerciaes de subido valor.

Por estes e semelhantes meios se desenvolve a riqueza publica.

Creio poder sustentar que o nosso commercio ultramarino tem ganho sempre com as exposições anteriores. Ali se conheceram productos importantes das nossas possessões, que até então não tinham valor commercial.

Em 1867, quando eu tive a honra de me dirigir aos industriaes do paiz em nome da commissão, que nessa época se preparava para a exposição da nossa secção naquelle grandissimo concurso industrial de Paris, que ficará para sempre memoravel, lembrei que todas as instrucções dos commissariados geraes faziam bem sentir que, ao lado do producto, que só póde satisfazer o luxo, se deve encontrar aquelle que, não seduzindo os olhos pela sua modesta apparencia, encerra comtudo utilidade incontestavel e satisfaz innumeras necessidades.

Dizia tambem então, e hoje o repito, que todos os objectos, que pelo seu modico preço estejam ao alcance dos desprotegidos da fortuna são sempre os mais bem recebidos nas exposições da industria.

Portugal com a boa vontade dos chefes de todas as industrias do paiz, póde alcançar na nova exposição um logar honroso. Outra não póde nem deve ser a nossa aspiração.

Por isso a commissão central de Lisboa, que eu tenho a honra de presidir nos impedimentos de Sua Magestade El-Rei o senhor D. Fernando, cumpre o seu primeiro dever dirigindo, como dirige, pela fórma mais instante este convite a todos os agricultores, industriaes, e cultores das bellas artes, pedindo-lhes que se preparem para mandar a Vienna os mais importantes productos das suas industrias. Não é necessario produzir de novo para este concurso. Basta apresentar os specimens variados da producção normal do paiz. Nem a estreiteza do tempo, que dista até á inauguração da exposição, permitte que se adopte outro systema.

A commissão espera que todos empregarão os mais constantes e decididos esforços para que Portugal seja dignamente representado no grande jury internacional de Vienna.

A commissão chama mui particularmente a attenção dos industriaes para o regulamento geral da exposição publicado no *Diario* de 16 de março do corrente anno, bem como para o systema de classificação.

Em publicações posteriores se fará conhecer o desenvolvimento do referido regulamento, e se dirá qual o methodo que se ha de seguir para que em Lisboa se reunam em tempo opportuno os productos que tiverem de ser remettidos para Vienna.

Sala da commissão central directora dos trabalhos preparatorios para a exposição universal de Vienna em 1873, em 17 de setembro de 1872. — *Marquez d'Avila e de Bolama.*

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA

Edital

O CIDADÃO JOAQUIM MARIA D'AZEVEDO FRANCO, presidente da camara municipal etc.

Faço saber, que tendo requerido á camara o cidadão Antonio Bernardino Pereira, o aforamento de um terreno baldio, sito na rua do Miranda, contigua á casa que foi do fallecido João Bernardino, e havendo a camara procedido ás diligencias da lei conforme consta do respectivo auto de medição e confrontação, sendo o referido terreno avaliado como livre em 505000 réis, e fôro annual do mesmo em 5 rs. cada metro quadrado; e porque em conformidade da lei, tem a camara de proceder a pregões para a arrematação do dito fôro, por isso se faz publico que será arrematado em praça no dia 18 do corrente pela 1 hora da tarde nos paços do concelho, onde estarão patentes todos os papeis pertencentes a este aforamento.

Secretaria da camara, 12 de dezembro de 1872. — E eu, Francisco Alfredo Bandeira, escrivão interino da camara que o subscrevi.

Joaquim Maria d'Azevedo Franco, presidente.

ANEXO 23

Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo-Verde, nº 50, Sábado, 14 de Dezembro de 1872

BOLETIM OFFICIAL

DO

GOVERNO GERAL DA PROVINCIA DE CABO-VERDE

Anno de 1872 — Sabbado, 14 de Dezembro — Numero 50

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2.ª repartição

PORTARIA N.º 133

Tendo sido presente a Sua Magestade El-Rei o officio do Governador Geral da provincia de Cabo-verde n.º 89, de 10 de abril do corrente anno, acompanhando a representação que lhe tinha sido dirigida pela associação commercial d'aquella provincia contra o facto de se considerarem sujeitos ao imposto de tres por cento *ad-valorem*, estabelecido pelo decreto de 20 de setembro de 1858, os artigos declarados *livres* pela respectiva pauta das alfandegas, os quaes a mesma associação pertende que sejam isentos de tal imposto; e

Considerando Sua Magestade, que o decreto de 20 de setembro de 1858, que auctorisou o imposto especial de tres por cento *ad-valorem* sujeitou expressamente a elle todos os objectos importados, ou exportados da ilha de S. Thiago, sem distincção ou excepção alguma;

Considerando, que a isenção do imposto, que se pertende para os artigos declarados *livres* na pauta das alfandegas de Cabo-verde, diminuia muito o rendimento d'este imposto destinado exclusivamente para obras publicas de que a dita provincia tanto carece, e de cujo desenvolvimento tem resultado manifestas vantagens;

Ha por bem o mesmo Augusto Senhor, conformando-se com o parecer emittido sobre este assumpto pela Junta Consultiva do Ultramar, indeferir a representação da citada associação commercial; e assim o manda participar, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, ao Governador Geral da referida provincia, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 22 d'outubro de 1872.—*Jayme Constantino de Freitas Moniz.*

PORTARIA CIRCULAR N.º 138

Tendo sido nomeada por decreto de 7 de setembro do corrente anno, publicado no *Diario do Governo* de 10 do mesmo mez, uma commissão central directora dos trabalhos preparatorios para a exposição universal que ha-de abrir-se em Vienna d'Austria no anno de 1873, na parte relativa á secção destinada para a exposição de Portugal; e sendo de grande e reconhecido proveito, que os valiosos e variados productos das possessões portuguezas concorram a essa exposição; manda Sua Magestade El-Rei, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Governador Geral da provincia de Cabo-verde por si ou por pessoas a quem julgue conveniente encarregar de tal trabalho, procure colligir a maior summa de amostras dos variados productos da provincia; e os remetta á mencionada commissão a tempo de poderem estar em Lisboa no fim de março, regulando-se em tudo pelas instrucções que juntas se lhe remettem impressas.

Paço, em 4 de novembro de 1872.—*Jayme Constantino de Freitas Moniz.*

3.ª repartição

OFFICIO N.º 137

Ill.mo e ex.mo sr.—Em satisfação ao officio de v. ex.ª n.º 175 de 12 de agosto ultimo, que acompanhou o requerimento em que o furriel do batalhão de caçadores n.º 1 d'essa provincia, José Maria dos Santos, pede passagem para a guarnição da provincia de S. Thomé e Principe, encarrega-me o ex.mo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios d'esta repartição de dizer a v. ex.ª, que é permittida a referida transferencia, logo que o mencionado furriel não faça falta ao serviço.

Deos guarde a v. ex.ª—Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, 4 de novembro de 1872.—Ill.mo e ex.mo sr. Governador Geral da provincia de Cabo-verde.—Na ausencia do director geral, *José Tavares de Macedo.*

GOVERNO GERAL DA PROVINCIA DE CABO-VERDE

PORTARIA N.º 384

Tendo requerido ao governo, como se acha no uso de sua [illegible] a carta de exoneração de escrivão de descarga da alfandega da ilha de S. Thiago, Joaquim Pedro Frederico; e sendo conveniente a concessão arbitrada pela Junta de Saude Naval, o escrivão de descarga da alfandega da ilha de S. Thiago, Joaquim Pedro Frederico; o Governador Geral da provincia ha por conveniente determinar que o referido escrivão de descarga passe a exercer interinamente o logar de 2.º escrivão da mesma alfandega, de que fica exonerado o amanuense de 1.ª classe da Secretaria d'este Governo Geral, Julio Cesar Jansen Verdades.

As authoridades, e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na ilha do Fogo, 30 de novembro de 1872.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 385

O Governador Geral da provincia de Cabo-verde ha por conveniente nomear para exercer em commissão o cargo de escrivão de descarga da alfandega da ilha de S. Thiago o amanuense de 1.ª classe da Secretaria Geral do Governo, Julio Cesar Jansen Verdades, o qual perceberá por tal serviço o seu ordenado de amanuense e os emolumentos que competem ao dito logar de escrivão de descarga.

As authoridades, e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na ilha do Fogo, 30 de novembro de 1872.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 386

O Governador Geral da provincia de Cabo-verde ha por conveniente exonerar das funcções, que em commissão está exercendo, de escrivão de descarga da alfandega da ilha de S. Thiago, o escrivão da alfandega da ilha de Santo Antão, José da Restauração Correia de Mello, o qual passará a servir como amanuense de 1.ª classe na Secretaria Geral do Governo, percebendo n'esta commissão o seu ordenado de escrivão da alfandega e os emolumentos correspondentes ao dito cargo de amanuense de 1.ª classe.

As authoridades, e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na ilha do Fogo, 30 de novembro de 1872.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 387

Achando-se os soldados n.ºs 32, 69 e 116, todos da primeira companhia do batalhão de caçadores n.º 1, Antonio Verissimo de Sousa, Antonio Francisco e Manoel Joaquim, os quaes foram julgados incapazes de todo o serviço pela Junta de Saude, nas circumstancias do n.º 2.º do artigo 3.º do decreto com força de lei de 9 de dezembro de 1859; e tendo elles por isso direito a ser admittidos na divisão de reformados do ultramar, creada pelo mesmo decreto;

O Governador Geral da provincia de Cabo-verde,

Considerando que os referidos soldados, tendo sido completar o seu tempo de serviço n'esta provincia, como desertores, em virtude do disposto na carta de lei de 21 de julho de 1855, só quando hajam concluido o tempo de serviço a que foram condemnados pelas respectivas sentenças podem regressar ao reino, segundo dispõem o artigo 16.º da citada carta de lei e a regia portaria n.º 113 de 10 de setembro do corrente anno;

Ha por conveniente determinar que os mesmos soldados passem á classe de veterana n'esta provincia, classe em que deverão conservar-se até que, havendo permanecido na provincia o tempo a que os condemnaram as respectivas sentenças, possam regressar ao reino.

As authoridades, e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na ilha do Fogo, 30 de novembro de 1872.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 388

Tendo concluido o tempo de serviço a que eram obrigados o cabo n.º 320 da matricula do batalhão de caçadores n.º 1, Joaquim Machado, o corneteiro n.º 66 da matricula do mesmo batalhão, Henrique da Silva, e os soldados n.ºs 393 e 643, tambem da matricula do referido batalhão, Feliciano José dos Santos e José Joaquim Mendes, como participou o respectivo commandante nos seus officios n.ºs 391 e 399 do corrente anno; o Governador Geral da provincia ha por conveniente determinar que as referidas praças tenham baixa do serviço.

As authoridades, e mais pessoas a quem o conhecimento do presente competir assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na ilha do Fogo, 2 de dezembro de 1872.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 389

O Governador Geral da provincia, conformando-se com a proposta do administrador do concelho da ilha da Ribeira Grande na ilha de Santo Antão, ha por conveniente nomear os individuos abaixo mencionados para no proximo anno de 1873 exercerem os cargos de regedores de parochias e seus substitutos nas freguezias do mesmo concelho.

Freguezia de Nossa Senhora do Rozario—regedor, Vicente Antonio de Lima e Mello; substituto, Antonio Pedro Teixeira.

Freguezia do Santo Crucifixo—regedor, Alexandre Domingos Soares; substituto, Pedro Nicolau Delgado.

Freguezia de S. Pedro da Garça—regedor, Filenio Antonio de Lima; substituto, Joaquim Manoel Ramos.

As authoridades, e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 6 de dezembro de 1872.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

PORTARIA N.º 390

Tendo sido ordenado pela regia portaria n.º 138 de 4 do mez findo que n'esta provincia se colhija a maior somma possivel de amostras dos variados productos da mesma provincia, para serem enviados a figurar no grupo colonial da secção destinada aos productos portuguezes na exposição universal que ha de abrir-se em Vienna d'Austria no proximo anno de 1873, e

Convindo que este archipelago de Cabo-verde e o districto da Guiné Portugueza sejam dignamente representados n'aquelle certamen internacional pelo maior numero das ricas e variadas producções do seu solo, dos seus mares, e das suas industrias, do que resultará vantagem obvia não só para os interesses geraes da provincia, mas tambem para os particulares dos productores;

O Governador Geral da provincia, confiando na boa vontade e diligencia com que os agricultores, negociantes, e mais cidadãos d'esta parte da monarchia cooperarão para uma obra de tão reconhecida utilidade publica, ha por conveniente determinar o seguinte:

I. É creada em cada um dos concelhos do archipelago uma commissão encarregada de colligir, acondicionar, e remetter para este Governo Geral o maior numero que poder obter de productos do respectivo concelho, que devam figurar na exposição universal que no proximo anno de 1873 deve abrir-se em Vienna d'Austria.

II. A commissão de que se trata será composta em cada concelho dos individuos seguintes:

CONCELHO DA CIDADE DA PRAIA

Presidente: Rodrigo de Sá Nogueira, capitão de mar e guerra —Vogaes: José Fernandes da Silva Leão, chefe do serviço de saude; Wenceslau Frederico do Quental e Silva, administrador do concelho; Pedro Ricardo Sabino Lucas de Vasconcellos, presidente da camara municipal; Frederico do Carvalhal Silveira Telles de Bettencourt, capitão, chefe da repartição militar da Secretaria Geral; Antonio da Costa Ferreira Borges, pharmaceutico de 1.ª classe do quadro de saude; Christiano Monteiro, presidente da associação commercial; Henrique José d'Oliveira, consul da Belgica; Isaac Serrya, vice-consul de Hespanha; Antonio Pereira de Borja, agente do banco nacional ultramarino; Pedro Gomes Barbosa, negociante; Victor José de Mello, negociante; Gilberto da Silva Gonçalves, proprietario; Antonio Julio Pardal, ajudante da conservatoria da comarca de sotavento; Manoel Pinto d'Almeida Araujo, negociante e proprietario; Francisco de Paula Roza, negociante; Marcellino Freire d'Andrade, proprietario; chantre Manoel Fernandes d'Aguiar, parocho da freguezia de S. Lourenço dos Orgãos; Manoel Tavares Homem, proprietario.

CONCELHO DE SANTA CATHARINA

Presidente: Manoel dos Reis Borges, administrador do concelho —Vogaes: Miguel Delgado Freire, negociante e proprietario; Vicente Ferreira da Fonseca Vidal, delegado da Junta da Fazenda; padre Simeão Gomes Correia; padre Antonio Innocencio dos Santos, parocho da freguezia de Santa Catharina; Manoel Carvalho de Brito, proprietario.

CONCELHO DA ILHA DO FOGO

Presidente: Diniz Gomes Barbosa, delegado de saude—Vogaes: José Joaquim Vieira de Vasconcellos, administrador do concelho; Jeronymo do Sacramento Monteiro, proprietario; Antonio José Barbosa e Vasconcellos, proprietario e negociante: Antonio José Barbosa, negociante; Manoel Gomes Barbosa, negociante; Roberto José Nosoliny, proprietario; João Baptista Vieira de Vasconcellos, negociante; Thadeu José do Sacramento Monteiro, proprietario; padre Florencio José Lopes, parocho da freguezia de S. Lourenço.

CONCELHO DA ILHA BRAVA

Presidente: José Martins da Vera Cruz, delegado de saude—Vogaes: José Amaro Ferreira, presidente da camara municipal; padre José Duarte, parocho da freguezia de S. João Baptista; Vicente Antonio Martins, proprietario; Theophilo José da Neves Leitão, proprietario; Affonso Ferreira d'Abreu, escripturario aposentado da contadoria da Junta da Fazenda.

CONCELHO DA ILHA DO RAIO

Presidente: Luiz Antonio Carloze, administrador do concelho—Vogaes: Jaciatho Augusto Medina, delegado de saude; João Simões Alfa, director da alfandega; José Honorato Evora, negociante e proprietario.

CONCELHO DA ILHA DA BOA-VISTA

Presidente: José Alexandre Pinto, negociante e proprietario=Vogaes: Sebastião José Barbosa, director da alfandega; Lourenço José Vieira, patrão-mór.

CONCELHO DA ILHA DO SAL

Presidente: bacharel João de Sousa Machado, negociante e proprietario=Vogaes: João José da Vera Cruz, administrador do concelho; Alexo Justiniano Socrates da Costa, delegado de saude; José Antonio Martins, negociante e proprietario; Pedro Maria Tito, negociante e proprietario; padre José Pedro Delgado, parocho da freguezia de Nossa Senhora das Dôres; Julio Ferreira d'Almeida, patrão-mór.

CONCELHO DA ILHA DE S. NICOLAU

Presidente: ex.mo Bispo da diocese=Vogaes: dr. Julio José Dias, medico; Pedro Francisco de Figueiredo, administrador do concelho; Bernardo José d'Oliveira, delegado de saude; bacharel Damião Caetano de Sousa, professor do seminario; Arsenio Daniel Fermino, substituto do juiz de direito; Antonio Rodrigues de Carvalho, proprietario.

CONCELHO DA ILHA DE S. VICENTE

Presidente: Custodio José Duarte, delegado de saude=Vogaes: Joaquim Vieira Botelho da Costa, administrador interino do concelho; André Mendes Northon, director da alfandega; Antonio Manoel Gomes, presidente da commissão municipal.

CONCELHO DA VILLA DA RIBEIRA GRANDE DA ILHA DE SANTO ANTÃO

Presidente: Francisco Tavares d'Almeida, administrador do concelho=Vogaes: João Daniel Fermino, juiz ordinario; Antonio Ignacio Nobre, encarregado das obras publicas; Luiz Pedro de Lima, proprietario; Luiz Bento da Silva, proprietario; Cyrillo Pinto, proprietario; Jansenio Manoel de Mello, proprietario.

CONCELHO DO PAUL DA ILHA DE SANTO ANTÃO

Presidente: Antonio Pires Ferreira, administrador do concelho=Vogaes: Vicente Pires Ferreira, juiz ordinario; José Antonio Serrão, tenente coronel reformado; Augusto Ferreira Nobre, proprietario; bacharel Luiz Francisco Gonzaga dos Santos, sub-delegado; José Boaventura Leite, proprietario; Joaquim José d'Oliveira, proprietario.

III. As referidas commissões depois de haverem colligido os diversos productos envial-os-hão, convenientemente acondicionados, a este Governo Geral até ao fim do proximo mez de fevereiro.

IV. O governador do districto da Guiné Portugueza procederá immediatamente a reunir todos os productos d'aquella localidade que fôr conveniente enviar á mencionada exposição, nomeando para tal fim, nos differentes pontos do territorio confiado á sua administração, commissões compostas de individuos idoneos para semelhante trabalho, e tomando todas as outras providencias que, dentro da esphera das suas attribuições, lhe parecerem uteis para que aquella importante parte dos dominios portuguezes seja convenientemente representada na exposição. Os productos da Guiné Portugueza serão remettidos para este Governo Geral pelo navio que d'alli partir em serviço do correio no proximo mez de fevereiro.

V. Tanto o governador do districto da Guiné como as commissões por esta portaria creadas nos differentes concelhos do archipelago, terão em attenção, para o desempenho cabal do serviço que lhes é incumbido, as instrucções que lhes serão enviadas pela Secretaria d'este Governo Geral.

VI. As authoridades administrativas dos differentes concelhos do archipelago prestarão ás respectivas commissões todo o auxilio que por ella lhes fôr officialmente requisitado para a regular e perfeita execução dos seus trabalhos.

VII. As despezas para o acondicionamento e transporte dos objectos destinados á exposição serão mandadas abonar pela Junta da Fazenda da provincia.

As authoridades, e mais pessoas a quem o conhecimento da presente competir assim o tenham entendido e cumpram.

Quartel-general do Governo da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 7 de dezembro de 1872.—*Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque*, Governador Geral.

Instrucções para as commissões encarregadas de colligir os productos da provincia de Cabo-verde que devem ser remettidos á Commissão Central de Lisboa, com destino á exposição universal de Vienna d'Austria de 1873.

I

Relação dos productos que devem ser remettidos da provincia de Cabo-verde á exposição universal que ha-de abrir-se em Vienna d'Austria no proximo anno de 1873.

DENTES DE ELEPHANTE—Convem mandar dos maiores que se encontrarem no districto da Guiné, e alguns de um tamanho inferior (meão e encaravelho), mas todos muito sãos e de superior qualidade de marfim.

TARTARUGA—Oito cascos inteiros dos melhores e mais perfeitos de cada uma das diversas especies, e alguns ovos em frascos com aguardente.

PEIXE SECCO—de todas as especies que se poderem conseguir, mas bem preparado e conservado.

AMBAR—Devem mandar-se alguns exemplares dos melhores e maiores que se encontrarem.

PELLES DE GIBOIA CORTIDAS—Devem ser remettidas com a cabeça, e bem inteiras.

PELLES DE ZEBRA—Tres ou quatro das melhores e mais bem conservadas.

PELLES DE TIGRE—e todas as mais peiles que tiverem algum valor e applicação.

PENNAS DE MARABÚ—Quatro ou cinco duzias das maiores, mais bem feitas e mais limpas.

PENNAS DE AVESTRUZ—e outras quaesquer pennas que tenham algum valor e applicação.

GOMMA COPAL—É necessario remetter de quinze a vinte arrateis de cada côr e qualidade, e quanto possivel em pedaços, os maiores que se encontrarem, que sejam bem limpos, transparentes, e com a superficie bem conservada.

GOMMA ARABICA—Duas ou tres duzias de pedaços dos maiores que se encontrarem, não deteriorados na superficie e bem transparentes.

GOMMA ELASTICA, extrahida de diversas arvores—Deve mandar-se uma porção de cito a doze arrateis, que seja bem limpa.

RESINAS—Devem ser remettidas todas as especies de resinas que se encontrarem, escolhendo sempre os maiores pedaços e mais transparentes e limpos.

E, podendo ser, convirá mandar alguns pedaços das resinas, ou gommas, ainda pegados nos respectivos paus, onde se encontrarem, sendo estes bem acondicionados com rama de algodão, ou palha mais apropriada para este fim, de sorte que possam chegar ao reino n'este estado.

COCHONILHA.

CERA—dos diversos districtos, em grandes pedaços, da melhor e mais limpa. Algumas abelhas em um pequeno frasco com aguardente, mel puro em frascos, e tambem favos em outros frascos.

ARROZ, com casca e descascado—Seis arrateis pouco mais ou menos de cada uma das diversas qualidades que houver nos districtos da provincia.

TRIGO—Dois alqueires de cada qualidade, em grão, e tambem algumas espigas das mais perfeitas, as quaes deverão vir bem acondicionadas para chegarem bem inteiras.

MILHO GROSSO—Dois alqueires pouco mais ou menos de cada qualidade, bem como uma duzia de maçarocas das maiores e mais bem desenvolvidas, que tenham o grão bem maduro e secco, devendo vir com o folhelho pegado.

MILHO MIUDO—Uma porção de todas as qualidades, e tambem algumas espigas das maiores e mais bem desenvolvidas.

MASSANGO.

SEMENTE DE CARRAPATEIRO.

FEIJÕES—de todas as qualidades que se cultivarem na provincia. Para chegarem, quanto possivel, em estado de perfeição, é necessario que antes de serem remettidos sejam bem seccos ao sol, ou ao calor de um forno durante o tempo necessario.—Do contrario chegam arruinados.—Devem ser remettidas algumas vagens das maiores, mais perfeitas e mais bem desenvolvidas.

ERVILHAS—Uma porção de todas as qualidades, e tambem algumas vagens.

GRÃO DE BICO—e todas as mais qualidades de legumes que houver na provincia.

MENDOBIM, OU MANCARRA, OU AMENDOIM.

SEMENTE DE PURGUEIRA—Devem ser remettidos alguns fructos em frascos com aguardente.

CAFÉ, com casca e descascado—Duze arrateis pouco mais ou menos de cada qualidade.

Se for possivel, convirá que sejam remettidos em frascos com aguardente alguns ramos dos mais perfeitos com flôr, folhas e fructo.

ASSUCAR—duas arrobas pouco mais ou menos de cada qualidade dos diversos districtos.

CANNA DE ASSUCAR—alguns pedaços dos mais grossos e bem desenvolvidos dentro de grandes frascos com aguardente.

TAMARINDOS.

MANDIOCA—em farinha e em todos os outros estados a que é reduzida para os diversos usos. Devem ser remettidas tambem algumas raizes bem inteiras e das mais perfeitas e desenvolvidas.

ABUTUA (*cuarrinha*).

MANÁ—Deve vir uma porção do melhor e mais inteiro, e alguns ramos da arvore d'onde elle se extrahe, bem acondicionados com o maná pegado. Se for possivel, convirá que sejam remettidos em frascos com aguardente as flôres, folhas e semente d'esta arvore.

SALSAPARRILHA.

CÔCOS, com casca e descascados—vinho, vinagre, azeite, cordas, madeira, etc, etc., isto é, uma collecção completa em que se possam ver e examinar os diversos productos que se podem extrahir da arvore dos côcos (cocus nucifera).

TABACO—em folha, em pó, em trança, em pilão, e em todas as formas do que se usa na provincia.

ANIL—em todos os estados em que se usa na provincia. Devem ser remettidos bem acondicionados alguns ramos com flôr, folhas e semente.

URZELLA, de arvore e de rocha—Devem ser remettidos alguns ramos escolhidos de arvore, bem como pedaços de rocha em que esteja pegado este lichen. Além d'isso deve ser remettida uma porção de urzella da melhor e mais limpa.

ESTRELLA—Uma porção, e tambem alguns pedaços da rocha onde esteja pegado este lichen bem desenvolvido.

CANAFISTULA—Uma duzia de cada qualidade, das maiores, mais perfeitas e mais bem desenvolvidas.

MOSTARDA.

ALGODÃO EM RAMA—Deve remetter-se uma porção de cada uma das maiores plantações actualmente existentes. Seria conveniente mandar de cada qualidade uma porção maior já descaroçada, e menor porção sem ser descaroçada, e tambem os capulhos (casulos que envolvem o botão da flôr do algodoeiro) bem abertos, devendo haver todo o cuidado no seu arranjo e transporte, afim de que cheguem inteiros e perfeitos.

FILAMENTOS—todas as qualidades de filamentos, e em porção sufficiente para se poderem fazer as competentes experiencias.

LINHO DAS DIVERSAS QUALIDADES—e em todos os seus estados, em porção sufficiente para se fazerem os competentes ensaios. Devem vir tambem tres grandes estrigas de cada qualidade.

CHAPEUS, ESTEIRAS, CHAROTEIRAS, SABRETES, BALAIOS, BANDEJAS—e quaesquer outros artefactos de palha que se fabriquem na provincia, bem como uma porção da respectiva palha.

LÃS—Todas as qualidades de lãs animaes e vegetaes que houver na provincia.

SANGUE DE DRAGO.

CANTAREIRA DE CAJÚ.

PLANTAS MEDICINAES—Uma porção de todas as plantas medicinaes que houver na provincia.

SAL—Uma porção de todas as qualidades.

SALITRE EM BRUTO—e purificado se o houver.

OURO—Alguns pedaços dos maiores que se encontrarem de cada uma das minas da provincia, bem como uma porção em pó. E tambem alguns objectos fabricados d'este metal.

COBRE NATIVO—alguns exemplares dos maiores e mais puros que se encontrarem.

MINERIO DE FERRO.

FERRO EM BARRA.

ENXOFRE—Alguns exemplares dos maiores, mais perfeitos e mais puros.

CORAL—Uma porção—os ramos que sejam da melhor qualidade, inteiros quanto possivel, e os mais perfeitos.

CRYSTAL DE ROCHA—exemplares dos melhores e mais perfeitos.

MARMORES—Todas as diversas qualidades que existirem nos diversos districtos da provincia.

PEDRAS PRECIOSAS—Todas as que se poderem alcançar das melhores.

BUSIOS E CONCHAS—das melhores colligidas e remettidas segundo as instrucções praticas do dr. J. V. Barboza du Bocage.

TRAJOS—completos e esteites dos indigenas dos differentes sertões.

ARMARIA—Uma collecção a mais completa que se possa alcançar das armas que usam os diversos povos que habitam os sertões da provincia, e seus confinantes. Devem ser das melhores e vir bem acondicionadas.

OLEOS—de mendobim, côco, e de todas as diversas qualidades de que se usa na provincia. Seis garrafas de cada qualidade.

AGUARDENTE—de canna, cajú, ananaz, palmeira e de todas as diversas qualidades que se fabricam na provincia. Seis garrafas de cada qualidade.

LICORES—de todas as diversas qualidades que se poderem conseguir. Quatro garrafas de cada qualidade.

VINHO—Todas as diversas qualidades de vinhos.

VINAGRE—de todas as diversas qualidades de vinagres.

FRUCTAS—de todas as qualidades das melhores que houver na provincia, em frascos com aguardente.

MADEIRAS—para marcenaria, construcção, etc. Um pedaço inteiro do tronco e outro dos ramos mais grossos de cada qualidade de arvore, do comprimento de quatro palmos pouco mais ou menos; devendo vir com a casca bem acondicionada.

Será conveniente mandar tambem algumas raizes das melhores maderas cortadas horisontalmente em toda a largura, e que tenham de grossura pouco mais ou menos um palmo.

PANNOS, CORDAS, COLXAS—e outros artefactos.

E finalmente quaesquer outros productos aqui não mencionados, que existirem na provincia, e que tenham algum valor e applicação.

Observações

Deve remetter-se de todos os productos de industria agricola uma porção sufficiente para se fazerem as respectivas collecções, bem como as necessarias experiencias.

Será conveniente que se remettam flores e folhas das arvores que produzem boa madeira, fructos oleaginosos, gommas e resinas, etc., mettidas em folhas de papel pardo.

II

Nota das indicações que devem acompanhar os productos que forem remettidos da provincia de Cabo-verde para a exposição universal de Vienna d'Austria de 1873.

Para haver os indispensaveis esclarecimentos, afim de que a Commissão Central de Lisboa possa organisar convenientemente o competente catalogo que deve acompanhar os productos das nossas possessões ultramarinas, é necessario, que em referencia a cada um dos que forem remettidos d'esta provincia, venham bem especificadas as declarações abaixo expostas, as quaes são indispensaveis, não só para que esses productos sejam conhecidos e devidamente apreciados debaixo de todos os pontos de vista, como tambem para que se facilitem alli os estudos que precedem a concessão dos premios pelos diversos jurys; evitando-se assim que fiquem excluidos de premio expositores que o poderiam ter, se os seus productos fossem acompanhados das necessarias indicações.

Productos da industria agricola

1.° Localidade da producção.

2.° Nome vulgar porque é conhecido o producto, e tambem o scientifico quando o productor o saiba.

3.° Nome do expositor.

4.° Usos e applicações do producto.

5.° Producção annual.

6.° Se a producção é só para consumo da respectiva provincia, se é sufficiente para esse consumo, ou se tambem se exporta, e n'este caso o quantum da exportação, e quaes os mercados para onde é exportado.

7.° Se o expositor é tambem o productor.

8.° Qual a porção de terreno empregado na cultura.

9.° O preço na localidade da producção, e no porto do embarque.

10.° A despeza do transporte do producto ao porto do embarque, a distancia da localidade do producto a este porto, qual o tempo

que se gasta na sua conducção, se esta é facil ou difficil, e porque modo se transporta o producto.

11.° Se a cultura é antiga ou moderna, qual o seu estado actual, se é susceptivel de ser augmentada e como; e no caso de estar em decadencia, quaes as causas.

Productos da industria fabril

1.° Nome do expositor ou sua firma social.

Os expositores devem declarar se são simplesmente possidores dos objectos expostos, inventores, ou manufactores.

2.° Residencia.

3.° Natureza do fabrico.

4.° Séde e data da fundação do estabelecimento.

5.° Numero de empregados no fabrico (homens e mulheres maiores de quinze annos).

6.° Minimo e maximo do salario diario.

7.° Natureza dos motores empregados.

8.° Designação dos teares, apparelhos ou outros meios empregados no fabrico.

9.° Origem das materias primas.

10.° Principaes mercados de consumo.

11.° Preço dos productos no mercado da producção.

12.° Valor dos productos fabricados annualmente pelo expositor.

Productos da industria extractiva do reino mineral

1.° Natureza do minerio.

2.° Situação da mina.

3.° Distancia d'esta ao porto do embarque.

4.° Nome do proprietario da mina.

5.° Se a mina está em lavra, e no caso affirmativo, qual a época em que começaram os trabalhos.

6.° Qual a quantidade do minerio que se extrahe diaria ou annualmente.

7.° Preço do minerio no porto do embarque.

8.° Riqueza do minerio, indicando se ha alguns esclarecimentos publicados a respeito da mina.

N. B. A respeito dos productos das referidas industrias devem ir tambem as declarações seguintes:

As medalhas, distincções, ou menções honrosas já obtidas em anteriores exposições nacionaes ou estrangeiras.

O preço da venda do producto em Vienna d'Austria, no caso que o expositor queira vendel-o, ou declaração do destino que se deva dar ao mesmo producto.

E todas quaesquer outras indicações que possam tornar bem conhecidos os productos debaixo de todos os pontos de vista.

Secretaria do Governo Geral da provincia, na cidade da Praia de S. Thiago, 7 de dezembro de 1872.=*João Cezario de Lacerda*, Secretario Geral.

JUNTA DA FAZENDA PUBLICA

Precisando-se para as obras da Fazenda n'esta cidade até 400 barricas de cal da ilha da Boa-vista, convidam-se todas as pessoas que quizerem fornecer este material a enviarem suas propostas em carta fechada á Secretaria da Junta da Fazenda no praso de 60 dias da data d'este annuncio.

Secretaria da Junta da Fazenda, na cidade da Praia, 6 de dezembro de 1872.=*Frederico Carlos da Silveira Estrella*, Secretario da Junta da Fazenda.

AVISO

RECEBEDORIA PARTICULAR DO CONCELHO DA PRAIA

Por esta repartição se annuncia, que no dia 1 do proximo mez de dezembro se abrirá o cofre para a arrecadação das collectas das decimas predial, industrial e de juros do anno de 1871, e que o mesmo cofre se conservará aberto pelo espaço de 30 dias, a contar da data da abertura, desde as 9 horas da manhã ás 3 da tarde, a fim de se receberem as importancias dos lançamentos respectivos.

Recebedoria particular da Praia, 23 de novembro de 1872.=*João Carlos da Fonseca*, recebedor interino.

Alfandega da ilha de S. Thiago

MAPPA DO RENDIMENTO NO MEZ DE NOVEMBRO DE 1872

	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	Direitos	Valores	Direitos	Valores
Em navios nacionaes..	2:306$460	30:922$000	35$619	1:231$000
Em ditos estrangeiros .	729$304	2:738$000	$	$
Somma...	4:115$764	33:710$000	35$619	1:231$000

RESUMO DO RENDIMENTO

Direitos de importação	4:115$764
Ditos de exportação	35$619
Ditos de reexportação	$010
Armazenagem	$638
Imposta sobre aguardente	$640
Somma	4:153$481
EXTRAORDINARIOS	
Fundo especial de colonisação	262$294
Imposta especial de 3 por cento «ad valorem»	837$159
Rendimento d'agua do Muniagarra	5$000
Total	5:357$938

MAPPA DO MOVIMENTO MORTUARIO NO CEMITERIO D'ESTA CIDADE NO MEZ DE NOVEMBRO DE 1872

NUMERO DE OBITOS E IDADE PROVAVEL DOS FALLECIDOS

Até 7 annos			De 7 a 15			De 15 a 25			De 25 a 40			De 40 a 60			De 60 a 75			De 75 a 90			Total geral		
Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
0	0	0					1	1		1	1										0	0	0

Está conforme.—Secretaria da camara municipal da cidade da Praia de S. Thiago, 7 de dezembro de 1872.=*Jorge Augusto de Brito Bastos*, escrivão da camara.

N. B. Os obitos acima são:—Portugal, 1.—S. Thiago, 6.—Maio 1.—S. Nicolau, 1.

ANEXO 24

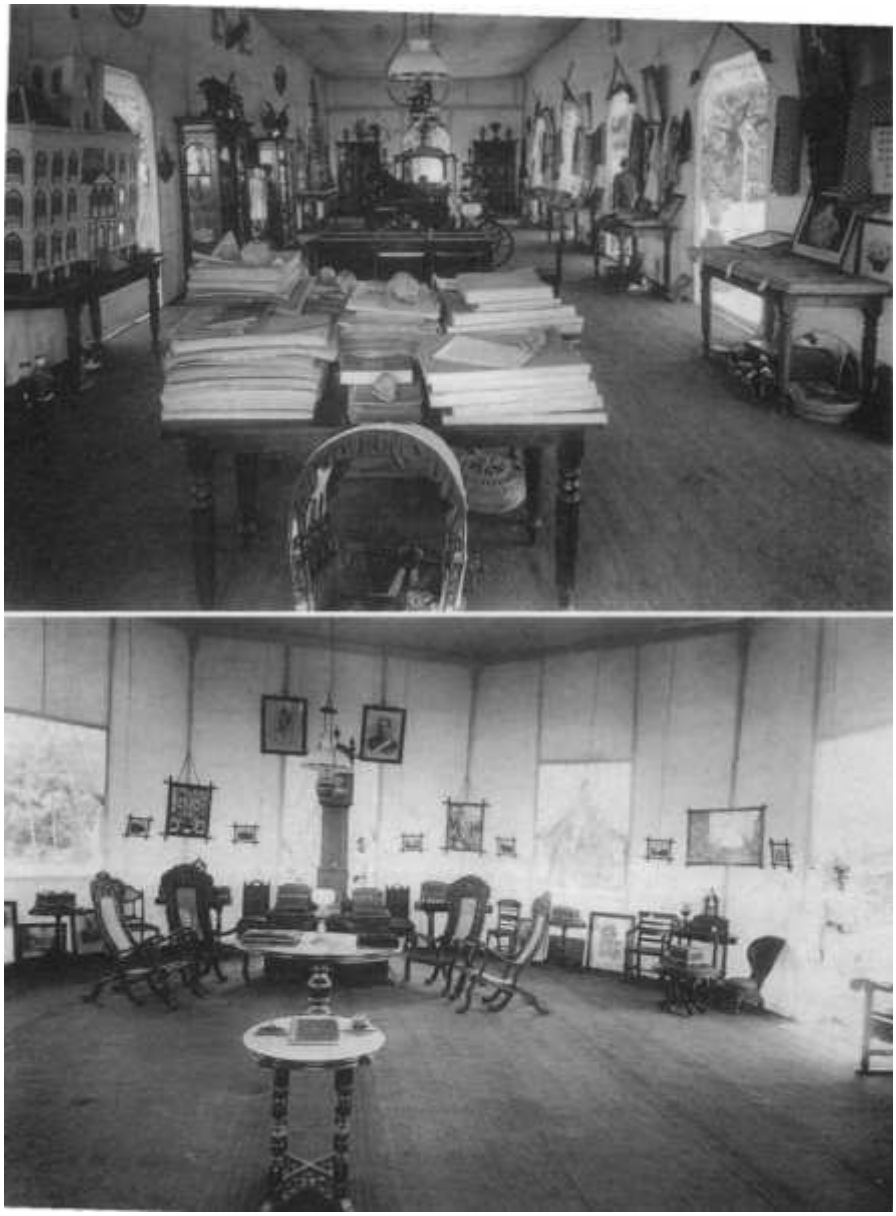
Membros da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Geográfico-Africanos de Luanda. 1880

De acordo com Lopo (1963), os estatutos desta Sociedade apontam como instituidores, dirigentes, membros efectivos e honorários, vultos de nomeada que, mais tarde e em parte, pontuam em momentos de grande importância para o país e para Angola, no último quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX. Nomeamos, por exemplo, Henrique Augusto Dias de Carvalho, ou seja, Henrique de Carvalho, Major, que chegará ao Muatiânvua; Guilherme Augusto de Brito Capelo, Capitão Tenente da Armada Real; Francisco Teixeira da Silva, Capitão-de-Fragata, responsável pela Estação Naval e Capitão do Porto de Luanda; Jaime Forjaz de Serpa Pimentel, Guarda-Marinha e escritor; Guilherme Gomes Coelho, Segundo-Tenente da Armada Real e Director do Observatório Meteorológico de Luanda; Cândido dos Reis, Segundo Tenente da Armada Real - posteriormente, já como Almirante, virá a ser alto responsável nos preparativos da Revolução de 5 de Outubro, tendo-se suicidado por julgar perdida a Revolução; Henrique Lopes de Mendonça, Segundo-Tenente da Armada Real - posteriormente, perante a ocorrência do Ultimato Britânico, em 1890, será o autor da letra do Hino *A Portuguesa*; e outros, médicos, sacerdotes e docentes. A Sociedade tinha vários sócios honorários notáveis, entre outros, Serpa Pinto, Major e explorador do continente africano; Fontes Pereira de Melo, António Rodrigues Sampaio e João de Andrade e Corvo, Ministro de Estado; Francisco de Oliveira Chamiço, Governador do Banco Nacional Ultramarino; Hermenegildo Capelo, Capitão-Tenente da Armada Real e explorador do continente africano; Joaquim Pedro de Oliveira Martins, historiador, político e Presidente da Sociedade de Geografia e Comercial do Porto; José Batista de Andrade, Contra-Almirante; José de Anchieta, naturalista e explorador do continente africano; Luciano Cordeiro, fundador da Sociedade Portuguesa de Geografia, em 1876; José Vicente Barbosa du Bocage, zoólogo e curador no Museu de História Natural de Lisboa.

A referida Sociedade foi fundada escassos meses após a celebração do Tricentenário da Morte de Luís de Camões, para a qual os estatutos remetem no artigo 16 do Capítulo V.

ANEXO 25

Realização da Exposição de Artes, Indústria e Agricultura, em Dezembro, em Velha-Goa, Goa, 1890



Fotocópia de fotografias dos pavilhões da Exposição de Artes, Indústria e Agricultura (Vicente, 2014, p. 335),

Os produtos naturais e manufacturados integraram as Festas de Goa que se celebram a 3 de Dezembro, dia de S. Francisco Xavier, sendo antecedidas de uma novena a Santa Catarina – Padroeira de Goa – que tem início a 25 de Novembro e termina a 2 de Dezembro (Aquino de Noronha, entrevista a 14/07/2016).

Com base nas fotografias de Vicente (2014, p. 335), esta exposição teve lugar em pavilhões, provavelmente construídos para estas festividades, sendo que o pavilhão central

reproduzia um pagode hindu, encimado pela bandeira da monarquia portuguesa. Quanto aos materiais expostos, numa das salas, rodeando as figuras dos Rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia - uma afirmação da soberania portuguesa face ao vizinho vice-Rei da Índia Britânica, num contexto de pós-*Ultimatum* – vemos um relógio de caixa alta, mobiliário vário, como sejam diversos tipos de cadeiras, ditas de Sala, com espaldar e assento de rotim, e também cadeiras de Sala de Jantar - ali denominadas *Canjantar* (Aquino de Noronha, entrevista a 14/07/2016).

Numa segunda sala, muito pontualmente, temos iluminação possivelmente por lamparinas de óleo de coco – o mais barato e o mais comum; espadas de prestígio dos hindus – *Ranes* – toucadores e aparadores, bem como conchas nacaradas, muito utilizadas como elementos decorativos.

ANEXO 26

Viagem da Família Real ao Norte. 1891

A Viagem é entendida como obrigatória pelo poder político face à Revolta de 31 de Janeiro de 1891, na cidade do Porto, de que resultaram mais de 600 presos (Lobato, 1891; M., 1891). Deste modo, "Se o rei desistisse d'ir ao Porto, fosse qual fosse o pretexto d' esta negaça, o governo proclamava oficialmente o poderio republicano e era necessário aproveitar então esse *veridictum* de força para unir fileiras…" (Almeida, 1923c, 281).

Assim, a Viagem da Família Real ao Norte ocorre de 18 de Novembro a 1 de Dezembro de 1891. Teve como ponto principal o Porto, mas estendeu-se também a Braga, Guimarães e Viana do Castelo. No respeitante ao Porto, e de uma forma breve, a chegada á cidade teve um *Te-Deum* entoado pelo Cardeal, sendo a música a grande orquestra. Contou, entre outras, com iluminações; jantares; baile, no Clube Portuense; idas a teatros. Os monarcas realizaram ainda visitas a Escolas e Instituições de Beneficência, a hospitais, ao Porto de Leixões, a fábricas de produções diversas e à fundição. Muito pontualmente, no dia 22 de Novembro, à tarde, o Rei inaugurou a Exposição Industrial, no Palácio de Cristal, onde o Rei brindou pela indústria nacional, a que respondeu o Presidente da Associação Industrial Portuense (M., 1891).

No dia 25, a Rainha revisita a Exposição Industrial e, no dia 26, a Família Real vai ao Palácio de Cristal, em cuja envolvente é inaugurado o grande lago (M., 1891).

Relativamente à Exposição, são referidas as condições de aceleração em que se realizou, estas mais determinadas por conveniências políticas do que pela própria vontade da Direcção do Palácio. Entre os muitos expositores, com as suas diversas produções, esteve presente o Museu Colonial de Lisboa com a sua colecção de lãs animais e vegetais, de todas as províncias ultramarinas (M., 1892).

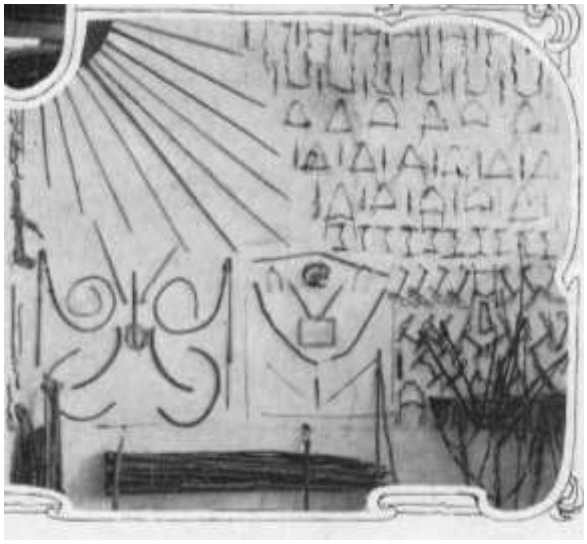
ANEXO 27

Escultura antropomórfica de Angola, da colecção da Sociedade de Geografia de Lisboa (Anónimo, 1909).

Exibe, como dito, etiqueta quadrangular em papel colado na própria peça. A dimensão da etiqueta e o local em que é colado diminui a leitura da peça e adensa a Exposição.

ANEXO 28

Fotocópia de fotografias do Museu da Sociedade Protectora dos Animais[184] (Anónimo, 1911).



Fotocópia de fotografias do Museu da Sociedade Protectora dos Animais, sendo abundantes os instrumentos de tortura de animais (Anónimo, 1911).

[184] Este Museu foi o segundo a ser visitado no novo regime Republicano. Foi inaugurado pelo Presidente da República Manuel de Arriaga. É interessante que esta temática museológica, tratada em 1911, entre outra matéria, foi recentemente apresentada em Programa Eleitoral do Partido das Pessoas-Animais-Natureza (PAN), agora representado na Assembleia da República, desde 2015.

ANEXO 29

Reprodução de fotografia anexa ao texto produzido em 1913 e referente à Exposição Permanente do Museu Machado de Castro, na Sala Teixeira de Carvalho, em Coimbra (Carvalho, 1925).

MUSEU MACHADO DE CASTRO — SALA TEIXEIRA DE CARVALHO

Fotocópia de fotografia da Exposição Permanente do Museu Machado de Castro, na Sala Teixeira de Carvalho, em Coimbra (Carvalho, 1925).

A Museografia é evidentemente densa, ao gosto da época.

Aqui, é-nos disponibilizada uma imagem de uma Sala do Museu Machado de Castro, então denominada Sala de Faiança, que tinha o número VI, insculpido em madeira e desenhado, retratando a Sala Teixeira de Carvalho. Esta Sala exibe elaborado tecto de caixotão, de madeira de castanho, do antigo Paço Episcopal, e localiza-se na ala sul do edifício do Museu. Os exemplares de cerâmica expostos não deixam espaço livre ou deixam muito pouco espaço livre entre si - terrinas, travessas, pratos côvos e rasos, canudos ou mangas de farmácia, peças de decoração e outras -, como se fosse imperativo mostrar ali todo o acervo do Museu. Ainda, exibe frontais azulejares de altares do século XVIII, provenientes de igrejas de Coimbra e para aqui deslocados, conforme João Pocinho (comunicação pessoal, 2015).

A mesma persistência de densidade expositiva neste Museu é bem evidente na obra de Freitas (2016), em imagens a preto e branco, densidade essa que vai até à segunda metade da década de 70 do século XX, como era prática ainda comum.

ANEXO 30

Homenagem a Fernando Mendes, funcionário do Museu Bocage, em plena área de Exposição. Colecção particular.

Atrás do grupo fotografado numa das salas do Museu Bocage é evidente uma Museografia densa em vitrines e em aviários.

ANEXO 31

Fotografia do Programa do Festival Marítimo apontado para 28 de Setembro 1907.

Programa editado pelo Real Club Naval de Lisboa, cujo Festival não chegou a realizar-se e com o qual se pretendia honrar o regresso do Príncipe Real à capital do Reino, conforme texto.
Neste Programa o Rei D. Carlos é referido como Comodoro deste Real Club, e o Infante D. Afonso e o Príncipe Real como Vice-Comodoros do mesmo.
Está emoldurado, e é elemento decorativo, entre outros, da sala de refeições do Restaurante do Clube Naval de Lisboa, vizinho da Federação Portuguesa de Vela, em Belém.

REAL CLUB NAVAL DE LISBOA

CASCAES 28 de Setembro de 1907 — A's 11 horas da manhã

GRANDES REGATAS DE VELA, DE REMOS E DE BARCOS AUTOMOVEIS

SOB A ALTA PROTECÇÃO DE
Sua Magestade El-Rei
Commodôro do Club

PRESIDENCIA DE
Sua Alteza o Senhor INFANTE D. AFFONSO
Vice-Commodôro

E EM HONRA DE
Sua Alteza o Principe Real, o Senhor D. Luiz Filippe
Vice-Commodôro
pelo seu regresso ao reino

Jurys

DE REMOS

Os Ex.mos Srs.:

Duarte A. Holbeche — Vice-Presidente
G. F. Pinto Basto — Juiz de partida
V. Costa (impire), Alvaro Gaia — Pelo Real Associação Naval
Gustavo Cabral, juiz de chegada; José Bernardino de Oliveira — Pelo Club Naval Madeirense
Justino d'Oliveira, João Soares Vieira — Pelo Real Club Naval Infante D. Manoel
João Bregaro, Pedro I. Franco (signaes) — Pelo Real Club Naval de Lisboa

DE VELA

Os Ex.mos Sr.

Augusto Pinto Basto — Vice-Presidente
Jayme de V. Thompson — Secretario
Emilio Burnay, Augusto Moniz, Henrique Rolin, José Leal Wintermantel, João Cezario Pereira, Julio Freire da Fonseca, D. José de Noronha, Carlos Dias Costa, João Machado, Manoel da Costa Vasques, Lino Esteves dos Reis, Guilherme Salgado — Vogaes

ANEXO 32

O Festival Marítimo de 13 de Outubro 1907

Como nos diz Souza (2003), repartiu-se por 5 partes:

A – Parte Primeira

Festa da Bandeira com cortejo naval, destinado a comboiar o bergantim real, onde segue a bandeira graciosamente oferecida à Marinha de Guerra pela Rainha Dona Amélia.

O cortejo naval sugere ter sido organizado ao pormenor. Integrava diversas unidades da Marinha de Guerra e várias embarcações, próprias da Marinha de Recreio. Decorreu, como segue: Dois torpedeiros, a par, abriam o cortejo; seguia uma saveira afecta ao transporte do Ministro de Marinha, que tinha consigo o Ministro da Guerra; seguiam depois, pela ordem indicada, galeotas e o bergantim[185] real, transportando o Rei e a Rainha, Família Real e Comitiva; um bergantim, transportando o cofre que contém a bandeira; a canhoneira *Tavira*, conduzindo a representação da Sociedade de Geografia; o Vapor *Lidador*, embandeirado e conduzindo a representação da Liga Naval; o Vapor *Fulminante*, embandeirado e transportando a representação do Clube Militar Naval. Seguiam, ainda, várias guigas[186] dos clubes navais, em formação de duas a duas, nomeadamente e por ordem, como seja, a da Real Associação Naval; a do Clube de Aspirantes de Marinha; a do Real Clube Naval; a do Clube Naval Madeirense; a do Real Clube Naval Infante D. Manuel. Logo após as referidas guigas seguiam barcos-automóveis, em formação de dois a dois; barcos de remos dos clubes, em formação de dois a dois; embarcações salva-vidas do Real Instituto de Socorros a Náufragos, em formação de dois a dois; barcos da costa, em formação de dois a dois; escaleres[187] de navios de guerra, em formação de dois a dois, de remos ao alto e rebocados pelas lanchas a vapor dos respectivos navios. Por fim, em jeito de trinco, um torpedeiro fechava o cortejo naval que, como dito, abria com dois torpedeiros;

[185] Ou fragatim, embarcação de dois mastros que arma como um brigue (do inglês *brig*).
[186] Barco estreito e comprido próprio para regatas (do inglês *gig*).
[187] Pequeno barco de quilha, normalmente ao serviço de um navio ou de uma estação pública.

B – Parte Segunda

Provas de remos entre embarcações e tripulações dos navios de guerra, entre canoas ou baleeiras de quatro e cinco remos; entre canoas ou baleeiras de seis remos e entre escaleres de doze remos;

C - Parte Terceira

Prova de natação e torneio de *Waterpolo*[188];

D – Parte Quarta

Exercício de torpedos móveis com evolução dos torpedeiros, lançamento dos torpedos, explosão de minas e torpedeamento de um pontão pelos torpedeiros;

E – Exercício geral, em jeito de fecho do Festival Marítimo, integrando ataque à Divisão Naval pelos torpedeiros e defesa por meio da Artilharia e dos projectores eléctricos.

[188] Jogo de bola que se joga na água entre duas equipas de sete jogadores, Polo Aquático. Modalidade que Exige um grande esforço físico.

ANEXO 33

EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE 1851, EM LONDRES, E POSTERIORES

Afigura-se-nos como importante referir, aqui, no presente trabalho, uma reflexão sobre a Exposição Universal de Londres, de 1851.

Ela é, entre as suas congéneres, o paradigma, bem ilustrativo, duma *Britannia* vencedora que coloca o cerne da revolução no campo industrial, ao invés da França, que prioriza, sobretudo, a revolução política.

Estamos em pleno século XIX e já não é a diferença entre os soberanos, como no *ancien regime*, que veste a identidade. O que é sobretudo identitário são as diferenças entre os Povos e, nomeadamente, a nível da criação e produção industrial.

Estamos mais e mais perante uma Europa que se considera o modelo absoluto do crescimento, e onde ganham vulto os grandes países da Europa, de que se destaca o Reino Unido. Em meados do Séc.º XIX, a Alemanha ainda era um mosaico - embora a língua alemã fosse um elemento potenciador de futura coesão - e a França não dispunha de carvão e de indústria pesada, sendo que a invasão alemã de 1870/1871 virá a fragilizá-la ainda mais.

Deste modo, sugere ser evidente que caberá à Inglaterra e ao Reino Unido, a primazia no que respeita à realização das Exposições Universais.

Dissemos que as Exposições foram um sinal de afirmação do poder económico e político dos vários países.

Londres, em 1851, potenciou bem este sinal de afirmação, estando bem patente a sociedade do espectáculo, por exemplo, na inauguração da Exposição.

Victória, a jovem Rainha, e a Família Real, sairão de Buckingham Palace, utilizando nove carruagens.

Serão aplaudidos por 700.000 espectadores. A inauguração do evento foi feita por Sua Majestade ao som de trombetas, 200 órgãos e cerca de seis centenas de cantores. Estavam desfraldadas mais de quatro dezenas de bandeiras de países presentes. Se a Rainha Victória era, ali, o símbolo do Poder e do grande avanço tecnológico britânico, ou seja, o símbolo da Metrópole do Império, então, o grandioso som vocal e instrumental era, ali, a voz do símbolo, tudo isto emoldurado pela inovadora arquitectura do ferro, da autoria do Arqº Joseph Paxton. E assim, as 2.300 vigas, totalizando mais de 3.000 toneladas de ferro, acrescentadas por mais 500 toneladas, davam forma a 358 arcos metálicos, os quais recebiam o peso de 18.000 placas de vidro, que cobriam uma área de 120.000 m2.

Neste enorme espaço serão recebidos 13.397 expositores sendo que o número de expositores estrangeiros atingia 6.556. Do outro lado do Atlântico, dos Estados Unidos da América, vinha a ceifeira McCormick, que ganhava foros duma *prima dona.* A máquina a vapor é um dos *ex-libris*. Eram muitas as diversas máquinas expostas, nomeadamente do âmbito da indústria têxtil. Marx (1995, p. 15) diz-nos:

> "Londres – Disraeli recorda-se bem e ainda se enternece, volvidos vinte anos – ofereceu a si mesma uma grande festa, nalguns dias com entradas a preços "populares", e todas as classes haviam podido comungar da exaltação triunfante de uma revelação: o avanço de cinquenta anos do Reino Unido, graças à sua precoce revolução industrial em todos os sectores da metalurgia, dos têxteis, da mecânica, do

> transporte ferroviário. Mãe das invenções técnicas, local de vitória do rei-algodão e da máquina a vapor, local de introdução precoce e generalizada do caminho-de-ferro, a Inglaterra - espiada, invejada, ou… lastimada à medida do sofrimento social dos primórdios da idade industrial - acabou por sair-se airosamente. Em 1851 ganhou a aposta insensata de basear a sua prosperidade na mutação técnica mais rápida da história da humanidade, no abalo de todas as relações de sociedade, no desenraizamento de milhões de rurais e na construção de enormes cidades cuja falta de hospitalidade não desencorajou mais de metade da população anglo-galesa de meados do século. (…)" (Marx, 1995, p. 15)

A Exposição Universal de 1851, também referida como *The Great Exhibition of the Works of Industry of All the Nations*, abriu a 1 de Maio. Teve um total de cerca de seis milhões de visitantes (Londres tinha nessa época cerca de 2.300.000 habitantes). Esteve aberta cerca de cento e quarenta dias e nos últimos dias, em Outubro, as entradas ultrapassaram os 110.000 visitantes.

Posto isto, sugere ser evidente que, para muitos a mensagem da Exposição Universal de 1851 teve uma boa recepção. E, afigura-se-nos que a mensagem, entre outros aspectos, era um louvor à indústria e à capacidade da produção industrial.

Estes aspectos sugerem ser muito significativos no lugar e no tempo – Reino Unido e segunda metade do Século XIX – onde pontificam as concepções evolucionistas do norte-americano Lewis Henry Morgan, expostas na sua obra *Ancient Society*, publicada em 1877, e posteriormente traduzida para português, em 1973, que entendia a marcha da humanidade, numa perspectiva linear, progressiva e ascendente, como refere Vilaça (1988), baseada em três estádios principais, como sejam, selvagem – bárbaro – civilizado, e cada um destes estádios dividido em três estádios secundários, sendo que, assim,

> "os nove estádios culturais pressupõem evidentemente que o homem tenha saído da condição animal, pelo que se definem da seguinte forma:
>
> 1) - estádio selvagem antigo: invenção da linguagem;
> 2) - estádio selvagem médio: uso do machado;
> 3) – estádio selvagem recente: invenção do arco e da flecha;
> 4) – estádio bárbaro antigo: invenção da cerâmica;
> 5) – estádio bárbaro médio: criação, cultivo, irrigação;
> 6) – estádio bárbaro recente: trabalho do ferro;
> 7) – estádio civilizado antigo: invenção da escrita;
> 8) - estádio civilizado médio: pólvora, bússola, papel e selos;
> 9) – estádio civilizado recente: máquina e indústria". (Bernardi, 1989, p. 26).

Decorrente do exposto, segundo o enunciado evolucionista e segundo a espectacularidade e a ampla recepção da arquitectura e da maquinaria e outros materiais industriais expostos, poder-se-á intuir que, em 1851, Londres estava no que Morgan viria a denominar como o nono e último estádio civilizado recente, sendo que, assim, Londres se poderia interiorizar como modelo dos modelos, obviamente eurocêntrico.

A Exposição de 1862, novamente em Londres, a escasso tempo depois da morte do empreendedor Príncipe Alberto de Saxen-Coburg Gotha, consorte da Rainha Victória, virá a

reforçar as respostas e realizações da Exposição Universal de 1851, como que reafirmando, com grande espectacularidade, os objectivos anteriores.

O mote estava dado. Entretanto, de 1851 a 1862, suceder-se-ão várias Exposições.

Nelas, os diversos Países, seus subscritores, buscaram poder político e económico, como dito. Buscam também prestígio e honorabilidade, afirmando muito as suas indústrias - para as quais é fundamental as matérias-primas extra-europeias, causa próxima da Conferência de Berlim e suas antecedentes.

Referimos pontualmente, seguindo Cornell (1980), ainda em 1851 e como um complemento da Exposição Universal de Londres, a Exposição de Estocolmo. E, logo em 1852, ocorrem exposições mais ou menos modestas, em comparação com aquela, em diversos locais, como sejam, Augsburgo, Breslau, Chemitz, Copenhage, Cork, Dusseldorf, Kazan, Lisboa, Luxemburgo, Moscovo e St. Etiénne. No ano seguinte Dublin e Nova Iorque inauguram exposições de âmbito internacional, sendo que ambas seguem de algum modo o design e a construção do Crystal Palace, de 1851. No respeitante a Nova Iorque, o Arqº Joseth Paxton, responsável pela referida Exposição de 1851, como dito, chega a oferecer desenhos seus. Teve esta Exposição de 1853, em Nova Iorque, uma boa recepção dos públicos que passearam pela sua arquitectura de ferro, nomeadamente, subindo a uma torre *Lattina Tower* que atingia 350 pés e de onde se desfrutava uma maravilhosa vista sobre a cidade, que é acentuadamente plana. O "construir mais alto" e o "subir mais alto", dão uma visibilidade que, em termos simbólicos, é sinal de notoriedade - Paris seguir-lhe-á o exemplo em 1889, como veremos - e daí ocorrer o seguinte:

- Em 1854, Munique, na Baviera, levantará uma exposição industrial a que acrescentou uma exposição de arte. Constrói uma *Glaspalat*, muito ao jeito da construção do Crystal Palace de Londres, pelo que Londres e o Arqº Joseph Paxton continuaram a ser a referência;

- Em 1858, Londres e Paxton continuam sendo o modelo, neste caso, para o Crystal Palace de Outshoorn, na Holanda;

- Ainda, em 1865, Londres e Paxton eram modelo para o Crystal Palace de Dublin, como nos refere Cornell (1980) a quem temos vindo a seguir.

Quanto a Paris, faz a Exposição de 1855, sendo que aqui é seguida a solução de Paxton, no respeitante ao transepto do Crystal Palace, de 1851. Paris retomará com intensidade o mote de 1851, no respeitante à indústria e à máquina, ganhando grande visibilidade o *Palais de l'Industrie* e a *Galeria des Machines*, mas não deixando de incluir um notável espaço para exposição de arte, nomeadamente pintura - neste aspecto a exposição de 1851, integrava só escultura. Paris exaltou, assim, sobretudo a indústria e a máquina, que, como vimos atrás, são o mais recente estádio de desenvolvimento, segundo o referido evolucionista norte-americano Lewis Morgan.

Londres fará, como dito, seguidamente, uma outra grande Exposição, em 1862. Reafirmará, ali, a arquitectura do ferro e exultará a indústria e a máquina. Terá dois grandes responsáveis que foram Maw e Payne, aos quais se deve, em grande parte, a concepção e os planos da exposição que, em 1867, será levantada, em Paris. Em 1867, neste evento, aparece-nos já mencionado Augusto Eiffel, então jovem chefe-assistente do engenheiro J. B. S. Krautz, mas a concepção e os principais planos da construção, segundo a já referida obra e o referido autor Cornell (1980), são ingleses.

Não se entenda, porém, que esta competição entre Paris e Londres é só de ontem. Por exemplo, o jornal *Público*, de 13/03/2002, p. 27, noticiava que Londres havia aprovado o maior arranha-céus da Europa. Tratava-se do *Shard of Glass*, com 306 metros - mais 6 metros que a emblemática Torre Eiffel.

Pensamos ter feito, nesta alínea, uma suficiente abordagem pontual às Exposições Universais de 1851 e, ainda de 1862, em Londres. Estendemo-la, ainda, a outras exposições levantadas na Europa, de 1851 a 1867, para as quais aquelas foram modelo, de um ou outro modo, no tipo de arquitectura, nos planos e materiais de construção, na exaltação da indústria e da máquina, nas preocupações com a iluminação, na elaboração de catálogos, na espectacularidade do evento e na busca ou afirmação do Poder e do prestígio, para o que muito contribuiria a implícita ou explícita matéria-prima extra-europeia.

Sem nos alongarmos, diremos que esta preocupação com as matérias-primas é muito evidente, até, por exemplo e em termos muito pontuais, no referente aos produtos do arquipélago de Cabo Verde. É Valdez (1864) quem no-lo diz. Assim, para Londres, saiu de S. Tiago de Cabo Verde a cana-de-açúcar que produz bem em todos os campos de regadio e cujo principal expositor foi o Senhor António Pereira Borja. Para a mesma exposição saíram da Ilha da Boavista, pela mão do expositor Porfírio António de Oliveira, dois sacos de algodão amarelo, com caroço, algodão esse que se colhe de algodoeiros que, depois de semeados, a natureza cria sem qualquer amanho.

Igualmente, saíram dois sacos com anil em pães, também denominados tinta e que ali são utilizados na tinturaria dos panos de algodão com óptimos resultados, fazendo a decoada, ou seja a barrela, com as cinzas da purgueira. Ainda, da Ilha da Boavista, pela mão da expositora Maria Teresa Montel, saíram dois admiráveis panos tecidos com retroz de cores, executados pelo liberto, Francisco do Livramento. Por fim, e só como apontamento, diremos que da Ilha do Sal, ilha plana do sotavento caboverdiano, saiu para Londres, para a Exposição Universal de 1862, sal das salinas do Portinho, de primeira sorte, ou seja, de primeira classe, e sal da salina de Pedra de Lume, que visitámos. Deste modo, tentámos ilustrar como, em Londres, no rico "coração do mundo" industrializado, até as matérias-primas e os produtos de ilhas periféricas estiveram presentes, tal o poder de atractabilidade que Londres e as suas Exposições Universais tiveram em grande parte do mundo, começando pela Exposição de 1851.

Mas quando as Exposições Universais britânicas recebem o algodão e outras matérias-primas das distantes Ilhas de Cabo Verde e doutras ilhas e continentes distantes já a 1ª Revolução Industrial (1760-1830) acabara décadas antes. E já Londres havia pugnado pelo livre comércio e pela abertura dos portos - por exemplo, no Brasil, ao tempo de D. João VI -, porque tal lhe convinha para poder fazer o escoamento da sua enorme produção, sobretudo têxtil - o Brasil, só em 1840, absorveu 35% da produção têxtil britânica; já Londres havia capitaneado a luta contra a escravatura, tendo contribuído para a promulgação da celebrizada "Lei Euzébio"[189], em 1840, no Brasil - cuja observância contou com uma atenta Marinha de

[189] O autor desta Lei é Euzébio Queiroz Coutinho Matoso da Câmara. Nasceu em Luanda em 1812, e morreu no Rio de Janeiro, em 1868. Foi importante magistrado e político. Estudou na Universidade de Coimbra e aqui recebeu o grau de Bacharel. Dá nome ao município brasileiro, localizado na região de Fortaleza, no Ceará. A extinção da escravatura, no Brasil, ocorrerá mais tarde com a Lei Áurea, de 13 de Maio de 1888, sob pressão política e social, tendo sido precedida pela abolição em Cuba, em 1886.

Guerra Britânica que, impunemente, chega a entrar em águas territoriais brasileiras e a passear-se junto das baterias da Artilharia de Costa brasileira -, e foi assim, em grande parte, porque a Londres interessava muito escoar a sua produção de maquinaria, nomeadamente para os engenhos de açúcar, para a arquitectura, para a lavoura, para os caminhos-de-ferro e outros. Acresce ainda, que as exportações de produtos industrializados, em grande parte para áreas extras-europeias assentavam em capital britânico, como britânicos eram os navios que os transportavam e as empresas que as exportavam e importavam depois, como refere Silva (1988, p. 18), a quem temos vindo a seguir.

A preponderância britânica na 1ª metade do Século XIX é incontestável e as Exposições Universais de 1851 e sequentes, nomeadamente em 1862, são disso reflexo. Algumas décadas depois, na Europa, um outro gigante acordaria – a Alemanha que, nos anos 90, excederia já aquela, por exemplo, a nível da produção de aço.

Reflectimos, até aqui, as Exposições Universais com realce para a indústria e a máquina; reflectimos a exposição e a necessidade de matérias-primas, nomeadamente extra-europeias e, ainda, a exportação e a importação, o transporte e a comercialização dos produtos industriais, o poder e a dependência, o centro e a periferia. Fizemos, assim, porque todos estes aspectos se interpenetram e, de algum modo, contribuem para interpretar a Museu Colonial de 1907-1910 e o contexto das exposições que, de uma ou outra forma, lhe dão moldura, nomeadamente no que respeita à afirmação do poder político e económico.

Mas uma última palavra deve obrigatoriamente ser dita, relativamente à Exposição Universal de Londres, em 1851, e a algumas outras subsequentes. É que, entre tanta espectacularidade, 1851 inaugura a exposição pública de extraeuropeus, concretamente africanos, com o estatuto de meros objectos. Expõe-os, relevando as diferenças somáticas e outras. Esta prática expositiva continuará no tempo em diversas Exposições Universais e Internacionais, ou noutras, e vemo-la denominada como "zoos humanos" (Bergougniou et al., 2001). Particularmente, e em termos muito pontuais, ocorre referir o "Zoo Humano" presente como objecto antropológico e museológico, na *World's Fair* de St. Louis, no Missouri, Estados Unidos da América, em 1904, em que é exposta uma parcela de extra-europeus, nomeadamente ameríndios, filipinos e um grupo de homens do Congo, *Bakuba*, *Batwa* e *Mbuti*. Deste grupo, numa clara abordagem exótica, teve destaque Ota Benga, um jovem *Mbuti* que vemos representado, sentado, em fotografia dessa Feira Mundial sobre cartão para estereoscópio móvel de empunhadura manual e que ficou celebrizado, ainda, como "atracção" no Zoo de Bronx, coabitando com macacos, em 1906.

Esta prática, persiste ao longo do tempo, durante largas décadas e vemo-la ainda, por exemplo, na Exposição do Mundo Português, em 1940, na sua Secção Colonial, que teve implantação no então Jardim Colonial - hoje denominado Jardim Botânico Tropical, em Belém. Mas ainda, em 1958, Bruxelas o fazia, cerca de um ano antes da Independência do então denominado Congo Belga, hoje República Democrática do Congo.

Isto ocorria em Bruxelas, *hors de son temps*, em 1958, no mesmo ano em que Patrice Lumumba se afirmava como político no Congo Belga que, sob a sua liderança, será independente a 30 de Junho de 1960, a que se seguirá a secessão do Catanga e do Kazai-Sul, a sua destituição de funções ministeriais, a sua prisão, tortura, fuzilamento e profanação de cadáver (Witte, 2001).

Cópia de fotografia da Feira Mundial de S. Louis, de 1904 (Missouri, USA), sobre cartão para estereoscópio móvel de empunhadura manual. Antiga Colecção de Fernando Duarte de Azeredo Antas[190].

[190] Médico Republicano e opositor ao Estado Novo. Por tal cumpriu prisão em 1934 na Fortaleza do Monte Brasil, na Ilha Terceira, Açores. Foi Mandatário, na Região Norte, de Norton de Matos, na sua candidatura a Presidente da República.

ANEXO 34

A EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS DE 1889

A Exposição Universal de Paris de 1889 teve lugar em Paris, capital da sólida República Francesa - passadas as várias experiências monárquicas oitocentistas e a humilhação de 1870 - , que tinha como referência a mesma Paris de há um século, onde a Comuna se implantou, pretendendo instaurar uma república, descentralizada, laica e social, até ao seu esmagamento pelo General Mac-Mahon. A Exposição, era assim, em termos simbólicos, como que um retorno aos começos do mito, sempre mais livre de escolhos.

Como em anteriores Exposições Universais, a máquina e a indústria ganhavam grande destaque e não faltavam as exposições de matérias-primas, muitas destas extra-europeias e indispensáveis àquelas, como referido.

Mas Paris, em 1889, queria marcar fortes distintividades em relação às suas congéneres Exposições anteriores, ou seja, em relação aos Países seus organizadores. Fá-lo-ia, entre vários aspectos, a nível da arquitectura do ferro, levada a uma altura até então nunca vista com a celebrizada Torre Eiffel – ainda hoje, por excelência, o ex-libris da cidade. Como que pretendendo "ser mais alto" aquele que "chega mais alto", Paris, na esteira da Exposição de Nova York, de 1853, que ensaia o levantamento da primeira torre, como já referimos, investe grandemente na visibilidade da sua Torre. Quem se lembraria então, em Paris, de visitar os seus subterrâneos, de muitos quilómetros de pedreiras, de onde saíram toneladas de pedras para a construção da cidade? E quem se lembraria, nesse faustoso centro da Europa, da Europa periférica, concretamente de Portugal, onde Gustave Eiffel ensaiou largamente as potencialidades da arquitectura de ferro, como seja: em 1877, na ponte sobre o rio Douro; nas pontes de Barcelos, Viana do Castelo, Caminha, Vila Praia de Âncora; na ponte sobre o rio Neiva e outros?

A Torre Eiffel, em Paris, manteve-se por algum tempo como o edifício mais alto do mundo, mas em breve outras construções em altura lhe seguirão na esteira, como sejam, por exemplo: o *Flatiron Building*, em Chicago, em 1902; O *Metropolitan Life Insurance Company*, em Nova Iorque, em 1909; o *Empire State Building*, em Nova York, em 1931; o *Sears Tower*, em Chicago, em 1974; o *Bank of China*, em Hong Kong, em 1989; o *T. & C. Tower,* Kahsiung, em Taiwan, em 1997; o *Petronas Towers*, Kuala Lumpur, na Malásia, em 1997; o *Taipé Financial Center*, em Taipé, Taiwan, em 2003; o *Shangai World Financial Center*, Xangai, China, em 2007; o *Burj Khalifa*, no Dubai, Emirados Árabes Unidos, em 2010.

Paris, com Gustave Eiffel, no respeitante à visibilidade de construção em altura, seguia assim em termos simbólicos, de algum modo, o que já a poderosa e centrípeta Roma, ao tempo de Augusto, havia feito com a implantação do obelisco trazido de Eliopoli, Egipto, ou, mais tarde, com o levantamento da coluna de Marco Aurélio, a qual apresenta 28 grandíssimos blocos e 190 degraus interiores, seguindo o modelo da coluna de Trajano que atinge 100 pés romanos, daí chamar-se *centenária* - tão cobiçada por Francisco I, que a pretendeu levar para Fontainebleau; por Luís XV, que pretendia copiar os modelos das figuras esculpidas; por Napoleão I que a pretendia transportar para a praça Vêndome; por Napoleão III que dela pretendia executar modelos.

Mas retornemos à Exposição propriamente dita, em 1889, em Paris. Esta ocorre quase simultaneamente com a queda da Dinastia dos Bragança, no Brasil, e com a tentativa de Serpa Pinto de ocupar o Chire, dando corpo ao Mapa Cor-de-Rosa. O "*cair do pano*" da Expo 1889, antecede escasso tempo o 11 de Janeiro de 1890, data do *Ultimatum* inglês. A potência confirmada vergava a potência pretendente, conceitos estes que vemos tratados por Almeida (1990, pp. 104-106 e pp. 115-117).

Em Paris, então palco da Europa, as coisas não tinham corrido melhor para Portugal. A nossa secção industrial – e era, como dito, na perspectiva evolucionista então em voga, sobretudo pela Indústria que se avaliava o vigor dos Países – era pobre, comparativamente com as outras potências europeias. O Visconde de Maurício, responsável pela nossa secção industrial é duramente atingido pela imprensa. Mas, por exemplo, também a representação da secção colonial não havia sido excelente, como nos adverte, desde logo, no início do catálogo da Exposição Universal de 1889, o Comissário das Colónias Portuguesas, Luís Andrade Corvo, agrónomo, quando diz, em introdução, que por doença e falta de tempo deleguei parte da memória descritiva das colónias portuguesas na pessoa de Manuel Ferreira Ribeiro, através de justo pagamento, mas aquele não entregou o trabalho, tendo sido utilizado o texto, algo acrescentado, já apresentado na Exposição de Anvers, em 1885. No entanto, apesar das insuficiências, que não nobilitavam Portugal, a Exposição foi realizada.

ANEXO 35

ANO 1913

Em 1913, a apetência pelos territórios ultramarinos portugueses pode ter sido reforçada pela forte instabilidade política que se vivia em Portugal. A isto não são alheias as Incursões Monárquicas de 1911 e 1912, no norte, a que entre outros, se dedica Valente, (1912) e Pinto (2010). Mas as acções Monárquicas continuam em 1913. Di-lo Valente (2006), referindo o "golpe" que estava marcado para 20 de Outubro e que devia estalar simultaneamente em Lisboa, Porto, Braga e Viana de Castelo. O "golpe", em Lisboa, teve o comando de João Azevedo Coutinho e chegou a atacar o Cabeço de Bola e a Escola do Exército, sem êxito.

Entretanto, ainda em 1913, Lisboa e o País são a terra dos sinos "mudos", proibidos de soar para festejar o casamento do exilado rei D. Manuel II - um rei "desapossé" - com sua prima Augusta Victória de Hohenzolern, em Sigmaringen, Alemanha, sendo oficiante o exilado Cardeal D. José Neto, conforme Leitão (1913).

O rei exilado recebeu várias oferendas, entre as quais a dos Duques de Connaught, que haviam estado com o Rei D. Carlos na inauguração do Museu de Arte Sacra – Museu de Temática Grandiosa que reflectimos em Capítulo III, sendo que o Duque de Connaught era filho da falecida Rainha Victória e irmão do Rei Eduardo VII (Leitão, 1913). Como pormenor, dizemos que no início da cerimónia foi executada em órgão a Marcha Nupcial da Ópera *Lohengrin*, de Richard Wagner, conforme Leitão (1913). Era, a 13 de Setembro de 1913, uma Marcha Nupcial para um rei exilado, embora cerca de um mês depois, sobretudo com Paiva Couceiro, houvesse tentativas de restauração da Monarquia, a 20/10/1913, e depois a 20/10/1914, conforme Valente (2006).

Ainda, 1913, é o ano que sucede aos incidentes de 1912, em Luanda, com a Marinha de Guerra alemã, nomeadamente com uma canhoneira, cujo Comandante, em jantar protocolar, cometeu o incidente de não saudar o Presidente da República de Portugal, ao que se opôs o Governador-geral Norton de Matos, conforme obra de sua autoria (Matos, 1944a).

É também, conforme Matos (1944a, p. 76), o ano em que

> "Em Agosto de 1913, tinham lavrado em Londres, o embaixador alemão, Príncipe de Lichnowsky, e o "Foreign Office", um texto de acordo que tratava da partilha das colónias portuguesas entre a Inglaterra e a Alemanha. Em 11 de Setembro do mesmo ano o Kaiser dava a sua autorização para a assinatura do acordo, e Lichnowsky insistia pela sua publicação. Felizmente em Londres velava pela sua Pátria uma alta figura de português e o acordo anglo-alemão não foi publicado.
>
> Mas os alemães de Angola souberam da sua existência e conheciam as suas cláusulas sobre concessões, sobre possíveis protestos e desordens locais ou acção da autoridade local, donde resultasse perigo para as vidas e segurança dos súbditos alemães ou britânicos, sobre a hipótese da colónia vir a declarar-se independente, etc, etc, e esse conhecimento provocou atitudes, palavras, e actos, que irritavam os portugueses de Angola e afastavam, chocarreiros[191], os indígenas de nós". (Matos, 1944a, p. 76),

Entretanto, assim, em tempo tenso, em Portugal e Angola, aproximamo-nos da Grande-Guerra.

[191] E de "chocarreiros", após Portugal ter sido derrotado em algumas acções militares, em 1914, pelos alemães, passaram a afrontar com mais assertividade a ocupação portuguesa, nomeadamente com o ataque, morte e mutilação de corpos dos vencidos, até à chegada das tropas do General Pereira d'Eça, que só ocorre em 1915.

Relativamente a este referido ano de 1913, no que respeita à Convenção Secreta Anglo-Alemão, de 11/01/1913, como dito, traz também informação Santos (2007). Segundo o autor, era Teixeira Gomes o Embaixador de Portugal em Londres.

Porém, era tarde. A Grande Guerra ocorre em breve. Dentro de algum tempo, a 03/08/1914 a Alemanha declara Guerra à Grã-Bretanha; no dia seguinte, a Grã-Bretanha declara Guerra à Alemanha.

Refira-se, ainda e por fim, que é de 1913, de 17/11/1913, o Decreto dito de "porta aberta", que liberalizaria o comércio em Angola, mas tal necessitava de ser validado pelo Governador-geral, o que Norton de Matos foi protelando e acabou por não fazer. Entretanto, como dito, deflagrou a Grande Guerra.

ANEXO 36

Aguarela inédita do Palácio da Pena, da autoria da Rainha D. Amélia, e datada de 1904. Col. Part.

Apresenta cores esbatidas, dando um toque de etéreo e representando Torre com bandeira - sugerindo a cor vermelha, ser a eventual bandeira pessoal do Rei D. Carlos-, parcela do Palácio, guarita, vegetação arbustiva e fragas da Serra de Sintra.

ANEXO 37

Aspectos das oficinas de cortumes do Centro de Zoologia e Missão Zoológica da Junta de Investigações Coloniais (Instalações de 1945 a 1948, no Palácio Burnay, Lisboa).
Ref. Zool. 4695.

Convém referir que o extinto Centro de Zoologia do IICT, na Rua da Junqueira, nº 14, vizinho do Palácio Burnay, contém no seu acervo uma significativa e diversa colecção de peles, sobretudo de animais africanos. Também existiu aqui uma oficina de preparação de peles e é existente ainda o artefactuário usado nestas preparações. Note-se que este trabalho é árduo e de precisão, produzindo odores fortes e desagradáveis.